

12
2012

R evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Estatuto editorial / Editorial guidelines

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e recensões críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação. The *Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

Director/Director

João Marinho dos Santos – CHSC da U. Coimbra / marinhhosantos@fl.uc.pt

Conselho Editorial/Editorial Board

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

Avaliadores externos/External referees

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ana Leonor Pereira (U. Coimbra, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Domingo González Lopo (U. Santiago de Compostela, Espanha); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fátima Sequeira Dias (U. Açores, Portugal); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contente Domingues (U. Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. Cáceres, Espanha); Helena Maria Gomes Catarino (U. Coimbra, Portugal); Herminia Vasconcelos Vilar (U. Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); Isabel dos Guimarães Sá (U. Minho, Portugal); Isabel Drummond Braga (U. Lisboa, Portugal); João Paulo Avelás Nunes (U. Coimbra, Portugal); João Rui Pita (U. Coimbra, Portugal); Jorge Alves (U. Porto, Portugal); José Augusto Pizarro (U. Porto, Portugal); José M. Amado Mendes (U. Coimbra, Portugal); Laura Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil); Luis Miguel Duarte (U. Porto, Portugal); Luis dos Reis Torgal (U. Coimbra, Portugal); Luísa Trindade (U. Coimbra, Portugal); Magda Pinheiro (ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Ferreira Rodrigues (U. Aveiro, Portugal); Maria Amélia Polónia (U. Porto, Portugal); Maria de Fátima Nunes (U. Évora, Portugal); Maria Helena Santana (U. Coimbra); Maria João Vaz (ISCTE-IUL, Portugal); Maria José Moutinho Santos (U. Porto, Portugal); Maria Marta Lobo (U. Minho, Portugal); Maria Rita Robles Monteiro Garnel (FCSH da UNL, Portugal); Mário Jorge Barroca (U. Porto, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Paulo Almeida Fernandes (CEAUCP-CAM, Portugal); Ramon Villares (U. Santiago de Compostela, Espanha); Raquel Henriques (U. Nova de Lisboa); Rui Bebiano (U. Coimbra, Portugal); Stephane Boisselier (U. Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. Yale, EUA); Susana Serpa Silva (U. Açores, Portugal).

Coordenador do volume/Volume editor

Irene Vaquinhas (CHSC da U. de Coimbra) / irenemcv@fl.uc.pt

Propriedade/Ownership

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Endereços/Address

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra. Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/chsc> Correio electrónico/e-mail: chsc@ci.uc.pt

Telefone/Phone: (351) 239859900

Direitos de autor/Copyright ©

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Preço de capa/Price

21,20 EUR

Imagen da capa/Cover illustration

José Malhoa, "Os colegas", óleo s/tela, 1905.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: IBZ e IBR (Alemanha), ERIH (Estrasburgo), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (México) e SciELO (Lisboa). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is covered by the following indexing and abstracting services: IBZ and IBR (Germany), ERIH (Strasbourg), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (USA), Latindex (Mexico) and SciELO (Lisbon).

Revista de História
da Sociedade e da Cultura

Publicação apoiada por:



Fundação para a Ciéncia e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÉNCIA, TECNOLOGIA E INSSINO SUPERIOR

Centro de História da Sociedade e da Cultura

Revista de História da Sociedade e da Cultura

12



Palimage
A Imagem e A Palavra

Coimbra – 2012

Sumário

Editorial	7
Artigos	
<i>The Visigothic society and its Cemeteries</i>	
Francisco Leitão	9
<i>O Conto de Amaro, uma utopia medieval?</i>	
Hilário Franco Júnior.....	25
<i>Abaciólgio do mosteiro de S. Vicente de Vacariça (séc. XI)</i>	
Mário de Gouveia	55
<i>Les études sur les fragments de manuscrits en Espagne. Bilan et considérations diverses</i>	
Jesús Alturo	79
<i>A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?</i>	
João Gouveia Monteiro	113
<i>Reclusão e proteção: os judeus em Portugal na Crise do século XIV</i>	
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira.....	135
<i>Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo</i>	
Saul António Gomes.....	147
<i>“Estas cousas Señora filha vos peço e encomendo”: A imagem de consorte na família real portuguesa a partir das instruções de D. Manuel para D. Beatriz (1504-1538)</i>	
João Eusébio Silva.....	165
<i>A estreita aliança entre os bispos e o Santo Ofício em Cabo Verde (1538-1646)</i>	
Matilde Mendonça dos Santos.....	193
<i>As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547</i>	
Roger Lee de Jesus	217
<i>O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista</i>	
Carlos Manuel Faísca	245
<i>A Misericórdia de Coimbra: benfeiteiros e assistidos (1668-1910)</i>	
Cristóvão da Mata.....	265
<i>Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada</i>	
Susana Serpa Silva	285
<i>“Preleções”, “teorias” e as dinâmicas da formação dos polícias civis em Lisboa, 1867-1910</i>	
Gonçalo Rocha Gonçalves	323

<i>Um estrangeiro na inauguração da Linha da Beira Alta (1882)</i>	
Hugo Silveira Pereira	343
<i>O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899 e 1918</i>	
Maria Antónia Pires de Almeida, PhD	371
<i>El turno de los campesinos: protesta social en la España rural del cambio de siglo (1898-1923)</i>	
Jesús-Ángel Redondo Cardeñoso	393
<i>Ganharás o pão com o suor do teu rosto: imigrantes portugueses, padeiros e experiências políticas. São Paulo/BR 1870-1945</i>	
Maria Izilda Santos de Matos	417
Vária	
<i>Santos e Santidade. O período medieval</i>	
Bruno Abreu Costa	445
Recensões e Notas de leitura	457
Notícias	495

Editorial

Uma das vantagens, a par de manifestos inconvenientes, de uma Revista científica não adoptar, para cada número, o critério da unicidade temática reside em poder dispor mais facilmente de colaboração, mesmo que sujeita ao “exame prévio” da qualidade. Tal abertura é particularmente favorável aos *investigadores em formação* (por regra, os mais jovens e com menos carga curricular). Concretamente, este número da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* publica cerca de duas dezenas de trabalhos de elevada qualidade, sendo uma larga percentagem de *gente nova*. A sua produção foi, obviamente, avaliada pelos seus pares mais idóneos.

A questão da avaliação, talvez devido ao facto de também a produção científica estar a ser condicionada pelas carências financeiras, volta a estar presente e, para que os colaboradores "jovens" da nossa Revista se possam situar e tomar posição nesta matéria, reiteramos:

A história é ciéncia humana (do homem) e história social (conhecimento dos homens em sociedade). Por tal, utiliza metodologias próprias e repudia o princípio de que tem de imitar as dos cientistas *naturais*, por serem as únicas correctas. Repudiamos, pois, a posição de que a definição “ciéncia” só pode ser atribuída a formas de saber nas quais o conhecimento se obtém ou através de experimentações rigorosamente objectivas ou só através de cálculos matemáticos.

Quer isto dizer, fundamentalmente, que a investigação científica se realiza (e cada vez mais) por totalidades relativas e, consequentemente, específicas.

Através de princípios e nexos adequados, essas totalidades relativas e de natureza diversa podem alargar-se ou relacionar-se com totalidades mais vastas. Deste modo, existem disciplinas restritas aparentemente menos ricas e outras mais latas e tidas por mais fecundas, porque a realidade (insistimos) é diversa e repartida, o que favorece até o processo da compreensão e da explicação. Se é esta variedade ou diversidade que enriquece o chamado património científico, logo, nem todas as formas de representar a *totalidade absoluta* (a “natureza” em sentido amplo) se devem colocar no mesmo plano, nem devem ser sujeitas aos mesmos métodos, aos mesmos juízos interpretativos e aos mesmos critérios de avaliação. É o que, em nome da *verdade* e da *justiça*, continuamos a reclamar para as Ciências Humanas e Sociais e, particularmente, para a História.

João Marinho dos Santos

Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura

The Visigothic society and its Cemeteries

Francisco Leitão

University of Strasbourg

francisco.leitao@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 10/01/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 24/04/2012

Resumo/Abstract:

Os vestígios arqueológicos deixados pelos Visigodos em forma de cemitérios podem ser importantes fontes para a compreensão da sociedade que viveu durante a Alta Idade Média na Península Ibérica. O principal objectivo deste trabalho é compreender que tipo de conclusões, se algumas, podem ser inferidas através deste tipo de fonte.

Uma primeira ideia propondo que o espaço destinado aos mortos reflecte a sociedade dos vivos não seria nova e uma segunda, defendendo a próxima relação entre os dois, ainda que menos óbvia continuaria a ser relativamente consensual. Originando da necessidade prática de lidar com os corpos dos elementos defuntos, as sociedades humanas tiveram e têm que encontrar respostas e procedimentos que irão, inevitavelmente, reflectir as suas ansiedades, crenças e esperanças.

A Alta Idade Média Peninsular não poderia ser diferente. Não é claro, contudo, se é possível compreender tais atitudes culturais meramente a partir das pequenas informações disponíveis pois este foi um período de grande instabilidade e de profundas contradições, onde diferentes povos e culturas experimentaram um complexo processo de contacto e influencia mútuos.

Sabemos de antemão que, devido a tal heterogeneidade e ao limitado número de fontes disponíveis, não será possível alcançar sólidas conclusões acerca das mentalidades do tempo. Este trabalho, contudo, tentará perceber se, a partir destes vestígios arqueológicos, algumas ideias podem ser desenvolvidas sobre a Identidade e o Poder na sociedade em questão.

The archeological evidence left by the Visigothic cemeteries can prove to be a significant piece of information for a better analysis of the society that lived in Early Medieval Hispania. The main purpose of this essay is precisely to understand what kind of conclusions, if any, can be extracted from them.

A first idea stating that the places of the dead reflect the society of the living is not a new one but a second, sustaining that the habitats of the living and the places of the dead were always in a close relation might be less obvious even if fairly consensual¹. Springing from a very practical need of dealing with the dead bodies, human societies had and have to find answers and procedures which will, inevitably, reflect their anxieties, beliefs and hopes.

Early Medieval Hispania could not be any different. However, it is unclear if we can understand those cultural attitudes from the little evidence at our disposition for this was a

* RIPOLL, Gisela; "The arrival of the Visigoths in Hispania: Population problems and the process of acculturation", in W. POHL y H. REIMITZ (ed.), *Strategies of Distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800*. Leiden: European Science Foundation – J. Brill, 1998, p. 267.

period of great instability and striking contradictions, where different peoples and cultures were in a complex process of mutual contact and influence.

One knows from the start that, due to this great complexity and to the scarcity of sources available, it will not be possible to reach solid conclusions about the mentalities of the time. This essay, however, will attempt to understand if, from the archeological evidence left by the cemeteries, ideas can be developed about Identity and Power in the Visigothic society.

Palavras-chave/Keywords:

Alta Idade Média: Visigodos: Cemitérios: Etnias: Identidade.

Early Middle Ages; Visigoths; Cemeteries; Ethnicity; Identity.

The Visigothic occupation of the Iberian Peninsula

The Goths crossed the whole European Continent before reaching its western confines. This long voyage in space and time brought irreversible implications to the Roman Empire, but also to the barbarian peoples themselves. The first Goths to cross the Pyrenees were far different from their ancestors who had left Scandinavia. Language, religion, law, culture were all in a permanent and dramatic evolution and this dynamic, coupled with the complex mosaic of barbarian groups of the time, makes it very hard to determine what exactly a Visigoth was¹.

The inhabitants of the Peninsula had also experienced an important and deep contact with the barbarian tribes since the previous arrival of Alans, Sueves and Vandals. When the Visigoths arrived in Hispania both invaders and invaded were not completely unknown or hostile to each other. Indeed, an important part of the Roman elites had facilitated the process of occupation of the previous barbarians because they longed for a stabilized power, a vacancy that Rome was no longer capable of fulfilling².

The precise details of the circumstances that saw the Visigoths stepping into the Peninsula are object of debate and the sources are either insufficient or unclear. Indeed, they are even contradictory and different documents point, for example, both 28 September and 12 October 409 as the moment when, thanks to an act of deliberate treachery from the Roman units, the Pyrenees were opened to the barbarians³.

The nature of the Visigothic presence for the V century is a subject of debate and the depth of the earliest occupation remains unclear. Some authors classified it as mere “military exercises”⁴ while others argued that, from that early time, the Visigothic kingdom established in Toulouse ruled the region by gradually replacing the degraded Roman institutions and had a capacity

¹ COLLINS, Roger; *Visigothic Spain, 409-711*. Oxford: Blackwell Pub., 2004, p. 17.

² COLLINS, 2004, p. 13.

³ COLLINS, 2004, p. 11-13.

⁴ WOLFRAM, H.; *Die Goten – Von den Anfängen bis zur Mitte des sechsten Jahrhunderts. Entwurf einer historischen Ethnographie*, Munich (4. ed.): 2001, p. 196.

to actually influence and even determine happenings to the point where Hispania could be considered as part of their domains in the V century⁵.

There is less controversy about the following century when, after being defeated by the Frankish in 507, a significant part of the Visigoths finally left Southern Gaul to enter the Peninsula. Once again, though, due to the disputes about the degree of assimilation of the Visigothic and Roman populations in Aquitaine, it is arguable whether the majority of the Goths crossed the Pyrenees or not⁶.

Demographically, we can only rely on vague figures to determine the number of Visigoths who did the journey and almost each historian presents his own figures⁷. According to Gisela Ripoll, whose calculations derive precisely from the number and size of the necropolises, they would be around 100,000 entering an area where between 9 and 12 million people were living⁸.

These days, the difference in numbers might not be surprising anymore but they are still striking and even more so if we note that the superiority of the Roman population was, more than just statistical, also cultural⁹. On the other hand, the political role played by the newcomers provoked a complex relation of mutual influence. The contrasts between the several peoples in the Peninsula softened during Liuvigild's reign (568-586) when the Visigoths defeated the remaining barbarians, causing their disappearance or assimilation, and massively reduced the byzantine presence¹⁰.

These are, however, mostly political events and the social acculturation is much harder to date. It must have reached a maturation point under the same king for it was him who abolished the decree that forbade marriage between people of different origins. By his own admission, these marriages were

⁵ KOCH, Manuel; "Gothi intra Hispanias sedes acceperunt. Consideraciones sobre la supuesta inmigración visigoda en la Península Ibérica" in PYRENAE, núm. 37, vol. 2: 2006, p. 97.

⁶ KOCH, 2006, p. 84.

⁷ RIPOLL, Gisela; "Características generales del poblamiento y la arqueología funeraria visigoda de Hispania" in Espacio, Tiempo y Forma, I, 2. Madrid: 1989, p. 393.

⁸ RIPOLL, Gisela; *La ocupación visigoda en época romana a través de sus necrópolis (Hispania)*. Collecció de Tesis Microfitxades, Servei de Publicacions de la Universitat de Barcelona, Barcelona, 1991, p. 13.

⁹ HILLGARTH, J. N.; *The Visigoths in history and legend*. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies: 2009, p. 10.

¹⁰ COLLINS, 2004, p. 26-37.

already taking place and the abolition must have been more of a declaration of intent towards the unification of the kingdom than a real social shift¹¹. The social melting would therefore be dated sometime around the first half of the VI century.

A final point in the unification of the Peninsula was the III Council of Toledo, held in 589, where the king Recared occupied an analog position to the one played by Constantine in Nicaea, and which marked the renunciation by the barbarians to Arianism and their final conversion to Catholicism. The shift, together with the definitions of the rites and the civil law later adopted, the closest to the Roman canons in the barbarian world¹², allowed a complete mixture of the peoples living in the Peninsula.

Isolated from the devastation and confusion reigning in Italy and France in the VI and VII centuries, and in spite of some internal instability, the merging peoples were able to build a political structure and a proper identity to an extent that, when the Arabs arrived, no visible distinctions could be made between old Romans or Visigoths¹³. The focus of this essay is that moment of transition and the process of acculturation itself.

The so-called Visigothic Cemeteries

The Visigothic presence in Hispania lasted for almost three centuries and would control the whole Peninsula. The evidence left is often scarce and, inevitably, unevenly distributed in time and space. Burial evidence, in particular, is available for several stages of the occupation and often brings us very different information relating to each moment of Visigothic Hispania. Because of its length, in both time and space, the Goth kingdom presents very different realities and, unsurprisingly, the sources confirm that

¹¹ ORLANDIS, José; *Historia de España. Época Visigoda (409-711)*. Madrid: Editorial Gredos, 1987, p. 100-102.

¹² HILLGARTH, 2009, p. 14.

¹³ HILLGARTH, 2009, p. 18-19.

V century Baetica was a very different reality than Gallaecia at the time of the Muslim conquest¹⁴.

This essay is mainly based on a specific type of cemeteries, excavated in the geographical centre of the Iberian Peninsula, between the rivers Tagus and Douro. They belong to people who inhabited those lands at the time of the early Visigothic presence, on the turn from the V to the VI century. These populations of free barbarians were dedicated to rural economy and elected the *Meseta* as a starting point for economic and strategic reasons¹⁵. The written sources do not testify to such settlement but, considering their scarcity, silence cannot be taken as conclusive.¹⁶

The cemeteries have been deeply studied in the last years and the studies made by Gisela Ripoll Lopez will be followed here to characterize them, in particular, by her PhD thesis, defended in 1991, of which some interpretations are now surpassed by works of the same author but where the main description of the archeological evidence remains up to date.

These necropolises can be framed within what Joachim Werner termed the Reihengräberfelder, the civilization of the lined cemeteries, which is characteristic of many parts of Europe for the Early Medieval period and was strictly linked with the Germanic peoples¹⁷. The distinction was usually made through the orientation of the graves, all parallel, towards West, and the placement of goods inside them. Both feature in the Iberian burials, with the single difference being that no weapons are found in male graves and the clothing¹⁸ in mostly feminine¹⁹. Finally, the space is organized in regular groups of graves, leaving spaces of open land between them²⁰.

¹⁴ RIPOLL, Gisela; "Symbolic Life and Signs of Identity in Visigothic Times", in P. HEATHER (ed.), *The Visigoths from the migration period to the seventh century: an ethnographic perspective*. Woodbridge, Suffolk: Center for Interdisciplinary Research on Social Stress, 1999, p. 406.

¹⁵ RIPOLL, 1991, p. 19; RIPOLL, 1998, p. 278.

¹⁶ KOCH, 2006, p. 86.

¹⁷ WERNER, Joaquim; "Zur Entstehung der Reihengräberzivilisation" in *Archaeologica Geographica 1*: 1950, p. 23-32.

¹⁸ Clothing is here taking in a broad sense and often the materials found are objects of personal adornment such as buckles or brooches.

¹⁹ HALSALL, Guy; *Cemeteries and Society in Merovingian Gaul. Selected studies in History and Archeology, 1992-2009*. Leiden: 2010, p. 93; RIPOLL, 1999, p. 410.

²⁰ RIPOLL, 1998, p. 279.

The cemeteries could have as many as 300 graves and probably held most of the initial Visigothic people. We can assume that necropolises had some sort of signalization that allowed different generations to recognize them and keep burying their dead members there but, unlike in other European places, there is very little evidence for this in the Hispanic case²¹.

A further problem for this study is to relate each cemetery with a village because we often know the location of one but do not know where the other was. We do know that, as a general rule, they follow the Merovingian features and were located between 500m and 10,000m from the settlements, in hidden places²².

A meaningful characteristic is the fact that, in spite of the differences in their age, the sepulchers containing Visigothic and Roman materials occupy the same places, without any distinction of groups or sectors, specifically allocated to each ethnicity²³. Thus, the only element allowing us to link some graves with the barbarians are the objects, whose nature seems to point, with relative certainty, to their Goth origin or influence²⁴.

All the necropolises were simultaneously abandoned and their closing has been indicated as a moment when both communities would be deeply merged and the habits brought by the Visigoths finally completely dissolved.

Natural differences can be detected between burials in this area and other cemeteries in the Peninsula, such as Baetica, which was more romanized, where the Visigoths did not settle immediately and no substantial differences can be traced from the Roman period²⁵.

²¹ RIPOLL, 1991, p. 35-41.

²² RIPOLL, 1991, p. 30.

²³ RIPOLL, 1998, p. 279.

²⁴ RIPOLL, 1999, p. 406-414; KOCH, 2006, p. 86; HEATHER, Peter; *The Goths*, Oxford: Blackwell Publishers, 1998, p. 202.

²⁵ RIPOLL, 1991, p. 20.

An identitarian perspective

*"a man or woman with a Lombard-style brooch
is no more necessarily a Lombard than
a family in Bradford with a Toyota is Japanese"*²⁶

The Visigothic necropolises were first called as such in the forties by German scholars, who, in that very specific context, claimed to have found the Goth national clothing in the traces of the cemeteries²⁷. The differences verified in the style of cemeteries, when compared to the previous period, still support the idea that something changed in this period but, in the last decades, historians have stressed the continuities from the Roman world into the newly established barbarian kingdoms and raised questions about the possibility of such a strict relation between the ethnicity of a certain group and the objects or tools found in archeological excavations. The inevitable consequence for the study of Iberian cemeteries is the question of whether the Visigothic cemeteries should be considered as such.

The first and main reason for an immediate negative answer to the question is the absolute lack of comparable evidence for the presence of the Visigoths in Southern Francia. If the objects really express the Gothic national clothing, there would have to be some similar evidence in the places crossed by them. However, there is a complete silence in the Narbonensis lands for the whole period spent there by the barbarian people²⁸.

Alternatively, some scholars have proposed links between the objects and other peoples. Peter Heather suggested that the artifacts could have been used by the Romans, instead²⁹. There is not, however, any good reason to justify the fact that the Roman population would be following a Goth fashion that was not even shared by the Visigoths. A second possibility was argued

²⁶ WICKHAM, Chris; *Early Medieval Italy: central power and local society, 400-1000*: University of Michigan Press: 1989, p. 68.

²⁷ RIPOLL, Gisela; "Las necrópolis visigodas. Reflexiones en torno al problema de la identificación del asentamiento visigodo en Occidente según los materiales arqueológicos", in *Hispania Gothorum. San Ildefonso y el reino visigodo de Toledo, Catálogo de la Exposición*, Museo de Santa Cruz de Toledo, Toledo: 2007, p. 65.

²⁸ HEATHER, 1998, p. 203; RIPOLL, 2007, p. 63-64.

²⁹ HEATHER, 1998, p. 203.

by Patrick Périn, stating that this habit would be a consequence of a group of Ostrogoths, who, after joining the Visigothic column somewhere on its journey, revived the Gothic traditions within them³⁰. This is a complex reading of the available evidence and the whole participation of that Ostrogoth group is not supported by any source³¹.

The impossibility of a close linking between the archeological evidence and some perfectly defined ethnic group is, by itself, telling. It indicates that the mingling between invaders and invaded might have happened sooner than is usually indicated and even at this early stage of the Visigothic presence, differences between groups would be lighter and harder to perceive than the old schemes wanted to believe.

The early dating of the cemeteries and the economic characteristics of the lands make plausible for an early settlement of Visigoths in this area. It follows a pattern testified to in other parts of Europe where a peaceful arrangement was made, so that two thirds of the land left by the collapsed highest Roman aristocracy would be given to the newcomers while the remaining third would be retained by the local Romans³².

That would explain the Gothic objects and open the possibility of a society where both groups lived, if not mixed, in some pacific coexistence, which, inexorably led to its final mingling. Recently, micro-studies have been made in some villages of central Iberia and the idea of very distinct groups, living within them, seems to make little sense³³.

The social, cultural and religious reality of the period was a direct consequence of transformations which shaped new and different elites. As they developed, they reproduced different models of identity, Roman in some aspects and Gothic in others³⁴.

³⁰ PÉRIN, Patrick; "L'armée de Vidimer et la question des dépôts funéraires chez les Wisigoths en Gaule et en Espagne." In *L'armée romaine et les barbares du IIIe au VIIe siècle*. Paris: Association Française d'Archéologie Mérovingienne y Musée des Antiquités Nationales, 1993, p. 411-423.

³¹ RIPOLL, 2007, p. 65-66.

³² HILGARTH, 2009, p. 6-7.

³³ RIPOLL, 2007, p. 67-68.

³⁴ RIPOLL, 2007, p. 70.

Power and the cemeteries

Up to this moment, the Visigothic cemeteries have not often been used as evidence to characterize power in Early Medieval Hispania. A reason for this is probably the fact that they do not offer an object for much distinction in comparison to other regions of the same period. Indeed, almost all conclusions that can be sketched from them would not be too different from the ones drawn elsewhere in Europe.

Cemeteries, medieval or modern, are an element of power through several dimensions which can, schematically, be divided into two groups: power over the place itself and power over rituals performed there³⁵.

As was usual in Europe, the Visigothic cemeteries were most often located outside the walls, contrasting with the later medieval cemeteries, placed within the cities³⁶. The I Council of Braga declares very clearly the procedure to be followed and, despite some exceptions, in most cases it was respected. The rules would soon change, though, with the rise of the phenomena of the martyrs, who were to be buried inside the cities, a procedure that became more and more frequent in Iberia and Europe³⁷.

Most Early Medieval cemeteries were literally placed in dead ends, most often not very far, but still hidden, from main roads³⁸. This represents an important shift from Roman times, when great mausoleums were built alongside main roads in a demonstration of a will to show and celebrate the power of the dead³⁹.

The later distant burials often expressed a desire to live far from the dead, an attitude springing from the fear of the deceased, and in other regions of Europe some bodies were even found decapitated⁴⁰. The rise of the burials of martyrs inside cities represented a new shift, with the living wanting to

³⁵ HARKE, Heinrich; "Cemeteries as places of power." in *Topographies of power in the Early Middle Ages* (The Transformation of the Roman World, 6). De Jong, M. and Theuws, F. with van Rhijn, C. (eds.). Brill, Leiden, Boston and Cologne: 2001, p. 19-28.

³⁶ RIPOLL, 1991, p. 17.

³⁷ RIPOLL, 1991, p. 31-32; RIPOLL, 1998, p. 267.

³⁸ RIPOLL, 1991, p. 30-31.

³⁹ HARKE, 2001, p. 15-17.

⁴⁰ HARKE, 2001, p. 21-23.

be close to the old martyrs, the place they thought to be the best to assure them salvation.

Ownership of the cemeteries is also an obvious element of power for, those who held them could decide over the people to be buried there, the conditions or procedures of the burial and could even be entitled to the donation of offerings⁴¹. Because they were located outside the villages and the same cemetery was used by different communities, the necropolises of the *Meseta* are unlikely to have had any private owner.

An even harder task is to study the rituals related to funerals. It is certain that more or less precise actions had to be performed when the body was carried to be buried and there had to be some ceremony marking the act. However, very little evidence is available to support hypotheses of how this might have happened.

Burial rituals have been used elsewhere in Europe to study several aspects of the populations: size, gender relations or attitudes towards young and old people, for example⁴². Because of the scarcity of evidence, such analysis is, at this point, hard to do for the Iberian cemeteries.

The sources available indicate certain procedures but they sometimes contradict one another. The Council of Elvira forbids, for example, fires in cemeteries⁴³ and some years later, the Council of Braga also states that masses were not to be held in cemeteries, but the III Council of Toledo exhorts the singing of psalms while forbidding funerary sermons⁴⁴. Contrasting with the Merovingian case, there are no traces of food or any other sort of animals and vegetables being used. However, the need for the II Council of Braga to forbid it in 572 suggests that it was probably done at some point⁴⁵.

The same Council determined how to bury criminals by stating that they ought to be placed in communal spaces but despite the appearance of graves containing more than one body, it is impossible to determine whether

⁴¹ HARKE, 2001, p. 15.

⁴² HALSALL, Guy; *Early medieval cemeteries: an introduction to burial archeology in the post-Roman West*. Glasgow: Cruithne Press, 1995, p. 65-68.

⁴³ RIPOLL, 1991, p. 75.

⁴⁴ RIPOLL, 1991, p. 76-77.

⁴⁵ RIPOLL, 1991, p. 77.

these belonged to criminals or not. The disposition of the graves shows spaces between them which could be adequate to perform rituals but it is even harder to be sure about that⁴⁶. Archaeology also points to traces on the ground, suggesting some sort of fire or the burning of something related to the ritual of burying⁴⁷.

Finally, the objects found in the Visigothic necropolises provide information that matches the behaviour of other Early Medieval peoples as there was no food in the graves, but several tools and instruments were found in them. The placement of goods in sepulchers was a distinctive mark of the period and has been an important source for its understanding because it can shed light on several characteristics of medieval societies⁴⁸. The practice of burying goods itself appears in opposition with the above mentioned construction of mausoleums and churches in the Roman and Later Medieval Age⁴⁹.

Halsall, Harke and Childe relate this evolution, contemporary to the collapse of the Roman Empire, as a symptom of a rising social instability where elites were not consolidated, but instead, fighting for their status⁵⁰. Pader, when dealing with an analogous phenomenon in Anglo-Saxon cemeteries reaches similar conclusions as Halsall, who studied Merovingian Gaul: both reject that the placement of goods had any origin in religious or ethnic factors but, instead, it was linked with the maintenance of the status of the family who was burying its dead member⁵¹. According to Halsall, these ceremonies could be attended by large groups and, therefore, its grammar had to be vastly understood⁵².

Extending these remarks to the Hispanic case, Ripoll points out that the Visigothic sepulchers seem to be organized, not according to religion or

⁴⁶ RIPOLL, 1991, p. 45.

⁴⁷ RIPOLL, 1991, p. 75.

⁴⁸ HALSALL, 1995, p. 65-68.

⁴⁹ HARKE, 2001, p. 15-17.

⁵⁰ HALSALL, 1995, p. 66; HARKE, 2001, p. 24-25.

⁵¹ HALSALL, Guy; *La Civitas Mérovingienne de Metz*. BLAFAM 12: 1988 p. 50-52; PADER, E. J.; "Material symbolism and social relations in mortuary behaviour" in *Anglo-Saxon Cemeteries*. P. A. Rahtz, T. M. Dickinson & L. Watts. Oxford: 1980, p. 143-159.

⁵² HALSALL, 1995, p. 67.

richness but, instead, by familiar proximity⁵³. It can also be verified that the highest percentage of graves with goods belongs to the very unstable V century, when about 40% of the sepulchers had some sort of goods in them, and, in the following century, objects can be found in no more than 10% of the cases⁵⁴. Like the building of mausoleums, the placement of goods in graves in the *Meseta* and in Europe, is a social statement, where through the burial of the lost member, the living family intends to impose its status.

Halsall also points out that this theory would explain the silence coming from Southern France. In a strongly Romanized region, where the elites were more stable, the need for these demonstrations of power would not be felt, which avoided the rise of the burials mentioned above. The smoother transition of power from Roman times to the Middle Ages would have, as a consequence, an equally smooth evolution of the cemeteries in Aquitaine⁵⁵.

The difference expressed by the two kinds of stage used for the spectacle of power might be a consequence of the horizon of time in which the elites affirmed their position. Both in Roman times as in the later Middle Ages, when the elites were strongly grounded, there would be a long term perspective of power, testified to by the imposing, solid and lasting constructions. The placement of objects is, on the other hand, a one-off act, where only the people present at the last moment witness the statement. This relation cannot be applied from a mechanist approach as, surely, reality was much more complex but the argument seems to find support in the sources⁵⁶.

Be that as it may, it shows that despite its scarcity and ambiguity, some conclusions can be drawn from archeological evidence of old cemeteries. Those places were, in the words of Harke, an “arena for the display of the power of the living”⁵⁷, social constructions reflecting the correlation of powers that existed in the Visigothic and Early Medieval societies.

⁵³ RIPOLL, 1998, p. 279.

⁵⁴ RIPOLL, 1989, p. 416-417.

⁵⁵ HALSALL, 2010, p. 106.

⁵⁶ HARKE, 2001, p. 29-30.

⁵⁷ HARKE, 2001, p. 31.

Final Remarks

The first conclusion to be drawn from the previous observations is that cemeteries do provide material suitable to be used for the understanding of the Visigothic society. Despite all the difficulties surrounding the analysis, precious information is given by this type of source and, at times, its use is the only available path.

Human societies are complex organizations in permanent evolution and any given age is suitable to be labeled as a time of changes and contradictions in tension. The label is, however, unavoidable when referring to Early Modern Hispania and it should be taken in all its depth.

Most aspects of the Visigothic world are forums for open debate and the nature of the available sources is such that they often raise more questions than answers. Any attempt to sketch ideas about it must have those constraints has a background.

The available evidence indicates that the occupation of the Peninsula was probably made earlier than usually thought, with the Visigoths gaining an important position even before their defeat of 507 that forced the subsequent massive migration. This extends the period of contact between the two populations and argues for an earlier process of acculturation. The Frankish victory would force them to define the Peninsula as their only domain but it would not be the sole reason responsible for their presence.

Moreover, that acculturation was surely more complex and deeper than some studies previously wanted to believe. The difficulties in differentiating a Visigothic from a Roman grave, even at an early stage, suggest that ethnic distinctions were never self-evident. Both peoples had been under mutual influence for a long time, to a level at which the difference between them became vague and dubious.

Burial evidence, while supporting an early Visigothic presence that would gradually occupy the emptiness of power left by the Roman Empire, shows that they took some time to completely replace the vacancy. Those were years of political and social instability when the elites were unsure about their near future and felt the need to constantly reassert their position.

The people living in the Peninsula at that age might have regarded Romans or Visigoths as their ancestors but their culture was neither Roman

nor Visigothic if compared with the Visigoths who had started the migrations or the people from Imperial Rome. There were no strict Romans or Visigoths but only a sort of third way, born from the mingling and development of two cultures in contact.

Early Medieval Hispania lived in a simultaneous autumn and spring of different ages as old institutions disappeared and others rose in their place. The people, however, surely unaware of what was before and after them, lived in a shared set of beliefs where new and old, Roman and Visigothic, had no contradiction between them, a natural amalgam that is their only possible characterization.

O Conto de Amaro, uma utopia medieval?*

Hilário Franco Júnior

Universidade de São Paulo

hilario.franco-jr@wanadoo.fr

Texto recebido em /Text submitted on: 09/05/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 29/10/2011

Resumo/Abstract:

Embora muitos entendam que o conceito de utopia não seria válido para a Idade Média, o presente estudo tenta aplicá-lo ao *Conto de Amaro* que, como a *Utopia* moreana, descreve uma *outopia* (lugar nenhum) e uma *eutopia* (lugar feliz). Descrição que, metaforicamente, parece ser da abadia de Alcobaça onde a narrativa foi produzida em vernáculo português em fins do século XIV.

While to many scholars the concept of utopia would not be valid to the Middle Ages, this study tries to apply it to the *Conto de Amaro* that, as the More's *Utopia*, describes a *outopia* (nowhere) and a *eutopia* (happy place). It seems a metaphoric description of the Alcobaça Abbey, where the narrative was produced in vernacular Portuguese at the end of the fourteenth century.

Palavras chave/Keywords:

Utopia; Monasticismo; Alcobaça; Amaro.

Utopia; Monasticism; Alcobaça Abbey; Amaro.

* Uma versão inicial deste trabalho foi exposta em 8 de novembro de 2010 no Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra, graças à iniciativa dos professores doutores Maria Helena da Cruz Coelho e Saul António Gomes, a quem agradecemos a oportunidade. Agradecimento que se estende, igualmente, pelos comentários e sugestões, aos demais colegas e alunos presentes naquele encontro.

A muitos, a pergunta acima tem resposta negativa óbvia. De fato, argumentam, o gênero literário utópico não nasceu apenas em 1516, com a obra de Tomás Morus? Evidentemente é legítimo estudar os discursos utópicos em si mesmos, verificar sua gênese, suas filiações, seu estilo, sua influência contemporânea e posterior, mas não se pode deixar de lado sua função social. Nenhuma obra literária é autônoma, neutra, isolada, é, sim, produto histórico que expressa, direta ou indiretamente, as condições de sua elaboração. Não se deve minimizar o fato de que os gêneros literários na forma e no conteúdo “designam uma das relações possíveis de um texto com o que lhe é exterior”, e assim “colocam em comunicação a literatura com uma sociedade e sua ideologia”¹. É por isso insuficiente a clássica distinção entre utopia (gênero literário que descreve uma sociedade feliz imaginária) e utopismo (atitude mental da busca pela perfeição institucional que gera a felicidade social). A rigor, trata-se de distinção reducionista por ver nas utopias obras ficcionais e no utopismo um vago sentimento sem ressonância social.

O fato de a palavra *utopia* não existir antes de Tomás More não significa que o sentimento utópico não existisse, e sobretudo que não tivesse eficácia sociológica e psicológica. É verdade que vários autores supõem que o peso do cristianismo naquela sociedade teria impedido o despontar de utopias pelo fato de estas desviarem o foco de atenção e de espera do terreno para o celeste. Representante dessa linha, Raymond Trousson pensa que “a utopia recusa a submissão à transcendência”². A vida terrena, no entanto, em especial depois do século XII, não era vista como apenas uma purgação, e sim como obra que deve na medida do possível antecipar e preparar a vida celeste. Cientes disso, alguns estudiosos introduziram nuances nas suas reticências ao emprego da palavra em relação à Europa medieval. Jacques Le Goff, por exemplo, admite que certas realidades podem ficar um tempo sem serem designadas por uma palavra, cuja gestação é muito variável,

¹ MACÉ, Marielle – *Le genre littéraire*. Paris: Flammarion, 2004, p. 16.

² TROUSSON, Utopie et utopisme. em MINERVA, Nadia (ed.), *Per una definizione dell'utopia. Metodologie e discipline a confronto*. Ravenna: Longo, 1992, p. 35 (há tradução brasileira deste artigo em *Morus*, 2, 2005, p. 123-135).

em alguns casos longa, como parece ter ocorrido com *utopia*³. De fato, o âmago da palavra está sugerido em Platão, para quem a cidade ideal da *República* é um projeto (existe apenas no discurso, *en logos*) ainda sem correspondência concreta por não existir “em nenhum lugar” (*oudamou*)⁴. Assim, forjar o termo *utopia* não resultou apenas da genial inspiração de um humanista, e sim de todo um contexto no qual a aceleração das transformações históricas pedia uma ampliação vocabular.

Este contexto acentuou antigos questionamentos existenciais e trouxe à tona novas inquietudes. Quando o filho de Colombo comenta que seu pai tinha cumprido a profecia de Sêneca pela qual “um tempo virá quando o oceano abrirá as barreiras do mundo e se descobrirá uma terra imensa”⁵, ele indica que os homens sentiam-se infelizes na sua terra e por isso buscavam outra. Esse estado de espírito de 1492, determinante na criação de 1516, tinha sido também o da segunda metade do século XV, quando foi copiado o único manuscrito que se conhece do *Conto de Amaro*⁶, e mesmo

³ LE GOFF, L'utopie médiévale: le pays de Cocagne. *Revue européenne des sciences sociales*. Cahiers Vilfredo Pareto (Genebra), 27, 1989, fascículo 85 (Lumières, utopies, révolutions : espérance de la démocratie. Hommage à Bronislaw Baczko), p. 271. Vários anos depois deste artigo, no qual afirma que teria existido uma única utopia na Idade Média, o grande especialista veio a reconhecer outras expressões utópicas da época: Du ciel sur la terre: la mutation des valeurs du XII au XIII siècle dans l'Occident medieval. em *Héros du Moyen Âge, le saint et le roi*. Paris: Le Grand Livre du Mois, 2004, p. 1279; *L'Europe est-elle née au Moyen Age?*, Paris: Seuil, 2003, p. 261; *Héros et merveilles du Moyen Age*. Paris: Seuil, 2005, p. 19.

⁴ *République*, IX, 592ab, ed.-trad. Émile Chambray, Paris, Les Belles Lettres, 1982 (Platon œuvres complètes, VII-2), p. 80, passagem para a qual chamou atenção QUARTA, Cosimo, Livelli del pensiero utopico: antropologia, storia, letteratura. *Morus* (Campinas), 6, 2009, p. 231.

⁵ A citação de SÉNECA é de *Médée*, v. 374-377, ed.-trad. François-Régis Chaumartin, Paris: Les Belles Lettres, 2002, p. 171. O comentário que Hernando Colombo anotou no seu próprio exemplar de Sêneca é fornecido por LUQUE MORENO, Jésus, *Tragédias de Seneca*. Madri: Gredos, 1987, vol. I, p. 309, n. 95.

⁶ Lisboa, Biblioteca Nacional, ms. Alc. 462/CCLXVI. Tal cópia teria sido feita no abaciado de Estêvão de Aguiar (1431-1446), de acordo com CASTRO, Ivo, Vidas de santos de um manuscrito alcobacense. *Revista Lusitana* (Lisboa), 4, 1982-1983, p. 5-6. Que o sentimento utópico existia no Portugal da época é também o parecer de SILVA, José Manuel Azevedo e, Éva Gomes e o Estado nascente de um novo Paraíso terreal no meio do Atlântico: a Madeira, em *O rosto feminino da Expansão portuguesa*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direito das Mulheres, 1994: “naquele mês de maio de 1420 [...] quantas utopias não terão assaltado o imaginário do primeiro grupo de povoadores [...] da Madeira” (p. 391).

o de fins do século XIV, quando presumivelmente foi composto o relato⁷. Neste, como depois na obra de Morus, primeiro se descreve o mundo a ser superado – ou distopia como se convencionou chamar⁸ – para a seguir se tratar do mundo ideal, utópico.

No caso da narrativa portuguesa, logo que parte em direção ao seu objetivo, o Paraíso terrestre, Amaro enfrenta o “*maar cõ tormēta*”. Pouco adiante alcança a Ilha dos Cinco Castelos, habitada por gente luxuriosa “*e doutras maas condiçōes*”. Continuando viagem, ele chega à Ilha de Fonte Clara, muito rica e de habitantes bonitos, viçosos, corteses, longevos, mas – o texto não diz por que – pouco indicada para quem anda “a serviço de Deus”. Saindo dali, Amaro e seus companheiros ficam presos no “mar coalhado” e cercados por feras marinhas antropófagas, “fortes e esquivas, maiores que cavalos”. Depois de escapar desse perigo o navio de Amaro atinge a Ilha Deserta, inabitável devido à grande quantidade de animais selvagens que todo ano na festa de São João Batista se enfrentam em “grande batalha” e de cujos corpos mortos emana grande fedor. Mesmo no mosteiro do Vale das Flores, apesar de toda beleza e religiosidade,

⁷ A segunda metade do XIV foi a datação proposta por VASCONCELOS, José Leite de, Fabulário português. *Revista Lusitana*, 9, 1906, p. 105. O último quarto do XIV por HEINEN, Eugen, *Die altportugiesische Amaro-Legende. Kritische Ausgabe der ältesten Fassung*, Bamberg: Schadel und Wehle, 1973, p. 49. A passagem do século XIV ao XV por Joseph D. H. ALLEN JR, *Two Old Portuguese versions of the Life of Saint Alexis. Codices Alcobacenses 36 and 266*, Urbana: University of Illinois Press, 1953, p. 5. Os três editores do texto falam no século XIV, sem maior precisão: KLOB, Otto, *A vida de sancto Amaro – texte portugais du XIV siècle. Romania* (Paris), 30, 1901, p. 504; VASCONCELLOS, Laura Remartinez Paes de, *Conto de Amaro, edição e estudo de um texto do códice alcobacense 266*, Lisboa: Universidade Nova (tese de mestrado datilografada), 1997, p. 19 e 128; SILVA, Elsa Maria Branco da, *Conto de Amaro*, em NASCIMENTO, Aires Augusto, *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa: Colibri, 1998, apêndice II, p. 261. O texto tem traduções modernas para o alemão (de Elisabeth Zacherl, na série *Texte romanischer Volksbücher*, 5, Salzburgo, Internationale Arbeitsgemeinschaft für Forschungen zum romanischen Volksbuch, 1979) e o francês (de Laura Vasconcellos, em NUNES, Irene Freire, *Récits mythiques du Moyen Âge portugais*, Grenoble: ELLUG, 2008, p. 184-215). As citações no presente trabalho são feitas pela edição Silva.

⁸ O termo foi criado em 1868 por John Stuart Mill, mas difundiu-se a partir de 1920 com o escritor russo Yevgeny Ivanovich Zamiatin, cujo romance censurado em seu país seria publicado em inglês (*We*) em 1924. Ao exprimir a idéia de perturbação (como em “dispnéia”), privação (caso de “dissimetria”) ou separação (por exemplo em “dissidência”), o advérbio *dis* (*διά*) conota idéia contrária à do adjetivo *eus* (*εὐχ*), de sentido positivo (como em “euforia”). Logo, distopia designa uma utopia negativa, é “lugar onde as coisas não correm bem”.

o sancto homē Leomites se queixa “deste mūdo mezquinho, que he rryo de amarguras e lago de treevas e valle de lagrymas, fonte de choro e de planto, thesouro de mizquindade”⁹. Da distopia (um pouco mais de sete fólios do manuscrito), o herói vai progressivamente (onze fólios) chegando à utopia (sete fólios). Por comparação, na quarta e definitiva edição da obra de Morus – cujo protagonista, como se sabe, é um navegador português – 69 páginas são dedicadas à distopia, 93 à utopia.



Mas, dir-se-ia com razão, para que a terra de Amaro possa ser efetivamente considerada utópica seria necessário que ela fosse ao mesmo tempo, para recorrer à clássica terminologia moreana, *outopia* (“lugar nenhum”) e *eutopia* (“lugar feliz”). E, de fato, ela preenche essas duas condições conceituais. De um lado, ela é de localização desconhecida. O fato de o texto situá-la próxima ao Éden não invalida a constatação, pois a região em que este se encontra foi objeto de longos debates durante séculos¹⁰. Claro que, de acordo com a tradição cristã, imaginava-se o Éden no Oriente, e foi essa direção que Amaro e seus companheiros seguiram. Porém depois de Fonte Clara, além-Mar Vermelho, continuaram navegando por longo tempo sem saber “ja contra quall parte do mūdo eram”. Mais adiante, na Ilha Deserta, eles foram aconselhados a navegarem “contra hu nace o sol”, contudo mesmo já próximo de sua meta Amaro ouviu de um eremita, questionado por ele sobre a localização do Paraíso terreno, que “nō o sabe nenhū hu he”¹¹.

De outro lado, é inegável que o autor anônimo de o *Conto de Amaro* concebe toda a região em torno do Éden como terra de felicidade. Antes

⁹ *Conto de Amaro*, respectivamente §2, p. 265; §3, p. 266; §4, p. 266; §5, p. 267; §6, p. 269; §7, p. 271.

¹⁰ Ainda no século XVII a Academia Francesa incumbiu um de seus membros de estudar a questão, em obra que faria sucesso, com sete edições em onze anos: HUET, Pierre-Daniel, *Traité de la situation du Paradis Terrestre*, Paris: Jean Anisson, 1691, 7^a ed. Amsterdā, P. Brunet, 1701. Para um resumo dos debates medievais sobre a localização do Éden, DELUMEAU, Jean, *Une histoire du Paradis. Le jardin des délices* [1992]. Paris: Fayard, 2002, p. 59-97.

¹¹ *Conto de Amaro*, §5, p. 267; §6, p. 269; §10, p. 274.

mesmo de olhar o interior do *parayso terreal* pelas portas entreabertas, Amaro sentiu-se feliz só de saber que se encontrava ali, e proclamou emocionado que “ja mais nõ veerey coyta nẽ pesar”. Quando lhe foi permitido olhar lá dentro, “vyo tantos prazeres e tantos sabores e tãtos viços, quantos nõ poderya contar nenhū homẽ do mûdo”. Descendo da montanha edênica, em região “das mais bellas terras que no mûdo podya seer”, Amaro fundou uma cidade que logo se tornaria “muy grande e muy rryca”¹². De certa maneira, a condição urbana dessa fundação reforçava seu caráter paradisíaco e utópico. Não se pode esquecer que depois de ter sido imaginado por muito tempo como um jardim, seguindo literalmente a descrição bíblica, o Éden passou em fins da Idade Média a ser geralmente representado como uma cidade. Justamente por ser uma civilização agrária, a Europa ocidental desde o século XII com frequência idealizou a cidade. Conhecido adágio alemão proclamava que “o ar da cidade dá liberdade”. O diploma legal através do qual Bolonha libertou seus servos em 1256 foi chamado de *Liber paradisus*. A sociedade perfeita foi imaginada por Tomás Morus como urbana.

Assim, contra os dois argumentos que negam a existência de utopias na Europa medieval, veremos que, de uma parte, apesar de texto cristão o *Conto de Amaro* não deixa de imaginar uma sociedade humana perfeita dentro dos limites da imperfeição humana, e, de outra parte, ele não é mera forma literária, exercia uma função social. Sabendo que o único manuscrito conhecido do *Conto de Amaro* provém do *scriptorium* de Alcobaça, podemos admitir a origem cisterciense do relato como hipótese inicial para explicar suas características utópicas¹³. Com efeito, a associação monasticismo-utopia é bem admitida pela erudição especializada desde o clássico artigo de Jean Séguy, para quem, considerando que até o século XVI as estruturas monásticas dependiam das estruturas sociais globais, Cister é utopia do

¹² *Conto de Amaro*, §13, p. 278; §15, p. 280, 281.

¹³ Ou seja, da mesma forma que fontes narrativas podem ajudar a compreender a história cisterciense (conforme reconhece MARQUES, Maria Alegria, A introdução da Ordem de Cister em Portugal, em IDEM, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa/Coimbra: Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, p. 31), o inverso também é verdadeiro: a história cisterciense lança luz sobre a fonte narrativa que é o *Conto de Amaro*.

subtipo “cenobitismo feudal”¹⁴. Sendo produto e produtor do espírito reformista que toma conta da Europa cristã a partir de meados do século XI, o mosteiro borgonhês pretende restaurar o passado. Daí, por exemplo, omitir certos hinos bem aceitos e cantados pelos cluniacenses, substituindo-os por outros vindos da antiga liturgia ambrosiana. Em especial, Cister aspira revigorar o passado não tão distante do modelo beneditino e, através dele, o passado longínquo da sociedade edênia. Todo mosteiro é, nas palavras do principal cisterciense, São Bernardo, “um autêntico Paraíso”¹⁵. O fato de os claustros cistercienses terem capitéis quase sempre decorados apenas com motivos vegetais não é simples opção estética, é alusão à perfeição e harmonia do jardim edênico. Simetricamente, todo monge é representação do Adão pré-Queda, daí porque da mesma forma que no Éden ele não havia consumido carne, introduzida na dieta humana apenas depois do Dilúvio, os monges brancos estavam proibidos de comerem carne e gordura *intra monasterium*¹⁶. A Ordem de Cister imaginava-se um arquipélago de perfeição no oceano da imperfeição humana.

Ora, a cidade de Trevilles fundada por Amaro é apresentada no conto com alguns dos traços classicamente caracterizadores de uma utopia, e em particular da utopia cisterciense. Primeiro, a cidade amariana tem a pureza do seu herói fundador. Ao contrário das utopias modernas, que de modo geral pensam que sociedade boa gera homem bom, o cristianismo medieval acreditava que homem bom gera sociedade boa. Não é simples detalhe literário que logo na primeira linha do texto Amaro seja definido como *homem bô*, e que a sequência da narrativa chame-o em diversas oportunidades de *homê sancto*. Amaro consegue realizar seu “*grã desejo de veer o parayso terreall*” porque “não é discutindo que se comprehende, é pela santidade” ensina São Bernardo, é porque “as coisas espirituais

¹⁴ SÉGUY, Jean, *Une sociologie des sociétés imaginées : monachisme et utopie. Annales. Economies. Sociétés. Civilisations* (Paris), 26, 1971, p. 328-354 (para a passagem em questão, p. 335-336).

¹⁵ *Sermones diversi*. XLII,4, ed. LECLERCQ, Jean, TALBOT, Charles e ROCHAIS, Henri, Roma: Editiones Cistercienses, 1963 (S. Bernardi opera, VI-1), p. 258, linha 16.

¹⁶ *Gênesis*, IX,2-3; *Capitula cisterciensis ordinis*, XIII,2; *Instituta Generalis Capituli*. XXIV,1, estes dois documentos editados por WADDELL, Chrysogonus, em *Narrative and legislative texts from early Cîteaux*, Cîteaux: Commentarii cistercienses, 1999 (Studia et Documenta, IX), p. 410 e 466.

não se mostram em todos os lugares onde acontecem, senão a quem Deus quer”, afirma a cisterciense e contemporânea *A demanda do santo Graal*¹⁷. Da mesma maneira que nesta narrativa uma voz sugere a Galaaz, Persival e Boorz entrarem em uma barca misteriosa que depois se explica ser “representação da santa Igreja”, com a qual correm o mar “como a ventura os levava”, Amaro também ouve uma voz ordenar “*mete te ē hūa nave e vay hu te Deus quiser guyar*”¹⁸.

A pureza é inerente a Amaro e seus companheiros, daí porque se mantém intocada apesar das tentações da grande e rica ilha de Fonte Clara onde se hospedaram por sete semanas. Mesmo assim, para atingir sua meta, a pureza deles precisou ser reforçada pelo caráter purgativo de certos eventos durante a viagem, como a passagem pela pequena ilha inóspita na qual todo ano muitos animais selvagens se entrematavam no dia de São João, a visita à *terra maldicta* da Ilha dos Cinco Castelos, o amedrontador episódio do mar coalhado ou ainda a curta estadia na ilha chamada Deserta porque tinha sido despovoadas “*per grandes e esquivas alymaryas que comiā as gentes*”. A seguir, depois de ter feito quarenta dias de penitência no mosteiro cisterciense Vale de Flores, Amaro tornou-se apto a prosseguir viagem e alcançar, diz-lhe o frade Leomites, “*aquilo que queres e desejas*”. A partir de então, completamente purificados, os viajantes puderam construir sociedades puras. Os companheiros de Amaro estabeleceram-se no Porto de Quatro Casas, onde a pureza era manifesta tanto na natureza (muita água, muita fruta, clima temperado) quanto na população (a “mais formosa gente do mundo”). Continuando sozinho em direção ao Éden, Amaro pernoitou na casa de ermitãos de “vida muito santa” e no mosteiro Flor de Donas conheceu Valides, “dona de muito grande castidade e amiga de Deus”, a quem já tinha sido mostrado o Paraíso terreno¹⁹.

Segundo traço, associado ao anterior, a fraternidade, sob cujo signo se desenrola a viagem inteira de Amaro. Antes de partir, ele “*desbaratou*

¹⁷ Respectivamente, *Conto de Amaro*, §1, p. 265; SÃO BERNARDO, *De consideratione*. V, XIV, 30 (S. Bernardi opera, III), p. 492, linha 7; *A demanda do santo Graal*. XXV, 191, ed. MEGALE, Heitor, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 193.

¹⁸ *Demandá*, XXXIX, 250, p. 260 ; LVIII, 410, p. 393; LIX, 421, p. 402; LX, 422, p. 403; *Conto de Amaro*, §1, p. 265, cf. ainda §2, p. 265; §3, p. 266.

¹⁹ As citações do parágrafo são: *Conto de Amaro*, §3, p. 266; §6, p. 269; §7, p. 271; §9, p. 273; §10, p. 273; §8, p. 272.

tollos bées que avya, e deu muito dello aos pobres". No Oriente, próximo da meta, doou aos seus acompanhantes, para "que o partades antre vós", o barco e todo seu conteúdo comprados para a busca do Paraíso.²⁰ Embora hierarquicamente desiguais, as relações entre Amaro e seus homens são marcadas pela cumplicidade e pela amizade. A definição recorrente é "companheiros", vocábulo significativo pois como é sabido indica etimologicamente a partilha do alimento essencial (*cum panis*) e reconforto espiritual²¹. Ainda no plano do vocabulário, há outra presença interessante da preocupação fraternal. O conto menciona 24 vezes a palavra "mosteiro" e quatro "abadia", porém não utiliza "monge" (cuja primeira atestação é de 1257), preferindo descrever os habitantes de "uma abadia muito grande" como *irmitaões*, ou falar em "mosteiro de ermitões" e "mosteiro de frades". Se tanto "monge" quanto "ermitão" evocavam a condição de solidão e isolamento dos indivíduos, o segundo termo adequava-se melhor à vida cisterciense por se referir aos locais ermos escolhidos pela Ordem para erguer suas casas, que explicitadamente deveriam estar distante de cidades, castelos ou aldeias. Se o resumo das decisões do conjunto de abades cistercienses, conhecido por *Capitula cisterciensis ordinis*, datado provavelmente de 1133, coloca aquela determinação no meio de várias outras – ela é a nona de um total de 26 – para a grande compilação normativa dos arredores de 1147, as *Instituta Generalis Capituli*, tal regra é a primeira de todas²².

O termo preferido, contudo, pelo *Conto de Amaro* para se referir aos religiosos é "frade", com 16 ocorrências contra 13 de "ermitão". A palavra, atestada desde 1059, traduzia o latim *monacus/monachus* de acordo com os dois primeiros dicionários de língua portuguesa (um de 1562, outro de 1611), e de fato a *Demand*a utiliza os dois termos como sinônimos²³.

²⁰ *Conto de Amaro*, §2, p. 265; §12, p. 277.

²¹ Raphael BLUTEAU, *Vocabulario portuguez e latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. 2, p. 412. Jerônimo CARDOSO, *Dictionarivm ex lusitanico in latinvm sermonem*, Lisboa, João Aluari, 1562, p. 33, dentre outros tipos de companheirismo (*sodalis*, nos prazeres; *socius*, no trabalho), indica o do reconforto mútuo, *confortis*, que aparece doze vezes no *Conto de Amaro*.

²² *Capitula*, IX, 3, p. 408; *Instituta*, I, 2, p. 458.

²³ MACHADO, José Pedro, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 6^a ed. 1990, vol. III, p. 83; CARDOSO, *Dictionarivm*, p. 64; BARBOSA, Agostinho, *Dictionarium lusitanicolatinum* [1611]. ed. Brian F. Head, Braga: Centro de Estudos Humanísticos-Universidade do Minho, 2007, col. 558; *Demand*, por exemplo VIII, 47, p. 57.

Tratava-se, portanto, de termo muito antigo e amplo para indicar apenas os cistercienses, mas servia perfeitamente para nomear o sentimento e a prática correntes na Ordem. É fato que a fraternidade faz parte do idéario monástico em geral, porém os cistercienses ampliaram-na incluindo os conversos, que embora exercessem as mesmas atividades produtivas dos servos cluniacenses recebiam certo estatuto religioso, tornavam-se “irmãos” dos monges. Em Portugal, como bem viu José Mattoso, Alcobaça divulgou formas de sensibilidade religiosa que anunciavam a dos franciscanos²⁴, e entre elas estava a fraternidade. Nada estranho, então, que em certo momento da viagem, entre o Vale das Flores, que já deixara, e o Flor de Donas, onde ainda não chegara, Amaro tenha sido hospedado por ermitões que o levaram ao vergel (claustro?) onde lhe lavaram os pés. Ora, para a Regra Beneditina que os cistercienses pretendiam restaurar na sua pureza, o *mandatum* ou lava-pés tal qual realizado e prescrito por Cristo era prática ritual importante, destinada a valorizar a obediência e a humildade em oposição à vontade²⁵.

Em terceiro lugar, a terra de Amaro é região de ordem no sentido agostiniano de “disposição de seres iguais e desiguais designados ao lugar que lhes convém”²⁶. A boa sociedade não precisa, do ponto de vista medieval, ser igualitária (como pretenderão as utopias posteriores), deve ser bem ordenada. É isso que implanta a unidade necessária ao bom funcionamento social: “onde está a unidade está a perfeição”, diz o preceito bernardino.²⁷ A idéia de desigualdade na unidade é bem exemplificada pela epístola do Preste João, que circulou por todo Ocidente, inclusive Portugal, onde os cistercienses de Alcobaça em pequeno intervalo de tempo realizaram uma

BLUTEAU, *Vocabulario*, vol. 4, p. 193, informa que “frade” era forma do vulgo designar religiosos com capuz.

²⁴ Cluny, cruzios e cistercienses [1982]. em IDEM, *Portugal medieval, novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 119.

²⁵ João, XIII,14-15; *La Règle de saint Benoît*, XXXV,9, ed. Jean Neufville, trad. Adalbert de Vogüé, Paris: Cerf, 1972 (Sources Chrétiennes, 182), p. 566-567.

²⁶ *De civitate Dei / La cité de Dieu*. XIX, 13, ed. Bernhard Dombart e Alfons Kalb, trad. Gustave Combès, Paris, Desclée de Brouwer, 1980 (Œuvres de Saint Augustin, 37), p. 110-111. Sobre essa noção no pensamento agostiniano, veja-se BOUTON-TOUBOULIC, Anne-Isabelle, *L'ordre caché : la notion d'ordre chez saint Augustin*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2004.

²⁷ *De consideratione*, II, 8, 15, p. 423, linha 24.

cópia dela e do *Conto de Amaro*. Ainda que se apresente como senhor dos senhores, soberano de 1072 províncias, e pessoalmente servido por sete reis, cinquenta duques e 375 condes, o Preste João afirma que “não há divisões entre nós”²⁸. O manuscrito português da epístola é de fins do século XIV de acordo com seu editor²⁹, todavia é provável que o texto já fosse anteriormente conhecido em Alcobaça, pois o mítico personagem tinha sido mencionado pela primeira vez em 1146 por um cisterciense, Oto de Freising, abade de Morimond, casa filha de Claraval, como também seria poucos anos depois Alcobaça. Se os manuscritos não-portugueses da epístola referem-se a um *mare coagulatum* que não aparece na cópia alcobacense, ele está presente no *Conto de Amaro*. Se a cópia portuguesa da epístola não fala, como seus congêneres estrangeiros, de uma fonte que permite aos seus usuários viverem até 300 anos de idade, Amaro conhece na ilha de Fonte Clara uma população que *cōmunalmēte* vive 300 anos³⁰.

A vastidão tanto do império joânico quanto da rede monástica cisterciense pedia um ordenamento que permitisse a convivência positiva entre populações e facções bem distintas. No caso cisterciense, define um texto de meados do século XII, cada unidade é “*duo monasteria, unum scilicet laicorum fratrum, et aliud clericorum*”³¹. Realmente, na década de 1110 surgira a figura dos *conversi*, irmãos leigos que moravam nos domínios abaciais, mas fora do claustro, passavam por noviciado de um ano e faziam voto de pobreza, castidade e obediência, porém assistiam aos ofícios divinos

²⁸ A cópia portuguesa da epístola, intitulada *De India et de eius mirabilibus*, foi editada e traduzida por MAURÍCIO, Domingos, Ainda a Carta do Preste João das Índias. *Brotéria* (Braga), 72, 1961, p. 285-303. As passagens aqui citadas são §3, p. 289, linha 26; §4, p. 289, linha 36. Nos manuscritos não portugueses da *Epistola presbiteri Johannis*, ed. Friedrich Zarncke, em “Der Priester Johannes. Text des Briefes”, *Abhandlungen der philologisch-historischen Classe der königlich sächsischen Gesellschaft der Wissenschaften* (Leipzig), 7, 1879, Preste João é senhor de 72 províncias (§9, p. 910) e servido além dos reis por 62 duques e 365 condes (§14, p. 293, linhas 182-183). A formulação da unidade também é um pouco diferente nos dois manuscritos, sem que isso prejudique o sentido: “*nulla est diuisio inter nos*” (ed. Maurício, §9, p. 291, linhas 10-11), “*nulla diuisio est apud nos*” (ed. Zarncke, §46, p. 915).

²⁹ Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, cod. Alc. CCLXVI / 462, fol. 111r-123v; MAURÍCIO, Ainda a Carta, p. 287 e 303.

³⁰ *Epistola presbiteri Johannis*, C19, p. 911 (mar coalhado); *Conto de Amaro*, §5, p. 267-268; *Epistola*, C81, p. 921 (fonte da longevidade); *Conto de Amaro*, §4, p. 266.

³¹ IDUNG DE PRÜFENING, *Dialogus duorum monachorum*, III, 883-884, ed. Robert Buchard Constantijn Huygens, *Studi Medievali* (Spoleto), 13, 1972, p. 463.

apenas aos domingos e nas principais festas religiosas. Da mesma forma que os monges, eles guardavam silêncio enquanto trabalhavam, contudo diferentemente deles não usavam o hábito branco típico dos cistercienses, e sim uma veste acinzentada ou amarronzada. Encarregados de boa parte das tarefas produtivas nas terras monásticas, eles todavia jamais podiam se tornar monges³² nem consequentemente participar da eleição do abade. Havia mesmo em todo mosteiro um corredor interno que margeava a galeria ocidental (não por acaso o lado da morte, no simbolismo da época) do claustro evitando que os *conversi* precisassem passar pelo *paradisus claustral*³³. No conto, ainda que os dezessete homens que partem para o Oriente constituam um grupo unido, ele é claramente desigual: de um lado estão aqueles que o próprio Amaro chama de “meus companheiros e amigos”, de outro ele mesmo, definido como “senhor”³⁴.

Quando Bernardo de Claraval faz, em 1124-1125, sua célebre recriminação (depois reiterada várias vezes pela legislação cisterciense) à abundante decoração figurativa usada pelos cluniacenses, é por considerar que tais “ridicula monstruositas” vão contra o ordenamento (*ordo*) estabelecido por Deus. A representação de toda “*deformis formositas ac formosa deformitas*” é fator de desordem do espírito, afasta os monges da reflexão³⁵. Baseada em tais idéias, “a edificação cisterciense é projeção de um sonho de perfeição moral” avalia Georges Duby. Como Otto von Simson mostrou, Bernardo pensava a arquitetura monástica fundada não em esculturas e pinturas, e sim na luminosidade e proporcionalidade, o que influenciaria o abade Suger na concepção de Saint-Denis, o arcebispo Henrique na da catedral de Sens, o bispo Godofredo na de Chartres. No mesmo contexto espiritual e cultural, um dos palácios do Preste João é descrito como tendo abóbada de reluzentes safiras e brilhantíssimos topázios, colunas cujos enormes carbúnculos

³² *Capitula, XXII,1*, p. 412. A condição dos conversos foi definida por um texto específico, o *Usus conversorum*, elaborado por volta de 1120 e editado por WADDELL, *Cistercian lay brothers. Twelfth-century usages with related texts*. Cîteaux: Commentarii cistercienses, 2000 (Studia et Documenta, X).

³³ Sobre o simbolismo espacial, JERÔNIMO, *Expositio quatuor Evangeliorum* (PL 30), col. 549d-550a. Sobre a expressão “*Paradisus claustral*”, veja-se o capítulo 4 de GILSON, Étienne, *La théologie mystique de saint Bernard* [1934]. Paris: Vrin, 1980, p. 108-141.

³⁴ *Conto de Amaro*, §10, p. 273; §12, p. 277; §14, p. 280; §15, p. 280-281.

³⁵ *Apologia ad Guillelmum abbatem*, XII, 29 (S. Bernardi opera, III), p. 106, linhas 14-25.

permitem iluminar o palácio como o mundo é iluminado pelo sol³⁶. Ora, o castelo paradisíaco avistado por Amaro ainda a meio caminho do topo da montanha revelou-se todo luz e cores, construído em pedras brancas, verdes, vermelhas e pretas. Antes de alcançá-lo, ele encontrou uma edificação muito luminosa porque não tinha muros, toda sua volta era em arcos feitos de cristais e “outras belas pedras”, a cobertura de pedras preciosas³⁷. O efeito ornamental que ele despertou em Amaro não foi, portanto, muito diferente daquele provocado pela leveza e elegância das formas arquitetônicas das igrejas e claustros cistercienses ou pelas colunas sólidas embaixo e esguias no alto existentes no palácio do Preste João.

Quarto traço utópico que caracteriza a terra de Amaro, a prosperidade. Ao alcançar a montanha em cujo topo se encontra o Paraíso terreno, Amaro viu um castelo todo de mármore e pedras preciosas, o “maior, mais alto e mais belo de quantos no mundo havia”, com um perímetro de mais de cinco léguas (28 quilômetros). No meio da subida, Amaro deparou-se com uma construção de pedras preciosas no interior da qual “caberiam quinze mil cavalos” e onde havia quatro fontes belas e ricas, “lavradas em metal”. Alcançado o cume da montanha, apesar de insistentes pedidos Amaro não pôde entrar no castelo porque “ainda não é tempo” explicou-lhe o porteiro, que consciente, porém, da santidade do personagem, entreabriu as portas para que ele visse alguma coisa do interior do Paraíso. E assim Amaro vislumbrou “tantos prazeres e tanto sabores”, árvores, flores, ervas, maçãs, laranjas, “todas as outras frutas do mundo”. Enxergou ainda elegantes fontes, preciosas tendas e moços e moças ricamente vestidos. Quando, à guisa de despedida, o porteiro lhe ofereceu alguma coisa do Éden como lembrança, Amaro escolheu uma vasilha de terra³⁸. Descendo para o vale, reuniu pessoas na cidade que tinha sido fundada por seus companheiros de

³⁶ Respectivamente, *Saint Bernard, l'art cistercien* [1976]. Paris: Flammarion, 1979, p. 13 e 94; *The Gothic cathedral: origins of Gothic architecture and the medieval concept of order*. Nova York: Pantheon, 1956 (Bollingen series, 48); *De India et de eius mirabilibus*, §16, p. 294, linhas 217-226.

³⁷ *Conto de Amaro*, §13, p. 277. Vertemos por “edificação” aquilo que o relato chama de *tenda*, devido ao contexto narrativo e também por aquela palavra ter a acepção de livraria, farmácia, oficina (BARBOSA, *Dictionarium lusitanicolatinum*, col. 1027), podendo, portanto, ser entendida como construção claustral.

³⁸ *Conto de Amaro*, §13, p. 277-279.

viagem enquanto ele visitava o Paraíso, e com elas assentou lá perto uma nova aglomeração em cujo território espalhou a terra edêника, o que permitiu que as árvores crescessem “em um ano mais do que em outro lugar em cinco”. Seus habitantes construíram belas casas, plantaram muitas árvores, a cidade tornou-se grande e rica³⁹.



Entretanto, o *Conto de Amaro* pode, efetivamente, ser considerado cisterciense? Já se notou que aquele texto talvez possa ser interpretado como produto da criação coletiva popular da Idade Média, embora na versão agora conhecida tenha marcas de um autor ou de autores individuais⁴⁰. Ainda que Laura de Vasconcellos não indique que marcas são estas, nem quem poderiam ter sido seus autores, é possível vislumbrar a resposta inspirando-se na observação de Cocheril, “são os cistercienses que fizeram – a palavra não é demasiado forte – a nação portuguesa”⁴¹. E com efeito as referências àquela ordem, mesmo que indiretas, abundam no texto.

Por exemplo, quando exalta a hospitalidade que Amaro recebeu em vários momentos (totalizando 246 dias), e que sem ser exclusividade dos cistercienses era tão praticada por eles que em Alcobaça absorvia metade do trigo produzido. Ou quando elogia a beleza do local e os muitos jardins, prados e vergéis do “mosteiro de frades brancos e homens de boa vida”, onde Amaro foi abençoado por um monge “pela reverência da Ordem” e

³⁹ *Conto de Amaro*, §15, p. 280-281. Note-se que a versão castelhana do século XV nada fala do destino que Amaro deu à porção de terra levada do Paraíso: VEGA, Carlos Alberto, *Hagiografía y literatura. La vida de San Amaro*. Madri: Crotalón, 1987, p. 116-118.

⁴⁰ VASCONCELLOS, *Conto de Amaro, edição e estudo*, p. 11.

⁴¹ COCHERIL, Maur, Le problème des fondations cisterciennes au Portugal aux XII et XIII siècles. em *Mélanges à la mémoire du père Anselme Dimier*. Arbois: Pupillin, 1984, vol. II-4, p. 629. Embora mais reservado, MATTOSO, José, reconhece que a cavalaria, essencial na defesa e na expansão do território, encontrou “na orientação cisterciense um apelo à abnegação e à renúncia que está ligada a uma concepção genérica da função do indivíduo em sociedade”, portanto à consolidação de uma consciência nacional: Cluny, cruzios e cistercienses. p. 118. Também MARQUES pensa que o papel dos cistercienses “foi de particular relevância na estruturação do reino de Portugal, desde os aspectos econômicos aos da formação de mentalidades”: *Estudos*, p. 7.

onde fez uma quarentena de penitência e comungou⁴². Ou quando o relato fala do costume de Amaro levantar antes do amanhecer e ficar “*ataa luz em oraçom e nõ tornava mais a dormir*”, talvez alusão à liturgia cisterciense que inspirada em versículo do Salmo 118 estabelecia uma prece no meio da noite. É o caso ainda de Amaro, desde que a luz era apagada, deixar o bom leito oferecido por seus anfitriões e deitar-se no chão, porque os monges brancos estavam habituados a dormir sobre um catre coberto apenas por fino colchão de palha⁴³. Talvez para indicar a condição cisterciense do mosteiro de Flor de Donas, tão importante na narrativa, esta afirma que suas religiosas vestem-se de branco e possuem dezessete moinhos, instrumento bastante empregado por aquela Ordem⁴⁴.

Mais expressivo, para aquele mosteiro dirigia-se três vezes ao ano e lá foi sepultada a segunda mais importante personagem do relato, a santa eremita Valides, definida como “serva da Virgem Santa Maria”. Esta, como se sabe, é patrona dos cistercienses cujas igrejas são todas dedicadas a ela: “*in honore regine celi et terrae nostra omnia fundari debere cenobia*”, declaram textos normativos da Ordem. Logo, não é casual que quando se viu ameaçado por feras marinhas no “mar coalhado”, Amaro tenha recorrido à Virgem. Nesta longa súplica, o autor retoma muitos dos clássicos elementos do hinário mariano (rainha dos céus, estrela do mar, remédio dos pecadores, castelo forte, advogada, porto, flor preciosa, fonte de bondade, etc), e a seguir descreve detalhadamente a visão que Amaro teve de uma procissão de anjos encabeçada pela Mãe do Rei dos Céus, referida nomeadamente seis vezes ao longo do conto⁴⁵.

⁴² *Conto de Amaro*, §2-4, p. 266, §6, p. 269, §7, p. 271, §10, p. 273, §11, p. 275, §15, p. 280; SÃO BOAVENTURA, Fortunato de, *Historia chronologica e critica da Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa: Impressão Régia, 1827, p. 45; *Conto de Amaro*, §7, p. 270-271.

⁴³ LEKAI, Louis Julius, *The Cistercians. Ideals and reality*, Kent (Ohio): The Kent State University Press, 1977, p. 364 e 373; *Conto de Amaro*, §11, p. 275.

⁴⁴ *Conto de Amaro*, §11, p. 275-276; LEKAI, *The Cistercians*, p. 321.

⁴⁵ A menção a “serva da Virgem” está no *Conto de Amaro*, §8, p. 272. A citação normativa é dos *Capitula*, IX, 2, p. 408. Com outra redação a mesma decisão aparece nos *Instituta*, XVIII, 2, p. 463. A oração do *Conto de Amaro*, §5, p. 267, encontra suas fontes no *Analecta Hymnica Mediæ Aevi* [1886-1922], ed. DREVES, Guido Maria e BLUME, Clemens, Nova York / Londres: Johnson Reprint, 1961, 55 volumes. As referências à Virgem no *Conto de Amaro* são do §5, p. 267-268; §8, p. 272; §9, p. 273; §13, p. 279.

Também de “marcado cunho cisterciense”, na expressão de José Filgueira Valverde, é o tema do tempo suspenso (típico dos relatos utópicos), presente no texto quando Amaro fica às portas do Paraíso admirando as belezas do interior por 267 anos que lhe parecem breves instantes⁴⁶. Estas belezas não eram apenas visuais, o autor insiste sobre a sonoridade do Paraíso. Ali as aves cantam de maneira tão saborosa que se “*nō ouvesse outro viço, aquell avondarya muy bem*”. Além delas, moços e moças cantam enquanto tocam “guitarras, violas e outros instrumentos”. Um cortejo de virgens acompanha a Mãe de Cristo entoando um cântico, e depois que elas se instalaram sob uma tenda pousam ali formosas aves com “penas de anjos” que “*cantavā melhor que nūca foy homē que ouvisse*”⁴⁷. Toda esta descrição não parece desconectada com o fato de São Bernardo valorizar a sonoridade, daí aliás ter composto 339 sermões, peças a serem comunicadas oralmente. Para ele, a audição era mais importante que a visão. Nas suas próprias palavras, “o ouvido descobre (*invenit*) o que os olhos não podem perceber. A aparência atraiçou os olhos, a verdade penetrou pelo ouvido”⁴⁸. Nada estranho, então, que os cistercienses tenham se preocupado com a sonoridade de seus edifícios. Na igreja abacial de Notre-Dame du Thoronet (consagrada em 1136), por exemplo, a construção teria obedecido a essa filosofia bernardina: a reverberação no edifício tem cerca de quatro segundos e as proporções da construção estão em correspondência com intervalos musicais. A sonoridade encontra-se na base mesma da busca do Paraíso, pois Amaro “*nūca folgava se nō quando ouvya fallar ē elle*”⁴⁹. Diante disso tudo, não surpreende que no relato apareçam 117 vezes verbos do campo semântico da audição e apenas 42 do da visão.

Porque os mosteiros cistercienses são figurações edênicas, as portas do castelo paradisíaco são imensas “*como corredura de hūu cavalo*”,

⁴⁶ *Tempo y gozo eterno en la narrativa medieval*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1982, p. 87, 92, 98. Sobre o caráter utópico do tempo descrito pelo texto português, tomamos a liberdade de enviar ao nosso Concepts of time in medieval Portugal: temporalities and simultaneities in the *Conto de Amaro*. *Journal of Medieval Iberian Studies* (Abingdon, UK), 2, 2010, p. 51-76.

⁴⁷ *Conto de Amaro*, §13, p. 278-279.

⁴⁸ *Sermones super Cantica Canticorum*, XXVIII,5 (S. Bernardi opera, I), p. 195, linhas 9-10.

⁴⁹ *Conto de Amaro*, §1, p. 265.

lembrando que o Éden é a casa de Adão, personagem gigantesca antes do pecado de acordo com relatos míticos de variadas procedências, inclusive muçulmana, bem conhecida em Portugal⁵⁰. Também falaram nisso fontes cristãs, como um cronista inglês de fins do século XII ou um italiano de meados do século XIV⁵¹. Porque tudo que Deus fez é bom e belo, o castelo edênico revelado pelo conto dispensa todo elemento ornamental, da mesma forma que faziam os cistercienses nos seus mosteiros, onde a escultura era estritamente proibida (*numquam*) e a pintura aceita apenas sobre crucifixos de madeira⁵². Esse despojamento que pretendia renovar a tradição monástica, então enfraquecida no julgamento dos cistercienses, significou a adoção de um estilo de vida de singeleza edênica. Sua liturgia estava baseada apenas na oração e na comunhão – foi na abadia cisterciense de Villers-en-Brabant que se celebrou pela primeira vez, em 1252, a nova festa do Corpus Christi – como havia feito Adão⁵³ e como faria

⁵⁰ *Conto de Amaro*, §13, p. 278; *Les aventures de Sindbad*. trad. KHAWAN, René Rizqallah, Paris: Phébus, 2º ed. 1990, p. 191; *Relation des voyages faits par les arabes et les persans dans l'Inde et à Chine dans le IX siècle de l'ère chrétienne*, I, 7, ed.-trad. Louis-Mathieu Langlès e Joseph Toussaint Reinaud, Paris: Imprimerie Royale, 1845, vol. I, p. 5-6; ABOU-ZEID AHMED BEN SAHL EL-BALKHI, *Le livre de la Création et de l'histoire*. 6, ed.-trad. Clément Huart, Paris: Ernest Leroux, 1899, vol. I, p. 179. Além desses três textos do século IX, recolheu a mesma informação em 1356, bem próximo ao conto português, IBN BATTUTA, *Voyages*. ed.-trad. Charles Defremery e Beniamino Raffaelo Sanguinetti, Paris: La Découverte, 1997, vol. III, p. 265.

⁵¹ WALTER MAP, *De Nugis Curialium*, I, 1, ed. Montague Rhodes James, Oxford: Clarendon, 1914, p. 2; MARIGNOLLI, João de, *Cronica Boemorum*. I, ed. Joseph Emmer, em *Fontes rerum Bohemicarum*. Praga: Nákladem Musea království českéh, 1882, vol. III, p. 499b.

⁵² *Capitula*, XXVI, 2, p. 413.

⁵³ Embora o Adão orante esteja ausente do texto bíblico, aparece em apócrifo que teve versão árabe em meados do século VIII: *La caverna dei tesori*, 20, ed. Margareth Dunlop Gibson, trad. Antonio Battista e Bellarmino Bagatti, Jerusalém: Franciscan Printing Press, 1980 (Studium Biblicum Franciscanum, Collectio Minor, 26), p. 45. Aparece igualmente em uma iluminura realizada em Bruges um pouco antes de 1480, acompanhando a tradução francesa de OVÍDIO, *Les metamorphoses*. Bibliothèque Nationale de France, ms. fr. 137, fol. 1. Sem ser propriamente a comunhão, mas prefigurando-a, Adão e Eva depois que Deus deixou de lhes falar construíram com pedras um altar sobre o qual depositaram como oferenda ao Senhor uma mistura de folhas, terra e seu próprio sangue, afirma um apócrifo cristão dos séculos VIII-IX: *Il combattimento di Adamo*, 14, ed.-trad. Antonio Battista e Bellarmino Bagatti, Jerusalém: Franciscan Printing Press, 1982 (Studium Biblicum Franciscanum Collectio Minor, 29), p. 53-55.

Amaro⁵⁴. A caridade praticada por este logo no começo da narrativa era um dos eixos centrais do despojamento cisterciense, tal qual definido em 1119 pela *Carta Caritatis Prior*, em 1138 por São Bernardo (que enviaria monges de Claraval para a fundação de Alcobaça) e em 1152 (ano anterior à fundação da abadia portuguesa) pela *Carta Caritatis Posterior*⁵⁵. Levando-se em conta a importância que a cultura medieval atribuía ao simbolismo numérico, pode-se pensar que não era fortuito o fato de os companheiros de viagem de Amaro serem dezesseis, como o número de dias passados em Flor de Donas, já que no ensinamento paulino tal quantidade indica as virtudes contidas na caridade, uma das qualidades de Valides com quem Amaro conviveu naquele mosteiro⁵⁶.

Semelhantemente ao que ocorrera no jardim dos primeiros tempos, os monges brancos dedicavam-se antes de tudo ao trabalho manual, em especial agrícola, que atualizava a tarefa de Adão de “cultivar e guardar” o Éden. A legislação cisterciense determinava que todo alimento dos monges deveria “provir do trabalho manual, do cultivo da terra, da criação de animais”. Não por acaso as iluminuras dos primitivos manuscritos cistercienses mostram monges cortando árvores, colhendo cereais, vindimando, tecendo. Assim como fizeram Amaro e seus companheiros em Trevilles, onde plantaram “muitas vinhas, pomares e hortas” com excelente resultado⁵⁷. Pode-se pensar que a porção de terra levada por Amaro do Éden é responsável por aquela produtividade, segundo o texto literário,

⁵⁴ Amaro reza para a Virgem em alto mar (§5, p. 267) e antes do alvorecer todos os dias em que esteve em Flor de Donas (§11, p. 275). Ele comunga no mosteiro do Vale das Flores (§7, p. 271) e em Trevilles, no seu leito de morte (§15, p. 281).

⁵⁵ *Conto de Amaro*, §2, p. 265. O primeiro daqueles documentos cistercienses está publicado e traduzido por WADDELL, *Narrative and legislative texts*. p. 442-450. O segundo encontra-se em SÃO BERNARDO, *Corpus epistolarum*, CXLII (S. Bernardi opera, VII), p. 340-341. O terceiro é fornecido por WADDELL, *Narrative and legislative texts*. p. 500-505.

⁵⁶ MEYER, Heinz e SUNTRUP, Rudolf, *Lexikon der mittelalterlichen Zahlenbedeutungen*. Munique: Wilhelm Fink, 1987 (Münstersche Mittelalter-Schriften, 56), col. 659; I coríntios, XIII, 4-7; *Conto de Amaro*, §8, p. 272-273. Aliás, talvez não seja despropositado pensar que o Flor de Donas da narrativa tenha sido calcado em uma fundação feminina de Alcobaça chamada pela documentação de fins do século XIII de Donas de Cós.

⁵⁷ Respectivamente, *Gênesis*, II, 15; *Capitula*, XV, 2, p. 410, *Instituta*, V, 2, p. 459; Charles OURSEL, *Miniatures cisterciennes, 1109-1134*. Mâcon: Protat, 1960; *Conto de Amaro*, §15, p. 280-281.

equivalia no plano histórico à prática cisterciense de transplantar as melhores espécies de árvores de um mosteiro (ou Éden simbólico) a outros.

Não só há fortes indícios da origem cisterciense do *Conto de Amaro*, como também da sua procedência específica, alcobacense. É o caso da atividade desbravadora e povoadora de Amaro, típica dos monges cistercienses, inclusive dos de Alcobaça, que ao longo dos séculos XIII-XIV expandiram bastante seu couto inicial e deram origem a várias povoações. Antes de seguir em direção ao Paraíso, Amaro pediu a seus companheiros para povoarem a região na qual haviam desembarcado. Ele próprio ao descer da montanha edênica não voltou à sua região de origem, como faziam quase todos os que visitavam o Paraíso terrestre, e levantou ali perto a cidade de Trevilles. Esta foi criada entre os vales de três rios (daí seu nome), assim como Alcobaça tinha sido erguida entre um lago marítimo então existente e os vales dos rios Alcoa e Baça (daí o nome da abadia)⁵⁸. A alta produtividade agrícola dessas terras na época em que o manuscrito do conto foi copiado (8 a 13 por semente plantada nos solos férteis), parece ter sido o modelo histórico atribuído às terras de Trevilles⁵⁹. Se excluirmos os verbos abstratos (haver, poder, querer, saber, ser, etc) ou de conotação religiosa (beijar, benzer, cantar, chorar, etc), um dos mais usados no *Conto de Amaro* é “povoar”, com oito ocorrências. Nada estranho, quando se lembra que Alcobaça

⁵⁸ NATIVIDADE, Manuel Vieira, *O mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*. Coimbra: Progresso, 1885, p. 8, sugeriu a possibilidade inversa, de que o nome Alcobaça (vindo do árabe *Al cobaxis*, o carneiro) estivesse na origem dos nomes dos rios, hipótese pouco aceita atualmente. De qualquer maneira, como toda igreja cisterciense a de Alcobaça foi dedicada à Virgem, e embora não fosse fenômeno antropônímico exclusivo dos domínios alcobacenses, não é inútil notar que no período 1370-1400 (provavelmente o de elaboração do *Conto de Amaro*) “Maria” nomeou quase 39% das mulheres nas terras da abadia, cf. GONÇALVES, Iria, *Antropónímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média. Do tempo e da história* (Lisboa), 5, 1972, p. 173.

⁵⁹ OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de, *Introdução à história da agricultura*. Lisboa: Cosmos, 1968, p. 46-48; GONÇALVES, Iria, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova, 1989, p. 242-243; *Conto de Amaro*, §15, p. 281. Apesar das dificuldades dos séculos XIV-XV, Cister continuou sendo a mais rica ordem monástica em Portugal, cf. OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 392. Para SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, 1080-1415* [1977]. Lisboa: Verbo, 4^a ed. 1990, Alcobaça “era, sem dúvida, a terra agrícola mais produtiva no conjunto do reino” (p. 176).

possuía nos seus domínios quinze povoações e cinco portos marítimos⁶⁰. Nos séculos XIII-XIV a abadia tinha acesso direto ao mar e esteve envolvida em atividades marítimas, já se tendo inclusive defendido que muitos dos navios usados nos descobrimentos portugueses foram construídos nos estaleiros de Pederneira, em terras de Alcobaça⁶¹.

Até mesmo em detalhes arquitetônicos é possível entrever no *Conto de Amaro* a influência de Alcobaça. A tenda que o personagem encontra pouco antes de alcançar o castelo do Paraíso tem “*arcos toda aa rredor*”, talvez inspirados nas impressionantes galerias com arcos ogivais do recente claustro de Alcobaça, concluído em princípios do século XIV. Os lavabos localizados no lado norte desse claustro podem ter estado na origem da formulação literária “*estavā dentro [da tenda, isto é, do claustro] quatro fontes muy bellas e muy preciosas e eram lavradas de metal, e saya a augua per senhas bocas de lyoões*”⁶². O alpendre que antecede a porta edênica é de “abóbada muito alta” diz o autor anônimo, como as das naves de Alcobaça, que chamavam atenção pelo fato de a altura das colaterais rivalizar com a da central – quase 19 metros num caso, pouco mais de 20 no outro – enquanto no restante da arquitetura cisterciense aquelas têm usualmente metade da elevação desta. O castelo paradisíaco apresentado pelo texto é de mármore talvez porque assim são as 26 colunas que sustentam a abóbada de Alcobaça. Assim como a maioria dos moinhos de Alcobaça eram hidráulicos, os de Flor de Donas também⁶³.

Mais um indício é a já mencionada articulação de Trevilles com outra terra utópica, o império do Preste João. A descrição desse mundo maravilhoso feita

⁶⁰ A informação do número de povoações é de COCHERIL, Maur, *L'implantation des abbayes cisterciennes dans la péninsule ibérique*. *Anuario de Estudios Medievales* (Barcelona), 1, 1964, p. 276; a da quantidade de portos de GONÇALVES, *O património*, p. 271. NATIVIDADE, *O mosteiro de Alcobaça*, p. 117, fornece números um pouco diferentes, treze povoações e dois portos.

⁶¹ GONÇALVES, *O património*, p. 277; MARQUES, Os coutos de Alcobaça: das origens ao século XVI. em *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, p. 182 e 188.

⁶² *Conto de Amaro*, §13, p. 277. Talvez não seja inútil lembrar que dentre as particularidades da missa cisterciense está o fato de no momento do *Lavabo* (rito da missa antes da prece das oferendas) tanto o sacerdote quanto o diácono e o subdiácono lavarem as mãos: *Usus antiquiores ordinis cisterciensis*, II, 53 (PL 166), col. 1425a. Tal rito foi inspirado pelo Salmo XXV, 6-7: “*Lavabo inter innocentes manus meas, et circumdabo altare tuum, Domine; ut audiam vocem laudis, et enarrarem universa mirabilia tua*”.

⁶³ GONÇALVES, *O património*, p. 116-121; *Conto de Amaro*, §11, p. 275.

por um texto da década de 1160 foi copiada em Alcobaça dois séculos mais tarde, paralelamente à elaboração do *Conto de Amaro*⁶⁴. A epístola joânica explica que uma das províncias do império é atravessada por um rio que sai do Éden e traz nas suas águas muitas pedras preciosas. Como no conto a montanha do castelo do Paraíso é cortada pelos rios que partem de suas torres, podemos verossimilmente deduzir que “as muitas pedras preciosas” que decoram a edificação existente um pouco mais abaixo, no meio da encosta, provinham de um ou outro daqueles rios⁶⁵. A epístola localiza a referida província “*non longe a Paradiso unde Adam fuit expulsus*”, o conto coloca a cidade fundada por Amaro em um triplex vale por onde corriam três grandes rios que apesar de não estarem nomeados provavelmente desciam da montanha edênica situada lá perto⁶⁶.

Considerando que Amaro retornou ao Porto de Quatro Casas menos de 25 dias depois de ter partido dali em direção ao Éden, 16 dos quais ficou em Flor de Donas e um na casa de santos ermitões, considerando que Trevilles foi erguida “muito perto” de Flor de Donas, que ficava a somente um dia de marcha da montanha edênica⁶⁷, pode-se pensar que a terra amariana estava localizada em território joânico. Esta hipótese reforça as razões da visita que em 14 de maio de 1425 o infante D. Pedro fez mais uma vez a Alcobaça, antes de começar viagem que se estenderia até 1428 e graças à qual obteve informações adicionais sobre as terras do Preste João⁶⁸. De acordo com

⁶⁴ Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, cod. Alc. CCLVI / 380, fol. 84r-87r; OTO DE FREISING, *Chronica sive Historia de duabus Civitatibus / Chronik oder die Geschichte der Zwei Staaten*. VII, 33, ed. Adolf Hofmeister e Walther Lammers, trad. Adolf Schmidt, Berlim: Rütter und Loening, 1960, p. 556-559. Sobre o caráter utópico desse império, cf. nosso *La construction d'une utopie: l'empire de Prêtre Jean*. *The Journal of Medieval History* (Oxford), 23, 1997, p. 211-225 (traduzido em *A Eva barbada. Ensaios de mitologia medieval*, São Paulo: Edusp, 2010, p. 85-102).

⁶⁵ *De India et de eius mirabilibus*, §5, p. 290, linhas 48-51; *Conto de Amaro*, §13, p. 277.

⁶⁶ *De India et de eius mirabilibus*, §6, p. 290, linhas 70-71; *Conto de Amaro*, §15, p. 280-281.

⁶⁷ *Conto de Amaro*, §14, p. 280; §11, p. 275; §10, p. 273-274; §15, p. 280; §11, p. 276.

⁶⁸ GÓMEZ DE SANTISTEBAN, *Libro del infante Don Pedro de Portugal*. ed. Francis Rogers, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962. A descrição do império do Preste João nesse texto do último terço do século está nos capítulos 16-21, p. 38-56. A viagem do infante está na origem do mapa encomendado por D. Afonso V a Fra Mauro (1460) e usado por D. João II para elaborar o chamado Plano da Índia, cf. MARQUES, Alfredo Pinheiro, *Vida e obra do infante Dom Pedro*. Lisboa / Figueira da Foz / Mira: Centro de Estudos do Mar Luís de Albuquerque / Câmara Municipal de Mira / Gradiva, 1996, p. 100-109.

Vitorino Magalhães Godinho, em algumas cidades por onde D. Pedro passou (caso de Veneza, Ferrara, Roma e Barcelona) a origem africana do Preste João era admitida, o que deve ter influenciado as navegações promovidas por seu irmão D. Henrique, o Navegador, que tinha como um de seus objetivos declarados dobrar o cabo Bojador, pois “passara por ali São Brandão”⁶⁹. Ou seja, personagem que como Amaro tinha saído em busca do Paraíso terrestre, viagem descrita por texto muito popular do qual se conhece 117 manuscritos latinos, inclusive um copiado no século XIV em Alcobaça⁷⁰.

Ainda mais significativa é a conexão textual com *A demanda do santo Graal*, do último quartel do século XIII, tradução em que transparece a supremacia do sacerdócio da virtude sobre o sacerdócio oficial, o que já foi visto como reflexo do pensamento do cisterciense Joaquim de Fiore, introduzido em Portugal pelos seus colegas de Ordem⁷¹. Foi aquele monge calabrês que, em fins do século XII, tinha anunciado uma próxima Idade do Espírito Santo, cujo inaugurador seria Galaaz e cuja Igreja seria representada por Josefes, bispo sagrado diretamente por Deus por ser filho de José de Arimatéia, o personagem que recolhera o sangue de Cristo no Graal. Por ter sido no Pentecostes que apareceu aos cavaleiros da Távola Redonda, o Graal era forma visível do Espírito Santo, que segundo o conto foi quem enviou Amaro às portas do Paraíso – “eu bem sei que tu nõ vieste aquy se nõ pello Spiritu Sancto”, diz o porteiro do Éden ao santo homem⁷². Do Paraíso,

Não é inútil lembrar que o original do mapa-múndi de Fra Mauro foi enviado a Alcobaça (cf. CORTESÃO, Armando, *History of Portuguese Cartography*. Coimbra/Lisboa: Universidade de Coimbra / Junta de Investigações do Ultramar, 1971, vol. II, p. 174), comprovando a um só tempo a ligação da abadia com a monarquia e com a navegação marítima.

⁶⁹ GODINHO, *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 166; GOMES EANES DE ZURARA, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, I, 7, ed. José de Bragança, Lisboa: Civilização, 1937, p. 60.

⁷⁰ SELMER, Carl, The Lisbon *Vita Sancti Brandani Abbatis*. A hitherto unknown *Navigatio*-text and translation from Old French into Latin. *Traditio* (Nova York), 13, 1957, p. 313-344. Esta versão e outras duas reduzidas, copiadas em Coimbra, foram recentemente estudadas, editadas e traduzidas por NASCIMENTO, *Navegação de S. Brandão*, citado na nota 7.

⁷¹ *La Queste del Saint Graal, roman du XIIIe siècle*. ed. André Pauphilet, Paris: Honoré Champion, 1980; *Demande*, edição citada na nota 17. Sobre a influência do joaquimismo nesse texto, BRUNETI, Almir de Campos, *A lenda do Graal no contexto heterodoxo do pensamento português*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural, 1974.

⁷² *Demande*, IV, 25, p. 38; *Conto de Amaro*, §13, p. 279.

Amaro saiu com uma porção de terra numa *escudella*, palavra do século XIII vinda do latim *scutella*, diminutivo de *scuta*, “gamelia”, por sua vez derivada, no mesmo século, de *camella*, “vaso de madeira usado em certos sacrifícios”, como de certa forma era o graal da *Demand*a, cálice usado na Última Ceia e que teria recolhido o sangue de Cristo crucificado. Também não é inútil lembrar que na versão de Wolfram von Eschenbach, dos primeiros anos do século XIII, o Graal é guardado pelos templários, monges-guerreiros cuja regra foi inspirada por São Bernardo, que chamava de *optimum castrum* seu mosteiro de Claraval – cuja planta, invertendo-se apenas a posição da igreja em relação ao claustro, foi copiada em Alcobaça – o que já permitiu identificá-lo com o castelo do Graal⁷³.

Não se deve esquecer que os monges alcobacenses, tudo indica, estiveram na origem ou ao menos inspiraram a tradução portuguesa de *A demanda do santo Graal*⁷⁴, hoje conhecida por meio de um manuscrito do século XV, contemporâneo ou quase ao do *Conto de Amaro*. Ora, entre a monarquia e Alcobaça havia estreita relação na época da confecção do relato sobre Amaro⁷⁵, relação simétrica à existente entre a monarquia e a figura central da *Demand*a, Galaaz. No complexo mítico-ideológico de então, o rei D. João I ficava identificado ao modelo monárquico de Artur e o condestável D. Nuno Álvares Pereira ao modelo cavaleiresco e casto de Galaaz⁷⁶.

⁷³ *Sermones*, III, 3 (S.Bernardi opera, V), p. 381, linha 15; GRILL, Léopold, Château du Graal: Clairvaux. *Analecta Sacri Ordinis Cisterciensis* (Roma), 17, 1961, p. 115-126.

⁷⁴ É numa “abadia de monges brancos” que estava guardado atrás do altar o escudo branco com uma cruz vermelha pintada pelo sangue de Josefes, peça destinada a Galaaz: *Demand*a, VIII, p. 59-66.

⁷⁵ Exemplo disso é D. Pedro I ter, em 1358, restituído àquele mosteiro os direitos senhoriais contestados por seu pai, bem como o mesmo monarca ter sido ali sepultado em 1367. A ligação acentuou-se sob D. João I, quando o abade D. João de Ornelas para ajudar o rei na decisiva batalha de Aljubarrota (1385) enviou víveres e um corpo auxiliar, comandado por seu irmão, para impedir a retirada dos castelhanos. Naquela abadia o rei fez sepultar com todas as honras os fidalgos portugueses mortos na batalha. Aliás, foi D. João I que imporia D. Estevão de Aguiar como abade de Alcobaça (1431-1446).

⁷⁶ Os modelos literários do rei e do condestável são transmitidos por FERNÃO LOPES, *Crónica de D. João I*. ed. Anselmo Braamcamp Freire, Porto: Civilização, 1991, I, 34, vol. I, p. 69; I, 193, vol. I, p. 424-427; II, 75, vol. II, p. 186; *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, 4, ed. Adelino de Almeida Calado, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991, p. 8, linhas 17-26. Sobre o entrecruzamento dos dois personagens, COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. Não é sem interesse assinalar a presença cisterciense nesses modelos mesmo na longa duração

Na geração seguinte, o infante D. Henrique, virgem, casto e piedoso no dizer de vários cronistas (dentre eles Zurara, João de Barros e Pedro Álvares Seco), portanto discípulo espiritual de Nuno Álvares, não estaria igualmente buscando o Graal? De toda forma, na sua época ainda se acreditava que além-Bojador ficava o “mar tenebroso” e a sudoeste dos Açores o “mar de sargaço” (isto é, de algas) que não deixavam de ter relação com o “mar pantanoso” enfrentado por Brandão, o “mar arenoso [que] ninguém pode atravessar” referido pela epístola do Preste João, o “maar cõ tormēta” que Amaro defrontou logo depois de partir e o “mar quoalhado” encontrado por ele bem adiante do mar Vermelho⁷⁷. Não é mera coincidência que o conto fale numa ilha Deserta, que na *Demanda* exista uma cidade chamada Deserta, que nas Canárias descobertas em 1336 e bem conhecidas na segunda metade do século haja uma ilha Deserta, que a epístola do Preste João se refira à “deserta” Babilônia⁷⁸. A época foi de, fenômenos intimamente entrecruzados, demanda do Paraíso, demanda do Graal, demanda do Preste João.

Sendo a participação humana, de acordo com alguns estudiosos⁷⁹, decisiva na construção de uma utopia, poder-se-ia hesitar em atribuir tal qualificativo

histórica, como mostra um historiador alcobacense da primeira metade do século XVIII ao comparar D. Nuno a São Bernardo: SANTOS, Manoel dos, *Monarquia Lusitana*. VIII, 47, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 484.

⁷⁷ Respectivamente, BENEDEIT, *Nauigatio Sancti Brandani*, ed. Nascimento, 12/13, p. 160-161 e 14/16, p. 164-165; *De India et de eius mirabilibus*, §7, p. 290, linhas 78-80; *Conto de Amaro*, §2, p. 265 e §5, p. 267.

⁷⁸ *Conto de Amaro*, §6, p. 269; *Demand*a, LVI, 399, p. 384; CORTESÃO, *History of Portuguese Cartography*, p. 68-76; *De India et de eius mirabilibus*, §4, p. 289, linha 35, §11, p. 292, linha 131. Note-se ainda que no conto o importante personagem Leonites, monge de Vale de Flores, é identificado como “natural de Babilônia, a deserta” (§7, p. 270).

⁷⁹ Dentre eles, CIORANESCU, Alexandre, *Utopie: cocagne et âge d'or*. Diogène (Paris), 75, 1971, p. 92; TROUSSON, Raymond, *Voyages aux pays de nulle part. Histoire littéraire de la pensée utopique*, [1975]. Bruxelas: Éditions de l’Université de Bruxelles, 3^a ed. 1999, p. 21; MANUEL, Frank e Fritzi, *Utopian thought in the western world*. Cambridge (Mass.): Belknap Press of Harvard University Press, 1979, p. 112; ELIAV-FELDON, Miriam, *Realistic Utopias : the imaginary societies of the Renaissance, 1516-1630*. Oxford: Clarendon, 1982, p. 2; HUGUES, Micheline, *Émergence de l’utopie*. em THOMASSET, Claude e JAMES-RAOUL, Daniele (org.), *En quête d’utopies*. Paris: Presses de l’Université Paris-Sorbonne, 2005, p. 384.

à cidade de Amaro, já que em toda a trajetória do personagem as intervenções divinas revelam-se decisivas. Dever-se-ia, então, simplesmente taxar o conto de hagiográfico. Mas é possível objetar, acompanhando Arrigo Colombo e Jean-Claude Besson-Girard, que foi com o mito do Paraíso que surgiu a noção de utopia⁸⁰. Realmente, quando D. Manuel afirma em carta aos Reis Católicos, de 28 de agosto de 1501, que “Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse [o Brasil] porque é mui conveniente e necessária à navegação da Índia”, ele não nega que naquele evento tinha havido além da intervenção divina muito empenho humano⁸¹.

O *Conto de Amaro* é boa ilustração disso. Sua frase de abertura revela o “grande desejo” de o personagem ver o Paraíso terreno, e se a seguir uma voz lhe explica que Deus “quer cumprir teu rogo e desejo”, logo depois o autor esclarece que isso não se faria sem “grande esforço”, e para realizá-lo Amaro teve “esperança”. A frase de fecho confirma que o sucesso não decorreu apenas da ajuda divina: “*assy acabou Amaro o que desejava polla graça e esforço que em Deus tomou*”. No total, o relato recorre doze vezes à palavra “desejo” e seus derivados, que aparecem portanto em média uma vez a cada dois fólios. Este fato parece corroborar a proposta de Ernst Bloch, que vê a origem de toda utopia no desejo (“pai do pensamento”, *Vater des Gedankens*) e na espera ativa (“princípio esperança”, *Prinzip Hoffnung*).⁸² Não são os milagres que definem a trajetória e a obra de Amaro. É o desprendimento demonstrado por ele logo no início da narrativa (doa muitos bens aos pobres) que lhe permite alcançar a fartura final (torna-se senhor de uma grande e rica cidade). Mais do que um predestinado, Amaro é alguém cuja conduta fizera por merecer os favores do Céu. Assim como no Paraíso Adão tinha sido “*incola felix*”, em Trevilles Amaro foi feliz cuidando daquela região “*tam bôoa*” graças à terra que trouxera do Paraíso e que “cheirava

⁸⁰ COLOMBO, *L'utopia. Rifondazione di un'idea e di una storia*. Bari: Dedalo, 1997, p. 92-94; BESSON-GIRARD, Du labyrinthe au paradis, ou la tentation utopiste. *Entropie. Revue d'étude théorique et politique de la décroissance* (Lyon), 4, 2008, p. 20 e 26.

⁸¹ Reproduzida e transcrita por DIAS, Carlos Malheiros, A semana de Vera Cruz. em IDEM (dir.), *História da colonização do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, 1923, vol. II, p. 155 e 165.

⁸² *Conto de Amaro*, §1-2, p. 265 e §15, p. 281; BLOCH, *Das Prinzip Hoffnung* [1959], 41, Frankfurt: Suhrkamp, 1985 (Werkausgabe, 5), p. 1018.

mais e melhor que todas as coisas do mundo”⁸³. Realizava-se ali a antiga observação de Horácio – se a Idade de Ouro não existe mais aqui, deve ser buscada acolá, deve-se descobrir “no oceano que nos circunda e espera” locais que vivem no presente como se vivia no passado, terras distantes e desconhecidas reservadas por Júpiter “a um povo piedoso”, *piae genti*, como seriam também os utopianos⁸⁴.

Destarte, o que o *Conto de Amaro* transmite não é um simples relato maravilho, gênero ao qual os portugueses medievais aparentemente não eram muito afeitos. De acordo com o que escreve em 1539 o cronista João de Barros, Colombo não teve aceitação na corte portuguesa por ter fundado seu projeto “fantástico e de imaginações” no livro de Marco Polo. Camões em 1572 criticou a mentalidade demasiado imaginativa tanto de antigos (as “fábulas vãs” sobre calipso e harpias) quanto de medievais (as façanhas “fantásticas, fingidas, mentirosas” de Rolando)⁸⁵. De fato, no *Conto de Amaro* há somente cinco passagens que tratam de eventos maravilhosos, quer dizer, na definição dada pelo inglês Gervais de Tilbury por volta de 1214, “aquilo que escapa à nossa compreensão, embora seja natural”⁸⁶. Ademais, pelo menos uma daquelas passagens do conto é de raízes claramente literárias. Tudo indica que o monge anônimo inspirou-se em Homero no episódio do navio de Amaro encalhado, cercado por monstros marinhos carnívoros e tirado daquela situação pelas próprias bestas

⁸³ Citações de MILON DE ELNO, *De sobrietate*, I, 5, ed. Ludwig Traube (MGH. Poetae Latini Carolini, 3), p. 619, linha 130; *Conto de Amaro*, §15, p. 280-281.

⁸⁴ *Epoëde*, 16, ed. David Mankin, Cambridge, CUP, 2002, p. 43-45 (citações, v. 41, p. 44; v. 63, p. 45); TOMÁS MORE, *Utopia*. II, Basileia: Jean Froben, 4^a ed. 1518, edição facsimilada e traduzida por PRÉVOST, André, Paris: Mame, 1978, p. 105, linhas 24-25.

⁸⁵ BARROS, João de, *Ásia. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. I, III, 11, ed. Hernani Cidade, Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1945, p. 120; CAMÕES, *Os Lusíadas*, ed. Hernani Cidade, Lisboa: Sá da Costa, 1956 (Obras Completas, 4), I, 11:2, p. 8 e V, 89:6, p. 290. Duas importantes autoridades historiográficas também assinalam a pequena propensão lusitana ao maravilhoso: BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, *Visão do Paraíso* [1959]. São Paulo: Brasiliense / Publifolha, 2000, p. XI, XVIII-XIX, XXII, 1-17, 161-182; MAGALHÃES GODINHO, *Mito e mercadoria*, p. 95 e 78-79.

⁸⁶ “Mirabilia constituit ignorantia reddende rationis quare sic sit”: TILBURY, Gervásio de, *Otia imperialia*. III, Prefácio, ed.-trad. S. E. Barks e James W. Binns, Oxford: OUP, 2002 (Oxford Medieval Texts), p. 559.

que puxam o navio ao lutarem com odres cheios de vento jogados ao mar pela tripulação⁸⁷.

Como estamos sugerindo neste estudo, o *Conto de Amaro* pode ser entendido como uma versão literária da utopia cisterciense em geral e alcobacense em particular. Utopia que passava por dificuldades com a retração geral da mão-de-obra decorrente da inversão da tendência demográfica nas últimas décadas do século XIII, fortemente acentuada pela Peste Negra – a população portuguesa recuou de milhão e meio de indivíduos a um milhão ou mesmo menos; a população monástica em apenas dois meses de 1348 perdeu 150 indivíduos⁸⁸. A Ordem Cisterciense foi assim atingida no seu fundamento econômico, a utilização de *conversi*, categoria de servidores de baixo custo (celibatários, não tinham família a sustentar) e grande dedicação (ingressavam espontaneamente na Ordem) que até fins do século XIII ou mesmo meados do XIV tinha sido mais numerosa que a dos monges⁸⁹. Para compensar essa queda, a Ordem criou a instituição dos *familiares* (também chamados de *donati* ou *oblati*), gente de estatuto intermediário entre trabalhadores contratados e conversos, devotos laicos que portavam vestes seculares e não faziam votos vitalícios, apenas prometiam obediência ao abade, efetivo que em 1293 o Capítulo Geral constatava existir em “número excessivo”⁹⁰.

⁸⁷ *Conto de Amaro*, §5, p. 267-268. Na *Odisseia*, o deus Éolo enche um odre de vento e coloca-o no barco de Ulisses, cuja tripulação libera aos pouco o vento até chegar em alto mar (X,1-75, ed. Alfred Heubeck, trad. G. Aurelio Privitera, Milão: Fondazione Lorenzo Valla / Arnoldo Mondadori, 1983, vol. III, p. 51-57).

⁸⁸ A estimativa populacional global é de OLIVEIRA MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 49, 16-21. A mortandade de monges é fornecida por SÃO BOAVENTURA, *Historia chronologica*, p. 178, e adotada por DIMIER, Ansèlme, *L'art cistercien hors de France*. La Pierre-qui-Vire: Zodiaque, 1971, p. 258.

⁸⁹ COCHERIL, Maur, Alcobaça. em ANDRADE, António Alberto Banha de (dir.), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Resistência, 1980, vol. I, p. 104, estima que no seu apogeu Alcobaça deve ter tido entre 150 e 170 monges para 200 a 250 conversos. A retração no número de conversos em Alcobaça é praticamente unânime na historiografia, por exemplo BARBOSA, Pedro Gomes, Cistercienses. em AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa / Círculo de Leitores, 2000, vol. I, p. 348.

⁹⁰ LEKAI, *The Cistercians*. p. 337-344. A avaliação do Capítulo Geral é citada pelo mesmo autor à p. 379.

Enquanto nos primeiros tempos de sua história “Cister queria agir pelo exemplo”, avalia Duby, no século XIV que viu baixar o padrão ascético dos monges brancos, informa Lekai, inclusive em Alcobaça, completa Gusmão⁹¹, o relato sobre a aventura de Amaro talvez quisesse revigorar e difundir os tradicionais valores cistercienses. É verdade que o estatuto do personagem aparece de forma ambígua no conto. Ele nunca é definido como monge, há mesmo indícios de que não era. Por outro lado, não é impossível que o fosse⁹². Testemunham a favor dessa hipótese vários elementos. Um, logo no começo do relato Amaro é chamado de *homem bô*, expressão que por muito tempo foi (embora não exclusivamente) sinônimo de “frade” e de “ermitão”. Dois, o fato de ele começar a aventura doando seus bens aos pobres, como deveria fazer todo monge: em carta a São Bernardo, que ele sabia compartilhar a idéia, Pedro Venerável pergunta de forma retórica “que significa a frase ‘dê tudo que tens aos pobres e siga-me’, senão faça-te monge?” Três, Valides diz a Amaro que gostaria de colocar sua sobrinha “*em na hordem [...] e que rrecebesse ella o avito da tua maõ sancta*”, o que efetivamente aconteceu dias depois. Quatro, pouco antes de se dirigir à montanha paradisíaca Amaro recebeu como lembrança da sobrinha de Valides “*huña vestidura muy rryca, branca como a neve [...] e el vestyo chorando e beenzeo a*”. Quinto, é esse mesmo hábito branco distintivo dos cistercienses que ele vestia diante do Paraíso e foi elogiado pelo porteiro: “*teus panos que som muy fremosos*”⁹³.

Poder-se-ia contrarargumentar que se fosse monge, Amaro não teria fundado uma cidade e sim um mosteiro. Mas se este é sempre rural, remete à idéia do *eremus* patrístico, não deixa na Idade Média de servir de modelo para as cidades, muitas vezes “construídas segundo um tipo de geografia

⁹¹ DUBY, *Saint Bernard, l'art cistercien*. p. 100; LEKAI, *The Cistercians*, p. 370 e 373; GUSMÃO, Artur, *A real abadia de Alcobaça*. Lisboa: Ulisséia, 1948, p. 49-50. SÃO BOAVENTURA, *Historia chronologica*. p. 10, coloca no século XV a inobservância das regras monásticas.

⁹² Recentemente negamos essa possibilidade (“Concepts of time”, p. 64), que novas releituras do texto nos levam a rever, pelos motivos que se dirá a seguir.

⁹³ Para o primeiro argumento, VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram [1798-1799]*. ed. Mário Fiúza, Porto / Lisboa: Civilização, 1984, vol. II, p. 286. Para o segundo, PEDRO VENERÁVEL, *Epistolarium*, I, 28 (PL 189), col. 117d. Para os demais, *Conto de Amaro*, §11, p. 275-276; §13, p. 279.

monástica melhorada e adaptada, assim como suas constituições se inspiram frequentemente em regras monásticas”, observa Séguy. Ademais, é preciso acrescentar, todo mosteiro é funcionalmente uma microcidade, que no plano externo tem personalidade jurídica coletiva, no plano interno legislação, dirigentes, serviços, oficinas, zona rural. Poder-se-ia contrarargumentar também, que se fosse monge Amaro deveria estabilidade e não teria viajado quase escondido (“*nō digas a nenhū nenhūa cousa de teu feito nē pera hu vaas*”), mas – é novamente Séguy que o lembra com razão – os cistercienses faziam “passar a consciência individual antes da obediência devida aos superiores, segundo *Romanos XIV*, 3, tendência de que São Bernardo se fará porta-voz”⁹⁴.

Admitida a possibilidade de Amaro ter sido monge, não é absurdo pensar que seu nome fazia alusão a Mauro, o discípulo predileto de São Bento, cuja regra os cistercienses buscavam revigorar na sua plenitude. Pelo menos foi o que pensou no século XVIII o monge alcobacense que no fólio de rosto do manuscrito deu como título *Hystoria de certo homem pio chamado Mauro, o qual depois de perigosos e quasi impraticaveis trances conseguiu o desejo que tinha de ver o paraizo terrestre*. Se Amaro foi monge, seus companheiros poderiam ser *conversi*, sujeitos que apesar da proibição de abandonarem as granjas em que viviam e trabalhavam, em certos casos acompanhavam o abade em viagens. Ademais, eles tinham como uma de suas principais tarefas exatamente a construção civil, o que ajudaria a explicar como no relato transformaram uma região rural em “*hūa muy gram cidade*”⁹⁵. Os companheiros poderiam também ser “moços”, categoria de servidores que no abaciado de Estevão Aguiar, quando foi copiado o manuscrito hoje conhecido do *Conto de Amaro*, representou 12% do total de viajantes a cargo de Alcobaça, indivíduos que às vezes acompanhavam um religioso em alguma missão. Tanto num caso como outro, isso elucidaria uma escolha vocabular do texto, qualificar os companheiros de viagem de Amaro como “*dezaseis mācebos grandes e arryzados*”, sabendo que mancebo indicava justamente gente de condição social inferior e dedicada ao trabalho braçal⁹⁶.

⁹⁴ SÉGUY, Une sociologie. p. 344 e 351; *Conto de Amaro*, §1, p. 265.

⁹⁵ LEKAI, *The Cistercians*. p. 337; *Conto de Amaro* §14, p. 280.

⁹⁶ A categoria de “moços” é informada por GONÇALVES, Iria, “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”, *Estudos Medievais* (Porto), 2, 1982,

Em todo caso, qualquer que tenha sido o estatuto jurídico exato de Amaro, é inegável sua simpatia pelos “frades brancos”. Assim, o relato – significativamente escrito em vernáculo, não em latim – não teria tido como função estimular o recrutamento de novos elementos (*conversi* ou *donati* ou moços) face à crescente dificuldade de Alcobaça em fazê-lo? Não seria, portanto, um discurso de fundo utópico diante da nova situação distópica?

p. 15-17. Sobre a acepção de “mancebo”, BLUTEAU, *Vocabulario*, cita o mestre Venegas para quem a palavra deriva de *manus* e *cibo* e designa um indivíduo que “por ser robusto se guardava para o trabalho” (vol. 5, p. 280-281). COROMINAS, Joan, *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madri: Gredos, 1992, vol. III, p. 818, observa que em castelhano *mancebo* manteve até meados do século XIII a acepção de escravo. A partir disso poder-se-ia mesmo, talvez, associar o fato literário do número de mancebos de Amaro – que na versão espanhola é indeterminado – com o fato histórico de Alcobaça fornecer anualmente dezesseis cavalos ao rei português (cf. TRILHE, Robert Auguste, “Alcobaça”, em *Dictionnaire d’Histoire et Géographie Ecclésiastique*, Paris: Letouzey et Ané, 1914, col. 26).

Abaciólgio do mosteiro de S. Vicente de Vacariça (séc. XI)

Mário de Gouveia

Instituto de Estudos Medievais da FCSH da UNL

gouveia.mnc@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 06/12/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 08/02/2012

Resumo/Abstract:

O objectivo do presente ensaio é apresentar uma reconstituição da sucessão abacial do mosteiro de S. Vicente de Vacariça durante o século XI, a partir da análise dos títulos diplomáticos reunidos no cartulário medieval da Sé de Coimbra conhecido pela designação de *Livro preto*.

The aim of this essay is to present a recomposition of the abbatial succession of the monastery of Saint Vincent of Vacariça during the 11th century, based upon the analysis of the diplomatic acts compilated in the medieval cartulary of Coimbra's Cathedral known as *Livro preto*.

Palavras chave/Keywords:

Alta Idade Média (séc. XI); Diplomática; *Livro preto* da Sé de Coimbra; Mosteiro de S. Vicente de Vacariça; Abades.

High Middle Ages (11th century); Diplomatics; *Livro preto* of Coimbra's Cathedral; Monastery of Saint Vincent of Vacariça; Abbots.

Advertência prévia

As informações de que dispomos para reconstituir o abaciólogo do mosteiro de S. Vicente de Vacariça baseiam-se principalmente na crítica interna dos diplomas reunidos, sob a forma de cópias, no *Livro preto* da Sé de Coimbra¹. O cartulário diocesano, cuja elaboração remonta aos séculos XII e XIII, contém várias centenas de diplomas relativos maioritariamente à história da sede catedralícia, bem como das instituições monásticas e eclesiásticas que integraram o respectivo sistema de padroado². Nessa qualidade, a produção do cartulário deve ser vista como uma expressão da necessidade de se salvaguardarem e transmitirem para a posteridade os títulos jurídicos probatórios dos direitos patrimoniais e dominiais adquiridos por estas instâncias ao longo da sua história, numa cronologia que abrange sensivelmente os séculos IX a XIII.

Na sua generalidade, os diplomas que compõem o fundo arquivístico do mosteiro de Vacariça chegaram até nós maioritariamente sob a forma de apógrafos – e alguns raríssimos autógrafos³ – transcritos e reunidos,

¹ Exclui-se neste passo a crítica externa, na medida em que as informações a que nos referimos provêm maioritariamente de documentos conservados, sob a forma de cópias, no *Livro preto* da Sé de Coimbra. Este facto impede-nos de tecer considerações sobre algumas problemáticas de natureza técnica, relacionadas com as características diplomáticas e paleográficas dos respectivos originais, que não chegaram até nós.

² Sobre a actividade de produção diplomática na chancelaria da sede catedralícia, leia-se, por todos, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2010, em especial p. 293-679 (sintetizado em CUNHA, Maria Cristina Almeida e; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa e MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – Traditionalisme, régionalisme et innovation dans les chancelleries épiscopales portugaises au Moyen Âge, in *Régionalisme et internationalisme. Problèmes de paléographie et de codicologie au Moyen Âge* [Actes du XV^e Colloque du Comité International de Paléographie Latine <Vienne, 13-17 Septembre 2005>; édités par Otto Kresten et Franz Lackner], s.l., Verlag der Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2008, p. 299-316, em especial p. 309-312). Especificamente sobre o *Livro preto* da Sé de Coimbra, leia-se MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – O Livro preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário, *Revista de história da sociedade e da cultura*, n.º 8, 2008, p. 7-43.

³ Identificados e descritos em COSTA, Avelino de Jesus da – Coimbra – centro de atracção e de irradiação de códices e de documentos, dentro da Península, nos sécs. XI e XII, in *Actas das II Jornadas luso-espanholas de história medieval*, vol. IV, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 1309-1334, em especial p. 1313. Segundo

sem solução de continuidade, neste cartulário diocesano. Correspondem geralmente a actos da prática que podemos identificar como cartas de doação, de compra e venda ou de permuta, ou ainda como inventários de bens e propriedades e outros mais raros documentos de tipologia diversa, como uma epístola. Embora a sua cópia para o cartulário onde hoje se conservam tenha ocorrido posteriormente, acabaram por integrar o fundo arquivístico da Sé de Coimbra depois da redução do mosteiro de Vacariça à condição de igreja do padroado diocesano, por doação dos condes Raimundo e Urraca, em 1094⁴.

As datas que podemos propor para a reconstituição dos sucessivos períodos de governo dos abades vacaricenses resultam, portanto, da análise de diplomas que foram produzidos com uma finalidade essencialmente administrativa, e, nestas circunstâncias, não têm quaisquer relações com outras tipologias de fontes relacionadas com aquela questão, como os *nomina abaciais* que encontramos num registo transcrito no verso do fólio de guarda do *Livro dos testamentos* do mosteiro de S. Mamede de Lorvão, datável da segunda década do século XII⁵.

este investigador, conservam-se actualmente nos AN/TT os seguintes autógrafos: AN/TT, Sé de Coimbra, mç. I, docs. 7, 10, 11 e 38 (as referências não foram por nós cotejadas com os pergaminhos aí depositados).

⁴ LP 82 (1094.11.13).

⁵ AN/TT, Ordem de Cister, *Mosteiro de Lorvão*, liv. 49 – ref.^a PT-TT-MSML/49. Trata-se de uma relação em que se procede à enumeração dos nomes dos dez abades ([*Nomina abbatum*]) que administraram o mosteiro pelo menos entre os inícios do século X e os inícios do XII, de Justo a Eusébio. Para além de conter uma referência ao momento em que se deu a restauração da autonomia institucional do mosteiro, na sequência da sua desvinculação da instituição padroeira, a igreja de St.^a Maria da Sé de Coimbra, em 1116, e da ordenação de Eusébio como seu novo abade, num contexto de oposição e resistência do colectivo religioso à política reformadora desenvolvida pelas autoridades leonesas e francesas em Coimbra, o registo remete-nos fundamentalmente para as datas de ocorrência do óbito de cada abade. No suporte material original, esta relação antecede um outro registo formado por seis ementas analíticas relativas ao período que decorre de 866 a 1110 ([1109]), bem como outra primeira relação alusiva aos nomes de três reis leoneses ([*Nomina regum*]) – Ramiro II, Sancho I e Bermudo II – que desempenharam um significativo papel na consolidação do património monástico durante o século X. O texto contendo os nomes dos dez abades foi alvo de várias publicações, pelo menos desde a primeira metade do século XVIII: ROCHA, Fr. Manoel da – *Portugal renascido. Tratado historico-critico-chronologico em que à luz da verdade se dão manifestos os successos de Portugal do seculo decimo depois do nascimento de Christo Senhor Nossa. Lisboa ocidental: Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1730*, p. 147; RIBEIRO, João Pedro – *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e a jurisprudencia*

O universo documental disponível permite-nos situar e contextualizar a acção dos diversos abades vacaricenses na escala do tempo monástico com alguma margem de segurança. Conhecemos a linha de sucessão dos abades que administraram o mosteiro ao longo do século XI, mas não somos capazes de fixar datas exactas para o início e o termo do exercício das funções abaciais. Esta limitação deve-se sobretudo à natureza das fontes que chegaram até nós, que, conforme salientámos anteriormente, não foram produzidas com o objectivo de nos dar informações sobre esta problemática específica do foro institucional. As fontes reflectem acima de tudo as principais linhas da política de aquisição, gestão e alienação de bens e propriedades pela comunidade monástica ao longo daquele século, ou seja, reportam-se à dinâmica económica que o colectivo religioso procurou desenvolver visando a sua própria sobrevivência institucional. Não obstante o facto de os diversos abades conhecidos surgirem à frente da comunidade monástica como agentes impulsionadores desta dinâmica ou no exercício de outras prerrogativas próprias da sua condição abacial, nada se nos é dado a conhecer acerca das circunstâncias que enquadraram a sua ordenação ou das razões que levaram ao seu afastamento do exercício das funções abaciais.

Em termos cronológicos, os dados extraídos das fontes têm um carácter aproximado, e, nessa qualidade, devem entender-se apenas como pontos de referência para o enquadramento temporal dos sucessivos períodos de governo abacial no seio da comunidade monástica. Com base nos diplomas do mosteiro de Vacariça e de outros mosteiros do Entre-Minho-e-Mondego

ecclesiastica e civil de Portugal, t. IV, parte I. Lisboa: Na Typografia da Mesma Academia [R. das Sciencias de Lisboa], 1819, p. 175, apênd. II; SS, vol. I, p. 20; CÁCEGAS, Luís de – Idade Média. Notas de história e de crítica, *Brotéria*, vol. XXI, fasc. IV, Julho de 1923, p. 277-278; *Liber testamentorum coenobii laurbanensis (Estudios)*. Leão: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 2008, p. 591-592 (cf. reprodução comentada do texto nas p. 465-466). Mais recentemente, acompanhado de um alargado estudo sobre a analítica monástica portuguesa dos séculos XI e XII, também em GOUVEIA, Mário Nuno Campos de – *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense. Os Anais de Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*. Lisboa: 2008, p. 371-378 (anexo 1, reproduzindo SS, vol. I, p. 20) (Edição policopiada da Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, na Área de Especialização em História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizada sob a orientação científica dos Professores Doutor José João da Conceição Gonçalves Mattoso e Doutor Luís Filipe Llach Krus).

que integraram nos séculos XI e XII o seu padroado, podemos afirmar terem existido pelo menos sete figuras seguramente identificáveis como abades da comunidade monástica⁶. Aqueles que desempenharam esta função e que se encontram historicamente documentados são, por ordem cronológica de outorga do diploma que atesta pela primeira vez essa condição: André (1002)⁷, Emílio (1016)⁸, Tudeílho (1018)⁹, Flórido (1036)¹⁰, Alvito (1047)¹¹, Ramiro (1086)¹² e Salomão (1090)¹³. Todos estes abades surgem na documentação conservada no *Livro preto* da Sé de Coimbra como superiores hierárquicos da comunidade monástica. O único caso que suscita reservas

⁶ A «tabela ideográfico-sistemática» da mais recente edição do *Livro preto* da Sé de Coimbra (pub. em *Livro preto. Cartulário da Sé de Coimbra* [Edição crítica; texto integral; director e coordenador editorial: Manuel Augusto Rodrigues; director científico: Cónego Avelino de Jesus da Costa], Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, p. 1174) contém algumas incorreções no respeitante à fixação, em índice remissivo, dos nomes dos abades vacaricenses. Esta edição do cartulário diocesano identifica mais dois abades – Salvado e Tiago –, para além de Alvito, André, Emílio, Flórido, João, Ramiro, Salomão e Tudeílho, os únicos que estão seguramente documentados nos diplomas monásticos. Não é possível relacionar aqueles dois abades com o mosteiro de Vacariça com base na documentação subsistente. Salvado não aparece em nenhum documento conservado no cartulário como superior hierárquico do mosteiro. O mesmo pode dizer-se a propósito de Tiago. Neste caso, a impossibilidade de se relacionar o abade com o mosteiro de Vacariça é ainda mais flagrante: em primeiro lugar, devemos ter em conta as datas dos documentos em que Tiago é mencionado, demasiado recuadas relativamente às primeiras notícias que se conservam acerca da igreja (972) ou do mosteiro de Vacariça (1002); em segundo lugar, devemos sublinhar o facto de Tiago figurar com o título de abade em documentos relativos ao mosteiro de St.^º André de Sever do Vouga, o qual, aliás, veio a integrar o padroado do mosteiro de Vacariça. Estes documentos afirmam que Tiago terá começado a desempenhar funções abaciais depois de os proprietários dos direitos sobre aquele mosteiro lho terem legado, vindo este a regressar novamente às mãos de particulares dada a inexistência de descendentes. Nas entradas do índice onomástico da mais recente edição do cartulário, apenas é citado Tiago – alegadamente documentado como abade vacaricense em LP 134 e LP 139 –, sem se fazer qualquer referência a Salvado. Deste índice constam também outras incorreções quanto à documentação que supostamente refere os restantes abades vacaricenses: ao contrário do que se afirma, não há qualquer referência a Tudeílho em LP 91 e LP 156. No primeiro destes diplomas, para além de não figurar nenhuma personagem com este nome, quem é aí citado como abade é André.

⁷ LP 126 (1002.11.30).

⁸ LP 124 (1016.02.10).

⁹ LP 129 e 161 (1018.01.30).

¹⁰ LP 93 e 146 (1036.02.22).

¹¹ LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13).

¹² LP 372 (1086.08.11).

¹³ LP 255 (1090.08.16).

é o de João (1047)¹⁴. Alguns identificam-se também como abades de outras comunidades residentes nos mosteiros do padroado vacaricense, como Tudeíldo, relativamente aos mosteiros de S. Salvador de Leça¹⁵, S. Martinho de Anta¹⁶ e S. Martinho de Aldoar¹⁷; e Salomão, relativamente ao de Trezói¹⁸.

As datas apontadas para cada abade correspondem apenas à data da primeira referência documental em que estas figuras surgem no desempenho das funções abaciais. Não correspondem, portanto, ao ano da ordenação de cada abade. O mesmo pode dizer-se a propósito das datas em que cada abade é citado pela última vez. Estas não reflectem necessariamente o momento em que se deu a sua morte ou o seu afastamento do cargo. Tenha-se em conta o caso de Tudeíldo: embora citado como abade do mosteiro de Vacariça desde 1018¹⁹, deslocou-se para o mosteiro de Leça em 1026 – a primeira referência documental nesta qualidade remonta apenas a 1032²⁰ – e passou a governar esta comunidade monástica até à sua morte em 1046, deixando atrás de si um prioste, Flórido, no uso do título de abade desde 1036²¹. Durante a sua estadia em Leça, Tudeíldo é citado igualmente como abade de Anta, desde 1037²², e de Aldoar, desde 1044²³. Poucos meses antes de falecer, Tudeíldo preparou a sua sucessão nos mosteiros dependentes de Vacariça. Em 1045²⁴ ainda foi designado como abade de Vacariça, e o seu representante neste mosteiro, novamente como prioste. Este desdobramento da condição abacial voltará a verificar-se mais tarde com outras figuras da hierarquia monástica: Flórido desempenhou funções como prioste de Tudeíldo; Alvito, de Flórido; Ildras, de Alvito; Cid, de Ramiro; e Godinho, de Salomão.

¹⁴ LP 86 (1047.12.20).

¹⁵ LP 353 (1032.03.13), LP 157 (1032.04.24), LP 189 (1032.07.31), LP 190 (1034.07.21), LP 184 (1035.02.23), LP 516 (1035.03.28), LP 362 e 511 (1037.03.14), LP 198 (1039.04.22), LP 512 (1041.02.28), LP 192 (1045.06.06), LP 520 (1046.01.29) e LP 369 (1046.08.14).

¹⁶ LP 367 (1037.08.04), LP 186 (1038.04.01), LP 363 (1041.04.19) e LP 521 (1043.05.20).

¹⁷ LP 152 (1044.07.22).

¹⁸ LP 77 (1098.12.17).

¹⁹ LP 129 e 161 (1018.01.30).

²⁰ LP 353 (1032.03.13).

²¹ LP 93 e 146 (1036.02.22).

²² LP 367 (1037.08.04).

²³ LP 152 (1044.07.22).

²⁴ LP 138 e 150 (1045.09.21).

Ao longo do século XI, o título mais utilizado pelos superiores do mosteiro de Vacariça foi o de *abbas*, que, à excepção de João, se encontra associado a todos os abades. O primeiro a utilizá-lo foi André, e o último, Salomão. De André a Salomão, a sequência de utilização do título é ininterrupta, embora se registando uma clara tendência para a acumulação sucessiva de títulos: André, Emilião e Tudeíldo apenas usam um título (*abbas*); mas Flório recorre já a dois (*abbas* e *praepositus*); Alvito e Ramiro, a três (*abbas*, *praepositus* e *presbyter*, no primeiro caso; *abbas*, *ducator* e *prior*, no segundo); e Salomão, a cinco (*abbas*, *rector*, *praepositus*, *prior* e *presbyter*). Com Alvito, Ramiro e Salomão – ou seja, os três abades que antecederam a extinção do mosteiro de Vacariça –, o abade é também identificado como clérigo, mais concretamente como um presbítero ou, mais tarde, como um prior. O número de abades que desempenharam funções como clérigos foi, pois, menos significativo do que o relacionado exclusivamente com o desempenho de funções abaciais: verifica-se na documentação vacaricense uma clara primazia do exercício da função abacial sobre a função clerical. Este facto, conjugado com a cronologia tardia das referências documentais, sugere uma maior proximidade de Ramiro e Salomão, os dois últimos abades do mosteiro de Vacariça, às directrizes da reforma religiosa ocorrida na Hispânia cristã nos finais do século XI, que passou a preconizar o alargamento das funções clericais no seio das congregações religiosas tradicionais à figura abacial.

A título de conclusão, registe-se, por fim, que cada entrada é composta por um conjunto de sete descritores, sob a forma de alíneas alfabeticamente ordenadas de (a) a (g): na primeira (a), procede-se à identificação das referências documentais a cada abade, por título; na segunda (b), à discriminação da geografia do património adquirido por cada abade, por modalidade jurídica de aquisição; na terceira (c), à identificação dos direitos de padroado adquiridos por cada abade; na quarta (d), à discriminação das expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*; na quinta (e), à identificação das expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*; na sexta (f), à identificação dos clérigos-notários associados a cada abade; e, por fim, na sétima (g), à identificação de todas as referências documentais a cada abade, por ordem cronológica de outorga dos diplomas que se lhe referem nessa qualidade.

Abaciólgio

1. ANDRÉ

- a) Referências documentais, por título: abbas: LP 126 (1002.11.30), LP 135 (1005.12.13) e LP 91 (1020.12.01); título não-referido: LP 72 (1006.06.17).
- b) Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:
por doação: Penso (conc. de S. Pedro do Sul, dist. de Viseu) (LP 126, de 1002.11.30); Vila Nova de Monsarros (conc. de Anadia, dist. de Aveiro) (LP 72, de 1006.06.17); Levira (conc. de Oliveira do Bairro, dist. de Aveiro) e Lázaro (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 91, de 1020.12.01); por compra: doc. inexistente; por permuta: doc. inexistente.
- c) Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado:
mosteiro de S. Paio de Rocas do Vouga (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (LP 126, de 1002.11.30).
- d) Expressões relativas a actos de produção documental
per manum propriam: scripsit: doc. inexistente.
- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental
per manum propriam: adfuit: doc. inexistente; conf.: LP 135 (1005.12.13); test.: doc. inexistente.
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado:
Rando: «Rando Notuit» (LP 126, de 1002.11.30); Julião: «Julianus presbiter Notuit» (LP 72, de 1006.06.17); Zalama: «Zalama presbiter Notuit» (LP 91, de 1020.12.01).
- g) Referências documentais, por ordem cronológica: LP 126 (1002.11.30), LP 135 (1005.12.13), LP 72 (1006.06.17) e LP 91 (1020.12.01).

2. EMILIAO

- a) Referências documentais, por título: abbas: LP 124 (1016.02.10), LP 123 (1018.01.12) e LP 122 (1018).
- b) Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:
por doação: Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 124, de 1016.02.10); por compra: Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 122, de 1018); por permuta: doc. inexistente.
- c) Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado: igreja de S. Miguel de Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 123, de 1018.01.12).
- d) Expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*: scripsit: doc. inexistente.
- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*: adfuit: doc. inexistente; conf.: doc. inexistente; test.: doc. inexistente.
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado:
Rodrigo: «Rodericus exarauit memorie» (LP 123, de 1018.01.12);
clérigos-notários não-referidos: LP 124 (1016.02.10) e LP 122 (1018).
- g) Referências documentais, por ordem cronológica: LP 124 (1016.02.10), LP 123 (1018.01.12) e LP 122 (1018).

3. TUDEILDO

- a) Referências documentais, por título: abbas: LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 120 (1018), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 142 (1021.11.20), LP 144 (1023.09.21), LP 143 ([1023.09.21]), LP 359 (1025.09.21), LP 109 ([1026-1045]), LP

353 (1032.03.13), LP 157 (1032.04.24), LP 189 (1032.07.31), LP 145 (1034.02.10), LP 190 (1034.07.21), LP 184 (1035.02.23), LP 516 (1035.03.28), LP 362 e 511 (1037.03.14), LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01), LP 186 (1038.04.01), LP 198 (1039.04.22), LP 115 e 140 (1040.08.13), LP 512 (1041.02.28), LP 363 (1041.04.19), LP 521 (1043.05.20), LP 152 (1044.07.22), LP 192 (1045.06.06), LP 137 e 148 (1045.09.21), LP 138 e 150 (1045.09.21), LP 153 (1045.09.21), LP 520 (1046.01.29) e LP 369 (1046.08.14); título não-referido: LP 512 (1041.02.28).

Obs.: Tudeíldo é tio de Randulfo, clérigo-notário do mosteiro de Vacariça, abade do mosteiro de Leça e possivelmente secretário do bispo Sesnando do Porto durante o Concílio de Coiança, celebrado em 1055. Deve-se a este clérigo-notário uma das cópias dos decretos do referido Concílio, conservada no *Livro preto* da Sé de Coimbra (LP 567, de [1055]: «Hoc decretum factum fuit in concilio domni Fernandi regis te [sic] sue conjugis regine domne Sancie in urbe Cogianca. Et adduxit inde illud Randulfus presbiter de acisterio Vaccariza pro memoria posteris.»), considerada por vários investigadores como a mais fidedigna que subsistiu até à actualidade. Durante o abaciado de Tudeíldo, Flórido desempenhou funções como prioste no mosteiro de Vacariça (LP 138 e 150, de 1045.09.21). Pouco antes de falecer, Tudeíldo preparou a sua sucessão nas funções abaciais a favor de Randulfo, no mosteiro de Leça, e de Pedro, possivelmente no de Anta.

Como abade do mosteiro de Vacariça: LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 120 (1018), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 142 (1021.11.20), LP 144 (1023.09.21), LP 143 ([1023.09.21]), LP 359 (1025.09.21), LP 145 (1034.02.10), LP 115 e 140 (1040.08.13), LP 137 e 148 (1045.09.21), LP 138 e 150 (1045.09.21) e LP 153 (1045.09.21).

Como abade do mosteiro de Leça: LP 353 (1032.03.13), LP 157 (1032.04.24), LP 189 (1032.07.31), LP 190 (1034.07.21), LP 184

(1035.02.23), LP 516 (1035.03.28), LP 362 e 511 (1037.03.14), LP 198 (1039.04.22), LP 512 (1041.02.28), LP 192 (1045.06.06), LP 520 (1046.01.29) e LP 369 (1046.08.14).

Como abade do mosteiro de Anta: LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01), LP 186 (1038.04.01), LP 363 (1041.04.19) e LP 521 (1043.05.20).

Como abade do mosteiro de Aldoar: LP 152 (1044.07.22).

- b) **Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:** por doação: Paradela (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Aboim (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Nespereira (conc. de Oliveira de Azeméis, dist. de Aveiro), Sá ou S. Martinho (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) e Espinhel (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 129 e 161, de 1018.01.30; Nespereira e Espinhel mencionadas apenas em LP 129; Paradela e Aboim mencionadas apenas em LP 161); Sever do Vouga (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Quintela (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Castelões (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Cambra (conc. de Vale de Cambra, dist. de Aveiro) e Pessegueiro do Vouga (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (LP 121, de 1019.02.28); S. Gens (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), *Patrocello* (loc. incerta), *Saltarios* (loc. incerta), Recarei (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), *Kaeiros* (loc. incerta), Moalde (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), Pousadela (loc. incerta), Sevilhães (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Medancelhe (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Gondarém (conc. do Porto, dist. do Porto), Vilar (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Coritelo (conc. da Maia, dist. do Porto), *Villar Tora Durio* (loc. incerta), Aldoar (conc. do Porto, dist. do Porto) (LP 142, de 1021.11.20; cf., *in genere*, as doações constantes de LP 147; cf., para Sevilhães, LP 523); Gatões (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 189, de 1032.07.31); *Leoueriz* (loc. incerta) (LP 190, de 1034.07.21); Paranhos (conc. do Porto, dist. do Porto) e *Cauno* (loc. incerta)

(LP 184, de 1035.02.23); Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), S. Gens (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), *Patrocello* (loc. incerta), *Salgarios* (loc. incerta), Recarei (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), *Queiranos* (loc. incerta), *Villa Flamulini* (loc. incerta), *Villa Mundini* (loc. incerta), Vermoim (conc. da Maia, dist. do Porto), Aldoar (conc. do Porto, dist. do Porto), Lordelo (conc. de Vale de Cambra, dist. de Aveiro), Vila Chã (conc. de Vale de Cambra, dist. de Aveiro), Pinheiro (conc. de Castelo de Paiva, dist. de Aveiro), Sevilhães (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Medancelhe (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Moalde (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), Pousadela (loc. incerta), Pedrouços (conc. da Maia, dist. do Porto), Coroado (conc. de St.^º Tirso, dist. do Porto), *Villa de Lillia* (loc. incerta), Refojos (conc. de St.^º Tirso, dist. do Porto), *Villa de Osonio* (loc. incerta), *Ville Ofreiso* (loc. incerta), Marentães (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto) (LP 147, de [1035].12.04; com a respectiva confirmação em LP 115 e 140; cf., *in genere*, as doações constantes de LP 142); Pousada (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) e St.^a Cruz (conc. de Espinho, dist. de Aveiro) (LP 367, de 1037.08.04); Anta (conc. de Espinho, dist. de Aveiro) (LP 185, de 1038.04.01); Real (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) e Gondivai (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 198, de 1039.04.22); localidades não-especificadas (LP 512, de 1041.02.28); Pousada (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) e St.^a Cruz (conc. de Espinho, dist. de Aveiro) (LP 521, de 1043.05.20); Fontela (loc. incerta) e Vale (loc. incerta) (LP 152, de 1044.07.22); Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 192, de 1045.06.06; cf. LP 137 e 148, LP 138 e 150); Coroado (conc. de St.^º Tirso, dist. do Porto) e Rebordões (conc. de St.^º Tirso, dist. do Porto) (LP 369, de 1046.08.14); por compra: Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 120, de 1018); Sever do Vouga (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) e Quintela (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (LP 144, de 1023.09.21; cf. LP 143; com registo de demarcação das propriedades adquiridas em LP 109); Bouças (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 157, de 1032.04.24); Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto)

e Pinheiro (conc. da Maia, dist. do Porto) (LP 520, de 1046.01.29); por permuta: doc. inexistente.

Obs.: Tudeíldo esteve na posse de bens em Pousada e Custóias, tal como de algumas salinas na foz do Leça, ainda antes de 1045 (LP 137 e 148, de 1045.09.21; LP 138 e 150, de 1045.09.21). Não é possível saber ao certo a data em que algumas destas propriedades foram integradas no património do mosteiro de Vacariça. Desconhecemos também quando foi adquirida pelo mosteiro uma casa em Rocas do Vouga, cujos direitos de posse foram litigados pelo abade e os presbíteros Guterre e Bermudo, em 1025 (LP 359, de 1025.09.21). É possível que se identifique com este último o presbítero homónimo que se comprometeu, junto com o presbítero Froila, a coabitar o mosteiro de Rocas do Vouga sob a supervisão de Tudeíldo, em 1034 (LP 145, de 1034.02.10).

- c) **Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado:** mosteiro de St.º André de Sever do Vouga (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (integração definitiva em LP 134, de 1019.12.02; cf. LP 129 e 161); mosteiro de S. Salvador de Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), igreja de S. Martinho de Aldoar (conc. do Porto, dist. do Porto) e igreja de S. Mamede de Moalde (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 142, de 1021.11.20; os direitos sobre a igreja de Aldoar foram contestados em 1041 pela condessa Ilduara Mendes, vindo esta a reconhecer ao abade a legitimidade das suas reivindicações em sede de litígio; cf., a propósito, LP 363; cf., sobre o padroado de Leça e Aldoar, LP 137 e 148); mosteiro de S. Romão de Vermoim (conc. da Maia, dist. do Porto), igreja de S. Mamede de Coronado (conc. da Trofa, dist. do Porto), igreja de S. Tiago de [Jovim] (conc. de Gondomar, dist. do Porto) e igreja de S. Paio de Marentães (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto) (LP 147, de [1035].12.04).

Obs.: É possível que date do abaciado de Tudeíldo o procedimento de incorporação de direitos sobre alguns dos mosteiros e igrejas

referidos na «Noticia de uillis uacaricie» (LP 73, de 1064), pese embora o facto de, como registo de inventário do património monástico situado no Entre-Vouga-e-Mondego à data da conquista de Coimbra por Fernando I, em 1064, este instrumento ter sido elaborado por um dos seus sucessores, provavelmente Alvito. Tudeílho foi proprietário, a título pessoal, dos mosteiros de Leça, Anta e Vermoim, que doou ao de Vacariça durante o governo do seu prioste, Flórido, poucos meses antes de falecer (LP 138 e 150, de 1045.09.21).

- d) Expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*: scripsit: doc. inexistente.
- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*: adfuit: doc. inexistente; conf.: LP 516 (1035.03.28), LP 362 e 511 (1037.03.14) e LP 137 e 148 (1045.09.21); test.: doc. inexistente.
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado:
Mendo: «Menendus presbiter Notuit» (LP 142, de 1021.11.20);
Frutuoso: «Fructuosi notuit» (LP 359, de 1025.09.21); Ansemundo: «Ansemondo sc'psit» (LP 109, de [1026-1045]); «Ansemondus notuit» (LP 184, de 1035.02.23); «Ansemondo quasi presbiter notuit» (LP 367, de 1037.08.04); «Johannes presbiter denuntiavit, A[n]semundus presbiter quos exaravit» (LP 185, de 1038.04.01); «Ansemundus notuit» (LP 186, de 1038.04.01); «Ansemundus notuit» (LP 198, de 1039.04.22); «Ansemondu notuit» (LP 512, de 1041.02.28); «Ego ansemondus Quos exarauj» (LP 138 e 150, de 1045.09.21); João Mides: «Jhoannes notvjt» (LP 157, de 1032.04.24); «Johannes Midiz quos vidi et scripsi manu mea conf.» (LP 189, de 1032.07.31); «Johannes notuit» (LP 190, de 1034.07.21); «Johannes presbiter denuntiavit, A[n]semundus presbiter quos exaravit» (LP 185, de 1038.04.01); Sandino: «Sandinus notuit» (LP 192, de 1045.06.06); Randulfo: «Justo presbitero quo<s> adsignavit. Randulfus notuit» (LP 520,

de 1046.01.29); clérigos-notários não-referidos: LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 120 (1018), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 144 (1023.09.21), LP 353 (1032.03.13), LP 145 (1034.02.10), LP 115 e 140 (1040.08.13), LP 363 (1041.04.19), LP 521 (1043.05.20), LP 152 (1044.07.22), LP 137 e 148 (1045.09.21), LP 153 (1045.09.21) e LP 369 (1046.08.14).

- g) **Referências documentais, por ordem cronológica:** LP 129 e 161 (1018.01.30), LP 120 (1018), LP 121 (1019.02.28), LP 134 (1019.12.02), LP 142 (1021.11.20), LP 144 (1023.09.21), LP 143 ([1023.09.21]), LP 359 (1025.09.21), LP 109 ([1026-1045]), LP 353 (1032.03.13), LP 157 (1032.04.24), LP 189 (1032.07.31), LP 145 (1034.02.10), LP 190 (1034.07.21), LP 184 (1035.02.23), LP 516 (1035.03.28), LP 147 ([1035].12.04), LP 362 e 511 (1037.03.14), LP 367 (1037.08.04), LP 185 (1038.04.01), LP 186 (1038.04.01), LP 198 (1039.04.22), LP 115 e 140 (1040.08.13), LP 512 (1041.02.28), LP 363 (1041.04.19), LP 521 (1043.05.20), LP 152 (1044.07.22), LP 192 (1045.06.06), LP 137 e 148 (1045.09.21), LP 138 e 150 (1045.09.21), LP 153 (1045.09.21), LP 520 (1046.01.29) e LP 369 (1046.08.14).

4. FLÓRIDO

- a) **Referências documentais, por título:** abbas: LP 93 e 146 (1036.02.22), LP 127 (1041.10.01), LP 84 (1043.09.04), LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13) e LP 110 ([1047].11.19); praepositus: LP 138 e 150 (1045.09.21); título não-referido: LP 53 (1082.01.06).

Obs.: Durante o abaciado de Tudeíldo, Flórido desempenhou funções como prioste do mosteiro de Vacariça (LP 138 e 150, de 1045.09.21). Durante o abaciado de Flórido, Alvito desempenhou funções como prioste no mosteiro de Vacariça (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13).

- b) **Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:** por doação: Penacova (conc. de Penacova, dist. de Coimbra) (LP 93

e 146, de 1036.02.22); Agoncide (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) (LP 127, de 1041.10.01); Custóias (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) e foz do Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 138 e 150, de 1045.09.21); Gulpilhares (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Vilar (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Negrelos (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Arrabalde de Marnel (conc. de Anadia, dist. de Aveiro), Ílhavo (conc. de Ílhavo, dist. de Aveiro), Loure (conc. de Albergaria-a-Velha, dist. de Aveiro), Ossela (conc. de Oliveira de Azeméis, dist. de Aveiro), Aveiro (conc. de Aveiro, dist. de Aveiro), Tarouquela (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro), *Antolini* (loc. incerta), Nespereira (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Ferreiraós (conc. de Oliveira de Azeméis, dist. de Aveiro), Castro (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) e Seixozelo (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto) (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13; as referências a Loure, Ossela e Aveiro constam apenas de LP 132)²⁵; Esgueira (conc. de Aveiro, dist. de Aveiro) (LP 110, de [1047].11.19); Monsarros (conc. de Anadia, dist. de Aveiro) (ref.^a em LP 53, de 1082.01.06); por compra: doc. inexistente; por permuta: doc. inexistente.

- c) Expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*: scripsit: doc. inexistente.
- d) Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*: adfuit: doc. inexistente; conf.: doc. inexistente; test.: doc. inexistente.
- e) Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado: igreja de S. Pedro de Penacova (conc. de Penacova, dist. de Coimbra) (LP 93 e 146, de 1036.02.22); mosteiro de Soure (conc. de Soure, dist. de Coimbra) (LP 84, de 1043.09.04); mosteiro de S. Salvador de Leça (conc. de Matosinhos, dist. do Porto), mosteiro de

²⁵ Doação conjunta ao abade Flório e seu prioste, Alvito.

S. Martinho de Anta (conc. de Espinho, dist. de Aveiro) e mosteiro de S. Romão de Vermoim (conc. da Maia, dist. do Porto) (LP 138 e 150, de 1045.09.21); igreja de S. Miguel de Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro), igreja de St.^a Maria de Fermentões (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) e igreja de S. Martinho de Carvalhais (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13).

- f) **Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado:** Ansemundo: «Ansemundus Notuit» (LP 127, de 1041.10.01); Sandino: «Sandinus quasi presbiter Notuit» (LP 130, de 1047.10.12), com a variante «Onorcus Notuit» (LP 132, de 1047.10.13); clérigos-notários não-referidos: LP 93 e 146 (1036.02.22), LP 84 (1043.09.04) e LP 110 ([1047].11.19).
- g) **Referências documentais, por ordem cronológica:** LP 93 e 146 (1036.02.22), LP 127 (1041.10.01), LP 84 (1043.09.04), LP 138 e 150 (1045.09.21), LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13), LP 110 ([1047].11.19) e LP 53 (1082.01.06).

5. ALVITO

- a) **Referências documentais, por título:** abbas: LP 141 ([1047].12.20), LP 136 ([1053].01.20), LP 114 e 154 (1055.07.09), LP 88 (1057.01.21), LP 210 (1075.03.18), DC 542 (1077.02.26), LP 53 (1082.01.06), LP 75 ([1082.01.06]), LP 104 (1084.08.15), LP 101 (1086.03.25) e LP 334 (s.d.); praepositus e presbyter: LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13).

Obs.: Alvito foi o primeiro abade a exprimir a sua condição de clérigo, utilizando o título de *presbyter*, no mosteiro de Vacariça (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13). Durante o abaciado de Flório, Alvito desempenhou funções como prioste no mosteiro de Vacariça (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13). Durante o abaciado de Alvito, Ilbras desempenhou funções como prioste no mosteiro

de Leça (LP 114 e 154, de 1055.07.09). Ildras deve provavelmente identificar-se com o presbítero homónimo, residente no mosteiro de Lorvão, que doou a esta comunidade monástica os casais e as vinhas que herdara da mãe em Vila Cova, em 1051 (DC 379, de 1051.08.07). É possível que Ildras tenha feito a profissão monástica em Lorvão, antes de seguir para Leça para aí desempenhar funções como prioste.

Como abade do mosteiro de Vacariça: LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13), LP 141 ([1047].12.20), LP 136 ([1053].01.20), LP 114 e 154 (1055.07.09), LP 88 (1057.01.21), LP 53 (1082.01.06), LP 75 ([1082.01.06]), LP 104 (1084.08.15), LP 101 (1086.03.25) e LP 334 (s.d.).

Como abade do mosteiro de Leça: LP 210 (1075.03.18) e DC 542 (1077.02.26).

- b) **Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:** por doação: Gulpilhares (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Vilar (conc. de Gondomar, dist. do Porto), Negrelos (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Arrabalde de Marnel (conc. de Anadia, dist. de Aveiro), Ílhavo (conc. de Ílhavo, dist. de Aveiro), Loure (conc. de Albergaria-a-Velha, dist. de Aveiro), Ossela (conc. de Oliveira de Azeméis, dist. de Aveiro), Aveiro (conc. de Aveiro, dist. de Aveiro), Tarouquela (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto), Recardães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro), *Antolini* (loc. incerta), Nespereira (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), Ferreiraós (conc. de Oliveira de Azeméis, dist. de Aveiro), Castro (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) e Seixozelo (conc. de Vila Nova de Gaia, dist. do Porto) (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13; as referências a Loure, Ossela e Aveiro constam apenas de LP 132)²⁶; Paredes (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) e Paradela (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (LP

²⁶ Doação conjunta ao abade Flório e seu prioste, Alvito.

141, de [1047].12.20); Real (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) e Gondivai (conc. de Matosinhos, dist. do Porto) (LP 114 e 154, de 1055.07.09)²⁷; Paçô (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro), St.^a Cruz (conc. de Vale de Cambra, dist. de Aveiro) e Barreiros (conc. de Sever do Vouga, dist. de Aveiro) (LP 88, de 1057.01.21); Horta (conc. de Anadia, dist. de Aveiro) (LP 101, de 1086.03.25); por compra: doc. inexistente; por permuta: doc. inexistente.

Obs.: É possível que date do abaciado de Alvito o procedimento de aquisição de bens em Recarei que motivou um litígio entre o abade e Paio Guterres, em 1075 (LP 210, de 1075.03.18). É ainda possível que os bens de Monsarros, reivindicados simultaneamente pelo abade e João Justes, em 1082, tenham sido doados ao mosteiro durante o abaciado de Flórido (LP 53, de 1082.01.06; cf. LP 75, de [1082.01.06]). Desconhecemos a data de integração no património monástico do casal emprazado pelo mosteiro a Alvito e sua mulher, Composta, em 1084 (LP 104, de 1084.08.15). Apesar de não termos qualquer informação adicional sobre a data de aquisição destas propriedades, os documentos que as mencionam pela primeira vez podem atribuir-se com segurança ao abaciado de Alvito.

- c) **Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado:** igreja de S. Miguel de Recordães (conc. de Águeda, dist. de Aveiro), igreja de St.^a Maria de Fermentões (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) e igreja de S. Martinho de Carvalhais (conc. de Águeda, dist. de Aveiro) (LP 130 e 132, de 1047.10.12 ou 13); igreja de Pedroso (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro), igreja de Manhouce (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro), igreja de Escapães (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) e igreja de Agoncide (conc. de St.^a Maria da Feira, dist. de Aveiro) (LP 136, de [1053].01.20).

²⁷ Doação conjunta ao abade Alvito e seu prioste, Ildras, dirigida simultaneamente aos mosteiros de S. Vicente de Vacariça e S. Salvador de Leça.

Obs.: É possível que date do abaciado de Alvito o procedimento de incorporação de direitos de padroado sobre a igreja de St.^a Eufémia, referida pela primeira vez como propriedade do mosteiro durante o seu governo (LP 334, s.d.).

- d) Expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*: scripsit: doc. inexistente.
- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*: adfuit: doc. inexistente; conf.: DC 542 (1088.02.26); test.: doc. inexistente.
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado: Sandino: «Sandinus quasi presbiter Notuit» (LP 130, de 1047.10.12), com a variante «Onorcus Notuit» (LP 132, de 1047.10.13); Guterre: «Guterre quasi presbiter Notuit» (LP 141, de [1047].12.20); David: «Daud Notuit» (LP 136, de [1053].01.20); Randulfo: «Randulfus presbiter Notuit» (LP 114 e 154, de 1055.07.09); Arigo Todereis: «Frater Arigus Toderidiz notuit» (LP 210, de 1075.03.18); Gondesendo: «Gundesindus presbiter Notuit» (LP 53, de 1082.01.16); Froia: «Froia presbiter Notuit» (LP 104, de 1084.08.15); Ero: «Ervs presbiter qui hanc Notuit» (LP 101, de 1086.03.25); Gonçalo: «Gundisalvus notuit» (LP 334, s.d.); clérigos-notários não-referidos: LP 88 (1057.01.21) e LP 75 ([1082.01.06]).
- g) Referências documentais, por ordem cronológica: LP 130 e 132 (1047.10.12 ou 13), LP 141 ([1047].12.20), LP 136 ([1053].01.20), LP 114 e 154 (1055.07.09), LP 88 (1057.01.21), LP 210 (1075.03.18), DC 542 (1077.02.26), LP 53 (1082.01.06), LP 75 ([1082.01.06]), LP 104 (1084.08.15), LP 101 (1086.03.25) e LP 334 (s.d.).

6. JOÃO [MIDES]?

- a) Referências documentais, por título: título não-referido: LP 86 (1047.12.20).

Obs.: Não é certo que João tenha desempenhado funções como abade no mosteiro de Vacariça. Embora não seja nunca mencionado nessa condição, parece ter exercido uma certa preeminência sobre a comunidade monástica. É possível que tenha desempenhado funções como abade interino durante um breve período de tempo logo após a morte de Tudeílho, ocorrida em 1046, visto ser citado nessa condição apenas em 1047. É ainda possível que se identifique com João a figura homónima que, sob o patronímico Mides, desempenhou funções como clérigo-notário durante o abaciado de Tudeílho (LP 157, de 1032.04.24; LP 189, de 1032.07.31; LP 190, de 1034.07.21).

- b) **Geografia do património adquirido durante o seu [abaciado]:** doc. inexistente.
- c) **Direitos de padroado adquiridos durante o seu [abaciado]:** doc. inexistente.
- d) **Expressões relativas a actos de produção documental *per manum propriam*:** scripsit: doc. inexistente.
- e) **Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*:** adfuit: doc. inexistente; conf.: doc. inexistente; test.: doc. inexistente.
- f) **Clérigos-notários documentados durante o seu [abaciado]:** doc. inexistente.
- g) **Referências documentais, por ordem cronológica:** LP 86 (1047.12.20).

7. RAMIRO

- a) **Referências documentais, por título:** abbas: LP 372 (1086.08.11); prior: LP 33 (1087.03.14), LP 119 ([1087-1091]) e LP 398 (1088.01.03); abbas, prior e ducator: LP 131 (1093.07.09).

Obs.: Ramiro foi o primeiro abade a utilizar os títulos de *prior* e *ducator* no mosteiro de Vacariça (LP 33, de 1087.03.14, para *prior*; LP 131, de 1093.07.09, para *ducator*). Durante o abaciado de Ramiro, Cid Davides desempenhou funções como prioste no mosteiro de Leça (LP 131, de 1093.07.09). Cid Davides chegou a subscrever diplomas de doação ao mosteiro de Vacariça (LP 114 e 154, de 1055.07.09).

- b) Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:**
por doação: Marmeira (conc. de Coimbra, dist. de Coimbra) (LP 372, de 1086.08.11; o documento contempla ainda uma quintã, doada à igreja de S. Salvador de Coimbra); por compra: doc. inexistente; por permuta: doc. inexistente.

Obs.: Foi durante o abaciado de Ramiro que se procedeu ao reconhecimento das propriedades que o mosteiro de Vacariça detinha, por doação, em Recardães, por ordem do cônsul Sesnando Davides, com o objectivo de se esclarecer a contestação de Eusébio, abade do mosteiro de Lorvão, à posse desses bens pela comunidade monástica (LP 119, de [1087-1091]). Este documento não menciona a aquisição de novos bens por Ramiro, referindo apenas os que haviam sido previamente incorporados no património monástico, designadamente a doação do presbítero Zalama ao abade Emilião (LP 123, de 1018.01.12). Foi ainda durante o abaciado de Ramiro que se produziu um documento fazendo prova da aceitação, por quatro leigos, das condições de emprazamento de umas vinhas em terrenos do mosteiro de Leça, mas pertencentes ao mosteiro de Vacariça, que este pretendia recuperar, ficando a terça parte dos bens auferidos a pertencer à comunidade monástica (LP 131, de 1093.07.09).

- c) Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado:**
doc. inexistente.
- d) Expressões relativas a actos de produção documental**
per manum propriam: scripsit: LP 33 (1087.03.14).

- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental *per manum propriam*: adfuit: LP 398 (1088.01.03); conf.: LP 372 (1086.08.11), LP 398 (1088.01.03) e LP 131 (1093.07.09); test.: doc. inexistente.
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado: Pedro: «Petrus notuit» (LP 372, de 1086.08.11); Diogo: «Didacus presbiter Notuit» (LP 131, de 1093.07.09); clérigo-notário não-referido: LP 119 ([1087-1091]).
- g) Referências documentais, por ordem cronológica: LP 372 (1086.08.11), LP 33 (1087.03.14), LP 119 ([1087-1091]), LP 398 (1088.01.03) e LP 131 (1093.07.09).

8. SALOMÃO

- a) Referências documentais, por título: abbas e praepositus: LP 255 (1090.08.16); prior e presbyter: LP 160 (1091.08.02); prior: LP 550 (1092.05), LP 41 (1093.02.27) e LP 77 (1098.12.17); rector e presbyter: LP 173 (1094.02.24); abbas: LP 174 (1095.03.03), LP 125 (1099.03.14), LP 108 (1099.09.15), LS 166 (1137.12) (?) e LS 167 (1137.12) (?).

Obs.: Salomão foi o primeiro abade a utilizar o título de *rector* no mosteiro de Vacariça (LP 173, de 1094.02.24). Durante o abaciado de Salomão, Godinho desempenhou funções como prioste no mosteiro de Leça.

Como abade do mosteiro de Vacariça: LP 255 (1090.08.16), LP 160 (1091.08.02), LP 550 (1092.05), LP 41 (1093.02.27), LP 77 (1098.12.17), LP 173 (1094.02.24), LP 174 (1095.03.03) e LP 108 (1099.09.15).

Como abade do mosteiro de Trezói: LP 77 (1098.12.17).

- b) Geografia do património adquirido durante o seu abaciado:** por doação: S. Martinho de Pinheiro (conc. de Coimbra, dist. de Coimbra) (LP 255, de 1090.08.16); por compra: Aldoar (conc. do Porto, dist. do Porto) (LP 125, de 1099.03.14); por permuta: doc. inexistente.
- c) Direitos de padroado adquiridos durante o seu abaciado:** igreja de S. Martinho de Pinheiro (conc. de Coimbra, dist. de Coimbra) (LP 174, de 1095.03.03)²⁸.
- d) Expressões relativas a actos de produção documental** *per manum propriam*: scripsit: LP 41 (1093.02.27).
- e) Expressões relativas a actos de subscrição documental** *per manum propriam*: adfuit: LP 173 (1094.02.24); conf.: doc. inexistente; test.: LP 255 (1090.08.16), LS 166 (1137.12) (?) e LS 167 (1137.12) (?).
- f) Clérigos-notários documentados durante o seu abaciado:** Daniel: «Daniel presbiter notuit» (LP 255, de 1090.08.16); Fromarigo: «Fromarigus Notuit» (LP 160, de 1091.08.02); «Fromarigus scripsit» (LP 174, de 1095.03.03); Soeiro: «Suarius presbiter Notuit» (LP 41, de 1093.02.27); Gonçalo: «Gvndisaluus Notuit» (LP 125, de 1099.03.14); Gondesendo: «Gondesindus presbiter Notuit» (LP 108, de 1099.09.15); clérigo-notário não-referido: LP 77 (1098.12.17).
- g) Referências documentais, por ordem cronológica:** LP 255 (1090.08.16), LP 160 (1091.08.02), LP 550 (1092.05), LP 41 (1093.02.27), LP 173 (1094.02.24), LP 174 (1095.03.03), DC 825 (1096.02.14), LP 77 (1098.12.17), LP 125 (1099.03.14), LP 108 (1099.09.15), LS 166 (1137.12) (?) e LS 167 (1137.12) (?).

²⁸ Doação dirigida simultaneamente à igreja de S. Salvador de Coimbra e ao mosteiro de S. Vicente de Vacariça.

Les études sur les fragments de manuscrits en Espagne. Bilan et considérations diverses

Jesús Alturo

Seminari de Paleografia, Codicologia i Diplomàtica – Universitat Atònoma de Barcelona
jesus.alturo@uab.cat

Texto recebido em /Text submitted on: 28/05/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 10/06/2012

Resumo/Abstract:

Neste artigo é feito o estudo do contributo de fragmentos de códices para a história do livro e da cultura escrita, em geral. Identificam-se causas distintas para a destruição de antigos códices. Problematiza-se a génesis, em Espanha, do interesse cultural pelos fragmentos de códices e faz-se o levantamento de estudos e das tendências metodológicas mais importantes assim como se tecem algumas considerações sobre projetos de investigação em curso nesta área. Enfatiza-se a necessidade da sua recuperação e estudo, em bibliotecas e arquivos, tanto públicos como privados, assim como se apresentam algumas sugestões sobre as maneiras mais convenientes de apresentar esses estudos.

This paper makes an assessment of what represents the study of the fragments of manuscripts for the history of books and written culture in general. A list of various causes of the destruction of the ancient manuscripts are enumerated. Simultaneously, it inquires about the birth of cultural interest in Spain related to fragments of manuscripts and more relevant methodological trends are revised as different considerations on some important project of research in progress in this field are done. Emphasis is placed on the need for recovery and study in archives and libraries not only public but also private, and various criteria on the most convenient way to present such studies are made.

Palavras chave/Keywords:

Fragmentos de manuscritos; Codicologia; História cultural.

Fragments of codices; Codicology; Cultural history.

* Ce travail s'inscrit dans un projet de recherche subventioné par le Ministerio de Educación y Ciencia, HUM2005-07254, que je dirige.

« *Mis temas, ya lo veis,
son los residuos, cuanto queda
del paso fugitivo de la vida* »

Álvaro Valverde, *Desde fuera*, Barcelona 2008

Les fragments de manuscrits, vestiges d'un passé culturel, ne sont pas exempts d'éclat malgré leur opacité initiale commune. Cet éclat se met à resplendir à la lumière insufflée par le chercheur qui, grâce à ses connaissances et sa persévérance, cherche à recomposer l'image totale, claire et parfaite du livre perdu auquel ils appartenaient, à partir de restes souvent minuscules et en apparence insignifiants. Ces fragments nous reflètent, à la manière des morceaux d'un miroir brisé, la représentation d'une totalité, car, en effet, ces restes de manuscrits ne sont autres que l'état régressif d'un livre et leur simple présence démontre la réalité du codex entier dans le passé, ou, du moins, de la tentative de le confectionner, dans le cas où sa réalisation complète eût été entravée par des circonstances adverses¹. Partant de ces prémisses, il est évident que l'examen et l'étude des fragments de codices sont indispensables, pour le moment, pour tous ceux qui s'intéressent de manière directe ou indirecte à l'histoire du livre en particulier ou à l'histoire de la culture en général.

Il ne fait pas de doute que si nous nous attachons à l'histoire de la culture, de la culture écrite dans notre cas, cette dernière se fonde de toute évidence –,

¹ Elles ont normalement été motivées par le décès de la personne qui les avait commandées, étant donné que la mort ou la maladie du copiste était plus facilement remédiable, ou par le manque de ressources pécuniaires suffisantes pour les réaliser avec succès, ce qui se produit assez fréquemment pour les miniatures ou la décoration des initiales inachevées, éléments qui sont en fin de compte secondaires, en général, pour la transmission des textes. Un exemple de copie interrompue est donné par P. JODOGNE, *Le fragment manuscrit Bruxelles, B. R., IV 630/14: une page des « Illustrations de Gaule » de Jean Lemaire de Belges – Scriptorium*, XXXVII (1983), p. 101-103. Un autre, du 23 janvier 951, est fourni par le professeur M. C. DÍAZ Y DÍAZ – *Códices visigóticos en la monarquía leonesa*. León : 1983, p. 166: « Fafila, confeso, dona al monasterio de San Vicente de Louredo varias villas y otros bienes, entre los que libros prenominatos ... passionum in quoatum ». On constate un cas similaire dans le testament de 1045 du diacre Ramon, chanoine de la cathédrale de Barcelone, qui légua, entre autres livres, des cahiers de *flores psalmorum*, ce qui indique que le livre n'était pas terminé. Voir à ce sujet J. ALTURO – Les inventaires de livres en Catalogne du IX^e au XII^e siècles, *Scriptorium*, L/2 (1996), p. 375.

et surtout en ce qui concerne le passé, — sur les apports qui permettent deux disciplines de base, fondamentales et complémentaires: la philologie et le tandem codicologie—paléographie (même si le fait de dire codicologie implique déjà, de mon point de vue, l'inclusion de la paléographie, étant donné que l'écriture, objet d'étude de celle-ci, fait partie intégrante et substantielle du livre, centre d'attention de celle-là). La philologie nous aide certainement à évaluer le niveau culturel d'une société déterminée étant donné que l'analyse linguistique et stylistique des textes, qu'ils soient littéraires ou paralittéraires (car, on le voit, j'utilise ici le terme « philologie » au sens large), nous permet de savoir dans quelle mesure on respectait, et donc on connaissait, la norme grammaticale dictée par les grammairiens du moment ou, ce qui revient au même, le degré d'efficacité de l'enseignement scolaire, qui se verra à son tour reflété par le niveau d'habileté littéraire révélé par l'analyse stylistique des textes, cette habileté étant non seulement en relation avec les acquis des études grammaticales, mais aussi avec ceux des études de rhétorique. Et il est inutile de dire que dans le cas des auteurs latins médiévaux, cette règle ne doit naturellement pas coïncider avec les usages propres aux époques classiques, avec lesquels il serait absurde et anachronique de les comparer.

De leur côté, la paléographie et la codicologie, grâce à l'analyse de l'histoire et des caractéristiques des manuscrits et des particularités de leur écriture, nous permettront de fixer dans le temps et dans l'espace les livres sur lesquels la date ou le lieu de leur confection ou de leur provenance ne sont pas spécifiés, comme dans la majorité des cas. En d'autres mots, nous pourrons établir la production et, le cas échéant, l'importation ou l'exportation de manuscrits, soit leur circulation et leur consommation, révélatrices des lectures de la société faisant l'objet de notre étude, et, de par là même, des intérêts culturels qu'elle manifeste, en même temps qu'il nous sera possible de calculer, ou du moins d'estimer, les taux d'alphabétisation de cette société, ce qui apportera de nouvelles connaissances sur son niveau culturel.

Et, bien évidemment, pour ce faire nous devrons nous servir non seulement de l'analyse des témoignages directs (les livres entiers et fragmentaires), mais aussi des témoignages indirects (les références livresques dans des documents de tout type qui, si elles ne certifient pas une production autochtone, montrent au moins leur circulation à un moment

déterminé, et les citations explicites ou implicites, ou les simples allusions à d'autres œuvres utilisées par, ou ayant inspiré, les auteurs de textes littéraires, voire paralittéraires dans leur création écrite, c'est-à-dire leurs sources, qui peuvent illustrer, de même, la composition de leurs bibliothèques ou, au moins, nous aiguiller à propos de leurs lectures².

En considérant l'histoire de la culture d'une époque ou d'une région, ou encore d'une région à une époque déterminée, il ne faut pas oublier non plus l'étude des principales institutions de création ou de diffusion du savoir. À l'époque médiévale, les scriptoria produisaient les codices, les bibliothèques les conservaient et les écoles les diffusaient, bien que, comme je l'ai déjà indiqué à d'autres reprises, il n'y eût souvent ni scriptoria ni bibliothèques à proprement parler³. Du reste, il faut, selon moi, toujours procéder par des études se donnant pour objet des territoires constituant une unité historique et donc culturelle. Cette démarche n'empêche pas, bien au contraire, la mise en contexte de ces environnements culturels au sein d'espaces plus larges que leur entourage immédiat⁴.

À cette occasion, cependant, nous devons seulement nous attacher aux fragments de manuscrits, dont l'état de conservation, en général déplorable, ne rend pas justice au grand intérêt qu'ils représentent pour l'histoire du livre et de la culture. En effet, la seule présence d'une petite partie d'un manuscrit démontre incontestablement, comme je l'ai déjà dit, l'existence à une époque donnée du codex entier. Elle démontre aussi, vu le coût et les difficultés de la production à la main d'un livre, l'intérêt pour l'œuvre que ce dernier transmet. Et, outre les manchettes qui peuvent nous renseigner sur son histoire, – parfois dans une égale mesure aux manuscrits entièrement conservés, le fragment offre la plupart du temps une information qui ne figure généralement pas dans ces derniers: la date de la perte d'intérêt pour celui-ci

² Sur la méthodologie à suivre en histoire du livre, je me permets d'en remettre à mon article *Métodos y posibilidades de estudio en Historia del libro, con especial atención al códice gótico hispano* – *Signo. Revista de la Cultura Escrita*, 2 (1995), p. 133-170.

³ Idée exposée dans *Les inventaires de livres* cit., que je vois se consolider progressivement parmi les chercheurs. Voir, à titre d'exemple, M. S. GROS, *La Biblioteca Episcopal de Vic. Un patrimoni bibliogràfic d'onze segles*. Vic, 2006, p. 25, ou S. ZAPKE, dans son *Introducción* p. 33 à *Hispania Vetus. Manuscritos litúrgico-musicales de los orígenes visigóticos a la transición franco-romana (siglos IX-XII)*. Bilbao, 2007, p. 33.

⁴ C'est aussi ce que semble penser S. ZAPKE, *op. cit.*, p. 23.

ou, au moins, le *terminus post quem* de ce désintérêt, si la concurrence de l'imprimerie ne donnât pas la préférence, dans certains cas, au nouveau mode de présentation de ces mêmes textes.

Cette invention magnifique et révolutionnaire fut justement l'une des causes de la destruction de nombreux manuscrits afin d'utiliser leur parchemin à d'autres fins considérées comme plus urgentes, par exemple, les reliures de documents d'archive ou leur utilisation en tant que feuillets de garde d'autres livres, comme nous le verrons ci-dessous. Ce n'est pas un hasard si les notes sur les fragments récupérés nous amènent majoritairement aux XVI^e et XVII^e siècles comme date la plus fréquente de leur destruction, c'est-à-dire aux siècles d'expansion de l'invention de Gutenberg.

Il est évident que ces siècles nous font ainsi revenir à l'époque du décret d'unification liturgique qui émanea du concile de Trente et qui favorisa, bien que de manière également indirecte, la destruction de nombreux codices, ces derniers étant toujours liturgiques, certains de facture récente – si récente qu'à leur naissance même ils étaient déjà vieux, alors que d'autres manuscrits plus anciens devenaient obsolètes et que les uns et les autres étaient par conséquent susceptibles d'être détruits.

Les changements liturgiques à une échelle plus locale impliquaient aussi de possibles destructions. Dans le diocèse de Vic, par exemple, entre 1216 et 1228, le chanoine Andreu Salmúnia écrivit le *Llibre dels costums de l'església de Vic*, ce qui l'obligea à copier de nouveaux livres liturgiques, en particulier des livres musicaux, pour l'usage de la cathédrale et des paroisses du diocèse, avec l'abandon naturel des livres liturgiques précédents⁵.

L'Inquisition, particulièrement active durant ces mêmes siècles, ne fut pas non plus étrangère à la destruction de livres interdits. Chargée de veiller à la pureté de la foi avec le pouvoir d'infliger des châtiments exemplaires, elle poursuivit les hérésies, et en arriva même à interdire les livres de la bible en langue vernaculaire. En 1492, par exemple, des Saintes Ecritures en catalan appartenant à Antoni Jaume Sapila furent portées « per lo honorable en Johan Claperós e per lo notari... als inquisidors, qui aquella han cremada públicament en la plaça del Rey ab moltes altres » (« par l'honorable Johan Claperós et par le notaire... aux inquisiteurs, qui l'ont brûlé publiquement

⁵ M. S. GROS, *La Biblioteca Episcopal de Vic* cit., p. 57.

sur la place du Roi avec beaucoup d'autres »). D'où le fait qu'on trouve des restes très intéressants de ces bibles en langues vernaculaires dans les archives de l'Inquisition.

La communauté juive fut victime d'une attitude honteusement hostile envers sa religion, ce qui se traduisit par des pogroms et par la censure et la destruction de ses livres, comme on le voit dans la bulle promulguée par Benoît XIII le 11 mai 1425. Cela explique très bien la quantité remarquable de fragments de codices et de diplômes en hébreu récupérés dans les reliures anciennes, d'autant plus si l'on tient compte du fait que la reliure était une activité spécialement exercée par les Juifs⁶.

Les changements de législation rendaient par ailleurs obsolètes des livres juridiques anciens. Le *Liber iudicium*, largement diffusé lors au haut Moyen Âge car ses lois étaient en vigueur à l'époque, fut écarté lors des périodes suivantes, ce qui explique sa conservation abondante en simples fragments. En l'occurrence, les mots de Jaume Marquilles, qui considérait comme d'autres juristes de son temps que ces lois wisigothiques étaient déphasées, sont intéressants. Il écrivait, dans son œuvre *Manna super Usaticis Barchinone* de 1448: «*Hodie leges Gotice sublate sunt, nisi in sex uel septem casibus*»⁷.

⁶ J. ALTURO, *Història del llibre manuscrit a Catalunya*. Barcelona, 2003, p. 218-221, et Característiques, producció i circulació del llibre, dans *L'art gòtic a Catalunya. Arts de l'objecte*. Barcelona, 2008, p. 340-357. Certaines études sur des fragments hébraïques sont dues à J. MILLÀS, Restos de una antigua Biblia hebraica en Gerona. *Sefarad*, 13 (1953), p. 356-358; N. ALLONY et A. FIGUERES, Manuscritos hebraicos de la biblioteca de Montserrat. *Sefarad*, 19 (1959), p. 241-272; S. BARTRINA, Fragmenta cuiusdam « Hilkot Sepher Torah » in urbe Guixolensi reperta. *Estudios eclesiásticos*, 34 (1960), p. 491-520; J. MARQUÈS, Descobriment de manuscrits hebreus a l'Arxiu Diocesà de Girona. *Taüll. Butlletí de les Comissions per al Patrimoni Cultural dels Bisbats Catalans*, 3-4 (1983-1984), p. 64-66; E. CORTÉS, Fragments de manuscrits hebreus i arameus descoberts de nou a l'Arxiu Diocesà de Girona. *Revista Catalana de Teología*, 7 (1982), p. 1-56; ibidem, 9 (1984), p. 83-101; ibidem, 10 (1985), p. 31-52; Una poesia cabalística desconeguda i uns fragments d'Ibn Guiat procedents de l'Arxiu Diocesà de Girona. *Arxiu de Textos Catalans Antics*, 2 (1983), p. 7-21; A propòsit d'un manuscrit fragmentari hebreico-arameu de l'Arxiu Diocesà de Vic. *Associació Bíblica de Catalunya. Butlletí*, 25-26 (1984), p. 1015; F. DÍAZ ESTEBAN, Un fragmento de poesía litúrgica hispanohebreo en Barcelona. *Anuario de Filología*, 2 (1976), p. 155-172, et G. DEL OLMO LETE-J. R. MAGDALENA NOM DE DÉU, Documento hebreo catalán de farmacopea medieval. *Anuario de Filología*, 6 (1980), p. 159-187.

⁷ Voir A. MAGRINS, *Jaume Marquilles. Trajectòria vital i producció literària. Primera part: Diplomatari de Jaume Marquilles. Segona part: Manna Iacobi Marquilles super*

La même chose se produit avec la recension *Liber iudicium popularis*, préparée par le juge et diacre Bonsom de Barcelone, qui est intégralement conservée dans le codex Z.II.2 de San Lorenzo de El Escorial, de l'an 1011, mais fragmentaire dans un bifeuillet discontinu, le frag. XV, 3 du Musée épiscopal de Vic, et dans l'écriture inférieure d'un diplôme palimpseste du monastère de Sant Cugat del Vallés⁸.

Mais les causes contribuant à la destruction de codices furent encore plus diverses. Souvenons-nous par exemple des changements de tendances littéraires, des courants théologiques, des préférences ou impositions doctrinales, du besoin de réutiliser le parchemin pour la copie, à des époques où ce support était particulièrement cher, ce qui fut à l'origine des palimpsestes, sans oublier les guerres⁹, les incendies, les ravages de l'humidité¹⁰, l'activité des rongeurs¹¹ et des insectes comme la « vermouiture, ennemie des Muses », au dire de saint Pacien de Barcelone, les vols, la négligence, les simples accidents et, curieusement, aussi la dévotion pour les reliques et l'amour des livres ou bibliophilie, même si, pour être plus exacts, il nous faudrait parler de bibliomanie, se manifestant de différentes manières, parmi lesquelles la bibliopiraterie. Certains textes considérés comme les autographes de saints furent probablement détruits pour conserver

Usaticis Barchinone, Universitat Autònoma de Barcelona 2008, travail de recherche que j'ai dirigé.

⁸ Œuvre récemment étudiée et éditée par J. ALTURO-J. BELLÈS-J. M. FONT-Y. GARCÍA et A. M. MUNDÓ, *Liber iudicium popularis. Ordenat pel jutge Bonsom de Barcelona*. Barcelona, 2003, et traduite par J. BELLÈS-J. ALTURO-J. M. FONT-A. M. MUNDÓ et A. OLIVAR, *Llibre dels judicis. Traducció catalana moderna del Liber iudiciorum*, Barcelona, 2008.

⁹ Le professeur M. C. DÍAZ Y DÍAZ, qui a toujours prêté tant d'attention aux fragments, rappelait dans sa conférence *Códices y fragmentos de códices*, dans *Memoria Ecclesiae III*, Oviedo 1992, p. 38, note 12, que « la majorité des codices de Alcalá de Henares conservés à la Faculté de Droit de l'Université de Madrid furent utilisés comme parapets lors de l'automne 1936 en défense de la capitale, ce qui leur causa des dommages irréparables ».

¹⁰ Pour les livres, les lances d'incendie des pompiers sont encore plus nuisibles que les incendies eux-mêmes. Je ne fais pas référence ici aux lances qui crachaient de l'essence dans *Fahrenheit 451*, le célèbre roman de R. Bradbury. Un cas curieux d'action innocente du feu sur le parchemin, c'est celui de quelques bulles pontificales actuellement conservées à la Bibliothèque de Catalogne et qui virent leur format réduit par rétrécissement à cause de la proximité d'une source de chaleur. L'écriture a cependant été parfaitement conservée et il est possible de lire leur contenu avec encore plus de facilité grâce à cet rétrécissement.

¹¹ La cathédrale de Barcelone, pour protéger les livres de la sacristie, dut acquérir deux chats en 1385.

leurs feuillets en tant que reliques, comme c'est le cas du fragment des *Confessions* de saint Augustin du reliquaire de la Encarnación de Madrid¹² ou de divers feuillets autographes de saint Thomas d'Aquin avec leur *littera inintelligibilis* caractéristique. Dans d'autres cas, les manuscrits ont été détruits pour en faire des sacs destinés à garder des reliques: c'est ce qui arriva à l'un des manuscrits de Tite-Live, parmi les plus anciens en écriture onciale du IV^e- V^e siècle¹³.

La magnifique Bible des Archives de la cathédrale de Lérida, datant de peu après 1165¹⁴, présente dix-sept initiales découpées, probablement destinées à rejoindre la collection de l'auteur du délit artistico-culturel, ou celle des nantis qui pouvaient se permettre d'acquérir ces précieuses découpes. D. Ramón Menéndez Pidal évoque aussi comme cause probable de la disparition du *Breviari d'Amor* de la bibliothèque du Marquis de Santillana le fait que la beauté de ses illustrations ait attiré les convoitises¹⁵. Comme exemple de bibliopiraterie, nous pourrions citer le cas pathologique de l'infant catalan Don Joan, fils du Cérémonieux, qui, lors d'une visite au château de Caspe de l'Ordre de Saint Jean de Jérusalem pris dans leur bibliothèque un *De re militari*, de Vegece, sans autorisation¹⁶, ou encore qui subtilisa un *Lancelot* au Maître de l'Ordre de Rhodes, son ancien maître¹⁷.

¹² Voir sa reproduction dans A. C. FLORIANO CUMBREÑO, *Curso general de Paleografía y Diplomática españolas*. Vol. I, Oviedo, 1946, p. 180 et planche II.

¹³ Voir, par exemple, la planche XXXVII de J. MALLON-R. MARICHAL et Ch. PERRAT, *L'écriture latine de la capitale romaine à la minuscule*. Paris, 1939.

¹⁴ À propos de cette bible, voir J. YARZA, *La biblia de Lérida, manuscrito de procedencia aragonesa, muestra de la internacionalidad del románico*, dans *Actas del IV Coloquio de Arte Aragonés*. Zaragoza, 1986, p. 361. Une hypothèse différente, d'une certaine manière en relation avec la censure d'images considérées comme peu convenables, dans A. SUÁREZ, *La Biblia de Lérida. Apuntes para un estudio arqueológico*. *Estudios Humanísticos. Geografía, Historia, Arte*, 20 (1998), p. 291-322.

¹⁵ R. MENÉNDEZ PIDAL, A propósito de la Biblioteca del Marqués de Santillana por Mario Schiff. *Bulletin Hispanique*, 10 (1908), p. 397.

¹⁶ H. FINKE, Relacions dels Reys d'Aragó amb la literatura, la ciencia y l'art en els segles XIII y XIV. *Estudis Universitaris Catalans*, IV (1910), p. 76.

¹⁷ J. S. PONS, Ramon de Perellós et Bernat Metge, *Bulletin Hispanique*, XXXIX (1937), p. 101. Le vol dont nous avons l'écho par un document du 27 avril 1104 a pris une tournure différente, mais avec un résultat similaire : il nous informe du fait que le couple formé par Arnau Ramon et Adalmús a subtilisé aux chanoines de Sant Martí de Tost un calice en argent avec sa patène, une croix en or et un évangéliaire. Voir J. ALTURO, *Cens d'esments libraris en la documentació altomedieval catalana. Primera aproximació* (en cours de publication).

Par ailleurs, les propos de l'historien Jerónimo Zurita adressés à l'archevêque de Tarragone Antonio Agustín dans une lettre non datée, mais postérieure à 1579-1580, illustrent parfaitement la finalité réservée aux fragments de manuscrits, à certaines époques. Dans cette lettre, il explique que ses livres étaient arrivés à la chartreuse de Saragosse d'Aula Dei. Ces livres avaient « coûté une somme d'argent et un travail considérables. J'ai passé ces quarante ans à les récupérer et les sauver du pouvoir des Imprimeurs et Libraires, qui achètent sans cesse du parchemin pour le morceler. Et même ces derniers jours, j'en ai acquis certains appartenant aux Libraires, qui les avaient déjà condamnés à traitement, et qui sont d'une grande valeur. Ils me parviennent à un prix plus élevé que celui qu'il leur coûte, car ils l'achètent au poids du parchemin ou du papier »¹⁸.

Mais si ces feuillets étaient le plus souvent destinés à la reliure, comme plats ou nerfs plats, il convient de souligner en l'occurrence un cas étrange de récupération moderne de fragments de codices: le *Llibre de privilegis d'Andorra* est un manuscrit factice formé par différents fragments simplement réunis dans le but de donner plus de « volume » à quelques plats et de pouvoir ainsi prêter serment sur ce manuscrit, devenu de cette manière un prestigieux livre ancien.

Cependant il semble même que les fragments de codices ont été utilisés pour fabriquer des mèches pour les quenouilles et les lampes à huile¹⁹, ainsi que pour la confection de robes et de chaussures²⁰. À des époques encore plus modernes, les abat-jours ont été la destinée assez habituelle de certains feuillets de ces livres anciens. Si ces derniers feuillets portaient des écritures, j'ai aussi pu constater à plusieurs reprises que les restes de feuillets de réserve, prêts pour une copie qui n'avait pas eu lieu ont été « récupérés » comme toile de peinture actuelle. Il y a déjà quelques années, j'ai eu l'occasion de voir une de ces peintures: lorsque j'ai demandé d'où venait obtenu le parchemin, on m'a répondu qu'il provenait de parcheminiers

¹⁸ J'emprunte ces données à A. J. SOBERANAS, La version galaïco-portugaise de la « Suite du Merlin », Transcription du fragment du XVI^e siècle de la Bibliothèque de Catalogne, ms. 2434. *Vox Romanica*, 38 (1979), p. 176.

¹⁹ Voilà ce que dit A. de MORALES pour le XVI^e siècle, *Viaje Santo de Ambrosio de Morales*, Madrid 1765, reed. Oviedo 1977, p. 214.

²⁰ R. REED, *Ancient Skins, Parchments and Leathers*. Londres, 1972, p. 325-348.

locaux, vivant dans la campagne, et qui fabriquaient encore cet ancien support d'écriture. Cependant mon interlocuteur en est resté coi lorsque je lui ai exprimé ma surprise face à la présence de lignes rectrices et de justification tracées à la pointe sèche de ces feuillets prétendument « modernes ».

Mais il ne semble plus se produire de cas de destruction de codices de nos jours, si ce n'est dans des cas véritablement délictuels, comme celui où du feuillet du Beatus de la Seo de Urgel, volé il y a quelques années, qui avait été arraché afin de le présenter comme échantillon à un acheteur potentiel. D'autre part, les archivistes et les bibliothécaires sont pleinement conscients de la valeur de ces vestiges culturels. Heureusement, les cas de destruction de manuscrits sont d'une époque révolue. Comme nous rappelle E. Pellegrin²¹ et que nous le confirme C. Barraquer²², au XIX^e siècle, on détruisait encore des codices porteurs d'œuvres qui n'intéressaient plus leurs lecteurs ou dont le texte était sauvegardé grâce à l'imprimerie.

Cependant, la tendance à récupérer et à étudier les fragments de manuscrits est récente. Elle est née, en Espagne comme dans le reste de l'Europe, au XIX^e siècle, même si le comportement des paléographes espagnols du passé face à l'étude de ces fragments et celui des archivistes face à leur conservation et leur catalogage, doivent encore faire l'objet de travaux de recherche détaillés. Mais, à ma connaissance, un des premiers à s'être soucié de ces reliques culturelles est, mis à part le témoignage indirect de Zurita que nous venons de voir, le frère du grand 'codicologue' *avant la lettre* que fut Jaime Villanueva²³, le non moins célèbre Joaquín Lorenzo Villanueva. Ce dernier, afin de défendre les versions en vernaculaire des textes sacrés, s'appuya sur le témoignage des traductions réalisées dans le passé avec des exemples de bibles traduites, dont seuls quelques

²¹ *Fragments et membra disiecta*, en *Codicologica*, 3 Leiden 1980, p. 70-95, concrètement p. 74.

²² *Las casas de religiosos en Cataluña durante el primer tercio del siglo XIX*. vol. I, Barcelona, 1906, qui dit, en parlant du monastère de Gerri: «certains des parchemins de ces archives servent fréquemment à faire des couvertures de méprisables cahiers», p. 100, note 2.

²³ Voir à ce sujet I. M. PUIG I FERRETÉ-A. GINER, *Índex codicològic del Viage literario de Jaume Villanueva*. Barcelona, 1998.

fragments avaient échappé à l’Inquisition²⁴. Il s’agissait néanmoins d’une utilisation secondaire, guidée par des intérêts et des motivations tout sauf purement culturels.

L’intérêt pour les fragments de codices *per se*, en tant que diffuseurs d’informations culturelles, sera formulé pour la première fois en Espagne, selon les données dont je dispose, par un archiviste doublé de paléographe, le prêtre catalan Pere Pujol i Tubau. Il s’occupa durant de nombreuses années des Archives de la cathédrale de la Seo de Urgel, bien qu’il ait plus brillé comme paléographe que comme archiviste *stricto sensu*, car la paléographie était sa vocation. Il avait étudiée cette discipline au Séminaire de Vic et il s’était perfectionné à Paris, à l’École des chartes et à l’Institut catholique.

Cet érudit, s’occupa d’un des manuscrits les plus précieux conservés en Catalogne, les *Homélies* de saint Grégoire le Grand en écriture onciale du VII^e–VIII^e siècles, conservé dans les Archives de la cathédrale de Barcelone avec la signature ms. 120. Il travailla aussi sur différents fragments de codices et de diplômes extraits de l’unique plat actuellement conservé de l’ancienne reliure du codex et, en se référant à un feuillet en écriture elle aussi onciale, il fit remarquer: « Il s’agit certainement d’une autre information intéressant, dont il faudra tenir compte si un jour on arrive à établir la bibliographie de tout ce que les plats d’anciennes reliures détruites ont apporté au monde érudit »²⁵.

La suggestion d’étudier les fragments, ci-dessus formulée, faisait écho aux propositions précédemment exprimées en ce sens par Nicolás Likhatscheff. Elle était le résultat du perfectionnement de ses études paléographiques à Paris et avait le mérite d’insuffler à notre pays la même sensibilité pour la récupération de ces pièces culturelles. Cela se passait en 1918. Durant le XX^e siècle, la curiosité pour les fragments de codices n’allait heureusement pas cesser de croître, de manière lente mais constante, une curiosité à laquelle la claire formulation du chanoine-archiviste d’Urgel ne fut sans doute pas étrangère, pour le moins en Catalogne²⁶.

²⁴ Voir son livre *De la lección de la Sagrada Escritura en lenguas vulgares*. Valencia-Montfort, 1791.

²⁵ P. PUJOL, *Obra completa*. Valls d’Andorra, 1984, p. 151.

²⁶ Même si les études consacrées aux fragments de manuscrits ne manquaient bien sûr pas auparavant.

Je ne connais aucun recensement réalisé pour les codices et fragments d'Espagne, bien qu'il en existe de partiels: les 534 feuillets récupérés à partir des protocoles notariaux des Archives historiques provinciales de León et qui correspondent à quelques 300 manuscrits sont, sans aucun doute, un tout petit échantillon de l'ensemble très vaste qui reste à récupérer²⁷, même si grâce à l'intérêt renouvelé pour leur étude qui, par chance, se manifeste aussi chez de jeunes chercheurs, les récupérations de nouvelles pièces vont bon train²⁸. Mais en Catalogne, région où l'on s'est jusqu'à présent le plus consacré à leur sauvegarde et à leur étude, on conserve environ 2600 manuscrits antérieurs à l'imprimerie et l'on a déjà répertorié plus de 7000 fragments. Rien qu'à Vic, on en a répertorié environ 1200, surtout grâce à la passion d'antiquaire du Dr. M. S. Gros. L'ensemble total des manuscrits connus aujourd'hui en Catalogne, si l'on tient compte des fragments qui sont *membra disiecta*, correspond à un peu plus de 3000 manuscrits, ce qui permet de multiplier le nombre de manuscrits connus par deux²⁹, voire par trois dans certaines matières, comme les codices de notation musicale qui, de par leur nature liturgique, sont les plus abondants.

Ces chiffres démontrent à eux seules la valeur des fragments si l'on souhaite mieux connaître l'histoire culturelle d'une région ou d'une époque, particulièrement si l'on manque de témoignages abondants. Mais même si ce n'est pas le cas, leur étude contribuera aussi à mieux définir sa situation réelle. À titre d'exemple du premier cas, il nous suffit de rappeler les apports de L. Mezey³⁰ et ceux de son successeur L. Vizkelety³¹ pour la Hongrie,

²⁷ Voir T. BURÓN, Colligite fragmenta..., *Boletín Anabád*, XXXVII, núm. 3, (1987), p. 391. Le maître de la codicologie wisigothique, M. C. DÍAZ Y DÍAZ, dans son œuvre *Códices visigóticos en la monarquía leonesa* cit., s'attache à presque 200 fragments, selon ce qu'il rappelle lui-même dans son intéressant *Códices y fragmentos de códices*, dans *Memoria Ecclesiae III*. Oviedo, 1992, p. 31-44.

²⁸ Nous pouvons citer quelques thèses en cours de réalisation, comme celle de M. Bernadó, que nous attendons tous impatiemment, ou celle de S. Ruiz Torres, qui prépare actuellement un DEA et qui a pour objectif principal le catalogage et l'analyse de 78 fragments de manuscrits liturgico-musicaux du bas Moyen Âge déposés aux archives de Ségovie, principalement dans les Archives de la cathédrale, et correspondant à 52 codices différents.

²⁹ Voir A. M. MUNDÓ, Les collections de fragments de manuscrits a Catalunya. *Faventia*, 2/2 (1980), p. 115-123.

³⁰ *Fragmenta Latina codicum in bibliotheca Universitatis Budapestinensis*. Budapest, 1983.

³¹ *Mittelalterliche lateinische Handschriftenfragmente in Estergom*. Budapest, 1993.

ou le récent séminaire organisé à Stockholm à propos des fragments médiévaux de Suède³². Pour le deuxième cas, souvenons-nous simplement des études N. R. Ker³³ pour l'Angleterre ou de celles dirigées par W. Berschin et K. H. Staub pour l'Allemagne³⁴, celles qui ont été réalisées par les pionniers António de Vasconcelos³⁵ et le P. Avelino de Jesús da Costa³⁶, ou encore les études plus récentes des professeurs Aires A. Nascimento, Saul Gomes³⁷, A. L.-F. Askins, A. F. Dias et H. L. Sharrer³⁸ pour le Portugal, pays qui, comme nous le rappelait naguère la professeure M. J. Azevedo Santos, dispose seulement de codices complets à partir du XII^e siècle³⁹.

Quel est le bilan des études consacrées en Espagne aux fragments de manuscrits ? Il y a quelques années, j'ai établi un constat concernant uniquement la Catalogne⁴⁰, mais que ce soit dans cette région ou dans le reste de l'Espagne, les études n'ont pas cessé. Il serait par conséquent très prolixe d'en donner la liste complète. Contentons-nous d'en souligner les tendances. Et, comme on pouvait s'y attendre, les études les plus nombreuses sont celles qui sont consacrées aux restes de livres liturgiques, en particulier ceux qui sont accompagnés de notation musicale. Il n'est pas nécessaire de rappeler des œuvres d'ensemble comme celles de J. Janini, *Manuscritos litúrgicos de las Bibliotecas de España*⁴¹, ou les *Fragmentos*

³² J. BRUNIUS, ed., *Medieval Book Fragments in Sweden. An international seminar in Stockholm, 13-16 november 2003*. Stockholm, 2005.

³³ *Fragments of Medieval Manuscripts used as Pastedowns in Oxford Bindings with a Survey of Oxford Bindings c.1515-1620*. Oxford, 1954.

³⁴ *Fragmensta Darmstadiensia*. Darmstadt, 1997.

³⁵ Fragmentos preciosos de dos códices paleográfico-visigóticos. *Biblos*, 4 (1928), p. 353-369 et Fragmento precioso dum códice visigótico. *Biblos*, 5 (1929), p. 245-273.

³⁶ *Fragmentos preciosos de códices medievais*, dans *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-linguísticos*. Porto, 1992, p. 53-108 et *Geórgicas de Virgílio (fragmentos do século XI)*, ibidem, p. 109-134. Pour une évaluation de ce grand érudit, voir maintenant J. MARQUES, *Elogio do Professor Doutor Cónego Avelino Jesus da Costa*. Lisboa, 2007.

³⁷ Parmi son abondante production, il suffit de rappeler son travail A codicologia em Portugal: balanço e perspectivas – *As Oficinas da História*. Lisboa-Coimbra, 2002, p. 151-174.

³⁸ *Fragmentos de Textos Medievais Portugueses da Torre do Tombo*. Lisboa, 2002, avec une bibliographie antérieure.

³⁹ Voir son savant apport *Las tendencias gráficas en los fragmentos litúrgico-musicales de Portugal (siglos X-XII)*, dans *Hispania Vetera* cit., p. 113-125.

⁴⁰ J. ALTURO, *Studia in codicum fragmenta*. Barcelona, 1999, p. 11-40.

⁴¹ Publiée en 2 vols. à Burgos 1977-1980.

litúrgico-musicales de la Edad Media en archivos de Aragón, de S. Zapke⁴², et la plus récente œuvre collective que cette dernière a coordonnée, la déjà mentionnée *Hispania Vetus*⁴³. Pour le reste, citer quelques noms de liturgistes sera suffisant pour évoquer leurs études remplies de références et d'analyses consacrés à des fragments de codices: F. X. Altés, avec ses appports nombreux et érudits, en particulier dans « *Miscellània Litúrgica Catalana* », revue de référence indispensable pour ces études, ainsi que les revues « *Analecta Sacra Tarragonensis* » et « *Hispania Sacra* »; H. Anglès, avec son livre magistral *La música a Catalunya fins al segle XIII*, œuvre parue à Barcelone en 1935⁴⁴, dans laquelle on fournissait un catalogue des codices musicaux catalans et aragonais du X^e au XIII^e siècles. Ces études se poursuivent actuellement en Catalogne. Mari-Carmen Gómez Muntané, qui a publié divers fragments intéressants avec polyphonie⁴⁵, et Joaquim Garrigosa, qui, grâce aux fragments, dans sa thèse doctorale a déjà multiplié par trois le recensement de manuscrits avec notation musicale que H. Anglès avait découvert⁴⁶; J. R. Barriga; J. Bellavista; L. Brou; A. Cordolani; R. Étaix; A. Fábrega; M. S. Gros, l'un des chercheurs les plus enthousiastes et les plus prolifiques dans ce domaine; J. Leclercq; J. Lemarié; A. M. Mundó, sans doute l'un des meilleurs spécialistes, avec un intérêt ininterrompu pour l'étude des fragments⁴⁷; de même que les grands érudits les P. G. Sunyol,

⁴² Imprimé à Huesca 2007.

⁴³ Magnifiquement édité par la Fondation BBVA.

⁴⁴ Et à nouveau publiée en 1988 par la Bibliothèque de Catalogne et l'Université Autonome de Barcelone.

⁴⁵ Más códices en polifonía del siglo XIV en España. *Acta Musicológica*, 53 (1981), p. 85-90; Musique et Musiciens dans les Chapelles de la Maison Royale d'Aragon (1336-1413). *Música disciplina*, XXXVIII (1984), p. 67-86; Quelques remarques sur le répertoire sacré de l'Ars nova provenant de l'ancien royaume d'Aragon. *Acta Musicologica*, LVII/2 (1985), p. 166-179; Quelques remarques sur le répertoire polyphonique antérieur à l'« Ars nova » provenant de l'ancien royaume d'Aragon. *Cahiers de civilisation médiévale*, XXXI/2, (1988), p. 101-110.

⁴⁶ *Els manuscrits musicals a Catalunya fins al segle XIII. L'evolució de la notació musical*. Lleida, 2003.

⁴⁷ L'attention croissante prêtée par les chercheurs aux fragments de manuscrits de Catalogne, matérialisée par des catalogues qui les prenaient en considération et par des études qui les analysaient avec soin, conduisit le professeur Mundó à présenter une conférence sur les collections de fragments dans notre pays au VI^e Colloque du Comité international de paléographie, qui a eu lieu en Suisse en 1979, où il établissait un recensement provisoire – qui augmente heureusement de jour en jour – de 6317 feuillets, correspondant à 2693 codices

J. Pinell et A. Olivar, ou Ricomá, Roura et Sardá, ou encore, plus récemment, Roger E. Reynolds, avec son article intéressant *Baptismal rite and paschal vigil in transition in medieval Spain: A new text in visigothic script*⁴⁸. Ce dernier auteur a mis à jour plus récemment divers fragments wisigothiques nouveaux⁴⁹. Et n'oublions pas non plus un article de Joan Ainaud sur les survivances du livre de la *Passionnaire hispanique* en Catalogne, basé intégralement sur l'étude de fragments⁵⁰.

À ces travaux, viennent s'ajouter quelques projets en cours, comme le catalogage des fragments des Archives de la Chancellerie royale de Valladolid et des Archives diocésaines de Burgos par J. M. Ruiz Asencio, celui des Archives capitulaires de Valladolid par López-Caló, des Archives capitulaire de Saint Jacques de Compostelle par Rey Olleros, des Archives

médiévaux ; voir *Les col·leccions de fragments de manuscrits a Catalunya* cit. Dans une autre réunion du Comité international de paléographie, célébré cette fois à Londres en 1985, le professeur Mundó insistait sur l'importance des fragments et dans une conférence consacrée à la mémoire du professeur L. Mezey, qui s'était attaché autant et de manière aussi fructueuse aux fragments de Hongrie, il disserta sur la manière de reconnaître la provenance de certains fragments de manuscrits extraits de reliures. Voir Comment reconnaître la provenance de certains fragments de manuscrits détachés de reliures. *Codices manuscripti. Zeitschrift für Handschriftenkunde*, 11 (1985), p. 116-124, où une fine analyse élevait les trous occasionnés par la vermoulure à la catégorie de valeur codicologique, étant donné que la coïncidence des galeries creusées par ces insectes lui avait permis de mettre en relation certains fragments de la Bibliothèque de Catalogne avec des manuscrits de Ripoll auxquels ils avaient servi de feuillets de couverture. De même, ces galeries faites par la vermoulure lui permirent d'établir l'ordre dans lequel étaient disposés les divers fragments qui constituaient l'unique couverture conservée du manuscrit 120 de la Cathédrale de Barcelone, – fragments auxquels il prêta une attention particulière -. Grâce à ces galeries, il put attribuer à ce groupe un fragment d'écriture onciale du V^e siècle conservé à la Bibliothèque apostolique vaticane et étudié par son bibliothécaire, le cardinal Giovanni Mercati. Voir *Alcuni frammenti biblici di antica versione latina. I: Tre frammenti d'Isaia*, dans *Nuove note di letteratura biblica e cristiana antica*. Città del Vaticano. 1941, p. 95-126.

⁴⁸ *Mediaeval Studies*, 55 (1993), p. 257-272, où il étudie un fragment wisigothique conservé à la Biblioteca nazionale Marciana de Venise, qui lui permet de conclure que « the presence in Spanish depositories of Visigothic-script codices of tenth century containing Roman-rite texts suggests that the change of rites or acceptance of Roman-rite books was taking place gradually in Spain itself before the second half of the eleventh century », p. 263.

⁴⁹ Visigothic-script remains of a Pandect Bible and the Collectio canonum hispana in Lucca. *Mediaeval Studies*, 58 (1996), p. 305-311; *Utrecht fragments in visigothic script*, ibidem, p. 313-320; *A visigothic-script folio of a carolingian collection of Canon Law*, ibidem, p. 321-325.

⁵⁰ Supervivencias del Pasionario hispánico en Cataluña. *Analecta Sacra Tarragonensis*, XXVIII (1956), p. 10-32.

diocésaines de Barcelone par J. Alturo, des archives aragonaises par la Chaire de musique antique de l'Institution Fernando el Católico pour la série *Monumenta Monodica Aragonensis*, avec déjà certaines publications, comme celle de L. Prensa Villegas, *Recuperación del repertorio gregoriano en Aragón a través de los fragmentos de códices litúrgicos utilizados como tapas de protocolos notariales*⁵¹, et celle de P. Calahorra, *De los pergaminos sueltos, fragmentos –Ay dolor– de valiosos códices medievales*⁵², ou encore celle de fragments de manuscrits avec notation musicale du Pays Basque, étudiés par C. Rodríguez Suso, *La monodia litúrgica en el País Vasco (fragmentos con notación musical de los siglos XII al XVIII)*⁵³, ou de Galice. Il est par conséquent évident que ce domaine vit une époque prolifique, où les travaux de recherche concernent, avec intelligence, des régions homogènes.

Les restes de livres bibliques ont également éveillé un intérêt particulier, avec les apports modèles de M. S. Gros, qui permettent de comprendre parfaitement le pourquoi des caractéristiques codicographiques et des variables de production de bibles destinées à l'usage des églises du diocèse de Vic⁵⁴, et les études aussi très intéressantes de C. del Camino⁵⁵, M. J. Sanz et E. Rodríguez⁵⁶,

⁵¹ *Aragón en la Edad Media*, 16 (2000), p. 659-679.

⁵² *Actas de las VIII Jornadas de Canto Gregoriano. Canto gregoriano en Aragón: de códices e iglesias medievales*. Zaragoza, 2004, p. 85-87.

⁵³ Bilbao, 1993.

⁵⁴ Fragments de bibles llatines del Museu episcopal de Vic. *Revista Catalana de Teología*, 3 (1978), p. 153-171. Voir aussi de cet érudit à titre d'exemple, El fragment del « Liber psalmorum » hispánic Vic, Mus. Epis., Ms. 259. *Revista catalana de Teología*, 2 (1977), p. 437-452; Les misses dels folis preliminars de l'oracional hispánic de Verona. *Miscel.lània litúrgica catalana*, I (1978), p. 53-68; Els fragments de sacramentari de Vic, Museu episcopal, frag.I/8. *Miscel.lània Litúrgica Catalana*, VI (1995), p. 165-175, qui permettent à leur auteur de conclure: « L'importance de ces fragments de sacramentaire ne réside pas seulement dans le fait qu'ils aient conservé une collection de bénédictions des arrhes qui semble unique, mais aussi [...] dans le fait que certainement [...] ils ont conservé, même si ce n'est que de manière très fragmentaire, un échantillon très proche – seulement d'une cinquantaine d'années – des livres liturgiques introduits à la cathédrale de Vic par les ecclésiastiques narbonnais qui commencèrent la restauration de l'ancien évêché d'Osona aux alentours de l'an 880 ».

⁵⁵ Fragmentos bíblicos en escritura carolina. *Boletín Millares Carlo*, 13 (1994), p. 85-94.

⁵⁶ *Un Nuevo fragmento de biblia visigótica a tres columnas*, dans *Actas del VIII Coloquio del Comité Internacional de Paleografía Latina*. Madrid, 1990, p. 211-220. Voir aussi de M. J. SANZ, *Fragmentos de manuscritos en el Archivo Histórico Diocesano de Oviedo*, dans *Memoria Ecclesiae*. vol. 7, Oviedo. 1995, p. 471-491.

M. A. Vilaplana⁵⁷, I. Ruiz Albi⁵⁸, A. Suárez⁵⁹ ou T. Burón⁶⁰; ou encore les *Béatus*, avec des études très précises et précieuses, comme celles d'A. M. Mundó et M. Sánchez Mariana⁶¹, M. C. Díaz y Díaz⁶², J. Yarza⁶³, J. A. Fernández Flórez⁶⁴; et les études plus récentes d'A. Suárez⁶⁵ ou de T. Burón⁶⁶.

Les fragments de codices avec des restes de miniatures ont toujours intéressé les historiens de l'art, bien évidemment. Il suffit d'évoquer ici les noms de Josep Gudiol, qui était déjà intéressé aux fragments dès 1915⁶⁷. Il avait signalé leur importance pour des certaines recherches⁶⁸, et ne les négligea bien sûr pas dans son catalogue de manuscrits du Musée épiscopal de Vic de 1934⁶⁹, pas plus qu'il ne les oublia dans son étude sur la miniature, publication posthume en 1955⁷⁰.

⁵⁷ *El Tumbo Negro de Zamora*, dans *Homenaje a D. Agustín Millares Carlo*. vol. I, Las Palmas. 1975, p. 69-88.

⁵⁸ Dos fragmentos de biblias visigóticas (San Zoilo de Carrión y catedral de Zamora) – *Estudios dedicados a José Mº Fernández Catón*, León, 2004, p. 1291-1316.

⁵⁹ Deux membra disiecta de la Bible visigothique de San Isidoro de León. *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 39 (1996), p. 339-353.

⁶⁰ *Antiguas biblias en León*, dans *Biblia, literatura e Iglesia*. Salamanca, 1995, p. 317-332.

⁶¹ A. M. MUNDÓ-M. SÁNCHEZ MARIANA, *El Comentario de Beato al Apocalipsis: Catálogo de códices*. Madrid, 1976, et des mêmes auteurs *Catalogación: Los Beatos*. Madrid, 1985, p. 102-127.

⁶² M. C. DÍAZ y DÍAZ, Un nuevo fragmento de Beato – *León y su historia*. vol. IV, León, 1977, p. 11-18.

⁶³ J. YARZA, *Beato de Liébana. Manuscritos iluminados*. Barcelona, 1998.

⁶⁴ Fragmentos de un « Beato » del monasterio de Sahagún. *Hispania sacra*, 35 (1983), p. 395-447.

⁶⁵ A. SUÁREZ GONZÁLEZ, Dos folios de un « Beato » en el A. H. P. de Zamora, *Anuario del Instituto de Estudios Zamoranos « Florián de Ocampo »*, 18 (2001), p. 287-307, et El Beato del Archivo Histórico Provincial de Zamora. *Hispania Sacra*, 55 (2003), p. 181-226.

⁶⁶ Fragmento de Beato – *León y su historia*, vol. VI, León, 2000, p. 125-139, qui s'occupe aussi, *ibidem*, de *Fragmentos de códices litúrgicos conservados en el Archivo Histórico Provincial de León*, p. 149-477, et de *Música de tropos*, p. 481-489.

⁶⁷ Els entremesos o oratoris pasquals. *Vida Cristiana*, I (1915), p. 237-240.

⁶⁸ *Arqueología litúrgica de la provincia eclesiástica tarragonina*, œuvre inédite de 1917 citée par J. AINAUD, *Supervivencias del Pasionario hispánico en Cataluña* cit., p. 11.

⁶⁹ *Catàleg dels llibres manuscrits anteriors al segle XVIII*, del Museu Episcopal de Vic. Barcelona, 1934.

⁷⁰ *Els primitius*. Tercera part: *Els llibres il·luminats*. Barcelona, 1955.

En 1935, Pere Batlle publiait un travail intéressant à propos de deux feuillets avec miniatures⁷¹. On y voyait déjà l'utilité des fragments, qui permettent d'obtenir une meilleure connaissance de l'illustration des livres. Cette utilité était déjà manifeste dans une étude antérieure de Josep M. March⁷², qui avait découvert « dans un tas de papiers inutiles » quatre feuillets avec miniatures appartenant au manuscrit 20 de la cathédrale de Tortosa. Ce n'est pas non plus inutilement que l'œuvre majeur de P. Bohigas⁷³ et celles de Domínguez Bordona⁷⁴ allaient prendre en considération les fragments.

Et ceux qui se sont intéressés à l'édition ou à la diffusion d'un auteur ou d'une œuvre en particulier sont aussi tenu compte des fragments, même s'il est vrai ici qu'en général, les spécialistes s'y consacrent de façon moins régulière et plus ponctuelle. Ils sont en effet soumis à l'intérêt du moment, intérêt qui précède par ailleurs les préoccupations de P. Pujol i Tubau⁷⁵.

Au nombre des projets de grande envergure consacrés à l'étude des fragments, il faut aussi signaler le *Corpus de fragmentos de códices en*

⁷¹ Miniatures i fragments litúrgics inèdits de l'Arxiu Capitular de Tarragona. *Analecta Sacra Tarragonensis*, 11 (1935), p. 273-278.

⁷² Miniaturas españolas antiguas. *Razón y Fe*, XLV (1916), p. 351-354.

⁷³ *La ilustración y la decoración del libro manuscrito en Cataluña*. 3 vol., Barcelona, 1960-1967; sans oublier des compléments obligatoires comme ceux de F. AVRIL, J. P. ANIEL, M. MENTRÉ, A. SAULNIER, J. ZALUSKA, *Manuscrits enluminés de la Bibliothèque Nationale. Manuscrits de la Péninsule Ibérique*. Paris, 1982.

⁷⁴ Voir, par exemple, *La miniatura española*. Barcelona, 1929 ; *El arte de la miniatura española*. Madrid, 1932 ; *Manuscritos con pinturas*. Madrid, 1933 ; *La miniatura*. Barcelona, 1950.

⁷⁵ Ainsi, dès 1917, Agustí Duran i Sanpere identifia une version catalane du roman de chevalerie *Tristan de Leonis*, en quatre feuillets de papier copiés à la fin du XIV^e siècle et conservés aux Archives municipales de Cervera. Voir son article Un fragment del « Tristany de Leonis » en català. *Biblioteca Filològica*, IX (1917), p. 284-316. Souvenons-nous à ce sujet que ce roman traduit au catalan donnerait aussi naissance à un nouveau témoignage fragmentaire un demi-siècle plus tard. En 1967, le professeur Ramon Aramon i Serra, à l'occasion de l'exposition bibliographique sur l'évolution historique de la municipalité espagnole réalisée à Barcelone lors du IV^e Congrès de municipalités, eut le loisir d'examiner un fragment contenu dans le manuscrit factice déjà mentionné et nommé *El Llibre de Privilegis d'Andorre*, qu'il identifia à un *Tristan*, également de la deuxième moitié du XIV^e siècle. Voir son article El « Tristany » català d'Andorra – *Mélanges offerts à Rita Lejeune*, I, Gembloux, 1969, p. 32-337, contribution aujourd'hui publiée dans R. ARAMON i SERRA, *Estudis de llengua i literatura*. Barcelona, 1997, p. 413-429. En ce qui concerne la chronologie de la naissance de l'intérêt pour les fragments de manuscrits, voir aussi les notes 67 et 72.

escritura visigótica, actuellement dirigé par C. del Camino et dont je parlerai plus en détail dans la suite de cet article.

Et parmi les efforts consacrés jusqu'à présent, que l'étude de ces simples fragments de codices semble-t-elle apporter à l'histoire de la culture ? Ces fragments contribuent évidemment en premier lieu à faire la lumière sur le panorama culturel de l'époque ou de la région d'où ils sont originaires, comme nous l'avons dit, et ils augmentent nos connaissances sur la diffusion d'une œuvre en particulier et éventuellement sur son influence. Ainsi, un fragment récemment identifié du *Llibre de les dones* de F. Eiximenis s'ajoute aux dix codices connus jusqu'alors et aux 50 traces documentaires recueillies, qui nous rappellent que les manuscrits conservés, entièrement ou fragmentairement, représentent à peine 20% de ceux qui ont été produits⁷⁶.

En d'autres occasions, l'augmentation est simplement matérielle (et, par conséquent, textuelle, bien sûr) par rapport à la reconstruction de la corporéité physique d'un ancien codex, lorsqu'il s'agit de la découverte d'un *membrum disiectum*, c'est à dire d'un fragment de codex qui faisait partie d'un livre déjà conservé dans le reste de sa composition ou simplement dans un de ses autres feuillets ou cahiers. C'est par exemple le cas d'un Terence des Archive de la cathédrale de Pampelune, frère du codex en écriture wisigothique Vitr. 5-4 de la Bibliothèque national de Madrid⁷⁷.

Mais les fragments, tout comme les manuscrits entiers, peuvent aussi éclairer d'un jour nouveau les relations culturelles entre les pays et leurs influences mutuelles grâce à la circulation des idées qu'ils véhiculaient, car des codices produits dans une région arrivaient dans une autre en suivant des chemins divers. Souvenons-nous par exemple d'un petit groupe de manuscrits en écriture bénéventane qui étaient arrivés en Catalogne en provenance du sud de l'Italie, très probablement à une époque ancienne pour la majorité d'entre eux⁷⁸, ou d'un fragment français du *Livre dou Tresor*⁷⁹,

⁷⁶ J. ALTURO, Noves dades sobre la difusió de Lo libre de les dones de Francesc Eiximenis. *Quaderns de la Selva*, 13 (2001), p. 255-264.

⁷⁷ C. DEL CAMINO, *Los fragmentos de códices visigóticos: balance y perspectivas*, dans *Monarquía y sociedad en el reino de León. De Alfonso III a Alfonso VII*. León 2007, p. 375-394.

⁷⁸ Voir J. ALTURO, Manuscrits i documents en escriptura beneventana conservats a Catalunya. *Studi Medievali*, 3^a serie, XXVIII/I (1987), p. 349-380.

⁷⁹ Voir ci-dessous.

ou encore d'une collection de bibles parisiennes conservées à Vic, souvenir du passage de ses chanoines au XIII^e siècle et aux siècles suivants par la capitale française où ils allaient perfectionner leurs études théologiques.

D'autres fois, les livres circulaient simplement d'une région à l'autre à l'intérieur d'un même pays ou territoire. Ainsi, un fragment d'homiliaire, s/n, de la Bibliothèque épiscopale de Vic, copié entre 1060 et 1080 dans le scriptorium de la cathédrale de Gérone, fut utilisé dans la cathédrale de Vic, ce qui reflète les relations entre les deux villes catalanes, particulièrement intenses entre le X^e et XII^e siècle⁸⁰.

Dans les Archives de Torre do Tombo de Lisbonne, on conserve un feuillet d'une *Collectio canonum* en arabe, avec des notes en marge en écriture wisigothique, reste d'un livre de la petite bibliothèque de l'évêque Paterno, premier évêque du siège restauré de Coimbra et provenant de Tortosa. Il a été découvert par le P. Avelino da Jesus Costa, et je pense que non seulement sa provenance mais aussi son origine sont de Tortosa, origine que je propose à la fois pour le texte en arabe et pour les manchettes en écriture latine wisigothique, ce qui, dans le cas où ce serait vrai, nous fournirait un autre exemple, très rare, d'écriture wisigothique produite dans la Nouvelle Catalogne, en même temps que des documents palimpsestes de Tortosa découverts et étudiés cela fait des années par le professeur Mundó⁸¹.

Néanmoins, si les codices d'origine étrangère sont parvenus dans le pays qui les conserve à la suite d'un achat ou d'une acquisition récente, ils ne sont bien évidemment pas le reflet des relations culturelles entre les deux pays. Il est donc important de bien clarifier ce détail. Mais, même dans ce cas, il est possible d'extraire des informations intéressantes sur l'histoire culturelle du pays d'origine. Les exemples sont ici plus abondants. Les collections de codices formées par alluvion, comme celles de la

⁸⁰ M. S. GROS, *La Biblioteca Episcopal de Vic* cit., p. 55. Pour un petit itinéraire d'un codex, par ailleurs non conservé, voir par exemple les divers changements de propriété d'un lectionnaire dans J. ALTURO, *Les inventaires de livres dans la Catalogne du IX^e au XII^e siècles* cit., p. 376.

⁸¹ *Los diplomas visigodos originales en pergamino. Transcripción y comentario, con un regesto de documentos de la época visigoda*. Barcelona, 1974.

Bibliothèque du monastère de Montserrat ou celles de la Bibliothèque nationale de Catalogne, regorgent d'échantillons de ce type⁸².

D'autre part, les caractéristiques codicographiques d'un fragment peuvent permettre la reconstruction archéologique idéale du codex entier et nous pouvons imaginer avec certitude comment était le livre dans son état original. C'est le cas du demifeuillet correspondant au fragment 10 des Archives diocésaines de Barcelone, qui reprend la fin de la dernière homélie des *Tractatus in Iohannem* de saint Augustin. Il s'agit par conséquent du dernier feuillet du codex qui, comme la foliation est indiquée, nous informe du fait que le manuscrit entier comportait 264 feuillets. Le demifeuillet mesure actuellement 215x310 mm et grâce à des calculs textuels, on peut déduire qu'une page entière mesurait 420x310 mm.

Mais dans ce cas, il est encore possible de conclure que le codex a été produit dans le scriptorium de Sant Pere de Rodes au milieu du XII^e siècle. Il devient donc le premier échantillon connu qui sorte avec certitude de cet atelier, dont on a seulement conservé ce fragment⁸³ et peut-être deux autres, également patristiques⁸⁴. L'importance du monastère laisse toutefois supposer que ce dernier développait de remarquables activités de copie.

Sans les fragments, nous ne saurions rien ou très peu de certaines bibliothèques, comme celle de la Chartreuse de Montalegre. Cependant, une collection importante de fragments provenant de cette dernière, conservée aux Archives royales de Barcelone, aussi connue sous le nom d'Archives de la Couronne d'Aragon, permet de reconstruire une bibliothèque de 42 codices, provenant peut-être pour une bonne part de son scriptorium. Il s'agit surtout de livres liturgiques, de quelques traités patristiques (les lettres de Cyprien, le *De Trinitate* et *Super psalmos* d'Hilaire de Poitiers), d'un *Catholicon*, de quelques *Constitutions de la Catalogne*,

⁸² Voir ce qui concerne l'un des codices les plus anciens conservés en Catalogne dans J. ALTURO, Le manuscrit 1038 de la Bibliothèque de l'Abbaye de Montserrat: un glossaire du VIII^e siècle. *Euphosyne*, XVIII (1990), p. 291-308.

⁸³ Voir J. ALTURO, Un manuscrit du scriptorium de Sant Pere de Rodes (Catalogne): les « *Tractatus in Iohannem* » du saint Augustin. *Revue des Études Augustiniennes*, 39 (1993), p. 155-160.

⁸⁴ Il s'agit d'un *De Trinitate* su XII^e siècle et d'un commentaire de la Genèse du XIII^e siècle. Voir A. M. MUNDÓ, *La cultura artística escrita*, dans *Catalunya Romànica*. I, Barcelone, 1994, p. 139.

d'un *Code de Justinien* (d'origine italienne et comportant des miniatures), d'un *Consueta*, d'un *Flos sanctorum* en catalan et d'un *Llibre dels àngels d'Eiximenis*, la majorité présentant une chronologie comprise entre le XIV^e et le XVI^e siècles. Le fragment le plus ancien est un *Commentarium in Apocalypsim* de Béatus de Liébana au XI – XII^e siècle⁸⁵.

Mais l'importance de ce que les fragments apportent à l'histoire culturelle ne se limite certainement pas aux textes latins. Leur étude participe également à l'enrichissement des autres langues et cultures. Le fragment 22 des Archives diocésaines de Barcelone en est un bon exemple. Il s'agit en fait d'une simple feuille, même si elle est bien conservée, et ce fragment reproduit un texte en français copié à la fin du XIII^e siècle. Il s'agit du *Livre dou Tresor* que nous avons déjà mentionné, dont on a conservé deux manuscrits en Espagne: le manuscrit de l'Escorial L.II.3 et celui de Séville, Bibliothèque colombine 5-1-6, bien que, comme chacun sait, d'autres bibliothèques européennes conservent beaucoup d'autres codices de cette œuvre si populaire au Moyen Âge.

Ce fragment s'ajoute ainsi aux témoignages de la diffusion de l'œuvre en français dans la Péninsule Ibérique, où elle fut très importante sans aucun doute, étant donné que le *Tresor* fut l'objet d'une traduction collaborative en espagnol réalisée par Alonso de Paredes et Pascual Gómez pour le roi Sanche

⁸⁵ Etudié par A. M. MUNDÓ, *Sobre los códices de Beato*, dans *Actas del Simposio para estudio del comentario al Apocalipsis de Beato de Liébana*. vol. I. Madrid 1978, p. 109-116, qui a aussi réalisé l'inventaire d'une grande partie des fragments récupérés dans les Archives de la Couronne d'Aragon. Sur les bibliothèques perdues, dont il ne reste que des fragments, ce que nous lisons sur le feuillet 254 du manuscrit 150 de la Bibliothèque de Catalogne, datant du XVIII^e siècle et se référant à Sainte Marie du Mur, est aussi significatif: « Une superposition de billets, chacun représentant la profession de foi canonique faite par différents sujets en différentes époques et sous divers doyens selon la méthode habituelle de l'église de Mur, où ceux qui faisait leur profession de foi écrivaient leur dévouement et obédience sur un petit billet de trois doigts de largeur, qu'ils remettaient au doyen, ou supérieur, du chapitre, au cours de la cérémonie de profession de foi. Un autre document y est joint, avec une brève description des cérémonies qui étaient pratiquées à Mur, lors de l'accueil d'un novice à la profession canonique, semble-t-il, à une époque où cette église été dirigés par le doyen Thomas, aussi connu sous le nom de Gisart. Il s'agit d'un des rares fragments attestant de sa régularité <qui> subsistent dans cette église, étant donné la perte et la destruction de ses anciens rituels, bréviaires, vies de saints, et statuts, grâce auxquels ses principales obligations et son caractère auraient pu être connus. Il est signé de la lettre S ».

IV de Castille⁸⁶. Il s'agit bien sûr d'une nouvelle preuve de sa diffusion sur les terres catalanes⁸⁷, où elle fut traduite par Guillem de Copons et par d'autres traducteurs anonymes⁸⁸.

Pour rester dans le domaine des langues romanes, souvenons-nous aussi qu'à la Bibliothèque de Catalogne, on trouve un fragment, le ms. 2434, qui reprend une version galaïco-portugaise de la *Suite du Merlin*. On connaît jusqu'à présent trois titres en galaïco-portugais du cycle de littérature arthurienne en prose: le *Livro de Tristan*, –un autre fragment du dernier tiers du XIV^e siècle, actuellement aux Archives historiques nationales de Madrid, leg. 1762 (num. 8/7)-, le *Livro de José de Arimateia* et la *Demande do Santo Graal*. Le fragment que nous avons mentionné ajoute ce quatrième titre de la traduction de la *Suite du Merlin*, la seule partie du *Roman du Graal* dont on n'aït pas conservé d'autre vestige, à ma connaissance, que celui de la Bibliothèque de Catalogne⁸⁹.

La récente découverte d'un simple morceau de codex du *Jaufré* a permis de récupérer le plus ancien manuscrit, porteur de ce roman arthurien et de préciser la date controversée de sa composition entre 1176 et 1185, en la situant selon toute probabilité en Provence⁹⁰.

Toujour à propos d'exemples romans, je ne crois pas qu'il soit nécessaire d'insister sur le fait connu que les trois textes les plus anciens en catalan littéraire qui soient conservés sont arrivés entre nos mains en état fragmentaire. Souvenons-nous de la version catalane du *Liber iudicum* de la fin du XII^e siècle, découverte et étudiée par le professeur A. M. Mundó⁹¹,

⁸⁶ J'ai communiqué son existence à la professeure F. VIELLIARD, qui l'a publié dans La tradition manuscrite du Livre dou tresor de Brunet Latin. Mise au point. *Romania*, 441-442 (1990), p. 141-152.

⁸⁷ Voir les références documentaires de la circulation en Catalogne du texte en français donné par C. J. WITTLIN dans son édition du *Llibre del Tresor*. Barcelona, 1980, p. 16-20.

⁸⁸ Ibidem, p. 53-65.

⁸⁹ A. J. SOBERANAS, *La version galaïco-portugaise de la « Suite de Merlin »* cit., p. 173-193.

⁹⁰ Voir J. ALTURO, Restes codicològiques del manuscrit més antic de Jaufré amb algunes consideracions sobre aquesta novel.la provençal. *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, XLVI (1997-1998), p. 9-22.

⁹¹ Fragment del « Libre jutge », versió catalana antiga del « Liber iudiciorum » – *Miscel·lània Ramon Aramon i Serra, Estudis Universitaris Catalans*, IV (1984), p. 155-193.

et des célèbres *Homilies d'Organyà* des premières années du XIII^e siècle⁹², que nous a fait découvrir J. Miret i Sans⁹³, œuvres auxquelles il faut ajouter un plus récent *Liber iudicium* en catalan identifié par P. C. Baraut, qui le date aux environs de 1150, bien que, selon le professeur Mundó et moi-même, il puisse être de l'an 1100.

Si aucun fragment n'avait été conservé, nous n'aurions comme autre témoignage de la version médiévale en catalan des *Moralia in Job* de saint Grégoire que les mentions documentaires de cette même œuvre. Mais la découverte d'un feuillet de la deuxième moitié du XIV^e siècle nous confirme la réalité matérielle de cette traduction⁹⁴.

Les fragments nous fournissent aussi des exemples de nouvelles recensions d'œuvres déjà connues, comme nous pouvons le constater sur un feuillet inédit des Archives de la Couronne d'Aragon, le 236, qui reprend une nouvelle version catalane de Jaume Conesa des *Historiae Troianae* de Guido delle Colonne.

Pour en revenir aux fragments de textes latins, il faut souligner qu'on peut même en retrouver certains qui sont datés. Parmi la modeste collection de manuscrits conservés à l'Université autonome de Barcelone, si modeste que son directeur actuel a cru opportun de la léguer à la Bibliothèque de Catalogne, on trouve les restes d'un sacramentaire avec l'indication précise de l'année de sa copie: 1242. Ce codex constitue, à n'en pas douter, un échantillon de graphisme archaïque, ce qui est probablement dû à son caractère liturgique. À « oeil paléographique », on ne le daterait pas, au jugé, après la fin du XII^e siècle ou du commencement du XIII^e. Cependant il date très clairement d'un peu avant la moitié du XIII^e siècle⁹⁵, ce qui nous rappelle une fois de plus la précarité des fondements de certaines de nos datations,

⁹² Sur sa datation précise au commencement du XIII^e siècle, voir J. ALTURO, L'apporto delle carte alla storia della scrittura e del codice – *Atti del Seminario di Erice, X Colloquio del Comité international de paléographie latine (23-28 ottobre 1993)*, Spoleto, 1995, p. 289-300.

⁹³ El més antig text literari escrit en català. Precedit d'una col.lecció de documents dels segles XI^e, XII^e i XIII^e. *Revista de Bibliografía Catalana*, IV (1904), p. 30-47 et 215-220.

⁹⁴ J. ALTURO, Fragment d'una traducció catalana medieval dels « *Moralia in Job* », de sant Gregori el Gran. *Faventia*, 7/2 (1985), p. 35-51.

⁹⁵ Il faut cependant reconnaître que le manuscrit étant daté de l'année de la Passion, date qui n'est pas rare mais qui n'est pas non plus la plus habituelle, il y a la possibilité que le copiste se soit trompé et qu'il ait voulu indiquer avec cette chronologie l'année de

même si elles sont fondées sur des comparaisons méthodiques à des codices comportant une indication de date. Mon but n'est pas d'affirmer que je ne crois pas en la fiabilité générale des datations bien fondées⁹⁶; je rappelle seulement la possibilité d'erreur dans des cas concrets, principalement due au phénomène difficilement constatable de l'archaïsme graphique⁹⁷.

À ce sujet, les datations précises des manuscrits copiés en écritures de transition sont certainement plus fiables. Ces datations correspondent, de par leur nature, à des périodes plus courtes. Cela ne signifie pas pour autant que les cas d'archaïsme n'existent pas dans ces transitions, puis que leur évolution n'est pas uniforme sur l'ensemble du territoire où s'étend leur usage. Les centres culturels les plus avancés accepteront les innovations plus rapidement que les centres périphériques et isolés des nouveaux courants de diffusion d'un nouveau modèle⁹⁸. Il semble ainsi possible de dater le témoignage le plus ancien connu d'un *Liber de dono perseuerantiae* de saint Augustin vers l'an 880 à Gérone⁹⁹, ou un *Liber glossarum* vers l'an 900 produit à Barcelone¹⁰⁰.

D'autres fragments sont datables sur des intervalles de temps plus courts, même si la date exacte de leur réalisation n'est pas mentionnée. Le fragment

l'Incarnation, raison pour laquelle il s'agirait en réalité de l'an 1209. Mais ce n'est évidemment qu'une hypothèse parce que la lecture du texte ne laisse planer aucun doute.

⁹⁶ La meilleure méthode est sans doute celle proposée par le professeur A. M. MUNDÓ, *Méthode comparative-statistique pour la datation des manuscrits non datés* cit., à laquelle il faudrait peut-être ajouter la prise en considération des abréviations.

⁹⁷ Il s'agit d'une difficulté de plus qui s'ajoute sans aucun doute aux déjà constatées par rapport au premier objectif que le Comité international de paléographie, fondé à Paris en 1953, s'était fixé : le *Catalogue des manuscrits en écriture latine portant des indications de date, de lieu et copiste*. Mais cette entreprise, qui a relativement avancé, est indispensable. Voir sur ce thème J. ALTURO, *Chartae Latinae scriptura libraria exaratae: A Complementary Project to the Catalogue of Dated and Dateable Manuscripts*. *Gazette du livre médiévale*, 29 (1996), p. 60-61.

⁹⁸ Voir à ce sujet A. M. MUNDÓ-J. ALTURO, Problemàtica de les escriptures dels períodes de transició i de les marginals, *Cultura Neolatina. Rivista di Filologia Romanza fondata da Giulio Bertoni*, LVIII, fasc. 1-2 (1998), p. 121-148.

⁹⁹ J. ALTURO, Un manuscritos del Liber de dono perseuerantiae de san Agustín copiado en Gerona en torno al decenio 870-880. *Revue des Études Augustiniennes*, 43/1(1997), p. 105-110.

¹⁰⁰J. ALTURO, Fragment d'un épitom del Glossarium Ansileubi de mitjan segle X. *Faventia*, 7/1 (1985), p. 75-86, et I glossari latini altomedievali della Catalogna con alcune notizie sui settimani – *Les manuscrits des lexiques et glossaires de l'Antiquité tardive à la fin du Moyen Âge*. Louvain-La-Neuve, 1996, p. 101-120.

des Archives de la cathédrale de Barcelone ms. 185, 6 est un missel en écriture gothique textuelle qui comprend une prière avec cette rubrique: « *Ista oratio est ad invocandum diuinum auxilium pro guerra que fit contra regem Castelle* ». Evidemment, on implore ici l'aide divine à cause de la guerre qui affronta Pierre I^{er} le Cruel et Pierre III le Cérémonieux, raison pour laquelle il est évident que la copie du livre a eu lieu entre 1356 et 1369 comme dates limites. Mais étant donné que depuis 1365 jusqu'à la mort de Pierre le Cruel en 1369, l'intervention catalano-aragonaise dans le conflit belliqueux se limita à participer à la guerre civile castillane, nous pouvons raisonnablement limiter un peu plus cette période et la réduire à 1356-1365. Il faut du reste supposer que pendant cette étape de neuf ans, séparés par la fragile paix de Deza-Terrer signée en 1363, la prière aurait été incorporée au missel, ce qui fut, je n'en doute pas, réalisé par la cathédrale même de Barcelone, alors que la guerre perdurait depuis un certain temps, suffisamment pour favoriser l'inclusion de cette prière dans la célébration eucharistique, à cause de la fatigue et du découragement dus à un affrontement dont nous savons qu'il était tout particulièrement cruel¹⁰¹. Pour cette raison, nous pouvons probablement nous situer sans trop de risques entre 1363 et 1365, chronologie que la paléographie de l'écriture ne semble pas contredire.

Il est aussi possible d'établir une datation plus précise en se basant sur les aspects artistiques que présentent certains fragments de manuscrits. Le fragment II/19, f. 5v-6, de la Bibliothèque épiscopale de Vic est le reste d'un magnifique missel, qu'il est possible d'identifier comme le « bo e formós » que l'évêque Galceran Sacosta (1328-1345) léga à la cathédrale de Vic. Étant donné que ses initiales présentent un style italo-gothique, style introduit par Ferrer Bassa en Catalogne en 1325, ce détail nous donne le *terminus post quem* de sa composition¹⁰².

L'étude des fragments apporte aussi des informations historiques intéressantes qui ne seraient pas connues sans ces derniers. Parmi les

¹⁰¹ Voir F. SOLDEVILA, *Història de Catalunya*. I, Barcelona 1962, p. 467-478, et, pour une plus grande précision dans les dates, M^º. T. FERRER I MALLOL, Reintegracionisme i dificultats polítiques: el regnat de Pere el Ceremoniós – *Història de Catalunya*. Salvat, III, Barcelona, 1982, p. 73-86, en particulier p. 84.

¹⁰² M. S. GROS, *La Biblioteca Episcopal de Vic* cit., p. 81.

fragments conservés aux Archives historiques nationales de Madrid, il y en a un qui provient du monastère de Celanova, d'Orense. Il a été récupéré et publié par le professeur Mundó¹⁰³. Sans ce feuillet, qui contient l'index d'un codex de la *Collectio canonum hispana*, nous devrions certainement donner raison à M. Torres López, qui considérait que parler du XVIII^e concile de Tolède était une pure vue de l'esprit. Cependant, la lecture de cet index, bien qu'il semble être l'unique témoignage explicite de la célébration de ce dernier concile, ne laisse pas le moindre doute en ce qui concerne son existence.

Des manuscrits entiers comportant des textes brefs passent parfois inaperçus, car ils sont mélangés et catalogués comme fragments. Si l'on se fiait aux catalogues publiés jusqu'à l'heure actuelle en Espagne, on en déduirait que des œuvres très diffusées au Moyen Âge, comme le *Pamphilus* et le *Facetus* n'auraient pas été copiées dans les scriptoria de Catalogne et très peu dans ceux de l'Espagne. Ce n'est sans aucun doute pas logique, puisqu'il s'agit d'œuvres scolaires d'usage obligatoire et qui sont parfois citées dans les inventaires catalans et castillans. Mes récentes recherches sur des fragments m'ont amené à identifier deux petits codices portant ces titres, qui se sont révélés être les exemplaires les plus anciens connus de leur transmission textuelle. Cela permet d'autre part d'avancer la date de leur composition¹⁰⁴. En outre, dans le *Facetus* le nom du copiste apparaît. Il s'agit de Nadal Ponç. Il utilise par ailleurs un colophon cryptographique avec les syllabes des mots inversées et fait précéder son nom d'un seign notarial, ce qui témoigne une fois de plus du fait que les copistes de livres et les rogataires ou notaires de chartes étaient les mêmes.

Au sens strict, ces très petits manuscrits ne peuvent pas être considérés comme des fragments et sont connus sous le nom de « secteurs », lorsqu'ils sont reliés à d'autres codices aux caractéristiques semblables ou lorsqu'ils sont ajoutés comme appendice à un codex de plus grandes dimensions qui

¹⁰³ El fragmento de Celanova de la « Hispana » reaparecido. *Hispania Sacra*, 36 (1984), p. 591-600.

¹⁰⁴ Un *Facetus* en distics copiat a Barcelona al segle XII-XIII. *Arxiu de Textos Catalans Antics*, 15 (1996), p. 393-399, et El manuscrit més antic del *Pamphilus*, copiat a Barcelona ?, *Faventia*, 19/1 (1997), p. 65-74. J'inclus ces études dans le recueil *Studio in codicum fragmenta* cit.

leur fournit ainsi une garantie de conservation. Il ne faut certes pas négliger leur étude¹⁰⁵.

Et si l'on doit tenir compte de ces prétendus fragments, qui sont en réalité des codices entiers de petit format, il ne faut pas non plus oublier de considérer les restes les plus petits, comme les simples empreintes d'une écriture ayant adhéré aux plats, normalement en bois, de certains livres pour lesquels un feuillet servait parfois feuillet de garde. Ces simples lettres sont aussi bien sûr des fragments de manuscrits, voir, par exemple, le ms. Caradignensis 75 de la Bibliothèque de l'Académie Royale d'Histoire¹⁰⁶.

En revanche, les écrits qui apparaissent dans les marges de manuscrits ou sur certains de leurs feuillets laissés initialement en réserve, particulièrement les derniers feuillets, ne sont pas non plus des fragments de manuscrits, mais simplement des fragments textuels. C'est le cas de la poésie *O veris dulcis in tempore*, qui apparaît dans le ms. Z.II.2 de San Lorenzo de El Escorial, ou de la poésie « Fill, eras pus en escolas anatz » du troubadour Cerverí de Girona, copiée pendant le premier quart du XIV^e siècle sur le dernier feuillet du ms. 141 (VII) de la Bibliothèque épiscopale de Vic, f. 122¹⁰⁷.

On peut avoir de très agréables surprises dans les fonds privés. Il y a quelques années, dans la bibliothèque d'un particulier de las Palmas de Gran Canaria, j'ai pu identifier un fragment de codex d'une *Tebaída* d'Estace, copiée à la fin du XII^e siècle, qui reprend les vers 24-64 sur le recto et 65-105 sur le verso du livre XII. Plus récemment, j'ai aussi eu l'occasion d'identifier dans une autre collection particulière un *Llibre de contemplació en Déu* de Ramon Llull sur un feuillet de vélin, qui reproduit les chapitres CCXXXVII, 28-30-CCXXXVIII, 1-6, du livre IV, avec une magnifique reproduction centrale de « L'arbre de la fe e de raó en la figura de la Sancta

¹⁰⁵ Le professeur Díaz y Díaz, qui les considère dans son *Códices y fragmentos de códices* cit., pense qu'il s'agit d'une nouvelle sorte de fragments, p. 40, et cite comme exemple la *Règle monastique* de saint Isidore de Séville, qui tient dans un quaternion, p. 39, n. 14, ou le texte *De cursu subterraneo* qui accompagne en deux bifeuillets l'exemplaire des *Étymologies* de saint Isidore provenant de San Millán de la Cogolla et aujourd'hui à l'Académie Royale de l'Histoire de Madrid, p. 40.

¹⁰⁶ M. C. DÍAZ y DÍAZ, *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*. Logroño, 1979, p. 129-139.

¹⁰⁷ M. S. GROS, *La Biblioteca Episcopal de Vic* cit., p. 89.

Creu de Jesucrist nostre Senyor Déu »; le ms. date du premier quart du XIV^e siècle, ce qui est très proche de l'année de composition de l'œuvre¹⁰⁸.

J'ai par ailleurs eu la satisfaction de pouvoir trouver récemment de nouveaux fragments du célèbre *Itinerarium Egeriae*, d'un intérêt liturgique, linguistique, littéraire, historique et enfin culturel considérable. Il n'est pas nécessaire de rappeler ici que cette œuvre fut découverte en 1884 dans un codex de la bibliothèque de la Fraternità di Santa Maria dei Laici de la ville toscane d'Arezzo par Gian Francesco Gamurrini et que jusqu'à ma découverte, on ne connaissait que ce manuscrit, en écriture bénéventine du XI^e siècle, quelque peu lacunaire, car il lui manque la partie initiale, la partie finale et le bifeuillet extérieur du deuxième de ses trois uniques cahiers¹⁰⁹. L'analyse de mes deux nouveaux fragments m'a permis à situer la copie en Septimanie en la fin du IX^e siècle et le début du X^e. D'autre part, le texte que nous offre cette nouvelle découverte, qui devient ainsi le témoignage direct le plus ancien, nous offre quelques variantes de lecture préférables, mais aussi quelques lignes inédites, car ces fragments correspondent à la partie perdue du bifeuillet mentionné ci-dessus. Il m'a en outre permis de postuler une origine narbonnaise plutôt que galicienne pour Egeria¹¹⁰.

En résumé, je crois donc que la valeur culturelle des fragments de codices est évidente dans l'histoire de l'écriture, parce qu'ils nous fournissent des exemples de types très anciens, comme l'écriture onciale, ou peu étendus, comme l'écriture wisigothique, bénéventine ou la caroline primitive archaïque, et ils nous permettent parfois des datations très précises ou même exactes.

Dans l'histoire du livre, ils attestent de l'activité de scriptoria qui ne nous ont pas laissé d'autres témoignages, ou encore l'existence et la composition de bibliothèques détruites.

¹⁰⁸ *Europa en art. Del Romànic al Renaixement*. Barcelona, 2007, p. 110.

¹⁰⁹ Les fragments textuels identifiés par D. de Bruyne en 1909 dans le ms. 10018 de la Bibliothèque nationale de Madrid, provenant de Tolède mais originaire de Cordoue, où il serait copié pendant le dernier quart du IX^e siècle, sont en réalité la copie de manchettes ; il ne s'agit donc pas d'un nouveau fragment de codex, mais de fragments textuels. Voir Nouveaux fragments de l'*Itinerarium Eucheriae*. *Revue Bénédictine*, 26 (1909), p. 481-484.

¹¹⁰ Je profite de l'occasion pour corriger une erreur. Dans la transcription du fol. 1v, où il est dit « *U<i></i> <f>acta oracio<ne>* » on doit dire « *U<bi></i> <f>acta oracio<ne>* ».

Les fragments nous apportent aussi des miniatures de grande valeur artistique et très utiles pour améliorer la connaissance de l'illustration des livres en particulier et de l'histoire de l'art en général, en même temps que pour une datation plus exacte également.

Dans le domaine de la philologie, ils nous fournissent des textes inédits, – parfois très anciens pour une culture donnée, – ou de nouveaux témoignages d'œuvres déjà connues, qui, grâce aux variantes textuelles peuvent contribuer à améliorer l'édition critique d'une œuvre déterminée ou à présenter une nouvelle recension de cette dernière. En tout état de cause, ils permettent une meilleure connaissance de la diffusion et du succès que l'œuvre a rencontré, ainsi que des avatars dont sa transmission a souffert.

D'autre part, les fragments d'œuvres anonymes peuvent aussi servir à préciser leur date et même leur lieu de composition.

Dans des disciplines plus spécialisées des sciences, comme la liturgie, l'attention portée aux fragments s'est révélée être de grande utilité et, bien que ce ne soit pas l'endroit où traiter ce thème, je dois aussi préciser qu'on peut trouver dans les reliures des fragments de diplômes¹¹¹, d'incunables¹¹² et d'autres imprimés qui ne sont parfois pas de moindre intérêt que les codices.

En définitive, l'étude des fragments de manuscrits contribue donc à avoir une meilleure connaissance, plus solide, que ce soit des pays qui les conservaient ou de ceux d'où ils provenaient. Leur conservation et leur catalogage doivent figurer parmi les activités prioritaires des archivistes et des conservateurs de bibliothèques. Il faut également étendre, autant que possible, les recherches aux collections particulières, souvent plus riches

¹¹¹ Le plat du manuscrit 120 de la Cathédrale de Barcelone contenait même des documents en papyrus d'époque mérovingienne. D'autre part, on peut aussi admettre dans cette catégorie un *Full escadusser d'un cartulari de Ripoll* que J. PERARNAU a donné à connaître dans « Arxiu de Textos Catalans Antics », VII-VIII (1988-1989), p. 267-271, et, bien sûr, M. HERRERO JIMÉNEZ, Un fragmento de obituario del Hospital de San Juan de Duero – *Escriptos dedicados a José María Fernández Catón* cit., p. 689-716.

¹¹² Voir par exemple, F. X. ALTÉS, Fragments del Diurnale Vicense de 1489 i la nova lletreria M26 de Joan Gherlinc. *Studia Vicensia*, 1 (1989), p. 175-181, ou J. M. LLOBET, Aparició d'un fragment de l'incunable Memorial del pecador remut de Felip de Malla (Girona, 1483). *Palestra Universitària*, 8 (1996), p. 131-139.

en fragments qu'en codices entiers. Nous avons déjà mentionné quelques trouvailles intéressantes en ce sens.

Je souhaiterais maintenant exprimer, quelques considérations finales. En premier lieu, l'intérêt pour l'étude des fragments de manuscrits justifie-t-il l'utilisation du terme « fragmentologie », comme s'il s'agissait d'une nouvelle discipline ? Bien que d'aucuns semblent réclamer cette nouvelle branche dans l'arbre de la science, déjà suffisamment touffu¹¹³, mon opinion ne peut différer de celle manifestée par trois des plus grands « fragmentologues » : le P. Avelino de Jesus da Costa, le professeur L. Mezey et mon maître A. M. Mundó. Lors du colloque du Comité international de paléographie de 1979, organisé en Suisse, tous les trois abordant le sujet des fragments de manuscrits avec leur excellence habituelle, refusèrent unanimement ce terme qui leur fut suggéré. En effet, si nous établissions d'une certaine manière une différentiation, ne serait-ce qu'au niveau des mots, entre l'analyse d'un codex dans son intégralité et l'analyse d'un autre codex fragmentaire, nous séparerions méthodologiquement ce qui constitue en soi une unité, ce qui serait absurde. Le codex est un tout; le fragment est simplement une partie de ce tout.

Même si je refuse la dénomination « fragmentologie » pour son incongruité, je ne peux non plus montrer mon accord quant à la convenance de donner une description externe des fragments, plus exhaustive que celle des manuscrits entiers, comme cela a également été suggéré¹¹⁴. Tous les manuscrits, quel que soit leur état de conservation, doivent faire l'objet de la même exhaustivité en ce qui concerne les détails significatifs (mais pas ceux qui relèvent de la banalité, bien entendu).

¹¹³J. M. RUIZ ASENCIO, La colección de fragmentos latinos de la Chancillería de Valladolid – *Actas del II Congreso Hispánico de Latin Medieval*. vol. I, León, 1998, p. 176, où il affirme que la fragmentologie est « une partie de la Codicologie ayant sa propre entité »; opinion que nous paraît corroborer A. SUÁREZ GONZÁLEZ, *Fragmentos de libros, bibliotecas de fragmentos (en torno al Beato del A. H. P. de Zamora)*. Zamora, 2003, p. 15, qui assure que « ce que d'aucuns commencent à appeler fragmentologie a acquis ses lettres de noblesse ».

¹¹⁴Cette opinion est manifestée par A. SUÁREZ, *op. cit.*, p. 15, qui réalise par ailleurs un travail magnifique dans la récupération de fragments de manuscrits pour l'histoire de la culture.

Parmi les divers projets d'études de fragments de codices en Espagne, le *Corpus de fragmentos de códices en escritura visigótica* se distingue pour son ambition. Son annonce nous amène à soulever, même très rapidement et au passage, la convenance ou non d'une étude de ces caractéristiques. Ce projet fut tout d'abord entrepris par quelques collègues et amies très appréciées qui accroissent la renommée de la déjà prestigieuse Université de Séville, et il est maintenant en cours d'élaboration par une autre amie et collègue non moins appréciée et admirée. Ce recueil fut initié sous l'égide d'un des plus grands codicologues d'Espagne, le professeur M. C. Díaz y Díaz, récemment décédé, au cours de journées qui avaient pour objet de tenter d'achever une œuvre du grand maître de la paléographie espagnole, D. Agustín Millares Carlo. Je fais naturellement référence à son *Corpus de códices visigóticos*, qui a finalement vu le jour sous une autre forme que celle qui avait été proposée dans un premier temps¹¹⁵. Au cours de ces journées, les diverses équipes formées étaient chargées de recueillir et de décrire en essence la totalité des manuscrits actuellement existants en écriture wisigothique, en les répartissant par régions. Les fragments de codices étaient également pris en considération, mais, au lieu de les présenter avec leurs frères d'origine ou de provenance conservés intégralement ou presque, on crea un recueil indépendant.

Cette manière de procéder trouve-t-elle une justification méthodologique, l'objectif du projet étant, selon toute logique, de caractère seulement codicographique et paléographique¹¹⁶? J'entrerais en contradiction avec mes principes méthodologiques, exposés au commencement, si je répondais par l'affirmative. Ma volonté est-elle, avec cette objection, de dire qu'il faut abandonner ce projet ? Ce n'est pas le cas non plus. Maintenant qu'il est commencé, il vaut mieux le terminer, d'autant plus que sa réalisation est

¹¹⁵ A. MILLARES CARLO, *Corpus de códices visigóticos*. I. Estudio, II. Álbum. Edición preparada por M. C. DÍAZ y DÍAZ-A. M. MUNDÓ-J. M. RUIZ ASENSIO-B. CASADO et E. LECUONA. Las Palmas de Gran Canaria, 1999.

¹¹⁶ Et si c'est le cas, les doutes se dissipent sur le fait de savoir s'il faut inclure dans le répertoire de manuscrits et de fragments de codices en écriture wisigothique des fragments comme le Madrid, Bibliothèque de la Royale Académie de l'Histoire, cod. 118, frag. D, qui présente la même problématique que celui de Lisbonne. L'inclusion de ces témoignages, vers laquelle je tends, est nécessaire, au moins du point de vue paléographique, et peut-être pas autant du point de vue codicographique.

dans les meilleures mains possibles. Mais évidemment, lorsque l'on aura pu établir le corpus complet de tous les témoignages codicographiques en écriture wisigothique, il faudra les étudier paléographiquement, codicographiquement et codicologiquement selon leur origines et pris dans leur ensemble, indépendamment de s'ils sont conservés en entier ou en fragments.

Je considère que le recueil systématique de fragments de manuscrits porteurs de textes d'une même thématique est plus raisonnable méthodologiquement parlant, car leur regroupement par contenu leur confère une unité excluante, comme cela peut être le cas des fragments de livres liturgiques mentionnés, sans que j'estime toutefois que ces fragments doivent être étudiés indépendamment des codices intégraux.

En ce qui concerne la publication de nouveaux fragments, j'estime que l'identification textuelle est fondamentale. On doit seulement les éditer sans identification si cela a été impossible après avoir eu recours à tous les instruments bibliographiques¹¹⁷ et informatiques possibles et, le cas échéant, après avoir consulté d'autres spécialistes, étant donné que la variété thématique des fragments est extrêmement large. D'autre part, lorsque le texte reproduit comporte une édition critique accessible, il ne semble pas nécessaire de transcrire le contenu intégral du fragment. Il suffit de mentionner les leçons discordantes. Dans certains cas, la simple indication de l'existence du nouveau fragment, sans plus, peut suffire. Il est déjà arrivé plus d'une fois que un fragment patristique non identifié soit présenté avec la seule transcription des passages évangéliques commentés, mais sans l'édition du commentaire; c'est une absurdité!

I faudrait commencer à envisager la création d'une base de données permettant une consultation en ligne via Internet. Cela permettrait notamment d'améliorer leur diffusion parmi la communauté scientifique, de simplifier l'identification textuelle et de faciliter l'identification de *membra disiecta*. En définitive, cela rendrait la collaboration internationale entre spécialistes plus facile. Le site web BITECA (Bibliographie de Textes Catalans Anciens) dirigé par V. Beltran et G. Avenoza, ainsi que d'autres sites similaires

¹¹⁷Voir le chapitre que lui consacre A. PETRUCCI, *La descrizione del manoscritto. Storia, problemi, modelli*. Roma, 1984, p. 61-68.

comme BETA (Bibliographie Espagnole de Textes Anciens) et BITAGAP (Bibliographie de Textes Anciens Galiciens et Portugais) sont très utiles en la matière.

Quoi qu'il en soit, les bénéfices de la récupération et de l'étude des fragments de manuscrits sont si nombreux pour l'histoire du livre et de la culture qu'ils ne peuvent pas ne pas figurer parmi les préférences de la recherche moderne, au moins des paléographes, codicologues et philologues, pour lesquels il est impératif de s'approprier la devise de dom Albar Dold: *colligere fragmenta, ne pereant.*

A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?

João Gouveia Monteiro

Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

jgmonteiro@mail.telepac.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 19/01/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 06/02/2012

Resumo/Abstract:

Este artigo revisita, com detalhe, a batalha de Atoleiros, que teve lugar no Alto Alentejo em 6 de Abril de 1384. Trata-se de um combate pouco valorizado pela historiografia tradicional, mas que teve enorme importância política, psicológica e, claro, militar. Por um lado, consolidou o partido do Mestre de Avis mostrando a todos que ele tinha força suficiente para se impor e provando que os Castelhanos, afinal, não eram invencíveis. Por outro, impediu a junção das tropas castelhanas que invadiam o Alentejo com aquelas que já montavam o cerco a Lisboa. Além disso, a solução táctica adoptada por Nuno Álvares Pereira (combate apeado, combinando cavalaria desmontada, peonagem e atiradores) foi engenhosa e revelou grande actualização, resultante do largo contacto estabelecido durante as guerras fernandinas com os homens-de-armas ingleses. Neste sentido, a batalha de Atoleiros pode ser, a justo título, considerada como precursora da grande vitória obtida em Aljubarrota, escassos 16 meses mais tarde. Em anexo, este artigo apresenta o Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, recentemente inaugurado na vila de Fronteira, a cerca de 2,5 km do campo onde se travou a batalha.

This paper revisits the Battle of Atoleiros, which took place in North Alentejo on the 6th April 1384. Although it has not been highly praised by traditional historiography, this was a very important battle, not only from a military point of view but also from a political and a psychological one. On one hand, the Battle of Atoleiros reinforced the political group of the Master of Avis and proved that it was strong enough to impose itself and to defeat the Castilian party. On the other hand, it undermined the possibility of new Castilian forces invading the Alentejo to join themselves to those which had already begun the siege of Lisbon. Besides, the tactical solution adopted by Nuno Álvares Pereira (combat on foot, associating dismounted cavalry, foot soldiers and crossbowmen) was very astute and revealed a deep knowledge of the most modern tactical solutions. This was certainly the result of the large contact between Portuguese and English troops that occurred during the wars of King Fernando against Castile (1381-1382). In this sense, the Battle of Atoleiros may undoubtedly be considered predecessor of the great victory achieved by Nuno Álvares in Aljubarrota some 16 months later. As an Appendix, this paper presents the recently inaugurated Interpretative Centre of the Battle of Atoleiros, that is located only 2,5 km from the battlefield.

Palavras chave/Keywords:

Guerra medieval; Tática militar; Crise de 1383-1385; Nuno Álvares Pereira; Batalha de Atoleiros.

Medieval war; Military tactic; War of 1383-1385; Constable Nuno Álvares Pereira; Battle of Atoleiros.

No decurso da chamada Crise de 1383-1385 tiveram lugar, para além de inúmeras operações de cerco (de castelos ou praças-fortes) e de muitas cavalgadas devastadoras em território inimigo (a que chamaríamos hoje ‘acções de guerrilha’), quatro combates principais em campo aberto: as batalhas de Atoleiros (em 6 de Abril de 1384), de Trancoso (em 29 de Maio de 1385), de Aljubarrota (em 14 de Agosto de 1385) e de Valverde (possivelmente em 17 de Outubro de 1385). Tal como era comum suceder na Idade Média, os principais envolvidos na disputa pela sucessão de D. Fernando (o rei de Castela, D. Juan I; e o Mestre de Avis, eleito em Abril de 1385 rei de Portugal com o nome de D. João I) não participaram pessoalmente senão num destes combates – o que se revelaria decisivo para o desfecho da Crise: a batalha de Aljubarrota. Os outros foram assunto de Mestres de Ordens Militares, de fronteiros e de Condestáveis, ou então de grandes fidalgos (geralmente tão interessados em defender os seus interesses pessoais como os dos chefes que representavam). Também por este facto, a batalha de Aljubarrota tem monopolizado as atenções dos historiadores, a começar pelo autor deste breve ensaio¹. E no entanto, também os outros combates, ainda que de proporções muito mais modestas, mereciam uma revisão cuidadosa. Não só pelo seu valor militar intrínseco, do ponto de vista estratégico e táctico, como pelo seu significado político e até psicológico,

¹ Cf. MONTEIRO, João Gouveia (coord.) – *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001 (em colaboração com Fernando Pedro Figueiredo, Lídia Catarino, Helena Catarino, Eugénia Cunha, Carina Marques e Vítor Matos); MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2003; e MONTEIRO, João Gouveia – As Campanhas que fizeram a história, in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, esp. p. 262-264. É obrigatório recordar também o valioso estudo de OLIVEIRA, General Frederico Alcide de – *Aljubarrota Dissecada*, 2.ª edição, revista e ampliada. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988. De entre os trabalhos mais recentes, destacamos: DUARTE, Luís Miguel – *Guerra pela Independência, 1383-1389*. Lisboa: Quidnovi; Academia Portuguesa da História, 2006; e MONTEIRO, João Gouveia – Estratégia e Risco em Aljubarrota: a decisão de dar batalha à luz do ‘paradigma Gillingham’, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobaça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. I, p. 75-107. Neste último trabalho, indica-se a bibliografia estrangeira mais relevante para o estudo dos dispositivos tácticos utilizados na Europa coeva, o que permitirá um entendimento mais amplo e contextualizado da problemática tratada no presente artigo.

tendo em conta a relevância do seu contributo para o desfecho final da Crise que poria fim à primeira dinastia portuguesa².

No caso da batalha de Atoleiros, de que nos ocuparemos neste ensaio, pode dizer-se que essa revisão está em curso. O campo de batalha tem sido objecto de alguns estudos preliminares nos últimos anos e o empenho da Câmara Municipal de Fronteira levou à criação nesta vila de um bom Centro de Interpretação, que certamente ajudará a tirar um pouco mais da sombra este acontecimento tão relevante da nossa História. Assim, à “mise au point” tão conscientemente preparada, há quase um quarto de século, pelo Coronel Carlos Gomes Bessa³ têm-se sucedido pequenos artigos de divulgação bastante interessantes⁴, de algum modo estimulados pela canonização de Nuno Álvares Pereira em Abril de 2009 (facto que motivou, aliás, uma bela exposição sobre o Condestável na Escola Prática de Infantaria, em Agosto de 2009).

Parece, portanto, ser esta uma altura adequada para voltarmos ao tema, tendo sempre presente que as duas principais fontes narrativas de que

² Sobre a batalha de Trancoso, o estudo de referência é o de ARNAUT, Salvador Dias – *A Batalha de Trancoso*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1947; mas deve ver-se também BARBOSA, Pedro Gomes – *Batalha de Trancoso*. São Jorge: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008. Para uma primeira abordagem da batalha de Valverde, pode ver-se a síntese de MAGALHÃES, General Altino de – A guerra continua no território castelhano. A batalha de Valverde, in *Aljubarrota – 600 Anos depois*. Lisboa: Minerva, 1987, p. 243-260. A SANTOS, General José Alberto Loureiro dos Santos se deve uma interpretação inovadora da articulação estratégica destes vários combates (o de Aljubarrota incluído) – *Abordagem estratégica da Guerra da Independência*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico Militar, 1986. Entretanto, é imprescindível acompanhar os trabalhos arqueológicos que vêm sendo feitos nos campos de batalha de Aljubarrota e de Trancoso, os quais poderão no futuro iluminar as nossas reconstituições destes confrontos: cf. AMARAL, Maria Antónia de Castro Athayde – Os vestígios materiais da guerra: o caso da Batalha de Aljubarrota (S. Jorge, Porto de Mós) e da Batalha de S. Marcos (Trancoso), in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobaça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. I, p. 521-537.

³ Cf. BESSA, Carlos Gomes – Batalha dos Atoleiros. Seu carácter precursor em Portugal, in *Aljubarrota – 600 Anos depois*. Lisboa: Minerva, 1987, p. 97-128.

⁴ Cf., entre outros: AFONSO, Carlos – A Crise de 1383-1385 e a Batalha de Atoleiros, *Azimute (Revista Militar de Infantaria)*. 187 (Agosto de 2009), 39-44; e LOUSADA, Abílio Pires, FALCÃO, Luís e MENESSES, António Cordeiro – Nuno Álvares Pereira e a Batalha dos Atoleiros, *Jornal do Exército*. Ano L, 588 (Outubro de 2009), 49-60. Num outro género, mais erudito e essencial para o bom conhecimento da figura de Nuno Álvares Pereira, deve ver-se NASCIMENTO, Aires A. do – *Nuno de Santa Maria – Fragmentos de Memória Persistente*. Lisboa: Associação Regina Mundi, 2009.

dispomos para o estudar são duas preciosas crónicas portuguesas da primeira metade do séc. XV: a *Crónica do Condestabre* (obra de autor anónimo mas decerto muito próximo de Nuno Álvares Pereira, composta pouco depois da morte deste em 1431)⁵ e a *Crónica de D. João I (1.ª Parte)*, de Fernão Lopes (redigida por volta de 1440)⁶. A estas duas fontes é obrigatório acrescentar o relato de Pero López de Ayala⁷, o chanceler e cronista de D. Juan I de Castela, relato esse que contudo, por ser muito seco e abreviado, apesar de contemporâneo não tem o mesmo interesse das duas narrativas portuguesas.

Nos finais de Março de 1384, o rei de Castela estava decidido a cercar Lisboa. A partir de Santarém, e já depois de ter usurpado a regência de Portugal a sua sogra Leonor Teles, D. Juan I ia acompanhando os primeiros movimentos ofensivos das suas tropas na região do Lumiar. A 26 de Maio, juntamente com a esposa D. Beatriz (filha única de Fernando e Leonor, reis de Portugal), avançaria em força sobre a principal cidade do reino e instalaria o seu imenso arraial na zona do mosteiro de Santos. Com a frota castelhana posicionada no Tejo ficava completo o bloqueio a Lisboa, por todos considerada a “chave-militar” do reino. Do lado de dentro, há muito (desde Fevereiro) que o Mestre de Avis preparava como podia a resistência a um cerco que se antevia tremendo. Mas, ao mesmo tempo, pensava em prevenir a entrada de mais tropas castelhanas pela planície alentejana, ou pelo menos em evitar que estas se viessem juntar, mais tarde ou mais cedo, à hoste que sitiava a capital.

⁵ *Crónica do Condestabre de Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução fac-similada da edição original, de 1526). Nesta fonte, o relato da batalha de Atoleiros (incluindo os seus preliminares e as suas sequelas) desenvolve-se entre os caps. XXVII e XXIX, fls. XIX-XXIV; no entanto, o essencial encontra-se concentrado no cap. XXVIII, fls. XX-XXIII v.^º.

⁶ LOPEZ, Fernão – *Crónica del Rei dom João I da boa memória. Parte Primeira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977 (reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português, de 1915, preparada por FREIRE, Anselmo Braancamp). Fernão Lopes concentrou o essencial do seu relato sobre o combate de Atoleiros no cap. XCV, p. 158-161, mas um enquadramento completo deste episódio aconselha a leitura dos caps. LXXXVII a XCVI, p. 145-162.

⁷ LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero de Castilla e de León*, in MARTÍN, José-Luis (ed.) – *Crónicas*. Barcelona: Planeta, 1991. O breve relato de López de Ayala sobre a batalha de Atoleiros encontra-se em: Año VI, 1384, cap. IV, p. 563-564.

Por isso, em Março de 1384, o Mestre nomeou Nuno Álvares Pereira como fronteiro da comarca de Entre Tejo-e-Guadiana (i.e., como superintendente militar de toda a província do Alentejo). Nuno era filho do Prior do Hospital (D. Álvaro Gonçalves Pereira) e não completara ainda 24 anos. A sua nomeação suscitou, como sugere Fernão Lopes, suspeitas e invejas entre os fidalgos mais próximos do Mestre, mas este não vacilou na escolha. Atribuiu ao jovem fronteiro um pequeno exército e pediu-lhe que correspondesse ao apelo de algumas vilas e castelos alentejanos que já tinham voz por ele e que pediam que lhes enviasse um bom capitão para os ajudar a expulsar os Castelhanos da sua comarca. Na verdade, Juan I dera ordens ao seu almirante-mor (Fernão Sanches de Tovar) para que juntasse as suas tropas às do Mestre de Alcântara, às do Conde de Niebla e às do Prior do Hospital (Pedro Álvares Pereira, irmão de Nuno)⁸ com o objectivo de arrasarem a comarca e se juntarem depois ao rei em Lisboa. O plano foi bem assimilado e estava já a ser cumprido, como bem documenta a ofensiva de cinco dias realizada sobre Portalegre.

Nun'Álvares não perdeu tempo. Escolheu quatro dezenas de escudeiros que estavam na capital (alguns deles, segundo Fernão Lopes, escudeiros de Évora e de Beja que conheciam bem a região e o terreno⁹) e abalou de Lisboa com cerca de 200 “lanças” (homens montados e equipados para a guerra) e com soldo para um mês de campanha. O Mestre foi-se despedir dele a Coina, com isso legitimando os poderes do jovem fronteiro, que incluíam capacidade para dar e confiscar bens pessoais, conceder ou retirar menagens aos alcaides dos castelos e fazer justiça.

À chegada a Setúbal, Nun'Álvares viu ser-lhe recusada a entrada na cidade, mas não esmoreceu e aproveitou o acampamento no exterior para organizar melhor as suas tropas: instalação de guarda (diurna e nocturna)

⁸ Sobre o posicionamento de Pedro Álvares Pereira e de outros membros da mesma família no contexto específico da Crise de 1383-1385, veja-se: COSTA, Paula Pinto – Uma cultura de guerra aquém e além da fronteira: a Ordem do Hospital no contexto da batalha de Aljubarrota, in *A Guerra e a Sociedade na Idade Média, Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*. CIBA; Porto de Mós; Alcobaça; Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. 1, p. 591-614.

⁹ Neste ponto, é curiosa a referência de LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I..., cit.*, cap. LXXXVII, p. 146-147, segundo a qual alguns destes homens tinham sido expulsos de Évora e de Beja por não merecerem a confiança política das populações alentejanas.

no arraial; criação de um sistema de recolha de informação inteligente e de localização do inimigo baseado numa corrente de estafetas e de mensageiros; nomeação de um conselho de guerra com representantes de todos os concelhos incluídos na sua hoste; criação de uma bandeira própria; e nomeação de oficiais subalternos para todas as funções (um alferes para cuidar do estandarte, um meirinho para executar as decisões judiciais, um ouvidor para recolher as queixas, um carcereiro para se ocupar dos prisioneiros, um tesoureiro para gerir as verbas recebidas do Mestre e de outras fontes, e um capelão e pregador para assistir espiritualmente este pequeno exército).

Seguiu-se a marcha para Montemor-o-Novo (onde foram muito bem acolhidos pelos notáveis do lugar) e, depois, para Évora. A partir daqui, Nun'Álvares enviou numerosas cartas a todos os lugares da província, apelando a que mais tropas se viessem juntar-lhe. Conseguiu assim recrutar mais 30 lanças e cerca de 1000 peões e besteiros. Avançou então para Estremoz, onde veio a saber que uma poderosa hoste castelhana tinha já alcançado o Crato (terra da Ordem do Hospital, a quem a família Pereira tinha fortes ligações) e se preparava para pôr cerco à vila de Fronteira. Este facto levou Nun'Álvares a intensificar a sua campanha de recrutamento nos concelhos de Estremoz, de Beja e de Elvas, e foi na primeira destas localidades que o fronteiro avaliou os resultados dos seus esforços, ao realizar, na Praça do Rossio, um primeiro alardo (i.e., uma primeira revista) às suas tropas: segundo Fernão Lopes, Nun'Álvares podia contar com 300 homens a cavalo (180 dos quais equipados com bacinetes, i.e., com boas protecções de cabeça, para além da restante indumentária de combate), com perto de 100 besteiros e com pouco mais de 1000 peões (decerto rudemente equipados). Não era muita gente para enfrentar uma hoste bem recheada; como resume o cronista, “pouca gemte darmas, e nom bem armados”¹⁰... Perante isto, Nun'Álvares compreendeu que tudo dependeria da motivação dos seus homens, da sua disponibilidade para lutar de forma organizada e sofrida. Por isso, no dia 5 de Abril de 1384, D. Nuno falou aos seus procurando mobilizá-los para a árdua tarefa de combaterem os Castelhanos que estavam no Crato. Mas os homens hesitavam, face ao poderio do adversário e

¹⁰ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I..., cit.*, cap. XCII, p. 153.

aos grandes nomes que vinham na hoste castelhana. Constava que os inimigos tinham consigo mais de 1000 lanças e muitos ginetes (cavalaria ligeira), para além de besteiros e de um elevado número de homens de pé. Também a presença dos irmãos de Nun'Álvares (e de um fidalgo chamado Martim Anes Barvudo que se intitulava então Mestre de Avis) na hoste adversária lançava a perplexidade e a dúvida na pequena hoste do jovem fronteiro. Tudo somado, os homens começaram por recusar a ideia de um combate directo, com isso obrigando Nun'Álvares a dramatizar o seu discurso até conseguir convencê-los¹¹. Nessa noite ainda houve quem tentasse desertar, mas o grosso da hoste parece ter ficado rendida à argumentação e ao exemplo do seu líder e, na madrugada seguinte, dia 6 de Abril, depois de tocadas as trombetas e ouvida a missa, todos abalaram de Estremoz marchando na direcção de Fronteira (c. 20 km), precedidos por um corpo de batedores do terreno. A duas léguas e meia (c. 12,5 km) de Estremoz encontraram um escudeiro castelhano, de nome Rui Gonçalves, que cavalgava em sentido contrário com uma mensagem dos seus senhores: que desissem da temerária ideia de combater em condições de tamanha desigualdade e, quanto a Nun'Álvares, que pensasse melhor e aderisse ao partido dos irmãos e à causa de Juan e Beatriz (os reis de Castela). Explica a *Crónica do Condestabre* que Nuno recusou com altivez esta proposta e pediu mesmo a Rui Gonçalves (que devia conhecer pessoalmente porque vivera em tempos na casa do seu pai, o Prior do Hospital) que prevenisse os Castelhanos para se prepararem para lutar e dentro de muito pouco tempo¹². Informados disto, os Castelhanos suspenderam os preparativos do assédio a Fronteira e organizaram-se para marchar ao encontro de Nun'Álvares, tomando para isso a estrada que, passando por Santo Amaro, conduzia a Estremoz.

Este lapso de tempo deve ter tido uma influência decisiva no desfecho do combate. Com efeito, depois da partida de Rui Gonçalves, a hoste de Nun'Álvares avançou apenas mais uma légua (c. 5 km) até alcançar um

¹¹ Fernão Lopes afirma que Nun'Álvares disse que não reconhecia os seus irmãos como tal e que se ofereceu para ser ele próprio a encabeçar o combate: “que eu seja o deamteiro amite a minha bamdeira, e o primeiro que comece a pellejar” (*Crónica del Rei dom João I..., cit., cap. XCIII*, p. 155).

¹² Cf. *Crónica do Condestabre..., cit., cap. XXVIII, fl. XXII v.*

“logar bem comvinhavell pera a batalha, omde chamom os Atolleiros”, situado a apenas uma “mea legoa pouco mais ou menos aaquem de Fromeira¹³. Parece que se tratava de um terreno com uma inclinação suave, apresentando na sua zona mais baixa uma linha de água conhecida como a ribeira do Carvalho ou das Águas Belas. Esta ribeira não configuraria um obstáculo inultrapassável, pois não seria demasiado larga e profunda, mas Nun’Álvares deve ter pensado que ela poderia ser muito útil para dificultar a progressão adversária na hora da arrancada castelhana. Para mais, tanto a nascente como a poente corriam mais duas pequenas linhas de água, afluentes da ribeira das Águas Belas, o que ajudaria a conferir um contorno tacticamente muito interessante ao local seleccionado pelo jovem fronteiro. O cabeço onde Nun’Álvares se deve ter instalado apresentava um topo aplanado e não seria muito amplo: cerca de 200 m de frente (no sentido leste-oeste) e não mais do que 100 m de profundidade. Dali até às referidas linhas de água não distariam mais de 15 a 20 m, em linha recta, um desnível que no entanto seria precioso para tirar partido da capacidade de disparo dos atiradores com besta e da capacidade de arremesso de dardos e de pedras pelos peões.

Uma observação cuidadosa do terreno sugere que Nun’Álvares terá disposto a sua hoste num local cerca de 150 m a nascente da travessia da ribeira das Águas Belas. Por outro lado, os estudos geológicos e hidrológicos denunciam a natureza argilosa dos solos nesta área e revelam que se tratava de uma zona rica em água (aspecto bem documentado pela presença de uma ribeira com vários afluentes, para além de quatro nascentes). O próprio topónimo “Atoleiros” aponta para um lugar alagadiço, ainda por cima tendo em conta que estamos a reconstituir um episódio passado no mês de Abril, altura em que as linhas de água levariam bastante caudal, provocando assim um certo alagamento do conjunto do terreno.

Um levantamento topográfico realizado em 2006 por António Coelho da Rocha permitiu também desenvolver um Modelo Digital de Terreno do paleorelevo do local, cuja topografia original foi alterada, uma vez que durante a segunda metade do séc. XIX se construiu a actual estrada asfaltada, para além de na década de 1930 ali se ter preparado o ramal da CP ligando

¹³ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 158.

Estremoz a Portalegre; além disso, entre 1987 e 1994, a construção de duas barragens para irrigação na ribeira do Carvalho implicaram também alterações na paisagem original¹⁴. Por outro lado, António Coelho da Rocha e Paulo Morgado investiram na realização de um trabalho de fotointerpretação tendo em conta a análise geológica, geomorfológica e hidrológica do terreno¹⁵. Os objectivos principais deste trabalho com fotografia aérea relacionavam-se com a interpretação do relevo e das vias de comunicação e com a tentativa de identificação de potenciais vestígios da batalha (estruturas defensivas, enterramentos ou outras). Isso permitiu identificar áreas de interesse e seleccionar zonas preferenciais para trabalhos de prospecção indirecta (geofísica) ou directa (intervenção arqueológica). Foram, aliás, já realizados alguns trabalhos de prospecção geofísica¹⁶ cujos resultados aguardam agora confirmação e aprofundamento através de intervenção arqueológica. Refira-se ainda que, no decurso destes valiosos estudos, foi construído um Sistema de Informação Geofísica (articulando topografia, fotografia aérea e geofísica) e que numa área suspeita já identificada pela foto-interpretação (uns 100 m a sul da ribeira e c. 50 m a nascente da estrada) revelou a presença de muitas pedras de calcário arredondadas com 10 x 20 cm de diâmetro, dispersas por uma área com cerca de 50 metros de diâmetro, com a curiosidade suplementar de se tratar de material exógeno e que pode, por isso, ter alguma relação com o combate e com a táctica adoptada na batalha pela hoste de Nuno Álvares Pereira.

Ocupada esta posição (discretamente) favorável para o combate – um privilégio de quem conseguia escolher previamente o campo de batalha e seduzir o adversário a travar a luta naquelas condições – Nun’Álvares tratou de dispor a sua pequena hoste. A primeira decisão relevante consistiu em mandar apear todos os cavaleiros: à boa maneira inglesa, o jovem fronteiro queria que todos combatesssem a pé, sem possibilidade de fuga e

¹⁴ Cf. ROCHA, António Coelho da – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Levantamento Topográfico*. Relatório, Sigologia, Maio de 2006.

¹⁵ Cf. ROCHA, António Coelho da e MORGADO, Paulo – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Fotointerpretação*. Relatório, Sigologia, Junho de 2006.

¹⁶ Cf. ROCHA, António Coelho da – *Campo Militar dos Atoleiros, Atoleiros-Fronteira, Prospecção geofísica*, Relatório, Sigologia, Junho de 2006.

dispostos a vencer ou a morrer. Depois, Nun'Álvares organizou dois corpos (ou “azes”) principais: uma vanguarda que ele próprio comandaria, conforme o prometido em Estremoz; e uma retaguarda (ou reserva). Finalmente, nas alas foram colocados os atiradores com besta (para poderem disparar com desimpedimento do campo de tiro) e muitos homens de pé (pelo menos uma parte deles munidos de dardos ou de pedras de arremesso). Possivelmente, houve um pequeno corpo de besteiros que terá ficado posicionado no topo do cabeço. Tal como era costume neste género de dispositivos, Nun'Álvares teve também o cuidado de misturar alguns homens de armas (mais experientes e mais bem equipados) no seio da peonagem, para os animar e enquadrar e para prevenir qualquer possibilidade de fuga.

Feito isto, Nun'Álvares passou à fase seguinte: o tradicional discurso de emulação às tropas. Seguindo o roteiro retórico tradicional, o comandante assegurou aos seus homens que a causa que defendiam era justa (e, por isso, teria caução divina), apelou à sua capacidade de sofrimento em nome da defesa da sua terra, dos seus bens e das suas famílias, e acenou-lhes com honras e recompensas vultuosas caso saíssem vencedores. Seguiu-se uma oração colectiva (também habitual nos exércitos medievais, que se faziam geralmente acompanhar por sacerdotes e alfaias religiosas), finda a qual Nun'Álvares tomou a sua lança e vestiu o seu bacinete (possivelmente sem baixar a respectiva viseira, para ser mais facilmente reconhecido pelos seus homens durante a refrega). Restava esperar a investida do adversário, cuja chegada se anunciava já na linha do horizonte.

Ao alcançarem a herdade onde a hoste inimiga tinha disposto as suas tropas, os Castelhanos realizaram um alto para avaliar a situação. E, aparentemente antes de procederem a qualquer reconhecimento cuidadoso do terreno, fizeram então uma opção de fundo que se revelaria infeliz: segundo Fernão Lopes (que neste ponto segue de muito perto a narrativa da *Crónica do Condestabre*), ao verem o pequeno exército português todo apeado, disposto pela encosta acima e aguardando a investida inimiga, os capitães castelhanos decidiram travar o combate a cavalo (“hordenarom de viinr aa batalha de cavallo”)¹⁷. Contavam decerto com a superioridade dos seus efectivos

¹⁷ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159; e *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, p. 3.

(que incluíam cerca de um milhar de homens montados) e do seu equipamento militar, e não devem ter visto motivos para abdicar das grandes vantagens que a utilização das montadas conferia: rapidez de execução, mobilidade, conforto na subida da encosta (ainda que suave), segurança (pois seria muito mais fácil fugir em caso de insucesso), vantagem natural no momento do choque (impacto da carga, possibilidade de atingir o adversário a partir de cima), etc.. Assim, os ginetes, uma parte substancial da peonagem (aqui se incluindo possivelmente os besteiros) e o trem de apoio foram desviados para uma encosta semeada de trigo (“huña ladeira dhuū pam verde”)¹⁸ que havia nas redondezas, enquanto a cavalaria pesada organizava as suas linhas de ataque. Tal como era hábito na época, estas devem ter sido formadas em regime de pequenos esquadrões de uma dúzia de cavaleiros (os “conrois”), cada qual com o seu capitão e a sua bandeira, dispostos lado a lado a curta distância e escalonados em profundidade¹⁹. Formadas as várias linhas umas atrás das outras, os Castelhanos tomaram as suas lanças compridas e esporearam os cavalos, abalando em direcção ao adversário. A meio caminho, com os cavalos já a galope, puseram as lanças (que de início levavam ao alto) na horizontal e fixaram-nas debaixo das axilas, bem apertadas contra os flancos e prontas para carregar com o máximo de potência²⁰. Segundo o biógrafo anónimo de Nun’Álvares Pereira, nesta arrancada os Castelhanos gritavam “Castela! Santiago!” e faziam “grãdes alaridos como mouros”²¹, decerto como forma de atemorizar os inimigos e de estimular a ousadia dos seus próprios cavaleiros.

Enquanto isso, a hoste portuguesa preparava-se para a recepção do ataque. Logo que os adversários entraram no seu campo de tiro (o alcance útil das armas neurobalísticas do tipo das bestas não excedia os 200 m, e o

¹⁸ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

¹⁹ Cf. MONTEIRO, João Gouveia – A táctica militar na Europa do século XIV: princípios, antecedentes e inovações, in MONTEIRO, João Gouveia – *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares. Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Lisboa: Salamandra, 2010, p. 184.

²⁰ É o que se chama a técnica da ‘lança deitada’ (*lance couchée*), típica da cavalaria (e, sobretudo, dos Cruzados) na segunda metade da Idade Média: cf. *Idem, ibidem*, p. 176-177; e ainda MONTEIRO, João Gouveia – As Ordens Militares e os modelos tácticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo – uma abordagem comparada, in MONTEIRO, João Gouveia – *Entre Romanos...*, cit., p. 259.

²¹ Cf. *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, fl. XXIII.

das fundas sensivelmente a mesma coisa), lançaram no ar um chuveiro de virotões, de pedras e de dardos que fizeram empinar os cavalos, provocando o derrube de muitos cavaleiros e semeando a confusão na primeira linha castelhana. A acreditar em Fernão Lopes (que neste ponto se afasta um pouco da narrativa da *Crónica do Condestabre*), estes projécteis foram lançados não só a partir das alas mas também por atiradores colocados atrás da retaguarda portuguesa, ou seja, no topo do outeiro, que assim terão disparado por cima da cabeça dos homens de armas que compunham a vanguarda e a reserva de Nun'Álvares²². Certo é que o estrago foi grande, de tal modo que alguns cavalos castelhanos, sentindo-se feridos, “queriam dar volta, e tornamdo atras e topamdo em outros cahiam em terra”²³. Ou seja, os animais recusavam-se a progredir e tentavam recuar para fugir ao chuveiro de flechas, de dardos e de pedras que se abatera sobre eles com toda a força, dado o facto de tais mísseis estarem a ser arremessados de cima para baixo. Contudo, se avançar parecia mau caminho, recuar também se revelava problemático: é que pouco atrás da primeira linha castelhana vinha a segunda, e depois a terceira, e assim sucessivamente. Isto é, o recuo de uma linha mais adiantada provocava inevitavelmente o choque com outra mais recuada... Com tudo isto, muitos cavaleiros foram derrubados e, devido ao peso das suas armaduras de corpo, acabaram por ficar meio inutilizados no terreno, boa parte deles feridos em resultado da queda da montada, uns e outros decerto atordoados com o rumo que o combate estava a levar ainda antes de chegarem ao contacto com a vanguarda adversária!

De certo modo, podemos comparar esta situação com o sucedido na primeira grande batalha terrestre da Guerra dos Cem Anos, em Crécy (Norte de França), a 26 de Agosto de 1346 (dia de trovoada e de chuva intensa que tornou o terreno muito lamaçento). Nesse combate, as sucessivas cargas da cavalaria pesada francesa (quase sem apoio dos atiradores) estilhaçaram-se sucessivamente depois de tentarem aceder, encosta acima, ao contacto com o exército desmontado sabiamente disposto pelo rei inglês Eduardo III num terraço agrícola mais elevado²⁴. Ora, em Atoleiros – com as devidas

²² Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

²³ *Idem, ibidem.*

²⁴ Veja-se um breve resumo deste combate em MONTEIRO, João Gouveia – *Aljubarrota, 1385...*, cit., p. 53-56.

diferenças tendo em conta a escala reduzida da batalha e as especificidades de um terreno mais suave – parece indiscutível que também os esquadrões das primeiras linhas castelhanas chegaram ao contacto com a vanguarda de Nun’Álvares já algo diminuídos e desorganizados, o que era quase sempre fatal para a eficácia da respectiva carga. O terreno pesado e entrecortado por, pelo menos, uma linha de água (a ribeira das Águas Belas) e o *volley* de projéctéis recebido durante a aproximação à posição inimiga quebraram o *élan* de um choque que se pretendia *en masse* e que só dessa forma poderia ter sido eficiente. Os cavaleiros dos “conrois” devem ter chegado ao momento do choque já desgarrados e razoavelmente distantes uns dos outros, o que era letal para o sucesso de uma carga de cavalaria munida de *lance couchée*.

Presa fácil da tropa apeada portuguesa, os ataques das linhas dianteiras da cavalaria pesada castelhana foram sendo secundados, durante algum tempo, pela chegada das linhas mais recuadas: Fernão Lopes explica que “viinham outros de rrefresco, que estavom atras pera isto prestes”²⁵. Mas o destino desses reforços acabava por ser o mesmo, ou seja não lograva alcançar o seu objectivo principal: desbaratar a coesa formação de infantaria e cavalaria desmontada pessoalmente liderada por Nun’Álvares. Dizem as crónicas que, desde o início, a tropa portuguesa respondeu cerrada e firmemente, as lanças abaixadas, “cada huū ao seu” (i.e., os contos das lanças apoiados no solo e as extremidades aguçadas apontadas aos peitos dos cavalos inimigos). Com isto, “os cavallos topamdo em ellas [nas lanças adversárias] alguūs delles cahiron logo em terra com seus donos”²⁶. O destino da batalha estava traçado. Apesar de intensa e “pellejada de voomtade”²⁷, a luta acabaria por se tornar favorável à hoste mais pequena. Não temos notícia de que o comando português tenha tido necessidade de mandar avançar a sua reserva para apoio da linha da frente, mas não é impossível que tal tenha acontecido durante a fase mais acesa do combate, até como forma de neutralizar eventuais manobras de pequenos corpos de cavaleiros castelhanos que tivessem logrado atravessar a vanguarda portuguesa. Certo é que, aos poucos, o pânico foi-se instalando entre os Castelhanos. Com a morte do Mestre de Alcântara, Diego Martins,

²⁵ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 159.

²⁶ *Idem, ibidem.*

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 160.

o nível de organização da hoste invasora atingiu o ‘ponto de não retorno’. Sem hábitos de reagrupamento (estamos a falar de exércitos amadores e sem treino colectivo), ao fim de relativamente pouco tempo (Fernão Lopes escreve que a batalha durou “mui pouco espaço”²⁸) foi o *sauve qui peut...*

Ao ver os adversários bater em retirada, Nun’Álvares deu o sinal para a perseguição. Quem pôde, deitou mão a uma montada (sua ou castelhana) e acompanhou o fronteiro numa cavalgada feroz atrás dos inimigos (as perseguições eram sempre momentos de descarga de ódios e de medos). Ao que se sabe, os Castelhanos fugiram nas direcções do Crato (norte) e de Monforte (este), muito embora Pero López de Ayala sugira que a retirada se concretizou em boa ordem e que nem sequer houve perseguição: “Los otros [os Castelhanos] recogíronse en uno, e los de Portogal non les osaron más cometer”²⁹. Em boa verdade, parece mais verosímil a versão do biógrafo de D. João I: raramente um exército medieval surpreendido no campo de batalha conseguia abandonar o terreno em boa ordem, e era frequente o adversário aproveitar a sua debandada para o perseguir impiedosamente, uma vez que esse era justamente o momento em que o inimigo (disperso e sem as armas a postos para lutar) se encontrava mais fragilizado e vulnerável. Faz, por isso, sentido o saboroso comentário que Fernão Lopes coloca na boca do almirante de Castela: “Homem morto nom troba solido. Amde a bamdeira e vaasse, ca depois que homem húa vez he desbaratado, mall torna outra vez aa batalha”³⁰!

Como quer que seja, a ter existido, a perseguição não deve ter sido longa. A *Crónica do Condestabre* informa que ela durou “húa legoa e mea” (i.e., c. 7,5 km)³¹, tendo sido interrompida ao crepúsculo para não se tornar numa aventura demasiado temerária. Nun’Álvares regressou então ao campo de batalha, onde, entre mortos e feridos, haviam tombado algumas dezenas

²⁸ *Idem, ibidem.* A *Crónica do Condestabre* não fornece esta indicação, sendo possível que Lopes a tenha recolhido por via de testemunhos orais de combatentes na batalha, os quais teve ainda a oportunidade de conhecer (o cronista deve ter nascido entre 1380 e 1390 e pode já ter sido o autor da *Crónica de Portugal* iniciada em 1419 por ordem do Infante D. Duarte).

²⁹ Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero...*, cit., Año VI, 1384, cap. IV, p. 564.

³⁰ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 160.

³¹ Cf. *Crónica do Condestabre...*, cit., cap. XXVIII, fl. XXIII v.^o.

de Castelhanos: 40 homens de armas logo ao “primeiro jumtar” (i.e., no momento do choque inicial), e “depois outros ataa seteemta e sete”, informa Fernão Lopes³². Das baixas portuguesas não dão as crónicas conta, a não ser para dizer que não morreu ali ninguém, o que é totalmente inverosímil... Seguro é que na batalha de Atoleiros perderam a vida diversos fidalgos castelhanos de nomeada, entre os quais, para além do Mestre de Alcântara, o craveiro (um alto oficial) da mesma Ordem Militar e Pero Gonçalves de Sevilha. Também o escudeiro-mensageiro Rui Gonçalves morreu nesta batalha. Entre os feridos, as fontes inscrevem os nomes do almirante de Castela, do Prior do Hospital (o primogénito dos Pereira) e de Garcia Gonçalves de Grisalva, entre outros cavaleiros de nomeada³³.

Nessa mesma noite de 6 de Abril, foi já em Fronteira que Nun’Álvares dormiu, decerto saboreando a sua primeira grande vitória militar. Claro que ela parece ter sido facilitada pela fraca prestação do adversário, que não reconheceu convenientemente o terreno e que errou ao prescindir dos seus atiradores (que poderiam ter sido muito úteis na fase inicial do combate, para desorganizar e ‘descompactar’ a formação portuguesa), da sua cavalaria ligeira e da sua peonagem, apostando as fichas todas numa carga de cavalaria pesada aplicada sobre um terreno encharcado e com inclinação desfavorável. O próprio chanceler castelhano reconhece a desastrosa precipitação: “(...) e por la mala ordenanza que ovieron fueron desabaratados”³⁴. Mas nem por isso devemos retirar o mérito ao modelo táctico concebido pela hoste vencedora. Desde logo, porque teve a ousadia de tomar a iniciativa do combate e conseguiu atrair a ele, num terreno que lhe era claramente favorável, o seu adversário. Em segundo lugar, porque soube adequar o seu dispositivo ao campo de batalha, optimizando o efeito e a capacidade de tiro dos besteiros e dos fundibulários, o que se revelou um factor absolutamente decisivo para retardar e desorganizar a poderosa carga da cavalaria pesada castelhana. Em terceiro lugar, ao optar por um combate totalmente apeado, Nun’Álvares arriscou mas foi recompensado: nivelou a sorte dos homens envolvidos e as suas probabilidades de sobrevivência, daí retirando um efeito psicológico

³² Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 160.

³³ *Idem, ibidem.*

³⁴ Cf. LÓPEZ DE AYALA, Pero – *Crónica del rey Don Juan Primero...*, cit., Año VI, 1384, cap. IV, p. 563-564.

importante, sobretudo junto daqueles menos habituados a combater e que, com os homens de armas desmontados a seu lado, receberam um suplemento de alma que deve ter sido extremamente moralizador.

Fernão Lopes sublinha esta faceta do combate apeado, e a sua observação tem sido largamente evocada por todos os estudiosos da batalha: “Omde aqui notaae, que este NunAllvarez foi ho primeiro, que da memoria dos homēes ataa este tempo pos batalha pee terra em Portugall e a vemçeo”³⁵. Julgo que devemos ter a prudência de relativizar este comentário, proferido por um cronista notabilíssimo (decerto um dos melhores de toda a Baixa Idade Média europeia) mas que percebia muito pouco de arte militar e que não consta que alguma vez tenha participado numa batalha (ao contrário, p.ex., de Pero López de Ayala, que esteve em combates tão espectaculares quanto Nájera-1367 e Aljubarrota-1385). A verdade é que a tendência da historiografia militar medieval aponta cada vez mais no sentido da reabilitação da infantaria dos sécs. XII e XIII: foram muitos e relevantes os combates em que tropa apeada (por vezes combatendo sem apoio de cavaleiros) foi decisiva, um pouco por todo o Ocidente europeu³⁶. Portugal não deve ter sido exceção a esta regra e os poucos relatos credíveis de que dispomos e que aludem a combates em campo aberto no século anterior a Atoleiros (1284-1384) não parecem desprezar o contributo dos peões³⁷. Além disso, há décadas que os exércitos ingleses actuavam no continente europeu utilizando um dispositivo táctico assente em corpos muito coesos de infantaria e cavalaria desmontada, bem apoiados por atiradores munidos de *long-bow* (arco-longo). Durante as Guerras Fernandinas, é inevitável que os mercenários ingleses ao serviço do conde de Cambridge tenham dado conta desses desenvolvimentos tácticos aos comandantes que os acolheram em Portugal (e Nun’Álvares já andou envolvido na terceira dessas guerras, em 1381-1382). Portanto, o sistema estava inventado e a sua eficácia era (re)conhecida. Restava pô-lo em prática com sabedoria, e foi isso mesmo

³⁵ Cf. LOPES, Fernão – *Crónica del Rei dom João I...*, cit., cap. XCV, p. 161.

³⁶ Cf FRANCE, John – A Changing Balance: Cavalry and Infantry, 1000-1300. *Revista de História das Ideias*. 30 (2009) 153-177.

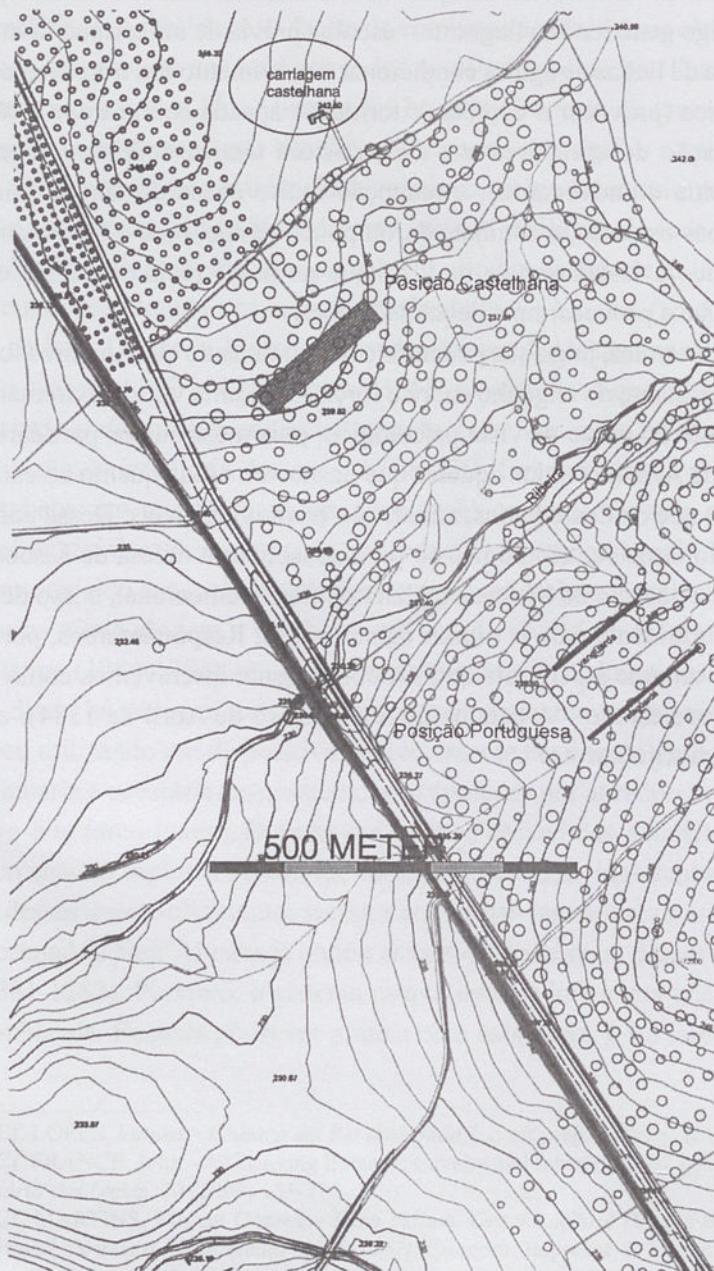
³⁷ Cf. MARTINS, Miguel Gomes – *Para bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013 (no prelo).

que Nun'Álvares conseguiu fazer de forma brilhante. Tal como faria no campo de batalha de S. Jorge-Aljubarrota, 16 meses mais tarde. Os dois combates têm uma escala completamente distinta, mas as semelhanças no seu código genético são flagrantes: escolha prévia de um terreno favorável; presença de linhas de água a condicionar o movimento das tropas; iniciativa estratégica (provocar o combate); formação apeada contra tropa a cavalo; optimização de atiradores nas alas; postura táctica defensiva (aguardar a investida do adversário); e recepção muito coesa do ataque inimigo. Em ambos os casos, o combate durou pouco tempo, com o factor surpresa e o pânico a instalarem-se rapidamente na hoste mais numerosa e bem equipada e a provocarem a debandada geral.

Nestes termos, julgo que podemos concluir dizendo que Atoleiros foi uma vitória brilhante do engenho sobre a força. E foi uma vitória extremamente importante do ponto de vista psicológico, pois mostrou aos partidários do Mestre de Avis (e a todos aqueles que hesitavam ainda quanto ao caminho a seguir) que os Castelhanos, afinal, não eram invencíveis. Desse ponto de vista, Atoleiros contribuiu não só para consolidar a defesa de Lisboa mas também a posição do Mestre no plano político e emocional, e isso deve ter sido determinante para o triunfo da sua causa. Responderemos, portanto, afirmativamente à pergunta que simbolicamente inscrevemos como título deste breve estudo: “A batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?”.

Anexo 1

Esquema da Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): posições iniciais



Anexo 2

O Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (Fronteira, 2012):

O Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (CIBA), promovido pela Câmara Municipal de Fronteira, tem como objectivo primordial perpetuar a memória histórica deste acontecimento, mas ambiciona também que a sua criação permita o desenvolvimento de um itinerário de infra-estruturas culturais que sejam pólos dinamizadores, não só a nível local, mas também nacional.

Simultaneamente, pretende-se que a implantação do edifício na malha urbana crie novos eixos de circulação na vila de Fronteira, estabelecendo a ligação entre as áreas urbanas antigas e as mais recentes.

O projecto arquitectónico e paisagístico, da autoria de Gonçalo Byrne, José Laranjeira e Marta Byrne, adoptou um compromisso íntimo com a planície alentejana e suas tradições e interiorizou o dramatismo da violenta batalha da Primavera de 1384. Nas palavras dos seus autores, o novo CIBA é “um objecto arquitectónico enigmático, que assume a sua singularidade e dimensão, materializado em sucessivas camadas de ‘terra vermelha’ intercaladas com linhas de xisto, evocando a tradição da construção em taipa e a dimensão humana dos seus construtores”. O belo edifício foi feito de raiz com vista à instalação desta unidade museológica e, por isso, esteve sempre presente a necessidade da sua adequação aos conteúdos do programa museológico que aqui se iria implementar. O edifício é constituído por dois blocos distintos mas que funcionam em conjunto. Um bloco está vocacionado para o acolhimento do público albergando as áreas sociais, a loja-livraria e o espaço destinado ao desenvolvimento das actividades do serviço educativo; o outro bloco é inteiramente ocupado pela zona expositiva.

O programa museológico recorre a uma linguagem essencialmente audiovisual. Se, por um lado, esta opção permite colmatar a inexistência de espólio original que pudesse integrar a exposição, por outro o recurso aos meios multimédia e interactivos corresponde ao desejo de que este seja um espaço em que se fornece informação ao visitante, ao mesmo tempo que se lhe proporciona alguma emoção estética. Assim, toda a encenação aqui levada a cabo, incluindo uma sua vertente mais espectacular, visam despertar

a curiosidade dos visitantes ou mesmo provocar o seu espanto, na certeza de que esta será uma estratégia susceptível de cativar o público e de tornar a visita a esta unidade museológica uma experiência original e marcante.

A produção de conteúdos para o Centro de Interpretação norteou-se pelo objectivo de conjugar os aspectos pedagógicos com o entretenimento, oferecendo ao visitante uma lição de História ministrada sob uma forma lúdica. Ao mesmo tempo, procurou-se a fidelidade histórica e o rigor científico em tudo o que é apresentado. Além disso, foi possível integrar dados resultantes de investigações científicas recentes realizadas no próprio terreno onde se travou a batalha.

O percurso de visita está organizado de forma linear e sequencial, com uma duração média de 60 minutos. Estimou-se um fluxo de cerca de 60 visitantes por hora, com uma capacidade máxima de 400 visitantes por dia.

A visita inicia-se na zona de acolhimento ao público com a distribuição de um áudio-guia que, para se adequar à variedade do público-alvo a que se destina, possui duas versões, uma adaptada a adultos e outra a crianças, sendo disponibilizado em três línguas (português, espanhol e inglês). Os áudio-guias fazem parte integrante da visita, assumindo um papel estruturante, de fio condutor, ao longo do trajecto percorrido pelo visitante. São o veículo básico de transmissão da informação e estão em estreita sintonia com os meios audiovisuais e multimédia com que o visitante se vai deparando no decurso da visita.

O áudio-guia conduz o público ao longo da sequência dos cinco núcleos que compõem o percurso, mas permite que cada visitante, de forma individualizada, explore os temas que lhe vão sendo propostos, geralmente sob uma forma interactiva.

O primeiro núcleo expositivo recria o *atelier* de um pintor, com os seus materiais específicos, mas onde a presença de outros objectos (como livros e a maqueta de uma embarcação) evocam o trabalho de investigação histórica subjacente à produção de pinturas de carácter histórico. Neste núcleo, exhibe-se uma reprodução integral, em tamanho real (escala 1/1), de um quadro que representa o confronto entre os dois exércitos na batalha de Atoleiros. O seu original é um fresco pintado por Jaime Martins Barata, em 1966, para a parede da sala do tribunal do Palácio da Justiça de Fronteira.

Paralelamente, o áudio-guia fornece o contexto histórico da época, abordando aspectos económicos, políticos, sociais e culturais do século XIV.

O núcleo 2 procura desenhar um panorama da batalha. O áudio-guia dá uma explicação genérica de como se fazia a guerra na Idade Média, para depois abordar as razões pelas quais se travou esta batalha e apresentar os dois exércitos intervenientes. Enquanto isso, pode-se observar uma instalação de esculturas que pretende recriar o cenário da batalha em 3D, a partir das personagens que figuram no fresco visto no núcleo anterior. O visitante mais curioso pode também aceder a um programa interactivo em ecrã táctil, inspirado nos elementos representados no quadro, para explorar diversas peças de armamento e outros aspectos da guerra medieval, como a composição de um exército ou os símbolos heráldicos associados.

O núcleo 3, centrado especificamente no combate entre as duas hostes, encontra-se instalado no interior de uma câmara obscura. Os pormenores da batalha vão-se revelando em ecrãs que assumem a forma de um espelho e de uma mesa de desenho. Dado o seu carácter espetacular, este núcleo constitui o clímax da visita, em especial quando as personagens ganham vida num pequeno filme em que se destaca a figura de Nuno Álvares Pereira.

O núcleo 4 representa um laboratório de fotografia com todo o seu aparato técnico, usando-se, por exemplo, uma mesa de luz com diapositivos para mostrar o campo de batalha. Apresenta-se ainda um esquema da batalha, com animação, que mostra o percurso dos dois exércitos, a respectiva instalação no campo de batalha e os vários ataques ocorridos durante a luta. Por fim, um programa interactivo em ecrã táctil permite explorar, em paralelo, as vidas de Nuno Álvares Pereira e de D. João I.

O núcleo 5 constitui o epílogo da visita e procura cativar o público para outras visitas à região, em particular ao próprio campo de batalha. Explica-se também como é possível identificar o local onde se travou a batalha: conjugando as informações das fontes escritas (como a crónica de Fernão Lopes) com observações do próprio terreno e com investigações científicas, tais como estudos modernos de foto-interpretação e de prospecção geofísica.

A data escolhida para a abertura ao público do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros foi Abril de 2012, por se tratar do mês do 628.^º aniversário de um combate que ajudou a mudar a história de Portugal.

Anexo 3

Fresco do pintor Jaime Martins Barata (Palácio da Justiça de Fronteira, 1966).

Esta peça constitui o elemento âncora do discurso expositivo do Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros (Fronteira, 2012).



Reclusão e proteção: os judeus em Portugal na Crise do século XIV*

Carlos Roberto Figueiredo Nogueira

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Universidade de São Paulo, Brasil

crfnogue@usp.br

Texto recebido em /Text submitted on: 28/10/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 16/05/2012

Resumo/Abstract:

Ao pretender-se estudar os judeus portugueses na crise do século XIV, revisitamos a legislação que lhes concernia e, de igual, as práticas que as fontes revelam.

A par com uma evolução negativa acerca dos judeus, transcorre-se para uma oposição entre a ideia do perigo para a sociedade e a necessidade da sua colaboração nos aspectos vedados aos cristãos, fonte de medidas políticas coercitivas e de práticas protetoras à comunidade hebraica.

Wanting to study the portuguese jews in the crisis of the fourteenth century, we revisit the law and the practices to them.

Along with a negative trend about Jews unfolds to an opposition between the idea of danger to society and the need for collaboration in aspects not accessible to Christians, source of coercive measures policies and practices of the Jewish community protective.

Palavras chave/Keywords:

Judeus em Portugal; Cortes portuguesas; Crise século XIV.

Jews in Portugal; Portuguese cortes; Crisis 14.th century.

* Professor titular da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil; Conselheiro da Cátedra Jaime Cortesão e Coordenador do GEMPO (Grupo de Estudos Medievais Portugueses); membro da Academia Portuguesa da História.

É bem conhecida a situação dos judeus como depositários das expressões do medo e do ódio da sociedade medieval, em especial no imaginário tumultuado em tempos da crise do século XIV. O judeu é, por excelência, o conspirador, o responsável pelas calamidades, pelo retardamento da segunda Parusia e pelo engrandecimento da cólera divina.

Apesar de, em Portugal e mesmo na quase totalidade da Península Ibérica, os judeus terem prosperado e criado afinidades e relações sociais aparentemente seguras, a crise do século XIV trará para o âmbito ibérico a busca da “quinta-coluna satânica”, empenhada em fustigar e ameaçar o rebanho cristão.

O espírito de tolerância modificou-se gradualmente, a crise exacerbou “paixões e desconfianças que vinham de muito longe e a tornar os ‘infiéis’ em bodes expiatórios das desgraças que vinha sofrendo o povo de Cristo. O aumento do número de judeus constituía factor relevante nessa modificação”¹.

Só raramente se registraram ataques a judeus ou judiarias no século XIV e sem a característica de extrema violência dos *pogroms* registrados em outras partes da Europa. Segundo Maria José Pimenta Ferro Tavares, apenas o ataque em Lisboa datado de 1449, ou seja, do século XV, poderia ser classificado como *pogrom*².

É assim que no meio da agitação causada pelo assassinato do Andeiro, nas gentes de Lisboa “geerou sse amtrelles hûua huniom de mortall hodio, contra quaaesquer que sua emteemçom nom tinham, em tanto que nenhuum logar era seguro, aaquelles que nom seguiam a sua opiniom”³, resolvendo,

¹ MARQUES, A. H de Oliveira, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV. Nova História de Portugal*, IV, dirig. por MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel, Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 397. Ver ainda MORENO, Humberto Baquero, Exclusão social e minorias étnicas. e Maria Alegría Fernandes Marques, As minorias na legislação sinodal portuguesa medieval. in *Minorias étnicas e religiosas em Portugal. História e actualidade. Curso de Inverno 2002*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 19-32 e 33-47, respectivamente.

² TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, p. 228.

³ Chronica DelRey D. Joam I de Boa Memoria e dos Reys de Portugal o Decimo: primeira parte [-terceira...]: offerecida a Magestade DelRey Dom Joam o IV. N. Senhor de miraculosa memoria / composta por Fernam Lopez. Em Lisboa: a custa de Antonio Alvarez Impressor DelRey, 1644, capítulo XV, I, p. 31, grifos nossos.

então, roubar aos judeus, o que parecia lídimo uma vez que eles eram os “culpados” da crise vivida.

Em Portugal, a imposição do sinal amarelo aos judeus foi muito tardia. Decretada pelo IV Concílio de Latrão em 1215, ela só será imposta (diga-se de passagem, sem nenhuma convicção) no reinado de D. Afonso IV⁴.

E singularmente é D. Dinis, em cujo reinado se anuncia a crise, que promulgará uma série de leis que dizem respeito ao trato com os judeus: leis que determinam o modo de pagar dívidas a judeus⁵ (1314), ou que definem a invalidade das dívidas com os judeus após 20 anos⁶ (1321), ou uma outra lei, de 1310⁷, que proíbe, também aos judeus, “contrauto de conlluyo ou d’engano com cristaão” e que será singularmente retomada (reforçada?) em 1315⁸.

E insiste na preocupação de vigiar o endividamento seja na “*Ley que todos os contrautos que forem feitos antre cristaños e Judeus que se façam perante os Juizes. Ou doutra guisa nom ualham*”, de 1314⁹, seja na lei de 1315 “*Como os Juizes E tabaliaões deuem ser Regjidentes em seus ofícios para se fazerem perante elles os contraitos dos Judeus*”¹⁰.

Com estas determinações, o rei buscava estabelecer posturas de ordem econômica destinadas a proteger aos devedores e regular os contratos. Era preciso demarcar o **lugar** e, em se tratando de judeus, a “falta de lugar” na economia e na sociedade desequilibradas pelas más-colheitas e pela fome.

O sucessor de D. Dinis, seu filho, D. Afonso IV, insiste na legislação que envolve fundamentalmente os contratos e as dívidas, como as promulgadas em 1349¹¹. Uma das leis então publicadas “suspende” as execuções dos bens por dívidas pelos judeus e a outra, retomando uma lei de 1325, a reafirma e esclarece, proibindo a usura e impedindo as formas de empréstimo em espécie (seria uma preocupação com o desabastecimento?), pois “*muytos*

⁴ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *op. cit.*, p. 398.

⁵ *Livro das leis e posturas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971, p. 90.

⁶ *Ibidem*, p. 87.

⁷ *Ordenações del-Rei Dom Duarte*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 282.

⁸ *Ibidem*, p. 300.

⁹ *Ibidem*, p. 295-296.

¹⁰ *Ibidem*, p. 298-299.

¹¹ *Livro das leis e posturas*, *op. cit.*, p. 443-448.

fidalgos e homens boons (...) e lauradores e meesteiraees que eram Ricos e ffectos e auyam per que nos poderiam fazer seruiço quando nos compria e fazia mester com caualos e armas (...) caeram em pobreza fazendo taaes contrautos em que Recebiam muy grades danos. Recebendo pequena quantia de dinheiros ou outras couzas que logo dauan por dinheiros por muy meores quantias que aquelas em que as Recebiam. E emquanto durauam esses dinheiros fossen despesos em couzas que a eles nom conpridoiras e em tanto leixauam desperecer sas quintãas e logares e herdades e outros beens que no laurauam nem husauam de seus mesteres. E por estas diuydas, lhos uendian depois a maa barata os beens que auyam a meus preço Por a qual Razon cayan em mingua e pobreza”¹². Lei que se preocupa com a ameaça de pauperização dos seus súditos, mas fundamentalmente, como frisamos acima, pretende evitar o enfraquecimento do serviço militar prestado ao Rei.

Uma outra norma datada de Lisboa em 1327 coloca os judeus que cometem crimes contra cristãos sob a jurisdição do alcaide, revertendo o costume comum aos judeus de demandarem “perante seu arraby”¹³. No entanto, se o costume é revogado, o privilégio concedido por D. Dinis aos judeus e mouros, que em certos casos seu testemunho valha mais que de cristão¹⁴, vai em sentido inverso, sendo mantido o privilégio no artigo 4.^º dos Capítulos Particulares das Cortes de 1331.

No entanto, a presença dos judeus é uma **necessidade**; aos judeus cabe o “trato ilícito” do manuseio do “vil metal”, vedado aos cristãos. O judeu usurário, o prestamista insubstituível, era odioso, mas necessário e útil¹⁵. Mesmo o Concílio Lateranense de 1215, que impõe medidas restritivas aos judeus, não proíbe a usura, apenas as usuras “pesadas e excessivas”¹⁶, abrindo caminho para a aceitação dos juros moderados.

¹² *Livro das leis e posturas, op. cit., p. 444.* Destaque nosso, aqui e ao longo do texto.

¹³ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livro de Reis. I.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 104.

¹⁴ *Ibidem*, p. 149.

¹⁵ LE GOFF, Jacques, *A Civilização do Ocidente Medieval*. II. Lisboa: Editorial Estampa, p. 78. Ver ainda IBAÑEZ, J., *La doctrine de l’Église et les réalités économiques au XIII^e siècle*. Paris: PUF, 1967.

¹⁶ KRIEGEL, Maurice, “JUDEUS” in J. Le Goff & J-C Schmitt (coords.), *Dictionnaire Raisonné de L’Occident Médiéval*, Paris: Fayard, 1999, p. 41.

Afonso IV deixa transparecer essa necessidade num arrazoado singular dos Capítulos Gerais das Cortes de Lisboa de 1352, no qual lhe é reclamado que os judeus arrendam terras com prejuízo dos cristãos, ao qual o rei responde que de tal arrendamento vêm lucros para a coroa, prometendo estudar a forma de atender a queixa.

É nessa dialética de medidas coercitivas e medidas que protegem as comunidades judaicas, que acreditamos poder situar as determinações do reinado de D. Pedro I.

D. Pedro era um monarca nascido cristão, o que tornava impossível não partilhar do imaginário comum a todo o Ocidente e que envolvia a sociedade, ao mesmo tempo em que, no plano político, a realidade do alcance do poder real apontava para uma relativização de suas ações contra a Igreja.

Normatização, tentativa de regularização, ações que parecem ser a chave da política de D. Pedro I em relação a judeus e mouros.

Nas Cortes de Elvas de 1361, o monarca estabelece, no artigo 40.^º, a separação da comunidade cristã das minorias infiéis, completada com a proibição de os mesmos circularem fora do bairro após o fechamento de suas portas.

É claro que, apesar da existência de uma legislação canônica, à qual se adicionará a partir da segunda metade do século XIV a legislação régia, a prática estava longe de ser eficaz. Conforme nos diz Margarida Ventura, “nas constituições sinodais do reino abundam admoestações contra os fiéis que alugam casas a judeus ou com eles convivem mais do que o estritamente necessário por contactos profissionais”¹⁷.

Do ponto de vista do exercício da religiosidade no cotidiano, aos judeus e mouros é imposta, por D. Pedro I, a separação física legal. Estabelecida no século XIII pelo IV Concílio de Latrão, esta separação só tornou-se oficial em Portugal nas Cortes de 1361, apesar de que se pode questionar a eficácia da medida, uma vez que os judeus permaneceram residindo fora das judiarias, alguns com cartas régias que os isentavam de tal obrigação, o que provoca

¹⁷ Contributo para uma Leitura Social do espaço da Lisboa quattrocentista: o debate sobre a localização das judiarias. *Revista Portuguesa da História*, Coimbra, XXXVI, 2002/2003, p. 234.

sucessivos protestos ao fundador da dinastia de Avis, nomeadamente nas Cortes de Coimbra de 1390 e nas de Leiria-Santarém de 1433¹⁸.

Reza o artigo 40.^º das Cortes de Elvas: “... *em alghûas logares do nosso Senhorio moram Judeus e mouros mesturados antre os christãos e fazem alghûas cousas desordinhadas de que os christãos reçebem scandalo e nojo. E que fosse nossa merçee que mandassemos que morassem em logar apartado e nom antre os christãos*”, ao que responde o monarca: “... *que se faça como per elles he pedido. E esto se entenda nas villas grandes e nos outros logares hu ouver ata dez judeus ou Mouros e mandamos aas Justicas que lhis dem logares aguisados pera sa morada ...*”¹⁹.

Sabemos que a reclusão dos judeus em um espaço específico foi uma iniciativa deste monarca, mas podemos entender a medida como meramente uma ação antijudaica, primeiro episódio de uma triste repressão que se acirrará por séculos? E por que a medida só foi aplicada mais de um século após ter sido decretada em Latrão em 1215?

Ou devemos pensar que a delimitação do espaço urbano tenta normalizar, evitar os inevitáveis conflitos, acirrados pela crise do século XIV, quando de um lado aumentam as cidades e, de outro, reduzem-se espaços, aumento que contudo, não as tornam mais dinâmicas, mas sim mais miseráveis e conflituosas, com o recebimento da população dos campos, lavradores empobrecidos em busca de soluções para a sua sobrevivência.

A riqueza da cidade atrai e fascina, mas é uma riqueza fundamentalmente concentrada que tornará os novos migrantes apenas em “ventres ao sol”²⁰.

É nesse espaço alargado que as tensões se intensificam. A relativa tolerância que conviveu por séculos com uma alimentação “erudita”, por parte do clero, da maldade intrínseca dos “assassinos de Cristo” é minada pela crise que exacerba as desconfianças e transforma os infieis, em especial os judeus, em uma “quinta-coluna” responsável pelas desgraças do povo

¹⁸ VENTURA, Margarida, *Igreja e poder no século XV: dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*. Lisboa: Colibri, 1997, p. 476-477.

¹⁹ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*. Edição preparada por MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, Nuno José Pizarro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, p. 52.

²⁰ MOLLAT, Michel et WOLFF, Philippe, *Ongle bleues, Jacques et Ciompi: les révolutions populaires en Europe au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: s. n., 1970.

cristão. Os espaços urbanos se ideologizam e apontam as responsabilidades: não apenas a folclórica “riqueza judaica”, mas também a estabilidade desta comunidade necessariamente urbana e solidária despertam a cobiça dos que pretendem acrescentamentos ou daqueles que nada possuem.

O espaço na cristandade tem de ser delimitado. Espaço sagrado, mas também espaço público, o que provocaria inevitáveis conflitos. E aí deixamos de lado o conflito entre religiões, para entrar na religiosidade cotidiana.

Assim, cinco anos após as cortes, em setembro de 1366, fecham-se os bairros “infiéis” e proíbe-se a frequência aos cristãos após o pôr-do-sol, sobretudo, às mulheres: “*Sabede que a mim foy dicto per alguuns homens boons dignos de creer que em alguuns lugares do meu senhorio, mulheres solteiras e viuvas e algúas outras casadas per aazo e engano e arteirice do diaboo que he enmigo antiigo de toda a christandade faziam pecado de fornizio com alguuns homens d'outra ley assy nos arraualdes hu maram (sic) os mouros como nas judarias hi (sic) moram os judeus*”²¹. O texto prossegue, com a deliberação régia: “*Tenho por bem e mando que nemhúa mulher christaa de qualquer condiçom que seja nom entre no arraualde dessa cidade de noyte saluo que possam hir quando lhes mester fizer pollo caminho que uay da porta de Sancto Andre pera Sancta Barbora pella calçada*”²², abrindo uma exceção no que concerne à judiaria. Enquanto o monarca limitava-se a proibir a frequência da mouraria às mulheres cristãs, sob pena de morte, o mesmo não acontecia para a judiaria. Aqui, era-lhes permitida a entrada, acompanhadas por um cristão adulto, se fossem viúvas ou solteiras, e por dois, em se tratando de mulheres casadas. E, no caso de não possuírem acompanhantes, era aconselhado que solicitassem aos homens do rei que guardavam a judiaria que as acompanhassem. Não podendo evitar o comparecimento de mulheres cristãs à zona comercial judaica, pelo menos garantia a sua honra em especial, evitando a possível infâmia de um adultério com um infiel.

²¹ Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367). Edição preparada por MARQUES, A. H. de Oliveira. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1984, p. 535, n.º 1131.

²² Ibidem.

A questão da sexualidade ilícita (e muito mais ilícita, uma vez que se trata de uma fornicação com infieis) aqui é fundamental, e isto ainda fica mais patente no texto, que ordena que “... *çarrem logo os dictos judeus a porta do poço da fotea e a porta do chancudo que uay sair a putaria*”²³.

Ou seja, não se trata de manter as mulheres cristãs respeitáveis apartadas dos judeus e da mouraria, mas apartar inclusive às mulheres do século de uma contaminação com os adversários da fé cristã.

O tema não é novo, pois já o encontramos nas Cortes de Santarém realizadas por Afonso IV em 1331. Em seus Capítulos Gerais, no artigo 41.^º, traz a resposta do rei sobre o descumprimento do foral, por parte dos mordomos, que admitem a prostituição, **fora a de mulher cristã** com mouro ou judeu e que se então forem achados juntos serão presos “e levam deles algo”²⁴.

Mas caberia lembrar que no artigo 56.^º das Cortes de Elvas, que trata de “que quando acontece que chegamos a algum logar ou villa nos e nossos filhos Meestres Ricos homens e outros poderosos hu ha veuuas que viuem honestamente e outras mulheres que nom teem hy seus maridos, pousam com ellas e (...) que por esta razom guaanham maa nomeada”, ordena o Rei D. Pedro: “... que (...) nom pousem(...) com as boas donas veuuas nem com as mulheres homrradas casadas se hi nom forem seus Maridos”²⁵.

Vale lembrar também que essa radical segregação tem vida um tanto breve, pois a determinação que inclusive cerrava os judeus na judiaria após o por do sol, sob pena de açoite, é abrandada dois meses depois, permitindo aos judeus circularem pela cidade, até que tangessem as Ave-Marias, na sé de Lisboa²⁶.

²³ *Ibidem*, p. 536.

²⁴ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Edição preparada por MARQUES, A. H. de Oliveira, RODRIGUES, Maria Teresa Campos e DIAS, Nuno José Pizarro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 74. Sobre a matéria, ver BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha, As mancebias nas cidades medievais portuguesas, in *A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais. Actas do Colóquio. Coimbra, 20 a 22 de Março 1985*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 225.

²⁵ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, op. cit., p. 60.

²⁶ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, op. cit., p. 544-545, n.^o 1147.

Igualmente, em outros momentos, o monarca tem atitudes de amparo às minorias segregadas e que envolvem também uma atitude protetora do clero para com mouros e judeus.

O artigo 4.^º das Cortes de Elvas, Capítulos do Clero, trata do fato de “que as nossas Justiças per ssy premdiām e mandauam tyrar per christāos mouros judeus aquelles que se acolhiam as Igrejas em hos casos que o per direito canonico deuiam sseer defessos”. Ao que o Rei responde “que a nos não prouue nem apraz (...) E mandamos que se nam ffaça daquy em diemte”²⁷.

Nas mesmas Cortes, no artigo 9.^º dos Capítulos Especiais de Torres Novas, ao ser informado de que os judeus, por não possuírem um carniceiro em sua judiaria, recorriam aos açougueiros cristãos que não cumpriam o ritual judaico no abate, o que lhes levava a rejeitar a carne, o rei ordena aos juízes da vila e à todas as justiças do reino que “Renho por beem e mando que os ditos judeus aja carneceiro Judeu E que lhes nom dem essas carnes per outra guisa, E mando aos juizes dessa villa e a todas as outras mhas Justiças que o façam assi compriir e aguardar... ”²⁸.

Também aos judeus de Beja²⁹, Lisboa³⁰ e Santarém³¹ o mesmo monarca concede, em 1366, o privilégio de não serem obrigados a servir nas hostes da fronteira ou mesmo guardá-la, apesar de possuírem cavalos e armas por determinação real. O mesmo acontece para os mouros de Santarém³² e Lisboa³³. Nestes últimos casos, proíbe ademais que se lhe obriguem a ter cavalos e armas se tivessem as contias que tornavam a posse obrigatória. Todavia, outras comunidades judaicas possuíam cavalos e armas, como em Beja³⁴ e Lisboa³⁵.

A separação das comunidades foi uma necessidade em tempos de crise, mas, singularmente, o poder real passa a legislar em defesa dos novos espaços.

²⁷ Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), op. cit., p. 14-15.

²⁸ Ibidem, p. 127.

²⁹ Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367), op. cit., p. 541-542, n.^º 1142.

³⁰ Ibidem, p. 523, n.^º 1108.

³¹ Ibidem, p. 522-523, n.^º 1107.

³² Ibidem, p. 522, n.^º 1106.

³³ Ibidem, p. 524, n.^º 1109.

³⁴ Ibidem, p. 541-542, n.^º 1142.

³⁵ Ibidem, p. 523, n.^º 1108.

Os judeus de Trancoso queixam-se ao rei de que, em sua judiaria, os cavaleiros e outras pessoas que chegavam à vila pediam pousada e eram mandados à judiaria para pousar e apossar-se de roupas e, se houvesse reclamações, eram agredidos. Também os corregedores, oficiais e escrivães ali iam pousar em ocasiões de feira e lhes tomavam o que ganhavam na feira. E a resposta real é surpreendente e nos inclina a pensar que o apartamento também pressupunha uma **proteção real** às minorias religiosas: “*Tenho por bem e mando que nom seja nenhuum tam ousado de qualquer stado que seja tambem dos meus como dos Iffantes nem do conde como d'outros quaaesquer fidalgos nem corregedores nem seus officiaaes, nem scripvaões nem outros nenhuns por poderosos que seiam que pousem na dita Judiaria nem que eles d hi filhem roupa nem mandedes filhar que seia dos dictos judeus contra suas uontades (...) E a dicta comuna dos dictos Judeus tenham esta minha carta*”³⁶.

Para os mouros, acha-se o mesmo procedimento. Em 1362, favorece aos mouros de Évora³⁷; aos de Elvas, em 1363, oferece privilégios que de maneira minuciosa, incluíam a proibição da tomada das galinhas, da palha e da cevada³⁸, para além da roupa; e por fim beneficia aos mouros de Santarém, em 1364³⁹.

Mas Pedro I vai além enfrentando proibições impostas por seu pai. Em 1357, agiliza o procedimento de compra de bens de raiz dos cristãos por parte dos judeus, evitando o aumento de custo a estes, que uma lei de Afonso IV necessariamente impunha⁴⁰. Nas Cortes de Elvas, ao ser confrontado com uma suposta lei de seu pai, que impedia que os judeus levassem, aos seus devedores, outros bens que não as quantias devidas, responde no artigo 26.^º dos capítulos gerais do povo “... que nos mostrem o mandado de nosso Padre e que nos lho faremos guardar como nos cabe e lhis faremos em elo mercee com aguizada Razom”⁴¹.

³⁶ *Ibidem*, p. 433-434, n.^º 937.

³⁷ *Ibidem*, p. 297, n.^º 638.

³⁸ *Ibidem*, p. 364-365, n.^º 814.

³⁹ *Ibidem*, p. 407, n.^º 889.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 98-99, n.^º 289.

⁴¹ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367), op. cit.*, p. 44-45.

Assim, é menos surpreendente nos depararmos com um pedido, aliás, bem justificado do ponto de vista da monarquia, no qual os cristãos requerem que lhes sejam retiradas as dívidas dos contratos feitos com os judeus “*em tal tempo de mester que ssom constranjudos pera teerem cavalos e Armas pera nosso serviço e recocreçem lhes mesteres per mar e per terra pera nosso serviço e defendimento da terra e que outrossi ham de paguar soldadas e mantimentos*”, que recebe uma resposta categórica do rei: “*A este Artigo Respondemos que ia esto per vezes foi dito a nosso Padre e a nos e he aguisado pagarem o que deuem poys que muitos tempos ouverom os christaos pera pagar essas diuidas*”⁴².

Assim, a ação de Pedro I não se presta a reducionismos. Se, por um lado, há uma clara tentativa de controle social, os limites que lhe são impostos dependem necessariamente da exigência de resguardar os privilégios e prerrogativas tradicionais, em especial em uma sociedade em que a tradição é a fiadora da legitimidade.

Por outro lado, como um cristão do século XIV, sua atitude para com os professantes de outros credos está firmemente imbricada em uma dialética que os aparta do convívio com o rebanho cristão, mas tenta evitar ao máximo os possíveis prejuízos e tensões sociais, em uma época de crise.

Seu sucessor, D. Fernando, acoimado por uma gama de problemas externos e internos, mantém todavia a mesma relação de seu pai e nos esclarece, ainda mais sobre o favor real à população judaica.

Às queixas nas Cortes de Lisboa de 1371, contra os privilégios concedidos aos judeus de serem nomeados almoxarifes e coletores de impostos do rei e de seus irmãos, por não dever existir deles “*ssenhorio sobelos christaos (...) o que era defeso per direito na santa escritura*”⁴³, responde o Rei que sua intenção era preservar os privilégios concedidos pelos seus antecessores. E isto acontece mesmo havendo uma lei de Afonso II que proibia qualquer autoridade de judeus sobre cristãos⁴⁴.

⁴² *Ibidem*, p. 48.

⁴³ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Edição preparada por MARQUES, A. H. de Oliveira e DIAS, Nuno José Pízarro Pinto. Volume I (1367-1380). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 42.

⁴⁴ VELOSO, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II: relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*. Coimbra: Arquivo da Universidade, 2000, p. 207 e 221.

Também mostra que mesmo as medidas tomadas desde seu avô estavam longe de serem cumpridas e, ainda mais, eram burladas com o favor real, pois, tendo sido ordenado por D. Afonso IV que: “*os Judeus trouuesem signaaes nos peijtos pera sseerem conhoçudos*”⁴⁵, dizem os reclamantes que agora, o rei, “*per (...) cartas*” *outorgava “a alguis Judeus que os nom tragam”*⁴⁶.

E indo além, ainda que possamos entender como boatos maledicentes a queixa apresentada nas Cortes de 1372, em Leiria, de que o “*nossos pouos são aggrauados uerem hora couzas nouas que non uirão nos tempos de nossos padres e de nossos auos e que auiaõ por estranho e que auiaõ por nosso serviço dizeren no llo que Judeus serem do nosso Conselhho e aueram nossas rendas auendo nossso senhoriomuitos bons que nos seruiriaõ lealmente*”⁴⁷, registamos que o rei D. Fernando responde ao clamor que “*non auemos judeu que seia de nosso Conselho qua non o ouueriamos por nossa honra*”⁴⁸, mas acrescenta “*quanto he na parte das rendas non deuedes auer por sem rezom auerem de ser rendeiros aquelles que por ellas mais derem qua esto faz cada hum e he em rezom de fazer em nos seus beins e couzas que tem*”⁴⁹. Ou seja, o rei nega a existência (verdadeira ou falsa) de judeus no Conselho Real, mas admite claramente as vantagens de ter judeus como rendeiros.

Tais leis demonstram as tentativas dos monarcas portugueses de obter um equilíbrio social. Tentativas frustradas, já o sabemos, pois cresciam no seio da sociedade tensões avassaladoras, cuja explicitação será trazida à luz no torvelinho de ódios e paixões marcados pela futura crise dinástica e pela Revolução de 1383.

No entanto, a tensão entre a proteção política e a repressão religiosa dos monarcas permanece e acabará por dar a vitória a esta última com a instauração, no final do século XV, da perseguição ao criptojudauismo inaugurada pela medida, no mínimo desastrada, de batizar a todos os judeus a serem expulsos em 1496, cristalizando um inimigo cotidiano a ser perseguido, em Portugal e nas colônias de além-mar.

⁴⁵ Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383). I, op. cit., p. 55-56.

⁴⁶ Ibidem, p. 56.

⁴⁷ Ibidem, p. 134.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Ibidem.

Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo

Saul António Gomes

Universidade de Coimbra

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

sagcs@fl.uc.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 01/03/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 19/04/2012

Resumo/Abstract:

Neste artigo pretende-se refletir acerca do processo de produção, de registo e de arquivamento, no contexto da chancelaria régia portuguesa, em especial a do reinado de D. Dinis (1279-1325), das inquirições levadas a cabo pelos monarcas seus antecessores. Sublinha-se o valor histórico plural deste género de fontes e reflete-se sobre as reformas arquivistas, medievais ou quinhentistas, a que este tipo de informação foi sujeito.

This article aims to focus on the process of production, register and filling is studied, in the context of the Portuguese royal chancellery, in special of the reign of Dinis (1279-1325), of the taken inquiries the handle for the monarchs its predecessors. The plural historical value of this gender of sources and its influences on the reforms archivists, medieval or from the fifteenth century, the one that this type of information was subject

Palavras chave/Keywords:

Inquirições; D. Dinis; Chancelaria; Arquivo.

Royal inquires; King Denis; Chancellery; Archive.

1 – Desde que, em 1888, a Academia das Ciências de Lisboa, na senda pioneira do trabalho de diplomata de João Pedro Ribeiro¹, iniciou a edição das inquirições régias de D. Afonso II e D. Afonso III, de 1220 e 1258, respetivamente, num processo que só se concluiria praticamente um século depois, em 1977², que esta fonte tem vindo a merecer abundantes e reiteradas utilizações por parte dos historiadores³. Só muito recentemente, aliás, a Academia das Ciências de Lisboa relançou a edição de uma nova série desta tipologia documental, aberta com a publicação das Inquirições Gerais de D. Dinis, de 1284⁴.

As inquirições régias medievais portuguesas são, como se sabe, uma tipologia documental que, ontem como hoje, oferece múltiplos e sedutores recursos para a escrita da História. Extensas pelos largos espaços geográficos regionais que abrangem, estas fontes são, em boa verdade, muito fecundas para o historiador, sobretudo o contemporâneo, tão seduzido pelo quantitativo quanto pelo antropológico⁵.

As páginas por onde se explanam as *Inquisitiones*, que nos motivam, impressionam efetivamente pela abundância estatístico-económica dos dados que preservam, oferecendo, a quem as lê, elencos de direitos senhoriais e

¹ *Memorias para a Historia das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal colligidas pelos discípulos da Aula de Diplomatica*, Lisboa, Impressão Regia, 1815.

² *Portugalae Monumenta Historica. Inquisitiones*, (doravante citado por PMH) Vol. I, Parte I, Lisboa, 1888[-1897], Parte II, Lisboa, 1917[-1977]. Na edição destas *Inquisitiones* trabalharam João Pedro da Costa Basto, Sousa Monteiro, Anselmo Braamcamp Freire, Pedro de Azevedo, António Baião, Possidónio Mateus Laranjo Coelho e Rui de Azevedo. Vd. *Portvgaliae Monvmenta Historica*. Nova Série, Volume III. *Inqvisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis. 1284* (Introdução, leitura e índices por José Augusto de Sotto Mayor Pizarro). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007, p. XII.

³ Vd. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 3^a edição, 1988, p. 167 e 192-194.

⁴ *Portvgaliae Monvmenta Historica*. Nova Série, Volume III. *Inqvisitiones..*, cit..

⁵ Assunto bem exemplificado, por exemplo, no estudo de KRUS, Luís – Escrita e Poder: as Inquirições de Afonso III. *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa – Estudos*. Redondo: Ed. Patrimónia, 1994, p. 35-57; MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza – o julgado de Aguiar de Sousa. *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, nº 9 (1982), 17-74; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias. *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, 1986, p. 171-243; MAURÍCIO, Maria Fernanda – *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Colibri, 1997.

realengos sobre propriedades rurais ou mesmo urbanas – como sucede, por exemplo, para o Entre Douro e Minho, Trás os Montes, grande parte da Beira Alta, os bispados de Lamego e de Viseu, ou, mais especificamente, as terras e centros urbanos de Seia, Gouveia, Coimbra e outras povoações da antiga Estremadura⁶ –, sobre censos e obrigações fiscais, sobre padroados e direitos legítimos ou apropriações ilegais, para além de ordenar numerosas pequenas histórias e memórias de gentes e de lugares. São, efectivamente, documentos possuidores de níveis de informação histórica muito atrativos para qualquer medievalista.

Conservam-se as inquirições régias medievais portuguesas em vários volumes ou livros de chancelaria no Arquivo da Torre do Tombo, todos ou praticamente todos eles cópias em registo codicológico das atas originais que, na maior parte, se perderam ou foram sendo substituídas por novas lições e mesmo, em alguns casos, por traduções do latim à língua vernacular.

As *inquisitiones* conheceram, com D. Afonso II, o seu surto fundacional e também aquele que se revelou mais eficaz pela organização diplomática que o serviu e lhe consolidou o estilo processual e o método judicial. A importância deste projecto inquiricional afonsino fica bem demonstrada, aliás, pelo facto

⁶ Inquirições nos julgados do Porto, Maia, Refojos, Aguiar de Sousa, Penaguião, Baião e Soalhães (TT – Gaveta I, Mº 7, Nº 20); julgados de Arouca, Cambra e Fermedo (TT – Gaveta VIII, Mº 4, Doc. 7), Coimbra e lugares da sua diocese (TT – Gaveta III, Mº 10, Doc. 17; Inquirições de D. Afonso II, Livro 2, fls. 118v-124; Leitura Nova, Direitos Reais, Livro 2, fls. 47v-57v; Gaveta VIII, Mº 2, Doc. 3). Inquirições publicadas, em parte, nos *Portugaliae Monumenta Historica*, e, mais dispersamente, por autores como: RIBEIRO, João Pedro – *Memórias para a História das Inquirições...*, p. 29-32 *et passim*; OLIVEIRA, Miguel de – Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. II (1936), 71-74; BORRALHA, Conde da – Inquirições de D. Afonso II no Distrito de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Vol. II (1936), 243-244 e 285-291; MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*. Vol. I (959-1516). Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959, Doc. 33, p. 56-66; MATTOSO, José; KRUS, Luís; ANDRADE, Amélia – *A Terra de Santa Maria no Século XIII: problemas e documentos*. Sem local: Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993, Doc. 8, p. 37-45, 107-108; GOMES, Saul António – As Ordens Militares e Coimbra medieval: tópicos e documentos para um estudo. In FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.). *Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares*. Vol. II. Lisboa: Ed. Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 1999, p. 50-65; SARAIVA, José – Inquirições de D. Denis. *Arquivo Histórico de Portugal*. Vol. I (1932-1934), 125-132, 264-270; Vol. II (1935), 113-126.

de a sua estruturação servir de base e de orientação metodológica a outras inquirições régias levadas a cabo nos reinados posteriores.

A solidez do processo inquiricional, gerido pelos oficiais da escrita e chancelaria de D. Afonso II, impõe-nos reconhecer que é neste reinado que encontramos os testemunhos mais precoces e evidentes das mutações reformadoras e atualizadoras por que passavam os processos de produção documental oficial em Portugal⁷, para além de denotar a elevada complexidade organizacional e produtiva que então atingiu a chancelaria régia portuguesa⁸.

2 – Nas Inquirições Gerais de 1220, o texto, tal qual se preservou – e chegou-nos incompleto –, é uma composição organizada de acordo com princípios arquivísticos. A estruturação é quadripartida pelo “*registrum de regalengis*”, passando depois aos “*foris et dadiuis de unaquaque collatione*”, à “*noticia ecclesiarum tocius Bracharensis Archiepiscopatus de quibus dominus Rex est patronus vel non*” dando lugar, por fim, à enunciação “*de quanto habent ordines in unaquaque collatione*”. Antecede toda esta formulação uma notícia histórica breve e objectiva que elucida o leitor acerca da comissão responsável pela aplicação do inquérito:

⁷ Vd. GOMES, S. A. – *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*. Viseu: Palimage e CHSC, 2007, p. 625-637; NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Tabelionado e Instrumento Público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 7-12 *et passim*; SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008, p. 133-135.

⁸ Cf. AZEVEDO, Rui de – O livro de registo da chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221). *Anuario de Estudios Medievales*. Nº 4 (1967) 35-74; COSTA, Avelino de Jesus da – La Chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIII^e siècle. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*. Porto: SPEM, 1992, p. 135-164; SANTOS, Maria José Azevedo – A Chancelaria de D. Afonso II (1211-1223). Teorias e Práticas. *Ler e Compreender a Escrita na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra, 2000, p. 11-58; VILAR, Hermínia Vasconcelos – Do arquivo ao registo: o percurso de uma memória no reinado de Afonso II. *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*. Número 30/31, (2007) 19-50; GOMES, S. A. – Identidade e memória na Chancelaria real Portuguesa na Idade Média. *Raízes Medievais do Brasil Moderno. Actas. 2 a 5 de Novembro de 2007*. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 2008, p. 67-96.

“Hec sunt Inquisitiones de Regalengis de termino Vimaranensi et de aliis Judicatibus inferius scriptis, quas fecerunt abbas Sancti Tirsi, abbas Polumbarii, et prior Vimaranensis, et prior de Costa, et prior Sancti Torcati, et Gomecius de Rupella, et magister Menendus frater Costensis, et judex Ramirus Petri, et Johannes Petri villanus, et Fernandus Dominici, et Martinus Stephani, et tabellio Martinus Martini, per mandatum domini Regis Alfonsi, filii domini Regis Sancii, et fuerunt facte in mense Augusti sub Era M^a CC^a L^a VIII^a.⁹”

A comissão mandatada pelo rei era constituída, como vimos, por clérigos e por leigos. Secretariou-a o tabelião régio Martinho Martins. Para um inquérito que se estenderá por terras e julgados situados no âmbito geográfico da arquidiocese bracarense, é significativo que o clero chamado ao “mandato” régio seja, para além do prior de Santa Maria de Guimarães, essencialmente regular – os abades beneditinos de Santo Tirso e de Pombeiro e alguns cónegos regulares dos Mosteiros da Costa e de S. Torquato – a que se juntaram os leigos Ramiro Peres, juiz, João Peres, Fernando Domingues e Martinho Esteves.

O discurso escrito distribui-se por *capitula* os quais, no registo manuscrito usado pelos editores do texto nos *Portugaliae Monumenta Historica*, são antecedidos por caldeirões ou sinais paleográficos de parágrafo. Tenhamos presente que o manuscrito que serviu aos editores não é um original da chancelaria de D. Afonso II.

3 – Cumpre refletir que estas inquirições régias dão continuidade a uma apreciável experiência redativa em ambientes forenses. Não destoam, aliás, de outros exercícios de escrita em chancelarias reais estrangeiras, mormente a catalã, na qual se encontram, já para a segunda metade do século XII, abundantes registos de *computa* fiscais, de registos memoriais acerca das honras, dos rendimentos e dos usos que beneficiavam a respetiva coroa, numa estrutura próxima do teor das inquirições que nos ocupam¹⁰.

⁹ PMH – *Inquisitions*, I, Tom, 1, p. 1.

¹⁰ Vd. BISSON, Thomas N. – *Fiscal accounts of Catalonia under the early count-kings (1151-1213)*. 2 vols.. Berkeley: Universidade da Califórnia, 1984.

Tenhamos presente que os anos de entre 1150 e 1250, em Portugal, foram pródigos em conflitualidade legal, sobremodo, mas não apenas, nos circuitos endógenos à *Ecclesia*. Compreende-se bem, face a essa realidade, o papel histórico jurisprudencial protagonizado por um papa como Inocêncio III (1198-1218)¹¹. Desde cedo, caso bem ilustrado entre nós, que as estruturas administrativas eclesiásticas desenvolveram métodos de colheita e de armazenamento de informação complexa e de amplo espectro geográfico. Os rolos ou censuais da Sé de Braga, dos séculos XI e XII, por exemplo, prefiguram, de algum modo, a lógica formal que virá a ser seguida nas *inquisitiones* reais ducentistas; um critério geográfico abrangente seguido por uma indicação simples e pura dos censos devidos por cada entidade.

Nesses censuais de mitras e de catedrais, o discurso formal é, em geral, meramente enumerativo e não conhece preâmbulos ou titulações subjetivas. Só raramente se foge a este padrão, como sucede no censo das Terras de Guimarães e de Montelongo, de 1259, obra já de uma metodologia própria dos discursos tabelionicos do tempo, onde lemos:

“*Hec est noticia de hiis que dantur et debent dari de ecclesiis de terra de Vimaranis capitulo Bracharensi scilicet Garsias Petri rector ecclesie de Villa Nova de Inffantibus, Petrus Martini rector ecclesie de Pineyro, Dominicus Johannis rector ecclesie de Avezam et Suerius Petri commendator ecclesie de Polvereira, omnes ad sancta Dei evangelia jurati dixerunt quorum dicta ego Johannes Petri publicus tabellio Bracharensis, de mandato et de auctoritate domni Petri Pelagii et domni Pelagii Menendi canonicorum ecclesie Bracharensis ejusdem archiepiscopi visitatorum in publicam formam reddegi. IIIº kalendas Octobris Era M^a CC^a XCVII^{as}*¹².

A experiência redaccional das chancelarias eclesiásticas portuguesas, principalmente a bracarense¹³, como sabemos, é a pródiga fonte que

¹¹ Vd. COSTA, Avelino de Jesus da, MARQUES, Maria Alegria – *Bulário Português, Inocêncio III (1198-1216)*. Coimbra: INIC, 1989.

¹² COSTA, Avelino de Jesus da – *O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga*. Vol. II. 2^a ed., Braga: Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000, p. 232.

¹³ Cf. CUNHA, Cristina Almeida e – *A Chancelaria do Arcebispado de Braga (1071-1245)*, (Dissertação de Doutoramento policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra*:

enformará o estabelecimento e a evolução institucional das chancelarias dos nossos primeiros monarcas. As *inquisiciones* do Reino de Portugal constituem um texto singular na *aula diplomatica* que é a chancelaria régia. A sua estruturação formal, em D. Afonso II, revela um discurso muito distante da tradição retórica própria do acto régio escrito.

4 – Devemos recordar, assim sendo, que as inquirições do rei D. Afonso II estão compiladas em três livros, as do rei D. Afonso III em 9 livros e, mais tardias, situadas entre os anos de 1288 e 1307, as de D. Dinis, estas distribuídas por 10 livros. Anote-se, por outro lado, que existem vários cadernos de inquirições de 1284 apensos ao livro 2º das inquirições de D. Afonso III¹⁴. As conhecidas inquirições de D. Afonso IV, correspondentes aos livros 1 e 2 da Chancelaria desse monarca não se integram verdadeiramente na estrutura diplomática ou institucional das anteriores, dado que são um *corpus* específico relativo às dissensões entre o rei e o senhorio episcopal do burgo portuense¹⁵.

De um modo geral, já aquando do início da publicação destas inquirições nos *Portugaliae Monumenta Historica* se estabeleceu que estes livros correspondem a cópias, como escrevemos, organizadas sobremodo debaixo da chancela de D. Dinis, em especial entre finais da década de 1280 e inícios da de 1300. São, por esse facto, enquanto fontes documentais, testemunhas de si próprias, isto é, devem ser vistas primeiramente na sua realidade documental e arquivística de composições textuais codicológico-diplomáticas, resultantes de uma cópia que resultou de uma organização escriturística controlada a partir da chancelaria real dionisina.

a *Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011; SILVA, Maria João Oliveira e – *Scriptores et notatores: a produção documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Fio da Palavra, 2008; Idem – *A Escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média (Estudo Diplomático e Paleográfico)*. (Dissertação de Doutoramento; policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

¹⁴ Vd. *Portugaliae Monumenta Historica. Nova série*. Vol. III. *Inqvisitiones...*, cit.

¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, cit., p. 192-194.

5 – As inquirições de D. Afonso II, como referimos, chegam-nos em três livros ou registos, nenhum deles original ou primitivo. O registo ou manuscrito mais antigo é o *Livro V das Inquirições de D. Dinis* (que chegou a ser conhecido por *Registo de Guimarães* ou *Livro do Padrom*), concluído em 1289, conforme o cólofon que apresenta no fólio final, assinado pelo tabelião vimaranense Pedro Domingues, no qual podemos ler o seguinte *dictum*:

“Ego autem Petrus Dominici publicus tabellio Vimarenensis de mandato excellentissimi domini Domni Dionisii regis Portugaliae et Algarbii hoc registrum conscripsi et exinde hoc librum confeci et hoc signum meum apposui in eodem in testimonium veritatis.

Actum Vimaranis, iij^a kalendas Aprilis. Era M^a. CCC^a. XX^a. Vij^a.”
(Livro I, fl. 135).

Neste dito “*Livro V de D. Dinis*”, o cólofon reproduzido vem autenticado pelo sinal público do tabelião. Este livro, contudo, foi considerado pelo editor das Inquirições de 1220 inseridas nos *Portugaliae Monumenta Historica*, João de Sousa Basto, do ponto de vista do seu teor e tradição textual, como menos organizado do que a versão que aparece no Livro I das Inquirições de D. Afonso II. Este Livro I copia o anterior indo ao pormenor de reproduzir fielmente o cólofon antes citado. Mas a informação que apresenta é mais completa do que aquela que se encontra no Livro V ou do “*Padrom*”.

O Livro I das Inquirições foi realizado, naturalmente, depois de 1289, data em que se fixou a cópia do Livro V enunciado. O seu cuidado em manter-se fiel ao Livro V vai ao pormenor de reproduzir o cólofon tabeliónico nosso conhecido, posto que se abstinha de imitar o sinal de autenticidade de Pedro Domingues. Mas as suas características paleográficas e o próprio conteúdo textual, integram-no na tradição gráfica do reinado dionisino. Não deve tratar-se, na verdade, de reprodução muito distante do ano citado.

De um ponto de vista textual, como fica escrito, a versão “*Livro I das Inquirições*” apresenta-se como mais completa, mais organizada, menos confusa e menos lacunar do que a da versão preservada no manuscrito subscrito pela mão do tabelião Pedro Domingues.

Há que reconhecer, entretanto, que ambos os códices são compilações realizadas em ambiente arquivístico e, decerto, como ato de intencionalidade arquivística de acordo com um padrão cultural medievo que se preocupava, bem mais profundamente do que vulgarmente se poderá julgar, com a

preservação documental¹⁶. Tal como se apresentam não podem deixar de resultar tanto de um projeto arquivístico reformador desenvolvido pela chancelaria de D. Dinis, quanto, provavelmente, dão corpo à necessidade de uma informação mais centralizada ou unificada, de um ponto de vista do suporte textual, que certamente os inquiridores dionisinos necessitavam para as missões inspetivas que lhes haviam sido confiadas pelo monarca.

O aparecimento de tabeliões públicos, de Lisboa, como de Guimarães ou de Leiria, senão de outras vilas e cidades, associados ao serviço, ocasional ou mais permanente¹⁷, da chancelaria de D. Dinis – como se atesta noutros livros desse reinado, que comprovam a existência de um serviço efetivo e autorizado de escrita em registo de chancelaria, que vai ao ponto de autenticarem nas colunas dos livros originais os lançamentos dos atos que neles efetuavam por sua própria mão¹⁸ – é uma questão do maior interesse diplomático, tanto quanto histórico, uma vez que, ao abrir-se o trabalho da *aula diplomatica* palatina à participação notarial externa, isso vem indicar que a chancelaria régia portuguesa desse tempo parece organizar-se como

¹⁶ Vd. ERHART, P. – “Carta ista amalfitana est et nescitur legere”. The charters of Carva dei Tirreni and St Gall and their evidence for early medieval archival practice. *Gazette du Livre Médiéval*, Nº 50, (Printemps, 2007). [Disponível em: <http://www.palaeographia.org/glm/art/erhart2.htm> (consulta em 13.12.2007)]. Vd. AZEVEDO, Pedro de, e BAIÃO, António – *O Archivo da Torre do Tombo. Sua historia, corpos que o compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres, 1905 [nova edição, Lisboa, 1990]; SANTOS, Maria José Azevedo – As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (Séc. XII-XV). *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Ed. Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, p. 233-256; GOMES, Saul António – *In limine conscriptionis...*, p. 241 e seguintes; IDEM – O “Inventário das Escrituras” do Convento de S. Francisco de Santarém de [1411]. Observações breves acerca da *praxis* arquivística medieval portuguesa. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 3 (2003 [2004]) 263-292; Idem – “DONATIONES CVSTODIANTVR: DONATIONES SERVENTVR”. Da memória e *praxis* arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais. *Humanitas*, 57 (2005) 245-269.

¹⁷ Cf. NOGUEIRA, Bernardo de Sá – *Lourenço Eanes, tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*. (Tese de mestrado policopiada). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988.

¹⁸ Caso detetável, por exemplo, com Miguel Eanes, público tabelião de Leiria que, a rogo de D. João de Alprão, chanceler régio, averba, com a data de 30 de Novembro de 1280, encontrando-se justamente em Leiria, em livro da Chancelaria de D. Dinis, com desenho do respetivo sinal público de autenticação, o registo da carta de apresentação de um clérigo na igreja de S. Miguel de Fiães, do padroado real. (Direção Geral dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (doravante referido por TT) — Chancelaria de D. Dinis, Livro 1, fls. 281-281v).

que num universo complexo, em que a produção documental e o seu registo arquivístico eram tarefas partilhadas a diferentes níveis geográficos, funcionais e de responsabilidade jurídica senão mesmo política.

Não cumpre, contudo, aprofundar aqui esta matéria, mas tão-somente avocá-la para uma contextualização histórica da memória pressuposta pelos registos inquiricionais ducentistas portugueses. Importará acentuar, nesta questão, que os elementos em análise nos levam a equacionar a atitude régia neste processo. Constituindo os apógrafos dionisinos das inquirições de D. Afonso II, como vemos, um ato de atualização e de normalização ou de clarificação da memória burocrática régia nesta matéria, isso deverá compreender-se primeiramente como ato próprio de um foro organizacional e funcional arquivístico, ou seja, como uma atitude custodial, mais do que como restabelecimento, por tais traslados, de uma validade forense probatória no tempo em que se concretizaram tais reproduções.

Naturalmente, os oficiais da chancelaria régia responsáveis pela renovação desses registos não terão sido juízes ou notários participantes, no terreno, das alçadas inquiricionais. Mesmo considerando a relevância de um levantamento da informação arquivística acerca das antigas inquirições de 1220 e 1258, por D. Dinis, no contexto das novas inquirições que ele mesmo promoverá para exercer a sua soberania no *Regnum*, como sobressai das inquirições de 1288 e anos seguintes, os traslados em causa deverão justificar-se em primeira mão sob o princípio da historicidade arquivística que, nos séculos medievais, orientava atos de *renovatio scripturarum*.

6 – Em síntese, seja no dito “*Livro V de D. Dinis*”, seja no Livro I de D. Afonso II, como fica dito, estamos perante cópias.

Escreveu o tabelião responsável pela versão mais antiga, a do Livro V, que “*hoc registrum conscripsi et exinde hoc librum confeci*”, ou seja, numa tradução mais do sentido do que literal, “compilei este registo e então escrevi este livro”. A ideia é, aqui, mais a de alguém que gera, organiza e controla o processo de uma cópia do que a de um simples amanuense ou serviçal copista.

Na base desse trabalho, necessariamente, estiveram os livros primeiros dos inquéritos, os quais deram expressão codicológica a atas originais

subscritas pelas comissões ou alçadas que foram depositadas no arquivo régio. Conhecem-se algumas dessas “atas primitivas” ou originais, subsistentes sob a forma de pequenos cadernos ou mesmo de tiras de antigos rolos. Chegam-nos tais atas fragmentariamente e incompletas, desconhecendo-se por via de regra as datas exatas em que foram elaboradas. A análise das mesmas, contudo, leva-nos a propor-lhes uma datação crítica que cai ainda no final do reinado de D. Afonso II¹⁹.

Por outro lado, devemos sublinhar que o texto tal qual se encontra no *Livro I das Inquirições*, que vimos referindo, recolhe uma ampliação dessas primitivas inquirições datada de 3 de Janeiro de 1251. De facto, no fólio 126vº lemos a indicação de que na “*Era M^a CC^a Lxxx^a ix^a tribus diebus Januarii fuerunt M. Pelagii cantor Vimaranensis et J. Martini judex et V. Martini scriba inquirere Regalengos et hereditates fora de termino de Celorico per mandatum domini regis Alfonsi et Comitis Bolonie.*” Esta nova inquirição foi, como se refere, incorporada no *corpus* das inquirições anteriores de 1220, com elas se entrosando de forma explícita e histórica e arquivisticamente significativas.

Atentemos no facto de os resultados desta inquirição de inícios de 1251 terem sido confrontados com os de um livro ou registo preexistente. Isso torna-se muito claro quando se alude, por exemplo, às freguesias de S. Pedro das Ferrarias (“*Dixerunt idem per omnia sicut alii jurati de primis Registris*” (fl. 127)), de Santa Maria de Canedo (“*Et ista pausa non erat scripta in primo Registro*” (fl. 127)), de S. João de Covas (“*Et ista parrochia non est scripta in primo Registro*” (fl. 127) ou de S. Miguel de Carcerilhe (“*Et iacet in Registro primo quod Menendus Garsie debet leuare conductum domino terre. (...) Et ita iacet in registro primo et debet portario uocem et calumpniam*” (fl. 128)).

Este “*registro primo*” será o mesmo que vem citado como “*registro veteri*” no parágrafo acerca da freguesia de Santiago de Ourelhe: “*Et sedet in Registro veteri quod Pelagius Mauranus destruxit illam (...). Isti sunt qui debent esse maiordomi et non sedent in primo Registro. (...) Et isti debent*

¹⁹ Vd. TT – Gaveta I, Mº 7, Nº 20 e Mº 2, Nº 18; Gaveta III, Mº 10, Nº 17; Gaveta VIII, Mº 2, Nº 3 e Mº 4, Nº 7.

esse maiordomi de Aries et filii et nepotes eorum qui sunt scripti in Registro veteri debent esse maiordomi quilibet in foro suo.” (fl. 127vº).

Reconheceremos que este tipo de informação pressupõe a verificação do “registro velho”, trabalho certamente levado a cabo em arquivo, depois do ato inquiricional realizado – não creio, na verdade, que as comissões levassem consigo os registos primeiro ou velho, ou seja, originais –, pelo que a sua consideração impõe aceitarmos que o texto em causa corresponde a um *mundum*, ou passagem a forma definitiva executada em fase posterior, e com base no cruzamento entre a informação registada no arquivo real e a informação atualizada trazida pelos inquiridores²⁰.

A cópia do tabelião dionisino, Pedro Domingues, realizou-se, como vemos, sobre um texto ou volume que integrava um “registro velho” e os aditamentos de 1251. Mas só um exame mais minucioso nos permitirá ter mais certezas quanto à consideração da questão da origem e tradição textual dos atos utilizados pelo mencionado tabelião vimaranense, em 1289, se o “registro primo”, se as atas originais – que, como se comprova pelo que chegou aos nossos dias, se mantinham seguramente no arquivo real – ou se ambos.

7 – Uma nova e profunda alteração no *corpus* das inquirições ducentistas de D. Afonso II – como ainda nas de 1258, cuja menção aqui é oportuna porquanto ajuda a esclarecer mais aprofundadamente o destino arquivístico daquelas – sucedeu nos inícios da segunda década do século XVI.

Vêm estas considerações a propósito do Livro II das Inquirições de D. Afonso II. Este livro é cópia, decerto também da época dionisina, do citado Livro I. Nele, contudo, emergem diversas anotações quinhentistas que demonstram o quanto os manuscritos medievos deste género documental sofreram pela aplicação, por parte de oficiais ao serviço da Leitura Nova patrocinada pelo rei D. Manuel, de critérios de eliminação de acervos documentais.

²⁰ Os inquiridores que registaram esta informação, como outros seus antecessores, foram confrontados com a existência de documentos afirmados como autênticos e preservados em arquivos familiares ou pessoais mencionados pelos inquiridos (“Et filii de Fafila dixerunt quod habebant cartam regis per quam non debent esse forarii et nos inquisitores non uidimus illam.” (fl. 127vº)).

No primeiro fólio desse Livro II, um copista quinhentista comentou ser códice repetitivo e, quiçá, inútil aos traslados para os belos volumes da Leitura Nova, porquanto nada acrescentava de substancial ao que vinha no Livro I: “(...) ate honde estaa apontado pelo bacharel Pedro Alvarez que o concertou porque ha hy outro tall como este aatee o ditõ synall (...)”. Na folha 134, a mesma mão quinhentista declarará estar tudo “concertado atee qui com a letera nova per mym Fernam das Nãos (?) com o Senhor Licenciado Gabriell Gyll.”

Como se verifica, o *Livro I* como o *II das Inquirições do Senhor D. Afonso II* foram alvo de “conserto”, entenda-se verificação e validação, justamente por alguns dos responsáveis pela Leitura Nova manuelina, destacando-se, entre eles, o nome de Gabriel Gil. O Livro I, por exemplo, viu apor-se-lhe um conjunto de bifólios contendo índices divididos em quatro títulos que mais não fazem do que aclarar em nova letra a tetrarquia de organização de conteúdos que o códice apresentava já desde os tempos dionisinos senão mesmo primitivos:

“*Inquirições dos reguengos casaes foros e dadivas rendas e direitos que el Rey tem nas freguesias dos julgados e terras abaixo declaradas, as quaaes foram tiradas per mandado del Rei Dom Affonso ijº filho del Rei Dom Sancho, em o mes d'Agosto era de mil.CC. lvijj annos. Primeiramente.*” (Fls. 1-2).

“*Título das igrejas de que el Rey he padroeiro no arcebispado de Bragaa com as quaaes neste livro vāao de mestura as igrejas de que el Rei nam he padroeiro e nam emtram nesta tavoada.*” (Fls. 3-4).

“*Título do que tem as igrejas e moesteiros em cada huua freguesia dos julgados e terras abaixo declaradas.*” (Fls. 5-5vº).

“*Inquiriçom que se tirou sobre os reguemgos malladias e cousas que a el Rey tiinhamb sonegadas nos logares e freguesias dos julgados e terras abaixo declaradas.*” (Fls. 6-6vº).

No Livro II, contudo, não aparece este tipo de “tavoada”, mas a portada inicial do códice abre, em letra da Leitura Nova, com a exposição seguinte:

“*Livro de inquiriçoens da terra e termo de Guimarães e outras tiradas per mandado del Rey Dom Affonso filho del Rey Dom Sancho.J: na era de 1258. E no cabo deste livro estam outras inquirições dos direitos que el Rey ha nas terras d'Agueda e Vouga e em outros lugares.*” (Fl. 1).

No fólio 109vº deste segundo manuscrito, à margem, junto ao início das inquirições da terra de Águeda e Vouga, o mencionado amanuense do arquivo real da Torre do Tombo, Pedro Lopes, averbou:

“Atee qui está concertado com o livro que tem huns coiros pretos e começa come este. E este [he] por escusado per neste se leerem alguãs freguesias que o outro tem. [E] que se mais freguesias neste e nom esta no outro livro aos xxbijj de Fevereiro de 1511. – Petrus. Esto daqui pera diamte se deve ... usar ao outro livro e o ajumtar e he pera encadernarem.” (?)

Teve o citado Licenciado Gabriel Gil uma responsabilidade maior nos destinos arquivísticos das inquirições tanto de D. Afonso II, quanto das de D. Afonso III. No *Livro I das Inquirições de D. Afonso III*, em que se contém a terceira alçada relativa a toda a terra de Seia e Gouveia e seus termos, nos bispados de Lamego e Viseu até Trancoso. Por exemplo, Gabriel Gil inscreveu na abertura e no fecho desse códice a explicação seguinte, que é muito reveladora dos destinos dados aos registos originais ou primitivos que continham as inquirições ducentistas:

“Este livro foy concertado per mim o Licenciado Gabriel Gil que per espicial mandado del Rey nosso senhor tenho careguo de prover e concertar toda a livraria deste Tombo o qual comcertey com outros douis livros do teor deste: hum dos quaes era esprito em papel de letra muy antigua per que parecia ser o propeo original. E outro em purgaminho. E porque em todos tres se nom achou mais em hum que em outro quanto a sostancia, e o propio asy esprito em papel ser caduco em alguas partes e na fim dele falecerem certos cadernos e este com os correjimentos que se nele fezerao ao concertar foy avido por mais comprido e verdadeiro: se fez delle fundamento pera se dele usar e dar as partes o que lhes dele comprir e do outro esprito em purgaminho nom: nem do propeo esprito em papel que foy roto. E este he esprito em Ctº lxxxb folhas. Fecto aos xij dias do mes de Junho de mil bº xij annos. – Gabriel Licentiatus.”

Também no *Livro Terceiro de Inquirições de D. Afonso III* se apresenta uma cópia desta terceira alçada da terra de Seia. Na sua postumeira lauda escreveu Gabriel Gil o seguinte apontamento:

“Este livro foy concertado per mym Licenciado Gabriel Gil que per espicial mamdado del Rey nosso senhor tenho carreguo de prover

*e concertar toda a livraria deste Tombo o qual concertey com outros dous livros do teor deste hum dos quaes era espirto em papel de letra muy antigua que parecia ser o propeo original que por ser muy caduco em alguas partes e se nam poder ler e falecerem na fim dele certos cadernos foy loguo roto e outro ficou pera se dele usar e dar as partes o que lhes dele comprir porque foy avido por mais cumprido e verdadeiro que este que fica por escusado. Feito aos biij dias do mes de Junho de mil b^c xij anos. – Gabriel licentiatuſ^s*²¹.

Estas citações clarificam muito bem o destino dado aos registos mais antigos das inquirições de D. Afonso III, cuja matéria de suporte era o papel, tidos por caducos e inúteis e, por isso, “*foram logo rotos*”, apenas sobrevivendo os registos em pergaminho. Não significa isto, naturalmente, que tais livros antigos relativos às inquirições do Bolonhês fossem os originais. É muito provável que assim não acontecesse, porquanto seria bastante anormal, na tradição da chancelaria real portuguesa anterior ao reinado de D. Dinis, o recurso ao papel como matéria de livros de registo, posto que devamos admitir que, com o *Lavrador*, tal prática deva ter sido vulgarizada.

8 – Consideremos que a chancelaria dionisina atuou também sobre os registos de inquirições de D. Afonso III²². A reforma arquivística detetada para com as inquirições de D. Afonso II confirma-se igualmente para os textos inquiricionais do Bolonhês. O texto da segunda alçada, dedicada ao território situado entre o rio Douro e o Ave até ao Tâmega, apresenta duas redações.

A primeira lição, que é a mais antiga, foi recolhida no *Livro V de Inquirições de D. Afonso III*. A segunda lição, extraída aparentemente a partir da anterior por um escriba chamado João Domingues, que averbou a conclusão dessa cópia no dia 18 de Setembro de 1302, integra um códice erroneamente

²¹ Citações reproduzidas a partir da publicação da terceira alçada das inquirições de D. Afonso III (*PMH – Inquisitiones*, Vol. I, Parte II, 1917, página de abertura não numerada).

²² Sobre o contexto cultural da chancelaria deste monarca, leia-se o recente estudo de VENTURA, Leontina e OLIVEIRA, António Resende – Os Livros do rei. Administração e cultura no tempo de D. Afonso III. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXV (2012), 181-194.

intitulado de “*Livro II de Inquirições de D. Afonso II*”, códice bastante maltratado, como alerta o editor dos *Portugaliae Monumenta Historica*, pela encadernação que levou em 1555: “*Falta-lhe o primeiro caderno; o segundo encontra-se depois do terceiro, por onde o livro começa; e o ultimo foi desterrado para o fim do intitulado Livro IX de Inquirições de D. Diniz.*”²³

Uma terceira cópia desta alçada aparece no livro da Leitura Nova dito de Inquirições de Entre Douro e Ave, tendo sido acabada em 22 de Junho de 1522.

Da primeira alçada das inquirições de D. Afonso III, estendida ao Entre Cádavo e Minho, compiladas no Livro IX das Inquirições desse monarca, suspeita-se que os depoimentos que aparecem em português devam corresponder a tradução para língua romance datável do primeiro terço do século XIV. Os depoimentos da quarta alçada, para o Entre Douro e Tâmega, Bragança e seus termos, foram traduzidos do Latim para o Português em 1331, já no reinado de D. Afonso IV. Nas suas páginas, D. Afonso III é citado frequentemente no passado, procurando os compiladores distingui-lo de seu pai: “*D. Affonso Rei de Portugal e Conde de Bolonha*”.

9 – A história arquivística desses atos, necessariamente, não anula o efeito histórico da sua génesis e redação. Reconheçamos que, no essencial, o período central de organização dessas *Inquisitiones* é, sobretudo, a Centúria ducentista que, em Portugal como por toda a Cristandade, se particulariza pelo desabrochar exponencial da vida intelectual e dos centros produtores de escrita. Chancelarias régias, como também nobiliárquicas, eclesiásticas diocesanas ou monásticas, como, ainda, municipais, prosperaram nesse século que em Portugal haverá de culminar, em termos de vida intelectual e cultural erudita, no estabelecimento, em 1290, do primeiro *studium generale* do Reino.

De qualquer modo, não queremos fechar este texto sem deixar de anotar que as considerações aqui expostas, se bem que não se estendam a uma análise de todos os casos, serão, ainda assim, suficientes para verificarmos

²³ PMH – *Inquisitiones*, Vol. I, Parte II, 1917, página de abertura não numerada.

que a transmissão das inquirições régias de D. Afonso II e de seu filho D. Afonso III estiveram sujeitas a perdas, rescritas e mutações.

As inquirições ducentistas portuguesas são, por tudo o que refletimos, um texto arquivístico, uma recomposição construída no palco de uma chancelaria real profundamente intervensora e invasiva no século XIV, sobremodo, mas não apenas, com D. Dinis. Elas são, ainda, em várias situações, um texto revisitado e recomposto que só depois de Quinhentos parece ter recebido o benefício da tranquilidade, que é pressuposto os documentos históricos encontrarem nos agostinianos “palácios da memória”, a que dão lugar todos os arquivos públicos ou privados.

“Estas cousas Señora filha vos peço e encomemdo”: A imagem de consorte na família real portuguesa a partir das instruções de D. Manuel para D. Beatriz (1504-1538)

João Eusébio Silva

Centro de História de Além-Mar – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa
joao.r.eusebio@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 01/03/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 09/04/2012

Resumo/Abstract:

Em Agosto de 1521 a armada que transportava D. Beatriz de Portugal, duquesa de Saboia, zarpava do Tejo rumo a Nice. A bordo seguia a filha de D. Manuel de Portugal com um numeroso e representativo séquito e dote, exemplo do que a coroa portuguesa tinha de melhor em luxo e aparato. Este era de resto um dos mecanismos utilizados por D. Manuel I na afirmação do seu poder: a utilização dos símbolos e das imagens em torno da família real como forma de afirmação política e social da coroa. Seguindo esta linha de pensamento havia o monarca Português escrito as suas *Instruções* para a sua filha que agora casava, documento ímpar na análise do modelo de consorte régia no século XVI, para lá daquele que nos é dado pela cronicística e pelos tratadistas. A partir desta preciosa fonte escrita pelo rei de Portugal do que se esperava de uma princesa, juntamente com apontamentos da vida desta infanta de Portugal e da sua mãe, D. Maria de Aragão, rainha de Portugal, pode-se reconstruir as linhas que ditavam a conduta de vida destas mulheres tão próximas dos centros de poder, mas que surgem por diversas vezes como meras “sombras” na história.

On August 1521, the fleet transporting D. Beatriz of Portugal, duchess of Savoy, set sail from the Tagus River to Nice. On board was the daughter of D. Manuel of Portugal with an enormous entourage and an impressive dowry, showcasing the luxury and the grandeur of the Portuguese crown. This was after all one of the ways D. Manuel used as a confirmation of his power: the use of the symbols and images surrounding the royal family as a form of political and social affirmation of the crown. Following this line of thought, the Portuguese king had written his *Instruções* for his marrying daughter, an unique document when analyzing the model of the royal consort in the 16th century, beyond what is given to us by the chroniclers and the authors of moral treaties. From this valuable written source by the king of Portugal, of what was expected of a princess, together with real life events of this Portuguese Infanta and of her mother, D. Maria of Aragon Queen of Portugal, we can reconstruct the guide lines to the life conduct of these women so close to the power centres but that so often appear to be mere “shadows” in History.

Palavras chave/Keywords:

Século XVI; Cultura política; Casa real; Rainha de Portugal; Beatriz; Duquesa de Saboia.

16th Century; Political Culture; Royal Household; Queen of Portugal; Beatriz; Duchess of Savoy.

1. Introdução: D. Beatriz, uma infanta de Portugal, duquesa de Saboia

No último dia do ano de 1504 nos paços da Alcáçova nascia D. Beatriz de Portugal, terceira descendente dos reis de Portugal¹. As crónicas não fornecem muito no que diz respeito ao seu nascimento, tal como ao resto da sua existência para além do seu casamento. Damião de Góis afirma porém que, visto se encontrar D. Maria no término da sua terceira gravidez, vindo a dar à luz D. Beatriz, não lhe foi comunicada a morte da sua mãe, Isabel a Católica, rainha de Castela, de modo a não afligir e prejudicar a gestação².

Como terá assim sido a infância e a educação desta filha de D. Manuel de Portugal? Poucas referências se encontram nas fontes sobre este ponto. Se no caso de D. João, herdeiro do trono, encontramos o nome de alguns mestres e das suas práticas enquanto criança e aluno, poucas ou nenhuma referências encontramos no que diz respeito a D. Beatriz. Uma das poucas certezas sobre a educação desta infanta reside no facto de, após a morte da sua mãe em 1517, D. Manuel ter nomeado Elvira Mendonça, antiga camareira-mor da rainha, como aia das infantas, “tendo em conta as virtudes necessárias e a sabedoria para lhes ensinar o que cumpre ao seu estado”³. O conde de Sabugosa apresenta uma visão um tanto ou quanto romanceada da juventude desta infanta, mas que poderá de certo modo ter correspondido à verdade. Segundo este, a jovem de 13 anos, educada nos costumes virtuosos da sua mãe, mas possuindo uma certa altivez que lhe seria inata, terá visto com satisfação a chegada dos embaixadores de Saboia para negociarem o seu casamento⁴.

Em 1516 o ducado de Saboia havia proposto este matrimónio, algo que não foi aceite na altura, talvez por oposição de D. Maria que deixava bem claro no seu testamento a ideia de que era indesejável o casamento de

¹ GÓIS, Damião de – *Chrónica do felicissimo rei dom. Emanuel*, Lisboa: por Francisco Correa, 1566, Pt. I, Cap. LXXXII, fl. 80.

² GÓIS, Damião de – *Chrónica do felicissimo...*, cit., Pt. I, Cap. LXXXII, fl. 80.

³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Chancelaria D. Manuel, liv. 25, fl. 172.

⁴ SABUGOSA, Conde de – *Donas de tempos idos*, Lisboa: Livraria Ferreira, 1912, p. 119.

uma das suas filhas com algum príncipe que não fosse rei ou filho de rei⁵. Assim, em 1516, D. Manuel alegaria a pouca idade da infanta para a realização deste casamento, existindo mesmo indícios de alguma oposição por parte desta a este projecto⁶. Ao falar do “mercado das princesas”, Bartolomé Benassar afirma que a Saboia, assim como a Baviera, o Palatinado e os territórios italianos serviam para os segundos filhos, nunca para os primogénitos⁷, o mesmo se poderá dizer das filhas.

Como foi notado por João Paulo Oliveira e Costa, a propósito do casamento da filha mais nova do monarca português com o duque de Saboia, casamento considerado de pouco prestígio por alguns, na segunda década do século XVI poucas eram as opções dinásticas de interesse geopolítico para a coroa Portuguesa⁸. A escolha residia entre Carlos V ou Carlos III de Saboia, pelo que, segundo a ordem de primogenitura e de interesses políticos, era lógico que o casamento com Saboia fosse consumado com a filha mais nova do rei de Portugal⁹.

Não cabendo aqui a descrição completa de como decorreu a sua vida, com as suas glórias e misérias, importa referir que este matrimónio terá representando o último acto apoteótico do reinado manuelino. Após as suas reticências iniciais face ao processo, tendo mandado Silvestre Nunes a Saboia de forma a inquirir a situação do ducado, D. Manuel acedia finalmente à proposta do duque Carlos III de Saboia¹⁰. As cerimónias que

⁵ (As) *Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, vol. VI, Gav. XVI, 2-1, p. 108-109.

⁶ BUESCU, Ana Isabel – *D. João III. 1502-1557*, Lisboa: Temas e Debates, 2008, p. 108-109.

⁷ BENASSAR, Bartolomé – *A Cama, o Poder e a Morte. Rainhas e Princesas da Europa do Renascimento ao Ilumininismo*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2009, p. 43.

⁸ Cf. COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. 1469-1521 Um príncipe do Renascimento*, Lisboa: Temas e Debates, 2007, p. 366.

⁹ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, cit., p. 365. Já Sousa Viterbo, ao referir o motivo que terá levado Carlos III a procurar um casamento em Portugal, compara o duque de Saboia a um nobre arruinado que procurava por meio de um casamento *opulento redourar o seu brasão* (VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *O dote de D. Beatriz de Portugal duqueza de Saboya*. in *Archivo Histórico Portuguez*, Vol. VI, Lisboa: 1908, p. 4-24, p. 6).

¹⁰ GÓIS, Damião de – *Chrónica do felicissimo...*, cit., Pt. IV, Cap. LXX, fl. 86v-87.

então decorreram em Lisboa, descritas por Garcia de Resende¹¹, consumavam o casamento da segunda filha do monarca português ao mesmo tempo que mostravam toda a riqueza da sua coroa. A armada que levava a nova duquesa de Saboia e o seu séquito seria encabeçada pela nau Santa Catarina do Monte Sinai, paramentada de dourado branco e carmesim¹², de forma a representar a corte portuguesa e a sua “sua muyta grandeza e poder”¹³.

Do seu casamento, do qual terá resultado uma relação se não de amor pelo menos de uma profunda cumplicidade, nasceriam 9 filhos, sobrevivendo apenas um que herdaria os títulos dos seus progenitores com o nome de Emanuel Filiberto, tendo sido de resto esta infanta de Portugal a introduzir o nome Emanuel na casa de Saboia, em honra do seu pai, o qual perduraria até aos dias de hoje.

Seria a esta filha que D. Manuel endereçaria as suas *Instruções*¹⁴, respondendo assim a um pedido desta e dizendo-lhe que o fazia pelo amor que lhe tinha e pelo “desejo de serdes a maior acabada e prefeyta princesa que nunca foy”¹⁵. Através delas podem-se descontinar as práticas e os conceitos em torno do que representava ser consorte de um soberano na corte

¹¹ Ao descrever por exemplo um dos serões oferecidos por D. Manuel durante os festejos, Garcia de Resende diz: “Em ua mui grande armada toda mui rica tapeçaria d’ouro, e muito bem alcatifada, dorsel, cadeiras e almofadas de mui rico brocado, se começoou um grande serão, em que el rei nosso senhor dançou com a senhora infante duquesa sua filha, e a rainha nossa senhora com a infante dona Isabel, o príncipe nosso senhor e o senhor infante dom Luís com damas tomaram. E assi dançaram todos os galantes que iam a Saboia, e muitos outros senhores e galantes, que durou muito. E danças acabadas se começoou ua muito boa, e muito bem feita comédia de muitas figuras muito bem ataviadas, e muito naturais, feita e representada ao casamento e partida da senhora infante, cousa muito bem ordenada e bem a propósito, e com ela acabada se acabou o serão” (RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelanéa*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, p. 322).

¹² CORREIA, Gaspar – *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, COSTA, José Pereira da (Intr. Leitura e notas), Lisboa: Academia das Ciências, 1992, p. 145.

¹³ CORREIA Gaspar – *Crónicas ...*, cit., p. 144.

¹⁴ Estas encontram-se transcritas em CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres. Vol. I – Cartas de Instrução para Educação de Jovens Nobres. Séculos XVI-XVIII*, Vol. I, Porto: Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2009. Publicadas também por Aníbal Fernandes Tomaz, *Cartas bibliographicas*, 2ª série, Coimbra, 1877, p. 15-23, que, por sua vez, as copiou da rara edição oferecida pelo Visconde de Alte a partir da reprodução fotográfica de um ms. do A.G. R. Itália, Turim, em 1856, onde se encontrava: *Istruzione del Re di Portugallo Emanuele, a Beatrice Duchezza di Savoya, sua figlia, in lingua portoghese, e dal medesimo sotoscritta*.

¹⁵ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres ...*, cit., Vol. I, p. 261.

portuguesa quinhentista, constituindo assim este documento um testemunho imprescindível na compreensão do que a cultura política e social entendia como o papel de uma mulher no seio da corte, como consorte de um monarca.

2. vosos boos conselhos e lembranças lhe façam muyto proveyto¹⁶: *O papel de perfeita esposa e principal conselheira*

Ernst Kantorowicz afirmou que o corpo político não tinha nem personalidade nem sexo¹⁷, ignorando no entanto o papel das consortes régias e o peso das relações familiares como parte do sistema monárquico. Desenvolvido nos espaços privados, através de mecanismos silenciosos a nível de registo histórico, mas sem dúvida reais, baseados nas dinâmicas resultantes dos afectos e relações conjugais, as mulheres da família real decerto teriam alguma espécie de influência numa sociedade onde ocupavam um lugar tão central, sendo os afectos entre marido e mulher, segundo alguns autores, mais fortes que entre pais e filhos¹⁸.

Encontramos assim no papel da consorte do monarca aquilo a que se pode chamar *o poder do privado*, uma forma de influência e poder baseada não numa titulação institucional, mas sim na proximidade ao centro de poder. Poder-se-ia dizer que o papel da rainha no conjunto das relações de poder político assentava em duas bases. Por um lado o representativo, baseado na posse de bens e na distribuição de mercês, beneficência, e no patrocínio aos que a ela recorriam, como mãe e esposa, sendo que neste último papel se podia encontrar a sua segunda base de influência e poder, fruto da sua vivência no mundo privado da família real, da qual fazia parte¹⁹.

¹⁶ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 262.

¹⁷ KANTOROWICZ, Ernst – *The King's Two Bodies: A Study in Medieval political Theology*, 7º ed., Princeton: Princeton Univ. Press, 1997, p. 80.

¹⁸ HESPANHA, António Manuel – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna, in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4.º-5.º), p. 951-973, p. 956.

¹⁹ EARENFIGHT, Theresa – Without the Persona of the Prince: Kings, Queens and the Idea of Monarchy in Late Medieval Europe, in *Gender & History*, vol. 19, No. 1, 2007, p. 1-21, p. 9-10.

O conceito de público e privado estava presente na vida política do início da Época Moderna²⁰.

Nas *Instruções* que D. Manuel deu à sua filha pode-se assim ler: “(...) vos roguo que sempre tenhaes muito cuidado em amardes e comtemtardes a vossa marido e de nunca fazerdes cousa de seu descontemtamento, e em tal maneyra que amtre vós e ele se usa aver desvayro algum, e o que vos parecer que hé seu louvor e que elle deve fazer, sempre lho leenbray, e em tal modo que vosos boos conselhos e lembranças lhe façam muito proveyto e elle conheça que lhas fazees com o muito amor que lhe temdes, fazendo sempre com aquele acatamento que hé rezam e que as mulheres a seus maridos devem de ter”²¹.

O rei de Portugal, na sua qualidade de pai, indicava à sua filha o modo como devia apoiar o seu marido com bons conselhos, tendo como objectivo a sua maior honra e glória. Anos mais tarde o *Libro Primero del espejo de la Princesa Christiana* (c. 1543) é disso exemplo, ao pretender, mais do que formar e educar, orientar e apoiar a princesa, apresentando as treze condições que deveria possuir a princesa perfeita, sendo a primeira o papel de conselheira do seu marido²².

Encontramos nas *Instruções* uma indicação clara e objectiva de um dos “conselhos” de D. Manuel, sendo que D. Beatriz devia lembrar o seu marido quando “ho caso oferecer, que queyra procurar quanto a elle seja possível a paz y concórdia dantre o emperador e ElRey de França, porquanto serviço niso se fará a Noso Señor e a ele e a vós tamto louvor”²³. Este terá sido efectivamente um dos “conselhos” que D. Beatriz transmitiu a Carlos III. Damião de Góis, por exemplo, não se coíbe de afirmar que o resultado deste conselho terá sido catastrófico para o duque de Saboia²⁴.

²⁰ CARDIM, Pedro – Os Espaços da Vida Privada. A Corte Régia e o Alargamento da Esfera Privada. in Mattoso, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal. A Idade Moderna*, Vol II, Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 160-201, p. 194.

²¹ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 262.

²² BUDESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe. Discurso normativo e representação (1525-1549)*, Lisboa, Cosmos, 1996, p. 217.

²³ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 264.

²⁴ “Por satisfazer ao apetite da Duquesa Infante sua molher fauorecia contra elle [Francisco I] o Emperador dom Carlos quinto do nome (...), per cuja causa socederam todalas perdas, damnos, & desauenturas, que o Duque Charles feu marido passou ate que morreo” (GÓIS, Damião de – *Chrónica do felicissimo ...*, cit., Pt. IV, Cap. LXX, fl. 89).

Também segundo Pierre de Bourdeille, cronista francês, “ceste belle soeur [de Carlos V] rendoit pareille amour à son beau frere: de telle sorte qu’elle fist perdre l’estat à son mary, car elle ne cessa jamais qu’elle ne le brouillast au party de l’empereur”²⁵. Já segundo Gaudenzio Clareta, um dos poucos biógrafos desta infanta de Portugal, D. Beatriz nunca entrou em desacordo com Carlos III, chamado *o Bom*, sendo que com a sua sabedoria política aconselhou e melhorou o frágil ducado do seu marido, assumindo o governo do ducado em conjunto com este desde o primeiro ano de casamento²⁶.

Concordando ou discordando, parece no entanto certo afirmar que D. Beatriz de Portugal desempenhou a sua função de conselheira do seu marido como lhe era prescrito pelo seu pai em 1521. Menos visível, mas não menos verdadeira, terá sido também a influência da sua mãe D. Maria, descrita como “muy santa em seu vyver”²⁷, junto de D. Manuel. Esta infanta de Castela e Aragão, tornada rainha de Portugal terá tido um relativo peso e influência política na corte manuelina. Alexandra Pelúcia, por exemplo, aponta-a como uma das maiores defensoras e apoiantes políticas das ideias imperialistas de Afonso de Albuquerque, protestando veementemente aquando da troca deste por Lopo Soares de Albergaria, levando D. Manuel a reflectir e a voltar atrás na sua decisão, sem no entanto o conseguir²⁸. Exemplo dessa influência pode também ser visto em Janeiro de 1504 quando por carta D. Manuel atribui um perdão aos moradores de Azamor que haviam saqueado e morto alguns portugueses pertencentes a uma armada enviada pelo rei. Ação digna de castigo exemplar vê-se assim relevada pelo monarca, segundo as suas palavras, a pedido de “quem de nós he muito chegada, e mais estimada a Rainha nossa consorte” a quem os moradores de Azamor haviam dirigido uma súplica confessando a sua culpa. Documento de chancelaria, adquire grande importância neste contexto,

²⁵ BOURDEILLES, Pierre de – *Oeuvres complètes de Pierre de Bourdeilles*, Vol. II, Paris: P. Jannet Libraire, 1858, p. 150-151.

²⁶ CLARETA, Gaudenzio – *Notizie storiche intorno alla vita ed ai tempi di Beatrice di Portogallo con documenti*, Turim: Tip. Eredi Botta, 1863, p. 54.

²⁷ CORREIA, Gaspar – *Crónicas ...*, cit., p. 125.

²⁸ Cf. PELÚCIA, Alexandra – A Baronia do Alvito e a expansão manuelina no Oriente ou a reacção organizada à política imperialista, in COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (ed.) – *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Colóquio Internacional. Actas*. Lisboa: UNL/CHAM, IICT/CEHCA, 2004, p. 279-302, p. 290-292.

visto ser o próprio monarca a reconhecer, a influência que a sua mulher detinha nas suas decisões, reconhecendo que concede este perdão “por seu respeito”²⁹.

D. Manuel revelava assim nas suas *Instruções* uma prática corrente no que diz respeito ao poder das consortes régias em função da sua presença no mundo doméstico e privado do monarca e da dialéctica entre cônjuges³⁰. A mulher como conselheira do seu cônjuge, nem sempre reconhecida pela historiografia que tende a ignorar a figura das consortes régias nos mecanismos políticos da época moderna, silenciada pela cronística e debatida pelos moralistas³¹, que defendendo ou não a inferioridade da mulher face ao homem no campo social, político e intelectual³², não deixavam de apontar o papel de conselheira do seu esposo, para as jovens que se casavam³³.

3. receber de vós muita homrra e gasalhado³⁴: A distribuição, o patrocínio e o bom governo da casa

A cultura popular do início da Idade Moderna, expressa nos cancioneiros e romances, apresentava a imagem de uma sociedade misógina, ridicularizando a mulher e a sua inferioridade dentro da família³⁵. Gil Vicente por exemplo, acerca do governo da casa, poria o escudeiro na *Farsa de Inês Pereira* a dizer: “Vós não haveis/ de mandar/ em casa, num só cabelo;/ se eu disser: isto é novelo! -,/ havei-lo de confirmar”³⁶.

²⁹ SOUSA, João de – *Documentos arábicos: para a história portugueza*, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 8.

³⁰ EARENFIGHT, Theresa – *Without the Persona of The Prince...*, cit., p. 12.

³¹ BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 218.

³² BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 215-216.

³³ Francisco de Monçon coloca a capacidade de dar sábios conselhos ao rei como a primeira das qualidades que uma rainha deve ter. Cf. BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 217.

³⁴ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 264.

³⁵ Cf. LÓPEZ-CORDÓN Cortezo, María Victoria – *Familia, sexo y género en la España moderna*, in *Studia historica. Historia moderna*, N° 18, 1998, p. 105-134, p. 123.

³⁶ VICENTE, Gil – *Compilaçam de todasas obras*, BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (ed.), Vol. II, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 451.

Ao mesmo tempo, em processo inverso, a coroa e a igreja empreenderiam durante o século XVI, uma forte campanha a favor de um modelo de família hierarquizada e estável, baseada por um lado no aspecto “natural” do estado de casado/a com fim de constituir e engrandecer a família, e por outro numa insistente acção doutrinadora em torno do papel da mulher no seio e administração da casa³⁷. Francisco de Monçon, por exemplo, interligava o ponto abordado anteriormente em torno do conselho da mulher, com o governo da esfera doméstica, sendo que no caso de uma princesa, isso passaria pela administração da sua casa e governo das mulheres da corte, das suas virtudes, ofícios e maneiras³⁸.

O poder das mulheres na sociedade baseava-se e advinha assim, segundo alguns autores, da sua família e do lugar que esta ocupava na hierarquia social, numa rede de poder social, baseada na posse e distribuição de rendas, honras e bens³⁹. Maria Paula Marçal Lourenço, por exemplo, define o conceito de rainha em Portugal com base na posse e usufruto dos bens, direitos e privilégios inerentes à esposa do rei e mãe da sua prole⁴⁰. Nas *Ordenações Afonsinas*, dos 556 artigos, apenas 2 dizem respeito directamente às consortes reais⁴¹, havendo apenas outro em que se normatiza o cargo de ouvidor das terras das rainhas de Portugal⁴². Num desses artigos, afirma o monarca que é prática a atribuição de grandes doações às rainhas de Portugal, como resultado dos seus merecimentos e por “bem e virtude dos seus matrimónios”⁴³.

³⁷ López-Cordón Cortezo, María Victoria – *Familia*, ..., cit., p. 123.

³⁸ BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe* ..., cit., p. 219.

³⁹ McNAMARA, Jo Ann – Women and Power Through the Family Revisited, in ERLER, Mary Carpenter e KOWALESKY, Maryanne (ed.), *Gendering the Master Narrative: Women and Power in the Middle Ages*, Nova Iorque: Cornell University Press, 2003, p. 17-30, p. 19.

⁴⁰ Lourenço, Maria Paula Marçal – Ser rainha de Portugal nos alvores da modernidade, in *Cadernos do noroeste*, Vol. 20, Nº 1-2, 2003, p. 601-616, p. 613-615.

⁴¹ *Ordenações Afonsinas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro II, Título XXXIX: “Que as Raynhas, e os Iffantes nom dem Cartas de Privilegios a nenhumas pessoas”, p. 290-292; Livro II, Título XL: “De como as Raynhas, e os Iffantes haõ d’usar das Juridiçooens nas Villas, e Terras, que lhes forem dadas per ElRey”, p. 293-300.

⁴² *Ordenações Afonsinas*, ..., cit., Livro I, Título VIII: “Do Ouvidor das terras da Rainha”, p. 68-71.

⁴³ *Ordenações Afonsinas*, ..., cit., Livro II, Título XL: “De como as Raynhas, e os Iffantes haõ d’usar das Juridiçooens nas Villas, e Terras, que lhes forem dadas per ElRey”, p. 293.

A Casa da Rainha, no início da época moderna, juntamente com algumas outras casas senhoriais, dispunham de mecanismos de poder e fontes de rendimento, não só independentes da Casa do Rei, como também passíveis de distribuição, concorrendo por vezes com a coroa como “fonte de honras e mercês”⁴⁴. Nesse sentido dizia D. Manuel à sua filha, que em 1521 partia para Saboia, que “Do governo e justiça de vosas terras que a voso careguo esteverem, vos encomendo que tenhaes muito cuidado fazeendo tudo com conselho de voso marido. E aveendo vós de pôr pessoas que governem a justiça (...). E sempre trabalhares e procurares saber, quanto em vós for, como as taes pessoas ho fazem, e semdo necessário algum coregimento ou mudança de pessoa o averdes de fazer com conselho de voso marido”⁴⁵.

A “casa”, mais do que meramente um espaço físico, era uma unidade social, em que, no caso da família real, coexistiam interesses políticos, económicos e sociais em torno dos seus membros. A casa da rainha é de resto uma antítese da visão misógina e paternalista do poder. Ao mesmo tempo que se reprovava a presença feminina no governo e se esperava que esta se limitasse à sua “casa”, dentro desta esperava-se a distribuição de rendas, graças e mercês, traduzindo-se isto no fim também numa forma de poder político, quando se tratava da Casa da Rainha⁴⁶. A doação de bens entre marido e mulher era de resto um costume enraizado em Portugal desde, pelo menos, o século XIII, encontrando-se na chancelaria de D. Afonso III que era o marido obrigado a doar alguma *herdade* à sua mulher, que deveria reverter mais tarde para os seus filhos⁴⁷.

No caso, por exemplo da mãe de D. Beatriz, D. Maria, aquando do seu casamento, D. Manuel comprometeu-se através do contrato de casamento a fornecer à sua segunda mulher as rendas de Montemor-o-Novo e Viseu, devendo receber as terras que tradicionalmente pertenciam às rainhas de

⁴⁴ CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – Aristocracia, Poder e Família em Portugal, Séculos XV-XVIII, in *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora / Universidad de Murcia, 2010, p. 47-75, p. 48.

⁴⁵ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 263

⁴⁶ Ward, Jennifer C. – *Women in Medieval Europe, 1200-1500*, Harlow: Pearson Education, 2002, p. 116-122.

⁴⁷ *Ordenações Afonsinas,cit.*, Livro IV, Título XIV: “Da Doação feita pelo marido aa molher, e pela molher ao marido”, p. 81.

Portugal, quando falecesse D. Leonor, viúva de D. João II⁴⁸, ao que se somava a renda que por contrato de casamento os seus pais se comprometiam a pagar-lhe para o seu *mantenimiento* no valor de 450 maravedis por ano⁴⁹, além do seu dote no valor de 200.000 dobras⁵⁰. Aquando da sua chegada a Portugal, D. Manuel doar-lhe-ia ainda o senhorio de Viseu e Torres Vedras⁵¹. Não possuindo o volume da casa da sua cunhada D. Leonor, viúva de D. João II, a casa de D. Maria não deixa no entanto de ser durante os seus anos de existência uma das mais importantes, talvez mesmo a mais importante, a seguir à do monarca, se se tiver em conta a importância das referidas “relações de força” existentes na esfera doméstica⁵². A casa desta rainha contaria à data da sua morte com 217 moradores, muitos deles recebendo tenças e mercês da coroa⁵³. Esta seria desmantelada em 1517 após a morte da sua titular, sendo reinstituída nesse mesmo ano em favor da filha mais velha dos monarcas, D. Isabel de Portugal⁵⁴.

Estas práticas encontram-se testemunhadas por D. Manuel, ao pedir à sua filha que com as suas “criadas, e criados, tende muyto cuidado pera procurardes a todos o seu boõ encaminhamento e asy de os ajudardes e fazerdes mercê segundo seus serviços e necesidades, e principalmente aos que vos beem e fielmentee com amor vos servirem”⁵⁵. Ao mesmo tempo instruia também o monarca português que “os irmãos e parentes chegados ao duque voso marido sejam de vós [D. Beatriz] sempre homrados e favorecidos assim como os homrrados e homrradas da terra devem receber de vós muita homrra e gasalhado segundo as pessoas foreem. E quando por elles fordes

⁴⁸ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – For the Honor of Lineage and Body: the Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal“. in *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 5, nº1, 2007. (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue9/pdf/arodrigues.pdf, consultado em 2012.01.12), p. 10.

⁴⁹ Arqº. General de Simancas, Patronato Regio, Leg. 50, Doc. 32, Fl. 8.

⁵⁰ Arqº. General de Simancas, Patronato Regio, Leg. 50, Doc. 32, Fl. 1.

⁵¹ RODRIGUES, Ana Maria S. A. – For the Honor of Lineage..., cit., p. 10.

⁵² EARENFIGHT, Theresa – Without the Persona of the Prince ..., cit., p. 8.

⁵³ SOUSA, António Caetano de – *Provas da História genealogica da casa real Portugueza*, Tm. II, Lisboa: Academia Real, 1742, p. 374-381.

⁵⁴ Para a constituição, funcionamento e servidores da casa da infanta Isabel de Portugal veja-se SILVA, João Eusébio – *Estrela Clara de Aurora“: Isabel de Portugal (1503-1539). Infância e educação de uma infanta de Portugal*, Tese de mestrado apresentada à FCSH-UNL (Set. 2010), p. 108-162.

⁵⁵ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 264.

requeridos pera os ajudardes em alguns requerymentos ou favores com voso marido e cousas que lhe cumpram, parece-nos que devees folgar de o fazer, em maneira que todos conheçam de folgardes e desejardes seu bem”⁵⁶.

Dizia ainda a D. Beatriz que “De vosa fazenda si ha me parece que devees trabalhar de ter boõ cuidado aproveytamdo-a e olhamdo por ela quamto vós beem poderdes (...). E príncipalmemte vos encommendo que trabalhees por que a vosa despesa seja meenos, o mais que possa ser nam leixando de compryr com o neceSÁrio a vosa onra e estado, do que for a remda que tiverdes”⁵⁷.

Desta *fazenda* faria parte o dote e a dotação acordados no seu contrato de casamento, segundo o qual D. Manuel pagaria 150.000 ducados, dos quais 50.000 diziam respeito a jóias, ao que se deveria acrescentar os custos da armada que levaria a infanta a Saboia, assim como os atavios e paramentos necessários à câmara de D. Beatriz⁵⁸. A isto deviam-se somar 20.000 cruzados para a dotação da infanta tornada duquesa⁵⁹. A estes o seu cunhado Carlos V acrescentaria mais tarde os condados de Asti e Cerva, com o título de Vigária do Sacro-Império, tendo isto sido pedido pela própria D. Beatriz, segundo alguns autores⁶⁰.

⁵⁶ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 262.

⁵⁷ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 264.

⁵⁸ VITERBO, Francisco de SOUSA – O dote de D. Beatriz ..., cit., p. 8.

⁵⁹ Existe no entanto indicação que D. Beatriz nem sempre terá usufruído facilmente das rendas que lhe eram devidas. D. João III, por exemplo, mostrava-se preocupado com o facto de a sua irmã Beatriz não receber as suas rendas como devia e se seria bem tratada no seu ducado, questionando o seu embaixador nesse sentido (*Relações de Pêro de Alcáçova Carneiro em que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515-1568)*, Andrada, Ernesto de Campos de (Revisão e Anotações), Lisboa: Imprensa Nacional, 1937, p. 128-129).

⁶⁰ CLARETA, Gaudenzio – *Notizie storiche ...*, cit., p. 74. Cedidos por Francisco I após os tratados de Cambrai, estes dois territórios voltavam assim para a posse dos duques de Saboia, o que terá causado jubilo entre a população (CLARETA, Gaudenzio – *Notizie storiche ...*, cit., p. 73). Torna-se no entanto curioso a doação ter sido feita a D. Beatriz como cunhada do imperador a título vitalício e não ao seu marido que detinha direitos dinásticos sobre a posse destes territórios. De resto, como o abade de Brantôme notaria, existem indícios de uma relação de carinho entre o imperador e a sua cunhada. Em 1532 por exemplo, Carlos V em carta a Carlos III diria “Mon cousin, si ce nestoit lespoir que jay de veoir madame ma seur, vostre femme, et que espère, que, puisquelle est enterre, son mal ne sera grand, je le sentiroye au double, si men a il austant despieu que, si j e leusse en moy mesmes” (LANZ, Karl – *Correspondenz des Kaisers Karl V*, Vol. II, Leipzig: F. A. Brockhaus, 1845, p. 53).

Foi já notado pela historiografia como o séquito de D. Beatriz deteve um grande peso na sociedade de Saboia⁶¹. Para os seus servidores D. Beatriz pediria regularmente graças e mercês, quer em Saboia quer em Portugal, casando muitas das suas damas com fidalgos saboianos, como D. Mécia de Bragança casada com René, conde de Challant, cumprindo assim D. Beatriz outra das Instruções de D. Manuel⁶².

Como já foi dito, a esfera de domínio feminino assentava em grande parte no poder do privado e dos labores domésticos, sendo que isto era algo que no caso de uma mulher pertencente à elite social do reino se revestia de um significado também ele público, particularmente no caso de mulheres pertencentes à casa real, que detinham um poder representativo aliado ao seu carácter de membros da esfera de vida privada do monarca⁶³, algo a que a riqueza e bom funcionamento das suas casas não estavam de todo alheados. Era aliás a capacidade de redistribuição de “riqueza” que instituía a importância maior ou menor de uma casa e do seu titular⁶⁴. Diz-se de D. Maria que acabando de solicitar e conseguir algo do seu marido, logo lhe pedia mais, tendo certa vez D. Manuel dito “Não fiz já muitas cousas que me pedistes?” Ao que a rainha lhe terá retorquido que “Os Reys nunca hão de cansar de fazer bem”⁶⁵.

⁶¹ Alguns testemunhos dão indicação, por exemplo, que na cerimónia de casamento em Turim estariam cerca de 5.000 portugueses, nunca se tendo visto tantos ornamentos e tanto luxo, numa comitiva que mostrava todo o poderio e luxo que a África e a Índia de D. Manuel podia oferecer (CLARETA, Gaudenzio – *Notizie storiche* ..., cit., p. 44).

⁶² D. Mécia, filha de D. Dinis de Bragança, como tal sobrinha de D. Jaime duque de Bragança e prima de D. Beatriz. D. Manuel dela diria nas suas *Instruções*: “vos encomendo que tenhaes dela muito cuidado asy pera receber de vós toda onra e favor como seja rezam como pera a mandardes porém de todo o que lhe for necessário de vestido e de todas outras cousas asy como vos parecer que se deve fazer e que ella deve dandar. E sobre todo vos encomendo muito que trabalhes quanto a vós seja possível por a casar e onrrar e encaminhar honradamente como ella merece por ser tam chegada a noso sangue”. cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres*..., cit., Vol. I, p. 265.

⁶³ Ward, Jennifer C. – *Women in Medieval Europe*, ..., cit., p. 111.

⁶⁴ CUNHA, Mafalda Soares da – Nobreza, Rivalidade e clientelismos na primeira metade do Século XVI. Algumas reflexões, in *Penélope*, nº 29, 2003, p. 33-48, p. 33.

⁶⁵ ANJOS, Luís dos, *Jardim de Portugal*, Coimbra, Nicolau CARVALHO, 1626, p. 339.

4. da onestidade e guarda e vertude: A imagem de mulher honrada, devota e virtuosa

“Da onestidade e guarda e vertude de vossa casa vos peço filha que tenhes muito grande cuidado por ser cousa que tamto toca a voso louvor, e a que tamt obrigaçam temdes”⁶⁶. Com estas palavras D. Manuel incitava a sua filha a preservar três dos principais traços de personalidade que uma perfeita princesa quinhentista deveria ter. A imagem, muitas vezes estilizada dos registos cronísticos em torno das consortes de Portugal, em registos semi-hagiográficos, a maior parte das vezes, apresenta-nos exactamente estes traços, ignorando ou omitindo individualidades, defeitos e capacidades destas mulheres. Os filhos de D. Manuel e D. Maria parecem de resto ter reunido grandes qualidades, levando ao autor do *Carro de Donas a descrevê-los como “(...) espejos y lumbreras de toda christandad, que assi como son grandes y en poder y alteza son sublimados en virtudes e muy gran nobleza”*⁶⁷.

Esta instrução poderá ser no entanto central no caso de D. Beatriz. A acreditar nas já referidas fontes, segundo as quais D. Beatriz possuía uma certa altivez e soberba, seria natural que o seu pai lhe incitasse a práticas mais de acordo com a ideia de majestade feminina, virtuosa e recatada. Num episódio anedótico passado na corte manuelina entre as duas filhas de D. Manuel é-nos dito que: “Querendo el-rei casar uma filha com o duque de Saboia, tocou nisso a D. Isabel, que era a mais velha, (...) e ela disse que havia de ser rainha ou beguina [freira]. E determinando-se disso el-rei então de casar a mais moça [D. Beatriz] (...); e chegando já o tempo de partida, estando as irmãs uma noite ambas, quando se quiseram recolher, disse a mais moça à outra em maneira de graça: – Vossa alteza fique com vossa reverência. E ela respondeu-lhe: – E vossa alteza vá com vossa senhoria”⁶⁸.

⁶⁶ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 263.

⁶⁷ Cit. por CLAUSSEL NÁCHER, Cármen – *Carro de las Donas (Valladolid, 1542): Estudio Preliminar y Edición Anotada*, Tese de Doutoramento apresentada ao Deptº. de Literatura espanhola, Univ. Autónoma de Barcelona, (<http://www.tdx.cesca.es/TDX-0608105-110729/#documents>, consultado em 2010-09-01), vol. II, p. 379.

⁶⁸ *Ditos portugueses dignos de memória: história íntima do século XVI*, SARAIVA, José Hermano (anotações e comentários), Mem-Martins: Europa-America, 1980, p. 240.

Para além de nos apresentar um raro momento do quotidiano feminino da família real, este relato apresenta-nos acima de tudo duas infantas com plena consciência da sociedade em que viviam e do lugar que nela ocupavam⁶⁹.

Mais de acordo com a imagem de perfeita consorte e rainha encontramos a caridade e a devoção, confundindo-se estas neste período com o virtuosismo e honestidade de uma mulher, sendo, parte integrante do quotidiano feminino na Época. Do governo doméstico, apanágio feminino como foi referido no ponto anterior, faria parte a manutenção da honra e virtude das mulheres que a integravam, cabendo às consortes dos monarcas a preservação da moral e dos bons costumes no seio da corte e da família⁷⁰. Não querendo adentrar-nos no papel da educação que abordaremos de seguida, importa no entanto salientar o papel pedagógico do exemplo. No contexto do humanismo o modelo detinha um grande peso, não só a nível estilístico (quer literário quer na arte), como também pedagógico, através do uso de figuras exemplares que servissem de imagem e inspiração para uma conduta correcta⁷¹, sendo assim imprescindível na educação de uma jovem, particularmente os exemplos familiares.

Deve-se assim recordar a imagem que a cronística legou da segunda mulher de D. Manuel, mãe de D. Beatriz, filha por sua vez de Isabel a Católica, modelo para as suas descendentes femininas. Das “práticas devotas, aos actos de caridade, á fundação e protecção de instituições religiosas, à sua responsabilidade materna e, significativamente à sua discrição política”⁷²,

⁶⁹ No caso de Isabel de Portugal porém estes traços da sua personalidade altaiva seriam tratados quase como qualidades pela cronística, ao contrário da sua irmã. Esta infanta, que teria como lema antes de casada *Aut Caesar aut nihil*, (significando a sua determinação em casar ou com Carlos V ou com ninguém), é descrita na cronística como aspirando “a grandeza de alto estado” (OSÓRIO, Jerónimo – *Da vida e feitos de el-rei D. Manuel*, Lisboa: Quidnovi, 2004, p. 62), “senhora de grande syso e acabada em perfeita descrição e prudência sobre todas a cortesia” (CORREIA, Gaspar – *Crónicas ...*, cit., p. 162) e “fermosa, & muito isenta de sua condiçam, & de tam altos pensamentos que presopos de nam casar senam com o mor senhor da cristandade” (GÓIS, Damião de – *Crónica do felicissimo ...*, cit., Pt I, Liv. LXXV, fl. 74).

⁷⁰ BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 219.

⁷¹ HOWE, Elizabeth Teresa – *Education and Women in the Early Modern Hispanic World*, Aldershot: Ashgate Publishing, 2008, p. XI.

⁷² FERNANDES, Maria de Lurdes – D. Maria, mulher de D. Manuel: Uma face esquecida da corte do Venturoso, in *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, Porto, XX, nº1, 2003, p. 105-116, p. 108.

a imagem que nos foi legada de D. Maria foi a de uma consorte modelar e submissa daquele que se queria o maior monarca da cristandade.

Como a sua mãe havia feito, D. Maria adoptaria na corte portuguesa o papel de educadora não só dos seus filhos como também das suas damas e *moças de câmara*, que seriam mais de 80⁷³. O modelo fornecido pela sua mãe, Isabel, a *Católica*, rainha de Castela seria transposto para as suas próprias filhas, ocupando-as nas mesmas práticas e hábitos do seu quotidiano como rainha, ensinando-as a coser e a bordar⁷⁴.

Era sem dúvida D. Maria uma mulher piedosa, “ornada de excellentes virtudes, e muy devota”, atribuindo esmolas e socorrendo infelizes⁷⁵. D. Manuel instruía também a sua filha para que “As religiosas e religiosos que esteverem na conservâncie [sic] e em vertude vyverem vos encommendo que recebam de vós toda caridade e esmola que beem poderdes quando vos vierem requerer e souberdes que tem diso necesidate. E asy folgay de os ajudardes com voso marido no que vos requererem, e ouverem mester vosa ajuda com elle”⁷⁶. De resto a sua primeira instrução dizia respeito precisamente à devoção, pedindo a D. Beatriz que tivesse “gramde cuydado de por neem huma cousa deste mundo quanto vos seja possível, nam façaes cousa com que ofendaes a Noso Señor per que elle teenha cuydado de vós pello tamto verdes mester, alem da necesidate e obrigaçam geral que todos temos”⁷⁷.

Acerca dos serviços religiosos dizia D. Manuel que “A orden do serviço da vosa capela e ouvyr os ofícios devynos segundo fostes criada vos encomemdo que tenhaes muito cuidado em tal maneira que asy neste como em todas as outras couisas de vertude e devaçam se veja que cada dia vão em vós em crecimiento, e isto vos emcomemdo muito, que tenhaes muy grande cuidado”⁷⁸. Neste ponto era conhecida a fama da capela do rei de Portugal e

⁷³ FERNANDES, Maria de Lurdes – D. Maria, ..., cit., p. 110.

⁷⁴ VALES FAILDE, Javier – La emperatriz Isabel, Madrid, in *Revista de Arch. Bibli. y Museos*, 1917, p. 97.

⁷⁵ SOUSA, António Caetano de – *História genealogica* ..., cit., p. 135.

⁷⁶ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres*..., cit., Vol. I, p. 263.

⁷⁷ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres*..., cit., Vol. I, p. 261-262.

⁷⁸ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres*..., cit., Vol. I, p. 264.

do seu serviço⁷⁹, sendo este um espaço por excelência para a representação do poder da coroa na corte manuelina. O modelo da capela real portuguesa terá sido assim levado por D. Beatriz para Saboia⁸⁰, juntamente com os seus hábitos musicais, viajando com a infanta uma orquestra composta três violas de arco, uma citara, oito trombetas, seis charangas e seis tambores⁸¹. No seu enxoval levava consigo vários objectos que não só demonstravam a riqueza da coroa portuguesa como também remetiam para hábitos de devoção. Assim encontramos duas taças grandes douradas com uma coroa, quatro esferas e quatro cruzes de Cristo na base com a representação das sete virtudes e dos sete pecados no topo; um porta-paz de prata dourada representando Nossa Senhora com o menino; uma cruz de prata dourada esmaltada de âmbar; um rosário de ouro com as contas de âmbar; mais uma infinidade de objectos de culto cuja listagem seria muito extensa⁸². Alguns destes objectos seriam herança da sua mãe, como talvez um “gomil de prata branco lavrado de meas canas com hum escudo das armas de Portugal e Castela no bico ”⁸³.

Encontramos assim nas *Instruções*, por um lado um pai a incitar a sua filha às práticas devotas e honestas, e por outro, um monarca a transmitir a imagem paradigmática de uma consorte honrada e virtuosa, não descurando a importância do luxo e da representação como símbolos de poder. Se a sua mulher D. Maria era irmã de S. Francisco por devoção, sendo enterrada com o hábito e pedindo no seu testamento que no seu cortejo fúnebre não se levassem tochas, apenas uma lanterna para iluminar o caminho⁸⁴,

⁷⁹ VITERBO, Francisco de Sousa – *Artes e artistas em Portugal. Contribuições para o estudo das artes e industrias portuguesas*, Lisboa: Livraria Ferreira, 1892, p. 177.

⁸⁰ No caso da sua irmã mais velha, Isabel de Portugal, esta transposição dos modelos, não só da capela real portuguesa como da casa da rainha, para a corte de Carlos V levantaria algumas contestações, de resto antecipadas por D. João III que no seu regimento para Rui Telles, mordomo da imperatriz diria que “o modo do serviço de ea ser tanto melhor do que nenhum outro”, devendo Rui Teles dirigir-se ao imperador e lembrar-lhe que esse é o modo em que a imperatriz se criou e alterá-lo iria desgostá-la (*Relações de Pêro de Alcâçova Carneiro ...*, cit., p. 256).

⁸¹ VITERBO, Francisco de Sousa – O dote de D. Beatriz ..., cit., p. 11.

⁸² Publicado por SOUSA, António Caetano de – *Provas da História genealogica da casa real Portugueza*, Tm. II, Lisboa: Academia Real, 1742, p. 445-489.

⁸³ SOUSA, António Caetano de – *Provas da História ...*, cit., p. 447.

⁸⁴ CORREIA, Gaspar – *Crónicas ...*, cit., p. 124.

representando o modelo de rainha virtuosa, despojada de honras perante a morte, este modelo de devoção e despojamento condizia com o da rainha.

5. Como filhos vossos devem de seer e netos meus e de vossa may: a educação da prole e a perpetuação dinástica

Foi referido anteriormente a importância do exemplo no contexto do humanismo, importa agora referir esse outro papel tão central de uma mulher, rainha ou não, no contexto social: o de mãe. Perpetuadora dinástica, mestre e modelo das suas filhas, o papel de consorte régia baseava-se em grande parte na sua capacidade reprodutora e continuadora da linhagem.

Nas suas *Instruções* D. Manuel afirma-o de forma taxativa: “a Nosso Señor que vos [a D. Beatriz] dee filhos, como nelle esperamos que seja, e muy cedo, devenos de lembrar a criaçam delles seja em toda vertude e boõ emssyno como filhos vossos devem de seer e netos meus e de vossa may”⁸⁵. Nesta curta frase pode-se assim comprovar o papel determinante que, não só a educação dos filhos tinha no caso de uma infanta, como também a forte componente de pertença linhagística na vida dos membros da família real. Se da educação de um príncipe dependia em grande medida um bom governo de um reino, da educação de uma princesa dependia o bom governo de uma casa, neste caso real⁸⁶, estando de resto ambos os conceitos profundamente interligados na concepção política da Idade Moderna⁸⁷.

No século XIV Francisco Eiximenis havia publicado o seu *Libro de Las Dones*, em que pretendia acima de tudo apresentar modelos de virtude capazes de mostrar às jovens o que se esperava delas enquanto mulheres e mães, não constituindo propriamente a delineação de um plano de estudos baseado no ensino⁸⁸. Já para Cristina de Pisan, considerada por alguns

⁸⁵ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 264.

⁸⁶ BELY, Lucien – *La Société des Princes (XVI^o- XVIII^o siècles)*, Paris: Fayard, 1999, p. 87.

⁸⁷ Para a concepção do sistema administrativo do Antigo Regime baseado no modelo de economia doméstica ver FRIGO, Daniela – «Disciplina Rei Familiariae: a economia como Modelo Administrativo de Ancien Régime», in *Penélope.Fazer e desfazer a história*, nº6, 1991, p. 47-62.

⁸⁸ BENASSAR, Bartolomé – *A cama ...*, cit., p. 217.

autores como uma das primeiras vozes feministas da história⁸⁹, a educação feminina deveria ser igual à masculina, defendendo quase solitariamente que a capacidade intelectual das mulheres não era de todo inferior à dos homens⁹⁰.

A afirmação de uma sociedade de corte não permitiria de resto uma continuada exclusão das mulheres da cultura letrada. Castiglione, na sua obra *Il Cortegianno* (1528), afirmaria já no século XVI que nenhuma corte podia dispensar o ornamento e a graça femininas⁹¹, o que vinha, aliás, na linha de protagonismo crescente da mulher nas cortes régias e senhoriais da Idade Média. Ao mesmo tempo Juan Luís Vives, afirmava que a maior parte dos vícios e pecados das mulheres advinham da sua falta de instrução, publicando em 1523 *De Institutio Feminae Christian*. Defendendo a primazia intelectual masculina, Vives não deixaria no entanto de valorizar a educação feminina⁹², não pretendendo criar um modelo de virgem como haviam feito S. Ambrósio e S. Jerónimo, mas um modelo de donzela, preparada para o seu futuro papel de esposa e de mãe⁹³.

Daqui a naturalidade de se encontrar associado ao papel de mãe, o de modelo. Acerca do uso do modelo e do exemplo, é curioso referir que o Renascimento, que trouxe consigo um novo gosto pelos clássicos, encontrou na mitologia deusas como Diana, activa e determinada, ao mesmo tempo que relembrava as virtudes de Deméter, Hera e Cibeles, preferindo estas a Atenas ou Perséfone, conhecidas pelos seus atributos intelectuais⁹⁴.

Cabia no fim aos príncipes zelar pela educação das suas filhas, que se propunham a oferecer em casamento no xadrez matrimonial da Europa moderna, tendo em conta algo que os tratadistas humanistas não equacionavam nas suas obras, a importância do esplendor e da aparência numa sociedade de corte cada vez mais ritualizada, onde estes factores

⁸⁹ Acerca do papel da mulher neste período deve-se consultar a importante obra de KING, Margaret – *A mulher do Renascimento*, Lisboa: Presença, 1994.

⁹⁰ BENASSAR, Bartolomé – *A cama* ..., cit., p. 217.

⁹¹ BENASSAR, Bartolomé – *A cama* ..., cit., p. 218.

⁹² BENASSAR, Bartolomé – *A cama* ..., cit., p. 218.

⁹³ FERNANDES, Maria de Lurdes – *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*, Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 197.

⁹⁴ LÓPEZ-CORDÓN, María Victoria – La conceptualización de las Mujeres en el antiguo régimen: Los Arquetipos Sexistas, in *Manuscrits*, nº 12, 1994, p. 79-107, p. 89.

eram reflexo de poder⁹⁵ e parte determinante nos matrimónios dinásticos, tão importantes na política das grandes casas⁹⁶.

Como terá sido assim a educação da prole de D. Manuel e de D. Maria? Se no caso de D. João, herdeiro do trono, encontramos o nome de alguns mestres e das suas práticas enquanto criança e aluno, pouco se encontra para os demais filhos dos reis de Portugal, principalmente no caso das infantas. No entanto não se pode assumir isto como uma falta, não sendo plausível que um rei que se queria dos maiores da cristandade, cujo quotidiano passava por uma ostentação permanente de riqueza e poder, não desse importância à educação dos seus filhos⁹⁷, que representariam mais tarde Portugal nas cortes estrangeiras. Se na formação de um príncipe herdeiro entravam os tratados clássicos de história e política, no caso de uma infanta deveriam entrar a doutrina, a devoção e os labores domésticos. O luxo, a cultura e o requinte da corte de D. Manuel, certamente se reflectiram na educação dos príncipes filhos do monarca⁹⁸. Na educação dos filhos terá D. Maria marcado também presença constante e fundamental⁹⁹. Tendo em conta a referida imagem da segunda mulher de D. Manuel como virtuosa, devota e honrada rainha, decerto os seus filhos terão sido educados “em toda vertude e boõ emssyno” como D. Manuel prescrevia em 1521 à sua filha que fizesse¹⁰⁰.

No caso melhor documentado de D. João, encontramos o testemunho, de certa vez, em que após praticar uma má acção, foi levado à câmara do rei, onde este se encontrava a sós com D. Maria, sendo admoestado e castigado fisicamente pelo pai¹⁰¹. Damião de Góis, que a conheceu em criança no paço,

⁹⁵ BENASSAR, Bartolomé – *A cama ...*, cit., p. 218-219.

⁹⁶ BELY, Lucien, *La Société des Princes ...*, cit., p. 192.

⁹⁷ Sobre a educação dos príncipes, veja-se BUESCU, Ana Isabel – Educar o príncipe no século XVI. Modelos, práticas e representações”, in BUESCU, Ana Isabel, *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, Lisboa: Colibri, 2010, p. 11-51.

⁹⁸ VITERBO, Francisco de Sousa – *Artes e artistas ...*, cit., p. 177.

⁹⁹ D. Maria enquanto infanta terá aprendido, além das letras, música, tocando clavicórdio, assim como seria fluente em latim tendo Andrés de Miranda como mestre (BENASSAR, Bartolomé – *A cama ...*, cit., p. 221). Recorde-se que havia sido educada junto da sua irmã Catarina, futura rainha de Inglaterra, cuja cultura e educação eram admiradas na época por toda a Europa levando autores como Luís Vives a nomeá-la como modelo de educação e de mulher (VIVES, Juan Luís – *Instrucción de la muger christiana*, Madrid: Impr. de Don Benito Cano, 1793, p. 21).

¹⁰⁰ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres ...*, cit., Vol. I, p. 264.

¹⁰¹ BUESCU, Ana Isabel – *D. João III ...*, cit., p. 59.

afirma na sua crónica que D. Maria, “(...) castigava o príncipe, e Infantes seus filhos quando o mereciam, sem perdoar a nenhum deles, aos quais todos sempre mostrou igual amor, sem nisso fazer outra diferença que da precedência da idade de que cada um era”¹⁰². É interessante de resto a clara preocupação por parte das fontes em vincar a proximidade de D. Manuel (refundador da dinastia) aos seus filhos, assim como a unidade entre os mesmos. Anos antes o mesmo sucedia com D. João I, fundador da dinastia de Avis, a quem a cronística havia ostensivamente veiculado a proximidade entre pais e filhos, como forma de, com base na unidade familiar, legitimar uma dinastia de origem bastarda¹⁰³.

Este ponto remete para outra das directivas fornecidas por D. Manuel à sua filha: a ideia de pertença familiar e o honrar da linhagem. Assim pedia à sua filha que se lembrasse das suas *Instruções* e que tivesse “cuidado e lebramça pera as averdes de fazer e compryr como merece o muito amor que vos tenho e volas digo em tal maneira que com elas primeiramente ganhes a bençam de Noso Señor, e despois de vosas avós a rainha de Castela e minha may que tam virtuosas e eccelentes princezas foram, e asy a minha e há de vosa māy.”¹⁰⁴

A importância dada, como se viu, à honra e à virtude, assumia uma dimensão central no caso dos membros femininos da família real, fruto do seu papel como perpetuadoras da linhagem, base sobre a qual assentava o matrimónio. Recorde-se que numa sociedade patriarcal como era a do século XVI, em que os bens e títulos passavam de pai para filho, era necessário garantir a legitimidade dos filhos, pelo que a virgindade de uma princesa era situação *sine qua non* para o seu matrimónio¹⁰⁵. Afonso X nas suas *Siete Partidas*, obra central no pensamento político peninsular durante a Idade Média e início da Idade Moderna, afirmava que, no que diz respeito à escolha de uma consorte, “(...) el rey debe catar que aquella con-

¹⁰² GÓIS, Damião de – *Crónica do felicissimo ...*, cit., Pt IV, Cap. XIX, fl. 26-26v.

¹⁰³ FONSECA, Luís Adão da – Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV, in *Peninsula: Revista de Estudos Ibéricos*, Porto, n.º 0, 2003, p. 53-61, p. 55.

¹⁰⁴ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 265.

¹⁰⁵ BARRANCO, Margarita García – *Antropología histórica de una élite de poder: Las reinas de España*, Granada, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Granada, 2007 (texto policopiado), p. 240.

quién casare haya en sí quatro cosas; la primera que venga de buen linage, la segunda que sea fermosa, la tercera que sea bien costumbrada, la quarta que sea rica; (...)”¹⁰⁶. O primeiro dos pontos referidos, imprescindível no que diz respeito à escolha de uma consorte régia, remete para os dois aspectos centrais da vida social e política presentes nas palavras de D. Manuel: o conceito de família e de linhagem.

Os afectos familiares e sociais no início de Quinhentos eram baseados na família como unidade dentro da qual o indivíduo se inseria. Ao estudar o papel dos afectos na sociedade e na política da Época Moderna, Pedro Cardim constatou que no seio da família existia um relacionamento essencialmente afectuoso, particularmente notório no relacionamento entre o chefe da família e os seus filhos¹⁰⁷. Acerca da amizade e solidariedade no seio familiar, D. Duarte dizia à rainha D. Leonor no seu *Leal Conselheiro* que “a pratiquey com vosco, como bem sabees, e com EIRey e a Raynha meus Senhores, Padre e Madre, cujas almas Deos aja, (...); e sempre lealdade pera boo regymento da casa he grande e pryncipal fundamento”¹⁰⁸. Os filhos dos monarcas portugueses serviriam de exemplo e imagem idealizada, ou não, de como deveriam ser as relações e as características virtuosas presentes no seio de uma família. Como já foi referido por diversos autores, desde o século XV a coroa portuguesa apostou numa acção de legitimação da dinastia de Avis baseada na exemplaridade da mesma, apoiada pela cultura através da cronicística, que passava por sua vez pelas imagens de *família unida*, *família santa* e *família culta*¹⁰⁹, apesar de essa imagem nem sempre corresponder, como a história comprova, à realidade.

Esta ideia de amor entre familiares era algo que, muitas vezes ignorado pela historiografia, constituía o pilar sobre o qual se construía o modelo de casa e família, base como foi referido do sistema social no início da época moderna. O *poder dos afectos* estendia-se assim aos diversos campos da

¹⁰⁶ ALFONSO X – *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sabio*, Tm. II, Madrid: Academia Real de la Historia- Imp. Real, 1807, Partida II, Titulo VI, Lei I, p. 47-48.

¹⁰⁷ CARDIM, Pedro – *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2000 (texto policopiado), p. 210.

¹⁰⁸ PORTUGAL, Duarte de – *Leal conselheiro, o qual fez dom Duarte: Seguido do livro da ensinanza de bem cavalgar toda sella*, Paris, J.P. Aillaud, 1842, p. 492.

¹⁰⁹ FONSECA, Luís Adão da – *Política e cultura ...*, cit., p. 61.

sociedade, extravasando a esfera doméstica, desempenhando um papel fundamental nas relações sociais e políticas¹¹⁰. Este modelo baseado na consciência de pertença a uma família e na ideia de honrar e perpetuar a mesma, detinha assim um papel determinante na vida de uma infanta de Portugal, sendo parte fundamental da sua identidade, como se pode ver nas instruções de D. Manuel. Segundo António Manuel Hespanha “O amor dos pais pelos filhos, superior a todos os outros, funda-se no sentimento de que os pais se continuam nos filhos. Estes são, assim, uma extensão da pessoa que lhes dá o ser, ou seja, são a mesma pessoa”¹¹¹.

Exemplo disso pode ser visto no testamento quer do rei de Portugal, quer da sua segunda mulher D. Maria, Rainha de Portugal, infanta de Castela, como se intitulava no seu testamento¹¹², pedia assim que as suas filhas não se casassem a não ser com reis ou filhos de reis e que, não sendo isto possível, se tornassem freiras antes a casarem-se com alguém do reino, dependendo disso a sua bênção às filhas¹¹³. A mesma disposição seria repetida por D. Manuel no seu testamento de 1517, dispondo que caso existisse a possibilidade de se casarem no estrangeiro o seu herdeiro deve assegurar-se que “seja cousa de suas honras e de maneira que ellas casem como fillas de quem sam no estado”, caso contrário seria preferível servirem Deus¹¹⁴. Esta ideia de pertença e grandeza familiar era assim algo não só natural como imprescindível quando se tratava de uma família real, sendo a memória dos antepassados algo que se perpetuava no ideal de engrandecimento da linhagem¹¹⁵.

¹¹⁰ CARDIM, Pedro – Amor e Amizade na Cultura Política dos Séculos XVI e XVII, in *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 11, 1999, p. 21-57, p. 45.

¹¹¹ HESPANHA, António Manuel – Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna, in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), nº. 4-5, 1993, p. 951-973, p. 955.

¹¹²(As) *Gavetas* ..., cit., vol. VI, Gav. XVI, 2-1, p. 103.

¹¹³(As) *Gavetas* ..., cit., vol. VI, Gav. XVI, 2-1, p. 108-109.

¹¹⁴(As) *Gavetas* ..., cit., Vol. VI, Gav. XVI, 2-1, p. 127-128.

¹¹⁵ Acerca da sua filha Maria, D. Isabel de Portugal diria anos mais tarde, por exemplo, no seu testamento “cuando la ynfante fuere para cassar no habiendo deser ella herdiera en outra parte por su descanso y consolacion della y porque yo se la diferencia que hay en las vidas las casse en Portugal que para ella sera mucho mejor que notra parte que sea mayor señora y asi le encomiendo al principe y aella cuanto puedo” (Arqº. General de Simancas, Patronato Regio, Leg. 30, Doc. 25).

Esta ideia de pertença familiar teria um papel determinante na vida de D. Beatriz, a quem D. Manuel endereçava as suas *Instruções*. Exemplos disso terão sido as movimentações motivadas pela invasão dos territórios do ducado de Saboia por Francisco I, em que as relações familiares se apresentaram como centrais a nível diplomático. Numa das poucas cartas da sua irmã D. Isabel para o rei de Portugal em que se encontra uma componente mais pessoal, a imperatriz informa o irmão que recebeu correspondência de D. Beatriz¹¹⁶, pedindo ajuda para os duques de Saboia aquando a invasão dos seus territórios, o que os levara ao exílio, levando este acontecimento a fortes movimentações políticas de D. Isabel que reflectem a sua preocupação com o destino da sua irmã, levando-a a rogar a Carlos V que tomasse em consideração os laços familiares na solução a encontrar, referindo que “(...) les deviera bastar el trabajo pasado de la muerte del hijo, sin ver perder y destruir agora todo su estado”¹¹⁷. De resto esta infanta de Portugal, filha de D. Manuel e D. Maria possuía na sua câmara uma série de retratos familiares, nomeadamente retratos dos reis de Portugal (sem identificar se se trataria de D. Manuel e D. Maria ou de D. João III e D. Catarina), de D. Luís e D. Fernando e de uma infanta sem identificação¹¹⁸, que teriam não só uma componente afectiva como um objectivo político e social ao

¹¹⁶ Após informar que de si não tem novidades a não ser que se encontra bem de saúde, Isabel de Portugal informa D. João III que recebeu novas de Saboia. (*As Gavetas ...*, cit., Vol. VIII, Gav. XVIII, 2-36, p. 232).

¹¹⁷ MAZARIO COLETO, María del Carmen – *Isabel de Portugal. Emperatriz y Reina de España*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1951, p. 144. Luís de Saboia morreu em Madrid a 25 de Dezembro de 1535, durante uma justa, sendo aí educado junto da sua tia e do seu primo futuro Filipe II (SOUSA, António Caetano de – *História Genealogica ...*, cit., vol. III, p. 175). Mesmo após a morte de D. Beatriz, Isabel de Portugal continuaria a honrar os seus descendentes com a estima que havia dedicado à sua irmã, pedindo por exemplo a Carlos V que, ignorando a aliança firmada entre o cunhado e Francisco I, o provesse dos territórios que havia perdido pela dívida e obrigação que com ele tinham, fruto dos seus laços familiares, sendo a “traição” do duque de Saboia resultado das artimanhas do monarca francês dedicando a Carlos de Saboia e ao seu filho laços de *obligacion y amor* (MAZARIO COLETO, María del Carmen – *Isabel de Portugal ...*, cit., p. 523).

¹¹⁸ A estes juntavam-se ainda dois de Carlos V, dos seus cunhados, Maria da Hungria e Fernando, assim como da mulher deste Ana da Hungria e dos filhos destes. Possuía ainda três retratos dos seus filhos Filipe, Maria e Joana. (REDONDO CANTERA, María José – *Formación y gusto de la colección de la Emperatriz Isabel de Portugal*, in *El arte en las Cortes de Carlos V y Felipe II*, Madrid: Consejo Superior de Investigacion Cientifica, 1999, p. 225-236, p. 232-233).

mostrar a sua ilustre linhagem a quem a visitava¹¹⁹. A imagem de grandeza de uma família baseava-se assim nos símbolos e comportamentos dos seus membros, sendo este no fim o objectivo de D. Manuel ao escrever as suas *Instruções* para a sua filha Beatriz.

6. desejo de serdes a maior acabada e prefeyta princesa que nunca foy¹²⁰: Conclusão

Esta seria a razão que terá levado D. Manuel a escrever as suas *Instruções* à sua filha D. Beatriz aquando do seu casamento em 1521, texto central e determinante na compreensão do que representava e era considerado o paradigma de consorte real em Portugal no século XVI. Quem melhor que um rei para sumarizar o que se esperava de uma consorte?

A visão das mulheres da família real como sombras que convivem com as fontes de poder no início da Idade Moderna, sem terem qualquer papel activo a não ser aquele que lhes corresponde como fruto da administração das suas casas (com tudo o que isso comporta) e o seu papel de perpetuadoras dinásticas, deve ser desconstruído. No âmbito das relações privadas da família e da casa, a mulher detinha um papel central e determinante, acima de tudo como a segunda pessoa que formava a unidade constituída pelos cônjuges, sendo que no caso da família real esta dinâmica assumia proporções diferentes da demais sociedade. Os próprios moralistas e pedagogos do início da Época Moderna, defendendo ou não a inferioridade da mulher face ao homem no campo social, político e intelectual¹²¹, apontavam o papel de apoio e conselheira do seu esposo, para as jovens que se casavam¹²².

¹¹⁹ A estes devem-se acrescentar os objectos trazidos no enxoval destas princesas que utilizavam estes como reflexos das suas origens e mecanismos de memórias dinásticas. Cf. SÁ, Isabel dos Guimarães – Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovals na família real portuguesa (1480-1580)”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. Vol. 10, 2010, T. 1, p. 97-120, p. 119).

¹²⁰ Cit. por CARVALHO, José Adriano de Freitas – *Pais e Nobres...*, cit., Vol. I, p. 265.

¹²¹ BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 215-216.

¹²² Francisco de Monçon, por exemplo, coloca a capacidade de dar Sábios conselhos ao rei como a primeira das qualidades que uma rainha deve ter (BUESCU, Ana Isabel – *Imagens do príncipe ...*, cit., p. 217).

Se é verdade que as crónicas silenciam na sua maior parte das vezes o papel das mulheres da família real, para além do seu desempenho caritativo e como mães, também é verdade que as mesmas obedecem muitas vezes a determinados programas e ideais políticos. O papel das mulheres na esfera familiar assentava no engrandecimento e perpetuação da sua casa, através das práticas defendidas para o seu género, não sendo os membros da família real excepção. Estas práticas passavam pelo conselho (não se podendo negar o poder da dialéctica entre cônjuges¹²³), o governo da casa (real neste caso), devoção, virtude e beneficência (área de apanágio por excelência das rainhas), a criação de herdeiros e transmissores da dinastia, constituindo benefícios que a figura da esposa do rei transmitia à monarquia por direito e moto próprio, fruto do papel que a sociedade esperava do seu género e da sua condição¹²⁴.

Estas eram as práticas esperadas das jovens que se casavam, tendo-as aprendido desde cedo e vindo a ensiná-las mais tarde às suas próprias filhas. A educação dava além disso uma grande importância aos comportamentos e consciência social principalmente no caso das jovens nobres e da família real. Nesta dinâmica de procura de engrandecimento da *casa*, a nobreza, investiria assim cada vez mais na educação e casamento das filhas¹²⁵, não sendo a família real excepção.

A mãe servia de modelo de virtude e qualidades para a filha que agora se educava. Nesta mesma linha de acção pedagógica surgiam ainda as figuras femininas mais próximas, avós, tias, damas, ou, num registo mais afastado, aquelas ilustres mulheres, santas e rainhas, que pululam na literatura e cronística da época, servindo as suas vidas de exemplo e modelo ideológico na formação da jovem. O exemplo de Santa Ana a ensinar a Virgem Maria era neste período um tema recorrente na arte, simbolizando ao máximo o ideal de mãe que transmite os seus ensinamentos à filha que por sua vez servirá de mestre à sua própria prole¹²⁶.

¹²³ EARENFIGHT, Theresa – *Without the Persona of the Prince...*, cit., p. 12.

¹²⁴ EARENFIGHT, Theresa – *Without the Persona of the Prince...*, cit., p. 9.

¹²⁵ CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Aristocracia, Poder e Família ...*, cit., p. 51.

¹²⁶ HOWE, Elizabeth Teresa – *Education and Women ...*, cit., p. XIII.

No caso português, ao contrário de muitas das suas congéneres europeias, as rainhas nunca foram alvo de rituais de sacralização ou formalização, como tal a sua “institucionalização” advinha como situação *sine qua non* do seu casamento e do título que adquiriam através de uma dinâmica resultante do ideal de que os nubentes tornavam-se uma unidade “carne de uma só carne”¹²⁷. No entanto, esta falta de um acto formalizador não representa de todo que estas mulheres que desempenhavam um papel central na monarquia não fossem consideradas uma força política por si só.

Na mente de D. Manuel, ao escrever as suas *Instruções*, estariam talvez as palavras de Afonso X, segundo quem “Amar debe el rey á la reyna su muger por tres razones: la primera porque él et ella por casamiento segundo nuestra ley son como una cosa (...); la segunda porque ella solamente debe ser su compañía en los sabores et en los placeres, et otrosi ella ha de seer su parcería en los pesares et en los cuidados; la tercera porque el linage que de ella ha ó espera haber que finque en su lugar después de su muerte. Honrarla debe otrosi por tres razones: la primera porque pues ella es una cosa con el, quanto mas honrada fuere, tanto es él mas honrado por ella: la segunda, porque quanto mas la honrare, tanto habrá ella mayor razón de querer siempre su bien et su honra; la tercera porque seyendo ella honrada, serán los hijos que della hoberie mas honrados et mas nobles (...).”¹²⁸

¹²⁷HESPAÑA, António Manuel – Carne de uma só carne ..., cit., p. 952.

¹²⁸ALFONSO X – *Las Siete Partidas* ..., cit., tm. II, Partida II, Título VI, Lei II, p. 48-49.

A estreita aliança entre os bispos e o Santo Ofício em Cabo Verde (1538-1646)*

Matilde Mendonça dos Santos

Doutoranda em Altos Estudos em História: Época Moderna - Universidade de Coimbra

Centro de História de Além-Mar (CHAM) e

Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC)

matildemsantos@yahoo.com.br

Texto recebido em /Text submitted on: 03/11/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 19/04/2012

Resumo/Abstract:

Neste artigo pretende-se analisar a relação que o Santo Ofício estabeleceu com os bispos da diocese de Cabo Verde, nos séculos XVI e XVII, atendendo à sua evolução ao longo deste período. Analisar-se-á, igualmente, a ligação do Santo Ofício com os outros organismos de poder, quer eclesiásticos quer seculares. Por fim, abordar-se-á ainda o impacto da acção inquisitorial no arquipélago.

This article aims to analyze the relationship that the Holy Office established with the bishops of the diocese of Cape Verde, and its evolution during the sixteenth and seventeenth centuries. Further, the connection between the Holy Office with other organizations of power, whether ecclesiastical or secular, will also be analyzed. Lastly, this study seeks to address the impact of the inquisitorial action in the archipelago.

Palavras chave/Keywords:

Bispos; Inquisidores; Inquisição; Cabo Verde.

Bishops; Inquisitors; Inquisition; Cape Verde.

* Neste artigo apresentam-se, resumidamente, as principais conclusões da dissertação de mestrado *Os bispos e o Tribunal do Santo Ofício no arquipélago de Cabo Verde (1538-1646)*, defendida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Janeiro de 2011.

1. Introdução

Embora, como afirma Giuseppe Marcocci, as relações entre os bispos e os inquisidores tenham ocupado um lugar central na historiografia recente, no que toca à justiça eclesiástica no mundo católico da Idade Moderna¹, grande parte dos trabalhos sobre este tema têm como objecto de análise o território do Reino. Relativamente a Cabo Verde, a historiografia começa agora a dar os seus primeiros passos.

No presente estudo, abordaremos, resumidamente, a relação entre os bispos e o Santo Ofício em Cabo Verde, entre os séculos XVI e XVII, mais precisamente o período compreendido entre 1538 e 1646, numa perspectiva evolutiva, desde o primeiro bispo residente, D. João Parvi, até ao último da era filipina, D. Frei Lourenço Garro, o qual permaneceu no bispado até 1646. Outro aspecto a analisar é o impacto da acção inquisitorial na sociedade cabo-verdiana.

A partir de uma abordagem diacrónica propõe-se uma análise que se desenvolve em duas partes: primeiramente apresentar-se-ão os organismos de apoio à Inquisição, com destaque para a reconstituição da acção dos diferentes bispos. De seguida, incidir-se-á sobre o impacto da acção inquisitorial.

2. Organismos de apoio à Inquisição: eclesiásticos e civis

Para implantação e enraizamento da Inquisição em Cabo Verde foi decisivo o apoio recebido dos bispos, embora o auxílio de outras autoridades locais, quer eclesiásticas quer civis, também tenha sido relevante. Neste sentido, a cooperação do Santo Ofício com os organismos de poder local foi determinante: por um lado, o envolvimento das diversas autoridades locais desde o início, assumindo a responsabilidade da entrada do Santo

¹ Ver MARCOCCI, Giuseppe – O arcebispo de Braga, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-82). Um caso de inquisição pastoral?. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 119-146.

Ofício². Por outro lado, é digno de assinalar, a intervenção activa dos prelados, embora a sua presença nem sempre tenha sido regular.

Deste modo, importa sublinhar que a Inquisição estabelecida na década de 40 do século XVI³, beneficiou do forte auxílio das diferentes autoridades já instaladas, que muito ajudaram à sua implantação. A partir da acção dos diversos prelados visa-se perceber o apoio que concederam à implantação da Inquisição em Cabo Verde⁴.

2.1. Os primeiros bispos em acção

Esta incursão inicia-se com o bispo D. João Parvi. Este, na primeira acção que se lhe conhece, delegou as suas competências inquisitoriais no deão da Sé de Santiago, Francisco Homem. Neste âmbito deu-se o início e desenvolveu-se a actividade inquisitorial. O processo de Branca Dias que marca o início da actividade da Inquisição em Cabo Verde, data de 1543⁵, é esclarecedor quanto à cooperação entre as diferentes autoridades locais, uma vez que estiveram envolvidas várias instâncias de poder. Da prisão da ré, preparação do auto, até ao envio da mesma para o Tribunal da Inquisição

² Temendo uma grande afluência dos cristãos-novos às ilhas, para fugir às malhas da Inquisição criada em Portugal, em 1536, as autoridades locais, escreveram cartas aos responsáveis do Reino solicitando também a implementação do Tribunal da Fé no arquipélago, cf. DGA/TT – Corpo Cronológico, parte 1, maço 75, nº 85; DGA/TT, Inquisição de Évora, Visitas, Livro 588, fls. 8-11.

³ Ao contrário do que habitualmente tem sido defendido a chegada da Inquisição a Cabo Verde aconteceu na década de 40 do século XVI, como se pode comprovar pela data da instauração do primeiro processo (1543). Esta entrada nas ilhas decorre da presença no território dos cristãos-novos. Entretanto, outros motivos também estiveram na sua base, nomeadamente de ordem económica e política, cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 5729. Para mais informações sobre a entrada do Santo Ofício em Cabo Verde, ver SANTOS, Matilde Mendonça – *Os bispos e o Tribunal do Santo Ofício no arquipélago de Cabo Verde (1538-1646)*. Coimbra: [s. n.], 2010 (dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

⁴ Metodologia com base no estudo de José Pedro Paiva, que propõe avaliar as relações entre a Inquisição e o episcopado a partir da reconstituição do desempenho de um conjunto de bispos, ver PAIVA, José Pedro – Os bispos e a Inquisição portuguesa (1536-1613). *Lusitania Sacra*. 2ª série, 15 (2003), p. 48.

⁵ O processo de Branca Dias constitui o mais ancestral vestígio que actualmente se conhece da presença da Inquisição no arquipélago, cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 5729.

de Lisboa, está bem visível a colaboração indispensável das distintas autoridades: o meirinho da serra, o deão e provisor episcopal Francisco Homem e o seu escrivão⁶.

Porém, isto não significa que tudo decorria em consonância com as regras estabelecidas pelo Tribunal da Fé. Constata-se que algumas medidas levadas a cabo por Francisco Homem no processo de Branca Dias, contrariavam o estipulado pelo Santo Ofício, nomeadamente o envio do auto acompanhado da presa – porque a Inquisição não prendia ninguém sem antes confirmar a actuação ilícita dos acusados⁷. Norma que nem sempre se observou em Cabo Verde, principalmente na fase inicial, quando os prelados ao invés de enviarem os autos aos inquisidores para analisarem, prendiam imediatamente os réus sem aguardarem pela competente decisão inquisitorial⁸. Na óptica de Filipa Ribeiro da Silva, muitos colaboradores “oficiosos” agiram por conta própria, sem nenhum tipo de indicação relativo aos procedimentos a adoptar⁹. Embora corroboremos a afirmação, atrever-nos-íamos a dizer que esta situação só se verificou porque a Inquisição não tinha ainda determinado uma linha de orientação bem organizada, por se encontrar no primeiro difícil decénio de actividade¹⁰, como é perceptível pelas datas em que foram elaborados os primeiros documentos que lhe serviram de guia¹¹. O período

⁶ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 5729, fls. 17-17v.

⁷ Ver PAIVA, José Pedro – *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas” 1600-1774*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, 2.ª edição, p. 199.

⁸ Assim sucedeu, por exemplo, com o processo de Branca Dias: “Remeto estes autos com esta presa ao senhor Jam de Melo ynquisydot conforme a provisão do senhor bispo para que proveja no caso como parecer justiça [...], cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 5729, fl. 22.

⁹ Ver SILVA, Filipa I. Ribeiro da – *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe (1536 a 1821): contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos*. Lisboa: [s. n.], 2002 (dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), p. 74.

¹⁰ Ver MARCOCCI, Giuseppe – *La fede di un impero: L’Inquisizione nel mondo portoghese del Cinquecento*, in *Atti dei Convegni Lincei 260. A Dieci anni dall’apertura dell’Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede: Storia e archivi dell’Inquisizione*. Roma: Academia Nazionale dei Lincei, 2011, p. 170.

¹¹ As primeiras linhas orientadoras elaboradas pelo cardeal D. Henrique com o seu Conselho, data de 1541. O primeiro Regimento de 1552 e os quatro que se seguiram (o de 1570, 1613, 1640 e 1774) com alguns reajustes, foram todos de extrema importância quer como elemento de definição estatutária do Tribunal quer como conformadores da sua acção, ver BETHENCOURT Francisco – *A Inquisição*, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 104.

de organização e afirmação do Santo Ofício no arquipélago coincide com o tempo também de organização e afirmação desta instituição em Portugal, como considerou Joaquim Romero Magalhães – o período entre 1548 e 1572 – visto que nestes anos se assumiram medidas essenciais para esse processo¹². Neste sentido, consideramos que os colaboradores da Inquisição nas ilhas tinham dificuldades na sua actividade por falta de conhecimento das regras a seguir. Pela razão exposta actuavam por iniciativa própria com intuito de prestar bom serviço ao Tribunal da Fé.

Embora não esteja irrefutavelmente evidenciado, tudo indica que o Santo Ofício pôde contar com o apoio do bispo D. João Parvi.

Num âmbito diferente, vejamos a relação da Inquisição com outros agentes eclesiásticos, por altura da sede vacante (1546-1553). Para aqui, importa referenciar o caso da interferência do vigário-geral, Gaspar Silveira, nos assuntos da Inquisição, embora sem autorização para o efeito. A sua acção neste plano criou um clima de desconfiança do Santo Ofício, como se percebe pela provisão do cardeal D. Henrique, datada de 1551: “[...] mandamos ao dito Gaspar Sylveira Que mais nom emtenda nem se emtrometa nos negócios que tocarem a esta Imquisyçao [...]”¹³. Como bem demonstrou Giuseppe Marcocci, mesmo mantendo o complexo relacionamento entre o Santo Ofício e as autoridades diocesanas no mundo português, aqui tratava-se de um ponto no qual se deveria agir com firmeza: Gaspar Silveira foi intimado a desistir de toda a iniciativa, sob a severa ameaça de excomunhão, do pagamento de 500 cruzados e de ser punido¹⁴. Posteriormente, o cabido da Sé destituiu Gaspar Silveira do cargo que desempenhava. Possivelmente, na origem da destituição do vigário-geral está o facto de o cardeal D. Henrique o ter repreendido.

A par da desconfiança e do descontentamento perante a acção de Gaspar Silveira, foi notório também o apoio do cabido, como se pode constatar através da troca de correspondência com as autoridades do Reino: “[...] estamos ag[u]ardando [...] prellado, para o serviço de Deus e descar[r]ego

¹² Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero – Em busca dos tempos da Inquisição (1573-1615). *Revista de Histórias das Ideias*. 9 (1987), p. 193.

¹³ Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 840, fl. 8.

¹⁴ Ver MARCOCCI, Giuseppe – *La fede...*, cit., p. 173.

da consciência de Vossa Alteza”¹⁵. Este documento demonstra claramente que as autoridades do Reino se mantinham informadas sobre o que se passava nas ilhas, mesmo no período de sede vacante.

O terceiro bispo de Cabo Verde, D. Frei Francisco da Cruz (1553-1571)¹⁶, cónego regrante de Santo Agostinho, esteve à frente da diocese, num período de grande desenvolvimento económico e num tempo em que muitos interesses dos altos dignitários convergiam possibilitando assim uma maior colaboração entre as diferentes esferas do poder, desde o eclesiástico ao civil e judicial¹⁷.

Desde o início da sua actividade D. Frei Francisco da Cruz desenvolveu acções relevantes, quer no que concerne à organização da diocese quer no papel que desempenhou como um importante colaborador da Inquisição. Este prelado reforçou significativamente a colaboração dos bispos com os inquisidores, iniciada no tempo de D. João Parvi, a qual se revelaria de extrema importância para o Santo Ofício, apesar de algumas dificuldades que surgiram, mas que foram resolvidas.

A cooperação entre o bispo e a Inquisição está bem patente no processo da família Dias. A 17 de Dezembro de 1558 na cidade de Santiago de Cabo Verde, D. Frei Francisco da Cruz, acompanhado pelo escrivão Jorge de Andrade, juiz ordinário Vicente Galvão, meirinho da correição António Dordio, meirinho eclesiástico António da Costa e pelo chantre Jerónimo Fernandes, foram a casa de Mécia Dias, mulher de Manuel Dias, que fora morador e feitor na Ilha do Fogo e à data estava em Portugal. Prenderam-na e a sua filha Inês Dias, por suspeitas de judaísmo. Mais tarde, a 22 de Fevereiro de 1559, o bispo mandou o escrivão e o meirinho António da Costa prender Branca Dias, outra filha de Mécia Dias. Em Julho do mesmo ano o prelado remeteu as três mulheres presas e Manuel Dias para o Santo Ofício

¹⁵ Cf. BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1500-1569)*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1963, vol. II, 2^a série, p. 444-445 (Carta do cabido de Cabo Verde a El-Rei D. João III, 4 de Julho de 1552).

¹⁶ Francisco da Cruz foi o terceiro bispo nomeado para a diocese de Cabo Verde, mas o segundo a ir residir no bispado, a seguir ao bispo D. João Parvi.

¹⁷ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja, Missão e Sociedade, in SANTOS, Maria Emilia Madeira (coord.) – *História geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995, vol. II, p. 385.

de Lisboa, bem como os autos das culpas¹⁸. Inicialmente, à semelhança do seu antecessor, o bispo remetia o auto juntamente com os presos, sem o parecer do inquisidor, mas depois viria a consertar com ele.

No quadro da relação entre o prelado e a Inquisição, a realização das visitas pastorais foi sem dúvida um contributo relevante, uma vez que o uso deste mecanismo de controlo dos desvios comportamentais foi de extrema importância para o Santo Ofício nas ilhas, numa altura que não havia qualquer projecto de visitação inquisitorial para Cabo Verde¹⁹. Foi igualmente através das visitas episcopais, durante as quais se recolhiam denúncias (algumas viriam a constituir-se em processos inquisitoriais) que, posteriormente, eram reencaminhados para a Inquisição de Lisboa²⁰ vários presos, como por exemplo sucedeu com a família Dias.

Situemo-nos agora no quadro da cooperação da Inquisição com outras instâncias de poder fixadas no arquipélago, entre as quais destacamos o corregedor e o governador. Uma colaboração diversificada entre o antístite e o corregedor foi um importante apoio à actuação do Santo Ofício, em Cabo Verde, especialmente na perseguição aos grupos de lançados (também denominados de tangomaos)²¹, estabelecidos na costa da Guiné, sendo cristãos-novos ou não²². Segundo Maria Emilia Madeira Santos e Maria João Soares, o lançado não estava dentro do foro inquisitorial²³.

¹⁸ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 11v.

¹⁹ O primeiro indício de visitação inquisitorial em Cabo Verde, data de 1581. Esta e outras propostas de visitas inquisitoriais que se lhe seguiram, nos finais do século XVI e segunda década do século XVII, não deixaram qualquer vestígio da sua realização. É de crer que a actividade inquisitorial em Cabo Verde tenha contado fundamentalmente com a colaboração das autoridades locais pré-existentes, mormente os bispos.

²⁰ Tribunal distrital com jurisdição sobre o arquipélago de Cabo Verde.

²¹ Trata-se de um grupo de europeus (cristãos, judeus e cristãos-novos), de mestiços e de pretos forros que viviam e comerciavam sem autorização régia na costa africana, cf. CARREIRA, António – *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983, 2ª edição, p. 53-78.

²² Na base da cooperação entre o bispo e o corregedor está uma mercê do rei ao bispo de Cabo Verde, onde manda que o braço secular faça cumprir as sentenças dos que são rebeldes ao foro do bispo e seus vigários. Denota-se uma ligação formal entre a jurisdição eclesiástica e a jurisdição civil, ver BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. II, cit., p. 477-478 (Mercê ao Bispo de Cabo Verde de 30 de Maio de 1560); SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – *Igreja...*, cit., p. 386.

²³ As autoras contrariam a própria proposta apresentada, inicialmente, quando afirmam que o braço secular e episcopal estendem a sua acção às questões da ortodoxia da fé e de

Em nosso entender, ainda que o alvo preferencial do Santo Ofício fossem os cristãos-novos, como já foi mencionado por muitos, este não deixou de combater outros desvios aos preceitos da ortodoxia católica.

Numa acção conjugada o corregedor estendia a sua actividade à costa da Guiné e o bispo fazia autos de inquirição de testemunhas para remeter ao Tribunal da Fé²⁴. Essa cooperação permitiu a prisão de algumas pessoas acusadas de heresia e alargou a actividade da Inquisição que estava localizada, sobretudo em Cabo Verde. Na tentativa de ampliar, o mais possível, a acção inquisitorial na Guiné os inquisidores solicitaram a intervenção do governador e do bispo, como demonstra o trecho que se segue: “aos 26 dias de Novembro de 1558 se deu a António Goncalvez piloto do navio esperança huās cartas para o bispo do Cabo Verde e para o governador da mesma ilha para prenderem certos christãos novos”²⁵. A prisão do Mestre Diogo ocorreu na sequência deste pedido. Na sua exposição o bispo D. Frei Francisco da Cruz diz que ouvira dizer que no rio São Domingos, alguns cristãos-novos se tinham reunido na noite do Natal de 1562, com máscaras de papel e vestidos contrafeitos para ridicularizar o nascimento de Cristo. Com efeito, depois de todos reunidos, chamaram um cristão-novo, de nome Mestre Diogo, fazendo-o vestir trajes de mulher e dizer: “Maria já pariu. E muitos diziam em resposta, com risos, já pariu o salvador que nos há-de salvar, outros diziam macho ou fêmea, uns respondiam macho, onde pariu [...]”. Muitas pessoas que assistiram o acto ficaram, naturalmente, escandalizadas²⁶. O prelado expôs este facto aos inquisidores e ficou a aguardar o parecer daqueles para proceder no caso. Este processo demonstra que o bispo estava a tentar conformar o seu desempenho com os procedimentos inquisitoriais. Isto porque, apesar do bom entendimento entre o episcopado e a Inquisição, existiram arestas a limar – de modo a evitar falhas – relativamente aos procedimentos a adoptar. Os inquisidores

perseguição aos grupos de lançados estabelecidos na costa da Guiné, fossem ou não cristãos-novos, ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 386 e 486.

²⁴ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 386.

²⁵ Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 840, fl. 41.

²⁶ Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 233, fl. 4.

chamavam a atenção sobre o modo de actuar, pelo que enviam instruções precisas sobre a forma de resolver as falhas dos processos²⁷.

Neste âmbito outro caso exemplificativo é o processo da família Dias, onde D. Frei Francisco da Cruz seguiu as orientações dos inquisidores para normalizar a sua tarefa e aperfeiçoar a sua actuação. Assim, e por sugestão dos inquisidores, o prelado voltou a ouvir algumas testemunhas do caso da família Dias para ratificar os seus depoimentos²⁸.

Os processos de Mestre Diogo e da família Dias evidenciam melhorias na actividade do bispo D. Frei Francisco da Cruz, já munido do documento com orientação dos inquisidores. Aí são visíveis os sinais de que as arestas começavam a limar-se²⁹. Embora anteriormente o prelado, por vezes, não tenha actuado em consonância com o Santo Ofício, nesta altura procurou concertar o seu trabalho de acordo com o estipulado “[...] dela senão fará senão o que me mandarem [...]”³⁰.

À medida que avançamos para o século XVII, verificam-se claramente melhorias na actuação dos bispos. Este período coincidiu também com a época do próprio esplendor da Inquisição, como afirmou Joaquim Romero Magalhães – de 1573 em diante estamos no tempo da sua expansão plena³¹. Os progressos conseguidos pela Inquisição, também se faziam sentir em Cabo Verde. Contudo, importa referir que a tentativa de uniformização da acção do Santo Ofício, no arquipélago, decorreu, provavelmente, dos esforços quer dos inquisidores quer dos bispos, como se pode comprovar pela troca frequente de correspondência entre as duas instâncias.

²⁷ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 19v; DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro nº 840, fl. 29.

²⁸ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 19; DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro nº 840, fl. 29.

²⁹ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 233, fl. 2v; DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 19.

³⁰ Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 233, fl. 2v.

³¹ Ver MAGALHÃES, Joaquim Romero – Em busca..., *cit.*, p. 194.

2.2. A acção dos bispos D. Bartolomeu Leitão e D. Frei Pedro Brandão

O quarto bispo de Cabo Verde, D. Bartolomeu Leitão (1572-1587), doutorado em Teologia, foi nomeado em 1572³². Embora não se conheçam actos pastorais significativos do bispo à frente da diocese que permitam entender melhor a sua acção, importa realçar a sua relação com a Inquisição, uma vez que recaíram sobre ele pesadas queixas sobre a sua conduta³³.

O prelado foi acusado de corrupção, negligência administrativa e imoralidade, pelo que o papa Gregório XIII solicitou ao arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, do qual a diocese de Cabo Verde era sufragânea, para lhe instaurar um processo, em 1581³⁴. Por um lado, o arcebispo, também enquanto inquisidor-geral, teria interesse em esclarecer este caso, pelo poder que tinha para controlar o bispo e, por outro lado, para saber se as acusações pertenciam ou não ao foro inquisitorial. O licenciado João Gonçalves Arecio, primeiro visitador inquisitorial, nomeado para Cabo Verde em 1581, entre outras coisas, ficou incumbido de inquirir das anomalias sobre o desempenho do bispo D. Bartolomeu Leitão, e eventuais desculpas do mesmo³⁵. Esta verificação, se foi levada a cabo, não deve ter confirmado a suspeita, pois o antístite manteve-se no bispado até ao fim da vida.

Apesar das denúncias de negligência do antístite e do consequente mandado de averiguação sobre a sua actuação, não se conhece qualquer

³² Maria Emilia Madeira Santos, Maria João Soares e Nuno da Silva Gonçalves apontam a nomeação de D. Bartolomeu para 1576, mas contrariamente ao que aludem a eleição deste prelado foi em 1572, confirmada pela cédula consistorial, ver BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1570-1600)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964, vol. III, 2^a série, p. 26-27 (Cédula Consistorial de Bartolomeu Leitão); SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 390; GONÇALVES, Nuno da Silva – A Igreja e a Cultura, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MATOS, Artur Teodoro de (coord.) – *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica*. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, vol. III – Tomo 2, p. 210.

³³ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 390-391.

³⁴ Ver BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. III, 2^a série, *cit.*, p. 86-87 (Breve de Gregório XIII ao arcebispo de Lisboa de 16 de Fevereiro de 1581); GONÇALVES, Nuno da Silva – A Igreja..., *cit.*, p. 207; SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 391.

³⁵ Ver DGA/TT, Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 442, fl. 127.

oposição do bispo à actividade do Santo Ofício, nem do Tribunal em relação a ele.

Atentemos num outro domínio – o da cooperação de outros agentes da administração episcopal na acção inquisitorial. Nesse restrito grupo destaca-se o papel desempenhado pelo cabido, principalmente por altura de sede vacante. Como habitual, na ausência do bispo, o cabido assumia o governo da diocese³⁶. Situação que permitiu à Inquisição continuar a sua intervenção, mesmo na ausência do prelado na diocese, como é visível pelo processo desencadeado em 1587 pelo cabido contra André Rodrigues de Luna, homem pardo, cristão-velho, acusado de proposições heréticas³⁷. Segundo a acusação o réu disse que não sabia porque razão é que Deus fez um homem rico e discreto, isto a propósito do comentário que algumas pessoas fizeram ao elogiarem um homem cristão-novo de ser discreto, apesar da sua riqueza. Na presença dos inquisidores, o réu admitiu a culpa, defendeu-se dizendo que só o fez para contrariar aquelas pessoas, por causa do encarecimento que faziam ao referido homem. Mas nunca teve dúvidas que Deus nosso senhor é “todo-poderoso”³⁸.

O resultado da sentença de André Rodrigues, proferida no auto-da-fé realizado na sede da Inquisição de Lisboa, em Março de 1588, deveria ser lido publicamente na Sé da Ilha de Santiago, durante a missa de Domingo. O arguido deveria estar presente e manter-se de pé com a cabeça descoberta durante a leitura da referida sentença. A divulgação deste resultado tinha como finalidade mostrar que se castigavam todos que desafiavam os preceitos da Igreja e salientar que o escândalo que o arguido havia cometido publicamente não ficara sem castigo³⁹. Este processo assume relevância, porque a actuação do cabido não implicou mudanças profundas no procedimento que anteriormente os bispos e seus agentes desencadeavam a favor do Tribunal da Fé.

³⁶ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 392.

³⁷ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 12902, fl. 80.

³⁸ Ver *idem*, fls. 80-82v.

³⁹ Ver *idem*, fls. 79-82v.

O quinto bispo nomeado para Cabo Verde, D. Frei Pedro Brandão (1588-1606)⁴⁰, carmelita, nomeado em 1588, residiu no bispado, mas por pouco tempo. No início da sua actuação foi visível a cooperação com o Santo Ofício, embora mais tarde tenham recaído sobre ele algumas acusações as quais não desencadearam nenhum tipo de contenda com esta instituição.

De acordo com alguns investigadores, quando foi para as ilhas, levou uma carta requisitória dos inquisidores de Lisboa, para proceder à prisão de dois irmãos suspeitos de judaísmo⁴¹. Quando da chegada a Cabo Verde, fora informado que os referidos irmãos estavam lançados na costa africana. Deste modo, incumbiu o seu visitador na Guiné da tarefa de os prender, mas avisou o Tribunal que esta seria uma tarefa difícil de concretizar, porque muitos cristãos-novos que se refugiavam na costa africana conseguiam escapar às investidas dos bispos, apesar do envio periódico de visitadores⁴².

O problema da costa da Guiné⁴³ também já tinha incomodado D. Francisco da Cruz. Pelo que foi possível apurar e atendendo ao facto de que a questão da Guiné continuava a preocupar a Inquisição, o bispo D. Frei Pedro Brandão deu continuidade à acção de D. Francisco da Cruz referente aos lançados⁴⁴. Para colmatar este problema o prelado contou com o auxílio do corregedor Amador Gomes Raposo, que tinha indicações do rei para devassar “[...] pessoas que andão nos Ryos ou en outras partes feitos tangomãos [...]”⁴⁵. Tendo em atenção a presença significativa dos cristãos-novos na Guiné, resultado de uma cobertura inquisitorial deficiente, havia um problema objectivo a que era necessário pôr termo⁴⁶. Apesar das dificuldades, as autoridades eclesiásticas e civis procuraram

⁴⁰ Ver PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal e do Império (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 589.

⁴¹ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 393.

⁴² Ver *ibidem*.

⁴³ Espaço onde convergiam mercadores africanos e europeus de diferentes origens e a presença das autoridades coloniais era bastante débil, permitindo assim aos mercadores cristãos-novos e protestantes desfrutarem de livre movimentação e permanência na área, ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 487.

⁴⁴ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 393.

⁴⁵ Cf. BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. III, 2^a série, *cit.*, p. 158-164 (Regimento de alcada e poder a Amador Gomes Raposo de 17 de Março de 1588).

⁴⁶ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 486-487.

resolver esta questão, denunciando a situação aos inquisidores e estes, por sua vez, enviaram ordens para perseguir e prender os culpados de heresia e encaminhá-los para o Reino.

Parece evidente no trecho que se segue, que o bispo procurava agir de acordo com as normas da Inquisição, de modo a evitar erros: “Peço a Vossas Mercês de me avisar o que nisto devo fazer, porque não queria errar em cousas de tanta importancia”⁴⁷. A actuação do bispo neste plano, comprova que havia uma certa cultura de procedimento que se ia instalando e, à medida que o tempo passava e a experiência aumentava, a tendência foi para a diminuição da margem de erros cometidos pelos bispos quando desencadeavam um processo. Por conseguinte, não seguimos a proposta de que os bispos temiam cooperar com o Tribunal da Fé, por medo de “errar”⁴⁸. Entendemos que o medo de “errar” estava relacionado mais com a preocupação e zelo na prestação de um bom serviço à Inquisição do que propriamente com o temor de colaborar com a instituição. Pelo que já foi dito, parece mais do que razoável dizer que os bispos de uma forma geral colaboraram activamente com o Santo Ofício, contribuindo assim para o seu enraizamento e fortalecimento, independentemente de terem ou não cometido erros durante o seu exercício.

Num plano diferente das relações com a Inquisição, surgiram controvérsias relativas ao bispo D. Frei Pedro Brandão sobre o seu envolvimento em actividades comerciais ilícitas⁴⁹. Estas e outras acções desencadearam conflitos e desentendimentos entre o antístite, os moradores da cidade de Santiago e o capitão Brás Soares, os quais resultaram num conjunto de queixas mútuas, obrigando a constantes consultas da Mesa da Consciência e Ordens.

⁴⁷ Cf. BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. III, 2^a série, *cit.*, p. 204-206 (Carta de Frei Pedro Brandão a El-Rei de 11 de Julho de 1592).

⁴⁸ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 487.

⁴⁹ De acordo com o direito canónico e as Ordenações do Reino, a actividade comercial, estava interditada aos clérigos, especialmente ao bispo, que como representante máximo da diocese deveria servir de exemplo de boa conduta, para os seus subalternos, ver BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. III, 2^a série, *cit.*, p. 379-380 (Carta Régia aos Governadores de Portugal de 3 de Abril de 1595); SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 394-395; GONÇALVES, Nuno da Silva – *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*. Lisboa: Brotéria, 1996, p. 70.

Perante esta situação, o bispo retirou-se da diocese e regressou ao Reino. Mesmo radicado em Lisboa, o prelado continua a participar nas actividades comerciais, como afirma o colector apostólico Decio Caraffa: “[...] e quanto a diligencia que o colector tem começado a fazer dos tratos e mercancias ilícitas do dito bispo, assy do tempo que residio como do que há que está nesta cidade, convém que proceda nella e que tire mais testemunhas, que não deve faltar, por ser causa notoria e sabida de muitos”⁵⁰. Contudo, apesar do protesto contra o exercício do bispo D. Frei Pedro Brandão, não existem referências a nenhuma acção concreta acerca da resolução do caso. Por outro lado, relativamente à sua relação com a Inquisição, também não há registos de nenhum mal estar. Todavia, em geral, a Inquisição confiava nos bispos, apesar de por vezes haver queixas de terem sido negligentes⁵¹.

Em suma, os comportamentos dos distintos agentes mostram a continuidade em relação à boa cooperação entre o poder inquisitorial e o poder episcopal e, ao mesmo tempo, a adaptação e a permanente actualização dos procedimentos, apesar de terem surgido queixas sobre o desempenho dos prelados acima referidos.

2.3. Sinais de progressos num cenário inalterado: D. Frei Sebastião de Ascensão e D. Manuel Afonso Guerra

Para fazer face à questão dos cristãos-novos na Guiné, que continuava por resolver ainda no século XVII, apesar dos sinais dos progressos alcançados relativamente ao procedimento dos bispos, as diferentes autoridades civis, eclesiásticas locais e do Reino, esforçaram-se na busca de mais parcerias a fim de resolverem o problema. Do Reino procurava-se continuar a munir os bispos nomeados para Cabo Verde de meios essenciais para a sua actuação. A partir do arquipélago procurava-se reforçar a actividade que vinha sendo

⁵⁰ Cf. BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1600-1622)*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968, vol. IV, 2^a série, p. 29 (Carta Régia ao bispo Vice-Rei, Valhadolid de 26(?) de Dezembro de 1603); cito a partir de GONÇALVES, Nuno da Silva – *Os Jesuítas...*, cit., p. 71.

⁵¹ Ver PAIVA, José Pedro – Bispos, Imprensa, Livro e Censura no Portugal de Quinhentos. *Revista de História das Ideias*. 28 (2007), p. 737.

desenvolvida pelos distintos bispos desde o tempo de D. João Parvi. O novo prelado, D. Frei Sebastião de Ascensão (1611-1614), frade dominicano, segundo advertências do monarca, deveria levar uma comissão do inquisidor-geral, se aquele assim entendesse, para se inteirar da situação da Guiné.

O monarca incumbiu os governadores de Portugal de contactarem o inquisidor-geral, para tomarem medidas concretas sobre as diligências que o prelado deveria fazer na Guiné.

Ao governador de Cabo Verde foi confiada a prestação de ajuda ao bispo, a fim de levar a cabo a referida tarefa. Importa assinalar, o envolvimento activo do monarca na acção inquisitorial desenvolvida no ultramar, sobretudo na primeira metade do século XVII, altura em que se apresentaram algumas medidas estratégicas que deveriam ser implementadas, para solucionarem o problema da presença dos cristãos-novos em diferentes espaços ultramarinos. Neste âmbito, parece ter sido política da coroa envidar esforços no sentido de fazer evoluir a acção inquisitorial no império. Uma das apostas para a resolução da questão dos cristãos-novos no ultramar foi, sem dúvida, o reforço do poder episcopal em articulação com o poder inquisitorial. Resultando daí a dotação dos bispos com meios para intervenções mais eficazes. Também o fizera para o Brasil, ali sugerindo até a criação de um tribunal que fosse dirigido pelo bispo⁵². De modo geral, apesar dos parcós sinais de envolvimento do bispo D. Frei Sebastião de Ascensão na acção inquisitorial, a sua contribuição foi relevante na cooperação com o Tribunal, visto que há indicações de que o vigário, sediado em Cacheu, foi um dos denunciadores das irregularidades fiscais e financeiras do contratador João Soeiro⁵³ e, provavelmente, de alguma irregularidade religiosa, tendo contado, possivelmente, com o auxílio do prelado, embora isso não esteja claramente evidenciado.

Em 1616, Cabo Verde, passou a dispor de um novo bispo, D. Manuel Afonso Guerra (1616-1624), embora tenha ido para a diocese somente na década de 20⁵⁴.

⁵² Ver PEREIRA, Ana Margarida Santos – *A Inquisição no Brasil: aspectos da sua actuação nas capitâncias do sul (de meados do século XVI ao início do século XVIII)*. Coimbra: Coleção Estudos (61), 2006, p. 68-70.

⁵³ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., cit., p. 402.

⁵⁴ Ver *idem*, p. 406.

O bispo enfrentou, igualmente, os mesmos problemas que os seus predecessores em relação à costa africana, devido à forte presença dos cristãos-novos que continuaram no local, e a cuja permanência os visitadores episcopais não conseguiam obstar. Para resolver este problema de longa data, procurou-se mudar de estratégia através da nomeação de um comissário do Santo Ofício especialmente para a Guiné, de modo a garantir a presença efectiva dos agentes do Tribunal naquele local. Não se conhece, contudo, nenhum indício sobre a actuação de agentes inquisitoriais na região, pelo que é de admitir que esta ideia nunca se tenha consumado, ou, pelo menos, que tenha tido pouco impacto. Acresce que, numa altura em que já se tinham avançado algumas propostas de visitação inquisitorial e até nomeado vários comissários para a diocese de Cabo Verde, ainda que sem nenhuma notícia que as confirmem, foram as visitas pastorais que continuaram a ser um mecanismo fundamental de vigilância da população.

Com a questão da costa da Guiné por resolver, o bispo D. Manuel Afonso Guerra desencadeou uma série de acções concentradas no arquipélago, sobretudo através das visitas pastorais. Revelam-no exemplarmente a visita à Ilha do Fogo, realizada pelo arcediago da Sé de Santiago, a mando do prelado. Foi durante esta visita que o vigário Filipe Tavares foi acusado de afirmar em público que sabia mais do que aquilo que a Santa Madre Igreja ensinava. A acusação viria a ser provada através do interrogatório de testemunhas, levada a cabo pelo bispo.

Este caso é um bom exemplo do empenho de D. Manuel Afonso Guerra na causa da Inquisição e evidencia os avanços alcançados no que toca ao procedimento a seguir, particularmente quando afirma que fez as perguntas que lhe pareceram necessárias de acordo com o estipulado pelo Santo Ofício⁵⁵.

Um outro aspecto importante a ter em conta é o facto de D. Frei Manuel Afonso Guerra ter sido provido governador interino de Cabo Verde pelo rei, em finais de 1622, após a morte do governador D. Francisco Rolim, tendo terminado o exercício do cargo em Março de 1624, quando da sua morte⁵⁶. Este caso demonstra que a coroa se serviu recorrentemente dos

⁵⁵ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 208, fls. 500-504v.

⁵⁶ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – Igreja..., *cit.*, p. 407-408.

bispos ao mais elevado nível da política de governação, tanto no Reino como no império⁵⁷.

2.4. Fortalecimento da hegemonia inquisitorial: o bispo D. Frei Lourenço Garro

D. Frei Lourenço Garro (1625-1646), nomeado para o arquipélago em 1625, pertencia à Ordem de Cristo e tinha sido professor de Teologia na Universidade de Coimbra⁵⁸. A sua actuação permite verificar alguns sinais de fortalecimento da hegemonia inquisitorial, em Cabo Verde. Contudo, em relação à costa da Guiné a questão da presença massiva dos cristãos-novos, continuava ainda por resolver, apesar do interesse do bispo na cobertura religiosa daquele território, embora por vezes bastante deficiente como se percebe pelas suas palavras: “não tenho mandado fazer diligência em Cacheu sobre os judeus da costa, porque o vigário que ora está nesta Ilha de Santiago, em Julho de 1635, há-de partir em Outubro”⁵⁹.

Todavia, importa referir que enquanto a costa da Guiné continuava a apresentar algumas fragilidades, a actividade do antístite nas ilhas mostrava sinais de melhorias e de fortalecimento da hegemonia do Santo Ofício.

A excelente cooperação do bispo D. Frei Lourenço Garro reforçou a acção da Inquisição no arquipélago, dando continuidade a um projecto de boa colaboração entre os distintos bispos com os inquisidores. Desde a criação da Inquisição, como bem demonstrou José Pedro relativamente ao Reino, verificou-se um forte envolvimento e cooperação de vários bispos⁶⁰. O auxílio deste prelado à Inquisição vislumbra-se nos processos de Cristóvão Cabral, acusado de sodomia e de Bento Rodrigues ou Bento de Jesus, preto forro, acusado de fingimentos de visões e revelações⁶¹. O primeiro

⁵⁷ Ver PAIVA, José Pedro – *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 566.

⁵⁸ Ver SANTOS, Maria Emilia Madeira e SOARES, Maria João – *Igreja...*, cit., p. 408; GONÇALVES, Nuno da Silva – *A Igreja...*, cit., p. 208.

⁵⁹ Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Livro 217, fl. 475.

⁶⁰ Ver PAIVA, José Pedro – *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2011, p. 156.

⁶¹ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 12248; DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 4806.

caso, de Cristóvão Cabral, é exemplar e mostra o cuidado que o bispo teve na preparação do auto. Ele informou a Inquisição sobre o sucedido em Cabo Verde através de uma carta para o inquisidor-geral, datada de 30 de Junho de 1633, na qual dizia que Gaspar Teles, criado de Cristóvão Cabral, governador de Cabo Verde, residente na Ilha de Santiago, fora algumas vezes procurá-lo queixando-se do seu senhor, solicitando apoio para o livrar dele, porque várias vezes o obrigara a cometer o “pecado nefando, concorrendo activamente”, enquanto ele, confitante, ficava “paciente”. Sempre que não consentia no acto, era espancado, tendo, inclusive, recebido por vezes muitas bofetadas. Por isso recorreu ao bispo, pediu-lhe protecção e ajuda para sair do arquipélago, de modo a “livrar-se da ocasião”. O prelado rapidamente providenciou a sua partida para Lisboa, bem como o envio de todos os papéis que tratasse desta matéria⁶².

Os inquisidores, após receberem a missiva do bispo de Cabo Verde com um auto e uma certidão com o testemunho de Gaspar Teles, e recordando que se tratava de um réu reincidente cuja culpa a Mesa já havia confirmado, emitiram um mandado de prisão e sequestro dos bens de Cristóvão Cabral⁶³. O facto de o processo não estar concluído não permite que se conheça o desenrolar deste caso.

No que diz respeito ao segundo caso, de Bento Rodrigues, o bispo preparou o auto e remeteu-o à Inquisição de Lisboa que, depois de o analisar, emitiu o mandado de prisão. Segundo as palavras do bispo, Bento Rodrigues andava pela ilha de Santiago com traje de “ermitão”, designando-se frade professo da terceira Ordem de São Francisco, despertando o interesse de muitas pessoas a seguirem a sua seita. Ele faria ainda pregações, ensinava a doutrina, persuadindo alguns a deixar ir seus escravos e tentava convencer pessoas casadas a apartarem-se e não fazerem “vida marital”, o que provocara grande escândalo. A tentativa do prelado de impedir o intento e extinguir a irmandade não foi viável, por causa do bom exemplo que davam publicamente. Entretanto, numa reunião em São Miguel, o réu disse ter tido uma revelação em que lhe apareceu Nossa Senhora. O bispo chamou-o e advertiu-o que a referida revelação, presumivelmente, era alguma ilusão

⁶² Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 12248, fls. 6-9.

⁶³ Ver *idem*, fl. 11.

do demónio, mas ele defendeu que se tratava de uma visão verdadeira. A propósito, D. Frei Lourenço Garro solicitou-lhe uma declaração da referida revelação por escrito, ao que ele acedeu. O bispo remeteu o documento ao Santo Ofício⁶⁴.

A actividade do bispo D. Frei Lourenço Garro, dá-nos uma imagem do fortalecimento da hegemonia do Santo Ofício no arquipélago, de acordo com o procedimento já previsto nas cartas de comissão, como por exemplo se verificou nos casos de Cristóvão Cabral e Bento Rodrigues, em que se enviaram os autos para os inquisidores se pronunciarem⁶⁵.

3. Impacto da acção inquisitorial

No geral, como já salientou José Pedro Paiva, a entrada da Inquisição nas localidades deixava sinais profundos e duradouros, quer em relação à vida individual de cada um, quer sobre a comunidade globalmente considerada. A partir das primeiras prisões até à saída em auto-da-fé dos processados, vivia-se em clima de medo e in tranquilidade, não só pelas relações familiares com os presos, mas também pelas ameaças feitas tanto por cristãos-velhos como por cristãos-novos. Na comunidade cristã-nova, todos se temiam reciprocamente, especialmente aqueles com quem se mantinha algum tipo de atrito⁶⁶.

Atendendo ao facto de que a entrada da Inquisição em Cabo Verde ocorreu na sequência de uma conjuntura de múltiplas contestações à presença dos cristãos-novos, a perseguição foi dirigida, sobretudo, contra esse grupo particular, que se constituiu no principal alvo de suas campanhas. Tendo em atenção que a integração dos cristãos-novos na comunidade cristã-velha não foi completa, em Cabo Verde, sobretudo pela desconfiança face à gente de nação, todas as manifestações públicas estiveram sob o olhar atento da maioria

⁶⁴ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº4806, fls. 5-5v.

⁶⁵ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 12248, fls. 6-9; DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº4806, fl. 5v.

⁶⁶ Ver PAIVA, José Pedro Paiva – As entradas da Inquisição, na Vila de Melo, no século XVII: pânico, integração/segregação, crenças e desagregação social. *Revista de História das Ideias*, 25 (2004), p. 199-200.

da população, mas sobretudo dos cristãos-velhos. Segundo Federico Palomo, do ponto de vista inquisitorial, a conservação de alguns costumes ligados às formas de vida e de religiosidade judaica, possibilitavam a identificação de eventuais culpados. Deste modo, após a criação da Inquisição em Portugal, foi determinada uma série de comportamentos que passaram a ser vistos como expressão de uma adesão oculta às doutrinas judaicas⁶⁷. Neste sentido, alguns hábitos alimentares (abster-se de comer sangue, gordura animal, entre outros), práticas religiosas (as orações, a participação em cerimónias litúrgicas), ritos da tradição judaica (particularmente as celebrações do nascimento e a adolescência – sem recurso à circuncisão), o jejum em determinadas festas do ano, o preceito do sabbat ou do cumprimento de rituais que se seguiam após à morte estiveram, certamente, sob observação⁶⁸.

É de crer que, também no arquipélago, a comunidade tivesse estado atenta aos comportamentos dos indivíduos: desde as manifestações de culto, à presença nas celebrações litúrgicas e sacramentais, a postura face a determinados actos, tudo isso pode ter contribuído para o desencadear de alguns processos. Como se pode constatar pelo relato das testemunhas, o comportamento dos distintos réus esteve sempre sob vigilância. O exemplo que se segue não é certamente excepcional, mas elucidativo desse aspecto.

O caso da família Dias, suspeita de judaísmo, é esclarecedor a esse respeito, como se pode comprovar pelo depoimento das testemunhas do processo: Jerónimo Gonçalves em seu testemunho declarou que as escravas de Mécia Dias se queixavam que ela as mandava trabalhar aos domingos e que folgavam aos sábados⁶⁹; Inácio Fernandes disse que, na casa de Mécia Dias estava um crucifixo metido num corno⁷⁰; Lourenço Francisco acrescenta ainda, que ouviu dizer que na casa de Manuel Dias havia uma cabeça de vaca e que a adoravam⁷¹.

Note-se que o hábito quotidiano era observado atentamente e era alvo de múltiplos comentários e tema de conversas frequentes. Assim, os compor-

⁶⁷ Ver PALOMO, Federico – *A Contra-Reforma em Portugal 1540-1700*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 113-114.

⁶⁸ Ver *idem*, p. 114.

⁶⁹ Ver DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 3.

⁷⁰ Ver *ibidem*.

⁷¹ Ver *ibidem*.

tamentos que se considerassem estranhos e levantassem algum tipo de suspeita eram denunciados, principalmente se os indivíduos fossem de famílias de origem judaica. Neste contexto, como afirmou José Pedro Paiva, a Inquisição foi um importante instrumento de vigilância de condutas e crenças religiosas que contribuiu para o disciplinamento da população cristã-velha; impulsionou acções que estimularam a perpetuação de políticas de segregação social, responsáveis por uma rígida padronização de determinados comportamentos sociais destinados a preservar um bem imaterial indispensável para sobreviver na sociedade de Antigo Regime em Portugal, a limpeza de sangue⁷².

Uma das estratégias utilizadas para contornar essa situação foi a fuga. Como seria de esperar, aumentaram os casos de fuga quer da Ilha de Santiago para a costa da Guiné quer para outros locais. Assim escapavam às autoridades. Tal como no Reino, também nas ilhas a fuga era um dos meios mais usados para “pôr a fazenda em seguro” e evitar os castigos, a calúnia e os prejuízos que uma intervenção da Inquisição acarretava⁷³. Os documentos revelam que a fuga para a Guiné era usual e preocupava as autoridades locais, porque a sociedade sofria consequências directas e indirectas com essas saídas⁷⁴. O quadro que não pode deixar de ser considerado é o impacto sobre a economia: primeiro, porque o arquipélago perdeu muitos empreendedores e agentes com grande volume de capitais. Segundo, porque muitos indivíduos que se fixavam na costa africana desenvolviam uma actividade comercial à margem das ilhas, escapando ao pagamento de taxas nas transacções das mercadorias, resultando em grandes prejuízos financeiros. Acrescem ainda outros efeitos económicos que contribuíram

⁷² Ver PAIVA, José Pedro – Texto de introdução à primeira sessão de Seminário História Religiosa Moderna, realizada a 17 de Março de 2009, (http://www.ucp.pt/site/resources/documents/CEHR/SeminarioModerna/2009/Moderna2008_S1_Apresentação.pdf, consultado em 2010.03.15).

⁷³ A questão sobre a fuga para escapar às malhas da Inquisição já foi devidamente explorada por José Pedro Paiva, em relação à uma localidade da Serra da Estrela, Melo, ver PAIVA, José Pedro Paiva – As entradas..., *cit.*, p. 201.

⁷⁴ Ver DGA/TT, Inquisição de Évora, Visitas, Livro 588, fl. 8v; CARREIRA, António – *Cabo Verde: formação...*, *cit.*, p. 77-78; HAVIK, Philip – La sorcellerie, l'acculturation et le genre: la persécution religieuse de l'Inquisition portugaise contre les femmes africaines converties en Haut Guinée (XVIIe siècle), in BETHENCOURT, Francisco e HAVIK, Philip (org.) – Inquisição em África. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. 5/6 (2004), p. 99.

para a descapitalização do território: como o confisco de bens, o fisco real (geralmente parte do património deixado, tanto pelos presos como pelos que fugiam, eram vendidos pelo juiz do fisco, o que implicava sempre sangria de capitais locais para os cofres do fisco real⁷⁵) e a transferência de capital para fora do arquipélago. Houve também interferências no processo de arrendamento das ilhas, provavelmente com alguns prejuízos financeiros para o monarca. Porventura, na base da crise económico-financeira vivida em Cabo Verde, a partir do século XVII, estava a fuga dos cristãos-novos para a costa da Guiné.

E deve sublinhar-se que essa crise económica se alastrou, de igual modo, ao domínio religioso, afectando a actuação dos bispos, obrigando-os a adaptar-se à nova situação.

A par do prejuízo económico resultante da concorrência com as grandes potências europeias (Inglaterra, Holanda e França), no trato e resgates na costa da Guiné, que porventura tenha dificultado as relações diplomáticas, houve também prejuízos para a Igreja sobretudo com as probabilidades de uma possível propagação do protestantismo. Por outro lado, temia-se que muitos dos que fugiam para a Guiné regressavam à “lei mosaica” ou aos cultos locais.

Além das implicações económicas, a sociedade cabo-verdiana sofreu também implicações noutras áreas. No domínio da política, a partir da década de 40 do século XVI, muitos cristãos-novos que ocupavam altos cargos na administração foram perseguidos e acusados, por se considerar que muitos deles foram coniventes com os desertores, por lhes possibilitarem a fuga⁷⁶.

No que diz respeito às implicações culturais, foram tomadas algumas medidas preventivas referentes ao ultramar, inclusive Cabo Verde. Em instruções expressas na carta régia ao vice-rei de Portugal de 22 de Fevereiro de 1605, determinou-se que, os bispos ultramarinos vigissem o embarque de livros da “doutrina errada”⁷⁷. Como bem sublinhou José Pedro Paiva, a censura literária dificultou a circulação de ideias. Até os bispos que tinham o poder de magistério para ensinar a verdade da religião, para

⁷⁵ Ver PAIVA, José Pedro Paiva – As entradas..., *cit.*, p. 205.

⁷⁶ Ver DGA/TT, Inquisição de Évora, Visitas, Livro 588, fl. 8v.

⁷⁷ Cf. BRÁSIO, Padre António – *Monumenta...*, vol. IV, *cit.*, p. 60-61 (Carta régia ao vice-rei de Portugal de 22 de Fevereiro de 1605).

imprimir seus pensamentos tinham que os submeter a Inquisição. Contudo, isso não trouxe nenhum mal estar relacional entre os bispos e à Inquisição⁷⁸.

O Santo Ofício, além de ter funcionado como mecanismo de promoção social, na medida em que atestava a “pureza do sangue”, funcionou também no sentido inverso como mecanismo de distinção social – “obstruíam o acesso da população cristã-nova às carreiras nobilitantes”⁷⁹. Importa lembrar que os cristãos-novos que durante os séculos XV e XVI, assumiram cargos importantes em Cabo Verde, a partir da segunda década do século XVII, foram confrontados formalmente com um alvará do rei para o bispo de Cabo Verde que lhes impedia de acceder aos cargos eclesiásticos⁸⁰.

Convém ainda salientar um outro aspecto – a reintegração dos indivíduos na sociedade após à prisão. Depois de terem enfrentado um longo período de interrogatórios desde a prisão até à realização do auto-da-fé, deparam com um novo dilema – a reinserção social. Posteriormente à prisão, as oportunidades de integração eram ainda mais remotas, advindas da falta de meios causada pelos confiscos, pela desestruturação familiar e pela repugnância dos conterrâneos⁸¹. Como por exemplo, sucedeu com Manuel Dias, que depois de solto solicitou licença aos inquisidores para regressar a Cabo Verde e reaver a sua fazenda “[...] por nom se acabar de perder de todo [...]”, queixando-se das dificuldades por que passava a família. O pedido foi aceite, mas os outros membros da família deveriam ficar em Lisboa⁸².

O impacto da acção inquisitorial repercutiu-se, por um lado, sobre as pessoas individualmente ou sobre uma determinada família e, por outro, sobre a própria sociedade cabo-verdiana que se ressentiu dos seus efeitos em vários domínios, económico, religioso, político, cultural e social.

⁷⁸ Ver José Pedro Paiva – Bispos, Imprensa..., *cit.*, p. 732.

⁷⁹ Cf. TORRES, José Veiga – Da repressão religiosa para a promoção social. A Inquisição como instância legitimadora da promoção social da burguesia mercantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 40 (1994), p. 118-119.

⁸⁰ Ver BRÁSIO, Padre António – *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental (1623-1650)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979, vol. V, 2ª série, p. 148-149 (Alvará ao bispo de Cabo Verde de 4 de Dezembro de 1625).

⁸¹ Ver PAIVA, José Pedro Paiva – As entradas..., *cit.*, p. 203.

⁸² Cf. DGA/TT, Inquisição de Lisboa, Processo nº 13107, fl. 14.

4. Conclusão

Após esta análise alcançaram-se algumas conclusões: Uma delas foi a de que os bispos, de uma forma geral, tiveram influência imediata e duradoura na acção inquisitorial no arquipélago, apoando-a de diversas formas, e fazendo com que a sua actividade chegassem aos lugares mais remotos. O auxílio dos prelados foi decisivo no enraizamento do Santo Ofício em Cabo Verde. Os bispos assumiram a tarefa de preparar os diferentes mecanismos de actuação na sociedade. Eram eles os realizadores das visitas pastorais que, por sua vez, constituíram um meio bastante eficaz de fornecimento de casos à Inquisição. Isto porque os projectos de visitação inquisitorial que se procuraram implementar nos finais do século XVI e segunda década do século XVII não tiveram o sucesso desejado. Daí a importância da cooperação das diversas autoridades pré-existentes, mormente os bispos.

Um outro aspecto a ser ressaltado é o facto de a acção inquisitorial ter recaído sobre os cristãos-novos, sendo este um dos principais motivos da implantação do Tribunal no arquipélago, apesar de se terem também vigiado outras práticas heréticas.

Verificou-se ainda que, desde a chegada da Inquisição a Cabo Verde até à primeira metade do século XVII, período aqui analisado, houve grande entendimento entre o poder inquisitorial e o poder episcopal. Mesmo nos casos em que os bispos foram acusados de negligência no seu desempenho, como por exemplo, sucedeu com D. Bartolomeu Leitão e D. Frei Pedro Brandão, a boa relação sobrepôs-se.

Em conclusão, mesmo sem ter sido criado um Tribunal de Inquisição em Cabo Verde, esta instância não deixou de actuar, tendo deixado marcas profundas na sociedade cabo-verdiana, principalmente na comunidade cristã-nova ali residente, para o que foi decisivo o apoio que recebeu do episcopado.

As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547

Roger Lee de Jesus

Doutorando do 3º Ciclo em Altos Estudos em História – Época Moderna

Universidade de Coimbra

rogerlee.pj@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 28/02/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 29/10/2012

Resumo/Abstract:

Entre Abril e Novembro de 1546, a fortaleza portuguesa de Diu sofreu um forte cerco às mãos do sultanato do Guzerate, oito anos após ter sido cercada pela primeira vez pelas mesmas forças apoiadas por um contingente otomano. A artilharia inimiga arrasou sucessivamente as muralhas, deixando o forte num estado tal que impedia o seu simples restauro. A reconstrução desta fortaleza (conforme o novo tipo de fortificação abaluartada) estendeu-se de Novembro de 1546 a Abril do ano seguinte, criando o bastião que finalmente firmaria a presença portuguesa na região. Este artigo pretende analisar, num primeiro momento, as despesas efectuadas com as obras, como sejam os pagamentos dos mantimentos e do serviço levado a cabo por pedreiros, cabouqueiros, carpinteiros e outros trabalhadores contratados pela Coroa para esse fim, e, numa segunda fase, os meios usados para financiar estes custos. Baseamos o nosso discurso não apenas nas diversas crónicas respeitantes a esse período, mas sobretudo nos registos das despesas efectuadas conservados no Códice 51-VII-19 da Biblioteca da Ajuda, contendo certidões, listas de pagamentos e, não menos importante, o *Caderno das despesas que se fizeram em obras na fortaleza de Diu*, datado de Julho de 1547 e aqui publicado na íntegra. Este estudo pretende demonstrar que os custos tidos em conta não pesaram na estrutura financeira do Estado da Índia.

The Portuguese fortress of Diu was besieged by the sultanate of Gujarat between April and November 1546, eight years after the first siege by this same forces helped with an Ottoman reinforcement. The enemy artillery swept successively the walls, leaving the fort in need of repair. The reconstruction of the fortress (as the new type of trace italienne) lasted from November 1546 to April of the following year, creating a structure that finally secured the Portuguese presence in the region. This article has two aims: firstly, the analysis of the costs of the works, such as payments of the supplies and the service conducted by masons, hackers, carpenters and other workers hired by the Crown, and secondly an assessment of the means used to finance these costs. The discussion is based not only on the various chronicles relating to that period, but especially in a list of expenses in the Codex 51-VII-19 of the Biblioteca da Ajuda, containing certificates, lists of payments and, not least, the *Caderno das*

* Este trabalho constitui uma versão alargada da comunicação apresentada ao XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, realizado em Coimbra, em Novembro de 2011. A versão final deste artigo é fruto das sugestões e comentários da Ana Rita Rocha e Marta Santos, a quem agradecemos. A nossa gratidão vai também para a Prof. Doutora Maria do Rosário Morujão, pelo auxílio prestado na transcrição do documento que ora se publica.

despesas que se fizeram em obras na fortaleza de Diu, dated July 1547 and here published. A final analysis shows that the expenses were not significant in the whole of the budget of the Portuguese State of India. The paper concludes that the expenditures were not significant on the whole of the financial structure of the Portuguese State of India.

Palavras chave/Keywords:

Diu; Guzerate; História Económica e Financeira; Estado da Índia; D. João de Castro.

Diu; Gujarat; Financial History; Portuguese State of India; D. João de Castro.

L'ANNALE FINANCIER DE LA PUISSANCE PORTUGAISE EN INDE (1547) ET LES DESPESAS QUE SE FIZERAM EM OBRAS NA FORTALEZA DE DIU
En 1547, le Roi du Portugal, Dom João de Castro, fit établir à Diu une forteza pour assurer la sécurité des marchands portugais dans l'Inde. Les dépenses engagées pour la construction de cette forteza sont connues par un document intitulé « ANNALE FINANCIER DE LA PUISSANCE PORTUGAISE EN INDE ». Ce document, daté du 1^{er} juillet 1547, nous renseigne sur les dépenses effectuées pour la construction de la forteza de Diu. Il montre que les dépenses étaient principalement destinées à l'achat de matériaux et de main-d'œuvre pour la construction de la forteza. Les dépenses totales sont estimées à environ 100 000 réaux de Viseu. Ces dépenses sont comparées aux dépenses totales de l'État portugais en Inde pour l'année 1547, qui sont estimées à environ 10 millions de réaux de Viseu. Les dépenses pour la construction de la forteza de Diu représentent donc moins de 1% des dépenses totales de l'État portugais en Inde pour l'année 1547.

*Vereis a inexpugnábil Dio forte,
Que dous cercos terá, dos vossos sendo.
Ali se mostrará seu preço e sorte,
Feitos de armas grandíssimos fazendo*

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto II, estrofe 50.

Assim referia Camões os dois cercos de Diu (1538 e 1546), feitos militares incontornáveis da Índia portuguesa quinhentista. O segundo cerco, ocorrido durante a governação de D. João de Castro e pelas forças do sultanato do Guzerate, durou de Abril a Novembro de 1546 e revelou-se devastador: nas palavras do Governador, «[...] os mouros tinhão entulhado as cavas de maneira que nam havia sinal [delas], nem poder se saber onde forão, e os muros derribados até o fundamento, e os baluartes tomados, e elles postos em sima com muitas estancias de artilharia com que atiravão as caças da fortaleza»¹. Na realidade, «[...] o proprio capitam e moradores della me não sabiam dizer aonde estavão os baluartes e por onde corrião os muros e o lugar onde fazia a cava, tamanhas montanhas de pedra e terra tinhão lançado em todas estas partes, de maneira que parecia impossível e hum trabalho insuportável poder tirar esta pedra e tornar a erguer a fortaleza polo lugar por onde primeiro estava»². Só restava ao Governador erguer uma nova fortaleza.

Procuraremos ao longo deste artigo analisar as despesas da reconstrução da fortaleza de Diu, que foi levada a cabo entre Novembro de 1546 e Abril de 1547. Partindo da documentação oficial, emanada da administração central do Estado da Índia³, basearemos o nosso trabalho nas diversas certidões das feitorias de Goa, Chaul, Baçaim e Diu, particularmente na «Lembrança de pagamento aos oficiais que trabalharam na fortaleza de Diu», no «Trelado das ferias que foram pagas à gente da terra guzerates, carpinteiros, pedreiros, cabouqueiros, bigarins e mulheres que trabalharam nas obras desta fortaleza», e principalmente no *Caderno das despesas que se fizeram no fazimento da fortaleza de Diu que o senhor governador Dom*

¹ Carta de D. João de Castro para D. João III, datada de 16 de Dezembro de 1546 in CORTESÃO, Armando e ALBUQUERQUE, Luís - *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1976, vol. III, p. 302.

² *Ob. cit.*, p. 307.

³ Existente actualmente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Códice 51-VII-19.

João de Castro fez de novo – documento que publicamos adiante na íntegra. Teixeira de Aragão referia já a existência deste documento na sua magna obra sobre a numismática portuguesa⁴, destacando-se ainda Magalhães Godinho que chamara a atenção para este Caderno e para as suas certidões, afirmando ser um «bon exemple d'enregistrement de dépenses faites avec des travaux publics bien déterminés»⁵. No entanto, o apelo não vingou e a documentação continua inédita – pelo que a nossa pesquisa revelou –, não obstante oferecer múltiplas formas de análise do foro económico e financeiro.

1. Sobre Diu, recordemos que este porto, localizado na costa do Guzerate e pertencente a este sultanato (também referido como sendo de Cambaia, pela importância económica desta cidade), situava-se geograficamente na confluência de diversas rotas marítimas: do Mar Roxo, do Golfo Pérsico, da Costa do Malabar, da Costa Oriental de África, do Golfo de Bengala e do Sudeste Asiático. Lembremos a já famosa referência de Tomé Pires, quando afirma que «principallmemte Cambaia lamca dous braços: com ho dereito aferra Adem e com o outro Malaqua»⁶. Quanto à interdependência dos dois entrepostos, o mesmo autor dirá: «nom pode viver Malaca sem Cambaya nem Cambaya sem Malaqua»⁷.

Após diversas tentativas de cedência e conquista, Diu foi entregue aos portugueses a 25 de Outubro de 1535, em troca de ajuda militar ao sultão, que se encontrava em árdua guerra contra o Grão-Mogol. Não contente com esta cedência, o sultão Bahadur acabou por tentar retomar a cidade, sendo morto numa contenda (pouco esclarecida) após um encontro com o governador Nuno da Cunha, em 1537. Tal processo desembocaria no primeiro cerco à cidade, no ano seguinte, marcado pela participação de um contingente turco-

⁴ *Descrição Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1880, v. III, p. 135, referindo somente um «manuscrito contemporâneo existente na biblioteca da Ajuda».

⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635). (Matériaux pour une Étude Structurale et Conjoncturelle)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1982, p. 13.

⁶ CORTESÃO, Armando (leitura e notas) – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1978, p. 199.

⁷ *Ob. cit.*, p. 202.

-otomano. Não obstante a resistência portuguesa e a consequente derrota da coligação guzerate-otomana, marcadas por um tratado de paz de 1539, a ameaça de Cambaia voltou-se a fazer sentir na década seguinte.

O segundo cerco surge por acção deliberada do rei de Cambaia, Mahmud III, com o objectivo de recuperar a cidade e o comércio que os portugueses controlavam, e o início do assédio pertenceu a Coge Sofar, senhor de Surrate. Começando as hostilidades a 22 de Abril, os constantes bombardeamentos e as sucessivas vagas de assalto quase que arrasaram e conquistaram a fortaleza. Os frequentes reforços de mantimentos e de homens de armas, enviados pelo Governador D. João de Castro, entre os quais se incluem os próprios filhos (D. Fernando e D. Álvaro, em momentos separados, vindo o primeiro a falecer na explosão do baluarte S. João), foram vitais para a resistência. Após seis longos meses e meio de cerco, a armada de socorro, organizada em Goa pelo Governador, chega a Diu em inícios de Novembro, enfrentando em batalha as forças inimigas a 10 de Novembro, véspera de S. Martinho, e culminando numa estrondosa vitória das forças portuguesas⁸.

Necessitando de uma profunda restruturação, a reconstrução da fortaleza seguiu o novo modelo de fortificação abaluartada⁹. Explicitemos a forma que tomou o novo forte, tomando por informador Leonardo Nunes: «tem tres grandes baluartes feitos em triangullo, alamborados com suas casas mates que joguam muyto grosas peças d'artelharia, que saem d'antre as orilhas dos baluartes e o muro, em todollos baluartes de hua parte e da outra que se nam podem çeguar»¹⁰. D. João de Castro afirmava ainda que a construção se destacaria pela abertura de um fosso, frente à nova muralha «[...] porque entam ficara Dio com duas cavas e duas muralhas, remendiandose os muros velhos de maneira que fiquem em terraplano sobre a cava antigua»¹¹. A fortaleza que hoje perdura em Diu remonta às obras de 1546-1547.

⁸ Sobre este cerco veja-se a nossa dissertação de mestrado: JESUS, Roger Lee Pessoa de – *O Segundo Cerco de Diu (1546). Estudo de História Política e Militar*. Coimbra: FLUC, 2012.

⁹ Segundo o cronista Gaspar Correia, «pera ofender e defender» – *Lendas da Índia*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1975, vol. IV, p. 583. Doravante esta obra será somente designada como *Lendas da Índia*, dizendo respeito ao quarto volume

¹⁰ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*. Cambridge: Harvard University Press, 1936, p. 138.

¹¹ Carta de D. João de Castro para D. João III..., cit., p. 307.

A existência de duas muralhas (a primeira abaluartada, seguida de uma singela cortina de pedra), com um impressionante fosso frente aos baluartes (aberto posteriormente, em 1550), é elemento importante da construção estratégica da fortaleza de Diu, encravando definitivamente o sistema defensivo português na ilha e assegurando o domínio militar na região¹².

2. A coordenação geral da obra ficou a cargo de Mestre Francisco Pires, homem que chegara do Reino nesse ano com o objectivo de erguer a fortaleza de Moçambique¹³. O mau tempo e a necessidade de chegar ao Malabar levaram a que a sua nau, capitaneada por Lourenço Pires de Távora, optasse por passar ao largo da ilha de S. Lourenço, entrando posteriormente na armada de socorro a Diu¹⁴. Quanto à figura deste técnico, salientemos os largos elogios feitos por D. João de Castro sobre a sua perícia, afirmando em carta ao filho que «não temos qua melhor cousa»¹⁵. Quanto ao traçado da obra, não sabemos se o terá decidido só por si ou debatido com as principais figuras de comando, pois já em Maio de 1546 (em pleno cerco), o capitão de Diu, D. João de Mascarenhas, afirmava ao Governador que pensara em reconvertêr a fortaleza em «húa obra que Vitruvio não pudera mays imaginar», salientando que o faria com pouco trabalho e pequeno gasto¹⁶. Além de Francisco Pires, destacam-se na direcção dos trabalhos Mestre Afonso Madeira (também mestre de obras¹⁷), Mestre Pero (mestre das ferrarias) e Mestre Francisco de Resende (mestre dos carpinteiros).

¹² Veja-se a recente entrada sobre Diu na obra de MATTOSO, José (dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*, vol. III: ROSSA, Walter (coord.) – Ásia, Oceanía. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 121-125.

¹³ Sousa Viterbo adianta alguns elementos sobre este especialista na arquitectura militar em *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: INCM, 1988, vol. II – H/R, p. 299-303.

¹⁴ *Lendas da Índia*, p. 581.

¹⁵ Carta de D. João de Castro para D. Álvaro de Castro, datada de 13 de Agosto de 1547 in *Obras Completas de D. João de Castro...*, cit., p. 434.

¹⁶ Carta de D. João de Mascarenhas a D. João de Castro, datada de 5 de Maio de 1546 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa (doravante citado por ANTT), Colecção São Lourenço, Livro V, fl. 157r., publicada em BAIÃO, António – *História quinhentista (inédita)* ..., cit., p. 154.

¹⁷ Talvez servindo como vedor das obras – sobre este cargo cf. TEIXEIRA, André – *Fortalezas do Estado Português da Índia, Arquitectura Militar na Construção do Império de D. Manuel I*. Lisboa: Tribuna da História, 2008, p. 170-171.

Entre os trabalhadores comuns encontramos pedreiros, cabouqueiros, ferreiros, carpinteiros, mocadões (chefes de tripulação, capatazes), bigarins (mariolas, homens contratados para servir e carregar), *boys* (homens que exercem misteres baixos, como os de carregador e aguadeiro) e mulheres (não se especificando o seu papel nas obras). Do *Caderno das Despesas* contamos cerca de 1400 trabalhadores, na sua maioria gente da terra proveniente de Goa (cerca de mil)¹⁸. Além destes trabalhadores contamos ainda os jornaleiros guzerates contratados: cerca de 3900 ao final de dezanove semanas de trabalho. Não esqueçamos a presença de soldados e fidalgos, também empenhados nas obras, que segundo Leonardo Nunes seriam mais de trezentos¹⁹. Veja-se o exemplo de Miguel Rodrigues (que fora juntamente com D. Álvaro de Castro na armada de socorro a Diu, tendo sido ferido na batalha do dia 10 de Novembro), que em carta a D. João III o informa de que o governador lhe dera mercê do «cuidado dos fornos da cal que se faz pera esta fortaleza»²⁰.

Quanto à organização do trabalho, as fontes apenas nos revelam alguns elementos. Segundo Gaspar Correia, o governador nomeou vedores e mandadores, definindo as suas tarefas e respectivos dias, estando ainda estes sob alçada de outros capatazes, de forma a não faltar nada na obra²¹. Já o seu neto, Fernando de Castro, na biografia que dedicou ao avô, diz-nos que D. João de Castro repartiu em terços a gente que tinha «[...] para que o trabalho se repartisse por todos igualmente sem nenhuma maneira de excepção»²². Os dois escritos parecem complementar-se, apresentando um sistema bem organizado, e vigiado não somente pelo

¹⁸ D. Jerónimo de Noronha, capitão de Baçaim alertara o governador para a falta de pedreiros e cabouqueiros na sua fortaleza, sendo necessário trazê-los de Goa – *Colecção de São Lourenço*, vol. III. Lisboa: IICT, 1983, p. 167. A elevada taxa de mortalidade existente na ilha, aquando das obras, é registada por Leonardo Nunes na sua crónica (*Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 145-146) e perceptível na gradual diminuição dos trabalhadores em alguns registos do *Caderno das Despesas*, nomeadamente na prorrogação dos pagamentos.

¹⁹ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 138.

²⁰ Carta de Miguel Rodrigues para D. João III, datada de 24 de Novembro de 1546 – ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1.^a, Maço 78, N.^o 94, publicado por António Baião em *História Quinhentista (inédita)* ..., cit., p. 240.

²¹ *Lendas da Índia*, p. 582.

²² CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*. Transcrição e notas de Luís de Albuquerque e Teresa Travassos Cortez da Cunha Matos. Tomar: Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 1995, p. 341.

mestre-de-obras principal (Francisco Pires) como também pelo próprio governador, que se encontrava diariamente nas obras, desde o romper da alva até à noite, «[...] vestido num pellote de chamarote preto, e com hum sombreiro de Portugal na cabeça, e huas botas pretas calçadas, e sua espada cimgida, todo cheo de caal»²³. Simão Botelho, vedor da fazenda (autor do *Tombo do Estado da Índia* de 1554), terá sido responsável pela supervisão financeira das obras, indicando ao monarca os seus serviços, referindo a «[...] pouqa despeza [que] se fez nela, porque coria tudo por minha mão, e em meu poder estava o dinheiro, e presente mym se fazião todas as despesas»²⁴.

Da vintena de registos de pagamentos dos trabalhadores existentes no *Caderno das Despesas*, a grande maioria indica-nos uma periodicidade de remuneração bimensal, existindo obviamente exemplos de prorrogação de tempo de trabalho. Veja-se o exemplo de cerca de 20 pedreiros de Chaul, pagos pelo tempo de um mês (de 7 de Novembro a 7 de Dezembro) a 43 pardaus de tangas, seguindo-se o adiamento por dois meses, de 7 de Dezembro a 7 de Fevereiro, por 80 pardaus de tangas²⁵. No que diz respeito aos trabalhadores guzerates, as contas foram feitas semanalmente, somando assim dezanove semanas de trabalho, de 29 de Novembro – data do início das obras – a 11 de Abril. Neste último caso, o «Trelado das fereas que ho feitor Antonio Gill feitor de Dio pagou a jemte da tera guzarates»²⁶ segue escrupulosamente todas este tempo, apontando os gastos monetários e de arroz tidos com estes homens e mulheres.

A moeda mais utilizada nos registos do *Caderno* é o pardau de tanga (valendo cinco tangas o pardau), não obstante algumas referências a pardaus de ouro. A diferença entre uma e outra cinge-se ao metal utilizado – a prata para a primeira e o ouro para a segunda²⁷. Encontramos ainda referência a

²³ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 139.

²⁴ Carta de Simão Botelho para D. João III, datada de 24 de Dezembro de 1548 – ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1.^a, Maço 81, N.^o 124, publicado por António Baião – *História Quinhentista (inédita)...*, cit., p. 266.

²⁵ *Caderno das Despesas*: fls. 238v e 239r.

²⁶ *Trelado*, fl. 262r.

²⁷ Da leitura do *Livro dos pesos da Yndia, e assy das medidas e moedas*, de 1554 (fonte fundamental para a conversão de medidas utilizadas à época), podemos assim afirmar que o pardau de tanga equivaleria a cerca de 300 reais e o de ouro a 360. Cf. «O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas, por Antonio Nunes» in FELNER, Rodrigo José de Lima – *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1868,

xerafins, moeda também de ouro, no que toca a alguns pagamentos de Chaul e que valeria o mesmo que o pardau de tanga²⁸.

Dito isto, analisemos os montantes pagos a cada tipo de trabalhadores. Procuremos averiguar a diferença salarial quanto à natureza do trabalho (entre um pedreiro e um bigarim, por exemplo) ou à proveniência de quem o fazia (vindo de Goa ou de Chaul).

Salários mensais aproximados segundo o *Caderno das Despesas*

	Proveniência dos trabalhadores					Baçaim ³¹
	Goa ²⁹		Chaul ³⁰			
Cabouqueiros	2pt	600rs	2pt	600rs		
Pedreiros	2pt	600rs	3pt	900rs		
Mocadões	3pt	900rs	3/4pt	900/1200rs		
Carpinteiros	2pt	600rs				
Ferreiros	5t	300rs				
Pedreiros Portugueses	60v	1080rs				
Bigarins	3,75t	225rs	1/2pt	300/600rs	1pt	300rs

pt = pardaus de tanga, t = tangas, v = vinténs, rs = reais³²

Notamos assim que não existe uma diferença salarial substancial quanto à proveniência dos trabalhadores indígenas, nem quanto à tarefa por eles exercida. Pedreiros, cabouqueiros e carpinteiros receberiam aproximadamente o mesmo (dois pardaus de tanga por mês), sendo os bigarins menos bem pagos pelo seu trabalho menor.

p. 64. Passaremos a designar esta obra apenas por *Livros dos Pesos da Yndia*. Magalhães Godinho indica-nos ainda que a tanga pesaria cerca de 4.4 gramas de prata, o que levaria o pardau de tanga para aproximadamente 26 gramas – GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, vol. I, p. 261.

²⁸ Uma certidão de pagamento de Chaul refere um pagamento efectuado em xerafins, sendo que o *Caderno das Despesas* converterá esse mesmo montante em pardaus de tanga, com idêntico valor – cf. *Certidão de Chaul*, fl. 252v e *Caderno de Despesas*, fl. 241r.

²⁹ Cf. *Caderno das despesas*, fl. 235v, 236r e 242v.

³⁰ *Idem*, fl. 238v, 239v, 240r e v.

³¹ *Idem*, fl. 241v.

³² Tomou-se em conta que 1 pardau de tanga = 5 tangas / 300 reais; 1 vintém (não confundir com o vintém de reais) = 18 reais. Cf. *Livros dos Pesos da Yndia*, p. 62 e 63.

Acerca dos homens e mulheres guzerates que trabalhavam nas obras, engrossando as fileiras a cada semana, encontramos uma certa dificuldade em estabelecer um salário mensal visto que o «Trelado das ferias que foram pagas...» está organizado semanalmente. No entanto, estimamos que andasse por volta de uma tanga por mês, claramente inferior a qualquer montante mencionado anteriormente.

Já os oficiais (mestres de obras) receberiam uma soma superior, graças ao cargo e posição ocupados. A documentação não refere os seus salários, mas tão somente os prémios concedidos no final da obra «pelo muito trabalho que tinhão»³³: a Francisco Pires e Afonso Madeira dez pardaus de ouro por mês a cada um, a Mestre Pero 2 pardaus e meio de ouro por mês, e dois pardaus de tanga a Francisco de Resende³⁴.

As fontes analisadas oferecem-nos ainda um conjunto de informações quanto às provisões dos trabalhadores e respectivos preços. A alimentação centrava-se no arroz, no pescado, na manteiga e ainda no biscoito no caso dos homens em viagem de Goa para Diu. No entanto, as quantidades não estão todas estipuladas, excepção feita para a manteiga (cerca de um quartilho por dia³⁵) e para os guzerates contratados (que recebiam duas medidas de arroz diárias cada um, ou seja, cerca de um quilo³⁶). Quanto às rações consumidas, na armada de socorro vinda de Goa, durante um mês, 72 pedreiros e cabouqueiros cristãos (da terra) recebiam aproximadamente 200 gramas de biscoito como ração diária; 145 pedreiros e cabouqueiros gentios quase um quilo de arroz por dia (900 gramas); 12 carpinteiros cristãos 160g de biscoito e 610g de arroz; oito moços ferreiros contavam com cerca de 700g de arroz diários³⁷. Já em Diu e durante os trabalhos, uma das únicas informações passíveis de ser quantificadas é a quantidade de arroz diária dada a cerca de 130 pedreiros e cabouqueiros, que rondaria as 700g³⁸. Quanto aos preços observamos uma nítida diferença entre o de arroz

³³ *Idem*, fl. 243r.

³⁴ *Idem*, fl. 243r/v.

³⁵ *Idem*, fl. 236v.

³⁶ *Trelado*, fl. 266r, sendo que uma medida equivaleria a 0.501Kg, conforme o *Livro dos Pesos da Ymdia*, p. 58.

³⁷ Cf. *Caderno das Despesas*, fls. 235v e 236r, e os dados do *Livro dos Pesos da Ymdia*, p. 58.

³⁸ *Idem*, fl. 236v.

proveniente de Goa (variando entre 18 e 22 tangas o candil), de Baçaim (7 tangas por candil) e de Diu (5 tangas pela mesma medida)³⁹.

Dos muitos registos que o *Caderno das Despesas* contém, falta-nos observar algumas despesas variadas, nomeadamente no que diz respeito a material necessário para a construção, designadamente a cal, trazida de Goa e de Baçaim. Da primeira cidade foram enviados 173 moios (por 116 pardaus) e da segunda 4520 candis, em 27 embarcações (por 693 pardaus)⁴⁰, o que corresponde, respectivamente, a cerca de 147 toneladas e a 100 toneladas⁴¹. Aludimos ainda a cerca de 5000 cestos utilizados para diversos fins (ascendendo a 100 pardaus de tanga)⁴², ferramentas gastas e roubadas ao longo dos cinco meses de trabalho no valor de 100 pardaus de tanga, e ainda lenha enviada de Chaul, necessária para os fornos da cal (no montante de 106 pardaus e 218 tangas).

Fora isto, as fontes são explícitas quanto à proveniência do material de construção utilizado: a pedra provinha das casas da cidade (que voluntariamente destruíam⁴³), bem como a madeira para os fornos da cal. Leonardo Nunes diz-nos que os soldados «[...] acarretavam em carretas (onde eles serviam de bois) as grandes lageas e pedras das mesquitas para as bombardeiras e portais da fortaleza»⁴⁴. D. João de Castro conseguiu, portanto, erguer a nova fortaleza com material já existente na ilha de Diu, e em parte graças ao arraial inimigo que tinha o material necessário, aproveitando-se também a «[...] pedra da parede da contenda»⁴⁵ (a muralha guzerate construída frente à fortaleza). O impacto urbanístico na cidade foi tremendo – «tudo veo ao chão»⁴⁶, nas palavras de Gaspar Correia – contando

³⁹ *Idem*, fl. 235v, 236r/v. É-nos ainda dito que o quintal de biscoitos valia 900 reais e a canada de manteiga 1 tanga.

⁴⁰ Cf. *idem*, fls. 242r/v e 243v.

⁴¹ Tomámos em conta que um moio equivale a cerca de 850Kg, conforme o artigo de A. H. de Oliveira Marques – «Pesos e Medidas», *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão). Porto: Livraria, Figueirinhas, 2002 (reimprensa), vol. V, p. 71; e que um candil equivale a cerca de 220Kg, conforme o *Livro dos Pesos da Ymdia*, p. 48.

⁴² *Idem*, fl. 242v.

⁴³ *Lendas da Índia*, p. 582.

⁴⁴ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 139.

⁴⁵ Cf. COUTO, Diogo do – *Da Ásia*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1781, Década VI, Parte I, p. 304.

⁴⁶ *Lendas da Índia*, p. 582.

também com os moradores da fortaleza que recolhiam «genellas e portas, que tinha de grandes lavores e fremosas madeirações»⁴⁷ para o seu próprio uso pessoal visto terem as suas casas destruídas.

3. Somadas todas estas despesas, o aparelho financeiro português no Oriente apresenta uma despesa de 9450 pardaus de tangas⁴⁸, ou seja, cerca de 2.835.000 reais, o que corresponde a cerca de 37% do custo de uma nau e da respectiva carga na carreira da Índia, à partida de Lisboa (orçado em cerca de 7,6 milhões de réis) ou, se se preferir, a 4% dos lucros anuais obtidos pela Rota do Cabo (aproximadamente 72 milhões de réis em 1534)⁴⁹. A feitoria de Diu arcou com a maior parte dos gastos, exceptuando os reforços e materiais enviados de Goa, Chaul e Baçaim, de onde eram pagos um ou dois meses adiantados.

No entanto, aquando do início das obras, em final de Novembro, o governador não possuía os meios financeiros necessários para cobrir as despesas que se anteviam – em parte por ter gasto uma soma considerável em mercês concedidas aos soldados e fidalgos portugueses⁵⁰. Pediu então um empréstimo à cidade de Goa, no valor de vinte mil pardaus de tanga, alegando a necessidade de reconstruir a fortaleza, salientando as «[...] grandes opressões e contínuos achaques que me dão os lascarins por paga, de que lhes dou muita certeza porque doutra maneira se me irião todos, e ficarei só nesta fortaleza»⁵¹. Para reforçar a sua própria palavra, D. João de Castro envia como penhor alguns pêlos da sua própria barba⁵². A ideia inical passava pelo envio dos ossos do filho, D. Fernando de Castro, morto durante o cerco, no entanto «[...] acharão-no de tal maneira que não foi lícito ainda agora de o tirar da terra»⁵³. Era o próprio governador que afirmava que não

⁴⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁸ *Caderno das Despesas*, fl. 235r.

⁴⁹ Cf. COSTA, Leonor Freire e LAINS, Pedro e MIRANDA, Susana Münch – *História Económica de Portugal. 1143-2010*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011, p. 117.

⁵⁰ CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, cit., p. 343.

⁵¹ ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de Dom João de Castro, quarto vizo-rei da India*. Lisboa: Na Officina Craesbeeckiana, 1651, fl. 308.

⁵² Que Leonardo Nunes afirma ter visto «[...] na maão de Dioguo Roiz d'Azevedo, que mas mostrou atadas num lenço»- *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 136.

⁵³ ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de Dom João de Castro...*, cit., fl. 309.

possuía ouro, prata, ou bem de raiz ou móvel, «[...] somente huma verdade secca e breve que me Nossa Senhor deo»⁵⁴. Em troca deste empréstimo, o *Forte Castro* (como lhe chamaria Camões) entregava os rendimentos do comércio dos cavalos em Goa como forma de pagamento.

Em resposta, a cidade mobilizou-se, angariando 20.146 pardaus (de tanga) e uma tanga, dos quais a própria Câmara, em carta ao governador, identifica terem sido dados pelos «[...] cidadãos e o povo, e asy os bramenes, mercadores, gamcares e ouryves»⁵⁵, tendo sido reunidos 9200 e tantos pardaus pelos *gemtios*, e feito um livro de registo das pessoas que contribuíram para o empréstimo⁵⁶. Não obstante o penhor e a oferta de pagamento feita por D. João de Castro, a cidade mostrou-se solidária, recusando as ofertas e devolvendo as famosas barbas num cofre guarnecido de prata⁵⁷.

Apesar do esforço realizado pelos goeses, o montante reunido não foi utilizado. Tal se deveu a uma nau do Sultão de Cambaia, capturada ao largo de Diu por António Moniz e com um valor de 20.000 pardaus⁵⁸, dinheiro então utilizado pelo governador para as necessidades das obras. O empréstimo colectado em Goa foi consequentemente reenviado quando chegou à fortaleza, visto já não ser necessário⁵⁹.

⁵⁴ *Idem, ibidem.*

⁵⁵ São Luís, Francisco de – *Obras Completas do Cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, p. 261. Esta carta (Nº 35), conjuntamente com outras, foram publicadas pelo Cardeal Saraiva na reedição da obra de Jacinto Freire de Andrade, dedicada à vida de D. João de Castro, datada de 1835 (p. 460-466). Encontravam-se numa coleção adquirida pela dita personalidade, sendo confiada ao conselheiro António José Marques Correia Caldeira após a sua morte, vindo posteriormente a integrar o acervo da Torre do Tombo, conforme se pode ler na descrição do fundo hoje existente, denominado “Cartas a D. João de Castro”.

⁵⁶ Rui Gonçalves de Caminha e o gentio Dadagi confirmam este valor: Carta de Rui Gonçalves de Caminha para D. João de Castro, datada de 28 de Dezembro de 1546 publicada in *Obras Completas de D. João de Castro*, cit., p. 327 e Carta de Dadagi para D. João de Castro, datada do mesmo dia in *ob. cit.*, vol. IV, p. 44.

⁵⁷ COUTO, Diogo do – *Da Ásia*, cit., *ob. cit.*, p. 300.

⁵⁸ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 142-143. Gaspar Correia refere que o montante seria de 50 mil xerafins de ouro – *Lendas da Índia*, p. 585.

⁵⁹ *Ob. cit.*, p. 143. Esta informação é confirmada numa carta da Câmara de Goa para D. João de Castro, datada de 7 de Janeiro de 1547: «O vedor da fazenda Symão Botelho nos dixe na mesa desta Camara como vosa senhoria mandava que o denheiro do emprestemo se tornase as pessoas que o emprestaram com muitas palavras d'agradecimentos e de muita omra da cidade porque beigamos as maos a Vossa Senhoria» – ANTT, Cartas de Goa a D. João de Castro, fl. 47r. Na biografia escrita pelo neto, e em jeito laudatório, é dito que o

A necessidade do empréstimo ilustra perfeitamente a situação económico-financeira do Estado da Índia. Esta falta de meios não é somente fruto da economia de mercês reinante, culpada pelas largas graças concedidas depois do cerco, mas também do conturbado período em análise. Não esqueçamos que Magalhães Godinho observa uma viragem estrutural entre 1545-1552, fruto de uma profunda crise que se faz sentir na Europa e se repercute no Império Atlântico e Oriental⁶⁰. Deste modo impõe-se finalmente a questão: as despesas da reconstrução da fortaleza de Diu traduziram-se num gasto acrescido para a máquina administrativa portuguesa no Oriente? Pelo que acabámos de ver podemos afirmar que não. A utilização das riquezas apreendidas às diversas naus vindas de Meca (em especial a pertencente ao sultão do Guzarate) veio aligeirar consideravelmente o alcance destes gastos.

O neto-biógrafo do Governador mostra o espanto dos feitores perante a aparente pequena despesa das obras, parecendo que tirara a D. João de Castro «[...] muita parte da reputação, porque uma cousa e outra foi muito grande e estranha novidade para aquela terra e para esta outra, pois vemos quanto dinheiro se gasta no fazer das fortalezas quando o gasto corre pelas mãos dos feitores e almoxarifes»⁶¹. As largas mercês concedidas pelo Governador aos homens que estiveram presentes no cerco e na batalha de 10 de Novembro ajudam-nos a perspectivar, também, o valor dos gastos. Vejamos: Lourenço Pires de Távora, capitão-mor da armada do reino, recebeu 2000 pardaus de tanga por se ter juntado à armada de socorro⁶²; D. João de Mascarenhas, capitão da fortaleza durante o cerco, a quem foram atribuídos 1000 pardaus pelos gastos que teve durante este assédio⁶³; ao próprio filho, D. Álvaro de

governador afirmara que «[...] não fora à Índia buscar dinheiro nem riquezas senão honra e fama perpétua» – CASTRO, D. Fernando de – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, cit., p. 350.

⁶⁰ Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – «Flutuações económicas e devir estrutural do Século XV ao Século XVII» in *Ensaios e estudos. Uma maneira de pensar*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009, vol. I, p. 328-329, 342-343.

⁶¹ CASTRO, D. Fernando – *Crónica do Vice-Rei D. João de Castro*, cit., p. 343.

⁶² BAIÃO, António – *História Quinhentista (inédita)...*, cit., p. 296. Esta referência, bem como as seguintes, fazem parte do *Livro de Mercês que fes o Senhor Dom João de Castro sendo Visorey da India, aos capitais [sic], fidalgos daquele estado, e a todas as pessoas que o ajudarão no cerco e socorro da fortaleza de Diu*, existente na Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Códice 51-VII-8, estudado por Luís de Albuquerque em *Alguns Casos da Índia Portuguesa no Tempo de D. João de Castro (I)*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

⁶³ *Ob. cit.*, p. 318.

Castro, foram dados 500 pardaus, para ajuda dos gastos de ter dado mesa a alguns soldados⁶⁴. Somadas todas as mercês concedidas a estes homens, ultrapassaríamos certamente o montante gasto na reconstrução da fortaleza.

Procurámos ao longo desta leitura da documentação compreender que despesas e valores, quais os materiais e qual a gestão que D. João de Castro imprimiu às referidas obras, em colaboração com Mestre Francisco Pires e D. João de Mascarenhas. Os trabalhos de reedificação decorreram num espaço profundamente alterado e marcado por seis longos meses e meio de um cerco que marcaria definitivamente o imaginário português da presença portuguesa na Índia. Diu, centro nevrágico do Índico português, manter-se-ia sob o domínio luso, no momento em que o eixo do Império começava a mostrar sinais da sua mudança para o Atlântico. Na sua crónica dedicada ao governador, Leonardo Nunes concluía o assunto da construção da fortaleza afirmando que Castro muitas vezes declarara que esta não custara mais que dez mil pardaus a reconstruir, acrescentando: «E vio eu per certidões dos oficiaes que as podiam dar do negócio»⁶⁵. Por felizes circunstâncias a documentação subsiste, e também nós o confirmamos, observando as mesmas certidões que este autor viu, mais de quatro séculos e meio volvidos sobre este feito de armas da gesta portuguesa no Oriente.

Anexo Documental

O presente documento encontra-se entre os fólios 234 e 244 do Códice 51-VII-19 – «Índia Portugueza, tomo I, 1542-1548», da Biblioteca da Ajuda, códice factício que reúne documentação relativa à governação da Índia de D. João de Castro (1545-1548). O documento, em papel (deixando por vezes trespassar a tinta), encontra-se em bom estado de conservação, tendo sido escrito pela mão de António Pessoa, em letra cursiva típica do século XVI.

⁶⁴ *Ob. cit.*, p. 323.

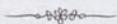
⁶⁵ NUNES, Leonardo – *Crónica de Dom João de Castro*, cit., p. 146.

As anotações posteriores são raras, surgindo apenas no início como forma de identificação do documento.

Ao contrário de outras fontes de carácter financeiro, os registos das despesas (apresentadas em numeração romana) não recorrem ao uso de colunas para referir as quantias, deixando um espaço em branco equivalente a três ou quatro linhas por baixo do início de cada parágrafo onde são indicadas. No final de cada página é apresentada a soma correspondente às despesas aí registadas, usando sistematicamente a numeração árabe – informação que decidimos colocar em nota de rodapé.

Quanto às normas de transcrição, seguimos basicamente as propostas por Avelino de Jesus da Costa⁶⁶. Procurámos respeitar o texto, sem nada lhe acrescentar, suprimir ou alterar mas, tornando-o inteligível, da seguinte forma:

- Desdobraram-se as abreviaturas sem assinalar as letras que lhes correspondem;
- Actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas, do *i* e do *j*, do *u* e do *v*, conforme eram vogais ou consoantes;
- Ignoraram-se alguns sinais de pontuação colocados no texto, e inseriram-se outros para tornar o documento mais compreensível;
- As leituras duvidosas foram seguidas de (?);
- Os acentos foram introduzidos apenas para evitar erros de pronúncia ou interpretação;
- Separaram-se as palavras incorrectamente juntas e uniram-se os elementos dispersos da mesma palavra;
- Mantiveram-se as consoantes e vogais duplas insertas no meio do vocábulo, reduzindo-as a uma só quando no início da palavra;
- As palavras proclíticas e aglutinadas foram separadas por apóstrofo.



⁶⁶ *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3^a ed. Coimbra: FLUC/IPD, 1993.

1547 ABRIL 16 – *Caderno das despesas realizadas na reconstrução da fortaleza de Diu, entre Novembro de 1546 e Abril de 1547.*

A) Biblioteca da Ajuda (Lisboa), Cód. 51-VII-19, Índia Portugueza, tomo I, 1542-1548, fls. 234-244.

[fl. 234r] Caderno das despesas que se fizerão no fazimemto da fortaleza de Dio que o senhor governador Dom João de Castro fez de novo que foy começada a XXII dias de Novembro de $\bar{I}b^cRbI$ e a acabou a Xb d'Abryll de $\bar{I}b^cRbII$.⁶⁷

[fl. 235r]

†⁶⁸

Mostra se valerem as despesas que forão feitas no fazimento da fortaleza de Dio que o senhor governador dom João de Castro fez de novo per fora da fortaleza e cava que tinha damtes e com as igrejas e cassas do capytão que mandou concertaar dentro na fortaleza por estarem derrybadas da batarya e cerquo que teve e em outras obras myudas nove myll quatrocentos e cymquoepta⁶⁹ pardaos de tamgas per esta maneira abaixo e ao diamte declarado.

Item IX^cLXXbI pardaos IIII tangas de 5 tangas o pardao que foram pagos d'amte mao a II^cRI pessoas pedreiros e cabouqueiros e ferreiros carpimteiros gemte da terra e portugeses que foram de Goa com o senhor governador per seu mandado paguos de II meses d'amte mão per esta maneira scilicet IIII^c pardaos a cem cabouqueyros a rezao de II pardaos de tamgas a cada hum por mes, Item IIII^c RbIII pardaos que foram pagos a CXII pedreiros do dito tempo e ha dita rezao, Item XXX pardaos a b mocadões do dito tempo a rezao de III^c pardaos a cada hum por mes, Item LIIIII pardaos a XII carpimteiros tambem homens da terra emtrando hum mocadão, os carpimteiros a rezão de II pardaos a cada hum e 1 mocadão a III pardaos, Item XbI pardaos a

⁶⁷ No topo, em letra mais recente «1547», bem como na margem direita, paralelo ao texto «Dio» e por baixo «21 Novembro 46, 16 Abril 47».

⁶⁸ No topo, em letra mais recente «1547», bem como no canto superior direito encontra-se «Da reedificação da fortaleza de Dio feita por D. João de Castro pola J. Freire na sua *Vida*, Liv. 3, N° 29 e 31» – referência à obra seiscentista de Jacinto Freire de Andrade, *Vida de Dom Joao de Castro quarto Viso-Rey da India*.

⁶⁹ Na margem direita: «IX IIII^cL pardaos».

bIII mocos fereiros da terra dos ditos II meses a rezao de b tamgas a cada hum, Item XX bIII pardaos III tamgas que forão pagos a IIII pedreiros portugeses dos⁷⁰ [fl. 235v] ditos meses a rezao de II bimtens por dia a cada hum a qual despesa foy feita d'amte mão por Pero Lopez de Samde feitor de Goa como parece per sua certidão⁷¹.

Item CLXX pardaos II^cRbIII reas que vall o mamtimento que foy dado em Goa per o tempo de hum mes a II^c XXXI pessoas scilicet cabouqueiros pedreiros ferreiros e a carapimteiros gente da terra e alguns portuges per esta maneira scilicet XXbIII pardaos LRb reas que valem bIII quintais I aroba XXIIII arates de bizcoutho que se deu pera LXXII pedreiros cabouqueiros christaos da terra a rezao de IX^c reas o quintal, Item XXbIII pardaos III tamgas que vallem bI candis X maos XXX mididas d'aroz giracal que lhe foy dado a rezam de XXII tamgas o candil, Item RbII pardaos II tamgas que valem XIII camdis II maos XXI mididas d'aroz preto a rezao de XbIII tamgas o candil pera CRb pedreiros e cavouqueiros canaris, Item IIII pardaos LXbII reas que val I quintal I aroba XX arates de bizcoutho pera mantimentos de XII carpimteiros christaos, Item IIII pardaos CLR reas de I candil I mão XXb medidas d'aroz giracaal que foy dados aos ditos XII carpimteiros, Item RbII pardaos II tamgas que foram dados a II^cXXXbII pessoas da terra pera pescado a rezão de húa tamga a cada hum pera o dito mes, Item II pardaos CLRbI reas que valem XIII maos XbIII medidas d'aroz que⁷² [fl. 236r] forao dados a bIII mocos ferreiros da terra que entra no comto da comitia atras declarado, Item os bII pardaos III tamgas que val o mamtimento que foy dado de bizcoutho carne e pescado e manteiga e aroz que foy dado a IIII pedreiros portugeses pera tempo de hum mes segundo ordenança, os quaes mantimentos receberam em Fernam Nuniz almoxarife dos mantimentos de Goa pera o dito mes começado em XIX de Setembro de 546 em deamte que he o tempo que partirao pera Dio per mandado do senhor governador.

Item X pardaos que se deu de lenha pera se fazer de comer a toda esta gente

⁷⁰ No canto inferior direito «Soma 976 pardaos 4 tamgas».

⁷¹ Certidão de Goa, fls. 248r e 257v. Todas as certidões referidas no documento encontram-se anexadas, no mesmo códice.

⁷² No canto inferior direito «Soma 170 pardaos 248 reas».

Item LXXXbIII pardaos IIII tangas que val o mamtimento que foy dado em Baçaim per mandado do vedor da fazenda que pera yso levarão dele de Goa has ditas II^c RI pessoas atras declarados scilicet XXXIII pardaos IIII tamgas de XXIIII candis II paras d'aroz a rezão de bII tamgas o candil que he o preço que laa valia que montou a II^c XXXbII pessoas da terra, Item RbII pardaos II tamgas pera pescado ha dita gente a rezao de húa tanga a cada hum por mes, Item os bII pardaos III tamgas que val o mamtimento de bizcouto aroz e mamteiga e carne e pescado pera os IIII pedreiros portugeses o qual mamtimento lhe foy dado pera hum mes como dito he acabado a XIX de Novembro de 546⁷³.

[fl. 236v] Item b^cRIII pardaos de tamgas per IIII^cLIII pardaos d'ouro II tamgas que foram pagos em Dio pelo feitor Amtonio Gil a CXXX pedreiros e cavouqueiros a rezão de dous pardaos de tamga a cada hum por mes e a quatro mocadões a rezão de III pardaos por mes, pagos de dous meses começados a XIX de Novembro de 546 the XIX de Janeiro de 547 e os ditos pardaos d'ouro foram despesas a rezao de bI tamgas cada hum posto que em Dio valesem a b tamgas a qual despesa foy feita pelo dito feitor como se parece per sua certidão⁷⁴.

Item LXb pardaos IIII tamgas que val o mamtimento que foy dado em Dio aos ditos CXXX pedreiros e cavouqueiros e a IIII mocadoes em tempo dos ditos dous meses acabados a XIX de Janeiro de 547 per esta maneira scilicet XXbI pardaos II tamgas de XXbI candis bI maos d'aroz a rezao de b tamgas o candil por asy valer na terra, Item XII pardaos III tamgas de LXIII canadas de manteyga a rezao de hum quartilho por dia a cada pedreiro por asy ordenaar o senhor governador pelo muito trabalho que tinhão nas obras da dita fortaleza, Item XXbI pardaos IIII tamgas de pescado a rezao de mea tamga a cada hum por mes que valia o que lhe foy dado pelo aver na terra⁷⁵.

[fl. 237r] Item CbIII pardaos de tamgas per LR pardaos d'ouro que foram pagos pelo dito Amtonio Gil a XXbII pedreiros que forao doentes

⁷³ No canto inferior direito «Soma 98 pardaos 4 tangas».

⁷⁴ «Lembrança dos pagamentos...», feita pelo dito feitor de Diu, António Gil, no mesmo código, fls. 258r.

⁷⁵ No canto inferior direito «Soma 609 pardaos 4 tamgas».

pera Goa pagos dos ditos dous meses atras declarados como se parece pela dita certidão do dito feitor de Dio⁷⁶.

Item RbIII pardaos de tamgas per R pardaos d'ouro que foram pagos pelo dito Amtonio Gil feitor de Dio a XII carpinteiros da terra christaos pagos dos ditos dous meses a rezao de dous pardaos de tamgas a cada hum como se parece pela dita certidão⁷⁷.

Item XXIII pardaos de tamgas per XX pardaos d'ouro que foram pagos a Francisco de Resende mestre das obras da carpentaria de soldo de III moços officiaes de tempo de IIII meses começados em primeiro de Dezembro de 546 the fim de Março de 547 a rezao de dous pardaos a cada hum por mes pagos pelo dito feitor Amtonio Gil como se parece per sua certidão⁷⁸.

Item I pardoal IIII tamgas d'aroz e pescado aos ditos moços do dito tempo⁷⁹.

[fl. 237v] Item bI^c Rb pardaos de tamgas per b^cXXXbII pardaos e meo d'ouro a rezao de bI tamgas o pardoal que mais foram pagos pelo dito feitor Amtonio Gil em Dio a CXXIII pedreiros e cavouqueiros e a quatro mocadoes ha dita dita rezao atras declarada de tempo de dous meses e meo acabados no tempo que ho senhor governador partio de Dio pera Goa como se parece pela dita certidam do dito feitor⁸⁰.

Item LXXXII pardaos III ½ tamgas que val o mantimento que foy dado aos ditos CXXIII pedreiros e cavouqueiros e IIII mocadoes de tempo de dous meses e meo te a partida do senhor governador de Dio pera Goa per esta maneira scilicet XXXIII ½ pardaos de XXXIII candis e meo d'aroz a rezao de b tamgas o candil, Item XXXI pardaos III ¾ tamgas de pescado pera o dito tempo a rezao de mea tamga a cada hum por mes, Item os XbII pardaos IIII ½ tamgas de LXXIX canadas e hum quartilho de manteiga a rezao de hua tamga cada canada.

Item R pardaos de tamgas per XXXIII pardaos d'ouro II tamgas que foram pagos em Dio pelo feitor Amtonio Gil a⁸¹ [fl. 238r] bIII carpinteiros

⁷⁶ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 258r.

⁷⁷ *Idem, ibidem.*

⁷⁸ *Idem, fl. 258v.*

⁷⁹ No canto inferior direito «Soma 181 pardaos 4 tamgas».

⁸⁰ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 258v.

⁸¹ No canto inferior direito «Soma 767 pardaos 3 ½ tamgas»

de tempo dos ditos II ½ meses acabados no tempo atras declarado como outrosy parece pela dita certidam do dito feitor⁸².

Item IIII pardaos de tamgas que val o aroz e pescado que foy dado aos ditos bIII carpinteiros dos ditos II meses meo.

Item XXXbII pardaos de tamgas per XXX pardaos d'ouro e b tamgas que foram pagos pelo dito feitor Amtonio Gil em Dio de tempo de dous meses começados em primeiro de Dezembro de 546 te fim de Janeiro de 547 a rezão de bII tamgas meo a cada hum por mes como se parece pela dita certidam do dito feitor⁸³.

Item IIII pardaos II tamgas que val o aroz e pescado que foy dado em Dio aos ditos XI fereiros acyma declarados dos ditos II meses te fim de Janeiro de 547.

Item XXXbIII pardaos IIII tamgas que foram pagos em Dio pelo dito feitor Amtonio Gil a X ferreiros dos XI acima declarados de tempo de II meses meo do primeiro de Fevereiro de 547 te Xb d'Abrial do dito ano ha dita rezam como se contem na dita certidão⁸⁴

[fl. 238v] Item b pardaos de tamgas que val o mantimento d'aroz e pescado que foy dado aos ditos X fereiros atras declarados e tempo de II meses e meo te Xb d'Abrial do dito anno a rezão de b tamgas o candil como val na terra.

Item XXXIX xerafis I tamga que foram pagos em Chaul per Antonio Ribeiro feitor a XII cavouqueiros e II mocadoes per esta maneira scilicet bIII pardaos aos ditos II mocadoes e XXIII pardaos aos XII cavouqueiros e os bII pardaos I tamga que lhe mais pagou pera leixarem suas mulheres pagos de tempo de hum mes de Xb d'Outubro de 546 em diamte como se parece per certidam do dito feitor Amtonio Ribeiro⁸⁵.

Item XXX pardaos de tamgas que foram pagos pelo dito Amtonio Ribeiro em Chaul a X pedreiros de tempo de hum mes começados a Xb d'Outubro de 546 em diamte a rezao de III pardaos a cada hum por mes.

⁸² «Lembrança dos pagamentos...», fl. 258v.

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ *Idem, ibidem.* No canto inferior direito «Soma 84 pardaos I tamga».

⁸⁵ Certidão de Chaul, fls. 252-253.

Item RIII pardaos de tamgas per XXXb pardaos d'ouro e b tamgas que foram pagos em Dio per Amtonio Gil feitor⁸⁶ [fl. 239r] de Dio a XXII pedreiros de Chaul com o mocadao de tempo de hum mes começados em bII de Novembro de 546 em diamte a rezao de dous pardaos a cada hum ao mocadam a tres como se parece per certidão do dito Amtonio Gil⁸⁷.

Item b pardaos meo que val o mantimento d'aroz pescado e manteiga que foy dado em Dio a estes XXII cavouqueiros pera tempo de hum mes.

Item LXXX pardaos IIII tamgas per LXbII pardaos d'ouro II tamgas que mais foram pagos pelo dito Amtonio Gil a XX pedreiros de Chaul com o mocadao de tempo de II meses começados em bII de Dezembro de 546 the bII de Fevereiro de 547 a rezao de dous pardaos a cada hum e o mocadão a tres por mes como se parece pela dita certidão⁸⁸.

Item bIII pardaos I tamga que val o mantimento d'aroz manteyga e pescado que foy dado em Dio aos ditos XX pedreiros de tempo dos ditos II meses.⁸⁹

[fl. 239v] Item LXXXIX pardaos II tamgas que foram pagos mais pelo dito Antonio Gil feitor de Dio a XXIII pedreiros e hum cherqua (?) de tempo de II meses começados em bII de Fevereiro de 547 the bII d'Abrial do dito anno ha dita rezao atras declaradas como se parece pela dita certidam⁹⁰.

Item XII pardaos que val o mantimento d'aroz manteiga e pescado que foy dado em Dio pera os ditos pedreiros nos ditos dous meses.

Item XXXb pardaos de tamgas que foram pagos em Chaul pelo feitor Antonio Ribeiro a XXXIII bigaris e hum mocadam que mandou a Dio de tempo de hum mes começados a b de Dezembro de 546 em diamte como se parece per sua certidão⁹¹.

Item bII pardaos que val o mantimento d'aroz e pescado que foy dado em Dio pera estes XXXIII bigaris e hum mocadão pera tempo de hum mes começados a bIII de Dezembro de 546 em diamte.⁹²

⁸⁶ No canto inferior direito «Soma 117 pardaos I tamga».

⁸⁷ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 259r.

⁸⁸ *Idem, ibidem.*

⁸⁹ No canto inferior direito «Soma 94 ½ pardaos».

⁹⁰ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 259v.

⁹¹ Certidão de Chaul, fls. 252-253.

⁹² No canto inferior direito «Soma 143 pardaos 2 tamgas».

[fl. 240r] Item RIII pardaos que foram pagos pelo feitor Antonio Ribeiro em Chaul a RIII bigaris que mais mandou a Dio pera tempo de hum mes começado em XXIX de Dezembro de 546 em diante como se parece pela certidão do dito feitor⁹³.

Item IIII pardaos IIII tamgas per IIII pardaos d'ouro que foram paguos pelo dito feitor Amtonio Ribeiro em Chaul a IIII pedreiros que mais mandou a Dio pera tempo de hum mes começados em XXIX de Dezembro de 546 em diamte.

Item CII pardaos de tamgas per LXXXb pardaos d'ouro que forão pagos em Dio per Amtonio Gil feitor a XXIIII bygaris e I mocadão dos de Chaul de tempo de II meses começados em bIII de Dezembro de 546 em diamte a rezao de II pardaos a cada hum do dito tempo Item o mocadão tres como se parece per certidão do dito Amtonio Gill⁹⁴.

Item bII pardaos I tanga e mea que val o mantimento que se deu aos ditos bigaris acyma declarados d'aroz pescado e manteiga de tempo de hum mes por que d'outro mes ouveram d'antemao a chegada de Dio.⁹⁵

[fl. 240v] Item CXbIII pardaos de tamgas per LRbIII pardaos d'ouro II tamgas que mais foram pagos em Dio per Amtonio Gil feitor per esta maneira scilicet LRbI pardaos a XXIIII bigarins dos de Chaul de tempo de douz meses começados a bIII de Fevereiro de 547 em diamte a rezao de douz pardaos a cada hum por mes e o mocadão III pardaos por mes de que ouve bI pardaos o dito mocadão, e os XbI pardaos a bIII bigarins de tempo de III meses começados em III de Janeiro de 547 em diamte dos quaes ouverão douz meses no feitor Amtonio Gil e hum mes no feitor Amtonio Ribeiro o qual lhe foy pago pelo mandar asy o senhor governador por terem muito trabalho em amasar a caal como se parece pela dita certidão⁹⁶.

Item XIIIII pardaos II tamgas que val o mantimento d'aroz e pescado que foy dado a estes bigaris acima declarados pera tempo dos ditos II meses acima declarados.

Item XbII pardaos I tanga que foram pagos per Antonio Ribeiro feitor de Chaul a XI pedreiros e I mocadam que mais mandou ha fortaleza de Dio

⁹³ Certidão de Chaul, fls. 252-253.

⁹⁴ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 259v.

⁹⁵ No canto inferior direito «Soma 157 pardaos mea tamga».

⁹⁶ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 259v.

e ysto em começo de⁹⁷ [fl. 241r] paguo do tempo que la servise a XXX de Janeiro de 547 que os de Chaul mandou como parece per sua certydam⁹⁸.

Item XXIX pardaos I tamga per XXIII pardaos d'ouro II tamgas que foram paguos em Dio per Amtonio Gil feitor a X pedreiros com o mocadao dos que foram de Chaul com Ganaa mocadam deles o qual he o comprimento do que lhe hera devido de tempo de II meses porque o que falta lhe foy cocontado (*sic*) pelo que ouverão no feitor de Chaul como se vera nas outras adições atras os quaes dous meses se começão de IIII de Fevereiro 547 em diamte como se parece per sua certidam⁹⁹.

Item IIII pardaos IIII tamgas que val o mantimento d'arroz manteiga e pescado que se deu a estes pedreiros acima declarados dos ditos dous meses.

Item LXXXII pardaos IIII tangas que foram pagos a III pedreiros portugeses dos que foram de Goa de tempo de IIII meses começados a XI de Novembro de 546 te XI de Marco de 547 o qual pagamento ouveram¹⁰⁰ [fl. 241v] per esta maneira scilicet XbIII pardaos que foram pagos per Pero Lopez de Sande feitor de Goa e os LXIII pardaos IIII pardaos per LI pardaos d'ouro II tamgas per Antonio Gil feitor de Dio que faz a dita comtia como se parece per certidões dos ditos feitores¹⁰¹.

Item XIII pardaos II tamgas per XII pardaos d'ouro que lhe mais foram pagos pelo dito Amtonio Gil pera seus almorços a rezao de hum pardo d'ouro a cada hum.

Item XbIII pardaos de tamgas que foram pagos per Joao Teixeira feitor de Baçaim a XbIII bigaris que laa mandou pera fazerem caal pera tempo de hum mes começado a II de Dezembro 546 em diante como se parece per sua certidam¹⁰².

Item XbI pardaos IIII tamgas per XIII pardaos d'ouro que mais foram pagos per Amtonio Gil feitor de Dio a XIII bigaris dos que foram de Bacaim de tempo de hum mes começado em II de Janeiro de 547 em diante como se parece per certidam d'Amtonio Gil.¹⁰³

⁹⁷ No canto inferior direito «Soma 149 pardaos 3 tamgas».

⁹⁸ Certidão de Chaul, fls. 252-253.

⁹⁹ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 260r.

¹⁰⁰ No canto inferior direito «Soma 116 pardaos 4 tamgas».

¹⁰¹ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 260r.

¹⁰² *Idem, ibidem.*

¹⁰³ *Idem, ibidem.* No canto inferior direito «Soma 49 pardaos I tamga».

[fl. 242r] Item XXI pardaos III tamgas per XbIII pardaos d'ouro que foram paguos a bII bigaris e hum mocadão de tempo de II meses começados a II de Fevereiro de 547 em diamte o qual pagamento foy feito pelo dito feitor Amtonio Gil como se vyo per sua certidão¹⁰⁴.

Item XI pardaos mea tamga que val o mantimento d'aroz e pescado de todo o tempo que serviram os bygaris que foram de Baçaim pera fazerem a caal.

Item ŪIII^cLI pardaos I tamga e mea que o feitor de Baçaim Joao Teixeira despendeo em compra de caal e despesas dela per esta maneira scilicet bI^cLRIII pardaos de compra de ŪIIIbI^c XX candis de caal a rezao de tres quartos de tamga o candil, Item ŪIII^cLXXX pardaos de fretes de¹⁰⁵ XXbII enbarcações de navios fustas e cotias as quaes foy paguo calaaz de marinheiros (?) e mamtimentos e algūas frete que ha levarão a Dio, Item CX pardaos de ferias de trabalhadores que acaretaram a dita caal aos navios e a enbarcavam e a cotias que na enbarcaçam servirão, Item os LXbIII pardaos I tamga mea que¹⁰⁶ [fl. 242v] valem RbIII candis XbI maos d'aroz a rezao de bII tamguas o candil que gastou no mamtimento das ditas enbarcacoes como se parece per certidam do dito feitor asynada pelo capitão dom Geronimo¹⁰⁷.

Item C pardaos de tamgas que ho dito feitor podia despender em compra de b cestos que mandou ha dita fortaleza pera o serviço dela segundo o que¹⁰⁸ pareceo a Symão Botelho vedor da fazenda e a Amtonio Pessoa que hos virão e mandaram gastar.

Item Ūb^cLXXb pardaos de tamgas que foram pagos por Pero Lopez de Sande feitor de Goa a b^cXXIII bigaris entrando II mocadoes a rezao de bII tamgas mea a cada bigarys e os mocadoes a Xb tamgas pagos de II meses d'amtemão como se vyo per certidão do dito feitor¹⁰⁹.

Item II^cXXI pardaos I tanga que val o mantimento que foy dado pera estes bigaris pera tempo de hum mes pera aroz e pescado que ouveram no

¹⁰⁴ «Lembrança dos pagamentos...», fl. 260v.

¹⁰⁵ Segue-se letra riscada.

¹⁰⁶ No canto inferior direito «Soma 1384 pardaos».

¹⁰⁷ Certidão de Baçaim, fls. 251 e 254.

¹⁰⁸ Encontra-se riscado a seguir «o».

¹⁰⁹ Certidão de Goa, fls. 249 e 256.

almoxarife de Goa Fernam Nuniz a XbIII tamgas o candil d'aroz que valia o qual se deu segundo ordenança.¹¹⁰

[fl. 243r] Item CXXXbII pardaos de tamgas per CXIII pardaos d'ouro I tamga que foram pagos per Antonio Gil feitor de Dio a CXXXI bigaris e tres mocadoes dos que foram de Goa de tempo de hum mes começado a Xb de Março de 547 em diamte como se parece por certidão do dito feitor¹¹¹.

Item CLXXI pardaos de tamga que foy dado a estes officiaes abaixo declarados halem de seu mantimentos ordinario pelo muito trabalho que tinhão per esta maneira scilicet CXX pardaos per C pardaos d'ouro a Francisco Pirez e a Afonso Madeira mestres das obras da fortaleza do tempo de b meses a rezao de X pardaos d'ouro a cada hum por mes, Item Xb pardaos de tamgas per XII pardaos meo d'ouro a mestre Pero mestre das ferrarias dos ditos cinco meses e a rezao de II pardaos meo d'ouro cada mes, Item bI pardaos de tamgas per b pardaos d'ouro a Gaspar Fernandez irmão do dito Mestre Pero a rezao de hum pardo d'ouro por mes dos ditos b meses, Item X pardaos de tamgas a Alvaro Pirez condestabre mor da armada por ter muito trabalho e fazer pólvora em Dio de tempo de b meses a rezao de X tamgas por mez, Item II pardaos de tamgas a Francisco de Resende mestre dos carpinteiros do tempo de hum mes, Item os XbIII pardaos de tamgas a tres pedreiros portugeses¹¹² [fl. 243v] de tempo de b meses a rezao de hum pardo d'ouro a cada hum por mes pera seus almorços.

Item C pardaos de tamgas que se aquy mais faz comta de despesa de ferramentas que se podia gastar e furtar nas ditas obras da dita fortaleza.

Item CXbI pardaos III tamgas com que se comprou CLXXIII moyos de caal que se levou de Goa a Dio pera as ditas obras como se parece per certidam de Pero Lopez de Sande feitor de Goa¹¹³.

Item III^cLIII pardaos I porgil que despendeo Amtonio Fil feitor de Diu em XIX ferias de trabalhadores guzarates scilicet carpinteiros pedreiros cavouqueiros boys e bigaryns e mulheres que trabalharam nas ditas obras de XXIX de Novembro de 546 athe XI d'Abrial de 547 que se acabarão as

¹¹⁰No canto inferior direito «Soma 1896 pardaos I tamga».

¹¹¹«Lembrança dos pagamentos...», fl. 260v.

¹¹²No canto inferior direito «Soma 308 pardaos».

¹¹³Certidão de Goa, fls. 250 e 255v.

ditas obras e se partio o senhor governador pera Goa por ser ja acabada a dita fortaleza como se parece per certidam do dito Amtonio Gil.¹¹⁴

[fl. 244r] Item CXbI pardaos II^cXIII reas de CXbI candins X paras d'aroz que mais despendeo com as ditas ferias a rezao de b tamgas o candil que he seu preço que valia na dita fortaleza.

Item CbI pardaos II^cXbIII tamgas de que se aqui mais faz conta de despesa d'algúna lenha que foy de Chaul pera se fazer caal e asy algum carvão.

Item os IIII^cL pardaos de tamgas que foram pagos a Antonio Gil pera contrato que com ele fez Symão Botelho vedor da fazenda per mando do senhor governador pera comçertar a see e curicheos dela em todo o que lhe comprise e casas do capitão e asy a Igreja de Samtiago e outras obras meudas de dentro da fortaleza como se no contrato contem

Soma 673 pardaos 132 reis

Noteffiquo Amtonio Pessoa como todas estas despesas comteudas neste caderno foram feytas peramte mym per mandado do senhor governador por me diso encarregar com os o[fl. 244r]fficiaes del rei noso senhor a que pertençyão faze las e as certidõees que os asemtos deste caderno requerem sam em poder de Sua Senhoria e por asy pasar em verdade asyney aquy em Goa oje XbI de Julho de 547

[assinatura] Antonio Pesoa

¹¹⁴«Trelado das fereas...», fls. 262-266v e 268. No canto inferior direito «Soma 1470 pardaos 3 tamgas 10 reas».

O preço da crise: níveis de vida no Portugal seiscentista

Carlos Manuel Faísca

Instituto de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa

cmsaff@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 29/10/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 03/12/2011

Resumo/Abstract:

Este artigo aborda a evolução do nível de vida em Portugal no século XVII, centrando-se em dois casos específicos, designadamente, Lisboa e Coimbra, a partir do cruzamento entre um índice de preços e os salários de trabalhadores especializados da construção civil e de trabalhadores indiferenciados. Começamos por uma breve caracterização do panorama político e económico quer a nível nacional, quer das duas cidades alvo deste estudo, para de seguida apresentarmos os resultados das nossas investigações. Por último, demonstramos que os níveis de vida caíram em ambas as cidades de forma bastante semelhantes, sugerindo a integração dos dois mercados e colocando Portugal junto do grupo de países europeus em que os níveis de vida baixaram neste período, por oposição às economias liderantes como, por exemplo, as de Inglaterra e a Holanda.

This article studies the evolution of the living standards in Portugal during the seventeenth century, from the analysis of two specific cases, the cities of Lisbon and Coimbra. To find this we used a Consumer Price Index and Wages of both skilled and unskilled workers. First, we briefly approach the political and economic characterization of Portugal and of the two cities that we studied in, and then we present the results of our research. Finally, we demonstrate that the living standards fell in both cities with a similar pattern, suggesting the market integration and locating Portugal between the group of European countries where this indicator fell during this century, opposing the lidding economies such as England and the Netherlands.

Palavras chave/Keywords:

Níveis de vida; Lisboa; Coimbra; Século XVII.

Living Standards; Lisbon; Coimbra; XVII century.

Introdução¹

O século XVII tem sido apontado para Portugal como um período de crise económica. De acordo com alguns estudos recentes², foi durante o início da época moderna que o Nordeste Europeu – sobretudo Inglaterra e Holanda – se começou a afastar do resto da Europa em termos de crescimento económico, com repercussões visíveis ao nível da urbanização, produtividade e crescimento dos níveis de vida, criando as condições ideais para o advento da Revolução Industrial³. Pelo contrário, na Europa Central e do Sul, o rendimento *per capita* decaiu e, dessa forma, as condições para o desenvolvimento económico estiveram ausentes.

O presente trabalho procura compreender, por um lado, quais foram os efeitos desta crise no nível de vida de um determinado conjunto de trabalhadores portugueses, a partir da análise de dois casos específicos, designadamente, Lisboa e Coimbra e, por outro, situar o caso português no contexto atrás descrito. Embora a relação entre preços e salários seja um tema central da história económica internacional⁴, a historiografia portuguesa não se debruçou ainda sobre esta questão em concreto, o que justifica a pertinência deste trabalho.

Este artigo resulta da recolha de dados, no âmbito do projecto *Prices, Wages and Rents in Portugal (1500-1900)*⁵, nomeadamente, de preços dos

¹ Este trabalho teve como origem uma comunicação apresentada pelo autor e por Ana Margarida Dias da Silva no XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Assim, o primeiro e principal agradecimento é-lhe dirigido. Gostaria ainda de agradecer a toda a equipa do *Prices Wages and Rents in Portugal (1500-1900)* e, sobretudo, ao Doutor Jaime Reis e à Doutora Conceição Andrade Martins. Por último devo um também especial agradecimento à Dra. Ana Isabel Silva, à Doutora Susana Münch Miranda, ao Doutor Rui Faísca Pereira, ao Duarte e aos dois *referees* anónimos que avaliaram este artigo.

² ALLEN, Robert C. – The Great Divergence in European Wages and Prices from the Middle Ages to the First World War. *Explorations in Economic History*, 38 (2001), 411-447; VAN ZADEN, Jan – Wages and the Standard of Living in Europe, 1500-1800. *European Review of Economic History*, 3 (1999) 175-198.

³ Fenómeno que Robert C. Allen designou como a “Grande divergência” nos salários e preços europeus, em ALLEN, Robet C. – *The Great..., cit.*

⁴ ALLEN, Robert C. – *The Great..., cit.*, p. 411.

⁵ Projecto acolhido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado pelo Doutor Jaime Reis e com a colaboração das Doutoras Conceição Andrade Martins e Leonor Freire Costa em Lisboa, do Doutor Álvaro Santos Pereira em Coimbra e da Doutora Inês Amorim no Porto.

principais bens de consumo, de salários de trabalhadores especializados do sector da construção civil e, por último, de salários de trabalhadores indiferenciados. A primeira parte deste trabalho contempla exclusivamente questões de método, às quais se segue uma caracterização da evolução política e do desempenho económico e demográfico português durante a centúria de seiscentos, bem como das cidades alvo do nosso estudo. A segunda debruça-se sobre a evolução dos níveis de vida em ambas as cidades ao longo do século XVII.

Por último, concluímos que embora não tenha existido uma tendência sistemática e constante, no final do século XVII os trabalhadores das cidades de Lisboa e Coimbra possuíam um poder de compra consideravelmente mais baixo que os seus antepassados cem anos antes. Verificámos ainda que não existiu uma tendência divergente entre a capital portuguesa e a cidade universitária, não obstante a considerável diferença de dimensão e de volume comercial, fenómeno que, aliado a uma forte correlação na evolução dos preços, sugere a possibilidade de integração dos dois mercados.

Gostaríamos de ter à nossa disposição não só um maior número, como também uma maior variedade de dados, eliminando assim algumas limitações que a sua falta nos impôs. A primeira delas, de carácter qualitativo, prende-se com a constituição de um cabaz fixo de bens de consumo para cada cidade, quando procurámos obter uma aproximação daquilo que seriam os salários reais. Embora cada índice de preços tenha uma composição igual, nenhum dos cabazes contempla quaisquer gastos com o vestuário e com a habitação, o que também impede a obtenção de maior precisão sobre o valor dos salários reais. Procurando compensar esta limitação, como demonstraremos, majorámos os respectivos índices. Por outro lado, existem algumas falhas temporais nas nossas séries: por exemplo, ao nível dos preços, para um período de 100 anos, conseguimos não mais do que 63 observações em Lisboa e 57 em Coimbra, e, quanto aos salários de trabalhadores especializados, não reunimos observações para 21 e 14 anos respectivamente.

Método

Inserida no projecto *Prices, Wages and Rents in Portugal (1500-1900)*, a recolha de dados efectuou-se essencialmente a partir de livros

de receita e despesa de diversas instituições lisboetas e conimbricenses, que nos permitiram reunir várias dezenas de milhares de registos de preços dos principais bens de consumo (milho, trigo, centeio, carne de vaca e porco, galinha, ovos, azeite, vinho, carvão, etc.), bem como de salários de trabalhadores especializados e indiferenciados (pedreiros, carpinteiros, servidores, trabalhadores, pintores, escultores, médicos, enfermeiros, entre outros).

Os salários que aqui apresentamos correspondem a ocupações pagas à jornada, isto é, diariamente. Dentro desta lógica, recolhemos dados salariais de trabalhadores especializados ligados à indústria da construção, como carpinteiros, pedreiros, canteiros, pintores, etc., e de trabalhadores indiferenciados que realizavam todo o tipo de tarefas físicas, referidos nas fontes como “trabalhador”, “servidor” ou simplesmente “homem”. Procurámos, deste modo, evitar analisar profissões que tivessem, associados ao vencimento, determinados benefícios concedidos pelo empregador e que dificilmente se poderiam contabilizar. Por exemplo, é comum surgirem nas fontes, para profissões como fisico ou cirurgião, benefícios como a oferta do arrendamento de uma habitação cujo preço de mercado não é referido, ou pagamentos em géneros pouco especificados, como um quarto de carneiro ou três quartos de porco. A reforçar esta nossa opção surgem ainda outras duas vantagens, por um lado, a sua grande homogeneidade no tempo e no espaço⁶ e, por outro, a sua recorrente utilização pela historiografia internacional.

Em relação aos fundos documentais consultados, procurámos cruzar várias fontes seleccionando preferencialmente instituições cujos arquivos permitissem, tanto quanto possível, estabelecer séries de longa duração temporal para que as fontes pudessem ser comparadas com as de outros espaços geográficos. Em Lisboa, consultámos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os seguintes fundos e sub-fundos documentais: *Hospital de São José, Livros de Receita e Despesa do Hospital de Todos os Santos, Livros da casa da Inquisição de Lisboa, Livros de Receita e Despesa do Convento de Nossa Senhora da Luz de Lisboa e Livros de Despesa do Hospital da Luz*.

⁶ DE VRIES, Jan – How did pré-industrial markets function in GRANTHAM, George and MACKINNON, Mary (ed.) – *Labour Market evolution: the economic history of market integration, wage flexibility, and the employment relation*. London: Routledge, 1994, p. 44.

Consultámos ainda o fundo documental da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, disponível no Arquivo Histórico da instituição, sendo examinada a secção *Livros de Receita e Despesa do Recolhimento dos Órfãos*, da série Gestão Financeira.

Em Coimbra, a investigação centrou-se primordialmente no Arquivo da Universidade de Coimbra, onde foram consultados *Livros de Receita e Despesa do Hospital de São Lázaro*, as *Obras da Universidade de Coimbra*, *Livros de Receita e Despesa do Hospital Real de Coimbra*, *Livros de receita e despesa da Obra da Igreja da Sé de Coimbra*, *Livros do Celeiro do Cabido da Sé de Coimbra* e *Livros da Superintendência da Cozinha do Colégio de S. Pedro*. No Arquivo Histórico Municipal consultámos os livros de *Receita e Despesa da Câmara* e no Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra foram vistos os *Livros do celeiro* e os *Livros de Receita e Despesa do Provedor*.

Os dados recolhidos foram inseridos numa base de dados própria, dividida em registo de preços e salários. Os preços e os salários encontravam-se expressos segundo o sistema de pesos e medidas vigente à época. Para os podermos trabalhar de forma coerente, foi necessário efectuar dois exercícios, por um lado resolver o problema metrológico e, por outro, constituir um cabaz fixo de bens de consumo.

Deste modo, em primeiro lugar, procedeu-se à transposição dos dados expressos através do sistema de pesos e medidas do antigo regime (essencialmente em arráteis, alqueires e almudes) para o actual sistema métrico decimal. Para tal, foram utilizadas as tabelas elaboradas no século XIX pela *Comissão Central de Pesos e Medidas*, que estabeleceu a equivalência entre os dois sistemas para todos os concelhos do Reino⁷.

O cabaz de consumo escolhido para ambas as cidades é uma adaptação do utilizado para Estrasburgo em meados do século XVIII, por Robert Allen, com algumas modificações tendo em conta os dados disponíveis e a dieta alimentar mediterrânica⁸. Corresponde a 1941 calorias diárias, que o autor identifica como o patamar mínimo de bem-estar, abaixo do qual um

⁷ SILVEIRA, Joaquim Fradesso da – *Mappas das medidas do novo sistema legal: comparadas com as antigas nos diversos concelhos do reino e ilhas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

⁸ ALLEN, Robert C. – *The Great..., cit.*, p. 421.

homem entra em situação de carência alimentar. Os cabazes que construímos abrangem seis produtos com a seguinte distribuição: pão de trigo (49%), carne (14%), ovos (2,2%), galinhas (5,9%), vinho (17,4%), azeite (5,3%) e carvão (6,1%). Ficaram em falta, por escassez de dados, alguns componentes do cabaz utilizado pelo historiador britânico, pelo que só temos 82,8% da sua composição. Foi por este motivo que majorámos os nossos resultados em cerca de 17%, percentagem onde se incluem também despesas com a habitação, que se tem estimado situarem-se entre 5 e 10%⁹. De acordo com os salários que seleccionámos, os produtos incluídos nos índices construídos absorveriam a larga maioria do rendimento disponível¹⁰. Desta forma, o Índice de Preços no Consumidor elaborado era responsável por grande parte da procura efectiva dos trabalhadores estudados.

O século XVII em Portugal: época de crise e recessão

O século XVII é caracterizado como um período de grave recessão económica na Península Ibérica, por oposição ao crescimento alcançado em algumas regiões da Europa Norte Atlântica. Para citar alguns exemplos, podemos referir que Fernand Braudel¹¹ e, posteriormente, outros autores, como Carlo Cipolla¹², distinguem a recessão verificada no Sul da Europa de uma certa prosperidade alcançada pelos territórios situados junto ao Mar do Norte, onde se incluem, por exemplo, a Inglaterra, a Suécia ou a Holanda. Os estudos macroeconómicos mais recentes continuam, na globalidade, a suportar esta ideia¹³.

⁹ ALLEN, Robert C. – *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: University Press, 2009, p. 38.

¹⁰ CIPPOLA, Carlo M – *Before the industrial revolution: European society and economy, 1000-1700*. London: Routledge, 1989, p. 182.

¹¹ BRAUDEL, Fernand – *O tempo do mundo: Civilização material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. Lisboa, Teorema: 1993.

¹² CIPPOLA, Carlo M – *Before..., cit.*, p. 248-296.

¹³ REIS, Jaime – “Economic Growth, Human Capital Formation and Consumption in Western Europe Before 1800” in ALLEN, Robert C.; BENGTSSON, Tommy and DRIIBE, Martin (ed.) – *Living Standards in the Past: New Perspectives on Well-Being in Asia and Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 196-197.

Quanto à historiografia nacional, de uma forma geral, divide o século XVII em três períodos, designadamente, um período de crescimento até aos anos de 1620¹⁴, ao que se segue um período de recessão de cerca de 70 anos – com especial ênfase nas décadas de 1670 a 1690¹⁵ –, verificando-se nos últimos anos do século uma tendência de recuperação¹⁶.

De uma forma sumária, as causas mais citadas para a conjuntura económica em análise incluem a falta de um crescimento populacional contínuo após 1620, quando a população portuguesa terá atingido o seu máximo até então, seguindo-se um período de bastantes oscilações¹⁷, em sintonia com um fraco desempenho económico¹⁸, numa centúria recheada de instabilidade política e, consequentemente, de conflitos bélicos; alterações das condições climáticas; e uma destabilização geral em torno do Império.

De facto, com excepção dos últimos decénios, a centúria de seiscentos foi particularmente belicosa. Nos primeiros trinta anos, integrado na Monarquia Hispânica, Portugal viu-se envolvido em diversos conflitos na Europa e, sobretudo, nas colónias ultramarinas, contra as potências tradicionalmente opostas a “Espanha”, como a Inglaterra ou a Holanda. Posteriormente, o não reconhecimento por Filipe III da proclamação da restauração da independência portuguesa, ocorrida em Lisboa a 1 de Dezembro de 1640, marcou o início de um período de guerra que se arrastaria por quase três décadas, terminando apenas em 1668. Pode dizer-se que, a partir daí, Portugal se manteve relativamente em paz até ao século XVIII.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, MATA, Eugénia da; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal: uma perspectiva global*. 2^a ed. Lisboa, Presença: 2002; SOUSA, Ivo Carneiro de – *História de Portugal Moderno: economia e sociedade*. Lisboa, Universidade Aberta: 1996; MENESSES, Avelino de Freitas de – A Conjuntura Económica in MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (coord.), *Nova História de Portugal: do Renascimento à crise dinástica*. Vol. VI. Lisboa: Presença, 1990, p. 213-381.

¹⁵ SERRÃO, Joel Freitas de – A Conjuntura Económica in MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (coord.), *Nova História de Portugal: da contra-reforma à restauração*. Vol VII. Lisboa: Presença, 1990, p. 213-381 e GODINHO, Vitorino Magalhães – Alguns problemas da economia portuguesa do século XVII de depressão internacional. *Revista de História Económica e Social*, 5 (1980), 105-123.

¹⁶ MENESSES, Avelino de Freitas de – A Conjuntura Económica..., *cit.*

¹⁷ SERRÃO, José Vicente – O quadro humano in MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1817)*, Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 51.

¹⁸ MATA, Eugénia da; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal*..., *cit.*, p. 104-105.

Toda esta turbulência política teve como consequência o aumento significativo das despesas da Coroa, sobretudo aquelas directamente relacionadas com o incremento da actividade militar. Para fazer face a estas novas exigências, durante este período, importantes medidas foram tomadas a nível fiscal e monetário. A carga fiscal aumentou consideravelmente e, desta forma, o século XVII assiste à criação de novos impostos, indirectos – o real da água, a meia-anata, o estanco do tabaco ou o papel selado, entre outros – e de um imposto directo, a décima. Dos primeiros, é necessário realçar o real da água, já que se trata do imposto que mais incide sobre bens de procura com uma elasticidade reduzida – carne, vinho, arroz, azeite, etc. Assim, o efeito de um imposto desta natureza pauta-se por um aumento do preço, absorvido essencialmente pelo consumidor devido à dificuldade deste em substituir o consumo de bens essenciais. Quanto à décima – tributo inspirado no dízimo eclesiástico – traduziu-se, inicialmente, na colecta da décima parte do rendimento e riqueza individuais. No entanto, consoante as necessidades financeiras da Coroa, o valor da tributação variou entre os 10% e os 4,5%. De qualquer forma, os efeitos deste imposto na economia quotidiana traduziram-se certamente na redução do poder de compra individual.

Contudo, os impostos nem sempre se revelaram suficientes para garantir todas as crescentes despesas da Coroa. Esta recorreu também à manipulação do sistema monetário, através da desvalorização da moeda e, simultaneamente, do aumento da oferta monetária. Com os lucros decorrentes das contramarcações e recunhagens que estas medidas implicaram, vários monarcas portugueses, desde Filipe III a Pedro II, canalizaram recursos para a fazenda pública. A desvalorização da moeda por um lado e, por outro, o aumento da oferta monetária têm consequências inflacionistas que em muito podem comprometer o nível de vida caso os salários não acompanhem a subida de preços. Na realidade, muitos autores apontam manipulações do sistema monetário como a razão principal para períodos de alta inflação em sistemas monetários metálicos, tal como aquele que vigorava em Portugal no século XVII¹⁹. Em resumo, a intervenção da Coroa previsivelmente agravou as condições económicas e, ao mesmo tempo, o nível de vida das populações.

¹⁹ EDVISSON, Rodney – Inflation before paper money: debasement cycles in Sweden (1350-1594). *Scandinavian Economic History Review*, 59 (2011) 166-190.

O século XVII foi igualmente um período de grande agitação nas possessões ultramarinas portuguesas, tanto a Oriente como a Ocidente. De facto, a cronologia político-económica dos Estados da Índia e do Brasil – os dois principais domínios lusos ultramarinos – é semelhante à evolução económica nacional. Assim, no Brasil, a principal indústria, a do açúcar, vinha em crescendo desde a segunda metade do século anterior, atingindo o seu pico por volta dos anos de 1620, época a partir da qual o incremento da hostilidade com os Holandeses e a instabilidade dos preços marcaram décadas de declínio. A segunda metade do século também não foi brilhante, pois a concorrência comercial do açúcar das Antilhas teve como consequência uma baixa de preços daquele produto e, ao mesmo tempo, um aumento significativo do custo de mão-de-obra, isto é, do preço dos escravos. Por outro lado, uma vez mais, as necessidades de financiamento da Guerra da Restauração obrigaram a Coroa a taxar o comércio açucareiro, asfixiando ainda mais esta indústria. Na década de 1680, a economia açucareira tinha alcançado o seu nível mais baixo, do qual os mais pessimistas julgavam não ser possível sair. Porém, a guerra entre Inglaterra e França (1689-97) voltou a abalar o comércio atlântico e aumentou os preços dos produtos coloniais, pelo que a indústria luso-brasileira recuperou então parte da sua rentabilidade²⁰.

Quanto ao Estado da Índia, embora em declínio se comparado com o que se verificara no século anterior, durante a primeira década de seiscentos o velho sistema de comércio de carreira conseguiu manter uma actividade considerável, não obstante a constante e crescente ameaça britânica e holandesa. Todavia, os anos de 1620 e 1630 foram um período de crise e de escassez financeira, com o alargamento da influência das potências do Mar do Norte no Oceano Índico, em parte à custa dos portugueses, que viram reduzir-se a sua presença no Oriente e, da mesma forma, o seu volume comercial. A partir dos anos de 1640, a competição entre as Companhias das Índias britânica e holandesa deixou uma certa margem de

²⁰ MAGALHÃES, Joaquim Romero – A construção do espaço brasileiro in BETHEN-COURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 26-64.

manobra para uma pequena recuperação do comércio da carreira da Índia, ainda que a níveis inferiores aos do início do século²¹.

Em conclusão, economicamente, o século XVII foi para o Império português bastante problemático, com uma crise prolongada após um início de certa forma auspicioso – sobretudo no Brasil –, da qual só viria parcialmente a sair já no seu final.

Por último, a evolução demográfica também segue de perto a evolução política e económica, ou seja, nos primeiros anos do novo século o Reino mantém o crescimento populacional que se vinha a verificar desde finais da Idade Média, embora de forma cada vez menos intensa. A partir daqui, entra-se numa fase de recessão ou de estagnação e, em 1640, a população portuguesa estaria de novo ao nível de 1532. Apenas na última década de seiscentos os efectivos populacionais recuperaram, ainda que mantendo um crescimento modesto.

As cidades de Lisboa e Coimbra

Lisboa era, no século XVII, a única cidade portuguesa de real dimensão europeia, com uma intensa actividade comercial nacional e internacional, fruto não só do seu movimentado porto marítimo, mas também de ligações terrestres e fluviais que permitiam a interacção com o interior do Reino. A capacidade de atracção de fluxos migratórios da capital estendia-se a todo o território nacional e inclusivamente a comunidades estrangeiras radicadas em Portugal; ambos os grupos privilegiavam Lisboa como local de imigração enquanto, por norma, a área geográfica de recrutamento populacional dos restantes centros urbanos lusos estava relacionada com a dinâmica da economia local, numa lógica de média/curta distância²².

²¹ CHAUDHURI, Kirti – O comércio asiático in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.) – *História da expansão portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 175.

²² RODRIGUES, Teresa – As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII in RODRIGUES, Teresa (coord.) – *História da população portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 2009, p. 159-247.

Muito embora a sua importância relativa no contexto europeu viesse já a decair desde o final do século anterior, Lisboa teria ainda uma população mais numerosa que, por exemplo, Sevilha nos anos 20 do século XVII, estimando-se que o número de habitantes da capital portuguesa se situasse entre os 120 e os 165 mil. Estes números colocam-na como a primeiríssima cidade do Reino, já que continha, em escassos 8 km², quase um décimo da população nacional²³.

O desempenho demográfico lisboeta variou bastante durante os cem anos que aqui analisamos. Ao que tudo indica, no primeiro quartel de seiscentos a população continuou a aumentar lentamente, a um ritmo de crescimento médio anual de apenas 0,33%²⁴, contrastando, por exemplo, com os 2% verificados no início do século XVI. Sensivelmente a partir dos anos de 1630 e até ao terceiro quartel do século, a estagnação e mesmo, por vezes, o crescimento negativo são o resultado do aumento global da mortalidade e do declínio da natalidade, por um lado; e, por outro, do número crescente de fogos vazios ou reduzidos, especialmente em relação ao género masculino, numa taxa de crescimento anual negativa de -0,65%²⁵. No final do século XVII, Lisboa parece seguir a tendência nacional, com uma recuperação lenta mas progressiva dos efectivos populacionais, a rondar os 0,11% anuais²⁶; valores que, no entanto, apenas permitiram repor a população, já que a capital só ultrapassaria os efectivos verificados no início de seiscentos já durante o século XVIII²⁷. Por comparação com Lisboa, Coimbra era de dimensão bastante menor e, embora em crescimento, apenas contaria com uma população de cerca de 10 mil habitantes²⁸, menos de um décimo da população lisboeta. Em meados do século XVI, Coimbra ocupava ainda um lugar pouco destacado no contexto urbano nacional, visto que sete núcleos urbanos – Lisboa, Porto, Guimarães, Santarém, Évora e Tavira

²³ RODRIGUES, Teresa – *Crises de Mortalidade em Lisboa: Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

²⁴ RODRIGUES, Teresa – As vicissitudes..., *cit.*, p. 196.

²⁵ RODRIGUES, Teresa – As vicissitudes..., *cit.*, p. 196.

²⁶ RODRIGUES, Teresa – As vicissitudes..., *cit.*, p. 196.

²⁷ RODRIGUES, Teresa – *Crises de Mortalidade...*, *cit.*

²⁸ MATA, Eugénia da; VALÉRIO, Nuno – *História Económica de Portugal...*, *cit.*, p. 1022-103.

– seriam de maior dimensão²⁹. Contudo, o estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra veio modificar o crescimento natural e real da população conimbricense. A população cresceu para perto dos referidos 10 mil habitantes permanentes, acrescidos de uma percentagem significativa de uma população académica flutuante. Os estudantes eram, sem quaisquer dúvidas, consumidores de bens e serviços e, por outro lado, acentuaram as ligações comerciais de Coimbra com as principais cidades do Reino.

A cidade universitária, situada numa região de transição, estava bem fornecida de meios de comunicação. Por um lado fluviais e, por extensão, marítimos, através da navegação no Rio Mondego desde a sua foz até sensivelmente à Senhora da Ribeira, a jusante de Coimbra, e de alguns dos seus afluentes – como é o caso do Rio Ceira. Por outro, terrestres, visto que a principal ligação Norte-Sul de Portugal passava por esta cidade onde, desde o período romano, existe uma ponte que, no século XVII, era das mais frequentadas do país³⁰.

Embora com uma lógica comercial distinta de Lisboa, não participando de uma forma tão activa no comércio internacional³¹e, assim, estando a sua estrutura económica mais dependente de factores locais³², Coimbra não era, de maneira alguma, uma cidade “isolada”, o que se reflecte na percentagem relativamente elevada da população activa – cerca de 5% – que, nesta época, desempenhava ofícios ligados aos transportes e comunicações tanto terrestres como fluviais ou, por exemplo, no facto de uma percentagem significativa dos seus residentes ser natural das províncias do Norte³³.

Perante a conjuntura adversa acima descrita, é lógico esperar uma queda acentuada dos níveis de vida em Lisboa e Coimbra, devido a uma quebra do rendimento individual, embora seja difícil prever *a priori* quais as diferenças de comportamento entre estas cidades, se é que estas são significativas.

²⁹ OLIVEIRA, António – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: FLUC, 1971, p. 1-57.

³⁰ OLIVEIRA, António – *A vida económica..., cit.*, p. 1-57.

³¹ MENESES, Avelino de Freitas de – *A Conjuntura Económica..., cit.*, p. 222.

³² NUNES, Mário; COSTA, António Leite (coord.) – *Coimbra na época moderna, a Universidade e a sua história*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2009, p. 30.

³³ RODRIGUES, Teresa – *As vicissitudes..., cit.*, p. 235.

Evolução dos níveis de vida

Para analisar os níveis de vida em ambas as cidades, é necessário fazer uma aproximação aos salários reais, ou seja, calcular o quociente entre os salários monetários e o nosso Índice de Preços no Consumidor. O poder de compra de um indivíduo é determinado pela relação existente entre o rendimento de que dispõe e o custo dos bens de consumo e serviços que podem ser adquiridos com esse rendimento, encontrando-se ambos expressos em réis correntes. Nesse sentido, dividimos o valor dos cabazes anuais de Lisboa e Coimbra pelo resultado da multiplicação do vencimento diário de um trabalhador pelo número de dias de trabalho anual.

Dispomos de várias estimativas para este último número. Uma é dada por Isabel dos Guimarães Sá³⁴, que se baseia nas Constituições Sinodais, e apura para a cidade de Lisboa 272,5 dias de trabalho no século XVII e 282 dias de trabalho para Coimbra no século XVIII. Uma fonte coeva, de meados do século XVI, refere que, em Lisboa, pedreiros, canteiros e carpinteiros, com os seus respectivos serventes, trabalhadores e criados, trabalhariam 270 dias por ano³⁵. Porém, optámos pelos 250 dias utilizados por Robert Allen³⁶, de forma a podermos manter um padrão de comparação internacional, e também pelo facto deste número contemplar algum absentismo por parte do trabalhador, por exemplo, se tiver algum problema de saúde.

Finalmente, e seguindo, uma vez mais, o método do historiador britânico, efectuámos ainda uma multiplicação de cada cabaz por 3,15, que corresponde à inclusão das despesas de um agregado familiar composto por uma mulher e duas crianças. Esta nossa opção deve-se à aceitação do padrão utilizado por *Robert Allen* de forma a tornar o nosso trabalho comparável internacionalmente, mas também devido a uma certa escassez de dados sobre o valor pecuniário do trabalho feminino e, sobretudo, do trabalho a que contemporaneamente designamos de trabalho infantil. No entanto,

³⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães – O Trabalho in SILVA, Álvaro Ferreira da; LAINS, Pedro (org.), *História Económica de Portugal: 1700-2000*. Vol. I. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 114.

³⁵ BRANDÃO, João – *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990 [1552].

³⁶ ALLEN, Robert C. – *The British Industrial Revolution...*, cit., p. 38.

não queremos deixar de assinalar a contribuição do trabalho feminino para a economia familiar³⁷ que, aliás, seria mais relevante à medida que se desce na escala social³⁸.

Antes de analisarmos com maior detalhe os níveis de vida, cremos ser necessário assinalar a distinção de movimentos entre salários e preços. Desta forma, através da observação do Gráfico 1, podemos, desde logo, concluir que os valores dos salários nominais que recolhemos se caracterizam pela sua estabilidade, não sofrendo grandes variações ao longo deste século; quando se alteram, o seu valor raramente decresce, ou seja, não existem quedas nominais do rendimento do trabalho. Esta tendência tem sido identificada com frequência para outras regiões da Europa por bastantes autores³⁹. Como seria de esperar, o mesmo não se aplica aos preços, assinalando-se grandes variações anuais, pois na economia pré-industrial era bastante comum verificar-se uma forte variância ao nível dos preços, com especial foco nos produtos alimentares que constituem grande parte do nosso cabaz, devido às condições em que ocorriam as colheitas, ao modo como funcionava, num determinado período, a cadeia de distribuição e à existência de conflitos bélicos⁴⁰.

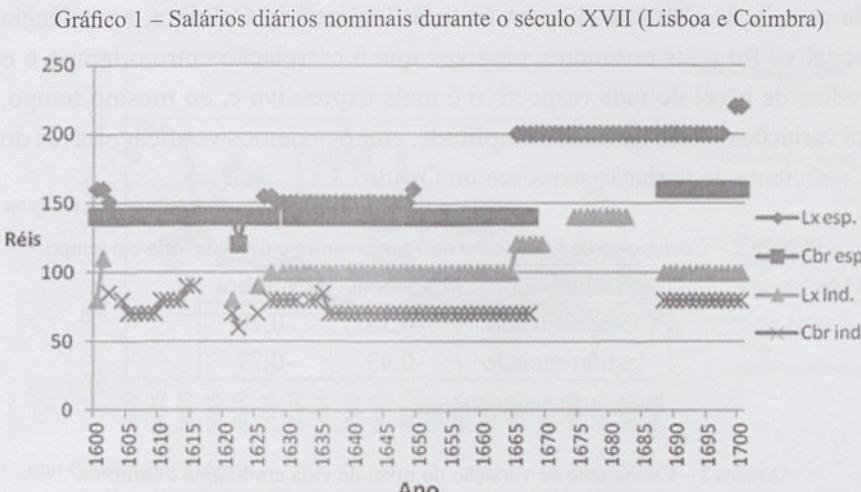
Perante esta realidade, as variações dos níveis de vida dever-se-ão em muito maior medida ao comportamento dos preços do que à situação salarial dos trabalhadores

³⁷ ALLEN, Robert C. – *The British Industrial Revolution...*, cit, p. 40; BOULTON, Jeremy – Wage labour in seventeenth-century London. *The Economic History Review*, 49, (1996), p. 284.

³⁸ MOTA, Guilhermina – O trabalho feminino e o comércio em Coimbra (sécs. XVII e XVIII). *Actas do Colóquio Coimbra, 20 a 22 Março 1985*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 351.

³⁹ Entre os quais Karl Persson em PERSSON, Karl – *An economic history of Europe: knowledge, institutions and growth, 600 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; Jan de Vries em DE VRIES, Jan – How did pré-industrial markets function in GRANTHAM, George and MACKINNON, Mary (ed.) – *Labour Market evolution: the economic history of market integration, wage flexibility, and the employment relation*. London: Routledge, 1994, p. 39-64; Douglas Fisher e Lee Craig em CRAIGH, Lee; FISHER, Douglas – *The European Macroeconomy: Growth, Integrations and Cycles, 1500-1913*. Cheltenham: Edward Elgar, 2000.

⁴⁰ PAMUK, Sevket – Real Wages and the Standards of Living in the Ottoman Empire, 14629-1914. *The Journal of Economic History*, 62 (2002), p. 299.



Fonte: Elaboração Própria

Regressando à análise dos níveis de vida, verifica-se assim que a sua evolução no século XVII pautou-se por uma tendência negativa, isto é, de degradação dos níveis de vida em ambas as cidades e em ambos os tipos de trabalhadores, tal como está expresso nos Gráficos 2 e 3. Considerando este indicador como uma variável dependente da função tempo, obtivemos todos os coeficientes de regressão negativos, o que reforça de forma quantitativa a afirmação anterior.

Quadro 1 – Coeficiente de regressão entre o nível de vida (variável dependente) e o tempo

Trabalhador	Lisboa	Coimbra
Especializado	-0,0023	-0,0088
Indiferenciado	-0,0026	-0,0060

Fonte: Elaboração Própria

Contudo, esta tendência secular esconde diversas variações de curto prazo, significativamente mais marcadas em Lisboa, as quais podem ser novamente verificadas nos Gráficos 2 e 3, ou constatadas pela fraca correlação entre o tempo e o índice de nível de vida para a capital, que demonstra não estarmos perante um decréscimo contínuo, pois, se assim fosse, aquela seria bem mais acentuada, situando-se num valor mais próximo

da correlação absoluta. Já para os trabalhadores de Coimbra, a tendência negativa foi mais constante, uma vez que a correlação entre o tempo e o índice de nível de vida respectivo é mais expressiva e, ao mesmo tempo, as variações foram de menor amplitude, como podemos verificar através do Coeficiente de variação expresso no Quadro 3.

Quadro 2 – Coeficiente de Correlação de Pearson entre o nível de vida e o tempo

Trabalhador	Lisboa	Coimbra
Especializado	-0,38	-0,70
Indiferenciado	-0,43	-0,77

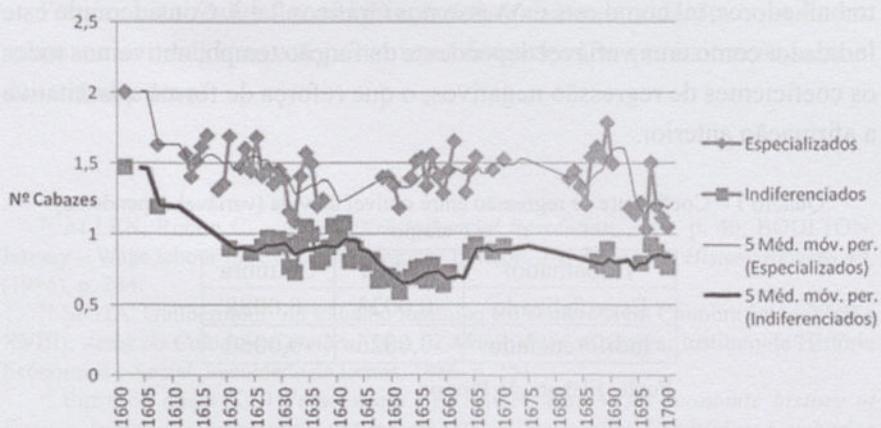
Fonte: Elaboração Própria

Quadro 3 – Coeficiente de variação do nível de vida em Lisboa e Coimbra

Coef. Var.	Lisboa	Coimbra
Especializados	7,56	4,35
Indiferenciados	5,61	3,59

Fonte: Elaboração Própria

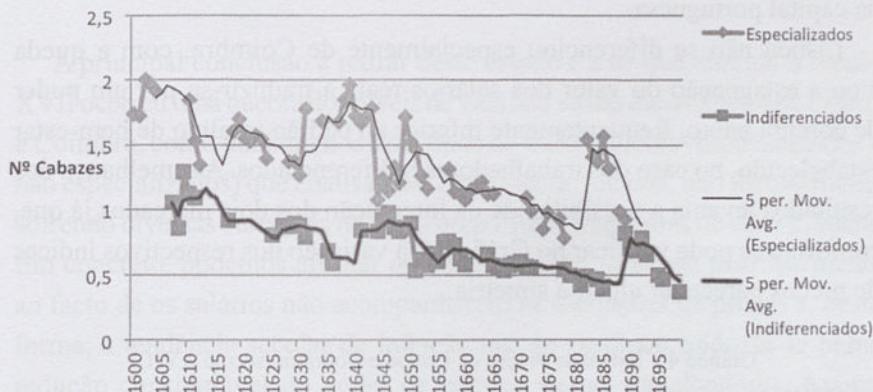
Gráfico 2 – Níveis de vida em Lisboa (século XVII)



Fonte: Elaboração Própria

Como já referimos, as grandes variações representadas nos Gráficos 2 e 3 correspondem sobretudo às constantes variações do Índice de Preços, já que os salários sofrem menores alterações. Estas flutuações são especialmente fortes em meados do século, o que talvez se deva a algum efeito relacionado

Gráfico 3 – Níveis de vida em Coimbra (século XVII)



Fonte: Elaboração Própria

com a Guerra da Restauração. A falta de dados das décadas de 1670 e 1680 deixa por explicar uma aparente subida dos salários reais atingida em meados desta última. O que podemos afirmar com mais certeza é que não existiu, considerando toda a série secular, um aumento de nenhum dos salários reais durante o século XVII e, na realidade, na década de 1690, acabam por diminuir significativamente, encerrando-se a centúria com os trabalhadores portugueses a usufruir de um poder de compra significativamente mais reduzido do que os seus antecessores do início do século.

A tendência verificada nos níveis de vida portugueses é semelhante à que tem sido constantemente verificada por outros autores para o resto do continente europeu, com excepção da Holanda, da Inglaterra e de algumas cidades de outros países. Nestes locais, pelo contrário, presenciou-se uma economia de “salários altos”, com particular foco, a partir do século XVIII, em Inglaterra, sendo este factor apontado por Robert Allen como uma das principais causas da Revolução Industrial Britânica⁴¹. De qualquer forma, em algumas cidades europeias, tais como Madrid, Barcelona, Paris e Varsóvia⁴²,

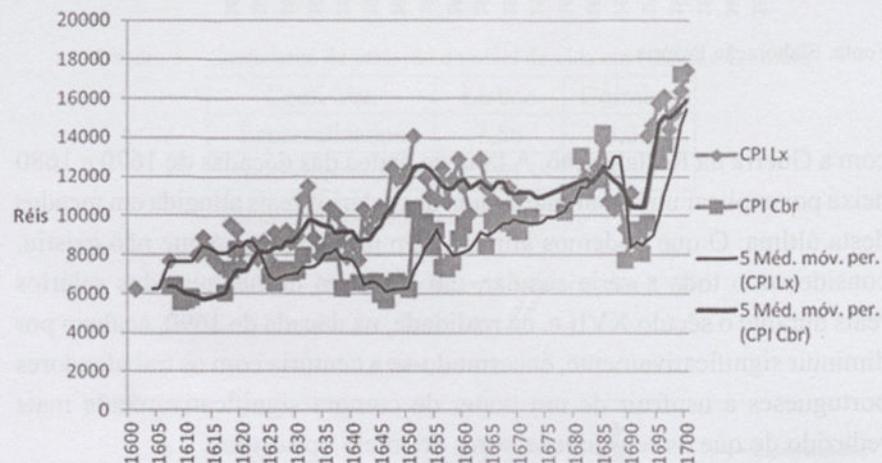
⁴¹ Para uma explicação detalhada ver ALLEN, Robert C. – *The British Industrial Revolution...*, cit.

⁴² ALLEN, Robet C. – *The Great..., cit.*, p. 430. Para o caso catalão ver FELIU, Gaspar – *Precios y salarios en la Cataluña moderna: vol II: combustibles, productos manufacturados y salarios*. [Madrid]: Banco de España, Servicio de Estudios, 1991.

os salários reais não caíram, mantendo-se num nível superior ao verificado na capital portuguesa.

Lisboa não se diferenciou especialmente de Coimbra, com a queda e/ou a estagnação do valor dos salários reais a traduzir-se por um poder de compra baixo, frequentemente inferior ao padrão mínimo de bem-estar estabelecido, no caso dos trabalhadores indiferenciados. A semelhança dos resultados levanta a possibilidade da integração dos dois mercados já que, conforme se pode verificar no Gráfico 4, a variação dos respectivos índices de preços parece ter alguma simetria.

Gráfico 4 – Índice de Preços de Lisboa e Coimbra (século XVII)



Fonte: Elaboração Própria

A fortalecer esta ideia surge uma forte correlação positiva entre os preços das duas cidades⁴³ e, simultaneamente, embora em menor medida, um coeficiente de determinação não desprezível da regressão linear que pressupõe o índice de preços em Lisboa como variável independente⁴⁴. Porém, a determinação da integração do mercado interno português do século XVII ultrapassa os objectivos deste artigo e, para chegar a essa conclusão, seriam necessários mais exemplos regionais.

⁴³ O Coeficiente de correlação de Pearson entre os dois índices é de 0,68.

⁴⁴ O Coeficiente de determinação da regressão linear em que a variável independente é o IPC de Lisboa é de 0,47.

Conclusão

A principal conclusão a retirar deste estudo é a de que durante o século XVII ocorreu uma quebra dos níveis de vida não só nas duas cidades de Lisboa e Coimbra, como também nos dois tipos de trabalhadores (especializados e não especializados) que analisámos. Esta quebra, todavia, não foi constante, sofrendo diversas variações no curto prazo, mais frequentes no caso lisboeta. Em concreto, podemos afirmar que esta situação se deveu principalmente ao facto de os salários não acompanharem as oscilações de preços e, desta forma, a tendência secular de inflação que se verificou traduziu-se numa redução considerável do poder de compra destes trabalhadores. Assim, podemos concluir que, pelo menos durante o século XVII, o nível de vida português seguiu de perto a tendência negativa da maioria dos países europeus, divergindo dos líderes do Mar do Norte.

Outro aspecto a salientar é o comportamento semelhante não só dos níveis de vida de Lisboa e Coimbra, mas sobretudo do índice de preços, o que sugere a possibilidade dos dois mercados estarem integrados entre si..

A Misericórdia de Coimbra: benfeiteiros e assistidos (1668-1910)*

Cristóvão da Mata

Doutorando do 3º Ciclo em Altos Estudos em História – Época Moderna

Universidade de Coimbra

cristovaomat@hotmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 25/01/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 01/03/2012

Resumo/Abstract:

Analisamos, no presente artigo, as doações recebidas pela Santa Casa da Misericórdia de Coimbra entre 1668 e 1910, tendo por objectivo apresentar os perfis sociais dos benfeiteiros e os grupos de beneficiados mais comuns e estabelecer uma relação entre as várias tipologias de benfeiteiros e as obras encomendadas, de modo a avaliar as diferenças decorrentes da transição do Antigo Regime para a Monarquia Constitucional.

In this paper, we'll analyse the donations received by the Santa Casa da Misericórdia de Coimbra between 1668 and 1910, having as objective the exposition of the social profiles of the benefactors and the most preferred assisted groups, and establish a relation between the firsts and the ones whom they assist, in way to evaluate the differences caused by the transition from the Old Regime to the Constitutional Monarchy.

Palavras chave/Keywords:

Beneficência; Misericórdia; Coimbra; Antigo Regime; Monarquia Constitucional.

Beneficence; Santa Casa da Misericórdia; Coimbra; Old Regime; Constitutional Monarchy.

* O presente texto resulta da pesquisa levada a cabo no âmbito de dois seminários de licenciatura e mestrado lecionados pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes, a quem muito agradecemos pelo acompanhamento prestado e pelas indispensáveis críticas e sugestões, que representam uma dívida que, embora seja impossível de saldar aqui, não podíamos deixar de assumir. Eventuais erros e falhas serão, naturalmente, da nossa responsabilidade.

"If one looks closely at what has happened to the world since the beginning of societies, it is easy to see that equality is prevalent only at the historical poles of civilisation. [...] Between these two extremes is found inequality of conditions, wealth, knowledge – the power of the few, the poverty, ignorance, and weakness of all the rest".

Alexis de Tocqueville¹.

Esta afirmação tem muito que se lhe diga, nomeadamente quanto à assunção de que a igualdade entre homens foi e será possível apenas nos pólos extremos da História – a segura prevalência no início da civilização e a certeza da sua consumação futura. Não é, todavia, de menosprezar a observação de Tocqueville quanto à preservação desta desigualdade económica e social num vasto interlúdio civilizacional. Interessa-nos, pois, a desequilíbrio da balança social ali descrito por no caso aqui em estudo se verificar uma relação ‘de cima para baixo’, entre os «poucos» que detêm poder e os pobres, ignorantes e fracos, que assume a forma de protecção e controlo social desenvolvida mediante uma instituição, a Santa Casa da Misericórdia de Coimbra.

Atentar-se-á não apenas aos promotores da assistência mas também aos grupos assistidos, uma vez que ambos repartem o protagonismo desta trama. Limitar o campo de análise a estes últimos constituiria uma redução nas possibilidades reais de interpretação da acção assistencial analisada. Concentramo-nos tão-só nos primeiros resultaria igualmente nessa indesejada limitação, mas também em incorrer naquele vício de admirar os poderosos e negligenciar os desvalidos que Adam Smith destacou numa das suas famosas obras².

O marco inicial do período aqui em estudo justifica-se por o ano de 1668 corresponder ao principiar de «uma conjuntura promissora, que se acentuou decisivamente no decurso do reinado de D. João V»³. Quanto à prossecução do estudo até ao ano da Implantação da República Portuguesa, motivou-nos a intenção de efectuar uma análise sobre um arco cronológico de longa

¹ *Memoirs on Pauperism*. Londres: Civitas, 1997, p. 20.

² *The Theory of Moral Sentiments*. Londres: Penguin, 2009, p. 87.

³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. VI: *Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração até ao final do reinado de D. João V*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 7.

duração que nos permita estabelecer diferenças entre as doações efectuadas durante o Antigo Regime e as da Monarquia Constitucional.

Importa, por isso, tendo em conta as transformações inerentes ao passar do tempo, pôr-se a claro uma série de termos e conceitos concernentes à base doutrinal motivadora das doações à Misericórdia. Isto pelo simples facto de os termos beneficência, o seu sinónimo benemerência, caridade e filantropia, não obstante remeterem para uma prática comum, a de ajudar o próximo, de atenuar o sofrimento alheio, conterem diferentes significações.

O primeiro vocábulo, quando empregue por autores religiosos, assumia-se como um «acto de bondade, de fazer bem, geralmente atribuído a Deus ou, também, como manifestação de caridade». Depois, no século XVIII, por influência das Luzes francesas, o seu significado secularizou-se, vindo seguidamente a ser acolhido pelo discurso liberal português⁴. Caridade demarca-se daquele conceito por ser «um sentimento e a beneficência um acto», devendo ser entendida como o amor a Deus manifestado e revelado através das obras dirigidas a Ele e ao Homem. Em virtude da sua ligação ao divino, ambos os conceitos inserem-se num quadro de valores afecto às sensibilidades religiosas. Num sentido completamente contrário ao da caridade, a filantropia abdicava de Deus, dirigia-se única e exclusivamente ao Homem e, consequentemente, não foi acolhida pela Igreja⁵. Posto isto, recorreremos tão-só aos termos beneficência (e benemerência) e caridade quando nos referimos ao Antigo Regime, mantendo-se ambos quando evocada a centúria de Oitocentos, embora em sintonia com o significado de filantropia⁶.

As misericórdias portuguesas foram, por certo, durante a Época Moderna, «instituições que visavam proteger indivíduos ou grupos considerados carentes e merecedores de protecção»⁷. De protecção mas não só. A par desta intenção caminhava, também, uma intenção de controlo social que

⁴ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, p. 27.

⁵ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 26-28.

⁶ Cf. LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Vol. 8: Tradição e Modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010, p. 11.

⁷ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 25.

procurava regular «a actividade dos outros em função de valores próprios, visando eliminar os comportamentos desviantes individuais e colectivos»⁸.

Verificar-se-á adiante que determinados benfeiteiros não se limitavam a encomendar obras assistenciais, já que também estipulavam certos requisitos, de conduta moral ou de outra ordem, a serem preenchidos pelos candidatos ao legado. Tal prática, porém, foi coerente com as mentalidades de cada época e não assumiu um modelo rígido, inalterável e impermeável às mudanças provocadas pelo passar dos anos.

Muito embora nos dediquemos presentemente à protecção social praticada indirectamente – assim a designamos por estes benfeiteiros não assistirem o desvalimento por eles próprios mas mediante a Santa Casa cuja actividade financiavam – por homens e mulheres nos períodos do Antigo Regime e da Monarquia Constitucional, as raízes doutrinais desta prática de converter a riqueza privada em ajuda aos grupos sociais mais frágeis assentam em séculos anteriores.

Quando no século XIII a ordem franciscana aceitou a legitimidade do enriquecimento pessoal estipulou como contrapartida a colocação dos bens acumulados ao serviço dos pobres. Mediante este exercício altruísta estabelecia-se uma íntima relação entre Deus e o caridoso, o qual garantia a salvação da alma a troco da canalização dos seus bens materiais para a irradiação do sofrimento dos pobres ou em serviço das almas dos defuntos suspensas no Purgatório⁹.

Foi à luz desta ideia que em 1498 se erigiu a primeira Santa Casa portuguesa, a de Lisboa, cujo compromisso visava as catorze obras de misericórdia (sete *espirituais*: ensinar, aconselhar, castigar, consolar, perdoar, sofrer pacientemente e rezar pelos vivos e mortos; e sete *corporais*: resgatar os cativos, visitar os presos, curar os doentes, cobrir os nus, alimentar os famintos e dar de beber aos sequiosos, albergar peregrinos e enterrar os mortos). Cobria, assim, um vasto leque de serviços de assistência¹⁰.

⁸ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 26.

⁹ SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 22-23.

¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve das Misericórdias Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 24-26.

Posteriormente, substituiria algumas das obras de misericórdia por novas práticas de assistência, especialmente de índole física¹¹.

No primeiro século de existência das misericórdias, estas obras foram financiadas por diversas fontes – esmolas, doações régias, monopólio de determinados serviços, incorporação de outras instituições (hospitais, gafarias, confrarias locais) e respectivas fontes de rendimento. Na centúria seguinte, sofreu o património das Santas Casas um aumento significativo, fenómeno ao qual não foi alheio a encomendaçāo de legados e a instituição de capelas¹².

A popularização da ideia do Purgatório, com maior vigor a partir das sessões conciliares de Trento, despoletou a massiva encomendaçāo de missas por almas de defuntos¹³. À medida que o prestígio das Misericórdias ia aumentando, muitos indivíduos entendiam ser justificável legar-lhes o seu património por via de testamento¹⁴. Assim, interpelados pelos clérigos sobre o destino a dar aos seus bens, os testadores não hesitavam, na iminēcia da sua morte, em cumprir os preceitos da filosofia indulgencial sobre o valor da esmola e da relação desta com a remissão dos pecados¹⁵.

Estes capitais, no entanto, não eram aplicados directamente pelas misericórdias nas obras de caridade. Malgrado a condenação dos empréstimos pelo direito canónico e pelas Ordenações, as misericórdias revelaram poucos escrúpulos em financiar a sua actividade com dividendos gerados por empréstimos¹⁶, o que garantia a subsistēcia de um fundo destinado ao exercício da beneficēcia. Da parte dos benfeiteiros assumiu-se uma posição semelhante. Muitos foram aqueles que, por testamento, doação simples ou contrato, entregaram à Santa Casa de Coimbra um pecúlio destinado a

¹¹ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 57.

¹² LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 52-54.

¹³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas...*, cit., p. 41 e ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 6, cit., p. 13. Este fenómeno, por outro lado, podia não se revelar rentável para as misericórdias nem fácil de administrar. No decorrer dos anos, o que se verificou foi uma tendência de acumulação e de incapacidade de resposta por parte das Santas Casas – cf. LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 54.

¹⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães e LOPES, Maria Antónia – *História Breve...*, cit., p. 56.

¹⁵ ARAÚJO, Ana Cristina – Morte edificante e vida inquieta: a disciplina dos afectos nas *Ars Moriendi* e nos testamentos. *Revista Igreja e Missão*. 1994, p. 111.

¹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *As Misericórdias Portuguesas...*, cit., p. 49-50.

financiar uma ou mais obras, estipulando que o capital doado fosse colocado a juros para com o respectivo rendimento se financiar o legado¹⁷.

Beneficência, como já se disse, possibilitada por um conjunto de homens e de mulheres cujas doações financiavam e suportavam, em parte, a actividade da Misericórdia de Coimbra. Entre 1668 e 1910, a tomarmos em consideração exclusivamente a simples relação entre doador(es) e legado(s), verifica-se a existência de cento e dez doações. No total, porém, o número efectivo dos benfeiteiros ascende a cento e vinte e três, pois as doações foram realizadas ora individualmente ora em parceria, entre esposa e esposo ou irmã e irmão (ou irmã).

Neste universo, existe uma certa homogeneidade em relação ao local de residência e/ou falecimento dos benfeiteiros. Vinte e oito deste beneméritos são declaradamente residentes em Coimbra, e outros vinte podem ser considerados no mesmo grupo tanto por se tratarem homens ligados a instituições da cidade – como Francisco Lopes Teixeira, antigo cônego magistral da Sé de Coimbra e Provedor da Santa Casa da mesma cidade¹⁸, Miguel dos Rios, prior de São João de Almedina¹⁹, ou José Maria dos Santos,

¹⁷ Vide, a título de exemplo, os casos de Manuel Soares de Oliveira (Arquivo da Misericórdia de Coimbra (AMC), *Testamento e ultima disposição com que faleceo o lecencedo Manoel Soares de Oliveira, natural que foi da villa de Pereira accessor & auditor geral do Governador, & Capitão General das Ilhas Phelipinas na Cidade de Manilha, aonde faleceo aos 3 de Setembro de 1675.* Coimbra: Na Officina de Ioseph Ferreyra, 1680, p. 4); Sebastião de Mendanha Castelo Branco (AMC, Coimbra – 1673, 18 de Abril: Contratto de Sebastiam de Mendanha Castelo Branco provedor que foi desta Santa Caza com João de Seixas Castelo Bramco por que deixa a Misericórdia mil cruzados por sua morte do dito Sebastião de Mendanha para renderem *in perpetuum* in *Documentos Antigos*. Tomo 25, fl. 145) e de Francisco Pereira (AMC, s.l. – 1832, 10 de Julho: Registo do testamento serrado com que falleceu Francisco Pereira negociante morador na rua da Calçada freguesia de São Bartholomeu desta cidade in *Testamentos: Vinte e um testamentos e documentos de varios bemfeiteiros e correspondencia sobre os legados deixados no Brazil (1833-1891)*. Vol. 27, fl. 8v.).

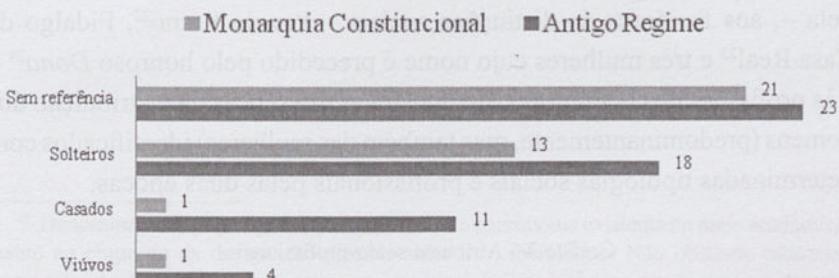
¹⁸ AMC, Coimbra – 1669, 25 de Novembro: Testamento proprio de nosso irmão e reverendo Doutor Francisco Loppes Teyxeyra, Conego que foi da Sé Cathedral desta cidade, Provisor deste Bispado, e Provedor desta Santa Caza da Mizericordia in *Testamentos 19: Testamento do Reverendo Doutor Francisco Lopes Teixeira. 1669.*

¹⁹ AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros da S^a Casa da Misericordia de Coimbra, suas disposições e Legados, feito por mandato do Ex.^{mo} D.^{or} Joaquim Cardozo d'Araujo, Lente Cathedratico da Faculdade de Theologia na Universidade, sendo Provedor no anno de 1866 e 1867.* Fl. 79.

arcediago da Sé de Coimbra²⁰ – como por os respectivos testamentos terem sido redigidos em Coimbra, como é o caso das irmãs Maria do Sacramento e Isabel Maria²¹. Dos restantes benfeiteiros, embora de partes várias, muitos parecem localizar-se em torno da cidade de Coimbra, em locais como Ceira, Condeixa e Lorvão. Mais distantes são os lugares de Estremoz, Matosinhos, Ponta Delgada e até, fora da metrópole, o Brasil e Filipinas.

Relativamente ao género sexual, destacam-se os benfeiteiros masculinos mas também a disparidade existente entre estes e as mulheres, repartindo-se o universo dos beneméritos entre noventa e dois homens e trinta e uma mulheres.

Gráfico 1.2 – Estado Civil – Masculinos



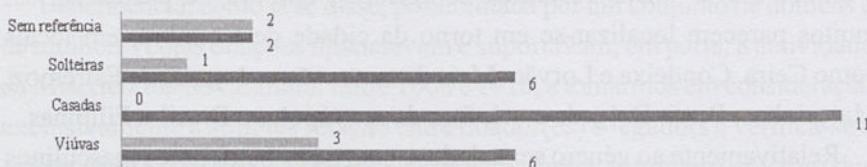
No grupo dos homens sobressaem os solteiros, cujo declive entre épocas não é demasiado acentuado. Casados e viúvos, em menor número, actuaram essencialmente durante o Antigo Regime. Já as mulheres realizaram a maioria das suas doações até 1834, período em que se destacam as casadas, que de resto não actuam durante a Monarquia Constitucional. Em igual número foram as solteiras e as viúvas, que pouco intervieram durante o período do Liberalismo.

²⁰ AMC, *Catalogo dos Benfeiteiros..., cit.*, fl. 171.

²¹ O que significa, pelo menos, um local de residência próximo da cidade de Coimbra – AMC, Coimbra – 1736, 20 de Maio: Testamento de Maria do Sacramento e sua irmã Izabel Maria solteiras in *Documentos Antigos*. Tomo 12, fl. 1.

Gráfico 1.2 – Estado Civil – Masculinos

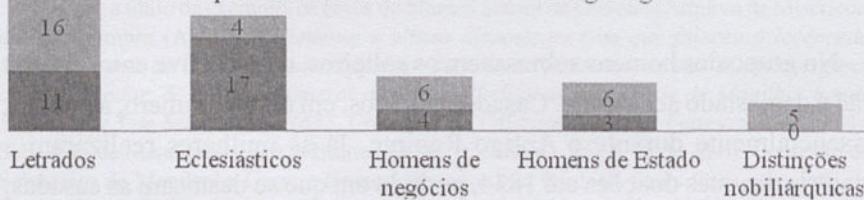
■ Monarquia Constitucional ■ Antigo Regime



O perfil sócio-profissional dos benfeiteiros, por sua vez, é bastante diverso e, naturalmente, alterou-se conforme a época. O gráfico abaixo disposto, que contém dados relativos ao número de homens letRADOS – isto é, indivíduos formados na Universidade: bacharéis, licenciados, doutores; e até lentes dela –, aos fruidores de distinções sociais – Par do Reino²², Fidalgo da Casa Real²³ e três mulheres cujo nome é precedido pelo honroso *Dona*²⁴ – e às profissões dos benfeiteiros, demonstra as diferenças da distribuição dos homens (predominantemente, mas também das mulheres) identificados com determinadas tipologias sociais e profissionais pelas duas épocas.

Gráfico 2 – Atributos sócio-profissionais

■ Monarquia Constitucional ■ Antigo Regime



Salta logo à vista a predominância dos letRADOS e dos eclesiásticos: os primeiros em número ligeiramente maior durante a Monarquia Constitucional e, inversamente, o estado eclesiástico a actuar em larga escala durante o Antigo Regime, vindo a perder preponderância após a Convenção

²² António Henriques Seco – AMC, *Catalogo dos Benfeiteiros...* cit., fl. 159.

²³ Amaro Coutinho Pereira e António Pereira de Neiva – respectivamente AMC, *Catalogo dos Benfeiteiros...* cit., fl., e AMC, Coimbra – 1871, 2 de Agosto: [Traslado do] Testamento [de António da Cunha Pereira Bandeira Neiva] in *Testamentos...*, cit.. Vol. 27, fl. 11v.

²⁴ Guilhermina de Oliveira Lucas, Maria Luísa de Freire e Antónia de Almeida – AMC, *Catalogo dos Benfeiteiros...* cit., fls. 154, 155 e 161, respectivamente.

de Évoramonte. Na categoria *homens de negócios*, que agrupa homens com ligação à actividade mercantil, apresentados como «negociante» ou «mercador» sem mais especificação, e duas viúvas destes, verifica-se uma ligeira subida numérica de uma era para a outra, o que também é válido para os *homens de Estado*²⁵. Exclusiva acabou por ser a ocorrência de doações por parte de titulares de distinções nobiliárquicas durante o Liberalismo.

Vemos ainda, em pequeno número, a realizarem doações um conjunto de profissionais ‘típicos’ de ambas as épocas, que não constam daquele gráfico por serem incomparáveis e que, portanto, são apresentados somente aqui para evitar anacronismos. Durante a Época Moderna realizaram doações um escrivão do eclesiástico, um barbeiro e dois mecânicos²⁶, vindo depois o Liberalismo a assistir à emergência das comummente designadas «profissões

²⁵ Denominação algo perigosa se nos ativermos à parcimónia existente no meio académico quanto ao emprego da designação *Estado* antes do Liberalismo. Não obstante estarmos conscientes do risco em que incorremos ao empregá-la, julgámos ser a mais adequada para definir um conjunto de homens que se encontravam ao serviço da Coroa, na administração central e colonial e no ramo militar – em suma, do poder central. Os titulares e os cargos em causa são: o assessor e auditor do governador e capitão-geral das Filipinas, Manuel Soares de Oliveira (1675); o conselheiro de Sua Majestade e deputado da Mesa da Consciência e das Ordens, Francisco de Carvalho e Albuquerque (1822); o desembargador do Paço, Francisco de Fonseca Montanha (1825); o conselheiro de Sua Majestade e desembargador José Pires da Costa (1871); o tesoureiro do Império do Brasil e província do Rio de Janeiro; Joaquim Nunes de Carvalho (1872); o sub-director da Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar Simão Soriano (1891); o conselheiro António Henrques Seco (1892); coronel Manuel Freire de Andrade (1864) e o tenente-general Bernardo José de Abreu (1878) – cf. AMC, *Testamento e ultima disposição...*, cit.; AMC, Lisboa – 1822, 22 de Novembro: [Traslado do] Testamento [de Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque] in *Testamentos 26: Quatorze testamentos de varios bemfeiteiros e documentos respetivos (1784-1833)*; Coimbra – 1825, 10 de Março: Publica forma do testamento com que falece o Desembargador do Paço Francisco António Duarte da Fonseca Montanha Oliveira e Silva in *Testamentos 26...*, cit.; Coimbra – 1871, 24 de Fevereiro: Registo do testamento cerrado com que falece o Desembargador José Filipe Pires da Costa na freguesia de São Bartolomeu desta cidade in *Testamentos...*, cit., Vol. 27; AMC, *Catálogo dos Bemfeiteiros...* cit., fls. 140, 145, 149, 156, 157 e 159.

²⁶ Manuel de Abreu (1680), o latoeiro João Francisco (1684), ourives António de Abreu (1742) e Manuel de Brito da Silva (1747) – cf. AMC, *Catálogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fls. 72 e 76, 106 e 109; e s/l. – s.d.: Instrumento de testamento com que falece o Manuel de Brito barbeiro desta cidade in *Documentos Antigos*. Tomo 9.

liberais»: quatro profissionais da saúde²⁷, um engenheiro civil, um advogado e um professor de Filosofia do ensino liceal²⁸.

Verifica-se também a existência de uma relação entre certos benfeiteiros e a Santa Casa que financiavam, sendo para este efeito considerados quer os treze irmãos – alguns dos quais haviam sido provedor, tesoureiro ou escrivão²⁹ –, quer as viúvas ou a filha de irmãos³⁰, ou ainda aqueles três benfeiteiros que foram órfãos dos colégios da Santa Casa³¹.

As características individuais da totalidade dos benfeiteiros são, no seu conjunto, bastante diversas. À luz dos dados fornecidos pela documentação consultada evidencia-se a hegemonia de homens solteiros e dos residentes em Coimbra ou nas suas proximidades. No Antigo Regime possuem uma maior expressividade os eclesiásticos enquanto no Liberalismo não se verifica a hegemonia de nenhum grupo. Negociantes, homens de Estado e detentores de títulos académicos marcam presença ao longo de todo o período estudado, sem grande concentração numa ou noutra época, embora se destaquem com pouca ênfase durante a Monarquia Constitucional. Outra novidade no conjunto dos filantropos, no sentido estrito que acima se falou, dos benfeiteiros do Liberalismo, portanto, é o aparecimento das «profissões liberais» e dos distinguidos com títulos honoríficos.

²⁷ Os farmacêuticos José Santos Mesquita (1862) e Manuel António da Silva (1894) e os médicos José Miranda Pio (1858) e Manuel Lopes Guimarães (1903) – cf. AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 138, 158, 136-136v. e 167.

²⁸ Respectivamente, Manuel de Lima Figueiredo (1890), Constantino Alves da Silva (1909), e José Adelino Serrasqueira (1909) – cf. AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 160 e 169.

²⁹ João Francisco (1684), João Mendes de Carvalho (1698), André Bernardes Aires (1705), Martinho Pires Caldeira (1711), Manuel de Rocha Almeida (1730), Manuel Brito Silva (1747), Filipe de Macedo Guimarães (1754) e António Pinto Machado (1779) – cf. AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 76, 84, 88, 89, 100, 109, 114 e 116. Ocuparam os referidos cargos Francisco Lopes Teixeira, Sebastião Castelo Branco, Francisco de Arantes (1869), Manuel da Silva Rocha (1882) e Manuel Marques Figueiredo (1889) – cf. AMC, Coimbra – 1669, 25 de Novembro: Testamento proprio de nosso irmão e reverendo Doutor Francisco Loppes Teyxeyra..., *cit.*; Coimbra – 1673, 18 de Abril: Contratto de Sebastiam de Mendanha Castelo Branco..., *cit.*; e *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 144, 151 e 153.

³⁰ Maria da Costa (1680), Maria Rodrigues (1693); Sebastiana Maria (1746) e Sebastiana da Luz (1744) – cf. AMC, Contrato de missa cotidiana que fes a Santa Misericórdia com Maria da Costa..., *cit.*, fl. 31; Coimbra – 1693, 4 de Julho: Treslado do testamento de Maria Rodrigues..., *cit.*, fl. 424; e *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 108 e 107.

³¹ Tomé de Almeida Cabral (1855), Maria das Dores Simões (1876) e Manuel António da Silva (1894) – AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros... cit.*, fls. 135, 148, 158.

No que toca às obras assistenciais, do espírito e do corpo, observamos que das cento e dez doações realizadas entre 1668 e 1910, somente treze benfeiteiros não definiram qualquer legado para ser cumprido. A soma de todas elas, todavia, não coincide com os totais referentes a números de legados e de benfeiteiros, nem mesmo se consideradas as subtracções apontadas, pois uma doação não corresponde, obrigatoriamente, a apenas um legado.

O quadro abaixo exposto³² arrola os legados mais frequentemente encomendados à Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, sendo deixados de parte os poucos casos que constituem determinada originalidade e que, por isso, não foram considerados. Estabelece ainda a relação de cada um deles com as diversas tipologias sociais que constituem o universo dos benfeiteiros conforme os períodos em que actuaram.

A instituição de capelas, como atrás se declarou, foi durante o século XVII um meio de enriquecimento de maior importância das misericórdias portuguesas. No caso de Coimbra, a encomendação deste legado pio não se limitou a essa centúria e continuou a revelar bastante vigor pelo século XVIII fora. Daqui até ao fim do período em estudo poucos terão sido os casos.

Esta quebra foi claramente provocada pelo magistério do marquês de Pombal. A 9 de Setembro de 1769, foi determinado que apenas a terça parte das terças das heranças podia ser encaminhada para a satisfação de legados pios, não podendo exceder os quatrocentos mil réis excepto se fossem encomendados às misericórdias que, entre outras instituições, estavam admitidas a receber até oitocentos mil réis. As capelas, mais especificamente,

³² Legenda: Estado civil – S (*solteiro*), C (*casado*), V (*viúvo*), SR (*sem referência*); Atributos sócio-profissionais – L (*letrado e/ou lente*), DS (*distinção social*), E (*eclesiástico*), HN (*homem de negócios*), HE (*homem de Estado*), O (*outros*), SR (*sem referência*). Na grelha feminina, as abreviaturas utilizadas nas colunas do estado civil correspondem às utilizadas na masculina e, no segundo campo, o dos atributos sócio-profissionais, DS significa a *distinção social* e M/V/FHN significa *mujer, viúva ou filha de homem de negócios*. A coluna *Misericórdia* significa, no campo masculino, que o benfeitor estava de algum modo ligado à Santa Casa, quer por ter sido irmão ou exercido algum cargo na administração da mesma quer tivesse sido acolhido no colégio de órfãos São Caetano. No caso feminino, corresponde tão-só a mulher, filha ou viúva de irmão ou órfã de São Caetano.

Quadro 1 – Relação entre benfeiteiros e legados

		Masculinos												Femininos										
		Estado civil						Atributos sócio-profissionais						Misericórdia	Estado civil					Atributos sociais				
		S	C	V	SR	L	DS	E	HN	HE	O	SR	S	C	V	SR	DS	M/V/F HN						
MONARQUIA CONSTITUCIONAL / ANTIGO REGIME	Capelas	11	11	1	13	6		10	1	1	2	18	9	4	11	4	3			2	5			
	Esmolas	2	1	2	6	4		2		2		5	4		2	1					2			
	Tenças	7		1	1	4		6			1		3		1	1								
	Dotes	4		2	2	3		4	1	1	1	1	2											
	Expostos	2		1	5	3		1	2			2		1										
	Órfãos	2		1	2	4		2		3				1		1						1		
	S.R.	1			1	1		1																
	Capelas	1			3	2						2				1	1	1						
	Esmolas	3			2	3		21				2	1			2	1							
	Tenças	4			4	2			1	2	1	4	2											
	Dotes															1								
	Expostos	2				1	1		1															
	Órfãos	3			5	3					2	3	2	3			1					1		
	S.R.	3	1		6	4	2	1	1	2	2	1					1	1						

não podiam ser financiadas com base em bens imóveis, mas apenas com dinheiro³³.

O efeito das limitações impostas é por de mais evidente na Misericórdia de Coimbra: das quarenta e oito capelas instituídas, quarenta e duas foram encomendadas antes do ano da lei e as restantes seis depois de 1779. A restrições legais que atingiram as capelas também afectaram as doações em geral, como revela a ausência de instituição de legados entre 1786 e

³³ Esta lei, em parte, acabou por ser suspensa em 1778, sendo depois retomada em 1796 – cf. LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Vol. 7: Sob o signo da Mudança: de D. José I a 1834*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, ANO, p. 3.

1809, cuja regularidade foi retomada somente a partir do segundo decénio de Oitocentos.

Os efeitos causados pela legislação pombalina sobre a instituição de capelas, às quais os benfeiteiros tinham particular devoção e que até então constituíam uma forte motivação à doação de bens à Misericórdia de Coimbra, terão contribuído fortemente para suspensão e subsequente perda de ímpeto do ritmo das doações. Para tamanha quebra poderão também ter contribuído os graves problemas financeiros e administrativos, mercê de «desleixo ou fraudes» com que as misericórdias se depararam na altura³⁴. Esta situação poderá ter diminuído o prestígio da instituição e, por conseguinte, provocado a suspensão das doações.

No que toca à relação entre a capela encomendada e o benfeitor seu instituidor, existe uma relativa transversalidade aos vários perfis, tendo sido encomendada abundantemente por homens e por mulheres. No caso dos primeiros, solteiros e casados assumem uma importância semelhante. Excluindo-se os benfeiteiros sem qualquer referência, a primazia da encomenda de capelas pertence aos eclesiásticos, o que será justificado, para além da sua elevada expressão numérica no cômputo geral de beneméritos, pela sua expectável sensibilidade religiosa. A única categoria capaz de se destacar entre a altíssima taxa de encomenda de capelas por eclesiásticos e as restantes que se definem por uma baixa expressividade é mesmo a dos letrados, muitos dos quais homens da Igreja.

Quanto às mulheres, viúvas e solteiras aparecem em igual número, sendo ambas superadas pelas casadas, que se destacam. A justificação deste fenômeno reside no facto de muitas destas realizarem as suas doações e encomenda de capelas em parceria com os respectivos esposos, fenômeno que não ocorreu depois de 1834. Mais nos parece ser importante destacar a actuação de homens e mulheres ligadas à Misericórdia, no caso dos homens, irmãos e seus antigos dirigentes, e no das mulheres, esposas ou viúvas de irmãos. Tais observações, porém, reportam-se somente às encomendações levadas a cabo durante o Antigo Regime, visto terem rareado no período liberal. Nesta época, homens e mulheres instituíram capelas em

³⁴ LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 7..., cit., p. 5.

número diminuto e não se verifica nenhuma clivagem acentuada entre os dois géneros.

Embora dominante, a criação de capelas variou quanto às suas diversas determinações, sendo o principal factor de originalidade de capela para capela o número de missas correspondentes, que tanto podiam ser de periodicidade anual – desde apenas duas³⁵ até cento e oitenta e três³⁶ –, como semanal³⁷ ou diária³⁸. Existem capelas com outras particularidades. Maria Rodrigues, por exemplo, estipulou diferentes horários para a realização das missas no Verão e no Inverno³⁹. Manuel Soares de Oliveira fundou seis capelas em 1698, devendo cada uma corresponder a um dia específico da semana e ser a respectiva missa celebrada por um capelão próprio⁴⁰. As referidas particularidades reportam-se todas ao primeiro período, à segunda metade do século XVII, época por excelência da encomenda de capelas. Tais determinações, assaz rigorosas, prender-se-ão porventura à religiosidade dos benfeiteiros que, como acima se expôs, correspondia às sensibilidades típicas da época, e não tanto a outro factor, visto não existir nenhum padrão que enforme os autores destas rigorosas exigências numa determinada tipologia.

A outorga de dinheiro para ser distribuído sob a forma de esmolas assume também um papel revelante. Referimo-nos às dezanove doações destinadas a financiar a atribuição de esmolas aos desvalidos de Coimbra e distribuídas com igual peso pelo Antigo Regime e pelo Liberalismo». Os potenciais beneficiados, porém, não o seriam indiscriminadamente. As esmolas tanto

³⁵ O prior António Pestana (1672) – AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 64.

³⁶ Nicolau Gomes de Oliveira (1672) – AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 65.

³⁷ Ana Pinheira (1694) – AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 80.

³⁸ Vide em AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fls. 67, 75 e 77, os casos de Pedro Simões (1674), dos irmãos António dos Reis e Joana Baptista dos Reis (1683) e dos também irmãos Antónia Ferreira e Gaspar Ferreira (1683), respectivamente.

³⁹ AMC, Coimbra – 1673, 7 de Fevereiro: Escritura de húa missa comtidiana que foi [riscado] Maria Rodrigues Minhota viúva in *Documentos Antigos*. Tomo 16, fl. 172.

⁴⁰ AMC, *Testamento e ultima disposiçam...*, cit., fls. 4-5.

podiam visar de um modo genérico os pobres⁴¹, como mais especificamente os doentes⁴² e os presos da cadeia⁴³.

Contrariamente ao verificado na instituição de capelas, não se nota nenhuma tendência. Salienta-se apenas uma maior preferência pela parte dos benfeiteiros masculinos, o que pode ser justificado pela sua desproporcional superioridade numérica em relação às mulheres no universo geral dos benfeiteiros. No grupo masculino, solteiros, casados e viúvos encomendaram-nas, sem grandes diferenças entre si, tanto no Antigo Regime como na Monarquia Constitucional. Neste segundo tempo, todavia, destacam-se os eclesiásticos, cuja proeminência dever-se-á, porventura, ao declínio da instituição de capelas, tendo provavelmente estes homens procurado praticar outra obra tradicionalmente valorizada pela liturgia cristã e tão praticada ao longo dos tempos. Neste caso, encontramos ainda uma relativamente forte actuação de homens ligados à Santa Casa, quatro antes de 1834 e somente um depois dessa data.

Acima afirmámos que a par do intento da protecção social caminhava, também, uma intenção de controlar socialmente. Ao promover esta e outras obras o benfeitor, para além de definir (ou não) a identidade dos desvalidos que pretendia assistir, podia restringir ainda mais o grupo de candidatos ao considerar a conduta moral dos candidatos. Bem ilustra a nossa afirmação a doação de Francisco de Carvalho e Albuquerque destinada a criar um fundo de um milhão de réis para ser distribuído por órfãos e viúvas de «honesto procedimento»⁴⁴.

A prévia definição do perfil dos possíveis beneficiados pelo legado deixado também se encontra patente na atribuição de tenças, que se distribuem quase igualitariamente pelo Antigo Regime e pela Monarquia Constitucional. Por *tenças* entendemos a criação de um fundo destinado à entrega regular de uma soma a algum indivíduo previamente apresentado ou sujeito a concurso, a um colectivo de pessoas ou ainda a uma instituição⁴⁵.

⁴¹ AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 93.

⁴² Manuel Mendes Lopes determina a aplicação dos juros gerados com o seu capital aos “pobres doentes e entrevados” – AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 115.

⁴³ AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 88.

⁴⁴ AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros...*, cit., fl. 120.

⁴⁵ Referimo-nos aos casos de José Leitão Teles, que encomenda a entrega anual de dez mil reis aos padres de Santo António, e de João Francisco, cujo legado originaria uma

Algumas destas dezassete tenças, no entanto, destinavam-se a indivíduos próximos ao benfeitor, como é o caso do legado de Manuel Tavares que determina a colocação a juros de cento e cinquenta mil réis, para o respectivo rendimento ser anualmente entregue às suas duas irmãs⁴⁶.

Particulares acabam por ser os legados de Bento Soares da Fonseca, Tomé Cabral, José Miranda Pio e Simão Soriano, que instituem autênticas bolsas de estudo. São precisamente algumas destas tenças que, de certo modo, vão ao encontro da referida prática de controlo social. Bento Soares da Fonseca, em 1730, apesar de não definir nenhuma conduta moral obrigatória, restringe bastante as possibilidades de candidatura ao benefício: a pensão destinava-se a um parente seu dos mais chegados e de sangue puro⁴⁷. Não sendo propriamente de uma prática reguladora dos hábitos sociais, acabava todavia por excluir determinados elementos, indesejáveis à luz do modelo segregacionista vigente antes da extinção da diferenciação entre cristão-novo e cristão-velho. João Miranda Pio, por outro lado, dava preferência apenas aos estudantes que tendo iniciado o curso de Medicina não tivessem possibilidades financeiras de prosseguir os estudos. Em todo o caso, estes estavam obrigados a apresentar no final de cada ano lectivo um atestado passado pelos seus professores que comprovasse o seu aproveitamento escolar⁴⁸. Mais exigente no que respeita aos comportamentos dos estudantes, Simão Soriano definia que a tença devia ser entregue a «trez estudantes pobres, e de boa conduta moral e civil reunida com a sua aplicação e talentos»⁴⁹.

Neste tipo de legados, demarcam-se das restantes tipologias os homens solteiros. Nem um casado e apenas um viúvo (excepto os sem qualquer

doação anual aos mesmos clérigos, mas para que estes comprassem quatro velas de arratél por ocasião do dia do seu santo padroeiro – cf. AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros..., cit.*, fls. 90 e 76.

⁴⁶ AMC, *Catalogo dos Bemfeiteiros..., cit.*, fl. 71.

⁴⁷ AMC, s/l – s/d: Copia das declarações, que mandou o reverendo padre Bento Soares da Fonseca assistente na cidade da Bahia in *Contrato do reverendo padre Bento Soares*. fl. 11v.

⁴⁸ AMC, s/l – 1858, 20 de Novembro: Certidão in *Testamentos..., cit.* Vol. 27, s/n.

⁴⁹ AMC, s/l – 1891, 11 de Março: [Traslado] testamento cerrado [de Simão José da Luz Soriano], que se acha registado na Administração do terceiro bairro d'esta cidade a folhas vinte e nove verso do Livro numero vinte e um da freguezia das Mercês, no qual, entre outras disposições, ha o seguinte in *Testamentos..., cit.* Vol. 27, fl. 4v..

referência, claro). No Antigo Regime, eclesiásticos e letrados, enquanto do segundo terço de Oitocentos para a frente, embora em pequeno número, homens de negócios, homens de Estados e outras profissões, parecem substituí-los. As mulheres surgem em escasso número, sendo uma casada e outra viúva, e exclusivamente durante o Absolutismo. Tenças que, como acabou de ser observado, assumiram diversas formas de atribuição, mas que nos parecem ser típicas de homens que, tendo vivido solteiros, ou não tinham ninguém a quem deixar os seus bens, canalizando-os portanto para instituições de sua devoção – os religiosos de Santo António – ou para projectos que valorizavam – auxílio financeiro de estudantes pobres, o que provavelmente justificará a proeminência dos letrados –, ou que, enquanto vivos, tinham tido alguém que lhes era dependente e cuja futura subsistência procuravam assegurar.

A concessão de dotes assumiu durante o período aqui em estudo uma certa relevância. A sua importância prendia-se às «dificuldades nupciais da gente pobre», uma vez que o casamento era «um factor de empobrecimento para os homens». Contrair matrimónio, em especial com mulheres pobres, representava um risco, pelo que importava tornar o casamento atractivo. O alvo do gesto, contudo, eram as mulheres e não os homens e focava outros interesses que não apenas o da assistência: «Ao fazer-se mercê de um dote a uma rapariga pobre, honrada e órfã [...], o que se pretendia acima de tudo era a sua preservação moral, não a solução de uma situação económica ou de sofrimento»⁵⁰. Não apenas assistência ao desvalimento mas também controlo social, portanto.

Comprovam esta assunção as várias disposições estabelecidas pelos beneméritos instituidores de dotes. José de Moraes, por exemplo, determinou que se desse todos os anos um dote no valor de um conto de réis a uma órfã de S. Martinho de Árvore ou de São Delgas, posto que ela fosse seleccionada pelo Provedor da Misericórdia e ainda «a mais bem procedida, e livre e izenta de toda [...] suspecta e prestituição»⁵¹. Semelhante é a exigência de Francisco Pereira, que ordena a distribuição de dois dotes anuais por «pessoas

⁵⁰ LOPES, Maria Antónia – *Protecção Social...*, cit., p. 89-90.

⁵¹ AMC, São Martinho da Árvore – 1829, 18 de Janeiro: Registo do testamento serrado com que falece o reverendo Joze de Moraes vigário da igreja e freguesia de São Martinho d'Árvore in *Testamentos* 26..., cit., fls. 4 e 4v.

solteiras de boa reputacam»⁵². Manuel de Abreu, por seu turno, deixava um dote à própria filha para que esta ingressasse na vida monástica ou casasse. Impunha porém que, se ela falecesse ou casasse sem a aprovação da Santa Casa, o dinheiro revertesse a favor dos cofres da confraria⁵³.

Teve esta obra assistencial uma expressão acentuadamente moderna; mas também masculina, sendo a única instituição de dotes pós-Évoramonte realizada por uma mulher: homens solteiros, sem uma acentuada disparidade em relação ao viúvos, mas que se distribuem por várias das categorias socioprofissionais, embora os eclesiásticos e letrados detenham um maior peso e, portanto, pareçam representar os instituidores mais habituais deste legado. Neste caso, tal como no anterior, ainda pontificam os homens ligados à Misericórdia, pelo menos durante o período absolutista.

As crianças, nomeadamente os expostos e os órfãos, constituem o último dos grupos que os benfeiteiros da Santa Casa mais procuraram auxiliar, embora quase exclusivamente apenas durante o século XIX. Apesar de a Misericórdia de Coimbra deter desde 1706 o encargo de criar os enjeitados⁵⁴, a canalização de heranças para esse efeito regista-se somente a partir de 1821. A aplicação destes fundos pela Santa Casa, porém, não perdurou, já que em 1836 Passos Manuel decretou a passagem da responsabilidade das rodas para as Câmaras⁵⁵.

Tendência de Oitocentos, como foi dito, e claramente masculina. A excessiva falta de referências sobre o estado civil dos benfeiteiros não permite estabelecer um padrão concreto nesta área. Ao invés, verifica-se a predominância de letrados na generalidade, a presença de homens de negócios antes de 1834 e de homens de Estado e dos ligados a outras

⁵² AMC, s/l – 1833, 10 de Julho: Registo do Testamento serrado com que falleceu Francisco Pereira..., *cit.*, Vol. 27, fl. 9.

⁵³ AMC, *Catalogo dos Benfeiteiros...*, *cit.*, fl. 106.

⁵⁴ LOPES, Maria Antónia – Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra (1750-1850). Vol. II. Viseu: Palimage Editores, 2000, p. 177.

⁵⁵ Cf. Doc. 17 in LOPES, Maria Antónia e PAIVA, José Pedro – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol 8..., *cit.*, p. 54. Em Coimbra, a transferência das responsabilidades não se operou nem fácil nem rapidamente, tendo a Câmara assumido o seu dever somente em 1839 e após um longo litígio – cf. LOPES, Maria Antónia – Pobreza, Assistência..., *cit.*, p. 200-202.

actividades profissionais depois desse ano. De destacar é a ausência de gente ligada à Misericórdia, contrária ao verificado nas obras atrás analisadas.

Os benfeiteiros que procuraram assistir os órfãos, por outro lado, encontravam-se ligados à Santa Casa, embora a sua relação fosse, grosso modo, de natureza diferente das anteriormente referidas. Dois dos três homens ligados à Misericórdia que canalizaram os seus bens para os órfãos durante o Liberalismo eram antigos órfãos e, das duas mulheres que também o fizeram, o único caso ocorrido depois de 1834 também se tratava de uma antiga colegial.

No seu conjunto, as doações orientadas para esta obra ocorreram quase apenas durante Oitocentos, embora anteriormente, no final do século XVII, os órfãos já tivessem sido visados por Manuel Soares de Oliveira, que encomendara a fundação de dois colégios de órfãos na cidade de Coimbra⁵⁶. Na realidade, somente um deles, o feminino, seria criado. O colégio destinado a meninos órfãos surgiria apenas a 15 de Janeiro de 1804⁵⁷, tendo na sua origem a herança de Caetano Correia Seixas⁵⁸. Segundo indica o quadro já referido, foram os homens quem mais buscaram esta obra, essencialmente letrados no Antigo Regime, homens de Estado em ambas as épocas, e outros durante a Monarquia Constitucional. Tal como o ocorrido no caso dos expostos, as mulheres parecem ter concedido pouca atenção aos órfãos.

Parece-nos, pois, indispensável falar da popularização dos legados tomando em consideração as circunstâncias e épocas que assistiram à encomenda de cada uma das obras, bem como os autores das doações, não fossem as formas de assistência «simultaneamente reflexo de uma realidade, espelho de um sentir comum e instrumento ideológico que infunde novas formas de sensibilidade e novas atitudes mentais»⁵⁹.

Embora dominante em termos numéricos, a instituição de capelas foi evidentemente um fenómeno do Antigo Regime, com pouca expressão a

⁵⁶ AMC, *Testamento e ultima disposição...*, cit., fls. 8 e ss.

⁵⁷ LOPES, Maria Antónia – Pobreza, Assistência..., cit., p. 334-335.

⁵⁸ AMC, Coimbra – 1786, 15 de Novembro: Testamento com que faleceu o Reverendo Conego Caetano Correia Seixas lente jubilado nesta Universidade de Coimbra in *Testamento do Reverendo Doutor Caetano Correia Seixas e comprimento de legados*. fl. 4.

⁵⁹ LOPES, Maria Antónia – Os pobres e a assistência pública in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Vol. V: *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 501.

partir de 1769, cuja encomendaçāo foi transversal aos diversos perfis sociais dos benfeiteiros mas no qual, apesar de tudo, se destaca o protagonismo dos eclesiásticos. O Antigo Regime foi também palco da proliferação de dotes, maioritariamente encomendados por homens e, tal como no caso anterior, de tutela eclesiástica. Após 1834 não desfrutaram de muita popularidade.

Por seu turno, a Monarquia Constitucional foi um período fértil no que respeita à assistência aos órfãos e expostos. Aqui os homens da Igreja parecem ter perdido o seu anterior protagonismo, como sucedeu na generalidade, sendo patente a intervenção de diversas tipologias socioprofissionais. Comuns a ambas as épocas, as esmolas e as tenças também ocuparam lugar de destaque no conjunto de legados encomendados essencialmente por homens mas também por mulheres à Santa Casa da Misericórdia de Coimbra. Estes dois legados, juntamente com os dotes, permitiam ainda aos benfeiteiros controlar os hábitos sociais dos beneficiados, excluindo do campo de acção da obra assistencial instituída todo aquele que tivesse qualquer comportamento considerado desviante ou não correspondesse às expectativas de diversa ordem do seu patrono. Alheios a esta intenção parecem ser os legados instituídos em prol das crianças levados a cabo por homens porventura mais afectos ao espírito da filantropia e não tanto a dogmas religiosos.

Notas para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada*

Susana Serpa Silva**

Universidade dos Açores

Centro de História de Além-Mar (CHAM)

sserpasilva@sapo.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 17/05/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 20/12/2012

Resumo/Abstract:

Entre os diferentes equipamentos culturais de uma localidade, as Bibliotecas Públicas desempenharam, desde o século XVIII, um relevante papel de cariz educativo e civilizacional. Abertas para servir um público vasto e diversificado, estas instituições, que se multiplicaram em Portugal ao longo do século XIX, tornaram-se importantes símbolos do progresso sociocultural e urbano mesmo quando enfrentavam dificuldades orçamentais ou logísticas. Foi o caso da Biblioteca Pública de Ponta Delgada que tendo sido fundada em 1841, só foi inaugurada cinco anos depois. Os seus responsáveis lutaram com inúmeras vicissitudes que, todavia, lograram paulatinamente ultrapassar, permitindo a manutenção do seu funcionamento até aos nossos dias. Uma vez que esta instituição não tem merecido a devida atenção por parte de académicos e estudiosos, pretende-se, com este artigo, dar um pequeno contributo para a história da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, considerando o seu funcionamento enquanto instituição e o seu desempenho a nível cultural e social.

Between the different cultural facilities of a village, public libraries have played, since the 18th century, a relevant role of educational and civilizing nature. Open to serve a broad and diverse audience, these institutions, which have multiplied in Portugal throughout the 19th century, became important symbols of cultural and urban progress even when faced budgetary or logistics difficulties. This was the case of the Public Library of Ponta Delgada that having been founded in 1841, it was only inaugurated five years later. Responsible fought with numerous problems, however, managed to gradually overcome, allowing the maintenance of this institution until the present day. Since its history does not have deserved due attention from academics and scholars, with this article it is intended to give some notes about the Public Library of Ponta Delgada, considering its functioning as an institution and its cultural and social level performance.

Palavras chave/Keywords:

Biblioteca Pública; Equipamentos culturais; Livros; Leitura.

Public libraries; Cultural facilities; Books; Reading.

Introdução

Quando o livro deixou de ser um objecto raro, manuscrito e individual, a existência de bibliotecas tornou-se extremamente relevante, pois além de contribuirem para a conservação, organização e divulgação de livros, opúsculos e documentos, desde logo serviram como repositório e testemunho da memória colectiva, das experiências existenciais, culturais e científicas de uma dada época.

Se as primeiras bibliotecas tinham carácter particular, respondendo às necessidades, aos gostos e às tendências colecionistas de figuras inerentes a restritos círculos sociais, a partir do séc. XV terão surgido os antepassados das bibliotecas públicas, em resultado da abertura de acervos particulares ao uso colectivo, por iniciativa dos respectivos proprietários e em cidades com Munique ou Genebra. Depois, por meados do séc. XVIII, a criação das chamadas “salas ou gabinetes de leitura”, graças a alguns livreiros que procuravam popularizar as suas livrarias, ajudou a cimentar o hábito das consultas públicas. Em troca de uma pequena mensalidade, qualquer indivíduo podia viajar pelo universo do imaginário, dos sonhos, do prazer, da ciência ou da cultura¹.

A Revolução Francesa, a Revolução Industrial, o incremento da imprensa periódica e do urbanismo contribuiram, decisivamente, desde finais de setecentos e ao longo do séc. XIX, para a afirmação e difusão das bibliotecas públicas. Em Inglaterra, por exemplo, o *Public Libraries Act* de 1850 foi a primeira lei a regular a abertura e o funcionamento destas instituições, embora, na realidade, como referem alguns autores, tenha sido apenas a forma de legalizar ou regulamentar as bibliotecas e as práticas já há muito existentes, ainda que, daí por diante, tenha aumento consideravelmente o número de bibliotecas públicas em todo o país².

¹ ARRUDA, Guilhermina Melo – *As Práticas da Biblioteca Pública a partir das suas quatro funções básicas*, <http://dici.ibict.br/archive/00000734/01/T079.pdf>. Veja-se também: BLACK, A. – *A New History of the English Public Library: social and intellectual contexts, 1850-1914*, London: Leicester University Press, 1996.

² DAVIES, Steve – “History of public Libraries”, in *Taking Stock: the future of our public library service*, Unison, September 2008, www.unison.org.uk/acrobat/17301.pdf.

A urgência, prática e civilizacional, de instruir e até de qualificar a classe laboral contribuiu para o desenvolvimento destas instituições onde se podia praticar a leitura e até investir na prepração intelectual, critério cada vez mais relevante entre os mecanismos propiciadores de ascensão social. Talvez por isso, ainda nos finais do séc. XIX, o grande papel atribuído às bibliotecas era o da educação. Daí o poder afirmar-se que a razão de ser “da biblioteca de carácter público correspondeu, eminentemente, à função educacional”³ e também moral, a ponto de em algumas sociedades oitocentistas, serem vistas como uma alternativa à bebida e ao crime, uma vez que eram acessíveis a todos e facultavam importantes hábitos de leitura⁴.

Como refere Bob Usherwood, entre os papéis tradicionais das bibliotecas públicas pode incluir-se “a preservação de material, auxiliando a investigação e a educação, o fornecimento de informação e o fornecimento de instalações culturais e recreativas”⁵. O relevo dado a cada papel foi variando consoante o local e a época, mas uma coisa é certa: ao conservarem e preservarem os livros e a documentação as bibliotecas tornaram-se “espírito e memória colectiva” de uma dada sociedade⁶.

No Portugal liberal de oitocentos foram também as preocupações com a instrução dos menos favorecidos que motivaram a abertura de bibliotecas públicas. Se era desejo dos governantes “formar estadistas esclarecidos, funcionários diligentes e cidadãos capazes de prover as carências da administração pública, havia que por ao seu alcance os instrumentos do saber”⁷. Assim, à semelhança da França, onde já existiam muitas bibliotecas públicas, D. Pedro IV mandou criar a 9 de Julho de 1833, por intermédio do ministro Cândido José Xavier, a Real Biblioteca Pública do Porto, como depósito de “todos os conhecimento humanos”, onde os cidadãos pudessem livremente consultar fontes da ciências e saciar a sede de instrução⁸. A Real Biblioteca Pública da Corte, em Lisboa, mantinha-se em

³ Idem.

⁴ USHERWOOD, Bob – *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*, Lisboa: Caminho, 1999, p. 22.

⁵ Idem, p. 21.

⁶ Idem, *ibidem*.

⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal, 1832-1851*, Lisboa: Verbo, 1986, vol.VIII, p. 370.

⁸ *Apud* SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *idem*, p. 370.

funcionamento desde o reinado de D. Maria I, altura em que tinha sido criada por alvará de 29 de Fevereiro de 1796. Mais tarde, instalada no Convento de S. Francisco, viria a transformar-se na Biblioteca Nacional de Lisboa. O regime liberal tentou melhorar algumas das suas deficiências, alargando o horário de leitura, bem como o corpo de bibliotecários e de funcionários, reafirmando a ampliando também o depósito legal⁹.

Em ambos os casos referidos, foram incorporadas as colecções das livrarias dos antigos e numerosos conventos e mosteiros, logo após a extinção das ordens religiosas masculinas, o que permitiu evitar a destruição ou o desaparecimento de algumas espécies raras e valiosas, não obstante muitas terem sido roubadas e perdidas. Para além das bibliotecas integradas em estabelecimentos de ensino – como as Universidades (de onde se destaca a Biblioteca Joanina, concluída em 1728) ou as Escolas Médico-Cirúrgicas –, emergiram as bibliotecas oficiais, como a das Cortes, então criada pelo governo setembrista e as Bibliotecas Públicas que se difundiram pelo reino e ilhas adjacentes, em diferentes capitais de distrito: Vila Real, Braga, Funchal, Évora e Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, as quais, de acordo com Oliveira Marques, “marcaram o começo de uma nova era”¹⁰.

A fundação da Biblioteca Pública de Ponta Delgada

Não obstante se dever ao Setembrismo um relevante movimento de criação de bibliotecas laicas, muitas delas de perfil distrital e local – substitutas das velhas livrarias eclesiásticas –, apenas a 10 de Dezembro de 1841 decretou a Rainha D. Maria II a criação de uma biblioteca pública na cidade de Ponta Delgada. A medida foi considerada então, pelos locais, como um acto de justiça para com um aglomerado da importância e dimensão que este assumia. De facto, apesar da sua condição de urbe insular,

⁹ Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 425. Veja-se também: TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre – “Espaços de Leitura”, in MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal. O Liberalismo*, coord. de TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João, Lisboa: Editorial Estampa, 1993, vol. 5, pp. 687 e ss.

¹⁰ Idem, p. 429.

Ponta Delgada conheceu, neste período, algumas iniciativas de vulto no campo cultural, em parte graças a uma geração empreendedora e dinâmica do ponto de vista social e intelectual.

Em 1835 surgiu o jornal *O Açoriano Oriental* importante folha generalista / regionalista que logrou sobreviver até ao século XXI, graças ao contributo e ao empenhamento de jornalistas e de homens de letras micaelenses. As relevantes reformas de Passos Manuel terão motivado a criação de uma *Sociedade de Alunos de Direito de Ponta Delgada* e a instituição de uma Escola Médico-Cirúrgica, que começou a funcionar no ano lectivo de 1839-40. Influentes proprietários locais fundaram a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense* que protagonizou um considerável desempenho no domínio da agronomia, dispondo de órgão próprio e que era o periódico *O Agricultor Micaelense*. Além de assinaláveis melhoramentos urbanos (como a iluminação com candeeiros de azeite), não muito tempo depois, em Setembro de 1848, seria fundada a *Sociedade dos Amigos das Letras e Artes*, presidida por António Feliciano de Castilho e que viria a desempenhar notáveis funções a nível pedagógico, literário e filantrópico. É, pois, neste contexto que emergiu a Biblioteca Pública igualmente em prol do progresso da cidade e da ilha¹¹, ainda que a campanha empreendida em prol da sua fundação remonte a inícios da década de 30¹².

Segundo Urbano de Mendonça Dias, o projecto desta instituição foi concebido e apresentado às Cortes pelos três deputados eleitos pelo respectivo Distrito, António Vicente Peixoto (Barão de Santa Cruz), Francisco Afonso da Costa Chaves e Melo e João Joaquim da Costa Simas¹³.

¹¹ Cf. FARIA E MAIA, Francisco d'Ataíde Machado de – *Novas Páginas da História Micaelense (subsídios para a História de S. Miguel – 1832-1895)*, 2^a edição, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1994, pp. 194 e ss (ed. original: 1947). Veja-se também SILVA, Susana Serpa – “Aspectos da vida cultural e social micaelense na segunda metade do século XIX”, separata de *Arquipélago-História*, 2^a série, vol. IV, nº 2, 2000, pp. 299-358.

¹² Segundo Aníbal Bicudo os primeiros esforços no sentido de dotar a cidade de uma instituição desta natureza remontam a 1833 e em 1835 foi mesmo criada uma comissão, por alvará de 18 de Agosto da antiga Prefeitura, com a finalidade de colher donativos para a projectada livraria. BICUDO, Aníbal – *Em Louvor do IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada. “Poeiras do Passado”*, Ponta Delgada: Edição da Câmara Municipal de Ponta Delgada / Of. do “Diário dos Açores”, 1946, p. 61.

¹³ DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada. Monografia histórica*, Vila Franca do Campo: Tipografia A Crença, 1946, p. 103.

Estes dados são confirmado por Aníbal Bicudo que transcreve o projecto de lei que os mesmos apresentaram na sessão de 16 de Janeiro de 1841 e que viria a ser convertido em lei¹⁴:

“Senhor! A instrução tem sido constantemente a primeira necessidade do homem no meio da sociedade como fonte perene dos bons costumes, e verdadeiro apoio das liberdades públicas: é por isso que ela merece a maior atenção do Legislador na grande obra da civilização. Os povos com tão poderoso elemento saboreiam os frutos da associação, os estados prosperam e os governos têm força.

Possuídos destas idéias, os deputados pela Província Oriental dos Açores, vêem propor-vos a criação de uma Biblioteca na Cidade de Ponta Delgada com o intuito de promover entre os seus constituintes o derramamento das Luzes, e a aquisição de conhecimentos proveitosos, sem todavia pretenderm sobrecarregar o Tesouro da Nação”.

Entre alguns dos pressupostos definidos quanto ao estabelecimento desta instituição avultava a autorização para ser despendida a quantia de 1 conto de réis em obras no extinto Convento dos Gracianos (que albergava as aulas do ensino primário e secundário), bem como a doação de todos os livros pertencentes aos extintos conventos das ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Ainda em conformidade com Mendonça Dias, até à fundação da Biblioteca numa sala do referido convento, haviam-se amontoado cerca de 5.000 livros, oriundos das bibliotecas conventuais, num antigo granel do Convento da Esperança¹⁵, com grande perigo de se irem degradando.

Versão um pouco diferente é avançada por Francisco Machado de Faria e Maia. Segundo este estudioso terá sido o Governador Civil a solicitar ao governo um subsídio para que a Biblioteca se instalasse numa dependência do Convento da Esperança, prevendo-se gastar um montante de 400 mil réis com as despesas das obras. Todavia, concedido o subsídio, veio a verificar-se que o local não era apropriado e daí a solução encontrada nas instalações do Convento da Graça, cujas obras, porém, seriam mais dispendiosas¹⁶. De facto, em conformidade com Aníbal Bicudo, por carta enviada pelo Barão de Santa Cruz ao Ministro do Reino (na altura Rodrigo da Fonseca Magalhães),

¹⁴ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 56-57.

¹⁵ DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada ... cit.*, p. 104.

¹⁶ FARIA E MAIA, Francisco d'Ataíde Machado de – *Novas Páginas ...cit.*, p. 210.

na sequência da proposta do “Administrador Geral do Distrito de Ponta Delgada sobre o estabelecimento de uma Biblioteca no granel do Convento da Esperança, datada de 28 de Abril de 1841”, é reforçada a necessidade de estabelecer a Biblioteca no Convento da Graça, tanto por economia, como por comodidade, uma vez que o referido granel se achava em estado de ruína e ficava distante das escolas do ensino primário e secundário que, na altura, funcionavam no edifício dos Gracianos¹⁷.

Por estas considerações pode depreender-se as preocupações e os esforços despendidos pelos dirigentes de então, sem que tenha sido despicienda a colaboração de alguns cidadãos que acabou, aliás, por ser tornar assaz significativa. Já no século XIX, Francisco Maria Supico refere que entre o grupo dos que coadiuvaram o Governador Civil, se contava o comendador José Caetano Dias do Canto e Medeiros que, por exemplo, se voluntariou a inspecionar as obras da sala destinada à Biblioteca¹⁸. O Administrador do Concelho, por seu turno, promoveu uma subscrição pública por meio da qual terá arrecadado mais de 20\$000 réis doados por 167 subscritores. Ademais, a doação de livros e de coleções, por parte de particulares, coube a Jacinto Inácio da Silveira, 1º Barão de Fonte Bela que doou 600 volumes, a José Jácome Correia que ofereceu 40 e a Bernardino José de Sena Freitas que ofertou os 8 volumes das obras de Homero¹⁹. Tudo leva a crer que as afirmações de Supico terão servido de base às descrições de Francisco Faria e Maia.

Não obstante o inicial dinamismo, a organização da nova instituição viria a ser bastante demorada. A abertura ao público seria mesmo protelada por falta de condições. Era necessário, em primeiro lugar, proceder à catalogação e arrumação dos livros e, para isso, era fundamental um bibliotecário que, a tempo inteiro, assegurasse estas funções e possibilitasse o cabal funcionamento da sala de leitura, coadiuvado por um contínuo.

¹⁷ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 59-60.

¹⁸ A sala terá sido construída na ala onde existiam um corredor e celas do antigo Mosteiro de Santo Agostinho e na qual estava instalada a Administração do Concelho que teve de passar para outras dependências do mesmo mosteiro até ser transferida para o profanado convento da Conceição. BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 61.

¹⁹ SUPICO, Francisco Maria – “Escavações”, *A Persuasão*, nº 1825, 6 de Janeiro de 1897 ou in *As Escavações* de Francisco Maria Supico, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995, vol. I, p. 186-187.

O primeiro bibliotecário foi Thomas Brown Soares. Era oficial da Biblioteca Nacional de Lisboa e foi promovido a bibliotecário da de Ponta Delgada, por decreto de 28 de Junho de 1842. Enquanto o Governo Civil ordenava que se mandasse proceder à encomenda de bancos para acomodação dos leitores que ali concorressem “a instruir-se”²⁰, a rainha recomendava ao mesmo Governo Civil que fossem efectuadas todas as diligências para promover os trabalhos de “catalogação e classificação dos livros, em cada uma das grandes secções dos conhecimentos humanos”, além do envio dos respectivos relatórios e estatísticas referentes às aquisições de livros e leituras anuais, conforme o modelo da congénere de Lisboa²¹.

Quando Thomas Brown chegou a Ponta Delgada recebeu os livros dos extintos mosteiros de S. Francisco e da Graça, alguns que se encontravam no Hospício da Caloura e perto de 700 volumes dados por alguns habitantes da cidade. Eram mais de 5 mil volumes, todos na maior confusão, alguns sem capas e até estragados. O encarregado abraçou a morosa tarefa da catalogação – com catálogos alfabéticos e metódicos – e depois de pronto o edifício, colocou os livros nas respectivas estantes. Assim, apenas em 1845 o estabelecimento estava pronto para o funcionamento público, sendo, porém, esta a apreciação do seu responsável:

“Os cinco mil volumes de que se compõe esta Biblioteca são pela maior parte pertencentes a Ciências Eclesiásticas; entre eles se acham alguns de merecimento; porém nenhum de grande valor. Em História Eclesiástica se encontra alguma coisa; mas nada em História Civil. Em Belas Letras, pouquíssimas obras. Em Ciências Naturais e Filosóficas, Artes e Ofícios, alguns volumes: os mais de Filosofia. De Matemáticas, Medicina, Agricultura, quase nada. História Natural, nada. Em Jurisprudência, muito pouco. Em Direito Civil apenas as Ordenações impressas em S. Vicente em 1695 por mandado do Sr. Rei D. Pedro 2º, e outra edição mandada imprimir no mesmo Mosteiro por El-Rei D. João 5º, em 1747-54, e nada mais em Legislação Pátria. Em Direito Canónico, muito pouco. Manuscritos, nada.

²⁰ BPARPD (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada) – FBPAPRD (Fundo da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada) – Série 004, Lv 19, *Correspondência Recebida*, Ofício do Governo Civil, 1843.

²¹ BPARPD – FBPAPRD – Série 004, Lv 19, *Idem*, Ofício do Governo Civil, 7 de Janeiro de 1846.

Eis o estado desta Biblioteca que bem pouco satisfaz às necessidades dos Estudiosos que a frequentam”²².

Apesar do moroso processo de instalação, esta era uma Biblioteca muito incompleta, pouco abrangente e actualizada, uma vez que, pela proveniência do espólio, permanecera demasiado circunscrita à literatura eclesiástica e religiosa. Esta situação porém, não seria apanágio deste estabelecimento. A Real Biblioteca de Lisboa, há não muito tempo atrás, enfermava de idênticas deficiências tal como outras bibliotecas portuguesas. Como referiu Adrien Balbi, em 1822, havia falta de “quase todos os livros modernos, científicos e literários, ultimamente publicados pelos Ingleses, Franceses, Alemães e Italianos”. Quase não existiam os de “geografia e estatística modernas; não possuía mesmo qualquer dos numerosos atlas publicados desde finais do século passado até hoje”²³. Por isso, os governos liberais tiveram de se empenhar no seu melhoramento. Assim o comprova Paulo Barata ao relevar a importância das bibliotecas no âmbito das políticas culturais de oitocentos que privilegiaram, precisamente, as bibliotecas públicas em detrimento das conventuais, então extintas, suscitando uma mudança de paradigma: do religioso para o laico, do domínio restrito ou privado para o público alargado²⁴.

No tocante a Ponta Delgada, e segundo Aníbal Bicudo, já em Abril de 1843, os deputados Bento Cardoso de Gouveia Pereira Corte Real e Barão de Santa Cruz haviam solicitado ao Ministério do Reino o enriquecimento do espólio da livraria pública com livros do Depósito Geral que eles próprios se comprometiam a escolher²⁵. Dois anos mais tarde, o próprio Thomas Brown Soares voltava a sugerir idêntica solução. Em sua opinião, e sem grande prejuízo para o Tesouro Público, urgia fazer transportar para a ilha alguns milhares de obras, de todos os ramos, oriundas do Depósito das Livrarias, a cargo da Biblioteca Nacional de Lisboa, que ainda dispunha, àquela altura, de 200 mil volumes. Só assim, de forma célere, se poderia

²² BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *Correspondência Expedida*, Ofício dirigido ao Ministério do Reino, 22 de Setembro de 1845, fl. 2.

²³ Apud MARQUES, A. H. de Oliveira, coord. – *Portugal e a Instauração... cit.*, p. 425.

²⁴ Veja-se BARATA, Paulo J. S. – *Os Livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública. Uma alteração de paradigma*, Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

²⁵ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 63-64.

suprimir as graves lacunas da nova Biblioteca, para além, claro, de outras carências imediatas como eram uma escada, tinteiros e um imprescindível *Manual de Livreiros* para auxílio à catalogação²⁶. Contudo, no final de 1846, a justa pretensão do bibliotecário ainda não tinha sido concretizada. No ano anterior, como reflexo da era cabralista, as novas aquisições da instituição, através do Governo Civil, foram uma obra e um folheto que resumiam a vida pública de dois protagonistas do parlamentarismo e da governação portuguesa: *Apontamentos Históricos para a vida do Il. E Exmo. António Bernardo Costa Cabral e Duas Palavras sobre os Serviços e Mérito do Ilmo. E Exmo. Sr. José Bernardo da Silva Cabral*. A sua leitura, dizia-se, devia servir de testemunho “à mocidade estudiosa”²⁷, confirmando, uma vez mais, a percepção das Bibliotecas Públicas como instituições de instrução.

Não obstante os constrangimentos e as limitações, urgia inaugurar oficialmente o novo equipamento cultural e urbano de Ponta Delgada. Por isso, a abertura solene da Biblioteca Pública foi agendada para o dia 11 de Janeiro de 1846. Pela 1 hora da tarde e no salão principal, reuniram-se as autoridades e os ilustres da terra. Coube ao Comissário dos Estudos do Distrito, o Reverendo João José de Amaral proferir o eloquente discurso inaugural, depois do Governador Civil ter dado a posse do estabelecimento ao presidente da Câmara Municipal²⁸.

Por decreto de 12 de Março de 1845 fora cedido à edilidade o encargo com a conservação e o funcionamento da Biblioteca Pública²⁹. O município passava a ter de assegurar os vencimentos dos funcionários sem habilitações (contínuos), as despesas com a compra de livros (foi estabelecida uma dotação anual de 50\$000 réis), de materiais de limpeza ou outros, como tinteiros, papel ou copiadores de correspondência e ainda tinha de garantir as obras que fossem necessárias. Estas determinações vieram representar

²⁶ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *Idem*, Ofício dirigido ao Ministério do Reino, 22 de Setembro de 1845, fls. 2 e 2v.

²⁷ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, *ob. cit.*, Ofício do Governo Civil, 23 de Setembro de 1845.

²⁸ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *Idem*, Ofício dirigido ao Ministério do Reino (Conde de Tomar), fl. 3.

²⁹ Tal como sucedera com a Biblioteca Pública do Porto, o estabelecimento foi considerado pertença da cidade e, por isso, a gestão recaiu sobre a respectiva Câmara. Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de... cit.*, p. 371.

um pesado ónus para o orçamento municipal quando, ainda para mais, a Biblioteca era distrital e não concelhia³⁰.

Todavia, apesar de definidas as competências e de consumada a inauguração oficial, as especificidades das colecções disponíveis não incentivavam os leitores, cuja concorrência persistia muito limitada. Não obstante as diligências do bibliotecário, avultavam as dificuldades. No reino, não havia quem fizesse a selecção dos livros que este pretendia fossem remetidos do Depósito Geral das Livrarias, ainda que a rainha tivesse dado ordem favorável e que tivessem sido enviadas listas do que existia na Biblioteca e do que se pedia que fosse enviado.

Por conseguinte, em Fevereiro de 1849, Thomas Brown dirigiu um apelativo ofício à Câmara Municipal de Ponta Delgada solicitando autorização e verba para se dirigir a Lisboa e ele próprio fazer a escolha e selecção dos livros de que tanto carecia esta Biblioteca. Dizia ele, com veemência:

“Ponta Delgada já possui uma Biblioteca, mas quase inútil pela sua pobreza. Os despojos dos Mosteiros suprimidos que lhe servirão (*sic*) de fundo, de modo algum satisfazem as exigências do Público; e este justamente reclama (...)"³¹.

Atendendo a que outras bibliotecas já beneficiavam de livros do Depósito Geral, questionava-se este bibliotecário porque a de Ponta Delgada também não podia usufruir do mesmo benefício. Existia superior autorização e apenas parecia faltar quem a executasse. Por isso Thomas Brown ofereceu os seus préstimos, solicitando a manutenção do seu salário e a cobertura das despesas com a viagem de ida e volta. Se a frequência da Biblioteca era quase nula, pouca diferença faria a sua ausência por dois ou três meses e, ademais, tudo isto seria compensado³².

O bibliotecário partiu mas não mais regressou, decerto por causa das dificuldades financeiras que ensombravam o bom funcionamento da

³⁰ Por isso, por Decreto de 16 de Fevereiro de 1928, a Biblioteca Pública passou para a tutela da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada que passou então a assegurar todas as despesas. Cf. DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada ... cit.*, p. 104.

³¹ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *Correspondência Expedida*, Oficio dirigido à Câmara Municipal de Ponta Delgada, 7 de Fevereiro de 1849, fl. 5v.

³² Idem, fl. 6.

instituição. Por portaria de 27 de Setembro de 1851 e decreto do dia 15 do mesmo mês foi nomeado, como novo bibliotecário, Mariano José Cabral³³ que se encontrava em Lisboa, mas era de origem micaelense. A Biblioteca estava encerrada desde Março de 1849, ou seja, desde a partida do antecessor, apesar da edilidade ter tentado a reabertura, mas sem a presença de um funcionário habilitado. Aliás, as autoridades municipais haviam tentado, junto da Câmara dos Deputados, conseguir a manutenção da Biblioteca por via da doação da cerca do convento (onde se viria a construir o mercado da cidade) cujos rendimentos abonassem a favor da Câmara e, por consequência, da própria livraria pública³⁴.

Mariano José Cabral chegou à ilha a 11 de Outubro de 1851 e logo no dia 13 se apresentou ao Governador Civil que, de imediato, o remeteu à Câmara Municipal. A tomada de posse deu-se no dia 20 e segundo se pode verificar pelas palavras do próprio dirigidas ao Ministério do Reino:

“Tenho a satisfação de poder comunicar a V. Sra., que a minha nomeação agradou geralmente aos micaelenses como se pode ver das folhas públicas desta cidade, tanto políticas como literárias. (...). A Câmara Municipal desta cidade atendendo aos desejos de seus cidadãos, já em 6 de Setembro último tinha aberto a Biblioteca, encarregando a João Jacinto Lopes³⁵ o seu cuidado, para que um ou outro estudioso achasse abertas as portas deste tão útil estabelecimento, que agora vai entrar em seu andamento regular”³⁶.

De facto, foi com este bibliotecário que se fez eco na imprensa local dos horários de funcionamento da instituição: no Inverno das dez horas da

³³ Mariano José Cabral nasceu na ilha de S. Miguel e faleceu no Rio de Janeiro em Dezembro de 1877. Quando deixou o cargo de bibliotecário já não seria muito novo, mas partiu para o Brasil, radicando-se no Rio de Janeiro, onde se dedicou à vida jornalística. Foi mesmo um dos redactores da *Gazeta de Notícias* brasileira. Antes disso, chegou a fundar jornais que se publicaram em Lisboa e outros em S. Miguel. Deixou ainda alguns livros de História dos Açores e de Portugal, biografias e traduções de obras francesas. Cf. DIAS, Urbano de Mendonça – *Literatos dos Açores (história)*, 2^a edição, org. de Lúcia Costa Melo, Vila Franca do Campo: Ilha Nova, 2005, p. 595-596.

³⁴ Cf. BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 65.

³⁵ Segundo Mariano José Cabral, este não tinha quaisquer habilitações literárias e, por isso, passou a contínuo.

³⁶ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *Correspondência Expedida*, ofício dirigido ao Ministério do Reino a 30 de Outubro de 1951, fl. 7.

manhã às duas e meia da tarde; no Verão desde as nove até à hora indicada por lei. Foi igualmente com Mariano José Cabral que se passou a elaborar uma relação semanal de todas as obras pedidas diariamente para registo do movimento da casa. Uma cópia da mesma era enviada, com regularidade, ao Conselho Superior da Instrução Pública, em Coimbra. De resto, a própria edilidade concordou em dispensar um oficial amanuense para coadjuvar nas tarefas de catalogação e reposição de livros, uma vez que o novo responsável encontrou 5.029 volumes colocados nas suas estantes, mas sem ordem alguma. Foi ainda solicitada à Biblioteca Nacional uma cópia do respectivo regulamento interno para que servisse de modelo ao de Ponta Delgada³⁷. Mariano José Cabral foi ainda obrigado a redigir um novo catálogo das obras e manuscritos da Biblioteca por, segundo ele, não ter encontrado um que estivesse em condições.

Por finais de 1851, a Biblioteca de Ponta Delgada conseguiu recuperar o valioso manuscrito do Padre Agostinho de Mont'Alverne, *Crónica da Província de S. João Evangelista*, – que trata da história das ilhas dos Açores até 1695 –, o qual se encontrava extraviado nas mãos de um particular³⁸. Pela mesma altura foram adquiridas obras como os *Ensaios*, de José de Torres, *A Democracia em França*, de Guizot ou colecções de jornais como *O Agricultor Micaelense*³⁹. Iniciativa de relevo do novo bibliotecário foi a de contactar com várias redacções de periódicos do continente a fim de solicitar o envio de números avulsos ou de colecções, com o intuito de manter actualizado o público micaelense. Uma das suas dificuldades, porém, resultou do facto do amanuense prometido pela Câmara nunca ter

³⁷ Idem, fl. 7v.

³⁸ A recuperação deste manuscrito ficou a dever-se, e muito, à Sociedade Escolástico Micaelense que, desde muito cedo, solicitou que se procurasse o importante manuscrito do Padre Mont'Alverne, para ser publicado, pois constava que fazia parte da extinta livraria dos Franciscanos. Dizia-se que o Padre Joaquim José Tavares não o entregara na devida altura, pelo que o assunto assumia grande urgência., para que se conseguisse a devida divulgação como contributo para a instrução dos habitantes de Ponta Delgada. De facto, confirmou o bibliotecário que tal manuscrito não se encontrava entre os livros do extinto convento de S. Francisco, nem nos da Conceição, entregues pelo referido padre. Terá sido, pois, Mariano José Cabral quem deu o alerta e passou à ação. BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, ob. cit., Ofício da Sociedade Escolástico Micaelense.

³⁹ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, ob. cit., Ofício ao Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 4 de Dezembro de 1851, fls. 10v-11.

chegado a entrar em funções por sobrecarga de serviço e, por isso, Mariano José Cabral viu-se, a sós, com uma árdua tarefa. Apenas em Junho de 1860 conseguiu completar o primeiro Catálogo Alfabético das obras, opúsculos e manuscritos desta instituição, graças ao seu esforço e empenhamento⁴⁰.

Durante este período, o mesmo bibliotecário também começou a detectar as lacunas já evidenciadas por Thomas Brown. Face ao número de pedidos, tornava-se inadmissível, por exemplo, a inexistência de uma História de Portugal completa. No tocante aos ramos de Belas Artes, Ciências Naturais, Ofícios, Ciências Políticas e Civis, a Biblioteca era “deficientíssima” enquanto excediam as obras de ciências eclesiásticas e canónicas. O problema parecia agigantar-se porque as entidades locais não dispunham de margem orçamental para avultados investimentos nesta área⁴¹.

Aliás, as questões financeiras e em torno dos recursos humanos ensombraram, desde início, o funcionamento desta instituição. Por um lado, avultavam despesas com ordenados de funcionários, compra de materiais e de estantes, recuperação de livros, limpezas e manutenção. Por outro, escasseavam as verbas destinadas à aquisição de livros.

Tomas Brown Soares tinha um vencimento de 157\$500 réis, dos quais descontava os devidos direitos de mercê e mais 5% adicionais⁴². Em finais da década de 50, o vencimento de Mariano José Cabral era já de 300\$000 réis insulanos anuais, bem como o do seu sucessor. Na última década da centúria, a Biblioteca contava com um bibliotecário designado como director, – neste caso, o Dr. Francisco da Silva Cabral –, persistindo, porém, a grande instabilidade quanto aos contínuos, cujos ordenados rondavam os 72\$000 réis insulanos. Os três bibliotecários conheceram numerosos funcionários subalternos pois estes ora deixavam o lugar por motivo de doença ou de mudança de residência, ora passavam para outro emprego mais conveniente e melhor remunerado.

⁴⁰ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Ofício ao Conselheiro Director Geral da Instrucção Pública, 23 de Junho de 1860, fl. 52.

⁴¹ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Estatísticas e Oficio ao Governador Civil de Ponta Delgada, 27 de Janeiro de 1852, fls. 14-15.

⁴² BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, *Correspondência Recebida*, Cópia de Oficio do Ministério do Reino, 10 de Fevereiro de 1852.

Após 9 anos de funções e de muitos constrangimentos, Mariano José Cabral solicitou ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública a sua transferência para a Biblioteca Nacional (ou para qualquer outra repartição pública), quer como reconhecimento dos seus serviços, quer por se sentir estagnar, na medida em que as suas funções passaram a limitar-se à entrega de livros aos leitores. Estava convicto que, em Lisboa, podia prestar mais e melhores serviços. Ademais, a situação financeira da instituição micaelense era de tal ordem que o próprio bibliotecário se via obrigado a cobrir, com os seus rendimentos, despesas de funcionamento⁴³, já para não mencionar as sucessivas desinteligências com os contínuos e com a própria Câmara Municipal.

Em Julho de 1861, Mariano José Cabral deixou de ser bibliotecário em Ponta Delgada e porque as suas pretensões não terão sido atendidas, pouco tempo depois, partiu com destino ao Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro, onde veio a falecer. O seu substituto, como já referimos, foi Francisco da Silva Cabral que tomou posse em Novembro do mesmo ano, depois do cargo ter sido ocupado interinamente pelo Padre José Nicolau Teixeira de Sousa⁴⁴. Francisco da Silva Cabral depressa se iria confrontar com os mesmos obstáculos do seu antecessor, – entre eles a carência de “maior número de exemplares de obras modernas em todos os ramos de ciências e literatura” – registando, porém, uma frequência de leitores em sentido ascendente⁴⁵. Prosseguiram os trabalhos de encadernação e os esforços de aquisição de espécies, muitas delas obtidas com verbas da Junta Geral do Distrito. À iniciativa deste novo bibliotecário ficou a dever-se ainda a venda de livros repetidos ou truncados, cuja verba obtida, acrescida do subsídio camarário, possibilitou a aquisição do *Grande Dicionário Larousse*.

⁴³ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Ofícios ao Conselheiro Director Geral da Instrução Pública, 3 de Janeiro de 1861 e 8 de Janeiro de 1861, fls. 62 v e ss.

⁴⁴ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Ofício ao Presidente da Câmara, 6 de Novembro de 1861, fl. 71.

⁴⁵ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Carta ao Governo de Sua Majestade, em 30 de Outubro de 1862, fl. 77.

Aspectos do quotidiano da Biblioteca: das colecções às instalações

Após a conclusão do catálogo da autoria de Mariano José Cabral, podia confirmar-se que o número de volumes da Biblioteca Pública de Ponta Delgada havia aumentado praticamente para o dobro em relação ao montante inicial, ainda que existissem títulos em duplicado e até quatro ou cinco exemplares de um mesmo livro. Terão vindo algumas obras procedentes de Lisboa, entre elas ofertas de cariz público ou oficial (compêndios, *Diários das Cortes*, legislação, tratados), para além das aquisições e de muitas doações feitas por particulares, as quais se prolongariam pelo século XX adiante.

Logo em 1854, João Anselmo da Cruz Pimentel Choque deixou em testamento o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas* de Lisboa. Os números em falta deveriam ser pedidos, à redacção, por André António Avelino, reputado médico local que fora director da escola Médico-Cirúrgica de Ponta Delgada⁴⁶. Em finais de 1864, por exemplo, a imprensa micaelense deu eco à doação de 1366 volumes, de diferentes ramos da ciência, por parte do proprietário José do Canto, entre os quais se contava uma grande colecção de gramáticas de diferentes línguas⁴⁷.

Em 1865, conforme se pode observar pela leitura do Quadro I, o número de títulos e de volumes ascendera, respectivamente, a quase 6.300 e a pouco mais de 10.000, ainda que se mantivesse a enorme clivagem na distribuição dos exemplares pelas áreas do saber. Continuavam a predominar os livros eclesiásticos, seguidos, a considerável distância, pelos de História e de Literatura. Em número bastante inferior estavam os de Matemática, Física e Química, Geografia, Agricultura e, sobretudo, Economia Política e Belas Artes.

⁴⁶ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, *ob. cit.*, Carta do testamenteiro Eusébio Dias Poças Falcão, 30 de Agosto de 1854.

⁴⁷ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Ofício a José do Canto, 28 de Outubro de 1864, s/ fls.

Quadro 1 – Mapa Estatístico da Livraria Pública de Ponta Delgada, de 1865,
com a sua classificação, número de obras e volumes⁴⁸

Classificação	Obras	Volumes
História e Literatura	1622	2133
Ciências Eclesiásticas	3759	6557
Ciências Jurídicas	360	559
Ciências Filosóficas	298	489
Medicina	98	141
Matemática	66	86
Física e Química	53	69
Geografia	15	26
Agricultura	13	26
Economia Política	3	3
Belas Artes	4	4
Soma	6.291	10.093

Todavia, os legados prosseguiram e alguns deles avultados. Anos mais tarde, por exemplo, os herdeiros do Dr. José Afonso Botelho de Andrade da Câmara e Castro, ausentando-se para Lisboa, deixaram à guarda da Biblioteca a sua livraria com mais de sete mil volumes (e respectivas estantes) que representavam “condignamente a literatura deste século”⁴⁹. Mas, apenas por volta de 1890, o bibliotecário Francisco da Silva Cabral reconhecia que a Biblioteca de Ponta Delgada já incluía uma boa parte das “principais obras, que satisfazem às primeiras exigências dos seus visitantes”⁵⁰.

A trágica morte de Antero de Quental, a 11 de Setembro de 1891, viria antecipar o enriquecimento do acervo desta livraria. O poeta legou à instituição toda a sua biblioteca particular, composta por 782 volumes, muitos deles de “grande qualidade” e em língua alemã, com predomínio para as áreas da Literatura e da História. Por consequência, no primeiro de Janeiro de 1893, por iniciativa da Câmara Municipal, foi inaugurada solenemente a secção com a livraria de Antero, colocada numa estante especial e num recanto ornamentado com o busto em mármore do poeta,

⁴⁸ BPARPD – FBPAPRD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Mapa estatístico, 21 de Junho de 1865, s/ fl.

⁴⁹ BPARPD – FBPAPRD – Série 004, Lv 19, *ob. cit.*, Cópia da carta da Câmara Municipal, 22 de Dezembro de 1888.

⁵⁰ BPARPD – FBPAPRD – Série 004, Lv 21 (2), *Correspondência Expedida*, Relatório de 1889/1890, fls. 9 e ss.

da autoria de Simões de Almeida. Na sessão, foram oradores Caetano d'Andrade Albuquerque, presidente da Câmara, João Machado de Faria e Maia e o Visconde de Faria e Maia⁵¹.

Em 1895, outra importante aquisição viria a ter lugar por iniciativa municipal. A Câmara adquiriu para a Biblioteca 900 volumes, isto é, 385 colecções de jornais do arquipélago pela módica quantia de 385\$000 réis. Havendo números repetidos, considerou o então presidente da edilidade, José Maria Raposo d'Amaral Jr., que podiam ser de grande utilidade em futuras trocas ou substituições⁵².

Paulatinamente, e apesar das adversidades, esta instituição ia cimentando as suas funções civilizacionais e educativas, prestando um relevante serviço público, tanto na guarda e conservação de livros e manuscritos, como no seu empréstimo e divulgação, propiciando hábitos de estudo e de leitura. De acordo com o respectivo regulamento⁵³, abria todos os dias não santificados ou feriados, das 9h00 às 13h00. A leitura era presencial, sendo proibido mexer nos livros sem autorização ou ler em voz alta. Cabia ao bibliotecário o controlo dos empréstimos e das leituras e ao contínuo, além dos serviços normais, a limpeza da sala e das estantes. Se alguns dos problemas iniciais pareciam estar ultrapassados, estabelecendo-se a normalidade do funcionamento, por outro lado a questão das instalações ia-se agravando.

Não obstante o salão da Biblioteca servir de palco a conferências, reuniões, saraus literários e até a concertos benéficos⁵⁴, as acomodações eram assaz deficitárias porque partilhadas com o Liceu da cidade, sito ao Convento da Graça. Com o passar dos anos e o aumento do número de livros, o espaço tornara-se demasiado exíguo. Por vezes, ocorriam ajustamentos que se tornavam muito incômodos. Havendo, por exemplo, necessidade de instalar a secretaria do estabelecimento de ensino no quarto do bibliotecário, foi este obrigado a mudar-se para outro compartimento, por ordem do

⁵¹ BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 21 (3), *Correspondência Expedida*, Relatório de 1893, fls. 31 e ss.

⁵² *Idem*, Ofício da Câmara Municipal, 21 de Dezembro de 1895.

⁵³ Regulamento de 2 de Janeiro de 1864.

⁵⁴ A 5 de Abril de 1858, por exemplo, ocorreu um concerto em benefício da *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes*. BPARPD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, *ob. cit.*, Ofício da Câmara Municipal, 22 de Março de 1858.

Governo Civil⁵⁵. Já em 1864, o então bibliotecário em funções entendia que pelo facto da sala de leitura se achar no interior do edifício do Liceu, constituía um motivo de redução do público. Achava por demais necessário que se construísse, sem grandes gastos, uma pequena sala contígua, mas virada à rua, de modo a promover uma maior curiosidade a par de uma mais fácil acessibilidade⁵⁶.

Se as instalações contíguas ao Liceu eram prejudiciais à Biblioteca Pública, por outro lado, esta circunstância também não agradava aos responsáveis pela instituição de ensino. Em 1889 o conselho directivo da mesma enviou uma carta ao Presidente da Câmara a queixar-se do muito barulho que era constante nas salas da livraria municipal e que muito prejudicava o ambiente das aulas. O próprio reitor havia presenciado o que designava como “espectáculo impróprio de uma biblioteca” que, por essência, devia ser um lugar de silêncio, dedicado ao estudo e à leitura. Alertava, pois, o mesmo professor que urgia encontrar novas instalações para a Biblioteca – mais afastadas, ainda que acessíveis – aproveitando-se aquele espaço somente para a vida escolar. A Biblioteca tornara-se um “elemento de indisciplina” porque estava “sendo um refúgio dos estudantes que não querem ir às aulas e de divertimento para muitos”⁵⁷.

Por fim, e possivelmente por denúncia do bibliotecário, solicitou o Reitor (na altura Eugénio Vaz Pacheco do Canto e Castro), e por mais de uma vez, o nome de todos os estudantes perturbadores do sossego da Biblioteca Pública a fim de serem tomadas as devidas providências. Não muito tempo depois, o Ministério das Obras Públicas entendia dever proceder-se à transferência desta instituição para um lugar mais apropriado, ficando aquela sala destinada ao Museu de História Natural que, entretanto, ia progredindo em número de peças e colecções⁵⁸.

⁵⁵ *Idem*, 3 de Março de 1852.

⁵⁶ BPAPRD – FBPARPD – Série 004, Lv 20, *ob. cit.*, Relatório, 17 de Outubro de 1864, s/ fls.

⁵⁷ BPAPRD – FBPARPD – Série 004, Lv 19, *ob. cit.*, Ofício do Reitor do Liceu, 10 de Maio de 1889.

⁵⁸ BPAPRD – FBPARPD – Série 004, Lv 21 (3), *Correspondência Expedida*, Relatório de 1891, fl. 11v.

Apesar dos esforços de alguns responsáveis, a Biblioteca tornou-se alvo do espírito contestatório dos republicanos. O recém formado Centro Republicano de Ponta Delgada não se coibiu de criticar as normas de funcionamento através do seu órgão *A República Federal* que narra assim, num pequeno artigo:

“Este estabelecimento muito grande e com muitos livros velhos, tratados de teologia, quase todos em latim, apenas se abre das 10 às 2 horas do dia em dias não feriados. Os estudantes do liceu são quase os únicos frequentadores da biblioteca, para consultar algum dicionário, menos o de “Bouillet” porque ela o não possui. Como pela nova reforma da instrução secundária, também funciona o liceu às quintas feiras, e que não funcionasse, era um dia mais próprio para os alunos consultarem livros, achamos que o senhor bibliotecário, como pessoa de escrúpulos, devia abrir a biblioteca também às quintas-feiras, embora o regulamento o não obrigue, ou mandar o seu contínuo, prestando assim um serviço ao público, e fazendo jus ao ordenado do seu emprego bem parecido com uma conesia”⁵⁹.

Pelas palavras do periódico pode-se inferir que, no último quartel da centúria, o regulamento de 1864 sofrera algumas alterações ou *quiçá* alguns atropelos uma vez que, segundo o jornal, a Biblioteca deixara de abrir às quintas-feiras e o seu horário passara a ser das 10h às 14h. Outra crítica a este estabelecimento relacionava-se com o prolongado período de encerramento por férias dos funcionários. Nada mais, nada menos, que os dois meses de Agosto e Setembro. Além de ser excessivo, afigurava-se cada vez mais desadequado quando, pela nova legislação, os alunos liceais passavam a ter exames em Outubro. Ademais, na época estival os estudantes poderiam ler as obras para as quais não tinham tempo durante o período lectivo. Sugeriam então os redactores do órgão republicano, chamando a atenção da Câmara Municipal, que se admitissem mais empregados de modo a alargar o horário de funcionamento da Biblioteca Pública⁶⁰.

Apesar de não terem sido atendidas de imediato, afigura-se que as críticas republicanas não terão sido totalmente em vão. A partir de 1892 o bibliotecário e director Francisco da Silva Cabral passou a ter um auxiliar,

⁵⁹ *A República Federal*, nº 6, 24 de Maio de 1881.

⁶⁰ *A República Federal*, nº 24, 4 de Outubro de 1881.

o qual, alguns anos mais tarde, ocuparia o seu lugar. A 9 de Junho de 1897, Alexandre de Sousa Alvim, provido pelo decreto de 17 de Maio do mesmo ano, deixou de ser auxiliar e passou a bibliotecário devido à aposentação do seu antecessor, por motivos de segurança e disciplina. Silva Cabral, que chegou a completar 35 anos de serviço, deixara de ser respeitado pelos jovens leitores, em virtude da sua avançada idade, e muitos livros começaram a surgir com mutilações e estragos⁶¹. Por consequência, uma das primeiras medidas de Sousa Alvim foi a de acabar com o empréstimo de livros raros. Por outro lado, tomou a iniciativa de publicar um boletim mensal⁶² e ainda assumiu a responsabilidade de receber e cuidar da imensa doação póstuma da biblioteca de Ernesto do Canto⁶³.

Falecido em Agosto de 1900, este próspero proprietário, influente cidadão e curioso historiador legou toda a sua livraria, composta por cerca de 5 mil volumes e respectivas estantes, à Biblioteca Pública de Ponta Delgada. A dimensão deste legado veio agudizar ainda mais o problema das instalações, forçando a Câmara Municipal a tomar medidas com o apoio do Governo Civil. Uma vez que a casa, paredes meias com o edifício da Biblioteca, pertencia ao Ministério das Obras Públicas e estava emprestada ao município para que ali funcionasse uma escola do sexo feminino, o governador civil, Francisco d'Andrade Albuquerque resolveu interceder

⁶¹ Série 004, Lv 21 (2), *Correspondência Expedida*, Ofício nº 14, 9 de Junho de 1897, fl. 23v e Ofício nº 18, 30 de Junho de 1897, fls. 24v e ss.

⁶² Série 004, Lv 21 (2), *Correspondência Expedida*, Relatório de 30 de Outubro de 1897, fls. 29v e ss.

⁶³ Filho do rico morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros, formou-se em Filosofia, em 1856, na Universidade de Coimbra. Fixou-se na sua cidade natal, Ponta Delgada, dedicando-se aos negócios familiares e à investigação histórica. Esta paixão levou-o a adquirir numerosa bibliografia referente ao arquipélago, colecionando também documentos e opúsculos raros, que adquiriu no continente ou no estrangeiro, e lhe permitiram publicar o *Arquivo dos Açores*. Entre os cargos públicos que desempenhou, conta-se a presidência da primeira Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, bem como os lugares de vereador da Câmara Municipal e provedor da Misericórdia local. Integrou ainda inúmeras comissões de beneficência e instrução e foi sócio da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia de Lisboa. Deixou algumas obras da sua autoria, como “Quem deu nome ao Labrador?”, in *Arquivo dos Açores*, vol. II; *Centenário da Descoberta da América por Cristóvão Colombo (1492-1892)*, Ponta Delgada, Tip. do Arquivo dos Açores, 1892. Cf. DIAS, Urbano de Mendonça – *Literatos dos ... cit.*, pp. 102-110. Veja-se: TOMÉ, Teresa – *Ernesto do Canto: os Açores na problemática da cultura do século XIX*, Ponta Delgada: Signo, 1989.

junto da Direcção Geral das Obras Públicas, para que atenta a contiguidade das edificações se abrisse, de imediato, uma comunicação interior com rapidez e pouca despesa. Depois, procurou que fosse cedida a mesma casa à edilidade de forma a ampliar as instalações da Biblioteca, enquanto não fosse possível obter edifício próprio. Entre os argumentos esgrimidos estavam o facto de considerar que não seria complicado adquirir outras instalações para a escola feminina e, sobretudo, as dificuldades sentidas no acesso às instalações da Biblioteca, através do Liceu, quando na nova casa este seria bem mais facilitado. Por fim, considerando que todas as entidades locais se encontravam de acordo, entendia que a Direcção Geral das Obras Públicas prestaria um grande serviço à cidade de Ponta Delgada, pois tratava-se de um significativo melhoramento material e cultural⁶⁴.

A solicitação do governador civil foi atendida. Por ofício de 5 de Dezembro de 1900, a Direcção Geral das Obras Públicas autorizou a cedência da casa da escola do sexo feminino da freguesia de S. Pedro ao município micaelense, para ampliação da Biblioteca Pública, considerando a exiguidade das instalações que comportavam, a esta data, cerca de 14.000 volumes. Para os devidos efeitos, foi então solicitado ao director das obras públicas do distrito o respectivo projecto e orçamento⁶⁵. Em 1902, o secretário do Governo Civil, Jacinto de Teves Adam, rogava ao respectivo Ministro e Secretário de Estado as mais urgentes diligências no sentido de autorizar não apenas o projecto e o orçamento enviados pelo director distrital, mas o início das obras do edifício anexo à livraria pública, uma vez que era de suma necessidade ali colocar os livros e as estantes legadas por Ernesto do Canto⁶⁶.

Afinal, a doação deste ilustre micaelense, que representara um elevado e precioso contributo para o público leitor da cidade, também correspondeu a uma significativa fonte de receitas. Nos anos subsequentes, Alexandre de Sousa Alvim registou não apenas as despesas com a conservação deste

⁶⁴ BPARPD – FGCPD (Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada), Ofício nº 58, Obras Públicas, 29 de Outubro de 1900, Livro 223, *Correspondência dirigida a Diversas Secretarias de Estado, 1897-1902*, fls. 33-33v.

⁶⁵ BPARPD – FGCPD, Livro 223, *ob. cit.*, Ofício nº 4, Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 23 de Janeiro de 1901, fls. 37-37v.

⁶⁶ BPARPD – FGCPD, Idem, Ofício nº 6, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1902, fl. 50v.

legado, em conformidade com o respectivo testamento, mas também os proventos retirados da venda de volumes do *Arquivo dos Açores* – compilação de documentos sobre a história das ilhas feita por Ernesto do Canto – e de outras publicações suas. Além de numerosos volumes do *Arquivo* – só a 15 de Setembro de 1904, por exemplo, foram vendidos 200 da 2º edição do nº VI – eram também vendidos exemplares da *Biblioteca Açoriana*, da obra sobre *Os Corte-Reais*, do *Tratado das Ilhas Novas*, assim como do *Ensaio Bibliográfico* e ainda do ensaio sobre o *Centenário do Infante D. Henrique*⁶⁷. Entre Janeiro de 1901 e Outubro de 1926, não obstante as avultadas reparações ou aquisições de estantes, bem como diferentes trabalhos de encadernação, o saldo acumulado a favor da Biblioteca foi de 1.930\$83 réis, graças à cívica generosidade de Ernesto do Canto.

A implantação da República, em 1910, teria também consequências para a história e o funcionamento desta instituição. A extinção do Tribunal da Relação dos Açores e da respectiva Procuradoria, ordenadas pelo Governo Provisório por decreto de 30 de Novembro daquele mesmo ano, levou a que o Ministério da Justiça ordenasse que, uma parte da documentação pertencente a este órgão, fosse depositada na Biblioteca Pública de Ponta Delgada. Por conseguinte, foi nomeada uma comissão composta por Rodrigo Rodrigues, oficial da Repartição da Fazenda, José Pedro Costa, professor aposentado do Liceu e pelo próprio bibliotecário, Alexandre de Sousa Alvim, com o intuito de proceder à respectiva inventariação. A esta comissão vieram a ser agregados os cidadãos Guilherme Frazão e António Joaquim Arruda com a finalidade de auxiliarem no referido inventário, atendendo ao elevado número de processos e demais documentação existente. Os móveis, os utensílios e a legislação ficaram ao dispor do Delegado da República e do Juiz de Direito da Comarca de Ponta Delgada que, por seu turno, passaram a ocupar os gabinetes do Presidente e do Secretário do extinto Tribunal⁶⁸.

A supressão deste órgão judicial deixou sem emprego Nicolau Martins de Bettencourt, Clemente Peixoto de Mendonça, Francisco do Rego Silva Pontes e José Augusto Borges do Canto Pontes, este último funcionário da

⁶⁷ BPARPD – FBPARPD, Dep. 21, nº 6, Livro nº 1, *Arquivo dos Açores, etc. Corrente*.

⁶⁸ BPARPD – FGCPD, Livro 328, *Correspondência dirigida pela 1ª Repartição deste Governo Civil às diversas Autoridades e Pessoas*, 1906/1911, fls. 93 e 95v.

extinta Procuradoria Régia. Para obstar a este problema, o recém-nomeado governador civil, Francisco Luís Tavares decidiu colocar, provisoriamente, os três primeiros elementos a colaborar na classificação dos processos e dos documentos do extinto arquivo e o último ao serviço da Biblioteca Pública da cidade, reforçando assim o corpo de funcionários⁶⁹.

Pelo decreto de 16 de Fevereiro de 1928 (art.º 34) as despesas desta instituição passaram para a responsabilidade da Junta Geral do Distrito⁷⁰ que, aliás, assumiu nesta altura inúmeros encargos. Sob a presidência de Luís de Bettencourt, a Junta Geral não só passou a superintender a administração da Biblioteca, como assegurou a limpeza e a manutenção de muitos livros. No intuito de a valorizar ainda mais, fez adquirir todo o espólio de Teófilo Braga constituído por 8.000 volumes de várias obras, bem como por milhares de cartas e manuscritos⁷¹.

Em 1931, por via do Decreto-Lei nº 20.484, de 6 de Novembro⁷² procedeu-se a uma remodelação do quadro de pessoal e dos respectivos serviços, sendo transferidas definitivamente para a Junta Geral as competências até aí exercidas pela Câmara Municipal. Todavia, estas competências foram limitadas apenas aos encargos com os funcionários e o funcionamento, pois a instituição passou a estar subordinada à Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos, reservando-se, pois, à Junta uma intervenção de cariz administrativo. Com este diploma foi criado, pela primeira vez, um Arquivo Distrital para funcionar em anexo à Biblioteca Pública, em moldes muitos semelhantes aos das congéneres de Braga, Leiria e Évora. Deste modo, transitaram para as respectivas instalações os acervos provenientes de cartórios eclesiásticos, registos paroquiais e notariais de todo o Distrito, bem como documentação existente na Direcção e Repartição de Finanças,

⁶⁹ BPARPD – FGCPD, Livro 376, *Registo da Correspondência dirigida pela 1ª Repartição às diversas Secretarias d'Estado, 1910-1911*, fls. 7v e 8.

⁷⁰ DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada...* cit., p. 104.

⁷¹ O inestimável valor da livraria e da documentação pessoal de Teófilo Braga conferiu a esta aquisição uma importância imensa, então louvada e reconhecida por importantes vultos como o director da Biblioteca da Ajuda, o conservador da Torre do Tombo e o conservador da Biblioteca Nacional. Cf. BICUDO, Anibal – *Em Louvor...* cit., p. 67.

⁷² Publicado no *Diário do Governo*, I Série, nº 258, de 7 de Novembro de 1931. Cf. PAVÃO, Prof. Dr. Almeida – *Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada*, Separata da Revista *Insulana*, Ponta Delgada, 1992, p. 270.

processos cíveis, crime e orfanológicos findos e outros de repartições ou serviços extintos⁷³.

Doravante, o quadro desta instituição passou a ser composto por um conservador e um sub-conservador – ambos com habilitações académicas e nomeados pelo governo – e ainda um contínuo e um servente, nomeados pela Junta Geral⁷⁴.

Somente a 18 de Abril de 1941, e após demoradas obras, foi inaugurado o novo edifício da então Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada, sito à Rua Ernesto do Canto, no qual esta se manteve até finais do século XX. Aqui passaram a funcionar a Sala de Leitura e outros serviços, enquanto os depósitos das livrarias e do arquivo persistiram no edifício do Convento da Graça⁷⁵. Na sessão solene tomaram a palavra o presidente da Junta Geral, bem como o respectivo bibliotecário que então era João de Simas. Por esta altura, era considerável o acervo da instituição. De acordo com Aníbal Bicudo existiam “cerca de 25.000 volumes além de 50.000 processos, 7.627 testamentos, e 1.381 livros de notas, que se encontravam depositados no arquivo da extinta Relação dos Açores”⁷⁶. Todavia, dignas de registo eram, de facto, as doações de particulares, entre eles Antero de Quental, Ernesto e Eugénio do Canto, Bruno Tavares Carreiro, o Marquês de Jácome Correia, o Conde dos Fenais, o coronel João Maria de Aguiar e José Bensaúde⁷⁷. Entre 1914 e 1919, Jácome Correia havia ofertado a verba mensal de 50\$00 com a qual se haviam adquirido cerca de 2.500 volumes⁷⁸. Em 1950, António Borges Coutinho Sousa Dias da Câmara, 3º Marquês da Praia e Monforte, viria a doar o original das *Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso*⁷⁹.

Desde modo e não obstante as inúmeras carências da Biblioteca Pública de Ponta Delgada – que se confrontava com grandes dificuldades de

⁷³ Idem, pp. 270-271.

⁷⁴ Ibidem, p. 271.

⁷⁵ Cf. DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada ... cit.*, p. 105. Veja-se também SILVEIRA, Francisco da – “Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada” in *Encyclopédia Açoriana*, www.culturaacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa.

⁷⁶ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 65-66.

⁷⁷ DIAS, Urbano de Mendonça – *Ponta Delgada ... cit.*, p. 103 e 104-105.

⁷⁸ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... ob. cit.*, p. 66.

⁷⁹ www.culturaacores.azores.gov.pt/encyclopédia_açoriana.

arrumação e de conservação das espécies – mantinha-se o desiderato da missão institucional de contribuir para o desenvolvimento do nível sócio-cultural da população. Ademais, graças aos esforços de algumas autoridades e, sobretudo, de particulares, por meados do século XX, esta livraria estava classificada como a “quarta entre as bibliotecas eruditas do país”⁸⁰. Já em 1892, segundo dados do *Anuário Estatístico de Portugal*, a biblioteca pública micaelense situava-se em 5º lugar no ranking nacional, em função do número anual de leitores. Contra os 36.330 da Biblioteca Nacional de Lisboa, que ocupava o primeiro lugar, a instituição de Ponta Delgada contava com uma média de 1.802, muito acima das de Braga, Évora e Guarda⁸¹.

As leituras e o público leitor

Desde inícios do funcionamento deste estabelecimento, a maior parte dos leitores eram alunos do Liceu Nacional, exigindo-se, também por isso, a compra de livros modernos e de compêndios. Mariano José Cabral, enquanto foi bibliotecário, consultava, por vezes, o Comissário dos Estudos ou o Conselho do Liceu para que lhe indicassem títulos de obras mais necessárias ou urgentes. No entanto, para além dos estudantes, também frequentavam a Biblioteca alguns funcionários públicos e estrangeiros⁸², de entre os muitos que visitavam as ilhas ao longo de oitocentos.

Porém, como já referimos, a escassez de verbas e a demora das autorizações para qualquer aquisição constituíam obstáculos imensos à actualização e ao enriquecimento da Biblioteca, motivando insistentes pedidos, por parte do bibliotecário, inclusive aos deputados eleitos pelo Distrito. Outro óbice residia na excessiva demora da chegada dos livros que eram encomendados em Lisboa ou da satisfação dos legados e doações por intermédio dos testamenteiros. Sendo assim, não seria de estranhar o enorme desfasamento da Biblioteca de Ponta Delgada em relação às suas

⁸⁰ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor... cit.*, p. 67.

⁸¹ TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre – “Espaços de ... cit.”, p. 688-689.

⁸² BPARPD – FBPAPRD, Série 004, Lv 20, *Correspondência Expedida*, ofício ao Comissário dos Estudos, 13 de Março de 1852, fl. 16v.

congêneres de Lisboa e do Porto⁸³ o que talvez motivasse o número não muito elevado de requisições. Porém, sem nos atermos à realidade demográfica, outros motivos pareciam justificar a baixa frequência de leitores.

No decurso das décadas de 60 e 70 o bibliotecário Francisco da Silva Cabral além de apontar a escassez de livros modernos, atribuía as oscilações de frequência ao excessivo rigor do regulamento da Biblioteca, uma vez que se tornava bastante incompatível com os horários dos alunos do Liceu e que eram, como já referimos, a principal clientela⁸⁴.

O quadro que se segue apresenta um balanço do número de requisições feitas, mensalmente, entre 1861 e 1865.

Quadro nº 2 – Requisições feitas na Biblioteca Pública de Ponta Delgada entre 1861 e 1865⁸⁵

	1861	1862	1863	1864	1865
Janeiro	28	95	28	95	73
Fevereiro	18	132	22	66	116
Março	17	121	46	46	167
Abril	42	71	39	78	78
Maio	17	122	48	69	147
Junho	9	78	41	64	74
Julho	102	36	25	16	68
Agosto	38	4	1	0	0
Setembro	0	1	1	1	2
Outubro	74	91	63	110	90
Novembro	78	85	60	103	122
Dezembro	46	55	30	68	89
Totais	469	891	404	716	1026

Pela análise do quadro anterior (nº 2) – e comparativamente com o seguinte (nº 3) – pode dizer-se que, volvidos mais de 12 anos da sua inauguração, a frequência da Biblioteca Pública era pouco elevada. Exceptuando esporádicos meses em que as requisições ultrapassavam a

⁸³ Idem, fls. 38v-39.

⁸⁴ BPARPD – FBPARPD, Série 004, Lv 20, *Correspondência Expedida*, Relatório, 17 de Outubro de 1864, s/ fls.

⁸⁵ BPARPD – FBPARPD, Livro nº 1, *Frequências*. Não foi possível recolher os dados do ano de 1860 porque não estava completo. Pressupõe-se a existência de um livro anterior, cujo paradeiro é desconhecido.

fasquia dos 100, no geral os pedidos oscilavam entre as quatro e as seis ou sete dezenas, quando não eram inferiores. A tendência ascendente verifica-se, sobretudo, a partir de 1863 em que os totais anuais passam de 404, para 716 e 1026, respectivamente, em 1864 e 1865.

Sendo certo que havia dias em que não comparecia qualquer leitor (como em onze dias sucessivos do mês de Fevereiro de 1861), a fraca afluência, durante o período em apreço, era agravada pelas ausências do próprio bibliotecário, na altura Mariano José Cabral. Só no mês de Janeiro de 1861, por exemplo, registamos seis dias em que o mesmo refere os padecimentos que o impediram de se manter no seu posto de trabalho, entre eles, dores de cabeça e de garganta que chegaram a motivar a chamada do médico⁸⁶. Por outro lado, convém não esquecer o avultado número de dias santificados, de Grande Gala (aniversários régios) ou de nojo por falecimento de algum membro da família real e que levavam, como é evidente, ao encerramento das instalações.

De resto, e como nos é dado observar no quadro, no período estival (Agosto e Setembro) as requisições eram quase nulas. Não só os estudantes estavam em gozo de férias, como as do bibliotecário decorriam entre 15 de Agosto e 15 de Setembro, ainda que na segunda quinzena deste mês a frequência persistisse irrelevante. Em Dezembro voltavam a registrar-se as férias do Natal, precisamente entre 23/24 de Dezembro e 6 de Janeiro, o que ditava, de novo, o encerramento da Biblioteca.

Entre o conjunto das requisições feitas neste lapso de tempo (por vezes mais do que uma por leitor) deparamos com a consulta de jornais nacionais ou locais (mais antigos ou ainda em publicação), de almanaque, de *Diários do Governo* ou das *Câmaras*, de legislação diversa e de estatutos avulsos. Alguns estudos específicos, como *Princípios de Política Económica* surgem entre os registos, mas o que avultava eram as requisições de dicionários, tais como: *Dicionário Franco-Português*, *Dicionários de Inglês*, *Dicionário Histórico*, *Dicionário Geográfico*, *Magnum Lexicon*, *Dicionário Bescherelle*, *Dicionário Latino*, *Dicionário de Morais*, *Dicionário de Grego*, *Dicionários das Invenções*, entre outros.

⁸⁶ BPARPD – FBPARPD, Livro nº 1, *Frequências...cit.*, fls. 5, 6, 7.

Todavia, assumia capital importância, entre as escolhas dos leitores, a literatura portuguesa. O romance, o drama e a poesia eram géneros muito requisitados. Desde logo, a poesia camoniana de *Os Lusíadas*, os poemas de Almeida Garrett (*Camões, Retrato de Vénus e D. Branca*) ou as primeiras e juvenis composições poéticas que Teófilo Braga publicou, em 1859, intituladas *Folhas Verdes*.

Dos romances garrettianos destacavam-se *O Arco de Santana*, *Viagens na Minha Terra*, *Frei Luís de Sousa*, *O Alfageme de Santarém* ou, ainda, a comédia *A Sobrinha do Marquês* e o *Cancioneiro Geral*. De Camilo Castelo Branco salientavam-se: *A Filha do Arcediago*, *A Neta do Arcediago*, *Cenas Contemporâneas*, *Lágrimas Abençoadas*, *O Livro Negro de Padre Diniz*, *Um Homem de Brios* e o muito apreciado *O Que Fazem as Mulheres*. Ainda no âmbito da literatura portuguesa requisitavam-se as peças de teatro de José da Silva Mendes Leal, *Os Dois Renegados*, *Os Homens de Mármore* e *A Pobreza Envergonhada*. De Alexandre Herculano *O Monge de Cister*, de António Feliciano de Castilho, *Amor e Melancolia* ou *A Novíssima Heloísa*, do dramaturgo e historiador Luís Rebelo da Silva, *Ódio Velho não Cansa*.

Entre a diminuta literatura estrangeira contavam-se as obras francesas *O Génio do Cristianismo*, de Chateaubriand, *As Aventuras de Telémaco* de Fénelon e os clássicos de Homero, Horácio e Virgílio. Entre a literatura de viagens destacava-se o relato *Viagens de Lisboa à China e da China a Lisboa*. Acresciam a esta lista os livros de História ou de cariz biográfico, como: *História de Portugal*, *História da Inquisição*, *História Eclesiástica*, *História Universal*, *História Insulana* do Padre António Cordeiro, *Anais da Ilha Terceira*, *História dos Judeus*, *História da Guerra do Oriente*, *Portugal e a Casa de Bragança*, *D. João de Castro*, *A Mocidade de D. João V*, *Vida de Frei Batolomeu dos Mártires*, *Crónica do Conde D. Henrique*, *Crónicas da Província de S. João Evangelista* do Frei Agostinho de Mont'Alverne, *Filipa de Vilhena*, *Os Portugueses em África*, *Memórias sobre o Terramoto em Lisboa* e isto sem descurar diversos livros de teologia, incluindo *Sermões* do Padre António Vieira e a própria *Bíblia Sagrada*.

Em suma, a avultada consulta de dicionários, de livros de História e de literatura portuguesa e ainda de compêndios de Filosofia, de Aritmética, de Álgebra, Geometria, Lógica e Gramática, acrescidos dos atlas (*Atlas*

Moderno ou Novo Atlas) comprova a maioritária frequência de jovens alunos de Colégios e do Liceu da cidade. No entanto, há outros dados interessantes que se recolhem da leitura dos nomes dos leitores deste período.

Em primeiro lugar, a gritante ausência de mulheres. A Biblioteca integrava os círculos masculinos e estudantis, persistindo a leitura feminina – quando existia – no recato do lar e circunscrita aos livros tidos como aconselháveis ao “sexo frágil”. No geral, até meados do século XX, considerava-se que os romances e as novelas exerciam um efeito nefasto sobre as mulheres. Paradoxalmente, a designada literatura “cor-de-rosa”, destinada ao público feminino, era tida como uma diversão perigosa e muito pouco instrutiva e moralizadora⁸⁷. Como refere Irene Vaquinhas apesar das transformações sociais em curso “insistia-se numa visão passadista da mulher, como um ser frágil, dependente e incompleto, incapaz de resistir às tentações do romance”. Será entre alguns autores de “filiação republicana” que se começará a defender posições contrárias e até o carácter pedagógico do romance⁸⁸.

Em segundo lugar, no seio deste universo jovem, também se incluíam adultos, alguns deles figuras de relevo e da elite social local, detentores até de cargos públicos⁸⁹ ou ligados à escrita e ao jornalismo⁹⁰. Militares e padres também frequentavam a sala de leitura⁹¹, assim como médicos e juízes da

⁸⁷ Veja-se VAQUINHAS, Irene – “Perigos da leitura no feminino. Dos livros proibidos aos aconselhados (séculos XIX-XX)”, in *Ler História*, 59 (2010), 83 e ss.

⁸⁸ Idem, p. 91.

⁸⁹ António Pacheco do Amaral, Francisco de Medeiros Borges, António Joaquim Nunes de Vasconcelos, Frederico Augusto Serpa, João Machado de Faria e Maia, Francisco António Jácrome Correia, Manuel José da Rocha, Manuel António Sequeira, André Diogo Martins Pamplona Corte-Real, Amaro Augusto Serpa, Carlos Botelho de Melo, João Velho Quintanilha, João de Medeiros Frazão, Fortunato Zagury, Pedro Vaz Pacheco de Castro e André Vaz Pacheco da Castro, Isaac Benjamim, Lindorff Portugal Lima, António de Medeiros Galvão, Dr. Eugénio do Canto, Dr. João Soares de Albergaria.

⁹⁰ Por exemplo, Francisco Maria Supico.

⁹¹ Tenente Coronel José Soares de Albergaria e os padres Augusto Carlos de Melo, António Jacinto de Melo, Jacinto Manuel da Costa, Manuel Pacheco de Medeiros, Januário Filomeno Veloso, Manuel César de Oliveira, Bento José Pacheco, Júlio de Melo, Francisco da Silva, Manuel Jacinto de Amaral Botelho.

Relação dos Açores⁹². Por exemplo, a par do jovem Teófilo Braga⁹³, seu pai Joaquim Manuel Fernandes Braga, também era leitor da Biblioteca Pública de Ponta Delgada.

Este conspecto sociológico parece corroborar as afirmações de Maria de Fátima Nunes, quando diz que no período que medeia entre 1820 e 1851 o fenômeno leitura foi-se alargando a um âmbito que ultrapassou, definitivamente, o simples gosto literário. Muitos dos grupos políticos e culturais formaram-se através da leitura e da interiorização de ideários novos que ajudaram a consolidar o “horizonte mental” da burguesia liberal. A imprensa, as obras nacionais e estrangeiras, de variada temática, constituíram círculos de formação e informação cada vez mais amplos e alargados⁹⁴. Por outro lado, a leitura mais eclética, caracterizada pelo romance, a novela, a obra histórica, os relatos de viagens tiveram um amplo e ávido público consumidor. Se os círculos femininos saciavam a sua procura nos gabinetes de leitura que praticavam o empréstimo domiciliário⁹⁵, alguns círculos masculinos, sobretudo os mais jovens, dirigiam-se às bibliotecas públicas.

Já no século XX, manter-se-iam o mesmo núcleo de leitores e idênticas leituras? O quadro nº 3, à semelhança do anterior, apresenta o número de requisições feitas na Biblioteca, mensalmente, mas entre os anos de 1926 e 1930.

⁹² Os médicos André António Avelino (que foi director da Escola Médico-Cirúrgica de Ponta Delgada) e António Rodrigues da Paz e os desembargadores Motta e Lima.

⁹³ Encontramos vários registos em seu nome. A 3 de Dezembro de 1860, requisitou várias obras, entre elas *O Verdadeiro Método de Estudar* e *Dante*. A 28 de Janeiro de 1861, escolhia *Lucrecia* e outros romances e a 6 de Fevereiro de 1861 requisitou *O Monge de Cister*, *D. Branca* e o *Dicionário de Morais*. A 1 do mesmo mês havia requisitado o *Dicionário Histórico*. BPARPD – FBPARPD, Série 001, Lv 1, fls. 4 e 6.

⁹⁴ NUNES, Maria de Fátima Nunes – “A leitura política, económica e mundana”, in REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo, 1820-1851*, Lisboa: Alfa, 1991, vol. 1, pp. 329-330.

⁹⁵ Idem, p. 335. Veja-se também: GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história – séculos XVIII e XIX*, Lisboa: s/n., 1987.

Quadro nº 3 – Requisições feitas na Biblioteca Pública de Ponta Delgada entre 1926 e 1930⁹⁶

	1926	1927	1928	1929	1930
Janeiro	140	118	101	135	108
Fevereiro	102	147	165	126	64
Março	147	137	264	150	92
Abril	127	145	3	116	100
Maio	86	68	136	137	63
Junho	86	71	177	138	75
Julho	93	163	95	162	111
Agosto	140	197	132	75	67
Setembro	101	28	93	95	147
Outubro	111	2	221	112	74
Novembro	102	166	170	79	60
Dezembro	110	112	145	135	94
Totais	1345	1354	1702	1460	1055

Da análise do quadro anterior ressalta o aumento das requisições comparativamente ao quadro e ao período anteriores. De um mínimo de 1055 em 1930, a um máximo de 1702 em 1928, é um facto que, neste quinquénio, os pedidos nunca foram inferiores a 1000. No entanto, é preciso ter em conta que o número de requisições não era igual ao número de leitores, dado que um só leitor podia fazer mais do que uma requisição. Se a maioria solicitava uma só obra – fosse livro ou jornal – casos havia em que os pedidos oscilavam entre dois até seis ou sete. Tratando-se de dicionários, por exemplo, o pedido podia ascender a nove requisições. Isto reduz, pois, o número de leitores em relação aos pedidos numa percentagem aproximada na ordem dos 15 a 20%⁹⁷.

Por outro lado, também já não se regista uma frequência tão diminuta nos meses de Agosto e Setembro o que atestará alterações operadas no funcionamento da instituição.

No tocante ao público leitor, também se notam diferenças. Apesar de diminutos, deparamo-nos já com leitores do sexo feminino. As excepções

⁹⁶ BPARPD – FBPARPD, Dep. 21, nº 7, Livro nº 11, *Frequências*.

⁹⁷ Uma ressalva deve ser feita em relação aos meses de Setembro e Outubro de 1927. Algum problema terá afectado o nº de registos, pois o livro apresenta mais de metade de uma página em branco, passando logo para o final do mês seguinte.

encontradas, no intervalo compreendido entre 1926 e 1930, foram as de Clotilde de Jesus que, em Setembro de 1929, requisitou *Obras de Francisco Sá de Miranda*⁹⁸ e as de Helena Drumond e Maria Dolores da Silveira que requisitaram enciclopédias e dicionários, nomeadamente o *Dicionário Universal de Educação e Ensino*, bem como a obra *Teoria da Educação*. Estas referências testemunham, certamente, um percurso de discentes do Magistério Primário ou de docentes⁹⁹. De resto, a Biblioteca Pública continuava a ser um espaço predominantemente masculino e ainda mais restritivo se pensarmos que este universo se resumia ao estrito mundo da cultura e da literacia.

Ademais, era a literatura oitocentista que continuava a predominar. Entre os livros mais requisitados deparamos com os grandes romances de autores portugueses da 2ª metade da centúria. Em lugar cimeiro estava Eça de Queiroz através de obras como *Os Maias*, *O Crime do Padre Amaro* (muito solicitado), *A Cidade e as Serras*, *O Primo Basílio*, *O Mandarim*, *A Ilustre Casa de Ramires*, *A Relíquia*. De Júlio Dinis requisitava-se *Uma Família Inglesa*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, *Serões da Província*, *As Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais*. Camilo Castelo Branco continuava entre os eleitos, agora com *Amor de Perdição*, *Eusébio Macário*, *A Brasileira de Prazins*, *Mistérios de Lisboa*, *Romance de um Homem Rico* e a colectânea de contos intitulada *Doze Casamentos Felizes*. *O Monge de Cister*, de Herculano, continuava entre as leituras da época, a par de *A Ceia dos Cardeais*, de Júlio Dantas e de *Lisboa em Camisa*, romance de Gervásio Lobato, publicado em 1890.

Da literatura portuguesa continuava-se a ler poesia, em especial, de Bocage, Sá de Miranda ou Antero de Quental. No entanto, a maior novidade é a crescente quantidade e diversidade de literatura estrangeira presente no rol de requisições. Esta particularidade vem corroborar o que sucedia, no continente, já na 2ª metade do século XIX. A tendência era para um alargamento temático e do público leitor interessado na literatura de além fronteiras de onde vinham grandes nomes como os Alexandre Dumas, Vitor Hugo, Júlio Verne, Darwin, entre outros. A nível interno sobressaiam

⁹⁸ BPARPD – FBPARPD, Dep. 21, nº 7, Livro nº 11, *Frequências*, fl. 179.

⁹⁹ BPARPD – FBPARPD, Série 001, Liv. 12, nº 11, 1930-, s/ fls.

Garrett, Castilho, Herculano, Camilo, Eça de Queirós que serve de ponte entre a divulgação literária e o publicismo de conhecimentos úteis¹⁰⁰. De resto, desde esse período que “o fenómeno leitura foi-se tornando um hábito cada vez mais regular, caro aos meios da pequena e média burguesia. Surgem, então, as bibliotecas populares e as de família, com colecções de títulos variados”¹⁰¹.

Na Biblioteca Pública de Ponta Delgada eram requisitadas inúmeras obras de Júlio Verne, atestando um público maioritariamente juvenil. Eram elas: *Da Terra à Lua*, *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias*, *As Aventuras do Capitão Hatteras*, *Vinte Mil Léguas Submarinas*, *Cinco Semanas num Balão*, *Os Filhos do Capitão Grant*, *Viagem ao Centro da Terra*, *A Ilha Misteriosa*, *Miguel Strogoff*, *Um Herói de Quinze Anos*, *As Viagens Extraordinárias de Mathias Sandorf* e *O Doutor Ox*.

Entre os livros mais solicitados contava-se o empolgante romance de Alexandre Dumas pai, *O Conde de Monte Cristo*. Sucediam-no *As Minas de Salomão*, um original de Henry Haggard que Eça traduziu, *A Fada d'Auteuil*, de Ponson du Terrall, *O Grande Industrial*, de Jorge Ohnet, *Germinal*, de Émile Zola, *Lês Fleurs du Mal*, de Baudelaire, *Os Mistérios de Paris*, famoso folhetim de Eugène Sue, *Os Amores de Margarida de Borgonha*, de Henri Demesse (de 1901), entre outros. Acresciam, por fim, os grandes clássicos como *A Divina Comédia*, de Dante, *D. Quixote de La Mancha*, de Cervantes ou *O Avarento*, de Molière.

A requisição de *A Rainha do Gelo*, de Hans Christian Andersen e de *A Gata Borralheira*, em 1930, leva-nos a inferir a frequência de um público ainda mais jovem¹⁰².

Além das obras literárias, abundava a consulta de jornais micaelenses, quer da actualidade ou mais antigos (*Diário dos Açores*, *A Persuasão*, *O Agricultor Micaelense*, *O Autonómico*, *O Preto no Branco*, *Correio dos Açores*, *Diário de Anúncios*, *A Ventosa Sarjada*, *O Correio Micaelense*), bem como de folhas estrangeira como *Le Monde Illustré*. A maior circulação de livros e de publicações periódicas, ao lado do enorme incremento

¹⁰⁰NUNES, Maria de Fátima Nunes – “O fenómeno da difusão da leitura”, in REIS, António, dir. – *Portugal Contemporâneo, 1851-1910*, Lisboa: Alfa, 1991, vol. 2, p. 264.

¹⁰¹Idem, ibidem.

¹⁰²FBPARPD – Série 001, Liv. 12, nº 11, 1930-, s/ fls.

que a imprensa conheceu (desde meados do séc. XIX) foi permitindo, gradualmente, articular, sobre novos alicerces, o pensamento nacional e insular, também mais enriquecido com as leituras estrangeiras.

De resto, avultava também a consulta de encyclopédias (como a *Encyclopédia Portuguesa Ilustrada*) e de dicionários¹⁰³, bem como de crónicas e obras de temática histórica nacional, insular e estrangeira, tais como: *Portugaliae Monumenta Histórica*, *História Insulana*, *História de Portugal*, *História das Índias*, *Saudades da Terra*, *Anais da Ilha Terceira*, *L'Histoire de France*, *O Ultimatum de 31 de Janeiro*, *Manuel d'Histoire Universelle*, *História da Revolução Francesa ou História da Revolução do Porto de 1820*. Acresciam algumas biografias¹⁰⁴ e fontes documentais como a *Nobiliarchia Conimbricense*, o *Arquivo dos Açores*, extratos de registos paroquiais micaelenses e de árvores genealógicas (naturalmente do acervo de Ernesto do Canto). Mais esporádicas eram as consultas dos *Sermões* do Padre António Vieira, da *Revista Militar*, de *Elementos de Electricidade* ou do *Código Civil Português*. Ou ainda de obras como *Critique de la Raison Pure*, *Histoire da la Littérature Grecque*, *Álgebra Elementar*, *Traité de Medicine* ou *La Philosophie de Shopenhauer* – estes últimos certamente requisitados por estudantes do Liceu.

Como acabamos de verificar, a literatura estrangeira começava a ombrear com a literatura portuguesa, enquanto os clássicos se mantinham ao lado dos modernos. A par de obras de referência e de consulta, registavam-se as grandes obras da História e os compêndios próprios de meio escolar. Avolumava-se, também, a consulta de fontes manuscritas, própria de alguns curiosos e eruditos, bem como a leitura corrente dos jornais. No entanto, apesar das rupturas impostas pela revolução de 5 de Outubro de 1910, os valores culturais e ideológicos mantiveram-se muito atreitos às persistências do século XIX. Inclusive, no tocante ao público leitor.

¹⁰³ Por exemplo: *Dicionário Clássico de Língua Portuguesa*, *Dicionário de Moraes*, *Dicionário de Inocêncio*, *Elucidário de Viterbo*, *Dicionário Cândido de Figueiredo*, *Novo Dicionário Português e Italiano*, *Dictionnaire Classique*, *Dicionário Latino-Português* ou o *Petit Larousse*.

¹⁰⁴ De reis de Portugal, do Marquês de Pombal, de Luís de Camões, de Cristóvão Colombo, do Marquês de Niza ou de santos da Igreja.

Tal como na 2^a metade de oitocentos, os próprios nomes denunciam os respectivos estratos sociais de pertença: elites e alguma classe média alta, onde se destacavam intelectuais e homens de letras de considerável envergadura e entre os quais se podiam contabilizar, novamente, padres e militares¹⁰⁵. Frequentadores assíduos eram, por exemplo, Cristóvão de Sousa Lima, Ernesto Machado Macedo, Antero da Silva Rocha, Aires Soares de Albergaria Tavares Silva, Rodrigo Rodrigues (genealogista), João de Simas (o próprio bibliotecário), Duarte Melo, José do Canto Pereira Serpa, Nicolau Augusto d'Arruda Quental, Albano de Vasconcelos Viveiros, Clemente Joaquim da Costa Canejo (próspero negociante), Porfírio Bessone de Medeiros (escritor), Gonçalo Velho Quintanilha Falcão, Henrique da Cunha Álvares Cabral, os Drs. Humberto Bettencourt de Medeiros e Câmara, Luís Bernardo Leite Ataíde (versátil estudioso e etnógrafo), Felix José da Costa Sotto Maior, Manuel Caetano Pereira, Manuel de Lacerda de Almeida, Urbano de Mendonça Dias (historiador), Jaime Tavares Netto, Francisco Espínola de Mendonça, Armando Cortes-Rodrigues (escritor, poeta, dramaturgo), Virgílio Pereira da Silva, Oscar Medeiros Bettencourt, José Pires de Carvalho, José Bruno Carreiro (jurista, jornalista, escritor e político), entre muitos outros. Possivelmente, entre as paredes da sala de leitura, gizaram muitos dos seus trabalhos e publicações, alguns deles imbuídos de verdadeiro espírito regionalista e autonomista.

Concluindo...

Em 1946, por ocasião da celebração do IV centenário da cidade de Ponta Delgada, Aníbal Bicudo, autor de um trabalho evocativo da efeméride, ao referir-se à Biblioteca Pública – uma das mais importantes instituições

¹⁰⁵ Capitães Eduardo dos Reis Rebelo, Tibúrcio Carreiro da Câmara, Major Manuel Silvestre de Abreu, Coronel Virgílio Soares de Albergaria, Tenente José Batista Barreiros, Capitão Joaquim Monteiro Arruda, Capitão-Tenente Alfredo Botelho de Sousa que, além de jornais, requisitou obras como *East India Compay's records*.e ainda o Capitão Bernardino de Matos Todela Vasconcelos. Padres Manuel Vicente, António do Presépio Moniz. Manuel Ernesto Ferreira.

urbanas – dizia ser esta uma das obras mais úteis legadas pelos governos liberais. Um verdadeiro “Remédio d’Alma – no palavroso dizer de então”¹⁰⁶.

De facto, não obstante as inúmeras dificuldades com que se deparou esta Biblioteca ao longo de sucessivas décadas, por via de constrangimentos financeiros, de escassez de recursos humanos e até de desadequadas instalações, a Biblioteca Pública micaelense desempenhou (e ainda desempenha) um relevante papel na divulgação da cultura escrita e do conhecimento – ajudando a rasgar os limitados horizontes insulares – e na conservação / preservação de colecções e variadas espécies, abarcando um importante espólio que muito deveu a doações de particulares e também às aquisições oficiais.

O percurso oitocentista desta instituição não terá sido muito distinto do das demais bibliotecas públicas nacionais que, desempenhando idêntico papel cultural e patrimonial, também se depararam com períodos de dificuldades e de marasmo, acomodando-se, por longas décadas, em laicizados edifícios conventuais e incorporando as respectivas colecções e outras de diversificada proveniência. De realçar o prolongamento dos horários de funcionamento, as melhorias nos empréstimos domiciliários e os esforços efectuados no tocante à inventariação, publicação de catálogos e organização de exposições bibliográficas. Para isto muito contribuiu a evolução a nível da divulgação de conhecimentos, configurada nos progressos das técnicas de impressão, nos processos de compilação e de edição e no notável movimento das colecções literárias¹⁰⁷.

¹⁰⁶ BICUDO, Aníbal – *Em Louvor ... cit.*, p. 55.

¹⁰⁷ TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre – “Espaços de...cit”, p. 690-691.

“Preleções”, “teorias” e as dinâmicas da formação dos polícias civis em Lisboa, 1867-1910

Gonçalo Rocha Gonçalves

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

g.goncalves@open.ac.uk

Texto recebido em /Text submitted on: 09/11/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 24/03/2012

Resumo/Abstract:

Este artigo analisa as características, práticas e significados da formação ministrada aos indivíduos que entravam e faziam carreira na Polícia Civil de Lisboa entre o final da década de 1860 e a revolução republicana de 1910. Confrontando as reformas políticas e as normas legais inscritas nos regulamentos com as rotinas de formação e treino observadas no quotidiano das esquadras pretende-se compreender a crescente importância da formação no seio da organização policial. Neste contexto, o papel central desempenhado pelos chefes de esquadra na formação dos agentes policiais traduziu-se, a partir da década final do século XIX, num reforço da identidade profissional da corporação e no extravasar do saber produzido para além dos limites da instituição policial.

This article examines the characteristics, practices and meanings of the training provided to the men that joined and made a career in the Polícia Civil in Lisbon between the late 1860s and the Republican revolution of 1910. Confronting political reforms, legal norms prescribed in the regulations and the working routines in police stations this article aims to understand the growing importance attributed to the training of policemen. Importance evidenced by the fact that the central role played by police station chiefs in the training of police officers have resulted, from the final decade of the nineteenth century onwards, in a strengthening of policemen professional identity and in the circulation of the knowledge produced in the context of policemen training beyond the limits of the police.

Palavras chave/Keywords:

Estado; Polícia; Formação Profissional; Identidade Profissional.

State; police; Professional training; Professional identity.

* Doutorando em História na The Open University (UK) / Investigador no Centro Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Bolsheiro de doutoramento da FCT (SFRH/BD/43217/2008). Este artigo insere-se no âmbito do projeto “Polícia urbana em Portugal: História da polícia e histórias de polícias, 1860-1960s” (PTDC/HIS-HIS/115531/2009) a decorrer no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Introdução

A construção do aparelho de Estado moderno em Portugal foi um processo complexo e multifacetado. Autores como António Hespanha, Pedro Tavares de Almeida ou Luís Espinha da Silveira têm salientado mudanças como a multiplicação de instituições e de legislação, o crescimento do número de funcionários públicos, a transformação dos modos de regular e controlar este crescente *apparatus* administrativo ou a forma como a sociedade concebeu as funções do Estado e como estas foram sendo instituídas pela elite política¹. Embora implícito em muitas destas análises, um dos mais significativos aspectos deste processo não tem, no entanto, merecido a necessária atenção: a integração na máquina administrativa dos novos funcionários, muitos deles provenientes das classes populares.

O engendrar de estratégias de formação dos elementos que compunham este Estado em crescimento, com processos, actores e espaços próprios foi fulcral na socialização dos novos elementos. Elemento central na organização das rotinas de trabalho, a formação ministrada ao funcionário público está, no entanto, quase totalmente por estudar². Assim, este artigo procura analisar as preocupações sentidas e as medidas tomadas com a instrução dos homens que fizeram parte da Polícia Civil de Lisboa desde a sua criação em 1867 até ao advento da revolução republicana em 1910. Como iremos ver, o Estado soube neste particular incorporar formas de transmissão de saberes comuns nas ocupações das classes populares. Esquadra e oficina

¹ ALMEIDA, Pedro T., *A Construção do Estado Liberal: Elite Política e burocracia na Regeneração (1851-1890)*. Tese de Doutoramento, FCSH-UNL, 1995; HESPAÑHA, António M., *Guiando a Mão Invisível: Direitos, Estado e lei no liberalismo monárquico Português*. Coimbra: Almedina, 2004; SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, A administração do Estado no século XIX. in *Los Ibéricos y el mar*, Madrid: Comissaría General de España, Expo' 98, 1998, Vol. III, p. 317-333.

² Sobre a importância da formação no trabalho em geral Cf. MADUREIRA, Nuno (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações Vol. I: A Indústria Têxtil*. Oeiras: Celta, 2001, p. x-xi. No caso dos funcionários públicos, para um período anterior, a primeira metade do século XIX, e focando numa elite administrativa, o pessoal das secretarias de Estado, Joana Estorninho de Almeida notou a falta de formação superior específica e a importância das práticas quotidianas na produção e reprodução de rotinas e técnicas Cf. ALMEIDA, Joana E., *A Cultura Burocrática Ministerial: repartições, empregados e quotidiano das secretarias de Estado na primeira metade do século XIX*. Tese de Doutoramento, Lisboa: ICS, 2008, p. 174-188, 266-267.

tinham, nesta perspetiva, mais semelhanças do que poderíamos esperar. Mestres e aprendizes, chefes de esquadra e guardas mantinham relações de aprendizagem idênticas.

A ascensão do polícia enquanto trabalhador e a profissionalização das forças policiais durante o século XIX e início do século XX têm conduzido a um conjunto de interrogações por parte dos historiadores da polícia, entre elas a formação (ou falta dela) ministrada aos homens que compunham as estruturas policiais³. Um pouco por toda a Europa, as pressões sobre a eficácia policial obrigaram as autoridades a tomarem medidas no que respeitava ao treino dos polícias. A criação de períodos iniciais de instrução dos novos recrutas foi uma medida típica, mas o treino permaneceu, sobretudo, no plano da experiência de trabalho e da socialização organizacional. No início do século XX, governos e polícias que pretendiam melhorar a imagem da “sua” profissão promoveram o aumento do tempo de treino, uma maior complexidade do *curriculum* e a institucionalização de escolas que ministriavam formação especializada. Os argumentos dos historiadores têm, assim, oscilado entre identificar a formação na experiência individual de trabalho, fruto da socialização entre polícias, com pouca ou nenhuma intervenção das chefias superiores, e a criação de escolas e a publicação de manuais como sinal de profissionalização e de emergência de uma técnica policial. O problema não é, no entanto, apenas uma questão de forma, mas também de conteúdo e dos objectivos da formação dos polícias. Como sublinhou Anja Johansen, a questão da formação dos polícias insere-se no contexto da modernização da polícia ou, colocado de outra forma, no “processo civilizador das práticas de policiamento”⁴ que tinha como principais características a submissão das práticas policiais à lei,

³ SHPAYER-MAKOV, Haia, *The Making of a Policeman: a social history of a labour force in metropolitan London, 1829-1914*. Aldershot: Ashgate, 2002, p. 98-109; BERLIÈRE, Jean-Marc, La Professionnalisation: reivindication des policiers et objectif des pouvoirs au début de la IIIe République. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Tome XXXVII, 1990; SPENCER, Elaine G., *Police and Social Order in German Cities: The Dusseldorf District, 1848-1914*. DeKalb: Northern Illinois University Press, 1992, p. 102-108. Uma revisão desta temática abrangendo todo o contexto Europeu pode ser encontrada em EMSLEY, Clive, *Crime, Police & Penal Policy: European Experiences 1750-1940*. Oxford: OUP, 2007, p. 200-223.

⁴ JOHANSEN, Anja, A process of civilisation? Legitimisation of violent policing in Prussian and French police manuals and instructions, 1880-1914. in *European Review of*

o direcionar da intervenção policial para indivíduos e não para grupos sociais, o engendrar dos métodos policiais para uma efectiva aplicação da lei usando o mínimo possível de coerção física. De um modo geral, foi a preocupação por parte das chefias policiais com a falta de qualidade profissional dos homens que saíam para as ruas e a necessidade de moldar, tornando mais uniforme, o comportamento dos polícias, que impulsionou a criação de formas de treino mais efectivas e estruturadas.

O caso de Lisboa permite, por um lado, matizar as posições contrastantes entre formação “escolar” e formação adquirida no contexto de trabalho e, por outro lado, a examinar mais detalhadamente as preocupações e os objectivos da formação profissional numa força policial urbana europeia. Nem a criação de escolas traduzia todo um novo mundo de profissionalização e técnica, nem a formação a partir da experiência quotidiana era tão informal e fora do controlo das chefias como por vezes se tem feito crer. Como iremos ver, a centralidade da esquadra e do chefe de esquadra no treino dos polícias lisboetas indicam-nos que talvez os historiadores devam procurar, não nos períodos de recruta ou na criação de escolas, mas no funcionamento quotidiano das forças policiais a origem da construção de normas de comportamento e saberes policiais produzidos e transmitidos dentro das organizações. Finalmente, o exemplo de Lisboa permite-nos questionar os limites e as fronteiras do Estado quando examinamos a circulação destes saberes. As forças policiais, tidas normalmente como instituições opacas, surgem-nos neste domínio bem mais abertas do que à partida se esperaria.

Polícia e polícias no Portugal urbano

Apesar de algumas mudanças registadas logo após a implantação do regime liberal em 1834, foi apenas durante a década de 1860 que a reforma do sistema policial foi colocada no topo da agenda política com alguns resultados práticos. Uma das consequências dessa atenção foi a saída, em Janeiro de 1868, para as ruas, de Lisboa e do Porto, das Polícias Civis. Duzentos e cinquenta homens em Lisboa e cento e oitenta no Porto passaram

History – Revue Européenne d'Histoire, Vol. 14, No. 1, 2007, p. 49-71; p. 49 [tradução própria].

a patrulhar vinte e quatro horas por dia as ruas das duas cidades. Mais do que uma resposta ao crescimento da cidade, ao aumento da criminalidade ou a um receio de desordem pública, a criação das polícias civis surgiu integrada numa nova forma de conceber a organização do aparelho de Estado e o estatuto dos seus funcionários assim como a uma nova sensibilidade que reclamava por um governo mais activo do quotidiano urbano⁵. Nas décadas seguintes, as Polícias Civis consolidaram a sua posição no aparelho de Estado, com o número de polícias a aumentar gradualmente e, a partir do final da década de 1870, surgindo em todas as capitais de distrito⁶. Nas vésperas da implantação da República, a força em Lisboa era de 1584 homens⁷. Para além das polícias civis, as duas principais cidades do país possuíam ainda as guardas municipais, forças policiais militares, que, com a entrada em cena das polícias civis, se especializaram progressivamente no controlo de situações de desordem pública. As funções das polícias civis oscilavam entre a prevenção do crime, vigilância de grupos marginais como as prostitutas ou mendigos e a resposta a todo o género de emergências que marcavam a vida da cidade. Para além disso, enquanto forças de polícia municipal, deviam fiscalizar o cumprimento das posturas municipais.

Em 1867 a notícia da criação de um novo corpo policial correu rapidamente com “indivíduos de lugares distantes da capital [a concorrer] a alistar-se no corpo de polícia civil”⁸. Depois do processo de recrutamento, a Polícia Civil de Lisboa acabaria por ser composta por alguns destes indivíduos, pelos homens do corpo de zeladores municipais, então extinto, e por alguns boletineiros entretanto despedidos do serviço dos correios⁹. Os critérios de recrutamento não eram especialmente exigentes e mesmo a obrigação de saber ler, escrever e contar não era uma novidade para a época.

⁵ GONÇALVES, Gonçalo Rocha, A transformação liberal do sistema policial português, 1861-1868, in CARVALHO, José Murilo, Et. Al. (coords), *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011, p. 238-256.

⁶ PALACIOS, Diego, *Portugal à Coronhada: Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-china, 2011, p. 174-178.

⁷ *Orçamento Geral do Rendimento e Despesa do Estado*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, Cap. Ministério do Reino, p. 31-32

⁸ Instituto Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa), Ministério Reino [IAN/TT-MR], Lv. 1687, fl. 195.

⁹ IAN/TT-MR, Mc. 3049, Lº17, Proc. 567. [todas as citações neste artigo foram atualizadas à ortografia corrente]

Apesar de, como notou Maria J. Moutinho Santos para o caso do Porto¹⁰, entre os primeiros recrutados figurarem homens que não sabiam ler nem escrever, estas tornaram-se competências mínimas que a crescente complexidade burocrática do trabalho policial exigiu a todos os que compunham a força policial. No caso de Lisboa, o perfil social do polícia, nas décadas finais do século XIX, revela alguém natural das zonas rurais do interior centro do país que entra na polícia quando se encontra na casa dos vinte anos e tem um passado de “jornaleiro” ou trabalhador rural. Eram, assim, indivíduos das classes populares em processo de migração do campo para a cidade que compunham o corpo policial de Lisboa. Apesar de a maioria dos polícias nunca ter passado do posto de guarda, o tempo de permanência na polícia aumentou progressivamente e, no final do século, carreiras de 21-25 anos eram já comuns¹¹.

Os primeiros anos da nova força policial não foram fáceis. A imagem do polícia civil como alguém sem instrução e cultura e que facilmente se deixava corromper percorria as mais diversas camadas sociais¹². Algumas das mais acirradas críticas vinham mesmo de dentro da própria máquina do Estado. Em Janeiro de 1870, a propósito de um caso de assassinato em que meia Lisboa parecia saber onde estavam os suspeitos sem que a polícia nada fizesse, o oficial no Ministério do Reino informava o Ministro:

“Assim uma instituição que tão útil podia ser aos habitantes da capital, e que tão cara custa ao governo, tem-se desvirtuado pouco a pouco, e é vista com certa prevenção por todos aqueles que a aplaudiram.

É notável a falta de fiscalização do serviço de polícia; são repetidas as transgressões praticadas pelos guardas-civis, permanentemente distraídos conversando, durante as horas de serviço, entrando fardados

¹⁰ SANTOS, M. J. M., *A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma política de segurança*, In ALMEIDA, Pedro T., MARQUES, Tiago (Coord.), *Lei e Ordem: Justiça Penal, criminalidade e polícia séculos XIX-XX*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 135-139.

¹¹ VAZ, Maria J., *Prevenir o crime: o corpo da Polícia Civil de Lisboa*. *Ler História*, 53, 2007, p. 9-46.

¹² ALMEIDA, Carlos de, *O Policia Civil: Cançoneta Cómica: Paródia ao antigo zelador municipal*, Lisboa: Diogo Seromênhio Editor, 1879.

em lojas de bebidas e outras, impondo multas não autorizadas, e algumas vezes recebendo o valor delas, ou harmonizando-se com o multado"¹³.

À margem, e já depois de o processo ter passado pelo ministro, foi escrito: "O ministro tomou nota para providências". Não sabemos ao certo que providências foram estas, mas uma das respostas da instituição à sua má imagem consistiu no reforço da instrução dos guardas. Nas décadas seguintes, as medidas empreendidas oscilaram entre a insistência das "preleções" feitas nas esquadras e o reforço da instrução fornecida em "escolas" num tempo de recruta.

Entre as reformas políticas e o quotidiano das esquadras

A primeira metade da década de 1870 foi marcada por uma constante preocupação com a formação dos polícias. Sucessivas ordens de serviço e uma maior formalização de procedimentos de formação são o sinal mais evidente desta permanente preocupação. A lei que criara a Polícia de Civil de Lisboa, em Julho de 1867, não previra nenhum período de instrução anterior à entrada ao serviço dos recrutados. Assim, não é difícil imaginar que o conhecimento que os polícias tinham da lei e do que seria o comportamento ideal no serviço era muito rudimentar. Nos primeiros anos, a formação dos polícias civis concentrava-se totalmente nas esquadras e era ministrada pelos chefes de esquadra. Em Maio de 1873, a partir de uma recomendação feita pelo Governador Civil, o Comissário Geral ordenava "que os chefes nas suas respectivas esquadras se empreguem em instruir os cabos e guardas no desempenho de suas obrigações". Nesta instrução, os chefes de esquadra deviam explicar as regras do corpo de polícia e o conteúdo das posturas municipais. O método a utilizar devia ser o de "explicar-lhes por modo prático de executar as diferentes atribuições que as leis põem a cargo deste Corpo de Polícia". Também os momentos e espaços destas "instruções" eram formalmente estabelecidos. Os chefes de esquadra deviam:

"[R]eunir nos seus gabinetes às 8 horas da noite de todos os Sábados a Terça parte dos cabos e guardas das suas esquadras, incluindo todos aqueles que estejam em serviços especiais, ou empregados nas

¹³ IAN/TT-MR, Mç. 3076, Lvº19, Proc. 1680.

secretarias por quanto todos devem ser igualmente instruídos, e ali depois de reunidos, deverá cada um fazer-lhes perguntas com relação a qualquer artigo ou disposição de regulamento e posturas, e encaminhá-los convenientemente, devendo nestas reuniões fazer manter a ordem e seriedade, devendo dar parte daqueles que faltassem quando sejam avisados. (...) assim como recomendo a todas as praças deste corpo, e quando seja possível se entreguem à leitura, e estudo do indicado livrete [código de posturas]”¹⁴.

Estas sessões entraram na rotina policial. Faltar à “escola de instrução” passou a ser motivo de castigo para os polícias¹⁵. À semelhança do que acontecia noutros países, a opção por uma “pedagogia do exemplo e da imagem”¹⁶ era clara, sendo ainda de destacar o apelo a uma disciplina e dedicação individuais na busca de um conhecimento mais sistemático da lei e do trabalho policial. Fosse nas formaturas em frente da esquadra, antes da saída para a patrulha, ou nestas reuniões semanais, o que se destaca é a centralidade do papel do chefe de esquadra na transmissão quotidiana do saber policial. Chamados recorrentemente ao Governo Civil para “reuniões”, aos chefes de esquadra era pedido, para além do comando operacional, que funcionassem como transmissores das qualidades ideais do polícia e da prática policial.

A ausência de manuais formais e impressos não nos deve iludir quanto à existência de um saber policial e de um ideal de polícia e policiamento construído internamente a partir da experiência vivida. As ordens de serviço diárias, das quais as mais importantes eram copiadas para os livros de “ordens permanentes” que existiam em todas as esquadras, constituíam, nesta altura, o repositório por excelência do saber policial que devia ser transmitido aos novos recrutas. A maioria destas ordens terminava com a indicação de que os chefes de esquadra deviam explicitar bem o seu conteúdo nas *preleções* e combinavam uma exposição e

¹⁴ Instituto de Arquivos Nacionais / Torre Tombo (Lisboa), Arquivo Polícia Civil de Lisboa [IAN/TT-APCL], NT213 NP075, Ordem de Serviço [OS] Número [N].134, 14-05-1873, Alinea [A.] 1

¹⁵ IAN/TT-APCL, NT213 NP075, OS N.231, 19-08-1873, A. 4. Ordem em que era castigado um guarda com seis guardas sucessivas por, entre outras faltas, não ter comparecido à escola de instrução, alegando estar doente, o que era falso.

¹⁶ BERLIÈRE, J.-M., *ob. cit.*, p. 402.

interpretação da legislação com um pragmatismo que visava a sua efectiva aplicação. Neste contexto, sobressai uma máxima repetida exaustivamente ao longo dos anos: o polícia devia “proceder com firmeza mas ao mesmo tempo com a máxima prudência, moderação e cordura”¹⁷. Para educar os polícias num uso proporcional da força recorria-se, entre outros, ao exemplo estrangeiro: “a polícia nos países estrangeiros faz-se notar pela muita urbanidade e delicadeza, e eu muito estimaria que o mesmo se pudesse dizer da polícia de Lisboa”¹⁸. Era também no sentido de enquadrar os elementos policiais num ideal de policiamento que, nestas ordens, se procedia a regulares exercícios de classificação social. Categorias como *estrangeiros*, *provincianos*, *o rapazio*, *os passageiros* dos carros de carreira, os *indivíduos de idade avançada*, os *ébrios*, os *loucos*, ou *senhoras e meretrizes* eram quotidianamente invocadas. As ordens de serviço eram o principal meio de comunicação de um saber policial que combinava interpretação legal com uma avaliação das condições sociais existentes.

As sessões nocturnas de instrução não tinham, no entanto, um carácter permanente, várias são as ordens que mandam terminar e recomeçar as sessões de instrução. Em Janeiro de 1874, por exemplo, o comissário geral mandava reintroduzir as sessões de “instruções” nas esquadras¹⁹, para alguns meses depois mandar novamente suspender a “prelecção feita nas esquadras”²⁰, fazendo adivinhar o que ocorreria no final do ano. Em Dezembro de 1874 um novo modelo de instrução foi criado na Polícia Civil de Lisboa. As sessões de instrução, que decorriam agora todas as segundas feiras em sessões de duas horas, transitavam das esquadras para os comissariados. Os “explicadores” continuaram a ser os chefes de esquadra, chamados ao Comissariado Geral onde deveriam “receber instruções sobre a maneira de bem dirigirem este serviço”. Em pequenos grupos e preferencialmente “aquelas praças que tiverem menos tempo de praça” a instrução continuaria a incidir sobre o estudo de legislação e casos de ocorrências²¹.

¹⁷ IAN/TT-APCL, NT219 NP082, OS N.161, 10-06-1885, N.1.

¹⁸ IAN/TT-APCL, NT224 NP087, OS N.26, 17-09-1888, N.1.

¹⁹ IAN/TT-APCL, NT213 NP075, OS N. 27, 27-01-1874, A. 1.

²⁰ IAN/TT-APCL, NT214 NP076, OS N. 187, 06-07-1874, A. 5.

²¹ IAN/TT-APCL, NT214 NP076, OS N. 352, 18-12-1874, A. 1.

Ao querer retirar a instrução do quotidiano das esquadras, o Comissário Geral tentava ganhar maior controlo sobre a forma como esta era ministrada. Quando, em Setembro de 1876, a instrução dos guardas foi temporariamente entregue ao escrivão do corpo, que era licenciado em Direito, a principal justificação apresentada foi a necessidade de uniformidade na instrução de todas as praças policiais²². Na verdade, o multiplicar de ocorrências em que os polícias contrariavam tanto as prescrições legais como as normas internas do corpo deu origem a uma maior preocupação do Comissário Geral no controlo da formação dos polícias. Apesar de ocuparem um lugar superior na hierarquia, os chefes de esquadra não estavam imunes a críticas e a ineficácia das suas preleções era por vezes invocada nas ordens de serviço. Depois de um polícia ter abusivamente arrombado a porta de uma habitação, o Comissário Geral afirmou em ordem de serviço:

“[E]sta e outras faltas cometidas pelos guardas novos e inexperientes é o resultado de os chefes não serem mais zelosos na instrução dos seus subordinados e a experiência vai demonstrando que as preleções de alguns chefes de esquadra tem dado um manifesto resultado negativo, por tanto visto que nada devo confiar nas improdutivas preleções, recomendo aos chefes de todas as esquadras para que façam conhecer aos seus subordinados quais os seus deveres nas muitas e variadas circunstâncias em que os guardas se possam encontrar”²³.

Menos de dez anos após a sua criação, em 1876, a Polícia Civil seria objecto da primeira reforma. Para além do aumento do número de polícias, a reforma incidiu em dois aspectos relacionados com a gestão do corpo policial: a introdução de um período inicial de formação numa “escola de instrução” e a criação de um fundo de pensões²⁴. No período inicial

²² IAN/TT-APCL, NT215 NP077, OS N. 264, 20-09-1876, A. 1.

²³ IAN/TT-APCL, NT215 NP077, OS N. 281, 07-10-1876, A. 3.

²⁴ Regulamento dos Corpos de Polícia Civil de 21-12-1876, Cap. VIII. Onde se cria uma “escola de instrução” junto do Comissariado Geral e um período de recruta que deveria durar no máximo 30 dias. As matérias a serem leccionadas incluíam: dar conhecimento das leis e regulamentos distribuindo exemplares dos mesmos; exercitar os guardas na redacção de participação de ocorrências policiais; “fazer-lhes sentir, repetidas vezes, que a missão dos agentes policiais é essencialmente benéfica e protectora, e que o seu bom serviço não consiste tanto na ostentação de numerosas participações de ocorrências policiais como na diligência empregada em evitar os delitos e contravenções pela advertência e conselho”; “propor-lhes casos policiais e indicar-lhes as normas dos procedimentos que deve corresponder a cada

de formação, o recruta já recebia salário, embora mais reduzido, e podia executar alguns serviços acompanhado de um elemento mais experiente. No fim deste período, e depois de uma integração progressiva na rotina de trabalho, o polícia era definitivamente contratado ou despedido com a justificação de ser inábil para o serviço. Nesta reforma, a dinâmica entre a *decisão política do governo e o funcionamento da força policial* não se regia por uma subordinação da segunda à primeira. Antes da decisão política, já existiam medidas tomadas na estrutura policial a este respeito: a medida governamental traduzia algo que já se fazia sentir na organização. A reforma do governo veio reforçar e formalizar algo que se vinha fazendo sentir no interior do corpo policial desde o início da década de 1870. Foi necessária a evidência da prática para pressionar uma mudança que, dando os primeiros sinais no interior da organização, *subiu* depois para a esfera política, formalizando-se.

Na discussão parlamentar da reforma policial de 1876 a figura individual do polícia voltou, tal como na década anterior, a estar no centro do debate. O ministro que propunha a reforma sublinhava a este respeito: “não pode admitir-se que aqueles, que têm a seu cargo fazer manter o respeito às leis e às autoridades, não sejam os mais fiéis executores e respeitadores dos preceitos regulamentares do seu serviço e das ordens superiores”²⁵. Durante a discussão, o argumento de que os polícias desconheciam as próprias leis que deviam fiscalizar foi mesmo um dos que mais veementemente se fizeram ouvir. Outro dos problemas identificados foi o da disciplina hierárquica, ou, nas palavras da comissão parlamentar, a necessidade de uma “fixação das relações de serviço”²⁶ mais formal. Em ambos os problemas, o alargar da formação dos polícias era uma das soluções encontradas. Nos anos seguintes, a expressão “escola de instrução” entrou definitivamente no vocabulário das ordens

um deles”. Em termos comparativos note-se que a *Metropolitan Police* em Londres previa em 1889 três semanas de treino, Cf. SHPAYER-MAKOV, Haia, *ob. cit.*, p. 100.

²⁵ Diário da Câmara dos Deputados (DCD), 08-03-1875, p. 739

[<http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=mc.cd&num=&date=1875-03-08> – consulta em 24-03-2012]

²⁶ Diário Câmara Pares do Reino, 18-01-1876, p. 32.

[<http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=mc.cp2&num=&date=1876-01-18> consulta em 26-03-2012]

de serviço. Em 1885, por exemplo, constatamos que o período de trinta dias da “escola de instrução” era de facto cumprido²⁷.

A década de 1890 testemunhou o ressurgimento da temática da formação na vida da Polícia Civil de Lisboa. Na reforma de 1893 este tema foi novamente um aspecto central nas medidas tomadas pelo governo. Com a nomeação de um militar para Comandante e de alguns oficiais do exército para a estrutura policial pairava o espectro da militarização da Polícia Civil. João Franco, Ministro do Reino na altura, defendendo a sua pureza liberal, veio prontamente afastar esse fantasma no preâmbulo do decreto que reformava a polícia. Segundo ele, uma direcção militar justificava-se porque os militares estavam mais habituados a disciplinar e instruir “agrupamentos de homens”, sem que isso significasse qualquer perigo para os direitos e garantias dos cidadãos. A reforma de 1893 alargava o período de tirocínio para um máximo de dois meses, durante o qual, à semelhança do que acontecia anteriormente, o recruta podia fazer alguns serviços policiais ligeiros, insistindo-se ainda num exame final para o recruta que o habilitaria a entrar na polícia. Os objectivos da instrução e as matérias ministradas mantinham-se praticamente as mesmas, com uma notável exceção. Ao contrário de 1876, previa-se agora que os instrutores mantivessem os “exercícios e evoluções” dos corpos de infantaria. Era assim essencialmente pela formação dos guardas que a sensível questão da militarização passava²⁸. Sem alterações nas décadas seguintes, este será o modelo de instrução até 1910.

A instrução na Polícia Civil não se resumia, no entanto, ao período de recruta ou ao quotidiano da patrulha. O crescimento do número de efectivos e a complexificação do trabalho policial, notórios a partir da segunda metade dos anos 1880, deu origem a novos momentos, processos e matérias em que a necessidade de formar os polícias se tornou visível. A adopção de novas tecnologias, como o telégrafo, o telefone e a bicicleta obrigou ao aumento da formação de maneira a integrar estes novos dispositivos nas dinâmicas

²⁷ IAN/TT-APCL, NT219 NP082, OS N.1/2/3, 1/2/3-01-1885, A.1 Ordens em que se verifica a admissão de um elevando contingente de novos homens, dados como prontos da escola de instrução em OS N.39, 08-02-1885, A. 1.

²⁸ Reforma dos Serviços Policiais de Lisboa de 28-08-1893, Secção III, art. 8º, 9º, 10º; Regulamento Geral do Corpo de Polícia Civil de Lisboa de 12-04-1894, Cap. IX.

organizacionais do trabalho policial. Outro exemplo é o dos mecanismos de promoção no seio da hierarquia policial. Em Setembro de 1891, o Comissário Geral lembrava, em ordem de serviço, que o “vago nas disposições” relativas a promoções contidas no regulamento de 1876, tinha tido “justo fundamento na necessidade de extremar aptidões quando, por assim dizer, o corpo de polícia (...) se achava na infância”, agora, “decorridos mais de 20 anos desde a sua criação, a aprendizagem está feita e urge tornar forte esse corpo pelo amor ao serviço”²⁹. Guardas que queriam ser cabos e cabos que queriam ser chefes de esquadra passaram a sujeitar-se a concursos – cujos anúncios e classificações finais depois das provas foram surgindo depois nas ordens de serviço – com regras fixas e formais e nos quais o teste escrito era uma das formas de avaliação. A introdução de dispositivos tecnológicos e as promoções são dois exemplos de como formar o polícia, fosse ele um novo recruta ou um profissional experiente, tornou-se central no funcionamento da corporação policial.

Apesar da entrada dos militares na vida da Polícia Civil, os chefes de esquadra mantiveram um papel central na formação e transmissão do saber policial. No Regulamento de 1894 uma das muitas competências atribuídas aos chefes de esquadra era “fazer teorias” sobre legislação e ocorrências policiais no sentido de instruir os seus subordinados³⁰. Embora seja difícil determinar até que ponto estas *teorias* funcionavam de facto, as fontes indicam que, com maior ou menor frequência, com melhores ou piores resultados, elas iam ocorrendo nas esquadras espalhadas pela cidade. Em Outubro de 1897, por exemplo, uma ordem de serviço determinava que os chefes de esquadra usassem o render dos quartos das quintas-feiras para fazerem as suas teorias. De facto, apesar de todas as mudanças ocorridas na polícia de Lisboa no domínio da formação, a importância dos chefes de esquadra manteve-se e reforçou-se ao longo dos anos. Sinal disso foi o envio de chefes de esquadra para as capitais de distrito com o objetivo de auxiliarem na formação e instrução dos corpos de polícia civil que, entre o final da década de 1870 e o início do século XX, surgiram em todas as

²⁹ IAN/TT-APCL, NT227 NP088, OS N. 266, 23-09-1891, A. 7.

³⁰ Regulamento Geral do Corpo de Polícia Civil de Lisboa de 12-04-1894, Art. 25º Nº8.

capitais de distrito. Coimbra em Outubro 1878³¹ ou Ponta Delgada em Agosto de 1900³² são apenas exemplos de como a centralidade do chefe de esquadra na disciplina e formação dos polícias civis em Lisboa se foi estendendo ao resto do país.

Identidade profissional, autores e públicos do saber policial

Apesar da importância dos chefes de esquadra na formação dos polícias não fomos – no que ficou para trás – capazes de ‘ouvir’ as suas vozes. As ordens de serviço apenas nos dão as coordenadas gerais traçadas ao nível da chefia superior e as ocasionais críticas à ineficácia das preleções de certos chefes. Isto deve-se ao facto de a sua acção ficar sempre circunscrita à instituição e pouco registada formalmente. A situação começa, contudo, a mudar na última década do século XIX. Surgem, neste período, os primeiros manuais em formato de bolso e outras publicações em que os chefes de esquadra aparecem como protagonistas. Uma das consequências da ‘política’ de preleções e teorias foi o reforço da identidade profissional dos polícias lisboetas. Sobretudo entre as hierarquias intermédias, constituídas por indivíduos com mais anos e um sentido de carreira e profissão mais activo, a defesa da profissão confundia-se com o treino dos novos elementos. Curiosamente, o mais completo e estruturado manual de polícia civil deste período foi escrito não por um chefe de esquadra de Lisboa, mas da Covilhã que, no entanto, o dedicou ao comandante da polícia de Lisboa³³. Outra notável consequência destas mudanças foi que, ao passarem para o mundo impresso, a ‘voz’ dos chefes de esquadra chegou a outros públicos que não apenas aquele constituído por polícias.

Em Lisboa dois protagonistas sobressaíram como expressão visível desta mudança: Romão J. Ferreira e Alexandre Morgado. Ambos chefes de esquadra, participaram, juntamente com médicos e jornalistas, numa obra vendida em fascículos quinzenais e reunidos em sete volumes de cerca de

³¹ IAN/TT-APCL, NT217 NP080, OS N.316, 12-11-1878, A. 1.

³² SILVA, Susana S., Em torno da criação de um corpo policial, na cidade de Ponta Delgada, nos alvares do século XX, in CARVALHO, José Murilo, Et. Al. (coord.), *ob. cit.*, p. 179.

³³ SAMPAIO, Carlos Corrêa, *Manual da Polícia Civil: prático e portátil*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.

200 páginas cada, publicados entre 1896 e 1909, intitulada *Galeria dos Criminosos Célebres*. Como tantas vezes acontecia entre as classes populares, Romão Ferreira tinha uma tradição familiar a defender: o pai tinha sido um destacado chefe de polícia nos alvores da Polícia Civil. A participação de Alexandre Morgado na *Galeria* inseria-se num conjunto de publicações que traduziam uma crescente preocupação do corpo policial com a sua profissão. O percurso de Alexandre Morgado, em particular, é exemplificativo da consolidação de um saber policial produzido e reproduzido pelos chefes de esquadra. Com uma produção de cerca de trinta títulos entre o final do século XIX e a década de 1920, A. Morgado foi muito além do mero registo institucional. No âmbito policial ele foi o responsável pelas colectâneas de legislação policial: códigos de posturas e outros regulamentos policiais e pela elaboração e publicação das estatísticas policiais, antes e depois da implantação da República³⁴. Fora do âmbito policial, Morgado destacou-se como autor de manuais do viajante como o “Guia do Forasteiro nas Festas Antoninas”³⁵. Morgado tornou-se uma figura conhecida e respeitada na sociedade lisboeta. Na década de 1920, por exemplo, o médico Arlindo Monteiro apoiou-se no seu saber especializado para analisar a ligação entre homossexualidade e o mundo do crime³⁶. Através das suas publicações, o saber policial que nas décadas anteriores ficava apenas pelas esquadras ganhava agora uma forma escrita e impressa chegando a novos públicos. Para o argumento deste trabalho interessa-nos explorar as compilações anotadas de posturas e regulamentos policiais e a *Galeria dos Criminosos Célebres*.

Mais do que qualquer outra fonte legal eram as posturas municipais que ocupavam muita da atenção e do tempo dos polícias, não só porque eram elas a base legal de muitas das ocorrências policiais, mas também porque a sua constante alteração obrigava os polícias a uma permanente actualização. No quotidiano policial, “o código” era o Código de Posturas³⁷. E se aos Códigos de Posturas Municipais juntarmos o Regulamento Geral

³⁴ Corpo de Polícia Cívica de Lisboa, *Crimes, delitos e outras ocorrências policiais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

³⁵ Lisboa: Typographia Comércio, 1895.

³⁶ MONTEIRO, Arlindo C., *Amor Sáfico e Socrático*. Lisboa: Instituto de Medicina Legal, 1922, p. 193-203.

³⁷ IAN/TT-APCL, NT218 NP081, OS N.90, 31-03-1883, A. 1.

dos Corpos de Polícia Civil, temos então as duas peças que enquadravam grande parte da formação ministrada aos polícias. Cada polícia deveria possuir um exemplar dos dois e a sua compra era mais uma despesa em que os polícias tinham de incorrer³⁸. Compilados por elementos policiais com o objectivo de fornecer aos polícias versões actualizadas da legislação policial e serem um suporte das preleções e teorias dos chefes de esquadra, não só dentro da organização policial, os códigos de posturas estavam, no entanto, presentes. Estes tinham uma dupla missão: manuais dos polícias e códigos de civilidade para um público mais abrangente. A divulgação dos códigos de posturas pela população foi mesmo uma preocupação das autoridades.

Em 1885, um antigo vereador da Câmara Municipal de Lisboa insurgia-se, na Câmara dos Deputados, contra a constante aplicação de multas por parte da polícia a pessoas que, já vivendo em dificuldade, tinham ainda que suportar mais um encargo. Ainda para mais quando acontecia recorrentemente não saber o público a origem dessas multas. Lembrava então na sua proposta a necessidade de “o código de posturas municipais se vende[r] por preço diminuto”, permitindo que se tornasse “tão público, que tendo todos conhecimento das suas disposições, se prevenissem para não incorrerem em certas faltas”³⁹. A multiplicação das edições organizadas e anotadas pelo chefe A. Morgado do código de posturas⁴⁰ e outros regulamentos policiais⁴¹, a partir do final da década de 1880, revela não só o crescimento do número de polícias e o maior uso destes livrinhos no quotidiano policial, mas também um público para quem o conhecimento destas leis era importante para evitar ou reclamar das inoportunas multas. Quem era este público a quem o código de posturas interessava? Uma resposta sistemática a esta questão é hoje talvez impossível, mas podemos tentar uma aproximação. Entre os compradores dos códigos de posturas estariam, certamente, os lojistas de Lisboa, sobre quem muitas disposições das posturas –

³⁸ IAN/TT-APCL, NT213 NP075, OS N.108, 18-04-1873, A. 2.

³⁹ DCD, 01-07-1885, p. 2785. http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=mc_cd&num=&date=1885-07-01 consulta em 26-03-2012]

⁴⁰ MORGADO, A., *Código de posturas do município de Lisboa de 30 de Dezembro de 1886: devidamente ampliado e anotado*. 8^a Edição, Lisboa: Empresa a Legislação, 1912.

⁴¹ MORGADO, A., *Regulamentos policiais*. 4^a Edição, Lisboa: Typ. Palhares, 1898.

pesos, medidas, mas também toldos e outros usos dos passeios – recaíam. Já na década de 1860 o aumento do número de multas em virtude da criação da Polícia Civil despoletou um conflito entre os lojistas e as autoridades públicas de que resultou a criação da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa⁴². Nas décadas seguintes, os conflitos manter-se-iam, motivando mesmo a criação de uma comissão de multas na associação. Os lojistas são apenas um exemplo, outros poderiam ser acrescentados: moços padeiros, cocheiros ou carroceiros. Todos viviam em constantes conflitos com a polícia e o conhecimento da lei que os multava ou prendia era uma competência necessária no quotidiano urbano.

Estas compilações “anotadas e coordenadas” por A. Morgado não eram um simples repositório de legislação, a selecção de legislação não era uma prática neutra, traduzia antes um estabelecer de competências e prioridades feito dentro da própria polícia. Ao introduzir obscuras portarias sobre a admissão de doentes no Hospital de S. José, por exemplo, o coordenador desta obra estava a estabelecer as fronteiras do trabalho policial. Para além de legislação, estas obras continham outros elementos de *saber policial*. A anotação de passagens de ordens de serviço da polícia, que imprimiam doutrinas de aplicação prática a certas posturas ou regulamentos policiais, é o exemplo mais evidente de como algo que, em princípio, devia ficar apenas dentro da estrutura policial extravasava para um público maior⁴³. Após o incêndio do Teatro Baquet no Porto, em 1888, foi nomeada uma comissão de “peritos técnicos”, onde se contava o Comissário Geral da polícia, que introduziu novas normas regulamentares para os empresários mas também definiu os “deveres que a polícia tem a cumprir em caso de incêndio ou pânico em algum teatro”⁴⁴. A introdução destas disposições ajudava não só a formar o polícia mas também elucidava o público. Outra característica destes manuais era a reprodução de artigos publicados noutras obras e que poderiam auxiliar tanto a polícia como o público na sua vida quotidiana.

⁴² ALVES, Daniel R., *A República atrás do balcão. Os lojistas de Lisboa na fase final da Monarquia (1870-1910)*. Tese de Doutoramento, Lisboa: FCSH-UNL, 2010, p. 173-195, 199-200, nota 649 da p. 289.

⁴³ Um exemplo é a captura de mendigos, MORGADO, A., *Regulamentos ...*, 1898, p. 1 n. 1 (II parte).

⁴⁴ MORGADO, A., *Regulamentos ...*, 1898, p. 104-105, 107-110 (II parte).

Um exemplo é a reprodução de um artigo publicado na “Agricultura Nacional” sobre raiva⁴⁵. Alargar a cultura geral dos polícias traduzir-se-ia, aos olhos das chefias, num aumento da eficácia policial.

A *Galeria dos Criminosos Célebres* apresentava-se como uma obra de “investigação e estudo” destinada a indivíduos que se moviam profissionalmente nos terrenos da criminalidade: médicos, agentes judiciários, polícias⁴⁶. O sucesso do primeiro volume – que obrigou a reimprimir alguns dos fascículos – mostra, no entanto, um público mais alargado, reflectindo o crescente interesse público pelo crime⁴⁷. A *Galeria* foi apenas o mais notável exemplo da estreita relação entre polícias e jornalistas, muitos outros poderiam ser citados⁴⁸. Os fascículos desta obra consistiam num desfilar de relatos biográficos dos mais famosos criminosos portugueses, apresentando as suas façanhas, a sua detenção, julgamento e condenação. A maioria dos casos apresentados era de homens e mulheres ainda vivos ou cujos *feitos* tinham ocorrido nas décadas de 1870 e 1880. Eram por isso casos ainda muito presentes na memória pública. Os escritos científicos de Ferraz de Macedo introduziam as teorias criminológicas e os métodos de antropologia criminal que ganhavam, por esta altura, protagonismo, académico e não só. Nos últimos volumes a obra diversificou-se um pouco e alguns capítulos abordavam problemas sociais como o alcoolismo ou a prostituição.

A *Galeria* era a pedagogia do exemplo e da imagem agora em formato impresso e acessível a um público alargado. A transição entre a oralidade das esquadras e o paradigma escrito dos manuais impressos não foi, no entanto, uma mudança radical. Muitos traços da oralidade das esquadras permaneceram na *Galeria*. A exemplo do que acontecia nas ordens de serviço, a introdução do volume I procede a uma categorização de

⁴⁵ MORGADO, A., *Regulamentos...*, 1898, p. 160-164 (II parte).

⁴⁶ Vol. VI, 1908, p. 1.

⁴⁷ VAZ, Maria J., *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e início do século XX*. Tese Doutoramento, Lisboa: ISCTE, 2006, p. 321-346.

⁴⁸ As memórias do *Chefe Jacob*, por exemplo, publicadas na “Ilustração Portuguesa” durante a segunda metade de 1907 são outro resultado desta colaboração, Cf. *Ilustração Portuguesa*, N°73, 15-07-1907. Diga-se que este foi um género que ganhou a partir do final do século XIX uma grande popularidade na Europa, Cf. LAWRENCE, Paul, ‘Scoundrels and scallywags, and some honest men...’ Memoirs and the self-image of French and English policemen c. 1870-1939”, in Barry Godfrey, Et. Al, (Edit.), *Comparative Histories of Crime*, Cullompton: Willan, 2003, p. 125-144.

tipos de criminosos, com o *gatuno* e as suas subcategorias (*filhos do mosco, sobaqueiros*, etc.) à cabeça. A *Galeria* foi o que de mais próximo houve, antes do aparecimento em 1937 da *Polícia Portuguesa*, de uma revista corporativa de defesa da instituição e veículo de instrução dos polícias. Sobre um criminoso que se tinha feito passar por polícia escrevia-se: "intitulava-se agente de polícia, usurpando sem vergonha os direitos sagrados d' uma classe que tem a nobre e ingrata missão de nos defender dos malfeiteiros"⁴⁹. Nas suas páginas, em particular, mas não só, nos artigos escritos por Romão Ferreira e Alexandre Morgado, é frequente o elogio da polícia e de alguns polícias em específico. Sobre C. Morais Sarmento, Comissário Geral entre 1876 e 1893, escrevia-se: "é ainda hoje considerado o mestre dos comissários de polícia. (...) Viu e compreendeu a organização policial da Grã-Bretanha – o modelo das polícias do mundo ainda hoje, apesar das presunções da França, que tem aliás uma polícia bastante bem organizada"⁵⁰. É possível identificar nas suas páginas a construção da memória da instituição através da narrativa dos serviços mais famosos e de pequenos apontamentos biográficos das figuras mais relevantes da instituição. A história da polícia foi de resto uma preocupação que deu origem a outras publicações. Em dois tomos (com A. Morgado na direcção do segundo), a mesma editora da *Galeria* publicou, em 1905, uma obra sobre o tema⁵¹. Na *Galeria*, através de exemplos de casos em que a investigação levada a cabo revelava a astúcia e mesmo a capacidade de adivinhação dos polícias, promovia-se o espírito de corpo e o engrandecimento da profissão. Significativas, finalmente, eram as críticas policiais a certos aspectos do contexto social, policial e judiciário. Criticavam-se os tribunais e as autoridades judiciais pela moralidade e pela leveza das penas; algo que, no entanto, tinha vindo a ser alterado com a legislação relativa à reincidência criminal. Criticava-se a imprensa, que através da moderna "reportagem" interferia com as investigações e condenava antes do tempo. Condenava-se o estado das prisões, em particular do Limoeiro, por constituírem escolas de criminosos. Criticava-

⁴⁹ Vol. I, 1896, p. 196.

⁵⁰ Vol. I, 1896, p. 81.

⁵¹ Morgado, A., *Polícia Antiga e Moderna: História da Polícia Civil e Militar em Portugal*. Lisboa: Almanach Palhares, 1905.

se, enfim, um “público desagradecido”,⁵² incapaz de reconhecer os bons serviços policiais.

Conclusão

A formação dos polícias que, no período em estudo, fizeram parte da Polícia Civil de Lisboa pode ser objecto de diferentes e contrastantes conclusões. Por um lado, nunca foi criada uma escola central ou estabelecidos currículos e instrutores especializados que ministrassem a instrução dos novos recrutas. Um período inicial de instrução coexistia com a prática de serviços de menor importância. Uma visão a partir do quotidiano de funcionamento desta força policial, possível através das ordens de serviço, permite, no entanto, concluir que a instrução adquirida no trabalho quotidiano não era tão desestruturada e informal como poderíamos ser levados a pensar. É certo que, em Lisboa, os polícias ‘gozaram’ sempre de má imagem entre o público. Eram vistos como indivíduos grosseiros, incultos e incapazes de zelar pelos direitos individuais⁵³. Mas num tempo de tão profundas transformações demográficas, políticas, económicas e culturais, não deixa de ser assinalável o esforço que uma instituição criada do zero fez para integrar os milhares de homens que entraram nas suas fileiras, e que à partida poucas noções de Direito ou procedimentos administrativos deveriam ter, num quotidiano de aplicação da lei e negociação da ordem.

Em 1910, um polícia devia muito provavelmente ter um conhecimento sobre legislação e o ideal de comportamento policial superior ao que encontrariam em 1870. Tal não fazia dele necessariamente um bom polícia. De facto, existia uma grande distância entre o que se projectava na formação e a prática das ruas. Por muito que fossem ensinados a usarem o mínimo possível de força, a não fazerem tantas detenções, ou a serem contidos na aplicação de multas, estas eram, em última instância, decisões individuais do polícia. Mas é possível observar, durante este período, no domínio da formação profissional, um movimento modernizador que, apesar de algo incipiente, lançou as bases para as transformações que, já num outro contexto, ocorreriam durante as décadas de 1920 e 1930.

⁵² Vol. I, 1896, p. 196.

⁵³ PALACIOS, Diego, *ob. cit.*, p. 122.

Um estrangeiro na inauguração da Linha da Beira Alta (1882)

Hugo Silveira Pereira

Investigador no Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

hugojose.pereira@gmail.com

Texto recebido em /Text submitted on: 29/02/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 12/12/2012

Resumo/Abstract:

Em 1882, era inaugurada a linha da Beira Alta, encarada na altura como a verdadeira via-férrea internacional, que ligaria de forma mais rápida Lisboa e o seu porto ao centro da Europa. Tendo em conta a importância do acontecimento, o rei, acompanhado pela sua família, não podia faltar. Não é, porém, a augusta presença o objecto deste artigo, mas sim um outro convidado, um personagem improvável, um estrangeiro, de nome B. Wolowski, que, ao longo de quase duas semanas, acompanhou não só a viagem de estreia da linha, mas também o périplo real pelas cidades do norte do país, descrevendo a paisagem, as pessoas, os costumes e idiossincrasias daquelas regiões. Mais tarde, Wolowski reuniu as suas notas num livro que deu à estampa com o título *Les Fêtes en Portugal. Inauguration du chemin de fer de la Beira-Alta*.

O texto seguinte é uma breve análise desta obra. Começaremos por enquadrar a linha da Beira Alta no panorama ferroviário português e no contexto político da época e depois tentaremos definir quem era este B. Wolowski. Pretendemos com isto divulgar e analisar um exemplo de literatura de viagem e de avaliação de Portugal pelos olhos de um estrangeiro.

In 1882, the Beira Alta railway was inaugurated. It was considered the real international railway connection that would draw Lisboa and its harbour closer to Central Europe. Having in mind the relevance of the event, the king and his family couldn't be absent. However, the presence of the king is not the main focus of the following paper. We will otherwise focus our attention on an unlikely non-Portuguese guest (B. Wolowski), who for two weeks followed the king in the inaugural ceremony and also in his journey around some of the northernmost cities of the kingdom. Wolowski described the landscape, people, mores and behaviours of those regions. Later, he summed his notes up in a small book, to which he gave the title *Les Fêtes en Portugal. Inauguration du chemin de fer de la Beira-Alta*.

The following text is a brief analysis of this work. We will examine the place of the Beira Alta railway in the Portuguese rail system and in the political context of the epoch. We will also try to determine who this B. Wolowski was. We aim to analyze and divulge yet another example of travel literature and of an evaluation of Portugal by the eyes of a foreigner.

Palavras chave/Keywords:

Caminho-de-ferro; Literatura de viagem; Beira Alta; Wolowski.

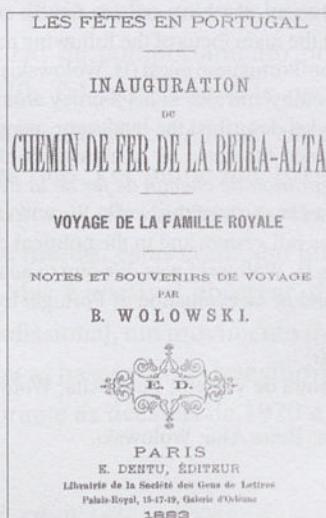
Railway; Travel literature; Beira Alta; Wolowski.

Introdução

Estamos em pleno Verão de 1882. O reino prepara-se para desfrutar de uma obra que prometia alterar a sua face. A linha da Beira Alta é finalmente inaugurada. O evento merece a presença da família real, de membros do governo e de algumas individualidades da sociedade portuguesa da época. Trata-se, afinal, da mais curta ligação entre Lisboa e a fronteira francesa, da qual se espera uma enorme torrente de tráfego vinda do centro da Europa e da América passando por Lisboa. A ocasião é aproveitada pelo rei para visitar os seus súbditos do norte. Ao longo de quase duas semanas, D. Luís e sua família percorrem a Beira Alta, visitam o Porto, sobem ao Minho e embrenham-se no Douro, reforçando a imagem da monarquia.

No séquito real segue ainda um personagem improvável: um estrangeiro, de nome B. Wolowski. Durante a viagem, este homem recolhe o que vê em notas, reunindo-as depois em livro com o longo título *Les Fêtes en Portugal. Inauguration du chemin de fer de la Beira-Alta. Voyage de la famille royale. Notes et souvenirs de voyage*. Trata-se de um raro testemunho da inauguração de um caminho-de-ferro em Portugal, ainda para mais escrito por um não-português que não se limitou aos aspectos ligados à ferrovia, explanando também a sua opinião sobre os portugueses e suas idiossincrasias.

Figura 1 – Folha de rosto do livro



No texto que se segue analisar-se-á esta obra no contexto em que foi elaborada. Para tal, far-se-á uma breve descrição da história da linha da Beira Alta, procurar-se-á conhecer quem era B. Wolowski e em que condições produziu o seu texto. Finalmente, comparar-se-á o seu relato com as notícias dos jornais da época. Procuraram-se jornais de âmbito local e nacional, de diferentes quadrantes políticos e – por razões práticas – que estivessem disponíveis na Biblioteca do Porto ou *online*.

A linha da Beira Alta: um sonho antigo

O grande objectivo da construção ferroviária em Portugal era ligar o reino, designadamente o porto de Lisboa, à Europa pela via mais rápida e curta¹. Cedo se pensou numa ligação cruzando a Beira que, pela simples consulta de um mapa, era a solução mais eficaz para atingir aquele objectivo. Na década de 1850, os engenheiros Sousa Brandão, Chelmicki, Couceiro e Nunes de Aguiar realizaram alguns estudos neste sentido², mas todos eles esbarraram: na intransigência de Espanha, que apenas pretendia continuar no seu território uma via que atravessasse a fronteira perto de Badajoz; nos obstáculos naturais do terreno a atravessar que prometiam dificultar e tornar mais cara a construção; e na ausência de interessados em os realizar.

¹ ALEGRIA, Maria Fernanda – Política ferroviária do Fontismo. Aspectos da construção e do financiamento da rede. *Revista de História Económica e Social*. 23 (1988) 43-64. GOMES, Gilberto – *A Luz e as Sobras na Gare do Oriente. O Caminho de Ferro no final do séc. XX*. Lisboa: CP, 1998, p. 10-22. PEREIRA, Hugo Silveira – A doorway to Europe. The dream of the Portuguese railways (1845-1892). *9th International Conference of the T2M* (2011), (t2m.org/wp-content/uploads/2011/09/Pereira_Hugo_Paper.pdf, consultado em 3-2-2012); PINHEIRO, Magda – Portugal e Espanha: Integração e ruptura. Os caminhos-de-ferro (1850-1890). *Ler História*. 11 (1987) 47-76; PINHEIRO, Magda – L’Histoire d’un Divorce: l’Integration des Chemins de Fer Portugais dans le Réseau Ibérique in MERGER, Michèle; CARRERAS, Albert; GIUNTINI, Andrea, dir. – *Les réseaux européens transnationaux XIXe-XXe siècles: quels enjeux?* Nantes: Ouest Éditions, 1995.

² AGUIAR, Joaquim Nunes de – Relatório sobre o reconhecimento nas duas margens do Tejo. *Boletim do Ministério das Obras Públicas (BMOP)*. 12 (1859) 613-617. BRANDÃO, Francisco Maria de Sousa – Relatório sobre o reconhecimento do caminho de ferro pela Beira. *BMOP*. 3 (1860) 261-280. CHELMICKI, José Carlos Conrado – Relatório sobre o traçado de um caminho de ferro pela Beira. *BMOP*. 1 (1860) 71-74. COUCEIRO, José Anselmo Gromicho – Relatório sobre o resultado do reconhecimento do terreno entre o caminho de ferro do Norte e a fronteira de Leste. *BMOP*. 1 (1860) 74-75.

Deste modo optou-se por um caininho-de-ferro que, partindo de Lisboa, seguisse pelo vale do Tejo até Abrantes antes de se dirigir a Elvas e entrar em Espanha perto de Badajoz. Depois de algumas tentativas falhadas, contratou-se para tal trabalho José de Salamanca que cria a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses (CRCFP) em 1859³. Todavia, ainda esta linha não estava concluída e já alguns lamentavam a sua escolha e voltavam a mostrar sua predilecção por uma via-férrea cortando a Beira Alta⁴. Na altura o governo ordena novos estudos a Sousa Brandão, mas mais uma vez Espanha não mostra qualquer interesse em tal projecto. Por seu lado os técnicos reunidos no Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), o órgão consultivo do ministério, inclinavam-se para um outro caminho-de-ferro que em vez de cruzar a Beira Alta seguisse pela Beira Baixa até à fronteira perto de Monfortinho⁵.

Em todo o caso o período não era propício a novos investimentos, em virtude da crise da segunda metade da década de 1860 e das dificuldades sentidas pelas companhias ferroviárias estrangeiras que operavam em Portugal (CRCFP e Southeastern of Portugal), que exigiam apoio do Estado e usavam a sua influência nos mercados financeiros de Paris e Londres para o obter⁶. No início da década de 1870, passada a tormenta financeira e na

³ ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990. PEREIRA, Hugo Silveira – *A política ferroviária nacional (1845-1899)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. PINHEIRO, Magda – *Chemins de fer, structure financière de l'État et dependance exté-rieure au Portugal: 1850-1890*. Paris: Université de Paris, 1986. VIEIRA, António Lopes – *The role of Britain and France in the finance of portuguese railways 1850-1890. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency*. Leicester: Leicester University, 1983.

⁴ Diário de Lisboa. Sessão da câmara dos deputados de 7-6-1862, 1565; 23-3-1864, 891; 29-3-1864, 939-940; 25-4-1864, 1294. BMOP. 1 (1862), 43-45.

⁵ Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP). CSOP. Livro 22 (1865) 18-29v. PAGE ALBAREDA, Eusébio – Caminhos de ferro internacionaes em Hespanha. *Revista de Obras Públicas e Minas (ROPM)*. 8 (1877) 95, 427 e ss. ARTOLA, Miguel (dir.) – *Los ferrocarriles en España. 1844-1943*. Madrid: Banco de Espanña, 1978.

⁶ PEREIRA, Hugo Silveira – Markets, Politics and Railways: Portugal, 1852-1892. 2nd International Conference on Economic and Social History (2012), (hdl.handle.net/1822/10300). PINHEIRO, Magda – Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX. *Análise Social*. 15 (1979) 265-286. PINHEIRO, Magda – *Cidade e caminhos de ferro*. Lisboa: CEHCP – ISCTE, 2008, p. 143-160. VIEIRA, António Lopes – A política

ausência de interessados em investir em novas vias-férreas em território nacional, o governo optou por construir ele próprio novas ferrovias. Como se entendia que a construção e exploração pelo Estado não tinha a qualidade da iniciativa privada, a escolha recaiu sobre duas linhas de construção *económica* e destinadas ao tráfego interno – as linhas do Minho e Douro – para as quais o governo já dispunha de autorização legislativa (lei de 2-7-1867)⁷.

Entretanto novas movimentações em favor de vias-férreas pelas Beiras são encetadas. No parlamento surgem propostas de lei para construir as linhas da Beira Alta e Baixa, às quais responde o governo com mais estudos. Entre os parlamentares das duas regiões estabelece-se uma disputa pela preferência do executivo, que a aproveitava para dividir a oposição e, através de promessas de construção, contentar os críticos. A CRCFP imiscuia-se também na discussão, pois qualquer uma daquelas vias entroncava nas linhas que explorava (do norte, entre Lisboa e Porto, e de leste entre Lisboa e Elvas). Entre a engenharia nacional não havia consenso nem quanto à directriz nem quanto à via a construir, mas notava-se uma inclinação pela linha da Beira Baixa, que teria melhores condições de tracção e possibilitaria aos comboios atingirem velocidades mais elevadas. Contudo esta via poderia prejudicar a linha de leste da CRCFP. O governo não quis arriscar colocá-la novamente em dificuldades financeiras e optou por abrir concurso apenas para a linha da Beira Alta. Por outro lado, os castelhanos não tinham interesse em prolongar a linha da Beira Baixa que poderia beneficiar Portugal e não traria vantagens para Espanha. Finalmente, a linha da Beira Alta tinha uma maior extensão em Portugal pelo que fecundaria um maior tracto de terreno nacional.

O governo abriu concurso pela primeira vez em 1876, mas só à terceira praça, em 1878, consegue adjudicar a obra à Société Financière de Paris que constitui a Companhia do Caminho de Ferro da Beira Alta (CCFBA). O caminho-de-ferro teria o seu ponto inicial na Pampilhosa (linha do norte) e terminaria na fronteira perto de Vilar Formoso.

de especulação: uma introdução aos investimentos britânicos e franceses nos caminhos-de-ferro portugueses. *Análise Social*. 24 (1988) 723-744.

⁷ *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1867, 441 e ss.; 1872, 150-151.

Figura 2 – A Estação da Pampilhosa⁸

A escolha da Pampilhosa deveu-se a motivações de ordem financeira (a construção seria mais económica) e de oportunidade, pois uns meses antes a Junta Consultiva de Obras Públicas e Minas (que sucedera ao CSOP) tinha dado parecer positivo a uma linha directa entre a Figueira da Foz e Coimbra concedida a Camille Mangeon e Evaristo Pinto em 1875 (que não se realizara, contudo). O governo opta pela Pampilhosa para poupar algum dinheiro sem deixar de ligar Coimbra à Figueira. Em 1880 a CCFBA obtém o prolongamento da sua linha desde a Pampilhosa até à Figueira, de forma a obter uma saída marítima. Em 1882 toda a linha estava concluída. Os comboios começaram a circular em Julho de 1882⁹, mas a inauguração oficial com a presença régia teria de aguardar pelo dia 3-8-1882¹⁰.

⁸ *O Ocidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro* (Ocid.), 140, 252.

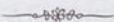
⁹ FINO, Gaspar Cândido da Graça Correia, compil. – *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro*. Lisboa: IN, 1883-1903, vol. 1, p. 431.

¹⁰ PEREIRA, Hugo Silveira – Caminhos-de-ferro da Beira (1845-1893). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011), 273-296.

O relato e o seu autor

É assim sobre a inauguração de uma obra há muito aguardada que se dedica o livro de B. Wolowski. O relato foi escrito em francês, dedicado a Madame Marie L., impresso em Keiss (Viena) e editado em 1883 pela casa E. Dentu de Paris em 216 páginas (com quatro de prólogo) e com quatro gravuras sobre monumentos e paisagens de Lisboa e Sintra (vista geral da capital, palácio da Ajuda, palácio da Pena, e estátua de Camões). No final da década de 1950 foi traduzido e publicado em vários números da *Gazeta dos Caminhos de Ferro* por Busquets de Aguilar¹¹.

Segundo se depreende da sua leitura, nasceu de um caso de oportunidade. Wolowski encontrava-se em Portugal desde Abril. Sabendo que a festa da abertura da linha da Beira Alta estava próxima, adiou o seu regresso a casa para assistir ao evento pois entendia que nada havia de mais adequado para se avaliar o carácter de um povo do que as festas. E em Oitocentos não havia maior celebração que a inauguração de um caminho-de-ferro, sobretudo de um no qual tantas esperanças se depositavam (partilhadas inclusivamente pelo autor) e que merecia até a presença de suas majestades. Ao longo da jornada Wolowski foi tomando notas do que vivia, enviando-as para um jornal francês. Porém, as recordações que levou de Portugal foram tão agradáveis que optou por as publicar em livro.



Mas quem era B. Wolowski? À partida para esta pesquisa, nada se sabia. A *Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira* indica apenas que se tratava de um “escritor do séc. XIX cuja nacionalidade e outras circunstâncias pessoais se ignoram”¹². Algumas bibliotecas nacionais possuem exemplares autografados pelo autor, mas não dispõem de nenhum registo biográfico seu.

¹¹ WOLOWSKI, B. – As Festas em Portugal. Inauguração do Caminho de Ferro da Beira Alta. Notas e Recordações de Viagem (trad. e notas de Busquets de Aguilar). *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1681 a 1732 (1958-1960).

¹² *Grande Encyclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Encyclopédia, vol. 36 (1936-1960), p. 915-916.

Figura 3 – Autógrafo de Wolowski

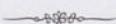
*offert par l'auteur
 à Monsieur P. W. de Britto Araujo
 Rédacteur de Diário de Notícias
 hommage fraternel
 Bruxelles, le 12 décembre 1883.
 J. Wolowski;*

O seu apelido é tipicamente do leste da Europa, possivelmente da Polónia. Não sabia falar português, mas dominava o francês e escrevia para um jornal de França, país do qual podia também ser nacional. No entanto, falar francês era algo usual entre as elites das nações europeias. O seu tradutor assegura que ele pertencia a uma família polaca que emigrara para França, onde obtivera a respectiva nacionalidade. Aparenta B. Wolowski de Luís Wolowski, um polaco exilado em Paris que adquiriu a cidadania gaulesa, escreveu vários tratados económicos (*L'or et l'argent*, *La question des banques*, etc.) e chegou mesmo ao cargo de senador. Luís terá enviado o seu parente B. a Portugal para aferir as possibilidades de retorno de investimentos em território luso. É uma hipótese interessante e tão válida como outra qualquer, mas que não é suportada por qualquer tipo de fonte. Existia de facto uma família Wolowski na Polónia de origem judaica (originalmente Schor) e convertida ao cristianismo (passando então a denominar-se Wolowski). Era uma linhagem com algum estatuto naquele país (nobres, políticos, professores universitários), à qual pertencia efectivamente Luís Wolowski¹³. Todavia, nada confirma que B. Wolowski pertencesse também a esta família.

¹³ Jewish Encyclopedia (1906), (www.jewishencyclopedia.com/articles/15003-wolowski), consultado em 15-2-2012. Encyclopaedia Judaica. Detroit: Macmillan Reference USA, vol. 16 (2007), p. 622.

A teoria da nacionalidade polaca de Wolowski saiu reforçada a partir do momento em que fora de Portugal apenas se encontrou um exemplar da sua obra num catálogo de uma biblioteca daquele país¹⁴. Além disso, esse acervo adiciona um novo dado à biografia de Wolowski ao desdobrar o B. em Bronislaw, talvez em virtude de uma dedicatória inscrita no livro (como acontece em alguns exemplares nacionais, mas sem desdobramento do B). Ou então talvez Wolowski seja uma figura conhecida na Polónia e o seu nome próprio não seja um enigma.

Perseguindo a hipótese de Wolowski ser francês, consultou-se o catálogo da *Bibliothèque Nationale de France* procurando um exemplar do livro. Desta pesquisa resultaria, ao invés, a certeza de se tratar de um cidadão polaco. Não só não se encontrou nenhum exemplar de *Les fêtes en Portugal*, como se se deparou com uma outra obra do mesmo autor que dissipava todas as dúvidas. Em *Dombrowski et Versailles*, Wolowski defende a memória de Jaroslaw Dombrowski (um miliciano nos eventos da Comuna de Paris) e dos seus compatriotas polacos que soçobraram nas barricadas parisienses e que foram considerados por alguma imprensa francesa como assassinos incendiários. No prefácio à obra os editores indicam que o original fora escrito em polaco por Wolowski, um *patriota*, que no texto usa a primeira pessoa do plural quando se refere aos polacos¹⁵. Se incertezas ainda restassem um terceiro documento do mesmo autor elimina-as definitivamente. Era também um texto de desagravo, desta feita contra Bismarck, que acusava Wolowski de ter mantido ligações com Gambetta e com o escritor polaco Kraszewski (“*notre grand écrivain national*” nas palavras do nosso homem) que estava então a contas com o tribunal de Leipzig, acusado de espionagem a favor de Paris¹⁶.



¹⁴ Catálogo da Biblioteka Jagiellonska (2011), (www.bj.uj.edu.pl/uj/katalog?lng=en), consultado em 8-1-2012.

¹⁵ WOLOWSKI, B. – *Dombrowski et Versailles*. Genebra: Impr. Carey Frères, 1871, (gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5447543q), consultado em 15-1-2012.

¹⁶ *Encyclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Verbo, vol. 11 (1983), p. 1195. WOLOWSKI, B. – [Protesto dirigido ao chanceler Bismarck, em que o autor nega suas ligações com M. Gambetta]. Lisboa: [s. n.], 1884.

Quanto à sua actividade profissional a primeira hipótese que se colocou foi a de se tratar de um diplomata. O autor apresenta-se como um *velho viajante* que visitara já diversos países da Europa. Diz também que foi convidado para a inauguração e que num jantar na Figueira da Foz ficou defronte de Fontes Pereira de Melo, presidente do Conselho de Ministros. Tudo isto parece indicar um homem com alguma importância protocolar. No entanto, páginas depois, Wolowski refere como em Mangualde foi forçado a dormir ao relento por falta de camas para todos os visitantes. Se se tratasse de um diplomata isto nunca aconteceria.

Numa segunda hipótese, Wolowski seria um jornalista, correspondente ou escritor, uma vez que os seus textos foram publicados num periódico. Alguns trechos ao longo do livro apontam neste sentido. O próprio autor se refere a si próprio como *o único jornalista estrangeiro* a assistir ao evento. Há a possibilidade de o termo *jornalista* ter um sentido lato e não significar necessariamente um homem ligado à actividade noticiosa. Outros factos confirmaram a hipótese, desde logo a forma como o autor trava conhecimento e se dirige a determinadas personagens (o encontro com Duparchy, empreiteiro da linha, toma todos os contornos de uma entrevista) ou a maneira como descreve os aposentos ou vestuário dos monarcas. O facto de ter sido convidado para o evento não invalida esta teoria, pois igual honra mereceram correspondentes de jornais nacionais. Fora da obra, encontram-se outras indicações que apontam no mesmo sentido. Num artigo de 1966 é mencionada a assistência no dia da inauguração do correspondente do jornal francês *Temps de Paris*. Uma vez mais não se refere a fonte, que terá sido o jornal *A Revolução de Setembro*. Poder-se-ia tratar de Wolowski já que ele era *o único jornalista estrangeiro* presente¹⁷. As dúvidas desvanecem-se na leitura de duas cartas que o próprio Wolowski escreveu a Oliveira Martins (em 1882 e 1883), nas quais refere que era na altura director do *Echo de France* e do *Messager de Vienne*, os jornais onde publicara originalmente os

¹⁷ CALIXTO, Vasco – Quando em 1882 se inaugurou a linha da Beira Alta. *Boletim da C. P.*, 439 (1966) 11-12. *A Revolução de Setembro* (RS), 11997, 1.

relatos da viagem pela Beira Alta¹⁸. Também os jornais da época confirmam a profissão do polaco¹⁹, bem como a já citada carta aberta a Bismarck²⁰.



Estas foram as poucas informações que se conseguiram recolher acerca do autor da obra, nada mais se sabendo sobre ele. Idade, cidade de origem, formação, casamentos, descendência são aspectos biográficos que ficam por apurar. Em conclusão, Bronislaw Wolowski era um jornalista que quatro meses antes da inauguração do caminho-de-ferro da Beira Alta viera a Portugal (por razões desconhecidas) e aproveitara a sua estadia para testemunhar aquele acontecimento.

A viagem, segundo Wolowski

A real jornada iniciou-se na manhã do dia 2-8-1882 em Santa Apolónia, estação central de Lisboa. Construída pelo empreiteiro Opperman entre 1862 e 1865, era a estação principal das linhas de norte e leste e a mais movimentada da rede²¹. Logo à partida, Wolowski teve oportunidade de testemunhar uma cerimónia que muito o impressionou: o rei D. Luís despedia-se do seu pai D. Fernando com um beijo na mão, numa demonstração de amor filial que ficou marcada na memória do visitante. Acompanhando o rei, seguiam altas figuras do governo e do Partido Regenerador: António de Serpa (ministro dos Negócios Estrangeiros e simultaneamente director da CCFBA), Tomás Ribeiro (Reino) e Hintze Ribeiro (Obras Públicas)²². Fontes, indisposto,

¹⁸ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (Lisboa), Espólio Oliveira Martins, E20/2809-2810. Só na fase final desta investigação se teve acesso a um exemplar da obra de Wolowski que continha um segundo *avant-propos* no qual Wolowski refere esta mesma informação.

¹⁹ RS, 11999, 1-2 (citando o *Diário de Notícias* (DN)). *O Tribuno Popular* (TP), 2767, 3.

²⁰ WOLOWSKI, B. – [Protesto...], cit.

²¹ ABRAGÃO, Frederico de Quadros – Estação de Santa Apolónia. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 1856-1857 (1965) 92-94, 99-102 e 112.

²² MÓNICA, Maria Filomena, dir. – *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*. Lisboa: ICS, 2005-2006.

ficava em Lisboa. Fechavam o grupo algumas personalidades próximas da família real, membros das elites sociais lisboetas, representantes da CRCFP e alguns militares.

O comboio partiu às 10:10, sendo precedido por uma locomotiva que confirmava a segurança da linha²³. Parou no Carregado e em Santarém antes de se deter para almoço no Entroncamento às 13:18. Naquelas paragens – e mesmo nas estações onde o comboio não se deteve – a alegria e entusiasmo populares pela passagem do rei eram constantes. Depois do repasto, a composição prosseguiu a marcha, tendo chegado a Coimbra, onde a comitiva deveria pernoitar, por volta das 17:00. Aqui começaram as tribulações de Wolowski. Assoberbado pela multidão em festa que aguardava o comboio, perdeu-se dos seus companheiros de viagem que sabiam falar francês. Valendo-se da simpatia e vontade de ajudar dos portugueses, bastou-lhe mostrar que era estrangeiro para que fosse ajudado e conduzido para fora da multidão. Ao longo da viagem confessou que encontrou nos portugueses uma tal boa vontade e desejo de informar que ele viu muito facilitada a sua pesquisa, o que contrastava com a experiência do correspondente do Comércio do Porto (CPo) que lamentava a “impossibilidade em que muitas vezes me achei de encontrar quem me prestasse os esclarecimentos convenientes sobre as pessoas e cousas que eu via”²⁴...

Coimbra deixou uma excelente impressão no autor, sobretudo todo o ceremonial de um doutoramento a que teve oportunidade de assistir. À noite, depois de um *Te Deum* e de uma cerimónia de beija-mão (repetida várias vezes ao longo da viagem, inclusive pelo próprio autor), o rei foi acolhido nos paços da Universidade, enquanto o resto dos convidados se hospedou em hotéis. A evolução da construção ferroviária tinha feito de Coimbra uma mera localidade de passagem de uma linha-férrea. Uma opção que se lamentou anos depois, pois “se na escolha da directriz das linhas do Norte e da Beira Alta tivessem prevalecido os mais avisados alvitres, teria a primeira seguido do Entroncamento por Tomar, Miranda do Corvo e Coimbra, e a segunda bifurcaria em Miranda, para ir por Arganil, Ceiã e proximidades

²³ *O Primeiro de Janeiro* (PJ), 184, 2.

²⁴ CPo, 192, 1.

de Gouveia, á beira serra, em demanda da fronteira. A linha do Oeste viria, por Leiria, Pombal e Ancião, entroncar na do Norte, e um ramal de Coimbra á Figueira ligaria esta cidade com o sistema das linhas ferreas. Ficaria assim mais bem servida a zona central, evitando-se a duplicação das linhas da Pampilhosa e de Coimbra á Figueira e as de Leiria á Amieira e Pombal a Alfarelos, tornando-se Coimbra centro de irradiação de linhas ferreas”²⁵.

Figura 4 – A estação da Figueira da Foz²⁶



No dia seguinte far-se-ia à inauguração da linha propriamente dita. Ansioso, Wolowski partiu mais cedo e às 3:00 dirigiu-se de comboio à Pampilhosa onde aguardou, juntamente com membros da CCFBA, a chegada do rei, que ocorreu entre as 7:00 e as 8:00, já acompanhado por Fontes (que recuperara da indisposição do dia anterior). O grupo não se deteve na Pampilhosa muito tempo, pois às 10:00 já estava na Figueira da Foz,

²⁵ PAÇÔ-VIEIRA, Conde de – *Caminhos de Ferro Portuguezes. Subsídios para a sua historia*. Lisboa: Livraria Clássica, 1905, p. 289-290.

²⁶ *Ocid.*, 142, 265.

ponto onde o bispo de Coimbra daria início à cerimónia de inauguração, benzendo as sete máquinas que deveriam servir nesta via-férrea (o autor fala em mais de 20 porque a sua numeração ia até ao 27, embora elas fossem apenas sete)²⁷. Wolowski achou a Figueira uma vila pitoresca, lindamente colocada na foz do Mondego e repleta de gente simpática e bonita. Depois do almoço, regado com muito champanhe *Théophile Roederer*, o rei brindou ao progresso trazido pela nova via e foi brindado com um poema redigido por um dos directores da companhia.

Como seria de esperar, a inauguração foi aproveitada politicamente pelas duas maiores facções políticas da altura: o Partido Regenerador, que era governo, e o Partido Progressista, que militava na oposição. De fora, espreitavam também os republicanos e a sua imprensa.

Os atritos políticos entre governo e oposição eram uma constante, mas por esta altura tinham-se exacerbado com a questão do *Sindicato de Salamanca*, um consórcio luso liderado pelo capitalista Henri Burnay que deveria construir duas ferrovias em Espanha (ligando as linhas do Douro e da Beira Alta àquela cidade castelhana), recebendo para tal um subsídio do governo português. No parlamento, o debate deste projecto de lei iniciou-se em Maio de 1882, mas só em meados de Julho se concluiria (muito para lá do prazo normal para encerramento das sessões, que foram sucessivamente prolongadas por anuência real), numa das mais longas e acesas discussões dos anais parlamentares²⁸.

Assim, para os jornais afectos aos progressistas “esta viagem é uma provação audaciosa ao paiz”²⁹. Criticavam “as festas ecommendadas”, as “loucas despezas (...) com a passeata real”³⁰, o próprio rei e a manipulação de que era alvo por parte dos regeneradores, o exagero na dimensão da força policial que acompanhava o monarca (que se destinava, na sua opinião, a proteger os ministros) e procuravam diminuir a excitação que a visita causava entre os populares e descolar os regeneradores desse entusiasmo. Os republicanos d’*O Século* censuravam igualmente os “festejos preparados

²⁷ PJ, 187, 1.

²⁸ SOUSA, Fernando de – A Salamancada e a Crise Bancária do Porto. *Nummus*, 1 (1978) 131-160. PEREIRA, Hugo Silveira – A política ferroviária..., cit., p. 136-138.

²⁹ *O Progresso* (Prog.), 1655, 1.

³⁰ TP, 2763, 1-2.

pelo syndicato-Burnay para agradecer ao sr. de Bragança o disvello com que s. m. concedeu tantas prorogações das camaras para que a salamanca da fosse aprovada” e a excessiva segurança, “á similitude do que se faz no imperio dos czares”³¹, mas estavam mais preocupados em convencer os leitores da frieza glacial com que o rei era recebido pelo povo que não estava a soldo do governo nem dos *sindicateiros*. O testemunho de Wolowski não confirma o aparato militar censurado por progressistas nem a frieza da recepção descrita pelos republicanos. Os portugueses eram, para ele, um dos povos mais ordeiros que conhecera, a presença policial nas gares era diminuta e o entusiasmo sincero. No entanto, as folhas regeneradoras confirmavam que “a segurança da família real é a segurança da patria”. Perguntavam-se ainda “o que sobressalta a oposição? Receia ella que a familia roal (sic) seja apedrejada ou insultada? Foram essas as instrucções que deu (...)?”; e asseguravam acintosamente que o rei não se esconderia porque “o desvairamento de um partido tresloucado imaginou pôr-lhe na passagem uns garotos de barrete phrygio [ícone da república]”³². Perante a partilha de censuras entre progressistas e republicanos, a imprensa regeneradora acusava os primeiros de se associarem aos inimigos da monarquia com intuições meramente político-partidários.

Como estas acusações fossem infundadas – na Figueira da Foz a celebração foi um sucesso, dividindo as duas agremiações as honras, realizando uma o almoço e outra uma acção de caridade³³, enquanto no resto do país não houve atentados contra a coroa –, os periódicos progressistas censuravam as injúrias vindas dos seus rivais e afirmavam que se a República ganhava adeptos, isso se devia ao mau governo dos regeneradores. Neste contexto, o testemunho de Wolowski ganha uma nova importância, pois dificilmente se poderá duvidar da sua isenção. Inclusivamente, na carta que dirigiu a Oliveira Martins em 1883, lamenta que o conteúdo do livro possa não lhe agradar, por ele ter preferido contar a viagem tal como a viu e sem qualquer tipo de interpretação além dos factos³⁴. Contudo, é possível que, não conhecendo a língua, não conseguisse distinguir gritos de apoio de gritos de censura ao

³¹ *O Século*, 478, 1; 479, 1.

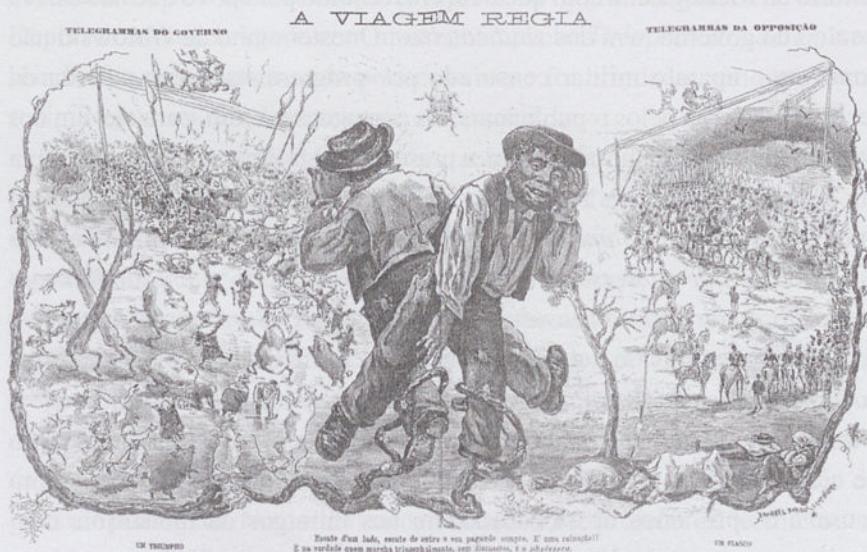
³² RS, 11995, 1; 11996, 1.

³³ *Comércio da Figueira*, 353, 1; 355, 1.

³⁴ BNP (Lisboa), Espólio Oliveira Martins, Carta de B. Wolowski, E20/2810, p. 1.

governo e ao rei, que muito provavelmente existiram, quanto mais não fosse por parte dos oposicionistas locais ao executivo.

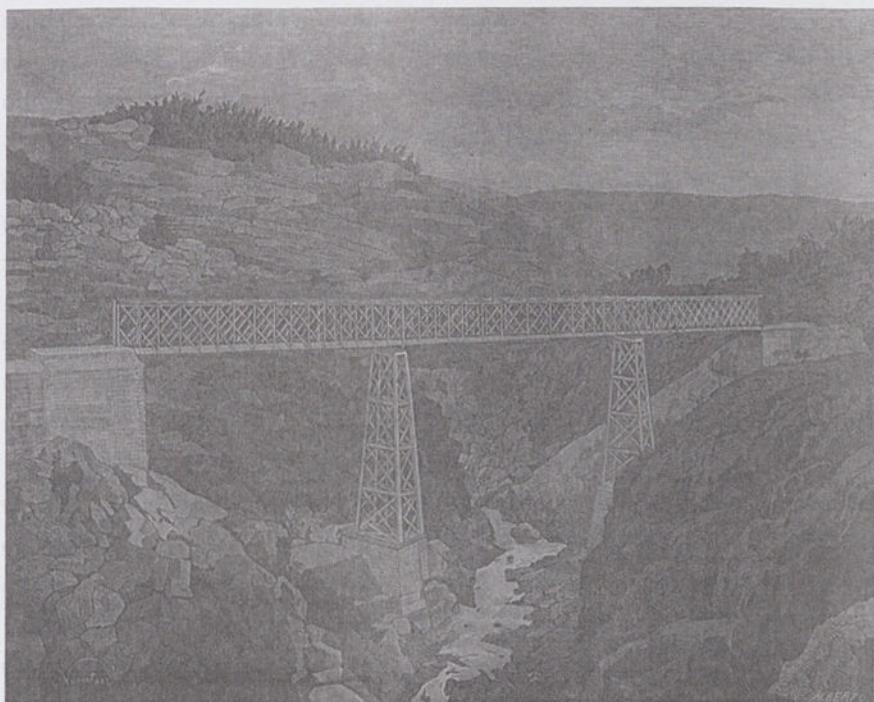
Figura 5 – A viagem vista pela imprensa do governo e da oposição
(caricatura de Bordalo Pinheiro)³⁵



Às 13:00 o comboio arrancou. O troço da Figueira à Pampilhosa, à excepção da vista daquela vila, não entusiasmou Wolowski – que havia percorrido toda a linha desde a Figueira até Espanha uns dias antes por especial favor do director da companhia – por atravessar um terreno pouco acidentado, sem grandes obras de arte e com poucos atractivos³⁶. Já depois da Pampilhosa a paisagem tornava-se abrupta e atraente, cruzada pela linha em grandes obras de arte, como a ponte de Trezói. A passagem sobre o Dão foi classificada por Wolowski como a mais bonita de toda o trajecto.

³⁵ O António Maria (AM), 167, 256-257.

³⁶ AHMOP. CSOP. Caixa 23 (1879), parecer 8886 (descrição técnica da linha).

Figura 6 – Viaduto sobre o Dão³⁷

A partir de Santa Comba Dão, o cenário voltaria a não o encantar tanto, excepção feita à ponte sobre o Côa e alguns túneis. A paisagem era árida e monótona praticamente sem se lobrigar quaisquer povoações durante o percurso, dada a distância que as separava da via-férrea³⁸.

No dia da festa, a jornada tinha o atractivo humano, da turba que acorria à linha e às estações, festejando com entusiasmo, bandeiras, vivas, foguetes e filarmónicas tanto a passagem dos monarcas como a inauguração da nova estrada de ferro. Uma descrição que contrasta claramente com a fornecida pelos jornais da oposição ao governo para quem “*o cortejo parecia um enterro*”³⁹. Neste sentido o Luso constituiu, para o autor, uma divisória, pois a partir desta localidade as populações pareceram-lhe mais pobres e

³⁷ *Ocid.*, 132, 188.

³⁸ EÇA, Bento Almeida de – Caminho de ferro da Beira Alta. Memoria Justificativa. ROPM, 82-86 (1876-1877).

³⁹ TP, 2764, 2.

primitivas – algo que atribuía à falta de comunicações com o exterior – e não escondiam a sua estupefacção e reverência à passagem do comboio e da família real, “*mau grado dos herejes do direito patrio que não se tem cançado de investir contra quem a constituição do estado collocou acima de todas as allusões*”⁴⁰. Nesta altura, o republicanismo medrava. Em 1878 o Porto havia eleito pela primeira vez um deputado daquela facção política – Rodrigues de Freitas – para o parlamento da monarquia, embora para este resultado muito tenha contribuído o Partido Progressista ao não apresentar nenhum candidato no Porto. No início da década de 1880, porém, a ameaça era mais forte. Aproveitando as polémicas em torno da monarquia com o tratado luso-britânico de Lourenço Marques (ratificado pelos progressistas) e com os contratos de obras públicas assinados entre os regeneradores e sindicatos financeiros, o Partido Republicano consolidava-se e sua imprensa tornava-se mais acutilante. Em resposta, a monarquia revia a sua política de tolerância e tomava medidas repressivas contra os *hereges*⁴¹. A inauguração da linha da Beira Alta serviu assim de instrumento de propaganda à coroa contra as ideias republicanas.

Voltando à viagem, em Carregal do Sal uma jovem entregou um ramo de flores à rainha e um outro poema de um autor local foi declamado. O comboio chegou à estação de Mangualde pouco depois das 19:00. O rei deveria pernoitar na casa da condessa de Anadia. A estadia em Mangualde é um dos aspectos mais caricatos do relato de Wolowski. Para não destoar, a decoração da vila, a recepção e o local da cerimónia – o palácio Anadia, que o autor descreve detalhadamente – eram muito pitorescos aos seus olhos. Já a sua experiência nesta vila não foi a melhor. Perdido, para não variar, na multidão que se acotovelava na estação, não conseguiu encontrar um veículo que o levasse ao centro, tendo que caminhar os dois quilómetros que o separam da gare. Maior problema o esperava na vila. Havia claramente mais visitantes que hospedarias e Wolowski só arranjou tecto para a sua mala, tendo de se alojar no *Grande Hotel da Estrela*, nome que Fontes Ganhado (sobrinho de Fontes) teria dado jocosamente a *dormir ao relento*. A alimentação foi outro problema, pela incapacidade e falta de qualidade

⁴⁰ *Correspondência da Figueira*, 621, 1.

⁴¹ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 5, p. 137-141.

da oferta. Wolowski só conseguiu saciar a fome perto da meia-noite e com algo que ele, até aqui tão simpático, considerou intragável. Depois da fraca refeição, juntou-se à animação, que durou até às duas da manhã, e aos seus companheiros portugueses de profissão e de infortúnio⁴².

No dia seguinte (4-8-1882), Fontes e Tomás Ribeiro ficaram a saber as suas aventuras e de imediato o admoestaram por não os ter alertado, arranjando-lhe de pronto estadia na casa do administrador do concelho. Se dúvidas se levantaram no espírito de Wolowski quanto à hospitalidade portuguesa, essas de imediato se desvaneceram. Na madrugada de 5, a excursão foi retomada assim que se confirmou que o mal-estar da rainha, que justificou a estadia de mais um dia em Mangualde, era mero cansaço⁴³. Os jornais progressistas tinham outra explicação: a fraqueza da rainha fora um pretexto para o governo enviar os seus sicários à Guarda acalmar a contestação que se prometia. Este episódio esteve ainda na origem de um desenvolvimento caricato, pois alguns jornais regeneradores, não sabendo da pausa na jornada, anteciparam efusivamente a chegada da realeza à Guarda (conforme estava previsto no programa), quando aquela ainda estava em Mangualde⁴⁴.

Nas estações de Gouveia, Celorico da Beira e Guarda, o clima de festa contrastava com a monotonia do percurso. Na Guarda, onde o comboio chegou perto das 8:00, Wolowski abandonou a comitiva e foi visitar a cidade, pois já conhecera o resto da linha até à fronteira na viagem que fizera anteriormente e, além disso, o rei voltaria no próprio dia. Exceptuando o facto de se encontrar separada do caminho-de-ferro por uma estrada muito íngreme, a Guarda estava muito bem situada, na sua opinião. Dentro da cidade, Wolowski destacava a catedral, o castelo, a Torre dos Ferreiros, o hospital da Misericórdia e o palácio do bispo como as maiores atracções. Cerca das 14:00, assistiu à chegada do rei, a partir de uma varanda, acompanhado de muitas senhoras. Nenhuma delas falava francês, pelo que tiveram de se socorrer de gestos – língua que Wolowski foi obrigado a utilizar várias vezes –, para insistir para que ele ficasse com o melhor lugar para assistir

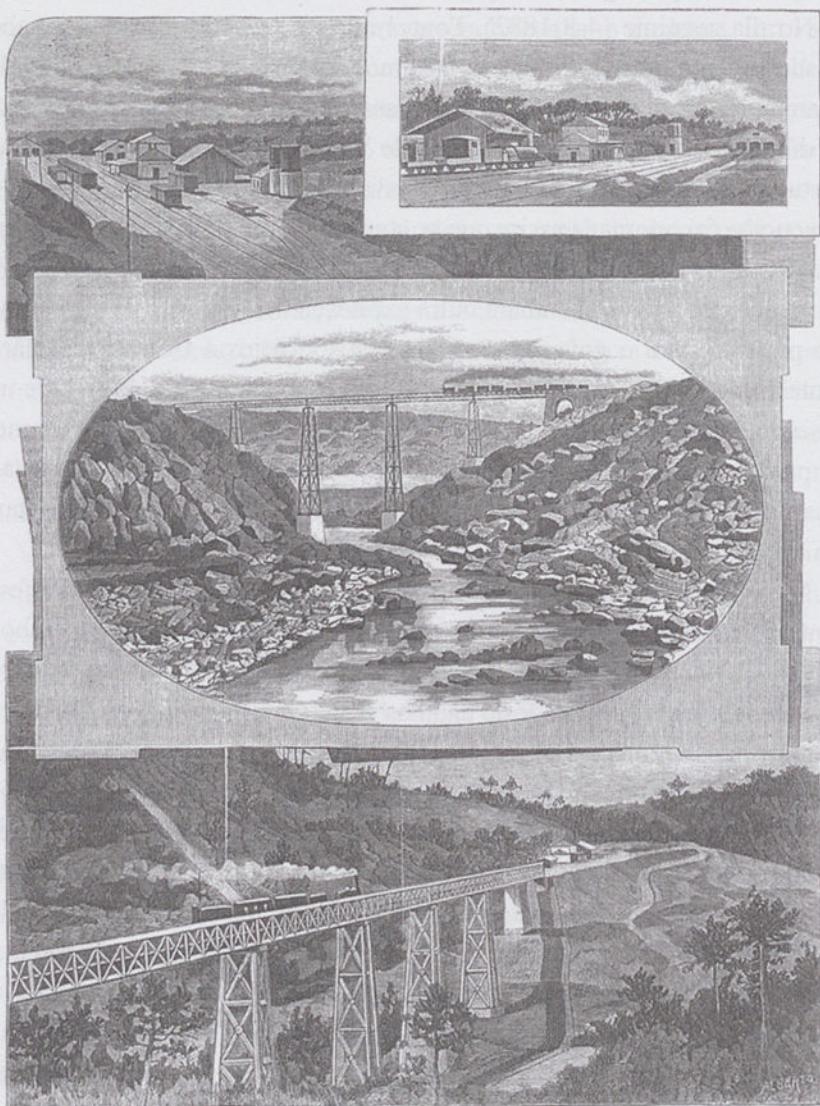
⁴² PJ, 188, 1.

⁴³ PJ, 186, 1.

⁴⁴ Prog., 1658, 1; 1659, 1.

à régia chegada. Esta foi marcada pela actuação de fanfarras das aldeias vizinhas, cuja existência espantou o visitante.

Figura 7 – Aspectos da linha da Beira Alta⁴⁵



CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES — ESTAÇÃO DA CIDADE DA GUARDA — ESTAÇÃO DE MANGUALDE — PONTE DO CÓA — ESTAÇÃO E PONTE DE LUZO NO CAMINHO DE FERRO DA BEIRA ALTA (Segundo photographias de E. Biel)

⁴⁵ *Ocid.*, 142, 268.

Ainda nessa tarde, o rei partiu, mas não seguiria o caminho inverso até Lisboa, tendo aproveitado a ocasião para visitar os seus súbditos do norte do país. Depois de mais uma noite em Mangualde, a família real desviaria-se por estrada para Viseu. Querendo antecipar-se ao rei, Wolowski partiu durante a noite tendo chegado à cidade ao romper do sol. O seu anfitrião, indicado por Tomás Ribeiro, fez todos os possíveis para que se sentisse bem acomodado, reforçando a opinião de Wolowski sobre a simpatia dos portugueses. Ainda a meio dessa manhã chegaram também os reis, depois de uma jornada de três horas, mais uma vez recebidos, sobretudo a rainha (o *Anjo da Caridade*, como ficou conhecida), com todo o carinho pela população. No dia seguinte, Wolowski seguiu a comitiva numa visita à cidade, deixando um conselho aos que visitassem Portugal: conhecer Viseu e ver os quadros de Grão Vasco. Nesta altura, um grupo de negociantes viseenses pede ao rei um ramal férreo para Viseu e de imediato Fontes se prontifica a apresentar um projecto de lei ao parlamento com tal propósito, o que realmente faz no ano seguinte. A obra seria adjudicada à Companhia Nacional de Caminhos de Ferro e inaugurada em finais de 1890⁴⁶.

No dia 8, pelas 8:00, a comitiva regressava a Mangualde, de onde partia às 10:30 o comboio em direcção à Pampilhosa. Às 14:00, o rei tomava o comboio para o Porto, chegando depois das 17:30, após atravessar, debaixo de salvas desde a serra do Pilar, a ponte homónima da rainha, inaugurada alguns anos antes, em Novembro de 1877 e que permitiu a ligação directa entre as duas principais cidades do reino⁴⁷. Até à Invicta o percurso foi acompanhado pelos vizinhos da linha do norte com o mesmo entusiasmo que se demonstrara na Beira Alta. O Porto estava também em festa. O poder local, judicial e comercial e as elites sociais e académicas receberam condignamente a realeza. Muito povo aproveitou as facilidades de transporte proporcionadas pelas direcções das linhas do Minho, Douro e Porto à Póvoa e Famalicão para acorrer à cidade⁴⁸.

⁴⁶ PJ, 187, 1; 188, 2. TORRES, Carlos Manitto – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.], 1936.

⁴⁷ PJ, 189, 2. ABRAGÃO, Frederico de Quadros – A ponte Maria Pia. *Boletim da C. P.*, 54 (1933) 228-229.

⁴⁸ PJ, 187, 2.

Figura 8 – As elites esperando o rei (caricatura de Bordalo Pinheiro)⁴⁹

É na gare? — A camara municipal, o prior da freguezia, o regedor, deputações, grande quantidade de povo, todos muito



direitos (como os foguetes,) esperando aniosamente o momento de comprimentar, respeitosos, os sympatheticos monarcas.



Mais uma vez, Wolowski perdeu-se no mar de gente em Campanhã, a estação da cidade que se queria central e acabou excêntrica para servir da melhor maneira a ligação entre as linhas do Minho e Douro e o caminho-de-ferro até Lisboa⁵⁰. Para percorrer os 3 quilómetros que separam a gare do centro da cidade, Wolowski socorreu-se novamente da amabilidade dos portugueses, desta feita de Lopo Vaz, antigo ministro da Fazenda, que lhe ofereceu boleia na sua carruagem. Este episódio pode parecer improvável, mas na verdade neste dia estava um autêntico mar de sumidades no Porto, pelo que a probabilidade de Wolowski receber boleia de uma delas não era reduzida⁵¹.

⁴⁹ AM, 167, 255.

⁵⁰ MARTINS, Padre A. Tavares – A Estação de Campanhã (estudo subsidiário para a sua história). *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 33 (1970) 431-460. PEREIRA, Hugo Silveira – Porto e caminhos-de-ferro in SOUSA, Gonçalo Vasconcelos de, coord. – *Actas do Congresso O Porto Romântico*. Porto: Universidade Católica, 2012, vol. 2, p. 393-413.

⁵¹ PJ, 189, 2.

A estadia do rei prolongou-se até dia 14, e durante essa semana realizaram-se vários eventos, desde peças teatrais a lançamento de fogo, concertos, circo, jantares, entrevistas com veteranos de guerra e uma visita à praia da Foz, ao hospital do Conde Ferreira, a instituições de ensino e à fundição de Massarelos⁵². A meio da visita (dia 11), os reis viajaram pela linha de bitola (distância entre as faces internas dos carris) reduzida do Porto à Póvoa e Famalicão, por convite da companhia que a explorava⁵³. Adjudicada em 1873 ao barão Frederico Kessler e ao engenheiro H. Temple Ellicot, ligava o Porto a Famalicão desde Junho de 1881. Um dos directores da companhia era Oliveira Martins, com quem Wolowski travou conhecimento. Reduzir a bitola da via foi uma forma de diminuir os custos do primeiro estabelecimento⁵⁴. O comboio partiu da estação da Boavista às 14:00 tendo chegado, depois das 16:00, a Famalicão, onde o rei mudou de comboio e regressou ao Porto pela linha do Minho (construída e operada pelo Estado como vimos), passando por aquela que Wolowski considerava a mais bela e pitoresca zona de Portugal. A chegada à Invicta deu-se às 18:00.

No dia 15, ao 12:00, o rei deixava o Porto em direcção à Régua (pela linha do Douro, também do Estado) e Lamego, onde chegou às 15:30 e 17:30, respectivamente. O mais provável é que Wolowski não tenha acompanhado o rei, pois nada menciona sobre esta parte da viagem. Considerando que se trata da linha do Douro, que atravessa uma das mais impressionantes paisagens em Portugal, embora em grande parte dizimada pela filoxera nesta altura, muito teria a dizer se por lá tivesse circulado. Além disso, num convívio de jornalistas não é referida a sua presença. Na madrugada de 16, todos regressavam à capital (depois de uma visita ao santuário dos Remédios e de uma acção de caridade na Meia Laranja), de volta pela linha do Douro e depois pela linha do norte⁵⁵. O comboio real partia do Porto às 9:10 e chegava às 18:30 a Lisboa, onde o esperava D. Fernando,

⁵² CPo, 193 a 198.

⁵³ RS, 12004, 2 (citando o DN).

⁵⁴ ASSENTIZ, Visconde de – Caminhos de ferro económicos e suas vantagens. *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, 538 (1910) 145-147. PEREIRA, Hugo Silveira – A construção da rede ferroviária do Minho (1845-1892). CEM | Cultura Espaço & Memória, 2 (2012) 11-31 (no prelo). SILVA, José Ribeiro da – *Os comboios em Portugal: do vapor à electricidade*. Queluz: Mensagem, 2004.

⁵⁵ RS, 12004, 1 (citando o DN).

representantes do poder político, religioso e militar e naturalmente muitos populares. Wolowski acompanhou o cortejo até ao palácio da Ajuda onde terminou a sua viagem em audiências com os reis.

Figura 9 – Pormenor do quadro *O Rei D. Luís e a rainha D. Maria Pia visitando o Porto* de Leonel Marques Pereira (Palácio Nacional da Ajuda)⁵⁶



Notas finais

No início da sua estadia, Portugal era para Wolowski um país tão desconhecido como a China. Quando partiu (em 9-10-1882, já escrevia a Oliveira Martins desde Paris), o seu desconhecimento já não era assim tão grande. O polaco ficou com uma excelente impressão do nosso país, do clima (ameno no Inverno, quente no Verão, sobretudo no interior,

⁵⁶ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 6, p. 95.

mas nada sufocante como Madrid⁵⁷), da paisagem (no jardim que eram as províncias do norte, a vegetação casava na perfeição com a orografia), das gentes (honestas, ordeiras e acolhedoras como em nenhum outro lado) e... das nossas mulheres, que eram de uma beleza quente mas efémera (devido ao calor), com traços encantadores e olhos expressivos onde qualquer homem se perdia.

Quando a esmola é demais, o pobre desconfia, diz-se, e de facto todos estes encómios levantam algumas suspeitas. Wolowski foi excessivamente benévolos nas suas apreciações. Ao longo do relato, poucas são as vezes que o autor censura os portugueses. Esta bondade terá nascido de alguma condescendência no seu espírito. Ele vivia no centro da Europa, estaria decerto habituado aos luxos da civilização e em Portugal visitou umas das mais pobres e isoladas regiões do reino. Naturalmente, não viu a Beira Alta com os mesmos olhos com que via Paris ou Viena.

Isto não invalida, porém, a asserção que Wolowski desfrutou verdadeiramente da sua estadia em Portugal. Na carta de 16-10-1883 dirigida a Oliveira Martins não esconde a sua afeição: “*j'aime le Portugal*” – diz sem pejos. Assim, as recomendações para que os seus leitores visitem o nosso país são genuinamente sentidas. Na realidade, na correspondência com Oliveira Martins, ele prontifica-se a promover a visita a Portugal (sobretudo no Verão, pois de Inverno apenas os ricos podem viajar, refere), pedindo-lhe inclusive informações sobre os itinerários e tarifas das vias-férreas nacionais. Nesta altura, entre turismo e ferrovias estabelecia-se uma relação que traria proveitos a ambos⁵⁸ e este auxílio de Wolowski seria decerto muito bem-vindo. Além disso, o autor revela, nos seus escritos, a intenção de regressar e de fazer um estudo mais aprofundado sobre a Península Ibérica. Não se conhece nenhuma outra obra sua neste sentido, mas é um facto que ele voltou a Portugal. As dedicatórias dos seus livros ou as cartas que foram referidas neste texto mostram-no no Luso e no Buçaco em Novembro de 1883, em Lisboa em Dezembro desse ano e em Fevereiro e Abril do ano seguinte e provavelmente no Porto em Janeiro de 1884.

⁵⁷ Segundo algumas notícias dos jornais da época o Verão de 1882 foi invulgamente abafado.

⁵⁸ RIBEIRO, Elói de Figueiredo – *A Gazeta dos caminhos-de-ferro e a promoção do turismo em Portugal (1888-1940)*. Évora: Universidade de Évora, 2006.

Nestes períodos, Wolowski pôde decerto confirmar o que já percebera na viagem à Beira Alta e que era entendido na época: “*o povo portuguez é profundamente monarchico, como é profundamente religioso*”⁵⁹. Os próprios reis fomentavam esse sentimento com inúmeras acções de caridade ao longo do percurso. O republicanismo, como vimos, ganhava adeptos mas ainda não tinha força suficiente para pôr em causa o regime. No seu relato, Wolowski notou, além do gáudio popular, o culto que os portugueses prestavam à monarquia e como em certas localidades, algumas pessoas encaravam o monarca quase como um ente sobrenatural, ajoelhando-se e descobrindo a cabeça à sua passagem. Alguns, porém, preferiam aproveitar a visita régia para se mostrar (as elites locais marcavam naturalmente presença nestas cerimónias); outros pediam obras públicas, apoios, benesses e menos impostos à realeza e ao governo, aos quais este respondia com promessas; progressistas e republicanos criticavam tudo, mas na verdade teriam ainda de penal muitos anos na oposição, pois o governo de Fontes só seria substituído em 1887, num raro caso de longevidade política, e a monarquia só cairia em 1910. No entanto, no rescaldo da viagem, parecia que todos haviam ganho: os regeneradores que diziam ter experimentado o apoio do povo ao governo e ao rei; os progressistas, que jubilavam com os apuros que o governo alegadamente ouvira; os republicanos pela frieza que sentiram nos cidadãos face à presença do rei.

Figura 10 – As promessas depois da viagem (caricatura de Bordalo Pinheiro)⁶⁰



⁵⁹ CPo, 192, 1.

⁶⁰ AM, 168, 266.

Quanto à linha da Beira Alta, o que mais salta à vista é a baixa velocidade que permitia aos comboios. Ao longo do texto, decerto se notou o longo tempo que se gastava entre localidades relativamente próximas (fora da via-férrea essa lentidão é gritante). É certo que se tratava de um comboio comemorativo e que naturalmente circularia mais devagar e faria mais paragens, mas na verdade a velocidade comercial das composições ordinárias não ultrapassava nesta época os 35 km/h. Este foi aliás um dos factores que fizeram com a que a linha da Beira Alta fosse uma tremenda desilusão em termos de tráfego internacional. A sua ligação à rede espanhola só estaria concluída em 1886 e nos anos seguintes o trânsito externo foi diminuto, de tal modo que a CCFBA ver-se-ia forçada a viver em permanente concordata com os seus credores⁶¹.

⁶¹ GOMES, Gilberto – *A Luz e as Sombras...*, cit., p. 14.

O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899 e 1918

Maria Antónia Pires de Almeida, PhD

Investigadora do CIUHCT, FCT, UNL.

map.almeida@fct.unl.pt

Texto recebido em /Text submitted on: 15/03/2012

Texto aprovado em /Text approved on: 21/06/2012

Resumo/Abstract:

Em crises sanitárias como as de 1854-56, 1899 e 1918, especialmente no Porto, onde a cólera morbus, a peste bubónica, o tifo exantemático, a gripe pneumónica e a varíola atacaram e mataram percentagens elevadas da população, as imagens das epidemias na imprensa permitem-nos conhecer o estado dos conhecimentos científicos num país que dispunha de conhecimentos e pessoal especializado ao nível dos mais avançados da sua época. Uma base de dados de 6.700 notícias, artigos desenvolvidos e anúncios recolhidos na imprensa diária revela-nos o conhecimento médico e farmacêutico da segunda metade do século XIX e início do XX, o modo como era transmitido a um público não especializado e as soluções apresentadas pelos médicos e pelas autoridades sanitárias.

In times of sanitary crisis in Oporto, such as the cholera morbus epidemic of 1854-56, the bubonic plague in 1899 and the 1918 exanthematic typhus, pneumonic flu and smallpox epidemics, which killed huge percentages of the population, newspapers are important sources to access how scientific knowledge was divulged in a country with specialized professionals who were at the same level as the ones in the most advanced countries in the world. A database of 6.700 news, medical reports and advertisements reveals the state of the art of medical and pharmaceutical sciences in the second half of the nineteenth century and the beginning of the twentieth, the way it was divulged to an unspecialized audience and the solutions presented by doctors and sanitary authorities.

Palavras chave/Keywords:

Epidemias; Medicina; Farmácia; Higiene.

Epidemics; Medicine; Pharmacy; Hygiene.

* Este texto é uma adaptação da comunicação “O Porto e as epidemias: divulgação dos conhecimentos médico e farmacêutico em períodos de crise sanitária” apresentada no *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências*, sessão 3: «As ciências médico-farmacêuticas no universo lusófono», Coimbra, 26 a 28 de Outubro de 2011.

Introdução

Em períodos de crise sanitária grave como os que ocorreram em 1854-56, 1899 e 1918, especialmente no Porto, onde a cólera morbus, a peste bubónica, o tifo exantemático, a gripe pneumónica e a varíola atacaram e mataram percentagens elevadas da população, as imagens das epidemias na imprensa permitem-nos conhecer o estado dos conhecimentos científicos da época. Uma base de dados de mais de 6.700 notícias, artigos desenvolvidos e anúncios sobre Ciência e Tecnologia recolhidos nos jornais diários de maior circulação dá-nos a possibilidade de desenvolver os temas do conhecimento científico médico e farmacêutico da segunda metade do século XIX e início do XX, o modo como ele era transmitido e divulgado ao público, as preocupações suscitadas em períodos de crises sanitárias e as soluções apresentadas pelos médicos e pelas autoridades sanitárias.

Os temas da saúde e da higiene surgiram como o principal fator de interesse por se sobreporem a todos os outros, ocupando uma maioria significativa de 64% no conjunto das notícias e anúncios recolhidos, abrangendo tanto os períodos de epidemia declarada como os outros de relativa normalidade a nível sanitário. Em períodos de crise esta percentagem aumentava significativamente, como aconteceu em outubro de 1918, no auge da gripe pneumónica, quando as notícias e anúncios atingiram os 90%. Salientam-se os períodos de epidemia declarada por constituírem não só oportunidades únicas para a observação das sociedades e dos momentos históricos¹, mas também, para a recolha privilegiada dos conhecimentos médicos e farmacêuticos das respetivas épocas, contribuindo assim com dados úteis para a História da Medicina e da Farmácia em Portugal e respondendo a questões sobre o modo como as suas práticas foram introduzidas na vida diária das famílias e da sociedade.

O principal objetivo é analisar o modo como o conhecimento científico chegava ao cidadão comum, utilizando a imprensa generalista como fonte principal. Tendo em conta o acesso limitado à escrita por parte da maioria da população portuguesa, numa altura em que os níveis de analfabetismo

¹ ROSENBERG, Charles E. – *The Cholera Years: The United States in 1832, 1849 and 1866*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

de pessoas com mais de seis anos eram calculados em cerca de 80% em 1878², pode, contudo, afirmar-se que a leitura da imprensa aumentou consideravelmente ao longo do século XIX e início do XX, contribuindo para a formação de audiências interessadas e das representações que a sociedade tinha do conhecimento e da ciência. Não só a leitura direta, mas a leitura oral e coletiva em espaços públicos de sociabilidade, como as tabernas e os mercados, ou mesmo a sua divulgação pelos padres na missa do domingo, o que permite estimar uma audiência superior à tiragem dos mesmos.

Em períodos de crise sanitária, as imagens das epidemias na imprensa, os comentários, as citações de outros jornais nacionais e internacionais, assim como de livros e revistas científicas, permitem-nos aferir a posição de Portugal, um país considerado periférico, e a dos seus cientistas e especialistas nas mais diversas áreas, entre os restantes países europeus. Verifica-se que o país dispunha de tantos conhecimentos e pessoal especializado como os países mais avançados da sua época³, se bem que com grandes discrepâncias entre os grandes centros (Lisboa e Porto) e a periferia, sobretudo a nível da distribuição e aplicação dos recursos e do pessoal médico e auxiliar.

Os jornais consultados foram: *O Comércio*, diário publicado no Porto entre 2 de junho de 1854 e 30 de julho de 2005, que em 1856 mudou o nome para *O Comércio do Porto*; *O Ecco Popular*, também do Porto, publicado diariamente entre 1847 e 1860; *O Século*, jornal diário de Lisboa, publicado entre abril e dezembro de 1855, data em que interrompeu a sua publicação; um novo jornal com o mesmo nome foi publicado entre 1881

² CASCÃO, Rui – Em casa: o quotidiano familiar in VAQUINHAS, Irene (coord.), *A Época Contemporânea*, in MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p. 222-252.

³ Por exemplo, o médico Bernardino António Gomes (1768-1823), pelos seus trabalhos de “controlo da doença no sentido da sua prevenção” pode ser colocado ao nível de Pasteur, Koch e Roux, que “desenvolveram a farmacoterapia e recorreram ao experimentalismo e contribuíram para uma nova ordem cognitiva e terapêutica”, PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui – Ciências in MATTOSO, José (ed.), *História de Portugal*, vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 653-667. Assim como mais tarde Câmara Pestana e Ricardo Jorge, cujos trabalhos nas áreas da higiene e epidemiologia foram reconhecidos e elogiados a nível nacional pelos seus pares e pelo poder político, e também a nível internacional. Ver também BASTOS, Cristiana, BARRETO, Renilda (orgs.) – *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011, p. 31-32.

e 1977; finalmente o *Diário de Notícias*, também de Lisboa, o mais antigo jornal diário ainda em circulação, fundado em 29 de dezembro de 1864⁴.

Figura I – Jornais consultados



1. Epidemias no século XIX

A divulgação das informações sobre saúde pública, especialmente em períodos epidémicos, era uma questão de sobrevivência. Ao longo do século XIX tomou-se consciência, pela experiência traumática das sucessivas pandemias, que a prevenção e cada vez mais a higiene eram os meios mais eficazes para lidar com as crises sanitárias. O discurso higienista introduziu a Medicina na vida privada⁵ e as autoridades aplicaram-no para lutar contra as epidemias, usando-o nos relatórios oficiais que eram publicados na íntegra nos periódicos generalistas. Sem este recurso os médicos e as autoridades sanitárias teriam perdido as sucessivas batalhas contra as doenças em que o mundo inteiro estava envolvido. Não apenas em resposta às epidemias, mas também no combate às doenças endémicas que causavam altos níveis

⁴ Foi seguido pelo diário do Porto *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1869 e ainda em publicação.

⁵ FERREIRA, Luiz Otávio – Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *História. Ciências. Saúde – Manguinhos*, Out., vol. 6, n. 2 (1999) 331-351.

de mortalidade, condicionando a economia e todos os aspectos da vida das pessoas, das cidades e dos países⁶.

Chegar à idade adulta e sobreviver mais alguns anos era obra considerável até ao século XX. Desde logo, se os recém-nascidos não morriam logo de “debilidade congénita”, muitos ficavam órfãos logo à nascença, nos casos bastante frequentes de morte das mães na altura do parto ou pouco tempo depois com febres puerperais, típicas das infecções pós-parto, que eram fatais já que não havia antibióticos. Nestas situações as hipóteses de sobrevivência do recém-nascido diminuíam, a menos que se providenciasse uma ama-de-leite que cumprisse os requisitos mínimos de salubridade. Ao longo da infância a sucessão de doenças era praticamente inevitável: raquitismo, paralisia infantil, sarampo (e suas derivadas, como a varicela, rubéola, papeira), difteria, tosse convulsa (coqueluche), meningite, escarlatina e poliomielite, eram “grandes responsáveis pela mortalidade até ao primeiro ano de vida”⁷. A somar a estas, doenças endémicas como a tuberculose, sífilis, lepra, febre tifóide e malária (as chamadas “sezões” ou “febres intermitentes”), tétano, lúpus; doenças sazonais como as gripes, gastrites, enterites e disenterias; e ainda algumas ocasionais como a sarna, a raiva (hidrofobia), a febre da carraça, a gonorreia, a leishmaniose, a brucelose (ou febre de Malta, transmitida pelas ovelhas) e o carbúnculo (antraz) dizimavam grande parte da população adulta.

Acrescentam-se ainda a asma e algumas doenças que ainda nem tinham sido identificadas, como a hepatite, a cirrose, ou a diabetes⁸. Também o cancro era referido de forma geral e mal definida, apesar de já em 1865, por exemplo, ter sido objeto de teses na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa⁹. Num anúncio de um “unguento milagroso” percebe-se a confusão entre doenças tão diferentes: “cura cancros, alporcas, antrazes e toda a qualidade de

⁶ PELLING, Margaret – *Cholera, fever and English medicine, 1825-1865*. Oxford: New York, Oxford University Press, 1978.

⁷ VAQUINHAS, Irene (coord.) – *A Época Contemporânea..., cit.*, p. 376.

⁸ A insulina só foi isolada em 1921 por Banting, Best e Macleod, que foram premiados com o Prémio Nobel em Fisiologia em 1923.

⁹ “Anteontem defendeu brilhantemente a sua tese, acerca do cancro do fígado, na escola de medicina de Lisboa, na travessa da Porta do Carro, a S. Lázaro, o distinto académico Sr. João Cesário de Lacerda, moço a quem as letras já devem não pouca dedicação”, *Diário de Notícias*, 26/07/1865.

chaga ou ferida por mais antiga que seja”¹⁰. A somar a isto tudo, os “flagelos sociais”, como o alcoolismo, uma patologia que “enfraquecia a raça”¹¹.

Perante tal cenário, e considerando a falta de conhecimentos e de condições materiais para combater estas doenças que debilitavam as populações, podemos calcular o impacto das grandes pandemias do século XIX. Para além das habituais epidemias de peste negra, febre-amarela e varíola, este século viu surgir pela primeira vez na Europa e depois espalhadas pelo mundo inteiro as agressivas epidemias de cólera. Esta epidemia alterou de forma significativa o modo de encarar as doenças por parte do poder político. A sua influência no desenvolvimento de políticas sanitárias foi fundamental e resultou na criação de novos conceitos de higiene e saúde pública que ainda hoje vigoram. Devido aos trabalhos de John Snow e à identificação da causa da difusão da doença é que se avançou para obras de saneamento básico.

Os Estados reagiram às epidemias por vezes de forma divergente, com medidas restritivas que privilegiavam os cordões sanitários e as quarentenas, e que tinham consequências económicas por vezes tão devastadoras como a própria doença. A comunidade médica internacional, se bem que beneficiasse de uma circulação regular do conhecimento, verificou a falta de capacidade de resposta prática à doença. A partir de 1851 as potências europeias começaram a enviar os seus melhores especialistas a Conferências Sanitárias Internacionais que visavam a uniformização das medidas sanitárias a pôr em prática. Estas conferências, iniciadas em Paris e repetidas em Constantinopla em 1866, Viena em 1874, Washington em 1881, Roma em 1885, Veneza em 1892, Dresden em 1893 e de novo em Veneza em 1897, revelaram “um conhecimento científico em constante mutação” e “posições nacionais divergentes e mutáveis ao longo do tempo. As grandes potências europeias – Inglaterra, França e mais tarde a Alemanha – posicionaram-se

¹⁰ *Diário de Notícias*, 04/11/1865. Alporca é o mesmo que escrúfula: é uma inflamação de gânglio linfático que está associada à tuberculose. Antraz ou carbúnculo é provocado por uma bactéria.

¹¹ CORREIA, Fernando da Silva Correia – *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*. Lisboa, Ministério do Interior – Direção Geral de Saúde Pública, 1938.

em campos por vezes antagónicos pressionando os países mais pequenos e periféricos a prescindirem da severidade das medidas quarentenárias”¹².

Em todas estas conferências, para além da identificação das doenças e respetivas medidas profiláticas e tratamentos, que eram recomendadas aos Estados para a aplicação de medidas uniformizadas, a discussão centrava-se na questão do contágio, que não era consensual. Durante séculos o contágio das doenças fora defendido e apoiado pelos Estados quando estabeleceram as primeiras quarentenas¹³. Porém, o século XIX viu surgir uma nova geração de cientistas que negaram o contágio das doenças, baseando-se na ineficácia das quarentenas e dos cordões sanitários. Os cientistas defensores do “anti-contagionismo” lutaram pela liberdade do indivíduo e do comércio. Verificou-se assim, numa clara associação entre teorias anti-contágio e interesses comerciais, que os governos do norte da Europa, mais liberais e progressistas, avançaram com políticas higienistas, abolindo quarentenas e cordões sanitários, enquanto os do sul da Europa, mais conservadores, mantiveram as práticas correspondentes à teoria do contágio. O Porto, uma cidade liberal, mercantil e em pleno desenvolvimento industrial e comercial, reagiu violentamente contra a autoridade da capital, que o obrigou ao cordão sanitário em todos os períodos epidémicos. E os seus jornais, por lealdade política e dependência económica, fizeram sempre uma campanha forte e persistente contra as medidas autoritárias impostas pela capital, na qual eram secundados pelos jornais de Lisboa, que reproduziam as notícias dos jornais do Porto e as respetivas posições contra as restrições sanitárias. Esta posição, especialmente do *Diário de Notícias*, justifica-se pelo facto de, em período de epidemia, as informações estarem bastante restrinvidas pela falta de liberdade de circulação das pessoas. Assim, os jornais tinham apenas acesso às informações que os outros jornais publicavam, à correspondência dos leitores e aos relatórios oficiais.

¹² GARNEL, Rita – Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de cholera-morbus). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 9 (2009) 229-251.

¹³ ACKERKNECHT, E. H. – Anticontagionism between 1821 and 1867. *Bulletin of the History of Medicine*, 22 (1948) 562-593.

Esta cidade apresentava condições especiais para o desenvolvimento das doenças, por ter uma indústria crescente e uma população de grande mobilidade a viver nas piores condições de salubridade. No final do século XIX os problemas da cidade do Porto persistiam de tal maneira que Ricardo Jorge apelidou-a “cidade cemiterial”. Na sua obra de 1899 *Demografia e Higiene da Cidade do Porto: clima, população, mortalidade*, o autor aprofundou a questão das ilhas como causa para a proliferação de doenças e epidemias, com especial destaque para a tuberculose¹⁴. Este seu trabalho ajudou a influenciar a Rainha D. Amélia na criação, nesse mesmo ano, da Assistência Nacional aos Tuberculosos e na construção de sanatórios para os doentes¹⁵.

Em 1918 a situação não melhorara. O mesmo Ricardo Jorge, nesta altura Diretor-Geral da Saúde e diretor do Instituto Central de Higiene, descreveu num relatório oficial a situação do Porto perante a epidemia de tifo exantemático: a doença tem como “predileção as classes ínfimas, mal alojadas, mal tratadas e mal mantidas”¹⁶. Nas ilhas do Porto, como nas casas de malta do sul, os operários e os trabalhadores eventuais dormiam à vez na mesma enxerga, em quartos partilhados, sem acesso a água corrente ou saneamento básico. Esta situação manteve-se: em 1950 as estatísticas de higiene, das comodidades domésticas e das condições sanitárias das casas em Portugal ainda podiam ser consideradas “calamitosas”¹⁷. Sem dúvida a curva demográfica da população portuguesa só começa a subir significativamente quando os problemas de saúde pública começam a ser resolvidos, numa conjunção entre políticas de saneamento básico, tratamento de águas, programas de vacinação e higiene escolar e introdução dos antibióticos na vida das populações, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

Em todo o caso, as medidas de prevenção das doenças, com ênfase na higiene, sempre foram as mais divulgadas em períodos de risco sanitário e

¹⁴ JORGE, Ricardo – *Demographia e hygiene da cidade do Porto: clima-população-mortalidade*. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara, 1899.

¹⁵ ALMEIDA, António Ramalho de – *A tuberculose: doença do passado, do presente e do futuro*. Porto: Bial, 1995.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 21/02/1918.

¹⁷ CASCÃO, Rui – Modos de habitar in VAQUINHAS, Irene (coord.) – *A Época Contemporânea...*, cit., p. 22-55.

a comunidade científica em conjunto com a classe política esforçaram-se por educar as populações nesse sentido. Sem dúvida que a colaboração da imprensa generalista foi fundamental nessa divulgação, na sua qualidade de meio privilegiado de acesso ao público.

2. Córula

Durante a epidemia de cólera de 1855 em Portugal, os pobres estavam doentes por sua própria culpa, porque tinham vícios e comportamentos repreensíveis. Era verão, estava calor, e eles expunham-se ao sol que era mortífero. Assim, todas as medidas sanitárias decretadas pelas autoridades, especialmente no Porto, onde se impôs a quarentena aos navios e ao trânsito e a proibição dos mercados, foram vistas como desnecessárias. Especialmente importante: era preciso restabelecer a liberdade do comércio.

Esta controvérsia dominou as páginas dos jornais desde 1854 a 1856¹⁸. A epidemia de *cholera morbus* foi um tema favorito, e as notícias da sua evolução, tanto na Europa e no resto do mundo, como em Portugal, foram consideradas essenciais. Esta epidemia atingiu especialmente o Porto e a região norte de Portugal em 1855, assim como o Algarve, e no ano seguinte chegou a Lisboa e às ilhas. A maioria dos jornais dedicou grande atenção a esta doença, divulgando as medidas sanitárias e as preocupações das autoridades públicas, além de emitir opiniões sobre as mesmas.

O estado atual dos conhecimentos identifica a cólera como causado pela bactéria *Vibrio cholerae* (identificado por Robert Koch em 1883). A sua transmissão faz-se por meio de águas ou alimentos contaminados. A prevenção resume-se à adopção de medidas de saneamento básico: a desinfeção das águas com cloro, que foi posta em prática na Europa e na América do Norte ao longo do século XX, extinguiu a doença nestas regiões do globo, se bem que noutras, onde estas medidas continuam a ser de mais difícil execução, a doença ainda surja com gravidade. A origem da

¹⁸ ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 18, n. 4, Rio de Janeiro, out./dez. (2011) 1057-1071. IDEM – The Portuguese *cholera morbus* epidemic of 1853-56 as seen by the press. *Notes & Records of The Royal Society*, March 20, n. 66 (1) (2012) 41-53.

cólera encontra-se na Ásia, mais propriamente no Rio Ganges, a partir do qual se espalhou por todo o mundo pelas rotas comerciais. Chegou primeiro à Rússia, de onde se propagou para a Europa e daí para a América. Esta primeira vaga da epidemia chegou a Portugal em 1833, mais precisamente ao Porto, a bordo do vapor *London Merchant*, com o general Solignac e 200 soldados belgas, vindos de Ostende para ajudar os Liberais na Guerra Civil¹⁹. Durante o Cerco do Porto, e depois quando se espalhou pelo país, a epidemia de cólera acabou por causar mais de 40.000 mortos, um número mais elevado do que o da própria guerra.

A segunda grande vaga epidémica começou em Paris em 1849 e espalhou-se para Londres. E a terceira, entre 1852 e 1860, causou mais de um milhão de mortes, afetando sobretudo a Rússia. Foi quando esta epidemia de cólera chegou a Inglaterra que foram dados os primeiros passos para a identificação e prevenção da doença: em 1854 o médico John Snow verificou que 500 casos mortais ocorridos em 10 dias na zona central de Londres resultavam de beber água na bomba de Broad Street. Fechou a bomba e em poucos dias o foco epidémico cessou. Foi a primeira observação válida sobre a transmissão da afeção, que até então se considerava ter como veículos os “miasmas” e o ar em geral. Com a colaboração de Henry Whitehead, um pastor anglicano, Snow estabeleceu a relação direta entre as bactérias e a doença.

Depois de se espalhar por toda a Europa e pelo Mediterrâneo, Canadá, Estados Unidos e as ilhas das Caraíbas em 1853, esta epidemia de cólera chegou a Portugal em dezembro pela fronteira norte. Em maio de 1854 começaram a morrer pessoas e as medidas de quarentenas foram postas em prática. Em setembro de 1854 as cidades portuguesas de fronteira começaram a tomar medidas preventivas, para evitar o contágio de Espanha. E os jornais começaram a alertar as autoridades sanitárias para limpar as cidades e tomar as medidas aconselhadas pela higiene. A cólera acabou por penetrar em Portugal pelo Rio Douro, infetando com gravidade as vilas ribeirinhas a partir de maio. Imediatamente o Porto foi isolado: nenhum barco podia chegar pelo rio à cidade, sem passar pelo lazareto montado

¹⁹ GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

uns quilómetros antes e cumprir a quarentena. Os protestos começaram logo nos jornais portuenses contra este “verdadeiro atentado à liberdade do comércio” e contra as “medidas ineptas, que muito prejudicam o público, e especialmente a classe comercial”²⁰, e que ainda por cima permitiam a passagem das pessoas por via terrestre.

O Porto preparou-se para a invasão da epidemia, montando hospitais especiais e distribuindo panfletos explicativos das medidas de higiene. As feiras e os mercados foram proibidos em junho de 1855: considerando que esta era a base da atividade económica da região, os produtores poderiam ir à falência se não colocassem os seus produtos, o que constituía “uma calamidade superior à transmissão do mal, porque o mal resultante é muito maior aumentando a miséria”²¹. Nesta fase abundaram os artigos desenvolvidos com conselhos de higiene para limpeza das casas e das ruas e os anúncios de livros e tratados práticos de Medicina especializados em cólera, com instruções para prevenir e tratar a doença antes da chegada do médico, incluindo os tratados homeopáticos, tão em voga na altura e amplamente divulgados nas páginas dos jornais.

Em geral a imprensa deste período tentou encontrar explicações científicas e racionais para o flagelo a que se assistia, divulgou as medidas higiênicas e criticou vigorosamente os costumes populares, em especial os religiosos. Entre as causas conhecidas para a doença, a pobreza parecia ser a que reunia maior unanimidade. De facto, os pobres eram sempre os primeiros a morrer nestas epidemias e os que tinham maiores taxas de mortalidade.

3. Peste Bubónica

Em 1899 declarou-se no Porto uma epidemia de Peste Bubónica, diagnosticada pelo Professor de Higiene e Medicina Legal da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Dr. Ricardo Jorge, na altura médico municipal e diretor do posto de desinfecção pública do Porto, e verificada por vários médicos estrangeiros que se deslocaram a Portugal para estudar a doença.

²⁰ *O Comércio*, 16/05/1855.

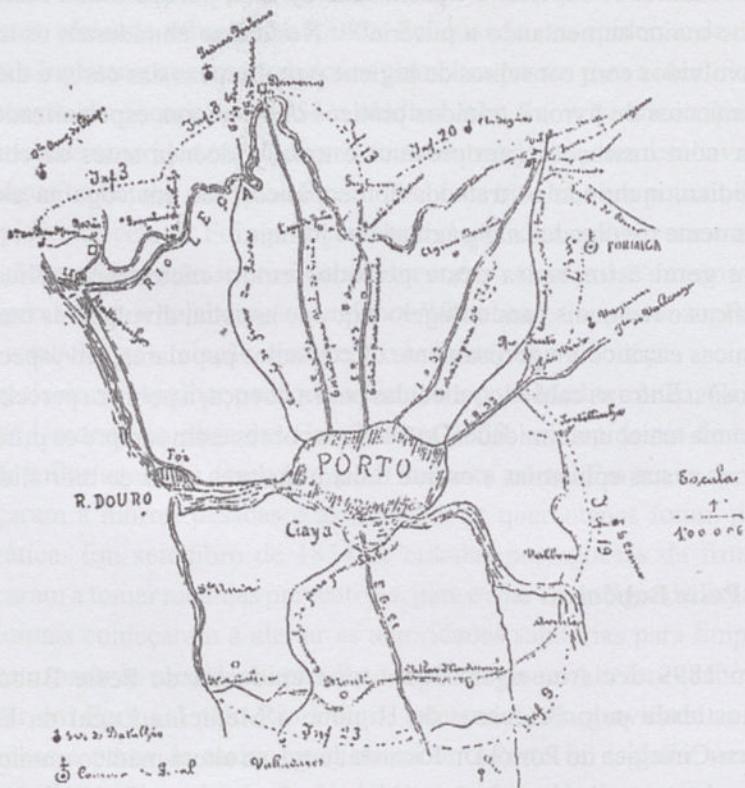
²¹ *O Comércio*, 01/08/1855.

Em 24 de agosto de 1899 foi estabelecido um cordão sanitário à volta do Porto, cercado pelas autoridades militares, que foi levantado em 22 de dezembro. Os jornais diários transcreveram todo o processo científico de apuramento dos diagnósticos: autópsias, inoculação de ratos, etc. Os relatórios do Prof. Ricardo Jorge foram minuciosamente reproduzidos nos jornais diários, com o objetivo de alertar os leitores para o perigo real da doença, que não foi bem aceite.

Figura II – O Cordão Sanitário, *O Comércio do Porto*, 26/08/1899

O CORDÃO SANITÁRIO

Croquis indicando o desenvolvimento do cordão sanitário em volta do Porto



X. R. - A linha pontinada indica o sector de cada um dos batalhões.

esc. 1:100 000 10 km 20 km 40 km

Pelo presente croquis feito no quartel-general, o cordão sanitário em volta do Porto atinge o seguinte desenvolvimento: Ao norte: da Sebora da Boa Nova a Barreiros, seguido a linha guarnecida pelos batalhões de infantaria 3 e 8, com sede em Santa Cruz do Bispo e Pedras Rubras; de Barreiros a Guelfes, pelo batalhão de infantaria 13, com sede em Guelfes; de Guelfes à Ponte da Travagem, por infantaria 20, com sede em Ardegeões. A leste: Da Ponte da Travagem por Ermerinsende até Portelinha, por caçadores 7, com sede em Vaguim e fúnido na Forniga e comando geral do cordão; da Portelinha a Avintes, por infantaria 19, com sede em S. Cosme. Ao sul: De Avintes a Alijó, Valladares e Magdalena, por infantaria 9 e 23, com sede em Alijó e Valladares.

O único tratamento conhecido na altura era o soro Yersin, produzido no Instituto Pasteur de Paris, que foi logo encomendado, apesar da opinião de Ricardo Jorge que este soro não dava “os resultados lisonjeiros que a princípio se divulgaram”²². A sua eficácia dependia da rapidez da aplicação, logo nos primeiros dias da doença, e funcionava melhor ainda como preventivo, como foi usado pelos médicos franceses que se deslocaram ao Porto para estudar a evolução da epidemia²³.

Apesar do soro, Ricardo Jorge conhecia bem as condições em que a doença se desenvolvia e os grupos mais afetados: “As classes trabalhadoras, miseráveis e mais imundas, ou nos seus hábitos ou na casa em que residem”²⁴. Por esse motivo, foram imediatamente postas em prática medidas sanitárias rigorosas obrigando à higiene pessoal (com a construção de balneários públicos) e para o combate aos agentes transmissores da doença: os ratos e as pulgas. Um pormenor interessante do combate à epidemia foi a caça aos ratos e aos gatos, que fez as crianças do Porto e de Lisboa ganharem algum dinheiro: por cada rato grande entregue numa esquadra de polícia recebiam 20 réis, por cada pequeno 10, o que motivou uma colheita diária considerável²⁵. Ao mesmo tempo suprimiram-se todos os comboios de recreio, todas as “feiras, romarias e outros ajuntamentos”, e obrigou-se a inspeção médica de todos os passageiros e empregados dos comboios, que tinham de cumprir uma quarentena de nove dias²⁶. A grande aposta de

²² *Diário de Notícias*, 18/08/1899.

²³ “o Dr. Calmette, delegado do Instituto Pasteur, de Paris, veio estudar a epidemia da peste bubónica. O ilustre bacteriologista, que é uma notabilidade científica francesa (vem acompanhado do) Dr. Salimbeni, preparador ajudante do Dr. Roux, no Instituto Pasteur”, *Diário de Notícias*, 03/09/1899. Estes e outros médicos de várias nacionalidades realizaram visitas de estudo ao Porto e escreveram relatórios sobre a doença e o modo como foi tratada: CALMETTE, A., SALIMBENI, A. – *La Peste Bubonique – Etude de l’Epidémie d’Oporto en 1899. Annales de l’Institut Pasteur* (1899) 865-936. MONTALDO y PERÓ, Federico – *La peste bubónica en Oporto (Portugal) 1899-1900: hecho epidemiográficos e investigaciones clínicas recogidos personalmente y anotados por el Doctor F. Montaldo... que asistió en la epidemia, durante tres meses, como Delegado Médico del Gobierno de España: memoria oficial*. Madrid: Establ. Tip. de Portanet, 1900. FERRÁN y CLUA, J., VIÑAS y CUSÍ, F., GRAU, R. – *La Peste bubónica: memoria sobre la epidemia ocurrida en Porto en 1899*. Barcelona: Tip. Sucesor F. Sánchez, 1907.

²⁴ *Diário de Notícias*, 18/08/1899.

²⁵ *Diário de Notícias*, 15/10/1899.

²⁶ *Diário de Notícias*, 18/08/1899.

Ricardo Jorge foi na prevenção da disseminação da doença, isolando os doentes e a própria cidade.

A maior urgência das autoridades era delimitar os focos de infecção. De facto, as medidas radicais postas em prática por Ricardo Jorge logo nos primeiros dias do surto epidémico delimitaram o contágio da doença, que teve uma mortalidade reduzida²⁷. No entanto, os banhos obrigatórios, as casas e roupas queimadas quando os médicos e os subdelegados de saúde realizavam visitas domiciliárias, acompanhados pela polícia, e encontrava um doente de peste, e o isolamento forçados dos doentes e de todos os seus familiares e vizinhos em hospitais especiais, todas estas ações eram motivo de grande revolta popular, que provocaram cenas de autêntica guerra civil. Apesar do apoio dos médicos do Porto, Ricardo Jorge acabou por se demitir e pedir transferência para Lisboa²⁸. Câmara Pestana ainda continuou no Porto a estudar a peste bubónica e acabou por ser infetado e morrer em Lisboa no dia 15 de novembro de 1899, apesar de também ter sido vacinado com o soro²⁹. Mas o combate contra a disseminação da epidemia estava ganho e a doença foi considerada extinta em janeiro de 1900.

Uma inovação importante neste período foi uma máscara profilática facial inventada pelo médico Afonso de Lemos para ser usada por médicos e enfermeiros na observação e tratamento dos doentes de peste. Considerando que foi apenas em 1918, durante a epidemia de gripe, que as máscaras faciais foram popularizadas, este aparelho é demonstrativo da criatividade dos médicos portugueses.

²⁷ 326 casos, dos quais 111 óbitos, *Diário de Notícias*, 31/01/1900.

²⁸ ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – Ricardo Jorge. *Biografias de Cientistas e Engenheiros Portugueses*. Lisboa: CIUHCT (2011), (<http://ciuhct.com/index.php/pt/biografias/345-jorge-ricardo-almeida.html>), consultado em 2012.06.08).

²⁹ IDEM – Luis da Câmara Pestana. *Biografias de Cientistas e Engenheiros Portugueses*. Lisboa: CIUHCT (2011), (<http://ciuhct.com/index.php/pt/biografias/330-camara-pestana-luis.html>), consultado em 2012.06.08)

Figura III – Máscara facial profilática, *Diário de Notícias*, 24/08/1899

4. Tifo exantemático, gripe pneumónica e varíola

O ano de 1918 foi marcado pelo final da Primeira Guerra Mundial. Mas mais mortífera foi a epidemia de gripe pneumónica que se espalhou por todo o mundo e que provou ser “um dos piores flagelos epidémicos da história humana”, que matou entre 50 e 100 milhões de pessoas³⁰. No Porto, esta epidemia encontrou uma população já extremamente debilitada pelas

³⁰ SOBRAL, José Manuel, LIMA, Maria Luísa, CASTRO, Paula e SOUSA, Paulo Silveira e (orgs.) – *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a Pneumónica 1918-1919*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

doenças endémicas já descritas, agravadas pelas condições sanitárias que não tinham sido objeto de melhorias significativas.

Em dezembro de 1917 declarou-se uma epidemia de tifo exantemático no Porto. Logo em janeiro de 1918, na qualidade de Diretor-Geral da Saúde, Ricardo Jorge deslocou-se ao Porto para estudar o problema e colocar em prática as primeiras medidas sanitárias. Como resultado do seu inquérito local, elaborou um relatório que foi apresentado no Conselho Superior de Higiene, no qual desenvolveu a história e definição da doença e apresentou o plano das medidas destinadas ao seu combate naquela cidade e no país³¹. O seu plano sanitário foi colocado em prática pelo Professor Augusto de Almeida Monjardino, nomeado comissário do governo na cidade do Porto para combate à epidemia no dia 23 de fevereiro de 1918, e depois pelo Professor António de Almeida Garrett, que o sucedeu no cargo e desde 18 de maio de 1918 dirigiu o combate à epidemia de tifo exantemático que se prolongou até ao ano seguinte³². Em simultâneo o comissário do governo teve de lidar com a epidemia de gripe pneumónica que grassou desde agosto desse ano³³.

Se as medidas sanitárias tomadas para evitar a propagação do tifo exantemático foram muito semelhantes às da peste bubónica de 1899, com os banhos obrigatórios e a desinfecção de roupas e casas para matar os piolhos transmissores da doença, o isolamento dos doentes e dos seus contactos mais imediatos, as visitas domiciliárias e a notificação obrigatória dos epidemiados, com a cidade dividida em áreas sanitárias e a obrigatoriedade de guias sanitárias para os viajantes (apenas não se criou o cordão sanitário), além da recomendação do recrutamento de tifosos curados para os serviços perigosos de despiolhamento, aproveitando a sua imunidade à doença³⁴, pelo contrário, no que disse respeito à gripe, a sua propagação pelo ar tornou

³¹ *Diário de Notícias*, 21/02/1918.

³² ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – António de Almeida Garrett. *Biografias de Cientistas e Engenheiros Portugueses*. Lisboa: CIUHCT (2011), (<http://ciuhct.com/index.php/pt/biografias/335-garret-antonio-de-almeida.html>), consultado em 2012.06.08)

³³ A publicação oficial do diagnóstico desta epidemia foi em 31/08/1918, *Diário de Notícias*, 25/09/1918.

³⁴ SOUSA, Paulo Silveira e, SOBRAL, José Manuel, LIMA, Maria Luísa, CASTRO, Paula – A epidemia antes da pandemia: o tifo exantemático no Porto (1917-1919) in SOBRAL, José Manuel *et all* (orgs.), *A Pandemia Esquecida...* cit., p. 279-290.

desnecessárias medidas restritivas à circulação de pessoas. Aconselhou-se apenas “evitar a permanência em lugares fechados onde haja grandes aglomerações (...) devem arejar-se largamente as habitações e lugares de trabalho. É para aconselhar o uso de preparações desinfetantes das vias nasais e garganta” e tornou-se “obrigatória a declaração por escrito de todos os casos”³⁵. Segundo o relatório de Ricardo Jorge, “não se oferece profilaxia efetiva e eficaz a exercer contra tal epidemia que não seja a higiene geral e assistência dos atacados preferentemente em hospital de isolamento”³⁶. Mais tarde as feiras e mercados foram proibidos e as escolas só iniciaram o ano letivo depois do dia 28 de novembro. Em simultâneo, entre junho e dezembro de 1918 verificou-se uma epidemia de varíola que obrigou a um movimento de vacinação rigorosíssimo em todo o país.

A publicidade refletiu a chegada da gripe: um anúncio de muito repetido de xarope para a tosse alterou o seu texto, passando imediatamente a ser um xarope para a gripe.

Figura IV – Anúncios, *O Comércio do Porto*, 31/08/1918 e 28/09/1918



Na sequência destas epidemias, Ricardo Jorge participou em conferências internacionais, como a da Comissão Sanitária dos Países Aliados, que se realizou em Paris em abril de 1918³⁷ e também no ano seguinte, em março, apresentou à mesma comissão um relatório sobre a gripe; em outubro de

³⁵ *O Comércio do Porto*, 15/06/1918.

³⁶ *O Comércio do Porto*, 25/09/1918.

³⁷ *Diário de Notícias*, 10/04/1918.

1919 apresentou uma comunicação ao Comité Internacional de Higiene Pública sobre o tifo exantemático no Porto, na qual reafirmou que o piolho, agente responsável pela transmissão da doença, era ainda muito frequente nas classes mais pobres, também as mais afetadas. Estes relatórios foram publicados respetivamente em 1919 e 1920³⁸.

Apesar do intenso trabalho de Ricardo Jorge, o processo de transição sanitária teria lugar em Portugal apenas a partir da década de 1920, em flagrante atraso relativamente a outros países europeus. Porém, só se consolidaria definitivamente na década de 1950, época em se pode afirmar que a transição epidemiológica estava terminada³⁹.

Resumo do tema

Em todos os momentos epidémicos descritos, um fator foi sempre salientado nas notícias, independentemente do estado dos conhecimentos médico-farmacênticos das respetivas épocas: a higiene. Repetem-se desde os meados do século XIX as preocupações com a limpeza e arejamento das casas, das roupas, dos móveis e do corpo dos doentes. Curiosamente as referências à lavagem das mãos estão praticamente ausentes, mesmo em 1918.

Verifica-se que o pessoal médico e as autoridades oficiais estavam informados das mais recentes novidades científicas. A imprensa diária demonstrou esta situação e provou-nos que a circulação do conhecimento era uma realidade, por meio da divulgação de livros, transcrições e traduções de revistas especializadas, comentários das obras mais recentes. Sabemos também que os médicos e cientistas portugueses participavam em conferências científicas internacionais e realizavam viagens de estudos aos melhores laboratórios e centros de conhecimento europeus. No entanto, esse conhecimento restringia-se aos grandes centros. Era um facto a pouca

³⁸ JORGE, Ricardo – *La grippe: rapport préliminaire présenté à la commission sanitaire des pays alliés dans sa session de mars 1919*. Lisbonne: Imp. Nationale, 1919. IDEM – *Le typhus exanthématique à Porto, 1917-1919: communication faite au Comité international d'hygiène publique dans sa session d'Octobre 1919*. Lisboa: Imp. Nationale, 1920.

³⁹ SOUSA, Paulo Silveira et all, cit.

Quadro I – As epidemias na imprensa

Epidemias no Porto	Datas da epidemia declarada	Mortes	Causas conhecidas na época	Causas atribuídas a:	Transmissão	Medidas sanitárias	Tratamentos
Cólera morbus	Maio de 1855 a 1857	22.700 por todo o país		Miséria, falta de higiene, comportamentos excessivos, maus hábitos alimentares, miasmas, terror	Desconhecida, negação do contágio, alimentação, água	Isolamento dos doentes e de cidades inteiras, quarentenas, higiene, hospitais especiais, proibição de mercados, encerramento de escolas	Desconhecido. Espírito de cânfora, esfregar os doentes com água salgada morna, bebidas espirituosas, menta, iodo, sanguessugas.
Peste Bubónica	Junho de 1899 a janeiro de 1900	111, de 326 casos no Porto	Bacilo descoberto por Yersin e Kitasato Shibasaburō em 1894	Miséria, falta de higiene, pulgas, ratos, “um micróbio”, comportamentos excessivos	Pulgas, dos ratos; transmissão pela pele, nariz e boca	Isolamento dos doentes e de toda a cidade, higiene, hospitais especiais, proibição dos mercados e feiras, disinfeção de prédios e roupas, banhos obrigatórios, visitas sanitárias pelos delegados de saúde acompanhados da polícia, inspeção de passageiros dos caminhos-de-ferro, crianças pagas pela caça aos ratos, máscara profilática facial	Soro Yersin, vacina Haffkine, naftalina. Desinfetantes: cal, formol, cânfora e álcool canforado, ácido sulfuroso, sabão, aguardente, sulfato de cobre, ácido fénico e sublimado corrosivo. Contra a febre, antipiréticos: quinina, antipirina, fenacetina; para os acessos convulsivos: brometas, cloral, morfina; contra as dores dos bубões: cataplasmas emolientes com beladona. Tónicos: vinho do Porto ou de Xerez, poção de Todd. Os vómitos combatem-se com gelo, água de Seltzer, subnitrito de bismuto.

Epidemias no Porto	Datas da epidemia declarada	Mortes	Causas conhecidas na época	Causas atribuídas a:	Transmissão	Medidas sanitárias	Tratamentos
Tifo exantemático	Dezembro de 1917 a agosto de 1919	1.481, em 9.035 casos	Bactéria do tifo exantemático, identificada por H. T. Ricketts e Stanislaus von Prowazek	Um vírus transmitido pelos piolhos, classes baixas, pobres, com casas e alimentação deficientes, em particular pedintes e criminosos	Piolhos	Remoção dos piolhos, higiene e desinfecção do corpo, das roupas e das casas; banhos públicos obrigatórios e queima das casas e de todo o mobiliário e roupas. Isolamento dos doentes, da respectiva família e vizinhos; visitas sanitárias pelos delegados de saúde acompanhados da polícia; escolas encerradas.	Desconhecidos. Para remover os piolhos: banhos frequentes com água e sabão; petróleo, benzina, essência de terebentina; para as roupas naftalina para prevenção e queima de enxofre para desinfecção; para as casas usava-se a cal.
Gripe pneumónica	Junho de 1918 a dezembro de 1918	59.000 em Portugal. Estudos mais recentes apontam para 135.257.	Parcialmente identificado, vírus ainda ignorado	Uma bactéria, miséria, deficiente alimentação	Ar; Primeira Guerra Mundial; migrações de militares e de trabalhadores rurais	Profilaxia contra o contágio desconhecida. Higiene geral e assistência médica, isolamento dos doentes em hospitais especiais. Escolas encerradas, adiamento dos exames na universidade, proibição de feiras e mercados, declaração obrigatória da doença. Profilaxia individual: gargarejos mentolados ou salgados. Receitas para os pobres de graça nas farmácias. Membros privilegiados da comunidade foram incentivados a formar comissões locais de urgente e rápido auxílio aos atacados da influenza pneumónica.	Tratamento específico desconhecido. Medicamentos: aspirina, sais de quinino, de amónia e purgantes; cafeína, ampolas de óleo de cânfora, sementes de mostarda e de linhaça, chá de borragem, licor amoniacial anizado, sulfato de soda desfeito em água quente ou em limonada citro-magnésica reforçada; soro anti-pneumococcus, carboneto de amoníaco, benzoato de soda, bálsamo Tolu e benjoin, injeções intravenosas de soro glucosado, açúcar e alimentação adequada. Um médico francês aconselhou sangrias e urotropina.
Varíola	Junho de 1918 a dezembro de 1918		Vírus da varíola, identificado por Edward Jenner		Ar, pele	Vacina	

Fontes: relatórios oficiais e notícias publicados nos jornais *O Comércio do Porto* e *Diário de Notícias*, anúncios de estabelecimentos de saúde e medicamentos.

disponibilidade dos melhores profissionais para se deslocarem à província, onde faltavam meios, equipamentos e medicamentos para acudir às populações. Ao longo do período analisado foi clara a evolução dos conhecimentos e das práticas médicas e a diferença entre as medidas sanitárias impostas.

Outro fator comum em todas as epidemias descritas relaciona-se com a injustiça da aplicação das medidas sanitárias e as falhas na sua aplicação, que resultavam na sua ineficácia. Como consequência, a negação da epidemia, para que as restrições fossem imediatamente levantadas. O medo e o terror são também fatores recorrentes, assim como a questão moral da doença e o fator comportamental: a epidemia como castigo para comportamentos excessivos e desregrados. Esta é uma herança religiosa que a ciência absorveu e ainda não nega, pois incorporou-a no seu discurso. A higiene e o comportamento socialmente repreensível aparecem sempre associados à doença e está presente o fator culpa. Em todos estes casos, a imprensa revelou-se uma fonte histórica indispensável. Perante as considerações expostas e os exemplos apresentados, a hipótese de que a imprensa generalista portuguesa do século XIX e início do século XX tinha a intenção de educar e formar o público leitor e ouvinte parece-nos perfeitamente identificada e comprovada.

El turno de los campesinos: protesta social en la España rural del cambio de siglo (1898-1923)

Jesús-Ángel Redondo Cardeñoso

Universidad de Valladolid, España

jredondocardenoso@gmail.com

Texto recibido em /Text submitted on: 02/01/2012

Texto aprobado em /Text approved on: 10/01/2012

Resumo/Abstract:

En el siguiente artículo atenderemos, en primer lugar, a la evolución de la investigación historiográfica sobre el estudio de la conflictividad campesina, centrándonos en el importante salto que han dado dichos estudios en las últimas dos décadas, lo cual ha permitido transformar radicalmente la imagen histórica que sobre el campesinado ha dominado hasta hace poco tiempo. En segundo lugar, afrontaremos un análisis de los principales hitos de esa conflictividad, es decir, las acciones colectivas protagonizadas por los campesinos españoles durante los primeros años del siglo XX. Ello nos permitirá comprender la importancia del asociacionismo campesino en la consolidación del movimiento obrero español durante aquellos años y la contribución decidida de la conflictividad campesina en el desarrollo de la crisis que desmanteló el sistema político de la Restauración.

In the next paper, we pay to attention, first, to the evolution of the historiographical research about the studies of the Spanish peasant disputes in the earlier 20th century, essentially, the significant advance that these researches have received in the last two decades. It has allowed to change the historic traditional image of the Spanish peasants. Second, we deal with the main landmarks of that social disputes, specifically to the collective actions that were led by the Spanish peasants during that years. It lets us understand the importance of peasant associations in the consolidation of Spanish labor movement and the significant contribution of the peasant conflicts in the crisis of the politic system called "Bourbon Restoration".

Palavras chave/Keywords:

Conflictividad social; Sociedad rural; Huelgas agrarias; Motines; Restauración.

Social disputes; Rural society; Agrarian strikes; Riots; Bourbon Restoration.

El 29 de diciembre de 1874, el general Martínez Campos protagonizaba un pronunciamiento militar que ponía fin a las iniciativas democráticas que se habían sucedido en España desde la revolución de 1868. De este modo se reinstituía la monarquía de los Borbones en la persona de Alfonso XII. Este acontecimiento iniciaba el régimen político conocido como la *Restauración*.

Dicho período estuvo marcado por un sistema político donde los dos partidos adscritos al régimen (los conservadores de Antonio Cánovas y los liberales de Mateo Sagasta) se alternaban en el poder mediante un sistema electoral caciquil donde las redes clientelares garantizaban la victoria de unos u otros, lo que se ha conocido como el *sistema de turno de partidos*¹. El nuevo sistema se basaba en una política de notables o *de salón* y, por ello mismo, en la despolitización y la desmovilización de las clases populares². El sistema funcionó sin apenas fisuras durante todo el último cuarto del siglo XIX. Ni siquiera la aprobación de la Ley de Asociaciones de 1887 –que permitió la organización asociativa de los movimientos sociales obreros y/o católicos³– o la Ley Electoral de 1890 que sancionaba el sufragio universal masculino⁴, consiguieron modificar en exceso los resultados electorales.

Sin embargo todo cambió en 1898. Ese año, la marina estadounidense derrotó a la española en las costas de Cuba, y España perdió la soberanía sobre Cuba, Puerto Rico y las islas Filipinas, o lo que es lo mismo, se puso fin a un imperio centenario que hundía sus raíces en los mismos orígenes de la

¹ VARELA ORTEGA, José – *Los amigos políticos. Partidos, elecciones y caciquismo en la Restauración, 1875-1900*. Madrid: Alianza, 1977; ID. (dir.) – *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

² ALVAREZ JUNCO, José – Estado y sociedad en España durante la década de 1890 in FUSI, Juan P. y NIÑO, A. (dirs.) – *Visperas del 98. Orígenes y antecedentes de la crisis del 98*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000, p. 47-64.

³ MAZA ZORRILLA, Elena – Nuevas formas y espacios de sociabilidad al filo del siglo XX in GÓMEZ-FERRER MORANT, Guadalupe y SÁNCHEZ, Raquel (eds.) – *Modernizar España. Proyectos de reforma y apertura internacional (1898-1914)*. Madrid: Ediciones Biblioteca Nueva, 2007, p. 119-142. Tal es el caso de las Sociedades de Socorros Mutuos. MAZA ZORRILLA, Elena – La horizontalidad de las solidaridades. El mutualismo en la España contemporánea. *Ayer*, 25 (1997) 73-102.

⁴ En regiones agrarias como Aragón o Castilla y León, la ley de 1890 supuso que más del 70% de la población masculina tuviera derecho a voto. FRÍAS CORREDOR, Carmen y GARCÍA ENCABO, Carmelo – Sufragio universal masculino y politización campesina en la España de la Restauración (1875-1923). *Historia Agraria*, 38 (2006) 27-46.

unidad del reino de España, allá por inicios del siglo XVI. Esta derrota abrió una profunda crisis de identidad nacional agitada desde la opinión pública, la cual supuso un violento terremoto político que sacudió furiosamente el edificio de la Restauración, sufriendo éste serios daños estructurales⁵. La mayor manifestación de esta crisis fue la corriente literaria de los *regeneracionistas*, un grupo de intelectuales que cuestionaron duramente la legitimidad del sistema político y plantearon profundas reformas⁶.

Pero no sólo mostraron su indignación con el sistema político los intelectuales. Como señaló S. Tarrow, los más intensos ciclos de protesta popular se originan cuando las muestras de debilidad de los régimen políticos crean nuevas «oportunidades políticas»⁷. La España de 1898 siguió este patrón, y a la crisis de identidad nacional se unió una incipiente e inusitada movilización política de las clases populares. Este fenómeno llevó a uno de aquellos escritores regeneracionistas, Joaquín Costa, a preguntarse si no había llegado la hora «de que llegue su turno al pueblo», en clara alusión al sistema de turno de partidos. Esta expresión fue asumida y reutilizada por C. Serrano en una obra donde analizaba la evolución de la movilización popular durante los años del cambio de siglo⁸.

La movilización popular iniciada en 1898 culminará en 1923 cuando el sistema político de la Restauración se derrumbe definitivamente tras un nuevo desastre militar –en Annual (Marruecos) en 1921– y una nueva oleada de conflictos sociales –iniciada con la huelga general de ferrocarriles en agosto de 1917–⁹.

⁵ TUÑÓN DE LARA, Manuel – *España: la quiebra de 1898*. Madrid: Sarpe, 1986; BALFOUR, Sebastián – *El fin del imperio español (1898-1923)*. Barcelona: Crítica, 1997; PAN-MONTOJO, Juan (coord.) – *Más se perdió en Cuba. España 1898 y la crisis de fin de siglo*. Madrid: Alianza, 1998; FUSI, Juan P. y NIÑO, Antonio (dirs.) – *Visperas del 98.... cit.*

⁶ ARÓSTEGUI, Julio – Los regeneracionistas y el 98 in GIRÓN GARROTE, José – *Un cambio de siglo, 1898. España, Cuba, Puerto Rico, Filipinas y Estados Unidos*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 2008, p. 115-120

⁷ TARROW, Sidney – *Power in Movement. Collective Action, Social Movements and Politics*. New York: Cambridge University Press, 1994.

⁸ SERRANO, Carlos – *El turno del pueblo. Crisis nacional, movimientos populares y populismo en España (1890-1910)*. Barcelona: Península, 2000 (1^a edición escrita en francés en 1987).

⁹ GARCÍA DELGADO, José L. (coord.) – *La crisis de la Restauración. España entre la Primera Guerra Mundial y la Segunda República*. Madrid: Siglo XXI, 1986; BARRIO

En este contexto, ¿qué papel tuvieron los campesinos? Durante largo tiempo, en la historiografía española ha dominado la idea de que esta movilización popular se restringió a los obreros industriales en donde cuajaron los idearios socialistas y anarquistas. Los campesinos, por su parte, fueron apartados del discurso histórico basándose en la visión *regeneracionista* de un campesinado «persuadido de que nadie remediará sus infortunios y de que sus únicos derechos son obedecer, pagar, sufrir y callar»¹⁰. Y todo ello a pesar de que el campesinado español fue uno de los sectores sociales más desfavorecidos a finales del siglo XIX, debido a la conocida como *crisis finisecular*¹¹. La principal consecuencia de esta situación fue la apertura de un proceso de *proletarización* de los pequeños propietarios y arrendatarios¹²; y, a la sazón, el desarrollo de una importante ola migratoria desde las zonas rurales españolas hacia las grandes ciudades o al extranjero¹³.

Afortunadamente, desde hace dos décadas un variado grupo de investigadores ha sacado a la luz esa rebeldía campesina hasta ahora soterrada, logrando introducir en el debate historiográfico español el *turno de los campesinos*. En este sentido, este artículo propone analizar, por un lado, la evolución de los estudios historiográficos de la protesta social campesina en España; y, por otro, mostrar la conflictividad social protagonizada por el campesinado español a través de los tres grandes ciclos de conflictividad social que tuvieron lugar durante a la crisis de la Restauración, es decir, los años 1898, 1903-05 y 1918-20.

ALONSO, Ángeles (coord.) – La crisis del régimen liberal en España (1917-1923). Ayer. 63 (2006).

¹⁰ SENADOR GÓMEZ, Julio – *Castilla en escombros: las leyes, las tierras, el trigo y el hambre*. Valladolid: Ámbito, 1993 (1^a ed. 1915).

¹¹ GARRABOU, Ramón (ed.) – *La crisis agraria de finales del siglo XIX*. Barcelona, Crítica, 1988.

¹² GARRIDO GONZÁLEZ, Luis – La configuración de una clase obrera agrícola en la Andalucía contemporánea: los jornaleros. *Historia Social*. 28 (1997), 41-67.

¹³ SÁNCHEZ ALONSO, Blanca – *Las causas de la emigración española (1880-1930)*. Madrid: Crítica, 1995.

La historiografía española sobre la protesta social campesina de la Restauración

Los estudios sobre protesta popular se iniciaron en la década de los sesenta del siglo pasado al amparo de la historiografía marxista clásica, vinculándose a la historia del movimiento obrero. Desde este punto de vista se consideraba el conflicto como una lucha exclusiva entre la burguesía y el proletariado (lucha de clases). La principal causa de esta visión fue que los historiadores marxistas ortodoxos, y no tan ortodoxos, marginaron a los campesinos del discurso historiográfico, una marginación que también se fomentó desde las teorías de la historiografía liberal. De este modo, se puede decir que «tanto para los marxistas como para los liberales, el campesino era, por su propia naturaleza social, incapaz de incorporarse a la modernidad», creándose una «visión aún predominante [que] niega protagonismo alguno al mundo rural y al campesinado en el proceso de democratización o en la construcción nacional o en la modernización socioeconómica de nuestro país»¹⁴. En el caso español, los historiadores comenzaron a publicar investigaciones en los años setenta poniendo su foco de atención las grandes ciudades y las regiones industriales periféricas peninsulares. En este contexto, hubo una excepción que atendió al mundo rural, los estudios en torno a la clase jornalera de la Andalucía latifundista relacionados con la reforma agraria y la influencia que tuvo el anarquismo en la región¹⁵.

¹⁴ GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel – Algunas reflexiones sobre el mundo rural y los movimientos campesinos en la Historia contemporánea española in RIVERA, Antonio; ORTIZ DE ORRUÑO, José M.; y UGARTE, Javier (eds.) – *Movimientos sociales en la España Contemporánea*. Madrid: Abada Editores, 2008, p. 97-126.

¹⁵ MALEFAKIS, Edward – *Reforma agraria y revolución campesina en la España del siglo XX*. Barcelona: Ariel, 1971; BERNAL, Antonio M. – *La propiedad de la tierra y las luchas agrarias campesinas*. Barcelona: Ariel, 1974; CALERO AMOR, Antonio M. – *Movimientos sociales en Andalucía (1820-1936)*. Madrid: Siglo XXI, 1976; KAPAN, Temma – *Los orígenes sociales del anarquismo en Andalucía. Capitalismo agrario y lucha de clases en la provincia de Cádiz, 1868-1903*. Barcelona: Crítica, 1977; TUÑÓN DE LARA, Manuel – *Luchas obreras y campesinas en la Andalucía del siglo XX. Jaén (1917-1920). Sevilla (1930-1932)*. Madrid: Siglo XXI, 1978; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo y HEISEL, Karl (eds.) – *Anarquismo y movimiento jornalero en Andalucía*. Córdoba: Ayuntamiento de Córdoba, 1988; MAURICE, Jacques – *El anarquismo andaluz. Campesinos y sindicalistas, 1868-1936*. Barcelona: Crítica, 1989. Al amparo de estos estudios surgieron aisladas investigaciones sobre otras regiones españolas, por ejemplo: ARÓSTEGUI, Julio – *Miseria*

Los trabajos dedicados al movimiento obrero tenían como objeto analizar todas aquellas manifestaciones de protesta popular «modernas» vinculadas a partidos y sindicatos de ideología obrera, dejando en la sombra a las «primitivas» formas de protesta popular –motines, revueltas, disturbios o alborotos– que eran consideradas, si no explícitamente, sí implícitamente, como residuos irrationales del Antiguo Régimen.

Fue durante los mismos años sesenta, al socaire de los procesos de descolonización, las revueltas campesinas del Tercer Mundo y el nacimiento de los Nuevos Movimientos Sociales, cuando dentro de la escuela marxista británica se comenzó a cuestionar el paradigma explicativo de la historia del movimiento obrero. E. J. Hobsbawm, E. P. Thompson y G. Rudé rehabilitaron historiográficamente a las «primitivas» formas populares de protesta, señalando cómo éstas no eran ni tan primitivas, ni tan extrañas, ni mucho menos tan irrationales¹⁶. Estos trabajos historiográficos se vieron completados por la labor de sociólogos como E. R. Wolf y T. Shanin¹⁷; y también de aquéllos que se dedicaron al estudio de las formas de protesta colectiva, entre los que destacó C. Tilly¹⁸. El primer reflejo que tuvo esta nueva concepción de la protesta popular en la historiografía española vino de la mano de J. Torras¹⁹.

Sin embargo, no fue hasta los primeros años ochenta, cuando J. Álvarez Junco y M. Pérez Ledesma advirtieron la ausencia de interés entre los historiadores españoles por los nuevos enfoques teóricos y metodológicos en el estudio de la protesta social, proponiendo, a su vez, ampliar el tradicional

y conciencia del campesinado castellano. («Memoria acerca de la información agraria en ambas Castillas»). Madrid: Narcea, 1977.

¹⁶ Las obras más influyentes de estos autores son: HOBSBAWM, Eric J. – *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Manchester: Manchester University Press, 1959; THOMPSON, Edward P., *The Making of the English Working Class*. London: Victor Gollancz Ltd, 1963; RUDÉ, George – *The Crowd in History. A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730-1848*. New York, Wiley, 1964.

¹⁷ WOLF, Eric R., *Peasants*. New Jersey: Prentice Hall, 1966; SHANIN, Teodor (ed.) – *Peasants and Peasant Societies*. Baltimore: Penguin Books, 1971.

¹⁸ TILLY, Charles; TILLY, Louise A. y TILLY, Richard – *The Rebellious Century. 1830-1930*. Cambridge: Harvard University Press, 1975; y TILLY, Charles – *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978.

¹⁹ TORRAS, Jaime – *Liberalismo y rebeldía campesina, 1820-1823*. Barcelona: Ariel, 1976.

concepto de «historia del movimiento obrero» hacia el de «historia de los movimientos sociales», en donde cabían todas las manifestaciones populares de protesta y resistencia²⁰. A partir de este momento surgieron multitud de estudios que analizaban genéricamente las formas de protesta colectiva ajenas al movimiento obrero²¹; así como tipos y ciclos concretos de protesta tradicional como eran los motines de subsistencias²² o las protestas antifiscales²³.

Pero, a pesar de todo, en 1995, C. Gil Andrés hacía balance de la producción historiográfica española desde la propuesta *rupturista* de J. Álvarez Junco y M. Pérez Ledesma, señalando que:

²⁰ ÁLVAREZ JUNCO, José y PÉREZ LEDESMA, Manuel – Historia del movimiento obrero: ¿Una segunda ruptura? *Revista de Occidente*. 12 (1982) 19-41.

²¹ GIL NOVALES, Alberto – La conflictividad social bajo la Restauración (1875-1917). *Trienio*. 7 (1986) 73-217; SÁNCHEZ JIMÉNEZ, José – Conflictividad y dinámica social agraria: la inserción del campesinado en el movimiento obrero. *Anales de Historia Contemporánea*. 5 (1986) 77-92; CASTRO ALFÍN, Demetrio – Agitación y orden en la Restauración ¿Fin de ciclo revolucionario? *Historia Social*. 5 (1989) 37-49; PÉREZ LEDESMA, Manuel – *Estabilidad y conflicto social. España, de los iberos al 14-D*. Madrid: Nerea. 1990, p. 165-202; PÉREZ GARZÓN, Juan S. y DEL REY SEGUILLO, Fernando – Conflictos y protestas. De la ciudad liberal a la ciudad democrática, 1808-1978 in BONAMUSA, Francisco y SERRALLONGA, Joan (eds.) – *La sociedad urbana en la España contemporánea. Actas del II Congreso de la AHC*. Barcelona: Asociación de Historia Contemporánea, 1994, p. 273-305; CRUZ MARTÍNEZ, Rafael – El mitín y el motín. La acción colectiva y los movimientos sociales en la España del siglo XX. *Historia Social*. 31 (1998) 137-152.

²² SERRANO, Carlos – Guerra y crisis social: los motines de mayo del 98 in CASTILLO, Santiago; FORCADELL, Carlos; GARCÍA-NIETO, María C. y PÉREZ GARZÓN, Juan S. (coords.) – *Estudios sobre Historia de España. Homenaje a Tuñón de Lara*, I. Madrid: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1981, p. 439-449 y *El turno del pueblo. Crisis nacional, movimientos populares y populismo en España (1890-1910)*. Barcelona: Península, 2000, p. 49-62; ELORZA, Antonio – Socialismo y agitación popular en Madrid (1908-1920). *Estudios de Historia Social*. 18-19 (1981) 229-261; ARRIERO, María L. – Los motines de subsistencias en España, 1895-1905. *Estudios de Historia Social*. 30 (1984) 193-250; SERRALLONGA I URQUIDI, Joan – Motines y revolución. España, 1917. *Ayer*. 4 (1991). 169-192; BALFOUR, Sebastián – *El fin del imperio español... cit.*, p. 101-140.

²³ VALLEJO POUSADA, Rafael – Pervivencia de las formas tradicionales de protesta: los motines de 1892. *Historia Social*. 8 (1990) 3-27 y El impuesto de Consumos y la resistencia antifiscal en la España de la segunda mitad del siglo XIX: un impuesto no exclusivamente urbano. *Revista de Historia Económica*. Año XIV. 2 (1996) 339-370; CASTRO ALFÍN, Demetrio – Protesta popular y orden público: los motines de consumos in GARCÍA DELGADO, José L. (ed.) – *España entre dos siglos (1875-1931). Continuidad y cambio*. Madrid: Siglo XXI, 1991, p. 109-123.

«... los vientos renovadores pierden fuerza y sentido si vamos más allá de la superficie y de los títulos y las primeras páginas de numerosos trabajos. En efecto, como una especie de fórmula de compromiso para ganar franquía, en muchas introducciones abundan los apuntes teóricos y metodológicos, y se repiten declaraciones de intenciones y buenos propósitos que no vemos después madurar en los textos. Desde luego, los frutos de la ruptura no parecen haber alcanzado la altura de las expectativas»²⁴

Efectivamente, los estudios aludidos resultaban excesivamente generalistas, comúnmente no combinan diversos tipos de fuentes, carecían de interdisciplinariedad o pasaban por alto aspectos tan importantes en la comprensión de los movimientos de protesta como las mentalidades y culturas populares.

En el caso concreto del estudio de la conflictividad propia del campesinado los resultados eran todavía más precarios, de modo que en el año 2000 S. Cruz Artacho calificó el estudio de la conflictividad social campesina como “el «hermano pobre» de la historia social española”²⁵.

Otra de las grandes lagunas de que pecaban los trabajos publicados hasta ese momento, salvo raras excepciones, era la ausencia de referencias a las «formas cotidianas de resistencia campesina» de J. C. Scott²⁶, es decir a:

²⁴ GIL ANDRÉS, Carlos – Protesta popular y movimientos sociales en la Restauración: los frutos de la ruptura. *Historia Social*. 23 (1995) 121-135. La cita es de las p. 121-122.

²⁵ CRUZ ARTACHO, Salvador – El «hermano pobre» de la historia social española. Algunas consideraciones sobre el conflicto campesino en la Historia Contemporánea in CASTILLO, Santiago y FERNÁNDEZ, Roberto (coords.) – *Historia social y ciencias sociales. Actas del IV Congreso de Historia Social de España*. Lérida: Milenio Actas, 2001, p. 245-289.

²⁶ SCOTT, James C. – *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985. Las excepciones de que habla C. Gil Andrés son los casos de COBO ROMERO, Francisco; CRUZ ARTACHO, Salvador; y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel – Privatización del monte y protesta campesina en Andalucía oriental (1836-1920). *Agricultura y Sociedad*. 65 (1992) 253-302; y los trabajos de SÁNCHEZ MARROYO, Fernando – La delincuencia «sociopolítica» en Cáceres durante la Segunda República. *Norba*. 10 (1989-1990) 233-264; Delincuencia y derecho de propiedad. Una nueva perspectiva del problema social durante la Segunda República. *Historia Social*. 14 (1992) 25-46; y *Movimientos populares y reforma agraria. Tensiones sociales en el campo extremeño durante el Sexenio Democrático (1868-1873)*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, 1992.

«... cualquier acto(s) [realizado] por miembro(s) de esta clase [campesina] cuya intención sea mitigar o negarse a peticiones (ej. rentas, impuestos, deferencia) impuestas por clases superiores (ej. terratenientes, el estado, propietarios de la maquinaria, prestamistas) o avanzar en sus propias peticiones (ej. trabajo, tierras, caridad, respeto) frente a estas clases superiores»²⁷

Como solución a todas estas faltas C. Gil Andrés propuso realizar:

«... estudios de ámbitos más reducidos, investigaciones de carácter local que permitan profundizar en la estructura interna de los grupos y las comunidades y descubrir la continuidad de estas acciones tenaces y arraigadas, como el impago de impuestos y contribuciones, la evasión del servicio militar, el furtivismo, las prácticas delictivas relacionadas con el uso del monte, los incendios, sabotajes y otros atentados contra la propiedad que nos muestran que el conflicto es un elemento central de la vida cotidiana de la población [...] volver con luz nueva sobre los documentos de los archivos y las investigaciones concretas»²⁸

Al socaire de estas propuestas, desde la segunda mitad de los años noventa del pasado siglo hasta el presente, se han sucedido numerosos trabajos de investigación centrados en marcos geográficos regionales que han profundizado de manera notable en la comprensión de los fenómenos de protesta popular. Además muchos de éstos han atendido de forma especial a regiones rurales del interior peninsular, las cuales –y salvo la Andalucía latifundista–, eran consideradas *lagunas de paz social*.

El primer paso en este sentido lo dio S. Cruz Artacho, quien combinó el estudio del poder político local y el desarrollo de la economía agraria con la conflictividad social del campesino granadino. Otros autores han seguido haciendo camino con sus investigaciones²⁹. La diversificación de fuentes que

²⁷ SCOTT, James C. – Formas cotidianas de rebelión campesina. *Historia Social*, 28 (1997) p. 31. Sobre el estudio de las resistencias individuales del campesinado en la historiografía española véase CASANOVA, Julián – Resistencias individuales, acciones colectivas: nuevas miradas a la protesta social agraria en la historia contemporánea de España in GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (ed.) – *La historia de Andalucía a debate. I. Campesinos y jornaleros*. Barcelona: Anthropos; Diputación Provincial de Granada, 2000, p. 289-301.

²⁸ GIL ANDRÉS, Carlos, Protesta popular... *cit.*, p. 128 y 131.

²⁹ CRUZ ARTACHO, Salvador – *Caciques y campesinos. Poder político, modernización agraria y conflictividad rural en Granada, 1890-1923*. Madrid: Ediciones Libertarias;

han utilizado estos investigadores ha permitido dar un nuevo significado y una nueva dimensión a la protesta popular del campesinado español.

Por otro lado, asimismo el «efecto Scott» ha tenido un notable éxito en la historiografía española vinculándose a la historia ecológica y a la «delincuencia forestal». Es decir, todo ese repertorio de prácticas ilegales (caza furtiva, pastoreo abusivo, roturaciones ilegales, etc.) a través de las cuales los campesinos se resistían a la pérdida de los *comunales*³⁰ derivada de las reformas liberales, un proceso que amenazaba directamente los tradicionales sistemas de reproducción social de las comunidades rurales³¹.

Ayuntamiento de Córdoba, 1994, p. 465-574; GIL ANDRÉS, Carlos – *Protesta popular y orden social en La Rioja de fin de siglo, 1890-1905*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 1995, y *Echarse a la calle. Amotinados, huelguistas y revolucionarios (La Rioja, 1890-1936)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2000; BAUMEISTER, Martin – *Campesinos sin tierra. Supervivencia y resistencia en Extremadura, 1880-1923*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz, 1996; CABO VILLAVERDE, Miguel – *O Agrarismo*. Vigo: Ediciones a Nosa Terra, 1998; GASTÓN AGUAS, José M. – *¡Arriba jornaleros! Los campesinos navarros ante la revolución burguesa (1841-1868)*. Tafalla (Navarra): Txalaparta, 2003 y *Los campesinos navarros ante la revolución burguesa, 1841-1868. Historia Social*, 46 (2003) p. 25-48; LUCEA AYALA, Víctor – *Rebeldes y amotinados. Protesta popular y resistencia campesina en Zaragoza (1890-1905)*. Zaragoza: Institución «Fernando el Católico», 2005 y *El pueblo en movimiento. La protesta social en Aragón (1885-1917)*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009; BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – *Protesta y supervivencia. Movilización y desorden en una sociedad rural: Castilla-La Mancha*. Alzira (Valencia): Fundación Instituto de Historia Social, 2008; REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – *Protesta y violencia de los campesinos castellano-leoneses: la Tierra de Campos (1900-1923)*, Palencia, Diputación de Palencia/Diputación de Valladolid, 2011, p. 35-210.

³⁰ Según el Diccionario de la Real Academia Española (DRAE), los bienes comunales son aquellos que «pertenece a un municipio u otra entidad local y están destinados al aprovechamiento de sus vecinos».

³¹ HERVÉS SAYAR, Henrique et alii – Resistencia y organización. La conflictividad rural en Galicia desde la crisis del Antiguo Régimen al franquismo. *Noticiario de Historia Agraria*, 13 (1997) 165-191; SALA LÓPEZ, Pere – Conflictividad rural en el monte comunal gerundense: pueblos y mansos ante el Estado interventor en la segunda mitad del siglo XIX. *Noticiario de Historia Agraria*, 13 (1997) 105-124; SABIO ALCUTÉN, Alberto – *Los montes públicos en Huesca (1859-1930). El bosque no se improvisa*. Huesca: Instituto de Estudios Altoaragoneses, 1997, p. 191-223, e Imágenes del monte público, «patriotismo forestal español» y resistencias campesinas, 1855-1930. *Ayer*, 46 (2002) 123-153; DE LA TORRE, Joseba y LANA BERASAIN, José M. – El asalto a los bienes comunales. Cambio económico y conflictos sociales en Navarra, 1808-1936. *Historia Social*, 37 (2000) 75-95; CRUZ ARTACHO, Salvador – De campesino a ladrón y delincuente en Andalucía (XIX-XX) en GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (ed.) – *La historia de Andalucía a debate. I... cit.*, p. 159-178; FRÍAS CORREDOR, Carmen – Conflictividad, protesta y formas de resistencia en el mundo rural. Huesca, 1880-1914. *Historia Social*, 37 (2000) 97-118; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel y ORTEGA SANTOS, Antonio – Bienes comunales y conflictos por

En definitiva, a pesar del abandono que los historiadores durante mucho tiempo habían legado al campesinado español, desde los últimos quince años hasta hoy, paso a paso, y con la aportación de numerosos investigadores procedentes de muy diversas regiones españolas, se está haciendo posible que el campesinado sea un actor visible dentro del discurso histórico nacional, lo cual esperamos y deseamos que siga sucediendo con las aportaciones de futuras nuevas generaciones de historiadores.

Los ciclos de conflictividad social campesina entre 1898 y 1923

1) 1898: la última crisis de subsistencias del siglo XIX

El 1 de mayo de 1898, en Cavite (Filipinas), la flota española fue derrotada por buques estadounidenses poniendo práctico fin a la soberanía española sobre las islas. Al día siguiente, llegaron a España las noticias de la derrota. A primera hora de la mañana de ese mismo día, un grupo de mujeres iniciaban un motín en el puerto de Gijón que derivó en graves disturbios populares, asaltos a almacenes de grandes comerciantes y barricadas callejeras. Casi al mismo tiempo, en Talavera de la Reina, cabeza de comarca agrícola del interior peninsular, la multitud también se echó a la calle, terminando por asaltar e incendiar varios establecimientos comerciales, la estación de ferrocarril y el convento de los Jesuitas. Según los datos de C. Serrano, durante las dos siguientes semanas, se sucedieron motines, disturbios y alborotos por más de sesenta localidades españolas³². ¿Qué llevó a estas masas populares a echarse a la calle tumultuariamente? Estas manifestaciones de protesta poco

los recursos en las sociedades rurales, siglos XIX y XX. *Historia Social*. 38 (2000) 95-116; ORTEGA SANTOS, Antonio – La desarticulación de la propiedad comunal en España, siglos XVIII-XX: una aproximación multicausal y socioambiental a la historia de los montes públicos. *Ayer*. 42 (2001) 191-211, y *La tragedia de los cerramientos. Desarticulación de la communalidad en la provincia de Granada*. Alzira (Valencia): Fundación Instituto de Historia Social, 2002, p. 247-311; GASTÓN AGUAS, José M. – La protesta por el comunal en la zona media de Navarra, 1841-1923. *Historia Contemporánea*. 26 (2003) 291-327; BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – Delincuencia y desorden social en la España agraria. La Mancha, 1900-1936. *Historia Social*. 51 (2005) 111-138.

³² SERRANO, Carlos – *El turno del pueblo... cit.*, p. 52.

tuvieron que ver con la derrota española en Filipinas ni con la crisis de la identidad nacional que comenzará a engendrarse desde ese momento entre los regeneracionistas. Muy al contrario, la guerra nunca fue bien acogida entre las clases populares, como muy bien refleja Miguel de Unamuno, esta vez ante la derrota naval española en Santiago de Cuba:

«El día mismo del desastre de la escuadra de Cervera, hallábame yo acordonado desde hacía días [...] en una dehesa en cuyas eras trillaban en paz su centeno los labriegos, ignorantes de cuanto a la guerra se refiere, y estoy seguro de que eran en toda España muchísimos más los que trabajaban en silencio, preocupados tan sólo por el pan de cada día, que los inquietos por los públicos sucesos»³³

El escritor bilbaíno no podía tener más razón. Por encima de lo que sucedía a más de 7.000 kilómetros de distancia, lo que realmente importaba a las clases populares españolas era «el pan de cada día». Las mujeres que iniciaron los disturbios en Gijón protestaban por los altos precios del pescado; y la multitud de Talavera de la Reina reclamaba pan barato y trabajo³⁴.

Y es que España vivía en esos años bajo una profunda crisis de subsistencias. En 1898 se produjo un notable aumento del precio del trigo principalmente causado por el hundimiento de la peseta, el cual se acentuó con el conflicto militar³⁵. La consecuencia inmediata fue la subida de los precios de los alimentos de primera necesidad que tenía más incidencia sobre las economías familiares de las clases populares.

El descontento de las clases populares por estas subidas no tardó en manifestarse. Ya desde febrero de 1898 se produjeron alteraciones del orden público bajo los gritos de «¡Pan y trabajo!» en capitales de provincia castellanas como Salamanca o Palencia³⁶. Si bien no será hasta las dos

³³ Citado en FERNÁNDEZ ALMAGRO, Melchor – *Historia política de la España Contemporánea. Vol. 2*. Madrid: Pegaso, 1959, p. 621.

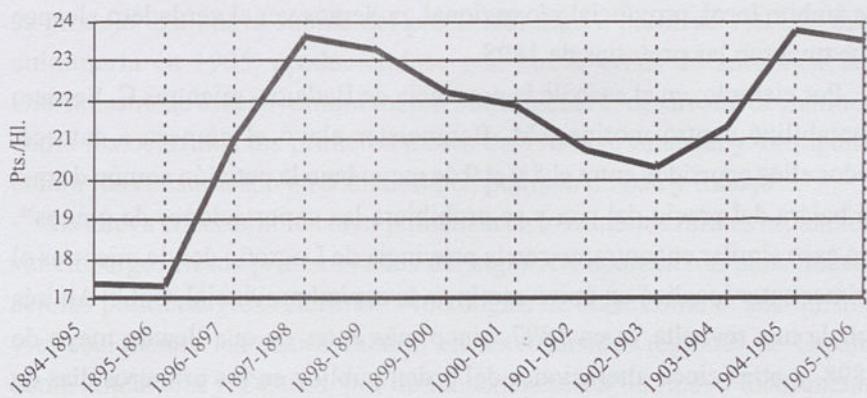
³⁴ Sobre el motín de Gijón véase RADCLIFF, Pamela B. – *De la movilización a la Guerra Civil. Historia política y social en Gijón (1900-1937)*. Barcelona: Debate, 2004, p. 70-72; sobre el de Talavera de la Reina véase DÍAZ DÍAZ, Benito – La protesta popular en Talavera: el motín del pan de 1898. *Cuaderna*, 1 (1994) 76-90.

³⁵ SERRANO, Carlos – *El turno del pueblo...* cit. p. 50-51; BALFOUR, Sebastián – *El fin del imperio español...* cit., p. 114.

³⁶ RABATÉ, Jean-Claude – *1900 en Salamanca. Guerra y paz en la Salamanca del joven Unamuno*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 1997, p. 90-98; PELAZ LÓPEZ,

primeras semanas de mayo cuando los motines y disturbios en protesta por los altos precios de los comestibles se extiendan por todo el país.

Gráfico 1 – Precio del trigo en España, 1894-1906



Fuente: GRUPO DE ESTUDIOS DE HISTORIA RURAL – *Los precios del trigo y la cebada en España, 1891-1907*. Madrid: Banco de España, 1980, p. 170. Elaboración propia.

Estos conflictos se concentraron en ciudades de segundo orden como capitales de provincia y/o cabeceras de comarcas agrícolas, quedando al margen las grandes ciudades (Madrid, Barcelona, Valencia). Es decir, las zonas más afectadas fueron las que más sufrieron la *crisis finisecular*. Al mismo tiempo destacaron las protestas en los centros mineros (Bilbao; Langreo y Mieres en Asturias; Belmez y Linares en Andalucía; La Unión en Murcia, etc.).

¿Qué papel tuvieron los campesinos en estos sucesos? En un principio podría parecer que la agitación no tuvo incidencia en los pequeños núcleos rurales españoles, a pesar de que dichos conflictos estuvieran íntimamente ligados a la crisis finisecular y al ascenso del precio del trigo. Nada más lejos de la realidad. Como el propio C. Serrano señala: «en realidad la agitación fue ciertamente más amplia aún, dado que la prensa informa muchas veces de revueltas en algunos pueblos que no menciona»³⁷.

José V. – *Prensa, poder y sociedad en Palencia (1808-1941)* (tesis doctoral). Valladolid: Universidad de Valladolid, 1998, p. 272-273.

³⁷ SERRANO, Carlos – *El turno del pueblo...* cit. p. 52-54.

En efecto, si superamos los estudios de C. Serrano, basados en informaciones de diarios nacionales (*La Correspondencia de España y Diario de Barcelona*) o en la documentación del Ministerio de Asuntos Exteriores, y nos acercamos a investigaciones que han utilizado prensa y documentación de ámbito local, provincial y/o regional, podemos ver el verdadero alcance que tuvieron las protestas de 1898.

Por ejemplo, en el caso de la provincia de Badajoz, mientras C. Serrano contabilizó cuatro motines, M. Baumeister elevó el número a catorce, todos ellos ocurridos entre el 5 y el 9 de mayo bajo la petición común de que se bajara del precio del pan y se prohibiera las exportaciones de granos³⁸. Un caso similar encontramos en la provincia de Logroño donde mientras el primer autor localizó un único motín en la capital provincial, C. Gil Andrés señala una revuelta ya en 1897, cinco más antes de que llegara mayo de 1898, y otras cinco alteraciones del orden público en los primeros días de este mes³⁹. En el caso de las cinco provincias que conforman la actual región de Castilla-La Mancha, frente a los ocho motines que registró C. Serrano, O. Bascuñán Añover elevó dicha cifra a cincuenta y tres acciones populares de diversa consideración, de las cuales veinticuatro correspondieron a la provincia de Toledo, diecinueve a la de Ciudad Real, cinco a Albacete, tres a Cuenca y una a Guadalajara –si bien en esta última, el mismo autor localizó seis motines a lo largo de 1897, uno de ellos en la propia capital⁴⁰.

La mayoría de todos estos nuevos conflictos se localizaron en pequeñas localidades rurales, y sus protagonistas, por tanto, fueron campesinos. Es decir, a tenor de los ejemplos expuestos, consideramos que no nos alejamos mucho de la realidad si afirmamos que, durante mayo de 1898, una buena parte del campesinado español salió a la calle espoleado por la crisis del país, exigiendo a las autoridades locales y provinciales que controlasen los precios de los productos básicos, tomasen medidas para evitar el desabastecimiento de las localidades y/o ofrecieran trabajo a las clases más desfavorecidas.

³⁸ BAUMEISTER, Martin – *Campesinos sin tierra...* cit., p. 280-283.

³⁹ GIL ANDRÉS, Carlos – *Echarse a la calle...* cit., p. 39-44.

⁴⁰ BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – *Protesta y supervivencia...* cit., p. 74-88.

2) 1903-1905: entre los motines decimonónicos y la organización campesina

Si volvemos a echar un vistazo al gráfico 1 podremos ver que tras 1898, se produjo una nueva subida del precio del trigo a partir de 1903, la cual culminaría en 1905, produciéndose una nueva crisis de subsistencias. Una muestra de esta coyuntura fueron nuevamente el desarrollo de motines, como los ocurridos los primeros meses de 1904 en Valencia y Tarragona, contra los consumos, o en Valladolid en petición de pan y trabajo⁴¹.

La nueva crisis también tuvo influencia en los ámbitos rurales españoles, sin embargo, en los primeros años del siglo XX aparecieron unos nuevos actores políticos. Nos referimos a ideologías de clase como el anarquismo y el socialismo, las cuales calaron en determinadas regiones de España como Andalucía y Castilla, por donde extendieron un nuevo instrumento de protesta colectiva: la huelga.

En el caso del campo de andaluz, la influencia del asociacionismo obrero se dejó sentir desde las últimas décadas del siglo XIX, principalmente en la provincia de Cádiz, de la mano de la Unión de Trabajadores del Campo (UTC), organización campesina de influencia anarquista que pretendía organizar a jornaleros, pequeños propietarios y arrendatarios como medio para mejorar sus condiciones de trabajo. Tras una primera formación en 1872 que fracasó, la UTC resurgió en 1881, extendiendo su influencia por la baja Andalucía. La nueva organización llegó a alcanzar los 20.000 afiliados en septiembre de 1882 y logró plantear una huelga campesina de cara al verano de 1883. El fracaso de ésta derivó en el progresivo debilitamiento de la organización hasta su disolución en 1888. Aún con todo, se siguieron produciendo algunos actos de protesta colectiva, como fue el asalto a la cárcel de Jerez de la Frontera en enero de 1892⁴².

⁴¹ A falta de estudios bibliográficos sobre estos sucesos, nos remitimos a prensa escrita contemporánea: *El Imparcial*, 16-1-1904, 19-1-1904 y 9-3-1904 (consultables en <http://hemerotecadigital.bne.es/cgi-bin/Pandora>).

⁴² Sobre la UTC véase MAURICE, Jacques – *El anarquismo andaluz...* cit., p. 235-257; y para el caso concreto de Jerez de la Frontera y su campiña, MONTAÑÉS, Enrique – *Transformación agrícola y conflictividad campesina en Jerez de la Frontera (1880-1923)*. Cádiz: Universidad de Cádiz; Ayuntamiento de Jerez, 1997, p. 192-208.

Con la llegada de los primeros años del nuevo siglo se producirá una revitalización del asociacionismo anarquista campesino en Andalucía. El más claro ejemplo de este hecho se produjo en septiembre de 1900, cuando se celebró en la localidad gaditana de Villamartín un congreso de sociedades obreras de las provincias de Cádiz, Sevilla y Málaga, las cuales decían aglutinar a alrededor de veinticuatro mil obreros⁴³.

Poco tiempo pasó desde la creación de las sociedades obreras al planteamiento de conflictos laborales. El 27 de diciembre de 1901 se declaró una huelga en El Coronil (Sevilla) que ya en enero de 1902 derivó en una manifestación de mujeres y niños que impedían la entrada en el pueblo de trabajadores forasteros. A lo largo de este mismo año surgieron nuevos conflictos en Carmona y Morón de la Frontera; y en Jerez, por dos ocasiones. Asimismo se planteó una huelga agrícola en Teba (Málaga), en este caso bajo la influencia de una asociación socialista⁴⁴.

A pesar de todo, no será hasta 1903 cuando las huelgas se generalicen por el valle del Guadalquivir entre los meses de mayo y julio, declarándose un total de trece conflictos laborales campesinos. De éstos, cuatro tuvieron lugar en la provincia de Córdoba, cinco en la de Cádiz, tres en la de Sevilla y una en la de Málaga⁴⁵.

El fin de los conflictos andaluces durante el verano de 1903 tuvo lugar en Alcalá del Valle (Cádiz), cuando el 1 de agosto más de quinientos jornaleros secundaron la huelga general convocada por la Federación Regional Española de Sociedades de Resistencia. Como resultado de la intervención de la Guardia Civil, hubo un enfrentamiento entre guardias y huelguistas, resultando muerto un joven de 15 años. Ante tales hechos, los huelguistas se amotinaron prendiendo fuego al Ayuntamiento y al Juzgado Municipal.

La oleada huelguística andaluza tuvo su eco en otras regiones españolas. Más al norte del país, en La Rioja, en torno a la localidad vinícola de Haro⁴⁶; y en Castilla la Vieja, principalmente en pueblos de las provincias

⁴³ MONTAÑÉS, Enrique – *Transformación agrícola...* cit., p. 210.

⁴⁴ La huelga de Teba en BIGLINO, Paloma – *El socialismo español y la cuestión agraria, 1890-1936*. Madrid: Ministerio de Trabajo, p. 51-55.

⁴⁵ MAURICE, Jacques – *El anarquismo andaluz...* cit., p. 323-329.

⁴⁶ GIL ANDRÉS, Carlos – *Echarse a la calle...* cit., p. 73-79.

de Valladolid y Zamora⁴⁷. En estas regiones la dirección de la acción reivindicativa estaba bajo influencia del socialismo, cuyas ideas arribaron la zona a través de los obreros que trabajaban temporalmente en las minas de Vizcaya⁴⁸. Esta influencia se dejó sentir sobre todo en la vasta comarca triguera de Tierra de Campos, que se extiende por las provincias de León, Palencia, Valladolid y Zamora, donde se crearon importante número de sociedades agrícolas en 1903 y 1904, y donde los candidatos asociados obtuvieron significativos triunfos electorales en los comicios municipales del 8 de noviembre de 1903⁴⁹.

Sin embargo, a pesar del éxito del socialismo, ante la crisis de subsistencias del invierno de 1903-04 los campesinos castellanos no rechazaron los motines y manifestaciones populares como expresión de protesta colectiva contra el impuesto de Consumos –siete conflictos– o en petición de pan y trabajo –diecisiete conflictos, diez de ellos en pequeños pueblos–. No será hasta febrero de 1904 cuando las sociedades obreras canalicen ese descontento campesino y se extiendan nuevas huelgas agrícolas. Entre febrero y marzo de ese año se declararon conflictos laborales en un total de dieciséis localidades, la mayoría en la mencionada Tierra de Campos. Con la llegada de la primavera, y de cara a las labores estivales de recolección del trigo, los jornaleros castellanos celebraron dos congresos regionales en Villalpando (Zamora) en abril y en Becilla de Valderaduey (Valladolid) en junio, donde se acordaron conjuntamente las reclamaciones de los obreros ante las negociaciones de los jornales veraniegos. Entre junio y julio de 1904 se plantearon huelgas agrícolas en un total de treinta y dos pueblos castellanos, además de varios conflictos de diverso tipo (coacciones, manifestaciones, etc.) en otros trece lugares; la mayoría, de nuevo, en Tierra de Campos⁵⁰. A todas estas contiendas habría que añadir algunas huelgas más ocurridas en la provincia de Toledo⁵¹.

⁴⁷ REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – 1904. *Rebelión en Castilla y León*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2013, p. 33-42.

⁴⁸ Los cuales a su vez tuvieron una importante participación en la huelga de Vizcaya del otoño de 1903: FUSI, Juan Pablo – *Política obrera en el País Vasco, 1880-1923*. Madrid: Ed. Turner, 1975, p. 230-242.

⁴⁹ BIGLINO, Paloma – *El socialismo español... cit.*, p. 54-57.

⁵⁰ REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – 1904. *Rebelión en Castilla y León... cit.*

⁵¹ BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – *Protesta y supervivencia... cit.*, p. 104-108.

La importancia de esta ola huelguística en Castilla fue tal, que el propio gobierno encargó una investigación al *Instituto de Reformas Sociales* para determinar las causas de la rebeldía del jornalero castellano. La consecuencia de este estudio es un interesantísimo documento que repasa las condiciones de vida, la evolución del asociacionismo y el alcance de las huelgas de los jornaleros castellanos durante aquel año de 1904⁵².

Tanto en Andalucía, como en Castilla, a los correspondientes picos de conflictividad social de los años 1903 y 1904 les sucedieron repentinos ocaños en la protesta campesina y en el asociacionismo sindical agrario en general⁵³. Las causas de este fenómeno son variadas, y entre ellas desataca la gran escasez de 1905, que provocó un aumento de la emigración; la reacción de los propietarios agrarios, tanto mediante acciones represivas contra los obreros asociados como mediante la creación de una red de sindicatos católico-agrarios a partir de 1906 como alternativa a los sindicatos de clase⁵⁴; y la poca capacidad de los líderes sindicales nacionales para integrar en su programa a todos los sectores sociales campesinos, principalmente a los pequeños propietarios-arrendatarios, quienes conformaban el sector social más importante de la España rural⁵⁵.

⁵² Memoria acerca de la información agraria en ambas Castillas encomendado a este Centro por Real Orden de 25 de Junio de 1904, redactada por Adolfo A. Buylla y G. Alegre, Jefe de dicha Sección, completamente trascrito en ARÓSTEGUI, Julio – Miseria y conciencia... cit., p. 101-226.

⁵³ ACOSTA RAMÍREZ, Francisco; CRUZ ARTACHO, Salvador y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel – *Socialismo y democracia en el campo (1880-1930). Los orígenes de la FNTT*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, 2009, p. 239-284.

⁵⁴ CASTILLO, Santiago – *Historia de la UGT. Un sindicalismo consciente, 1873-1914*. Madrid: Siglo XXI, 2008, p. 207.

⁵⁵ CRUZ ARTACHO, Salvador et alii – El socialismo español y la cuestión agraria (1879-1923). Luces y sombras en el debate teórico y en la práctica sindical y política. *Ayer*. 54 (2004) 129-163.

3) 1918-1920: el triunfo de la huelga en la sociedad rural española

«Los sucesos del verano de 1917 marcaron un hito en el desarrollo de la conflictividad social a todos los niveles...»⁵⁶. Estas palabras hacen referencia a la huelga general ferroviaria de agosto de 1917, considerado por la historiografía como el hecho en el que el movimiento obrero alcanzó su mayoría de edad⁵⁷. La huelga tuvo notable éxito en las grandes ciudades del país y en los principales centros industriales. Y, aunque los sindicatos mayoritarios no consiguieron hacer buenas las reivindicaciones laborales, el movimiento obrero salió reforzado, ya que, por un lado, provocó una crisis de gobierno que con el tiempo fue irreparable para el sistema; y, por otro, a partir de esta fecha, los sindicatos consiguieron captar nuevas masas de obreros, logrando no sólo recuperar, sino superar con creces el nivel de asociaciones y afiliados que tuvieron a principios de siglo⁵⁸.

El campo estuvo mayoritariamente al margen de este importante episodio de la conflictividad social en España, aunque no por mucho tiempo. Al año siguiente, 1918, comenzarán a desarrollarse conflictos laborales campesinos que irán aumentando progresivamente hasta alcanzar su cenit en 1920⁵⁹, el año más conflictivo en la España rural hasta la llegada de la coyuntura de la II República.

La importancia del movimiento obrero agrario en estos años fue tal, que los historiadores clásicos consideraron que se aquí se produjo la definitiva integración de los jornaleros y campesinos en el movimiento

⁵⁶ ARÓSTEGUI, Julio; GONZÁLEZ CALLEJA, Eduardo y SOUTO KUSTRÍN, Sandra – La violencia política en la España del siglo XX. *Cuadernos de Historia Contemporánea*. 22 (2002) 53-94. La cita en la p. 68.

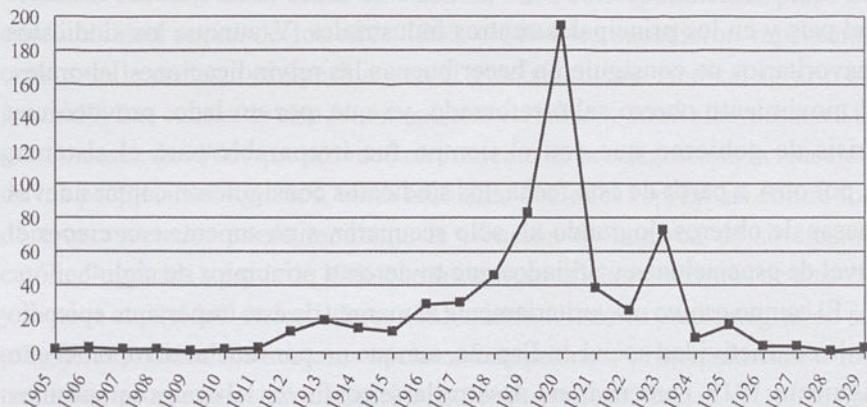
⁵⁷ La bibliografía sobre la huelga de 1917 es muy profusa, por lo que aquí sólo dejamos constancia de un estado de la cuestión en GÓMEZ OCHOA, Fidel – La crisis de la Restauración (1917-1923) en la historiografía española in RUEDA, Germán (ed.) – *Doce estudios de historiografía contemporánea*. Santander: Universidad de Cantabria, 1991, p. 183-209.

⁵⁸ FORCADELL, Carlos – Conflicto social y movilización obrera: de la huelga general a la dictadura de Primo de Rivera in REDERO SAN ROMÁN, Manuel (coord.) – *Sindicalismo y movimientos sociales, siglos XIX y XX*. Madrid: UGT; Centro de Estudios Históricos, 1994, p. 99-109.

⁵⁹ Véase gráfico 2.

obrero⁶⁰, conociendo dicho período como *trienio bolchevista* (*o bolchevique*), una expresión heredada de Juan Díaz del Moral, autor de *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas* allá por 1928⁶¹, quien consideraba que la acusada agitación social campesina de esos años se debió a la influencia que tuvo el triunfo de la revolución rusa en el proletariado agrario español.

Gráfico 2 – Huelgas agrarias en España, 1905-1929



Fuente: Ministerio de Trabajo. Dirección General de Trabajo. *Estadísticas de huelgas. Memorias. Años 1905-1929* in ACOSTA RAMÍREZ, Francisco; CRUZ ARTACHO, Salvador y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel – *Socialismo y democracia... cit.*, p. 117.

Sin embargo, las investigaciones más solventes han desecharado estas explicaciones revolucionarias, y han demostrado que las causas de este nuevo ciclo de conflictividad era una nueva coyuntura económica negativa, a lo cual se unió la aguda crisis política e institucional que sufría el sistema político de la Restauración⁶². La muestra más patente de este hecho es que todos los autores que han estudiado las huelgas agrarias de este período señalan que en ellas apenas hay proclamas revolucionarias, sino que dominan las reivindicaciones laborales, y dentro de ellas, las salariales⁶³.

⁶⁰ TUÑÓN DE LARA, Manuel – *El movimiento obrero en la historia de España. (II)*. Madrid: Sarpe, 1986.

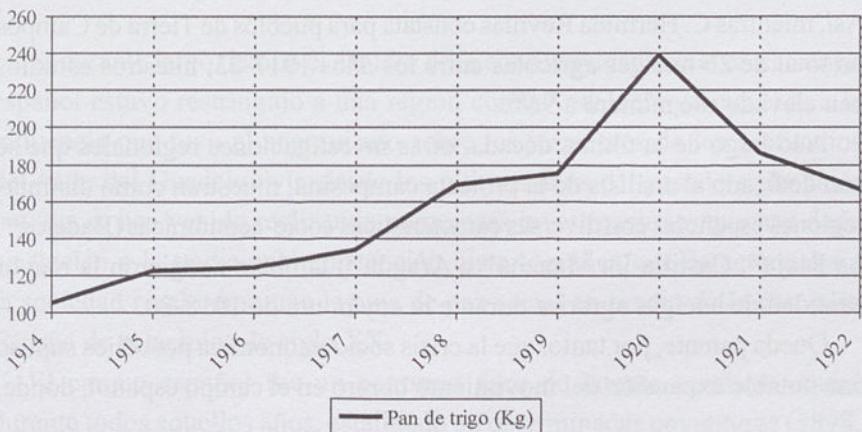
⁶¹ DÍAZ DEL MORAL, Juan – *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas. Córdoba (antecedentes para una reforma agraria)*. Madrid: Alianza, 1973 (1^a ed. 1928).

⁶² RODRÍGUEZ LABANDEIRA, José – *El trabajo rural en España (1876-1936)*. Barcelona: Anthropos, 1991, p. 259-266.

⁶³ Como se ha señalado recientemente: «El llamado Trienio Bolchevique, pese a las connotaciones revolucionarias de su denominación, poco tuvo que ver con proyecto articulado

La neutralidad de España en la I Guerra Mundial produjo notables cambios en la economía nacional. Por un lado se aumentó el número de exportaciones, creando una demanda que en muchas ocasiones superaba la capacidad productiva del país. Por otro, se produjo una disminución de las importaciones por la incapacidad de los países beligerantes y el encarecimiento de los precios del transporte internacional. Este doble proceso se mantuvo hasta 1920, cuando los países beligerantes recuperaron sus respectivos tejidos productivos, obligando a la economía española a centrarse en el abastecimiento del mercado interior. Este hecho produjo la apertura de un proceso inflacionista y un vertiginoso aumento de los precios de los productos de consumo básico, lo cual se dejó sentir con mayor fuerza entre las clases populares del campo⁶⁴.

Gráfico 3 – Índices anuales del precio del pan al por menor (1914-1920)



Fuente: ROLDÁN, Santiago y GARCÍA DELGADO, José L. – *La formación de la sociedad... cit.*, p. 138-139.

alguno de transformación social radical, sino más bien con una reactivación del movimiento asociativo agrario en reivindicación de mejores condiciones de trabajo»; en ACOSTA RAMÍREZ, Francisco; CRUZ ARTACHO, Salvador y GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel – *Socialismo y democracia... cit.*, p. 345.

⁶⁴ ROLDÁN, Santiago y GARCÍA DELGADO, José L. – *La formación de la sociedad capitalista en España, 1914-1920. Vol. I*. Madrid: Confederación Española de Cajas de Ahorro, 1973.

Durante largo tiempo este movimiento obrero agrícola se creyó, erróneamente, limitado a Andalucía⁶⁵. Todo lo contrario. En el caso de Castilla y León, por ejemplo, las estadísticas gubernamentales señalan que también acogió el mayor número de conflictos durante esos mismos años⁶⁶.

Aún con todo, cabe señalar que las estadísticas nacionales no reflejan la verdadera dimensión de la protesta campesina de 1918-20. A. Calero Amor advierte que estudios regionales y locales recogen entre cinco y doce veces más conflictos que los señalados por las estadísticas del Instituto de Reformas Sociales (IRS) y cuatro veces más que los noticiados en *El Socialista* (el periódico oficial del Partido Socialista Obrero Español)⁶⁷.

Retomando el ejemplo de Castilla y León, y en concreto el de la comarca triguera de Tierra de Campos, al manejar documentación judicial y militar y la prensa provincial, vemos que la conflictividad social tuvo mucho mayor calado en la región de lo que reflejan los documentos gubernamentales. Así, mientras C. Hermida Revillas constata para pueblos de Tierra de Campos un total de 26 huelgas agrícolas entre los años 1917-23, nuestros estudios han elevado ese número a 96⁶⁸.

A lo largo de la última década, otras investigaciones regionales que se han dedicado al análisis de la protesta campesina, muestran como distintas regiones españolas con diversas características socio-económicas (Badajoz⁶⁹, La Rioja⁷⁰, Castilla-La Mancha⁷¹ o Aragón⁷²) también acogieron la mayor cantidad de huelgas agrarias durante la coyuntura de 1918-20.

Queda patente, por tanto, que la crisis socio-económica posbética supuso una notable expansión del movimiento obrero en el campo español, donde,

⁶⁵ MAURICE, Jaques – A propósito del trienio bolchevique in GARCÍA DELGADO, José L. – *La crisis de la Restauración...* cit., p. 337-350; DELGADO LARIOS, Almudena – ¿Problema agrario o cuestión nacional? El mito del Trienio Bolchevique en Andalucía (1918-1920). *Cuadernos de Historia Contemporánea*. 13 (1991) 97-124.

⁶⁶ HERMIDA REVILLAS, Carlos – *Economía agraria y agitaciones campesinas en Castilla la Vieja y León: 1900-1936*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1989, p. 137-146.

⁶⁷ CALERO AMOR, Antonio M. – *Movimientos sociales...* cit., p. 49.

⁶⁸ Véase REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – *Protesta y violencia...* cit., p. 64-82.

⁶⁹ BAUMEISTER, Martin – *Campesinos sin tierra...* cit., p. 361-368.

⁷⁰ GIL ANDRÉS, Carlos – *Echarse a la calle...* cit., p. 136-157.

⁷¹ BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – *Protesta y supervivencia...* cit., p. 123-151.

⁷² LUCEA AYALA, Víctor – *El pueblo en movimiento...* cit., p. 418-430.

a igual que ocurrió en el resto de España, «la huelga se convirtió en el mecanismo de movilización más utilizado»⁷³.

No obstante, de nuevo tenemos que señalar que el avance de la huelga como principal expresión de protesta colectiva del campesinado español no supuso el abandono de viejas prácticas de acción popular como eran los motines. En este sentido, durante la primavera y los inicios del verano de 1920, coincidiendo con los días en que los precios de las subsistencias alcanzaron sus máximos costos, se extendieron numerosos motines en donde la multitud reclamaba a las autoridades medidas para rebajar los artículos de primera necesidad en regiones como La Rioja⁷⁴, las provincias de Toledo y Ciudad Real⁷⁵, y Badajoz⁷⁶.

A modo de conclusión

Si durante largo tiempo el estudio de la conflictividad social en el campo español estuvo restringido a una región como Andalucía y vinculada a la influencia que tuvo el anarquismo sobre los jornaleros de los latifundios del valle del Guadalquivir, desde los últimos años del pasado siglo hasta hoy día se han venido realizando numerosas investigaciones que han dado un vuelco a la tradicional concepción historiográfica que caracterizaba a la sociedad rural como una laguna de paz social en medio de la convulsa España de principios de siglo XX.

El campo español fue un continuo foco de latente conflicto social durante todos aquellos años, estallando en determinadas coyunturas (1898, 1903-04 y 1918-20) como consecuencia de la extensión de diversas crisis de subsistencias. En estas coyunturas el campesino no sólo acudió a la ejecución de motines y alborotos populares, los cuales habían sido la expresión de protesta colectiva tradicionalmente utilizada por las masas populares desde el Antiguo Régimen, sino que también se mostró abierto a

⁷³ CRUZ MARTÍNEZ, Rafael – Crisis del Estado y acción colectiva en el período de entreguerras (1917-1939). *Historia Social*. 15 (1993) 119-36. Cita en p. 129.

⁷⁴ GIL ANDRÉS, Carlos – *Echarse a la calle...* cit., p. 134-135.

⁷⁵ BASCUÑÁN AÑOVER, Óscar – *Protesta y supervivencia...* cit., p. 141.

⁷⁶ BAUMEISTER, Martin – *Campesinos sin tierra...* cit., p. 288-300.

Ganharás o pão com o suor do teu rosto: imigrantes portugueses, padeiros e experiências políticas São Paulo/BR 1870-1945*

Maria Izilda Santos de Matos **

Pontifícia Universidade Católica / São Paulo / Brasil

mismatos@pucsp.br

Texto recebido em /Text submitted on: 18/11/2011

Texto aprovado em /Text approved on: 12/02/2012

Resumo/Abstract:

Este artigo pretende ser uma contribuição para o estudo das experiências cotidianas de imigrantes portugueses na cidade de São Paulo, no período entre 1870 e 1945. A análise procurará recuperar a teia de relações cotidianas em sua dimensão da experiência no mundo dos negócios e do trabalho, recobrando as atividades de produção e comercialização do pão, observando a trama das conexões e tensões que se estabeleciam entre proprietários e trabalhadores nas padarias, na sua maioria de origem portuguesa. Privilegiando a documentação do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), particularmente os prontuários, a proposta recupera confrontamentos, formas de resistência, luta e greves que atingiram o setor da panificação.

This article is intended as a contribution to the study of the everyday experiences of immigrants in the city of São Paulo in the period between 1870 and 1945. The analysis will seek to recover the web of relationships in their everyday dimension of experience in business and labor, recovering the activities of production and marketing of bread, watching the fabric of connections and tensions that have established between owners and workers in bakeries in most of Portuguese's origin. Focusing the documentation DEOPS (State Department of Political and Social Order) of, particularly the charts, it recovers confrontations, forms of resistance, struggle and strikes that hit the sector of the bakery.

Palavras chave/Keywords:

Portuguese; Imigrantes; Padeiros; São Paulo; Cotidiano.

Portuguese; Immigrants; Bakers; São Paulo; Daily.

* O presente artigo faz parte do projeto: Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano São Paulo Séculos XIX e XX, desenvolvido pela autora, com apoio do CNPq/Br.

** Doutorada em História (1991), Pós doutorado na Université Lumière Lyon 2/França (1997), Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Participa de vários projetos de pesquisa, é pesquisadora 1 do CNPq. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: imigração portuguesa, história e gênero, história e cidade.

Este artigo focaliza as experiências de imigrantes portugueses na cidade de São Paulo/BR, no período entre 1870 e 1945¹. A análise procurará recuperar a teia de relações cotidianas na sua dimensão da experiência no mundo dos negócios e do trabalho, recobrando as atividades de produção e comercialização do pão, observando a trama das conexões e tensões que se estabeleciam entre proprietários e trabalhadores nas padarias, na sua maioria de origem portuguesa. Privilegiando uma ampla documentação, com destaque para os prontuários do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), a proposta recupera enfrentamentos, formas de resistência, lutas e greves que atingiram o setor da panificação.

São Paulo: “a cidade que mais cresce no mundo”

Na última década do século XIX, intensificou-se o processo de “modernização” do Brasil, com o final da escravidão e do regime monárquico, atrelado à crescente urbanização, imigração, migrações internas e industrialização, particularmente no sudeste do país. Estas mudanças provocaram, num curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, transformações econômicas e sociais, gerando um novo perfil populacional, com considerável aumento demográfico e mudanças no universo do trabalho nas cidades e no campo.

A expansão urbana da cidade de São Paulo e sua consolidação como centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços foram fatores vinculados à expansão da produção cafeeira e a grande imigração. Neste processo, pode-se considerar como marco de mudança a inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí (1863), que conectou São Paulo com o porto exportador de Santos e a com a zona cafeeira no interior do Estado. Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, mas, também,

¹ Apesar dos portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes entrados no Brasil, só mais recentemente a temática tem instigado os pesquisadores, a maior parte dos estudos concentra-se no Rio de Janeiro. Apenas, nos últimos anos que apareceram trabalhos que investigam a presença dos lusos em São Paulo. Entre outras obras, ver: MATOS, M. Izilda Santos de *Cotidiano e Cultura*, Bauru, 2002; PASCAL, M. Aparecida. *Portugueses em São Paulo*, SP: Expressão e Arte, 2005; FREITAS, Sonia M. *Presença Portuguesa em São Paulo*, SP: Imprensa Oficial, 2006; MATOS, M. Izilda Santos de, e alli. *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru/Porto, EDUSC/CEPESE, 2008.

possibilitaram a chegada de uma massa de imigrantes, além de trazer de várias partes do mundo, particularmente da Europa, toda uma gama de produtos e influências, gerando e dinamizando um “vetor modernizador”².

De acordo com o censo do ano de 1872, quando a cidade já sentia as consequências do surto cafeeiro, sua população era de 31.385 pessoas, elevando-se para 64.934 habitantes, em 1890. No começo do século XX, São Paulo assumiu seu destino de metrópole, sob o influxo do crescimento industrial, comercial e financeiro, em 1900, totalizava 239.820 habitantes, em vinte anos este número mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033. Entre 1920 e 1940, a população novamente duplicou, saltando para 1.326.261 moradores. Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros³ (destes 79.465 portugueses)⁴, constituindo-se num mosaico diversificado de grupos étnicos e de seus descendentes, que, juntamente com os migrantes do interior do estado e de outras regiões do país, conviviam numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.⁵

O florescimento da cidade tornou-a um pólo de atração para os imigrantes. Alguns vieram diretamente para a cidade e outros, após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas, novas oportunidades e na busca da realização de seus sonhos. Novos territórios se constituíam e passaram a receber as marcas dos grupos que ali se instalaram: os italianos no bairro do Bexiga, os japoneses na Liberdade, os judeus no Bom Retiro, os sírio-libaneses na Vinte e Cinco de Março, os portugueses em Santana e no Sumaré além de distribuídos em toda a cidade, em os redutos mais ocultos dos negros na Barra Funda e Casa Verde.

Os recém-chegados⁶ procuravam arranjar ocupações nas atividades urbanas, no setor fabril, comercial e de serviços, nas obras públicas e

² ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

³ Censo Estadual de 1934.

⁴ ARAÚJO, Oscar Egídio de. Enquistamentos étnicos. In: *Revista do Arquivo Municipal*. vol. LXV, março de 1940.

⁵ Apesar das restrições na política imigratória a partir de 1930, presentes na Lei dos 2/3 (decreto 19.482 de 12/12/1930) que garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos em todas as categorias profissionais. Na mesma década a medida foi relativizada pela Resolução 34 do Conselho de Imigração e Colonização (22/04/1939) que revogou qualquer restrição numérica as entradas de portugueses.

⁶ Cabe destacar, que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família e vieram bem antes de seus familiares, que ficaram

particulares. Porém, eles enfrentavam as dificuldades de um cotidiano com alta concentração de trabalhadores, excedendo largamente as necessidades do mercado e aviltando os salários. Difundiram-se múltiplas formas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego, emprego flutuante, ampliando, assim, uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos, desenvolvendo experiências cumulativas de improvisação.⁷

O aumento da população com a chegada continua dos imigrantes gerou novos hábitos, gostos e práticas alimentares, que se tornaram mais variadas com a diversificação dos produtos oferecidos, ampliando as oportunidades para as atividades comerciais de abastecimento. Entre as diferentes categorias de vendedores ambulantes, que retiravam sua sobrevivência do comércio nas ruas, os imigrantes portugueses se encaixaram entre aqueles que ofereciam gêneros de abastecimento fundamentais à rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia. Utilizando-se de carrocinhas de madeiras, eles comercializavam verduras, frutas, flores, ovos e aves, carnes e peixes, leite e também pão.

Alguns recém-chegados começaram como ambulantes, mas, com muito empenho, trabalho e poupança, conseguiam se estabelecer em pequenos negócios; outros graças a seus tinos comerciais ascenderam à posição de comerciante, partindo daí para a diversificação de seus interesses.⁸

aguardando; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir DEMARTINI, Zeila Brito Fabri. Imigração, Família e Educação. In: Anais do V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Évora: 2003, p. 3.

⁷ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura*. São Paulo: EDUSC, 2002.

⁸ Entre 1910 e 1914 ocorreu um aumento considerável da imigração lusitana para São Paulo, com alterações nas suas caracterizadas de até então individual, masculina e temporária, tornando-se tendencialmente familiar e permanente. Estes imigrantes se destacam nas atividades comerciais. No atacado, os portugueses se estabeleceram no comércio do café, trigo, arroz, milho, batatas e cebolas, na importação e exportação de gêneros alimentícios, em especial vinhos, azeites e conservas, também no setor têxtil, fios, tecidos e artefatos de tecidos e vestuário. Os comerciantes portugueses eram a maioria entre os estrangeiros, superior aos sírio-libaneses e italianos. Censo de 1950- São Paulo, Nacionalidade dos proprietários e sócios de firmas individuais e sociedade de pessoas do comércio varejista segundo gênero de comércio.



Os imigrantes portugueses se destacaram principalmente no comércio a retalho, se estabeleceram em negócios de pequeno e médio porte, na maioria unidades familiares: alfaiatarias, lojas de roupas, tecidos, armarinhos e miudezas, ferragens, louças, vidros, nos setores de serviços e alimentício. Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo, eles aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para constituírem pequenos armazéns de secos e molhados, açouguês, adegas, quitanda de frutas e legumes, vendas e botequins.

Entrecruzando o público e o privado, o negócio e o lar, a família trabalhava duramente no balcão. Os poucos auxiliares eram, em geral, também portugueses, que se colocavam sob a tutela de conterrâneos, instituíram-se um sistema de redes de chamada. Dessa forma, estabeleceram negócios variados, como: quitandas, mercearias, leiterias, açouguês, bares, cafés, botequins, restaurantes, pastelarias, tabernas, também nos hotéis, pensões e casas de cômodos, com ou sem o fornecimento de refeições, e particularmente as padarias e confeitarias. Alguns destes estabelecimentos eram mais simples, outros mais sofisticados com mesinhas, lustres, cristais, espelhos, visando reproduzir um estilo europeu além de tornarem-se aconchegantes e chiques, sendo freqüentes as referências nos anúncios da imprensa.

Nas confeitorias e doceiras, serviam doces, cremes, chás, chocolates e sorvetes, algumas se tornaram pontos de encontro e se sofisticaram. Os restaurantes que se fizeram notar desde a década de 1850, se expandiram depois dos anos de 1870, e particularmente nos inícios do século XX, quando se tornou mais freqüentes às refeições fora de casa (especialmente o almoço), devido às distâncias entre o trabalho e a casa.

Neste período, surgiram restaurantes de diferentes tipos, alguns ofereciam refeições mais simples, e outros, mais sofisticadas. Através dos cardápios divulgados nos anúncios de jornais, pode-se observar a presença de pratos regionais, nacionais e estrangeiros. A influência estrangeira foi crescente, particularmente, a dos menus franceses e do modelo de servir a “table ronde”, com cardápio definido e preço fixo por pessoa. A presença dos imigrantes com seus gostos, práticas e sabores levou a diversificação do setor, com destaque inicial para os italianos, mas se fizeram presentes às marcas dos portugueses, espanhóis e de outras nacionalidades.⁹

Estrangeiros em São Paulo

Anos	Total Geral	Portugueses	Italianos	Espanhóis
1885-09	1.059.199	134.594	744.244	180.361
1910-34	654.637	263.063	187.558	204.016
1935-59	311.987	156.536	90.130	65.321
1960-61	31.665	14.982	4.144	12.539
Total	2.057.488	569.175	1.026.076	462.237

Fonte: Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo: 1962. p. 44.

Com a mão na massa: fazer o pão

Em São Paulo, até a segunda metade do século XIX, as mulheres eram as principais responsáveis pela preparação do pão, que era produzido majoritariamente com milho e mandioca. Elas se ocuparam das tarefas

⁹ SILVA, Siwla Helena. *Restaurant à moda de Paris: mudanças culturais e o surgimento do restaurante na cidade de São Paulo (1855-70)*. Dissertação (Mestrado em história), PUC-SP; 2007.

de preparar a farinha, peneirar, fazer a massa e assar os pães.¹⁰ Algumas trabalhavam para outras mulheres, donas dos fornos e da matéria-prima e vendiam nas ruas e/ou entregavam nos domicílios.

A partir da segunda metade do século XIX, as transformações na cidade foram influenciadas pelos imigrantes¹¹, que entre os novos gostos e práticas difundiram o uso do trigo (da farinha de trigo), particularmente, para a elaboração dos pães. Estabeleceram-se padarias que viabilizavam uma produção maior, sistematizada e cotidiana adequada ao crescimento da demanda. Neste processo, a atividade feminina foi substituída pelo trabalho de homens, particularmente solteiros, de forma que as mulheres passaram a não mais atuar nos espaços de preparação do pão.¹²

Os responsáveis iniciais pela expansão da panificação na cidade foram os imigrantes italianos. As padarias, na maioria dos casos, eram empresas familiares, destacaram-se a Santa Tereza (1872), Ayrosa (1888) e Popular (1890, da família Di Cunto). Elas produziam os chamados “pães caseiros” com fermentação natural, o que os tornava mais saborosos nos dias seguintes, sendo assim, a maioria dos clientes adquiriam o produto para 2 ou 3 dias, o que facilitava a organização dos horários e o descanso semanal.

O setor da panificação se difundiu com a ampliação da influência das chamadas padarias e confeitarias francesas e da preferência pelo pão do tipo

¹⁰ Referências simbólicas e culturais constituíram significados sobre o pão, sua presença simboliza fartura, abundância, enquanto sua falta identifica carência, fome e miséria. O cristianismo identifica o pão ao corpo divino, além de clamar pelas bênçãos do “pão nosso de cada dia”. Lutas e movimentos sociais foram constituídos clamando pelo pão, como denúncia da situação de miséria a qual estavam submetidos certos setores sociais. Tanto no Brasil quanto na Europa, o preparo e consumo do pão acompanhavam rituais e cerimônias, usava-se fazer cruzes nas massas, rezar salmos para fazê-los crescer e ficarem macios e bonitos. “O pão suscita o respeito mais arcaico, é quase sagrado. Joga-lo ao chão, pisa-lo é visto como sacrilégio... O pão é memorial.” CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: II. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 133-34.

¹¹ Cozinhar é transmissão de um saber geracional, de tradições, vinculada à memória familiar e da comunidade de origem, envolve gestos ritos e códigos herdados e repetidos. Na preparação do alimento precisava-se orçar a disponibilidade do recurso, observar na compra a qualidade dos ingredientes, calcular o tempo de preparo e as porções para não ter desperdício ou falta. CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: II. Petrópolis: Vozes, 1996.

¹² Só em 1920 apareceram as primeiras padarias mecanizadas. Em São Paulo, havia um total de 8.860 padarias em 1950 e mais de 13 mil nos anos 60. Na década de 1970, passaram para 70 mil, com um consumo de mais de um milhão de toneladas de pão por ano.

francês. A partir de 1860, nos jornais da capital paulista o número de anúncios de padarias e de procura de padeiros cresceu, permitindo avaliar como a panificação ganhara um incremento inusitado. Os anúncios ocupavam várias páginas, revelando as mudanças de hábitos, o desenvolvimento comercial da cidade e o aumento de um contingente de imigrantes que se envolveram na atividade de preparo e venda do pão.

Os anúncios na imprensa permitem observar toda a variedade de pães que era oferecida, com destaque para o pão francês, mas também para a bisnaga, o pão de família, o pão de Paris, o pão-de-rala (feito com centeio e milho), o pão de leite (com ovos e açúcar), o meleças, o saloio¹³, o quartado (mistura de farinhas de trigo, centeio, cevada e milho) e outras qualidades. Somava-se um grande sortimento de rosas, tranças, biscoitos, sequilhos e bolachas. As padarias (misto de mercearias) também ofereciam café moído e leite puro, sendo que de todos os produtos “afiança-se a boa qualidade e os preços cômodos”.

Padaria Brazileira

RUA DO ROZARIO N.º 30

N'este estabelecimento novamente preparado com limpeza continua-se a fabricar pãis de todas as qualidades, biscoitos, rosas, sequilhos, bolachas, biscoitos doces para servir ao chà, de diferentes qualidades. Vende-se essuar refinado, arrobado, o as libras, superior qualidade de manteigas, vellas do celho, e composição, vinhos, sorveja ingleza preta e branca, conservas licores de diversas qualidades, refrescos de lamarindos, orxata, dita em pó, grozeille, xarope do vinagre, dito de limão, dito do gômo e outros, tudo por preços muito inferiores aos actuais; e muitos outros generos de molhados. Apromtão-se receitas dos mesmos para fôra com promptidão, nos quaes se faz diferença nos preços conforme a porção, tanto nos molhados, como nos objectos do massas, o assucar. Afiança-se a boa qualidade dos generos, os quaes não agradando ao comprador accepta-se restituindo-se seu importo.

O estabelecimento está as ordens para quem quiser observar so o trabalho é, ou não feito com limpeza, podendo ser visto a qualquer hora do dia ou da noite.

Fonte: Correio Paulistano, 25 de setembro de 1862.

¹³ Este tipo de pão é feito de uma variedade de trigo e por uma forma especial de preparo, difundida nos arrabaldes de Lisboa.

Com a propagação do uso do fermento biológico tornou mais ágil a forma de preparar o pão, permitindo a produção de várias fornadas diárias, com pão quente a toda hora. Algumas padarias ofereciam pão quente desde as 5 horas até as 9 horas da manhã, de tarde entre as 3 e 5 horas e das 7 até as 9 horas, além de se proporem a aprontar “encomendas para fora com toda a brevidade” para festas, casamentos, batizados, etc.

Estas práticas foram difundidas especialmente nas padarias de propriedade dos portugueses, que também inovaram a organização do negócio com a incorporação de vários sócios, os quais se revezavam em diferentes turnos, garantindo, assim, o funcionamento contínuo dos estabelecimentos nos 7 dias por semana e por quase 20 horas diárias. Neste setor, os portugueses se destacaram e integravam todas as etapas da produção do pão: donos de padarias, fornecedores de lenha e carvão para os fornos, trabalhadores como masseiros, forneiros, carvoeiros e entregadores.

Com o crescimento do setor, em 1915, os proprietários de padarias constituíram a União dos Proprietários de Padarias de São Paulo. O Estatuto Social foi aprovado na Assembléia Geral, ocorrida em 9 de Março, quando além de discutirem os assuntos pertinentes à estruturação da entidade, foram levantadas as questões que mais incomodavam os panificadores naquele momento.¹⁴ Sendo proposta a constituição de um registro de fregueses (buscando selecionar os bons pagadores) e um cadastro de empregados. A organização do cadastro de empregados pretendia ordenar informações quanto ao caráter, assiduidade e engajamento político, buscando direcionar os patrões na hora das contratações, identificando os “indesejáveis”, inclusive levando a demissão, suspensão, multas e ridicularização.

O cadastro de empregados foi uma das primeiras disposições e buscava o registro de todos os demitidos das padarias, os proprietários comunicavam os nomes dos trabalhadores e os motivos de sua demissão, que eram divulgados pelas padarias, impedindo que ele encontrasse novo emprego. Os motivos mais citados eram falta de assiduidade e roubo, todavia a acusação de roubo poderia, ser utilizada para encobrir demissões relacionadas às atividades

¹⁴ PERISSINI, Nilmar Cristina. *Da União à Fundação: a história da panificação em São Paulo*. São Paulo: Mundial, 2005.

políticas, apesar de se encontrarem nas listas alguns operários declarados como “agitadores”, “insubordinados” e “subversivos”.

Exemplar foi o caso do padeiro Eleutério do Nascimento preso em setembro de 1934, sendo identificado pela polícia como um “perigoso ladrão”¹⁵. Porém, o noticiário do jornal *A Plebe* esclarecia a situação, destacando as prisões arbitrárias de trabalhadores e sindicalistas. Neste caso, a prisão ocorreu justamente durante a greve dos padeiros de 1934, capitaneada pelo Sindicato dos Padeiros, sendo Eleutério um dos líderes do movimento:

Conhecido como é esse companheiro entre os trabalhadores de sua classe, de cujo Sindicato vem sendo, de há muito, honesto colaborador, essa notícia provocou a mais justa repulsa [...] não é ladrão, mas honesto trabalhador padeiro.¹⁶

A União dos Proprietários de Padarias também articulou os próprios proprietários em torno das questões do abastecimento da farinha de trigo, especificamente, nos momentos de carestia do produto, como durante a Primeira Grande Guerra (1914-18). Outra questão que envolvia os proprietários foi a dos confrontamentos com a Diretoria de Higiene Municipal que, entre suas funções, buscava organizar e fiscalizar a higiene no local durante o processo de produção do pão.

Neste momento, as ações do órgão público visavam normatizar a localização das cocheiras junto às padarias. Cotidianamente, a distribuição do pão era feita por entregadores em carrinhos, na maioria de tração animal (cavalos e burros), desta forma, atendia-se a freguesia que morava mais longe, ou que por comodidade, gostava de ter o pão entregue em sua casa. Depois das entregas, os carrinhos e os animais eram guardados em cocheiras instaladas junto às padarias, gerando polêmica com os órgãos de higiene, os quais propunham que estas cocheiras fossem instaladas fora do perímetro urbano, afastadas das padarias.

Segundo os proprietários esta medida dificultaria o serviço de entregas. Após vários protestos dos proprietários e de sua entidade, as cocheiras foram mantidas junto às padarias, mas com a condição de serem azulejadas e conservadas sobre rigorosas normas de higiene e limpeza.

¹⁵ Prontuário DEOPS-SP, nº 1899 – Eleutério Nascimento.

¹⁶ *A Plebe*, nº 72, 29/09/1934.

A União dos Proprietários de Padarias de São Paulo encerrou suas funções em 1917, voltando a se constituir em 1920, com acirramentos das tensões entre patrões e empregados. Em 1922, a Câmara Municipal de São Paulo procurou regulamentar dias e horários de funcionamento das padarias, de forma a garantir o descanso semanal dos empregados.¹⁷

Frente à questão, a União dos Padeiros (órgão de representação dos empregados) iniciou a conversação com os patrões, destacando entre suas reivindicações a extinção do trabalho noturno com a concentração da fabricação do pão no período diurno. Os proprietários consideraram a proposta impraticável, pois inviabilizaria as entregas matutinas que eram muito lucrativas para as padarias. Quanto ao descanso semanal, ficou estabelecida a segunda-feira, mas muitas padarias mantiveram sua produção neste dia.

As tensões cresciam, principalmente, frente à fiscalização da prefeitura, já que em alguns casos os fiscais eram mais rigorosos e em outros mais flexíveis. A associação patronal entrou com representação junto a Câmara Municipal de São Paulo buscando extinguir a lei.



Padaria de português.
Acervo do Memorial do Imigrante de São Paulo

¹⁷ Através da lei nº 2.503 (sancionada em dezembro de 1922), também se passou a exigir a regulamentação dos entregadores de pão perante os órgãos de fiscalização pública com exame para obtenção da carteira de cocheiro (artigo 71, ato nº 1426 de abril/1920).

Em 1925, novamente, a União dos Proprietários foi encerrada, voltando a se constituir em 1928, como Associação dos Proprietários de Padarias de São Paulo, centrando suas ações nas questões com seus empregados e com a prefeitura, como: quanto ao descanso semanal, horários de trabalho, higiene nas cocheiras e no processo de fabricação do pão. Assim, novos impasses se constituíram com a Diretoria de Higiene que buscava normatizar o acondicionamento do pão, que deveria ser embrulhado imediatamente após a saída do forno e não mais colocados e sacos, cestos ou tabuleiros.¹⁸

O pão que o diabo amassou

O fazer o pão exigia conhecimento e habilidades profissionais, subentendendo um processo com diferentes etapas e hierarquias. Inicialmente o trigo era peneirado dentro de uma masseira de madeira, em separado fazia-se o fermento, em seguida misturavam-se os ingredientes que deveriam ser amassados “a muque” (utilizando-se a força física)¹⁹, só com experiência – através do toque – que se adquiria o conhecimento do ponto ideal da massa.

A massa já pronta descansava, dependendo da temperatura esse processo era mais lento ou mais rápido, posteriormente ela era cortada, pesada, sovada, para depois se modelar os pães, que eram colocados em tábuas aprontando-os para logo serem levados ao forno, na hora de colocar no forno era que o corte do pão era dado.

O forno redondo de barro e tijolos não possuía termômetros, estando sob o controle do padeiro. Nas padarias maiores havia o forneiro, que devia preparar o forno (limpava, colocava a lenha, ascendia o fogo) e pela experiência sentir a temperatura, sabendo o momento exato de colocar e retirar o pão. Os pães eram colocados no forno com cuidado e habilidade, com a palheta posicionava-os de um lado e retirava-os prontos de outro,

¹⁸ Nos anos 30, também foi criado o Sindicato dos Industriais de Panificação e Confeitoria de São Paulo reconhecido pelo Ministério do Trabalho, dessa forma o setor patronal adquiriu dupla representação.

¹⁹ As masseiras elétricas começaram a ser utilizadas em meados da década de 1920, mas sua difusão foi lenta e parcial, sua incorporação mais generalizada, ocorreu a partir dos anos 40.

estas ações exigiam atenção e prontidão para evitar que os pães ficassem crus ou torrados.²⁰

A jornada de trabalho nestes estabelecimentos era longa, começava às 18 horas com o preparo da massa e se estendia por toda a noite, já que às 4:30 horas o pão deveria estar pronto para a venda e para as entregas à freguesia. Já às 7 horas, começavam os preparativos para o pão da tarde, quando os instrumentos e o local eram limpos enquanto o pão estava sendo assado. O descanso era das 12 horas às 18 horas, contudo, este horário não era fixo podendo ocorrer variações.

Os padeiros também ajudavam no balcão e realizavam as entregas, mas em outros casos a “freguesia era feita” pelo entregador, que iniciava o trabalho por volta das 4:30 horas da madrugada e terminava por volta das 6:30 horas. Ele saia com um cesto grande e entregava em armazéns, bares e domicílios. Alguns entregadores comercializavam em carrocinhas (puxadas a burro ou cavalo, posteriormente motorizadas) que lhe permitia servir a uma clientela mais distante.



Entregador de pão
Acervo do Memorial do Imigrante de São Paulo

²⁰ FONTES, Edilza. *O Pão nosso de cada dia*. Belém: Paka-tatu, 2002.

A freguesia era constituída por uma parceria entre o freguês e o padeiro/ entregador, o qual se empenhava em agradar e manter a clientela.²¹ As relações estabelecidas entre eles subentendiam solidariedade e cobranças, várias eram as exigências quanto à pontualidade de horário na entrega, ao tipo e qualidade do pão, às preferências (o pão mais torrado ou branquinho). Mesmo em momentos de dificuldades para a obtenção e controle sobre a farinha de trigo, o que poderia acarretar a perda de qualidade do pão, os padeiros se empenharam em servir a freguesia. O pagamento era realizado aos sábados, mas tinha os que “acertavam” por quinzena e até mesmo por mês, logicamente, havia os atrasos e as dívidas acumuladas.

O pão tinha que ser feito todos os dias, sendo imperdoável a falta do padeiro e não havendo descanso, sábados, domingos ou feriados. Para além da jornada extensa e noturna, sem repouso e da falta de folgas, deve-se destacar que todas as etapas do processo de preparação do pão eram árduas e pesadas, com dispêndio de força para a preparação da massa, além das altas temperaturas do local de trabalho. A esta situação somava-se a insalubridade da função, que causava mal aos pulmões e aos olhos, doenças cardíacas e pulmonares, como tuberculose, asma e pneumonia, além de reumatismo, queimaduras e varizes.

Nesta atividade os ganhos eram parcós, alguns trabalhavam por anos sem receber nada a não ser a hospedagem e um prato de comida, mesmo para os mais gabaritados os pagamentos eram instáveis, eles poderiam ampliar ganhos com a venda do pão em domicílio.

A maior parte dos trabalhadores das padarias (homens solteiros) morava no local de trabalho, uma espécie de alojamento fornecido pelo proprietário, que também fornecia as refeições, o que facilitava aos recém chegados, pois os livrava das despesas com acomodações, transporte e alimentação. Contudo, os cômodos eram precários, sujos, mal arejados e a comida não podia ser considerada boa. Cabe observar que essas ações eram estratégias patronais de controle sobre o cotidiano e o horário de trabalho, garantia de assiduidade, pontualidade e possibilidade de extensão da jornada, buscando disciplina, criando dependência e outros vínculos.

²¹ A compra ou repasse de uma freguesia era uma responsabilidade e deveria ser precedida de uma apresentação, pois o freguês mantinha fidelidade ao seu padeiro.

O dono da padaria – o português – escolhia o padeiro e seus ajudantes, fornecia o local e a matéria-prima e cobrava produção. Buscava o controle, através do número de pães que cada saca de trigo produzia, mas esse número dependia da qualidade da farinha e das habilidades do padeiro. Também, controlava-se a produção através da vigilância do processo de trabalho, chegavam a trancar a sala da padaria restringindo a saída dos padeiros.

Aprendia-se a trabalhar – trabalhando

Aprendia-se a ser padeiro na própria padaria. Os jovens principiantes observavam o processo de preparação do pão atuando como auxiliares, alguns entravam com 8 ou 10 anos, eram filhos e parentes ou amigos do próprio padeiro ou ainda do dono da padaria. O processo de aprendizagem era lento, incluindo submeter-se a várias atividades: peneirar o carvão, rachar lenha, colocar lenha no forno, limpeza do forno, carregar os sacos de farinha, enrolar os panos, ajudar a fazer a massa, limpar e varrer a padaria, atender no balcão, fazer entregas, entre outros. Eram atividades que demandavam força (agüentar peso, carregar cestos com 60 pães), conhecer as redondezas e a freguesia, enfrentar a longa jornada, entre outras.

Dependendo das habilidades e dedicação poderia passar para amassador, padeiro e forneiro.

Quando cheguei fui trabalhar com meu irmão, era caixeleiro, era tudo [...] ajudava a amassar levantava às 2 de manhã, ajudava no balcão e a distribuir o pão. Morava na padaria [...].²²

Reforçando esse depoimento, os anúncios de jornais deixavam clara a preferência:

Caixeiro precisa-se de um pequeno de 14 a 16 anos, português, com prática em padaria, que seja trabalhador, obediente e honesto. Exige-se referências. Tratar à [...].²³

²² PADRÃO, Antonio. *Depoimento* [12/04/2004]. São Paulo. Entrevista fornecida a autora. Na época, o entrevistado de origem portuguesa tinha 82 anos.

²³ *Diário de São Paulo*, São Paulo: data 1926.

Ao chegarem, os imigrantes contavam com o apoio dos parentes ou conterrâneos já radicados, sendo prática mandar chamar parentes, conhecidos, jovens da aldeia para ajudar nos negócios, eram considerados de confiança. Mas cabe lembrar que, em alguns casos, a ajuda se transforma em exploração do trabalho desses conterrâneos mais jovens e pobres, desprotegidos em ambiente desconhecido, assim, exploração e paternalismo coexistiam nas casas comerciais, oficinas e nos lares.

A necessidade das crianças desde cedo se engajarem no trabalho, quer seja nas fábricas, oficinas e nas ruas, além de ser fruto das necessidades dos imigrantes pobres, também era vista como possibilidade da obtenção de um ofício que lhes garantisse um futuro mais promissor.

Os aprendizes, padeirinhos e caixearinhos trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía limpeza da padaria, atendimento dos fregueses nos balcões, estoques, carregar e entregar mercadorias. Buscando formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, patrões e mestres impunham práticas austeras, medidas destinadas a inculcar nas crianças hábitos de trabalho, hierarquias e disciplina, o que incluía castigos físicos e punições. Assim, as condições de trabalho e de vida durante o aprendizado compreendiam a prática do castigo físico, dentre outras práticas vexatórias e punições aviltantes e violentas, como dormir debaixo dos balcões ou no ladrilho da padaria, tornando as fugas freqüentes.

Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade, que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu “amo” José Rodrigues Tavares, também português.²⁴

Em geral, estes jovens trabalhadores permaneciam nos domicílios e negócios dos parentes, arcando com os afazeres muitas vezes sem nada receber, outras vezes parcamente remunerados ou submetendo-se a pagamentos incertos, contudo, estas condições eram estratégias de sobrevivência e sendo os únicos recursos possíveis em certas ocasiões.

²⁴ *Diário de São Paulo*, São Paulo: 06 de dezembro de 1886

Ganhar o pão com o suor do próprio rosto

Em 1877, depois de organizar um “levante” que paralisou as padarias do porto de Santos (1876), João de Mattos rumou para São Paulo, onde preparou outro “levante” bem sucedido, reunindo os trabalhadores de 12 padarias da cidade. Fugindo da polícia paulista, em 1878, ele chegou ao Rio de Janeiro para organizar ações similares e na Corte criou o Bloco de Combate dos Empregados em Padarias, que tinha como lema “Pelo pão e pela liberdade”²⁵. Outras associações, cooperativas e ligas foram constituídas com a sua participação, bem como, a edição de periódico da categoria como *O Panificador* (desde 1898/RJ) ou *O Trabalhador Padeiro* (SP).

Desde os primórdios da expansão das padarias na cidade de São Paulo, as questões em torno das condições de trabalho e da entrega dos pães geravam embates entre patrões e trabalhadores, produzindo ações de resistência e luta constantes durante o século XX. Nos anos 20, a União dos Padeiros que coordenava a categoria, encabeçou a greve (1924), que tinha como motivo a reivindicação da troca de alojamento e comida por melhores salários.

Experiências de luta da categoria culminaram na institucionalização de um sindicato em 16 de novembro de 1930 (Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e Similares de São Paulo), que nasceu sob o signo da organização e combatividade.

A questão do descanso semanal dos padeiros em São Paulo, iniciada em 1922, arrastou-se até 1931, quando o benefício foi estabelecido por lei.²⁶ A Associação dos Proprietários de Padarias de São Paulo, insatisfeita, tentou impedir a execução da medida, entrando com pedido de constitucionalidade, mas a sua legalidade foi reconhecida. Contudo, na prática a situação era outra, a resistência dos patrões em implementar a medida era constante e anos depois esta questão ainda se fazia presente da pauta dos grevistas.

Em 1931, o Sindicato dos Manipuladores de Pão, afiliado à Federação Operária de São Paulo (FOSP), mobilizou-se em prol do descanso dominical.

²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: 2007.

²⁶ Lei nº 2.563/31 do município de São Paulo; lei federal nº 19.770/31, sobre organização sindical dos masseiros e forneiros de padaria.

Militantes anarquistas como Francisco Cianci, Herminio Marcos e Natalino Rodrigues foram registrados como indivíduos sempre presentes em assembleias e conferências da categoria.

Atingindo diretamente o abastecimento da cidade, em 1932, eclodiu uma nova greve da categoria que durou um mês. Nesta ocasião, as reivindicações se concentravam no aumento salarial, nos horários das atividades, no trabalho noturno e nas folgas semanais. Apesar dos inconvenientes da falta de pão, o Sindicato procurou o apoio da população, valendo-se da imprensa, divulgando no *Diário de São Paulo*, que eles defendiam a fiscalização sanitária e higiene nos locais de trabalho, além das demandas da classe.²⁷

Durante a paralisação, a liderança sofreu forte repressão policial, principalmente depois dos embates entre os mais engajados e os colegas que não aderiram à paralisação, sendo enviados policiais para garantir o funcionamento de padarias. Vários padeiros foram presos, entre eles, o líder anarquista Natalino Rodrigues.²⁸



Fotos do anarquista Nathalino Rodrigues, identificado em 1932. Laboratório Técnico de Fotografia do Gabinete de Investigação. Pront 1286 Nathalino Rodrigues. DEOPS/SP. DAESP.

Fotos do Anarquista

²⁷ Prontuário DEOPS-SP, nº 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

²⁸ Prontuário DEOPS-SP, nº 1286 – Nathalino Rodrigues.

Já as paralisações de 1934/35 se constituíram frente às recusas da categoria ao registro e identificação via carteira de trabalho, associada às novas medidas decretadas pelo Ministério do Trabalho. O Sindicato se colocava contrário ao registro, visto como um novo elemento de controle dos trabalhadores. Eles acusavam o Departamento Estadual do Trabalho de forçar a identificação, fazendo com que os patrões exigissem dos empregados fotografias e fichas, com o fim de pôr em prática encargos e identificar dos trabalhadores mais engajados.²⁹ Esta resistência pode também ser explicada pela elevada presença de estrangeiros na categoria, sugerindo uma ameaça, já que entre os portugueses, a quantidade de imigrantes irregulares era sempre alta.³⁰

As reuniões e as lideranças do Sindicato dos Manipuladores de Pão, Confeiteiros e similares (com sede no prédio da Rua Quintino Bocaiúva, nº 80) encontravam-se sob permanente vigilância policial. O que levou a novas prisões de vários líderes envolvidos, como: Natalino Rodrigues considerado “um de seus principais dirigentes e organizadores da greve, agitador e provocador de distúrbios”.³¹ Também Eleutério do Nascimento...

(português-padeiro) era sócio do Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros. Foi preso em maio de 1934, acusado de ter alvejado Antonio Conceição, que participante de uma greve. Em setembro do mesmo ano, Eleutério foi novamente preso, acusado de agitador. Em 1935, foi preso por duas vezes, sendo a ultima por suspeita de roubo.³²

As ações provocaram o fechamento pela polícia do Sindicato dos Manipuladores de Pão, suspendendo temporariamente a circulação do o jornal *O Trabalhador Padeiro*.³³

²⁹ PARRA, Lúcia Silva. *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOSP (1924-45)*. São Paulo: Arquivo Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

³⁰ SILVA, Rodrigo Rosa da. Imprimindo a Resistência: A Imprensa Anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930 -1945). Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP: 2005.

³¹ Prontuário DEOPS-SP, nº 1286 – Nathalino Rodrigues.

³² Prontuário DEOPS-SP, nº 1899 – Eleutério do Nascimento.

³³ José Rocca Orozco foi preso em 19 de fevereiro de 1937, acusado de anarquismo. Foi redator do jornal *O Trabalhador Padeiro*. Recebia jornais de sindicatos e associações de classe da Espanha. Prontuário DEOPS-SP, nº 2393. Prontuário DEOPS-SP, nº 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo

Uma nova greve eclodiu em 1937. As reivindicações dos padeiros incluíam várias demandas: cumprimento da lei das oito horas de trabalho, salário mínimo e férias, pagamento em dinheiro do que recebiam em comida e alojamento (equivalente a aumento de salário de 120 réis, correspondente à pensão e ao dormitório), direito ao café e a um quilo de pão para cada operário. Destaca-se que

[...] a greve foi iniciada por alguns manipuladores de pão que não podiam suportar a alimentação que lhes era fornecida pelos patrões; que ordenado, quase geral, é de cento e oitenta mil reis mensais, com direito a comer e a dormir na padarias, que os descontentes pleitearam uma diferença para mais de cento e vinte mil reis mensais para a pensão [...].³⁴

Frente à forte resistência dos proprietários, a greve teve inicio em 21 de agosto atingindo várias padarias.³⁵ O movimento ganhou novas adesões e no dia seguinte a maior parte das padarias não funcionou.

Só abriram as portas os poucos que fizeram acordo, em separado, com os seus masseiros. Mas a produção dos raros estabelecimentos em atividade era insuficiente para abastecer [...].³⁶

A posição patronal se manteve, as demandas dos padeiros eram consideradas descabidas e eles identificados como agitadores. Em resposta, os patrões iniciaram um locaute fechando as padarias e revidando com a demissão de mais de 400 empregados de 41 padarias.³⁷ Os sindicalistas replicaram denunciando que donos de padaria estavam criando pretextos, para elevar o preço do pão.

³⁴ Prontuário DEOPS-SP, nº 4265 – José Soares de Azevedo. Percebe-se se que o DEOPS estava atento às atividades do Sindicato dos Manipuladores, tanto que certa vez foi dissolvida uma assembleia por falta de autorização necessária para a sua realização. A partir de então, todas pautas de reuniões eram entregues ao DEOPS com antecedência. Prontuário DEOPS-SP, nº 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

³⁵ Prontuário DEOPS-SP, nº 4.162 – Associação dos Proprietários de Padaria de São Paulo.

³⁶ MENDES, José Sacchetta Ramos. Fornada de conflitos: portugueses na greve dos padeiros de 1937. In: *Metrópole das Utopias*. No prelo.

³⁷ "Sobre a Greve dos Padeiros". *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24/08/1937, p. 10. Apud MENDES, José Sacchetta Ramos. Fornada de conflitos: portugueses na greve dos padeiros de 1937. In: *Op.cit.*

Apesar dos aconselhamentos iniciais da Associação dos Proprietários sobre a conveniência de negociar com as lideranças dos trabalhadores, foram poucos os estabelecimentos que aceitaram as reivindicações, fechando acordo com seus empregados. Na maioria das padarias não foi possível um entendimento. Com o recrudescimento e o acirramento das ações, abandonaram-se as negociações, os patrões endureceram a posição e os poderes públicos aumentaram a vigilância policial levando a prisão de vários envolvidos.

Outras duas categorias do setor: carvoeiros e entregadores em domicílio, envolveram-se na questão. Ficando os carvoeiros alinhados com os donos de padaria, enquanto os entregadores de pão declararam greve em apoio ao movimento dos padeiros.

Na madrugada de quarta-feira, em vários bairros da cidade, ocorreram brigas e detenções de grevistas, em geral motivadas pelo confronto de piqueteiros com entregadores que insistiam em sair com suas carroças para o trabalho. Como descrevia o Dr. Miranda Amaral, Delegado de plantão:

Ilmo Sr. Dr. Superintendente da ordem política e social da capital
Comunico-vos que durante o meu plantão das 12 horas de ontem às 12 horas de hoje, nesta superintendência verificamos.

Às 4 hrs recebi uma comunicação do guarda de serviço na R. Barão de Campinas esquina com a Alameda Glete, avisando que um grupo de entregadores de pão se encontrava de frente da Padaria e confeitoria Inglesa, situada na mesma rua, a espera da saída das carrocinhas de pão, afim de atacarem os entregadores. Transportei-me ao local e fiz remover os agressores para esta superintendência. Apreendi um revolver em poder de Mauricio Gambá e uma pistola em poder de Manoel Gonçalves de Oliveira, empregados da padaria em questão que utilizavam as referidas armas em defesa própria.

Às 5hrs no Alto da Lapa os grevista Manoel Carvalho, Manoel de Sá Pinto, Jalmires Pinho Ribeiro e Antonio Sá Pinto tentaram agredir os entregadores de pão Joaquim Fernandes e Manoel Antonio Quintas, depois de se apoderar de todo o pão que traziam, os mesmos declararam que iam entregar-lo a Gazeta para distribuição aos pobres. Fiz recolhe-los ao xadrez desta superintendência.

Às 6 hrs, na rua do Glicério, foram detidos e recolhidos ao xadrez os indivíduos Alpheu de Souza e Manoel de Almeida Cardoso por terem sido encontrados distribuindo boletins cujos exemplares passo a

suas mãos. Junto a comunicação do Sr. comandante da guarnição desta superintendência.

Miranda Amaral Delegado de plantão. 26/8/1937.³⁸

Pode-se observar que os envolvidos foram presos, como o entregador lusitano José Joaquim da Silva, quando tentava convencer seus colegas a não trabalhar.³⁹ Observam-se outras ocorrências como a agressão ao fura-greve, também português, Manoel Antunes Quintas, que fora atacado por outros entregadores, que tomaram seus pães e os distribuíram aos pobres.⁴⁰ O acirramento da situação levou a ação policial, que buscou colocar um soldado armado para cada carrocinha de entrega em atividade.

O Sindicato dos Proprietários divulgou uma proposta: aumento para 870 réis (como teto da categoria), alguns estabelecimentos acataram a sugestão e fizeram acordo com seus empregados, voltando às atividades normais; mas a maioria dos patrões recusou a indicação e por temor a represálias, suspenderam o serviço de distribuição e mantiveram fechadas as padarias.

[...] mas os patrões não se conformaram e promoveram a greve pagando os vencimentos dos manipuladores e proibindo-os de trabalhar; que, com a falta de pão, os vendedores viram-se prejudicados e procuraram defender seus interesses; que na realidade os maiores prejudicados foram os vendedores que nada tinham com a questão dos manipuladores; que o declarante e seus companheiros que foram detidos ontem na rua Conselheiro Nébias, não praticaram, nem tinham intenção de praticarem quaisquer violências contra os referidos vendedores.⁴¹

Frente a tal situação, durante a segunda semana da greve, a diretoria da Liga dos Entregadores de Pão retirou seu apoio aos padeiros, buscando uma posição de neutralidade e até se apresentou disposta a intermediar o conflito. Mas havia entregadores que se mantinham favoráveis ao movimento, gerando novos confrontos.

Manoel Soares declarou que ele e seus companheiros, Antonio Gonçalves Grillo, José Joaquim da Silva, Antonio dos Santos, José

³⁸ Prontuário DEOPS-SP, nº 4483 26/08/1937

³⁹ Prontuário DEOPS-SP, nº. 4169 – José Joaquim da Silva.

⁴⁰ Prontuário DEOPS-SP, nº 4297 – Manoel Antunes Quintas. Relatório de Investigação. São Paulo: 26/08/1937.

⁴¹ Prontuário DEOPS-SP, nº 4265 – José Soares de Azevedo.

Soares de Azevedo, Rogério Augusto Venâncio e Avelino Costa foram detidos na madrugada de ontem, pelas quatro horas. Na Alameda Glete e, sendo que alguns foram detidos na Rua Conselheiro Nébias; que o declarante não conhece os quatro queixosos acerca do fato, nada podendo dizer sobre os mesmos; que o declarante ouviu que os queixosos ao serem interpelados pelos companheiros do declarante quiseram fazer uso de armas de fogo, porém o declarante não viu esta arma; que os companheiros, primeiros referidos queriam convencer os quatro queixosos de que não deviam voltar ao trabalho afim de não prejudicar a greve dos vendedores e manipuladores de pão; porém a polícia interveio no momento oportuno [...] que além de prejuízo que causariam a greve, prejudicariam também os colegas tomando-lhes a freguesia [...].⁴²

As padarias buscaram contratar novos entregadores, que diferentemente dos padeiros, tinham uma função que poderia ser exercida por quem soubesse conduzir a carrocinha. A distribuição do pão tendeu a ser normalizada, os grevistas foram ficando isolados, gradativamente, o movimento foi se esvaziando e os padeiros buscaram se acertar com os patrões. Esta greve dos padeiros durou 12 dias. Nos meses subsequentes instaurou-se o Estado Novo (1937-45), as ações de repressão do DEOPS se efetivaram na capital paulista, este processo novamente os padeiros e entregadores de origem lusitana foram atingidos.

Em 1939, as autoridades policiais alegavam que o Sindicato dos Manipuladores de Pão era ilegal, por não ter sido ainda registrado pelo Ministério do Trabalho. Para que o sindicato fosse legalizado deveria comprovar boa conduta de seus membros. Fazendo com que, em 1940, o Sindicato dos Manipuladores de Pão retirasse da porta de sua sede a placa de “Sindicato” e a substituíram por de “Associação”.⁴³

⁴² Prontuários DEOPS-SP, nº 4212 – Manoel Soares; 4274 – Rogério Augusto Venâncio; 4188 – Manoel de Sá Pinto; 4273 – Manoel de Almeida Cardoso; 4265 – José Soares de Azevedo; 4304 – Manoel de Carvalho. Todos de origem lusitana e referente ao ano de 1937.

⁴³ Prontuário DEOPS-SP, nº 868 – Associação dos Manipuladores de Pão e Confeiteiros e Similares de São Paulo.

Nos papéis da repressão

Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.⁴⁴

A trajetória histórica de homens e mulheres imigrantes, particularmente portugueses, envolveu uma heterogeneidade de atividades com destaque para as comerciais. Alguns obtiveram rendas relativas com probabilidade de ascensão social, outros sobreviveram através de estratégia e improvisações cotidianas.

No setor comercial os imigrantes portugueses identificaram as possibilidades da realização do sonho da imigração. Da mesma forma que em outras cidades, pode-se destacar que:

Falar da imigração portuguesa significa mergulhar em um espaço privilegiado: o do comércio, destino mistificado para todos aqueles que acalentavam sonhos de promoção social no além-mar. Nesse espaço significava, ainda, privilegiar dois atores principais do drama cotidiano: negociante e o caixearo, figuras emblemáticas que se fizeram presentes no espaço urbano ao longo de todo o processo de urbanização. A medida que expandiu a malha urbana, o comércio português a varejo acompanhou esse crescimento tornando o português da esquina referência obrigatória [...].⁴⁵

O balcão da padaria era também palco das tensões do cotidiano, envolvendo cobranças, atrasos e recusa no pagamento das contas consideradas abusivas, hostilidades, brigas, provocações, insultos, xingamentos e manifestações de anti-lusitanismo.

⁴⁴ SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia Revista do Migrante*. vol. 13, São Paulo, jan/2000, p. 14.

⁴⁵ MENEZES, Lená Medeiros “Jovens portugueses: Histórias de sucesso, histórias de trabalho, histórias de fracasso”. In GOMES, Ângela de C. (org.) *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. RJ, Sette Letras, 2000, p. 164.

Na trama destas relações se destacam os vínculos de nacionalidade e memórias em comum, a ajuda aos conterrâneos na hora da chegada, hospedagem e empréstimos, também o estabelecimento de relações de confiança (gerênciaria e até sociedade nos negócios), favores e dependências. Mas, principalmente, de tensões, ao final era o dono da padaria – o português – que escolhia o padeiro e seus ajudantes (muitos também portugueses), sempre buscando manter o controle e a sujeição dos trabalhadores.

Os prontuários do DEOPS possibilitam observar os embates entre trabalhadores e proprietários, também os conflitos intra-étnicos, alguns que culminaram em greves e confrontamentos, com a presença da polícia e identificação e prisão dos mais atuantes.

Santos e Santidão Vária

Antônio José da Cunha Costa
Universidade Federal do Paraná

Santos e Santidão Vária is a study of the religious life of the people in the city of São Paulo during the first half of the twentieth century. It is based on a large collection of interviews conducted by the author between 1940 and 1950. The book is divided into two parts. The first part, "Santos," describes the traditional veneration of saints, the "holy ones," showing the various ways in which they were worshipped. A second, "Santidão," describes the social and spiritual transformations that took place during the first half of the twentieth century.

The author draws on a wide range of sources, including oral history, ethnography, and comparative religion, to provide a comprehensive analysis of the religious life of the people in São Paulo. The book is an important contribution to the study of religious life in Brazil and beyond, providing a valuable insight into the complex and often contradictory nature of popular religion.

Santos e Santidão Vária is a study of the religious life of the people in the city of São Paulo during the first half of the twentieth century. It is based on a large collection of interviews conducted by the author between 1940 and 1950. The book is divided into two parts. The first part, "Santos," describes the traditional veneration of saints, the "holy ones," showing the various ways in which they were worshipped. A second, "Santidão," describes the social and spiritual transformations that took place during the first half of the twentieth century.

The author draws on a wide range of sources, including oral history, ethnography, and comparative religion, to provide a comprehensive analysis of the religious life of the people in São Paulo. The book is an important contribution to the study of religious life in Brazil and beyond, providing a valuable insight into the complex and often contradictory nature of popular religion.

Santos e Santidão Vária is a study of the religious life of the people in the city of São Paulo during the first half of the twentieth century. It is based on a large collection of interviews conducted by the author between 1940 and 1950. The book is divided into two parts. The first part, "Santos," describes the traditional veneration of saints, the "holy ones," showing the various ways in which they were worshipped. A second, "Santidão," describes the social and spiritual transformations that took place during the first half of the twentieth century.

The author draws on a wide range of sources, including oral history, ethnography, and comparative religion, to provide a comprehensive analysis of the religious life of the people in São Paulo. The book is an important contribution to the study of religious life in Brazil and beyond, providing a valuable insight into the complex and often contradictory nature of popular religion.

Santos e Santidão Vária is a study of the religious life of the people in the city of São Paulo during the first half of the twentieth century. It is based on a large collection of interviews conducted by the author between 1940 and 1950. The book is divided into two parts. The first part, "Santos," describes the traditional veneration of saints, the "holy ones," showing the various ways in which they were worshipped. A second, "Santidão," describes the social and spiritual transformations that took place during the first half of the twentieth century.

The author draws on a wide range of sources, including oral history, ethnography, and comparative religion, to provide a comprehensive analysis of the religious life of the people in São Paulo. The book is an important contribution to the study of religious life in Brazil and beyond, providing a valuable insight into the complex and often contradictory nature of popular religion.

Santos e Santidade. O período medieval¹

Bruno Abreu Costa

Estudante da Licenciatura de História da FLUC

brunoacosta@portugalmail.pt

Resumo/Abstract:

A presente notícia assume-se como uma síntese bibliográfica subordinada à temática da santidade, mormente no período medieval e no espaço ibérico. Dessa forma, procura mostrar, em traços gerais, uma definição dos conceitos de “santo” e de “santidade”, apresentando variados modelos de santidade e as suas principais características. Numa segunda parte, é focado o culto ao santo, expondo diversas teorias sobre as suas origens e algumas modalidades praticadas.

The present review article aims to be a bibliographical synthesis on the theme of sanctity, especially in the medieval time. The purpose is to describe, in general features, the definition of “saint” and “sanctity”, showing the different kind of role models of sanctity and their main characteristics. Afterwards, the focus is giving to the cult of the saints, explaining the several theories about the origin and some of the practices of the cult.

Palavras chave/Keywords:

Santidade medieval; Modelos de santidade; Culto ao santo; Romarias; Peregrinações.

Medieval sanctity; Role models of sanctity; Cult of the saint; Pilgrimages.

¹ Não seria possível conceber este trabalho sem o apoio da Professora Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, nossa orientadora. A ela o nosso bem-haja.

Bolsas de Integração na Investigação para Estudantes do Ensino Superior

Procurando responder ao *Compromisso com a Ciência*, assumido pelo Governo Português, e nos termos do Regulamento da Formação Avançada e Qualificação de Recursos Humanos, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), lançou, em 2009 e 2010, um Concurso de Bolsas de Integração na Investigação para Estudantes do Ensino Superior. O Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) seleccionou, em duas fases do concurso, vinte Estudantes da área da História.

Conforme constava do respectivo Regulamento das Bolsas de Integração na Investigação, os bolseiros estavam obrigados a elaborar, no final do tempo de aprendizagem, um pequeno Relatório Científico. O CHSC procedeu à discussão de alguns desses Relatórios, na presença de um júri, que apreciou, classificou e sugeriu alterações ou desenvolvimentos quanto ao trabalho produzido.

Agora, através da sua “Revista de História da Sociedade e da Cultura”, vai mais longe e, com a finalidade de premiar, decidiu encetar a publicação dos trabalhos que merecem ser distinguidos. É o caso de *Santos e Santidade. O período medieval*, de Bruno Abreu da Costa, orientado pela Professora Doutora Maria Teresa Nobre Veloso.

Coimbra, 24 de Setembro de 2012
O Coordenador Científico do CHSC
João Marinho dos Santos

O trabalho que apresentamos constitui uma súmula do relatório realizado enquanto bolseiro do Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito das Bolsas de Integração à Investigação (BII). O citado relatório recebeu nota máxima atribuída pela orientadora do trabalho, Professora Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, e pelo Coordenador Científico do CHSC, Professor Doutor João Marinho dos Santos.

O relatório irá, futuramente, constituir o capítulo introdutório de um trabalho subordinado à temática hagiográfica, visto que aborda questões ligadas à definição de santo, santidade e culto, num contexto muito genérico. Por esta razão, o presente relatório servirá como ponto de partida para futuros trabalhos, mais aprofundados.

Muitos se questionam o porquê desta temática e a escolha da mesma. A esses respondemos que este tema abrange variados aspectos do mundo medieval: situações relacionadas com a mentalidade e religiosidade (exemplificados pelas peregrinações/romarias na busca da salvação), na cultura (através das hagiografias e obras artísticas em torno do culto ao santo), questões económicas (as feiras realizavam-se na sequência de uma romaria e frequentemente adquiriam o nome do santo, sem esquecer que o pagamento de variados serviços e rendas eram efectuados num dia específico – comumente no dia de S. João ou de S. Miguel) e até políticos (não convém esquecer que a Igreja era e é uma grande instituição, além de que no período medieval podemos defender a existência de uma teocracia papal plena). Actualmente a importância dos santos sobrevive e manifesta-se ainda no nosso nome próprio, que continua a evocar a memória daqueles que foram mais cultuados. Não serão as festas de Santo António, S. João e S. Pedro – os ditos “Santos Populares” – um dos momentos mais festivos celebrados por toda a cristandade, mobilizando a população para o convívio social?

Em relação à metodologia utilizada, é necessário compreender que o projecto que apresentámos passou por várias fases distintas, mas complementares. A primeira consistiu na consulta de vários números (28 no total – de 1947 até 1961²) da revista *Archivos Leoneses* – revista bienal

² Foram consultados até ao Tomo XV, vol. 29-30. No entanto, por motivos desconhecidos, os volumes 21 e 26 não se encontravam disponíveis na FLUC.

do “Centro de Estudios e Investigación San Isidoro”, com sede em León, Espanha – procurando artigos relativos a “santos”, “santidade”, “mosteiros e “vida monástica”. A escolha desta revista em particular prende-se com a proximidade geográfica entre a Galiza e Portugal, em relação à sua história medieva e aos cultos cristãos praticados nos respectivos territórios. Sobre as temáticas em questão foram consultados 40 artigos, os quais podem ser divididos de acordo com a sua tipologia, tal como o demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Número de artigos segundo o seu género

Tipologia dos Artigos	Número de artigos existentes sobre as temáticas referidas
Artigos Historiográficos/Narrativos	24
Catálogos de Documentos	3
Publicação de Documentos	5
Resenhas Bibliográficas ou Recensões Críticas	8
Total	40

A revista *Archivos Leoneses* tornou-se de extrema importância para levar a cabo um acréscimo do conhecimento sobre a cultura medieval e mormente sobre a santidade na mesma época. A citada revista possui um cariz temático. Os seus artigos abordam inúmeras questões ligadas à mentalidade e, em especial, à Igreja, dando uma atenção muito particular à santidade. Os *Archivos Leoneses* constitui-se como bibliografia fundamental para o estudo da mentalidade medieva, particularmente na Península Ibérica, com especial destaque para a Galiza e Leão. Incontornável pelos seus interessantes artigos, tal como é o caso daqueles assinados por Luís López Santos, esta revista teve o seu término no final do século passado, legando-nos cerca de seis décadas de estudos importantíssimos sobre a temática aqui abordada.

Numa segunda fase, procurámos a bibliografia sobre a temática específica do trabalho – os santos e a santidade – de preferência relativos à Idade Medieval e à Península Ibérica. No entanto, não quisemos colocar esses limites – cronológico e geográfico – no início da nossa investigação, de modo a recolher uma concepção abrangente da santidade cristã ao longo de vários séculos.

Após estas duas fases preparatórias, tivemos necessidade de deixar o geral e restringir cada vez mais o objecto de estudo, de modo a chegar ao particular. A terceira fase – por vezes em sincronia com a etapa anterior – baseou-se na criação de um rol hagiográfico, através dos artigos dos *Archivos Leoneses* consultados.

A última etapa do projecto é composta pela organização e redacção do trabalho escrito, cuja síntese aqui apresentamos.

Esta súmula segue a apresentação do relatório e divide-se em dois capítulos principais. O primeiro trata os santos e a santidade numa perspectiva alargada. O capítulo 2 – “O Culto ao Santo” – apresenta a matéria relacionada com o culto destas personalidades.

1 – O Santo e a Santidade

Comecemos com a definição de santo. “Adjectivo, aquele que foi canonizado e/ou a quem os fiéis rendem culto; aquele que é puro, isento de culpa; por extensão diz-se de pessoa virtuosa, bondosa, de conduta exemplar, irrepreensível; ou aquele que é digno de veneração e respeito”³.

O vocábulo *sanctu/sancti* aparece na Bíblia para designar os próximos de Deus, o povo de Israel e as figuras exemplares, sendo a santidade uma característica do próprio Deus:

“Loquere ad omnem cœtum filiorum Israel, et dices ad eos: a sancti estote, quia ego sanctus sum, Dominus Deus vester”⁴.

Com Cristo a santidade desce à terra, englobando todos os fiéis:

“Eclesiae Dei quæ est Corinthi, sanctificatis in Christo Jesu, vocatis sanctis, cum omnibus qui invocant nomem Domini nostri Jesu Christi, in omni loco ipsorum, et nostro”⁵.

³ Santo in Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, vol. III. Lisboa: Temas e Debates, 2003.

⁴ Levítico 19, 2: “Diz a toda a comunidade dos filhos de Israel: sede santos, porque Eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo.” Veja-se também a passagem do Levítico 20, 26.

⁵ 1 Coríntios, 1, 2: “À Igreja de Deus que está em Corinto. Dirigimo-nos àqueles que foram santificados em Cristo Jesus, e chamados santos, juntamente com todos os que invocam em todo o lugar o nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso”.

Desta forma, Jesus Cristo torna-se modelo de santidade; ilação retirada após uma cuidadosa análise da literatura hagiográfica dos primeiros tempos do Cristianismo, sendo os textos, claramente, “cristocêntricos”⁶, isto é, inspirados na vida de Cristo, apresentando o novo santo como uma *Imitatio Christi*. Seguindo o Salvador, o santo torna-se modelo de fé, virtude, amor, oração e de sacrifício próprio, não seguindo um objectivo de felicidade pessoal⁷. Ele é uma testemunha da fé; mais, é um modelo de humanidade cristã⁸. Santo não é aquele que por um acto esporádico é trazido aos altares, é elevado pela continuidade das suas acções quotidianas.

Não nos podemos esquecer que, como nos diz o Cardeal José Saraiva Martins⁹, outrora Prefeito da *Congregação para a Causa dos Santos*, o santo é composto pela agregação de duas vertentes, a humana e a celestial. A última expõe o santo como alguém já falecido, encontrando-se no “Reino de Deus”, na “Corte Celestial”; a primeira apresenta-nos uma pessoa que viveu, que foi real, que existiu. Enfim, “saints are anyway, real and historical persons, who survive, not just as memories, but as forces, and do so, because they had something special in them (...)”¹⁰, tornando-se, por isso, modelo de humanidade.

Sofia Boesch Gajano percepciona a santidade como um fenómeno que abrange cinco dimensões distintas: a dimensão teológica, onde a santidade é a manifestação de Deus no mundo; o fenómeno religioso, que proporciona um momento privilegiado e uma relação com o sobrenatural; a dimensão

⁶ PETRI, Charles – L’Évolution du Cult des Saints aux Premiers Siècles Chrétiens: du témoin à l’intercesseur, in *Les Fonctions des Saints dans Le Monde Occidental (III^e-XIII^e Siècle)*, Actas du colloque organisé par l’École Française de Rome avec le concours de l’Université de Rome «La Sapienza». Roma: École Française de Rome, 1991, p. 23.

⁷ “A felicidade com frequência é associada ao egoísmo de uma vida prazerosa e a vida prazerosa com frequência se vincula à vida neste mundo”, in CABRAL, Mário – *Via Sapientiae: da filosofia à santidade*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008, p. 329; devido a este facto, o santo não se relaciona com a felicidade pessoal, mas sim com a vida de sacrifício pessoal e pelos outros.

⁸ “Ser cristão é ser santo. Ou ser santo é simplesmente ser cristão a sério”, in OLIVEIRA, José H. Barros – *Santos de todos os Tempos: Vinte séculos de Santidade*. s. l.: PAULUS Editora, 2003, p. 5.

⁹ MARTINS, José Saraiva e GAETA, Saverio (entrevistador) – *Como se faz um Santo*. s.l.: Alêtheia Editores, 2006, p. 14 e ss.

¹⁰ MARTINDALE, C.C. – *What are Saints? Fifteen chapters in sanctity*. London: Sheed & Ward, 1935 (Conferências na BBC, desde 24 de Janeiro até 8 de Maio de 1932), p. 18.

social, como factor de coesão e identificação de grupos e comunidades; a dimensão institucional, sendo esta a base da estrutura eclesiástica e monástica; e, por último, a dimensão política, devido à confluência entre o poder eclesiástico e o laico¹¹.

A santidade, enquanto título, é um adjetivo, uma “condecoração honorífica” atribuída após o processo de canonização; como se de uma recompensa se tratasse por uma vida de virtude e amor ao próximo e a Deus. Igualmente entende-se a santidade como um processo em construção¹², pois é o ser humano que edifica a sua própria santidade, optando pelo caminho “correcto” e praticando actividades terrenas e espirituais (boas obras).

O processo de canonização corresponde à transfiguração do ordinário em cânone, ou do comum num paradigma. Ou pelo menos comprehende o reconhecimento dessa passagem.

Era a *vox populi*, a “voz do povo”, que proclamava a santidade de um cidadão excepcional. Esta sacralização era depois ratificada, ou não, pela canonização oficial da Igreja¹³.

A partir de 1050 – com o início da Reforma de Gregório VII – começou-se a exercer um controlo mais rígido sobre os homens “ilustres” que serão conduzidos ao altar. No entanto, é a partir da primeira metade do século XIII, com Gregório IX, que o papado exerce o “controlo sobre as virtudes e os milagres dos servidores de Deus”¹⁴ – a tal “fábrica de santos”, analisada por Jean-Claude Schmitt¹⁵ – principiando a procura de provas de santidade e elaborando exames e análises à vida do candidato.

Durante toda a história do Cristianismo – e principalmente na época medieval – ocorrem ciclos de santidade, isto é, períodos em que um modelo de santidade impera sobre os outros¹⁶.

¹¹ BOESCH GAJANO, Sofía – Santidad, in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (edit.), *Diccionario Razonado del Occidente Medieval*. s.l.: Akal Ediciones, 2003, p. 711.

¹² BOESCH GAJANO, Sofía – Santidad, *cit.*, p. 711.

¹³ O que vai gerar dois tipos de santos: os reconhecidos pela Igreja e com culto na Cristandade Universal, e os não reconhecidos, com culto apenas local.

¹⁴ VAUCHEZ, André – O Santo, in LE GOFF, Jacques (dir.), *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, 211-230.

¹⁵ SCHMITT, Jean-Claude – La Fabrique des Saints. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 39^a année, n° 2 (1984), 286-300.

¹⁶ VAUCHEZ, André – O Santo, *cit.*, p. 212.

Sucintamente, a Idade Média conheceu o ciclo dos mártires, seguindo-se o dos confessores, dos santos bispos, dos nobres e dos monarcas, dos monges, e por último, dos místicos e pregadores. A santidade ganha pelo trabalho – o santo trabalhador – é a última conquista. Com o início da Idade Moderna a questão dos “ciclos de santidade” esfuma-se, não se tornando claros os períodos de predominância na ascensão à “Corte Celestial”.

Em relação às funções do santo, podemos afirmar que elas são de quatro tipos: de intercessão, de intervenção, de companhia e de modelo.

A principal função do santo é interceder perante Deus em favor do crente, de forma a garantir uma “boa morte” e uma passagem rápida para o paraíso e para a salvação.

No entanto, este era um serviço nada gratuito. O crente teria de demonstrar o seu esforço, realizando peregrinações até ao túmulo do santo ou então oferecendo a este algum ex-voto¹⁷.

O intercessor também actua directamente na vida do “seu crente”, exorcizando demónios, curando doenças, afastando a pobreza e a guerra, resolvendo conflitos entre o Homem e a Natureza e entre os Homens, ou até através de poderes proféticos que se manifestavam aos crentes em visões e sonhos¹⁸. Isto porque o santo tinha a capacidade de “lire dans le cœur des hommes et de voir clair dans les événements”¹⁹.

O santo é, nas palavras de Peter Brown, a “companhia invisível”²⁰, cuja função é idêntica à do “anjo-da-guarda”, cuidando do indivíduo, desde o nascimento até à sua morte, de forma íntima. Assim o santo aparece como um *patronus* – o protector, o padroeiro – exercendo o papel de “defensor, protector e inspirador de uma comunidade”²¹.

¹⁷ Lembremo-nos da peregrinação do rei Roberto de que nos fala DUBY, Georges – *O Ano Mil*. Lisboa: Edições 70, 1992, p. 154 e 155.

¹⁸ Como é o caso de S. Martinho de Tours, que aparece numa visão a Hervé, in DUBY, Georges – *O Ano... cit.*, p. 154 e 155.

¹⁹ VAUCHEZ, André – *Saints, Prophètes et Visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Âge*. Paris: Albin Michel, 1999, p. 26.

²⁰ BROWN, Peter – *The Cult of Saints. Its Rise and Function in Latin Christianity*. Chicago: The University of Chicago Press, 1982, p. 50 e ss.

²¹ MARTINS, José Saraiva e GAETA, Saverio (entrevistador) – Como se faz..., *cit.*, p. 60.

A forma íntima, que foi referida anteriormente, deve-se ao papel do santo como protector pessoal do crente; este, por vezes, tem o nome do seu santo protector, seja por ter nascido no dia em que se celebra o *dies natalis* do “ser excepcional”, seja por devoção particular da família do recém-nascido. Por vezes, o santo é escolhido por ambos, protector e protegido, terem pertencido à mesma comunidade profissional, como é o caso dos santos padroeiros de confrarias que “ganham” o culto de todos os confrades, ou os santos padroeiros de uma determinada profissão.

Por último, o venerável tem a função de modelo de vida para o fiel, como exemplo de uma salvação alcançável.

Tal como nos diz Maria Helena da Cruz Coelho, “a relação do crente com os santos é complexa, tecida de sentimentos contrários, que oscilam entre o temor e o respeito”²². O crente invoca o santo e roga-lhe um favor, prometendo logo uma oferenda – normalmente uma peregrinação – e criando assim uma relação. Assim, “o que precisa invoca, pede, promete. O santo dá e recebe. O que, no limite, leva a um certo mercadejar com os santos”²³.

A importância do santo no período medieval associa-se com o carácter frágil do homem e da mulher na época. A alimentação débil, o temperamento impetuoso dos homens – que gera guerra – e a fraca resistência a doenças e epidemias fazem do ser humano medieval um ser que necessita de um apoio tranquilizador²⁴. Ainda mais, o “amigo invisível” ajudaria a suportar o fardo da vida terrena e a concretizar uma “boa morte”, que se saldaria pela salvação.

Além de exemplo de vida, o santo era um “concidadão”²⁵ tornando-se factor de integração e de coesão numa comunidade ou confraria.

²² COELHO, Maria Helena da Cruz – *Superstição, Fé e Milagres na Idade Média*. Coimbra: INATEL e Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. 29 e ss.

²³ COELHO, Maria Helena da Cruz – *Superstição...*, cit., p. 29 e ss.

²⁴ BOESCH GAJANO, Sofia – *Santidad*, cit., p. 712.

²⁵ “Os mártires e os santos locais cujas sepulturas eram visitadas regularmente e cujos aniversários de morte eram celebrados por festivais oficiais, eram, de facto, «concidadãos». Com efeito, os santos tinham em tempo rezado na igreja local pelo povo cristão da cidade”, como nos diz BROWN, Peter – *A Ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999, p. 80.

Por outro lado, não nos podemos esquecer que o culto a determinado santo, originando uma festa ou feira, significaria uma interrupção na dura vida do trabalho do campo e num escape para a monotonia do quotidiano.

Assim, o santo, entidade constante ao longo destes vinte e um séculos de Cristianismo, sempre foi um anjo-da-guarda para o “seu” crente. Por intercessão ou intervenção directa, o “ser de excepção” ajuda o homem comum a pensar na recompensa da sua vida de trabalho árduo, dando-lhe um exemplo, através do seu próprio comportamento, de como alcançar a tão desejada salvação.

2 – O Culto ao Santo

P. Saintyves²⁶ defende a tese dos santos “como sucessores dos deuses”, sublinhando as coincidências formais do culto aos santos. Explicitando, este autor verificou uma continuidade no uso dos lugares de culto ao sagrado da Antiguidade – nascentes, penedos e bosques. Assim, estes lugares tanto eram usados no culto de santos, como no culto a “génios” ou “semi-deuses”, praticado por galo-romanos e que se prolongou até à Idade Média Tardia. No entanto, já desde o século IV teólogos como Santo Agostinho rejeitam a ideia de os santos poderem ser vistos como os sucessores dos deuses ou como deuses independentes²⁷:

“Eles [mártires] não são deuses: o Deus deles é o nosso Deus. É certo que veneramos as suas «memórias» como santos homens de Deus, que até à morte combateram pela verdade para fazerem conhecer a verdadeira religião, provando a falsidade, a mentira do paganismo”²⁸.

André Vauchez não nega as hipóteses colocadas pelos autores anteriores, atestando que a santidade não poderia ser um conceito *ex-nihilo* e que aquela descenderia, então, de preceitos da Antiguidade.

²⁶ SAINTYVES, P. – *Les Saints Successeurs des Dieux*. Paris, 1907, citado por PETRI, Charles – L’Évolution..., *cit.*, p. 15.

²⁷ SCHMITT, Jean-Claude – La Fabrique ..., *cit.*, p. 287.

²⁸ Santo AGOSTINHO – *Cidade de Deus*, Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991-1995, Livro VIII, Cap. XXVII, p. 788.

Peter Brown apresenta uma tese um pouco diferente das anteriores. O culto começaria por uma devoção particular, provavelmente ligada ao conhecimento pessoal do santo, que depois se estenderia à comunidade, seguida da aprovação pelo clero responsável e alastrando-se posteriormente por toda a cristandade.

Apesar da sua teoria, este autor, numa perspectiva mais pragmática, mas com algum fundo de verdade diz-nos que “the cult of the saints was the natural result of men who (...) had hoped, by multiplying intercessors on their behalf, to find an easier road to Heaven than the straight and narrow path they had been offered by the early Christian communities”²⁹.

Existem variados tipos de culto ao santo no período medieval. No entanto, para o pedido de intercessão ou intervenção directa ser aceite, convinha que o culto se celebrasse no dia da morte terrena do santo. Comemorando, assim, o nascimento para a vida espiritual, o *dies natalis*.

No *dies natalis* de um santo, este era agraciado com os mais diversos tipos de culto: leitura da sua hagiografia na igreja, mosteiro ou confraria de que era padroeiro, devoção privada de uma família ou evocação nas cerimónias litúrgicas daquele dia. A data festiva atingia, porém, o seu auge com a realização de feiras, romarias e peregrinações que atraíam os fiéis e os congregavam à volta das relíquias desse ser excepcional. Com este fim, aqueles venciam distâncias, ultrapassavam dificuldades inauditas (obstáculos geográficos e climáticos), iludiam a fome, a sede e os ataques de animais e muitas vezes dos homens, com um único fim – obter graças. As dificuldades da viagem superavam-se na alegria do reencontro e faziam antever uma outra alegria – o chegar à “Jerusalém Celeste”.

Conclusão

Chegámos ao fim do nosso trabalho e resta-nos sintetizar o que foi abordado ao longo destas páginas.

Assim, inferimos que o santo, independentemente do período em que foi canonizado ou do modelo de santidade em que se insere, é um

²⁹ BROWN, Peter, *The Cult...*, cit., p. 67.

“ser de excepção”. Um ser dual, uma pessoa real e histórica, que pelas suas continuadas boas acções, se torna num exemplo a seguir e num elo de ligação entre o terreno e o celestial.

O santo possui várias funções: a de intercessão, a de intervenção directa, a de “companhia invisível” ou “anjo-da-guarda”, e a de modelo de vida para o crente, modelo de coragem, fortaleza e virtude, exemplificando a possibilidade da salvação, tão fundamental para o homem medievo.

Tal como foi referido, são múltiplos os tipos de cultos praticados ao santo: desde a devoção privada, a leitura da hagiografia, as cerimónias litúrgicas, mais ou menos sumptuosas no seu *dies natalis*, o culto de relíquias e a consequente peregrinação ou/e romaria, culminando num padroado realizado por igrejas, mosteiros e congregações.

Pretendemos que este trabalho venha a ser aprofundado, trazendo esses desenvolvimentos do tema ao prelo num futuro que se espera próximo.

Revista de Ciências Sociais

Volume 28 | N.º 72 | Julho 2012 | ISSN 0871-5735 | DOI: 10.1344/rvci2012_072_1000

www.revistas.uminho.pt

Recensões e Notas de leitura

MONTEIRO, João Gouveia – *Grandes Conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme “o Conquistador”*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012 (332 pgs.).

É dito e sabido que não é fácil realizar sonhos. Só o facto de se tratar de sonhos torna-os de imediato objectos ou metas difíceis e tantas vezes impossíveis de alcançar e, claro está, de cumprir. No entanto, estamos aqui, precisamente, perante um sonho cumprido. E não sou apenas eu que o digo, já que, logo nas primeiras linhas do prefácio deste seu novo livro, intitulado “Grandes Conflitos da História da Europa – de Alexandre Magno a Guilherme ‘o Conquistador’”, é o próprio autor, João Gouveia Monteiro, que o afirma de maneira inequívoca: “Este livro é um sonho antigo”, o sonho de “escrever um dia um volume reunindo estudos acerca daquelas que eu considero serem as batalhas mais importantes da história do Ocidente europeu”.

E assim, o resultado deste sonho são cerca de 330 páginas que nos permitem fazer uma fascinante viagem no tempo que nos transporta até alguns dos mais emblemáticos e conhecidos campos de batalha da Antiguidade e da Idade Média. É que talvez possa parecer estranha esta reunião de dois períodos históricos que só muito raramente são observados em conjunto o que, de certa forma, se comprehende. De facto, os exércitos macedónicos de 331 a.C nada têm de semelhante aos *housecarls* de Harold Godwinson que, por seu lado, nada têm que ver com as legiões romanas

derrotadas em Adrianopla em 378. Do mesmo modo, poucos serão os pontos de contacto entre os dispositivos tácticos utilizados por Aníbal Barca em 216 a. C. e por Carlos Martel em 732. Na realidade, à primeira vista, estes episódios pouco ou nada têm em comum, pelo que talvez não faça grande sentido reunir num mesmo estudo, confrontamentos armados ocorridos em épocas tão distintas assim. No entanto, à medida que nos debruçamos sobre cada um eles, vamo-nos apercebendo da existência de um fio condutor que liga todos estes modos de organizar e de fazer a guerra e que, a pouco e pouco, nos vai revelando semelhanças e influências que, com outra forma de abordagem, talvez não fossem sequer perceptíveis.

Com efeito, só este encontro entre períodos que raramente se cruzam nos manuais possibilita ao leitor uma visão panorâmica e através da qual pode descortinar, por exemplo, os pontos de contacto entre as falanges macedónicas e as paredes de escudos do exército inglês em Hastings; ou entre o papel decisivo desempenhado pela cavalaria de Alexandre e pela de Aníbal; ou mesmo entre a forma como Carlos Martel e Harold Godwinson decidiram enfrentar o inimigo, ou seja, organizando os seus efectivos num dispositivo táctico composto por forças apeadas.

Sem dúvida que este novo olhar panorâmico sobre as semelhanças e as diferenças, sobre as continuidades e rupturas existentes entre estas formas de fazer a guerra aparentemente tão distintas nos abrirá novas perspectivas e possibilitará, em simultâneo, uma compreensão mais abrangente e mais rica do fenómeno da guerra, algo que, enquanto leitor e observador destas temáticas, creio ser, entre muitos outros, um dos grandes méritos deste trabalho, desta autêntica viagem no tempo compreendida entre 331 a.C. e o ano 1066 da nossa Era.

Ainda que se trate de destinos (uns mais do que outros) relativamente conhecidos, o péríodo que agora nos é proporcionada por João Gouveia Monteiro é, sob muitos aspectos, uma viagem original. É como se voltássemos a lugares já familiares, mas para os quais somos levados a olhar sob um outro prisma, alertados para detalhes que não tínhamos antes visto e que nos tinham escapado, ou mesmo apercebendo-nos de algo a que nunca havíamos dado a relevância e a importância devidas.

Assim, percorrer estes caminhos e estes locais, mesmo quando pensamos que já os conhecemos, transforma-se numa autêntica viagem em “uncharted

territory” e onde as surpresas e as novidades surgem onde e quando menos esperamos.

Para nos conduzir ao longo desta viagem, o autor empreendeu um exaustivo e rigoroso trabalho de selecção, releitura crítica e reinterpretação das fontes (chegando mesmo ao ponto de traduzir – em parceria com José Braga – algumas delas, como é o caso da “Gesta de Guilherme”, de Guilherme de Poitiers), de modo a construir uma visão própria e original sobre cada um dos cinco episódios estudados.

E para além de se alicerçar nos textos das fontes narrativas, cada capítulo assenta ainda numa bibliografia actualizadíssima – arrolada no final de cada um deles, em jeito de sugestão de leitura – que ronda em média os oito títulos e onde encontramos os mais importantes trabalhos dedicados a cada um dos temas analisados. Autores de referência como F. E. Adcock, Adrian Goldsworthy, Yann Le Bohec, Bernard S. Bachrach, Guy Halsall, Jim Bradbury, Stephen Morillo ou Kelly DeVries não foram, pois, esquecidos.

Mas, para além de uma empolgante viagem no tempo, esta é também uma viagem que nos leva da Macedónia ao Médio Oriente (palco da batalha de Gaugamela); da Península Ibérica ao sudoeste de uma outra península, a Itálica (cenário para a Batalha de Canas); aos limites orientais do Império Romano (onde se desenrolou a Batalha de Adrianopla); através dos Pirenéus (para observarmos o evoluir da Batalha de Poitiers); e, por fim, num trajecto pelo Canal da Mancha, entre as costas da Normandia e o sul de Inglaterra (onde teve lugar a batalha de Hastings). É este o mapa por onde João Gouveia Monteiro nos guia ao longo de cinco etapas, ou seja, ao longo de cinco importantes confrontos militares.

E é precisamente nas escolhas destes cinco destinos que gostaria, em primeiro lugar, de me deter um pouco mais, porquanto esta será, incontornavelmente, a primeira questão que os leitores irão formular. Porquê estes e não outros?

A resposta a esta interrogação foi já dada pelo autor, quando afirmou tratar-se, no seu ponto de vista, das batalhas mais importantes da História do Ocidente Europeu. Claro que se trata de uma escolha pessoal e, como tal, inatacável. Como diz o outro, gostos não se discutem.

Mas se olharmos com atenção para estes cinco prélios, somos levados – ainda que as nossas escolhas pessoais pudessem ter sido outras, ou não –

a reconhecer a validade destas opções. De facto, trata-se de batalhas todas elas célebres e verdadeiramente emblemáticas. A primeira, porque dita o momento em que o reino macedónico se converte no Império de Alexandre, a segunda porque marca a maior derrota averbada pelo exército romano, a terceira porque constitui o momento em que as fronteiras do Império de Roma se abrem às chamadas “invasões bárbaras”, a quarta porque significa o fim da expansão muçulmana na Europa, e a última porque se reporta à conquista do reino de Inglaterra. Mas há outros bons motivos para concordarmos com as escolhas de João Gouveia Monteiro, já que boa parte destas batalhas tiveram um carácter decisivo para a História da Europa (atente-se nos exemplos de Adrianopla, de Poitiers ou de Hastings). Outras porque, em consequência do génio táctico dos seus protagonistas, continuam ainda hoje a ser objecto de estudo nas academias militares do mundo inteiro, como sucede com Gaugamela e com Canas.

Mas há mais motivos para subscrevermos inteiramente estas cinco opções: em primeiro lugar, porque todas elas – isoladamente e em conjunto –, se bem que cada uma à sua maneira, permitem a tal leitura diacrónica a que atrás nos referimos, por um lado, sobre a evolução nas formas de organização e de prática da guerra e, por outro, sobre as inovações verificadas ao nível do armamento e da sua utilização, num percurso que nos leva das falanges hoplitas à carga massiva de cavalaria; das sarissas macedónicas à *lance couché*. Com estas escolhas, nada se perde pelo meio em resultado de hiatos demasiadamente longos, mas também se evitam repetições de cenários ou situações demasiado redundantes e que pouco ajudariam a perceber as diferenças que importava sublinhar.

Estas cinco escolhas têm ainda o mérito de cada uma delas se apresentar como o corolário, um momento-chave, de um período específico da História da Europa na Antiguidade e na Idade Média e o ponto de encontro de uma teia de acontecimentos políticos, sociais, económicos e culturais que servem também como pano de fundo para esses mesmos episódios e sobre os quais o autor convida também a que nos debrucemos.

É que, na realidade, este não é um livro exclusivamente de História Militar. De facto, a análise das questões de âmbito militar centradas na ‘batalha’, isto é, focada naquelas escassas horas em que decorre o prélio, surge quase que apenas como um pretexto, um mote, para uma observação

de um determinado período histórico que lhe serve de pano de fundo e onde vamos também encontrar, por um lado, os antecedentes e os motivos que levaram a que a batalha tivesse lugar e, por outro, as suas consequências imediatas, de médio e de longo prazo. Esta é, aliás, uma fórmula a que João Gouveia Monteiro já nos habituou noutras estudos, porquanto é, sem dúvida, a que fornece leituras mais ricas e diversificadas do fenómeno ‘Guerra’, como se percebe ao longo dos cinco capítulo em que se encontra dividido este livro.

Mas vejamos então, mais atentamente quais são esses cinco destinos escolhidos pelo autor para esta viagem no tempo e no espaço ao longo da Europa da Antiguidade e da Idade Média.

Comecemos, pois, pelo princípio, ou seja, pelo primeiro destes cinco confrontamentos, a Batalha de Gaugamela (p. 17-72) que, em 331 a. C., opôs os exércitos de Alexandre “o Grande”, rei da Macedónia, aos do rei persa Dario III e cujos principais momentos são reconstituídos por João Gouveia Monteiro a partir dos testemunhos de Lúcio Flávio Arriano (que por sua vez se baseou nos textos de Ptolomeu e de Aristobulo), de Diodoro da Sicília e de Plutarco. Creio que, para abrir as hostilidades, não podia ter melhor havido melhor escolha, porquanto é impossível falar da guerra na Antiguidade sem falar de Alexandre e das campanhas que o levaram da Grécia até à Índia. Mas esta é também a ocasião propícia para olhar para a História, por um lado, da expansão persa em direcção ao ocidente europeu e, por outro, do reino da Macedónia, nomeadamente para a figura de Filipe II e para as reformas militares que empreendeu (sem dúvida um excelente pretexto para conhecermos detalhadamente a constituição e funcionamento das falanges hoplitas), reformas sem as quais o êxito de Alexandre não teria sido possível. É pois a partir destes temas que avançamos em direcção ao campo de batalha de Gaugamela, inquestionavelmente a mais decisiva de todas as suas vitórias, já que foi esta que lhe abriu em definitivo as portas da Pérsia. É aí que poderemos observar de forma detalhada o enorme génio táctico deste general, um dos últimos do mundo antigo a comandar o seu exército na linha de frente.

Seguidamente, pela mão de Políbio e de Tito Lívio – principais fontes para o conhecimento deste episódio –, somos transportados até à Península Itálica em pleno ano de 216 a.C. Depois de uma passagem por Roma, por Cartago

e pela Península Ibérica, assistiremos, na Batalha de Canas, ao choque entre a hoste de Aníbal Barca e essa poderosa máquina de guerra que era o exército romano, mas que acabará por sofrer, nessa ocasião e às mãos dos cartagineses, a maior derrota da sua história (p. 73-108). Mais uma vez, a batalha serve-nos como mote para um olhar sobre as Guerras Púnicas – em particular sobre a Segunda –, conflitos desencadeados pelo crescimento das duas super-potências de então, Roma e Cartago (cujo poderio militar poderemos também conhecer ao longo destas páginas), e pelo alargamento das suas áreas de influência, nomeadamente para a Península Ibérica. É precisamente aqui que, em 218 a.C., tem início a marcha de Aníbal através da Gália em direcção aos Alpes – cuja travessia constitui talvez um dos mais célebres episódios desta campanha –, a partir de onde avança para sul, derrotando os romanos, primeiro junto do rio Ticino (218 a.C.), depois nas proximidades de Piacenza (218 a.C.), e, depois, nas margens do lago Trasimeno (217 a.C.). Foram autênticos ensaios para a grande Batalha de Canas – que não hesita em considerar a mais empolgante da História Militar da Antiguidade – que, apesar do seu desfecho, em nada veio alterar o curso da guerra, pois Aníbal, sem conseguir recolher junto de Cartago os apoios necessários para explorar essa vitória, acabou por retirar para o Norte de África – entretanto invadido pelas legiões romanas – no ano 203 a.C.

Esta viagem prossegue então em direcção a leste, até Adrianopla, na zona da actual Turquia, onde – no ano de 378 da nossa Era – uma coligação liderada pelos visigodos, mas que integrava igualmente contingentes militares de Ostrogodos, de Hunos e de Alanos, infligiu uma pesada derrota aos exércitos de Valente, o imperador romano do Oriente (p. 109-140). Podia ter sido apenas mais uma, mas em resultado do seu desfecho converteu-se numa batalha verdadeiramente decisiva e que marcou o momento em que as portas do Ocidente se abriram em definitivo – como sublinha Edward Gibbon – às “invasões bárbaras”. E tal como nos dois capítulos precedentes, também aqui a guerra, ou melhor, a batalha – sobre a qual o principal testemunho é o de Amiano Marcelino –, constitui quase um pretexto para João Gouveia Monteiro nos guiar por outros temas relacionados, tais como as reformas militares do período do Alto Império (nomeadamente as de Diocleciano e de Constantino), observando quais os seus principais trunfos, mas também as suas falhas e carências, designadamente as que

mais fortemente se manifestaram em Adrianopla, onde a morte do Império ficou claramente anunciada.

O destino seguinte leva-nos a um salto no tempo de cerca de três séculos e meio e conduz-nos até uma região situada entre as cidades francesas de Tours e de Poitiers, palco da batalha travada em 732 entre as forças de Carlos Martel e o exército comandado por Abd-al-Rahman, o governador muçulmano do al-Andalus (p. 141-187). Do prélio pouco se conhece ao certo, já que não há sequer certezas quanto à data ou ao local onde teve lugar, uma situação que resulta, em grande medida, da escassez de fontes narrativas, que praticamente se resumem à chamada "Continuação da Crónica de Fredegário" e à "Continuatio Hispana" (ou "Crónica de 754", que parece continuar a "História dos Godos", de Isidoro de Sevilha). Ainda assim, é reconhecido o carácter decisivo da vitória então alcançada pelas forças cristãs, o que afastou de vez a possibilidade de uma expansão muçulmana para leste dos Pirenéus. Mais uma vez, a batalha serve-nos como pano de fundo para um breve périplo pela história da Europa nos alvores da Alta Idade Média. Somos, assim, convidados a observar, por um lado, a presença muçulmana na Península Ibérica e, por outro, a formação dos reinos bárbaros nascidos das cinzas do Império Romano, em particular o reino Franco, desde Clóvis até à tomada do poder pelos perfeitos do palácio, de entre os quais sobressai, naturalmente, a figura de Carlos Martel, o grande vencedor da Batalha de Poitiers. É também em torno deste tema que – com algumas incursões até ao período de Carlos Magno, neto de Carlos Martel – ficaremos a conhecer como de organizavam os exércitos francos, bem como os seus sucessores carolíngios, o armamento que utilizavam e ainda a forma como se praticava a guerra neste período tão rico, mas ainda tão pouco conhecido da História da Europa.

A derradeira etapa deste périplo, mas ao mesmo tempo o mais extenso dos cinco que compõem este livro (p. 189-327) – o que o converte numa verdadeira *pièce de résistance* –, conduz-nos numa viagem às duas margens do Canal da Mancha, entre a Normandia e a Inglaterra, e convida-nos a um olhar atento sobre a Batalha de Hastings, ferida no dia 14 de Outubro de 1066. Trata-se, na perspectiva do autor, da batalha mais importante de toda a História Medieval europeia, algo que se encontra bem expresso na enorme variedade de fontes narrativas que a relatam, algumas das quais com um

detalhe absolutamente fora do comum. De entre essas, e para referir apenas as que, por se revelarem mais ricas, mais frequentemente foram usadas por João Gouveia Monteiro, sobressaem a “Gesta de Guilherme, duque da Normandia e rei de Inglaterra”, da autoria de Guilherme de Poitiers, a “Gesta do duque dos Normandos”, de Guilherme de Jumièges, a chamada “Crónica Anglo-Saxónica”, o “Chronicon ex Chronicis”, compilado por João de Worcester e o poema “Canção sobre a Batalha de Hastings”, cuja autoria é ainda hoje discutida, para além, claro está, da célebre Tapeçaria de Bayeux. Nesta autêntica banda desenhada da Idade Média, encontram-se retratadas 50 cenas que se reportam não apenas aos factos ocorridos em 1066, mas também aos dois anos antecedentes, circunstância que a converte numa das principais fontes para o estudo da batalha. E é com os olhos postos em Hastings que somos levados a percorrer a história da Inglaterra, desde a conquista anglo-saxónica até ao final do reinado de Eduardo o Confessor, que em 1043 viria interromper um período de domínio Viking iniciado nos inícios do século XI. É com o problema sucessório aberto pela morte d’*O Confessor – leit-motiv* para a invasão normanda comandada pelo duque Guilherme – que chegamos por fim a Hastings, uma batalha cujos motivos de interesse são inúmeros. Registe-se apenas que, no plano militar esse interesse reside, por exemplo, no facto de se tratar de uma batalha invulgaramente longa (cerca de 9 horas) e na circunstância de opor a melhor cavalaria da época (a normanda) a uma das melhores infantarias de então (a anglo-saxónica). Mas é, acima de tudo, no plano político que esta batalha terá as suas consequências mais duradouras, definindo os destinos dos reinos de Inglaterra e de França ao longo dos séculos subsequentes. Por tudo isto se percebe o investimento feito pelo autor neste capítulo que, assim, fecha com chave de ouro este livro. É, pois, em Hastings que damos por terminada a nossa viagem.

Mas, como acontece frequentemente, são muitas e variadas as dificuldades e obstáculos que se colocam ao viajante que se aventura por este tipo de paragens. Direcções erradas, estradas mal assinaladas, topónimos pouco familiares (como Leuctras, Demirhanli, ou mesmo Rimini), desvios involuntários da rota inicialmente planeada, os habituais rios e florestas intransponíveis, estradas em mau-estado e pontes derrubadas. A estas acrescentam-se ainda outras, por vezes tão inesperadas quanto difíceis de solucionar, tais como as que resultam dos nomes dos nossos companheiros de viagem e

cicerones. Recordemos apenas os exemplos de Alavivo, Parménio, Childeberto, Chilperico ou Cariberto, que comparados com Sven Estridsen, Hartacnut, Gruffyd ap Llywelyn ou Harald Hardrada, soam quase como familiares.

Para que possamos evitar estes e outros obstáculos, cada capítulo integra um conjunto inestimável de ilustrações, que ajudam a solucionar todos os problemas que venham a surgir ao longo desta fantástica viagem de cerca de 14 séculos de História. Só mapas encontramos oito (da Grécia Central e Meridional, das campanhas e do Império de Alexandre, da campanha de Aníbal Barca, do Império Romano ao tempo de Trajano e em finais do século IV, do mundo Merovíngio, da Inglaterra na Alta Idade Média e da conquista normanda de Inglaterra), um auxílio precioso para seguirmos sempre no rumo certo e para não perdermos nunca o contacto com a coluna de marcha do nosso exército. O autor fornece-nos também dois quadros genealógicos, uma excelente ajuda para nos guiarmos por entre os complexos meandros dos sucessores de Clóvis, alguns dos quais com nomes verdadeiramente impronunciáveis. De grande utilidade é também a cronologia que se segue ao final do quinto capítulo (p. 329-330) e que cobre um espectro cronológico que se estende entre 490 a.C e 1089, ou seja, um período ligeiramente mais extenso do que aquele que é balizado pelas cinco batalhas estudadas.

Particularmente elucidativas são também as dez ilustrações referentes a peças de armamento e a formações tácticas que, assim, se tornam ainda mais perceptíveis ao leitor. E neste ponto, não posso deixar de sublinhar a importância didáctica das oito reproduções (de excelente qualidade, sublinhe-se) de cenas da Tapeçaria de Bayeux, que enriquecem de sobremaneira a análise da batalha de Hastings. As ilustrações presentes na obra não são, pois, meros adereços decorativos, mas sim autênticos faróis que iluminam o nosso trajecto, confirmando-nos que estamos no caminho exacto, ou, em alternativa, colocando-nos de novo na rota de onde nos tínhamos desviado por causa de uma distração provocada, por exemplo, pela bela Edite ‘Colo de Cisne’.

E como se espera de um livro que versa sobre campanhas militares, encontramos também os sempre desejados esquemas de batalhas, fundamentais para que possamos acompanhar passo a passo os momentos principais de cada um dos confrontos analisados ao longo destes cinco capítulos (dois esquemas para Gaugamela, outros tantos para Canas, um para

Adrianopla e outro para Poitiers, e cinco no caso de Hastings). E é precisamente esta a altura indicada para sublinhar o magnífico trabalho de São Morais e José Morais, que conceberam estes quadros, graças aos quais esta longa – mas nem por isso cansativa – viagem, se torna ainda mais enriquecedora para o viajante, entenda-se, para o leitor.

Em suma, com um tema que cativa, desde logo, o leitor, com um leque de batalhas muitíssimo bem escolhidas e que entusiasma pela sua diversidade e, ao mesmo tempo, pelo que cada uma delas significa na História da Europa, recheado de magníficas ilustrações, a começar pela da capa (sem dúvida que um excelente cartão de visita para o que se segue), estou convencido de que este livro tem todas as condições para se tornar um sucesso, ao que não será certamente alheio o facto de o autor ser reconhecidamente o nosso maior especialista em História Militar Medieval Antiga e da Idade Média. E depois, quando se começa a ler, é um livro que cativa logo a partir das primeiras linhas ao ponto de não ser fácil largá-lo. Cativa em primeiro lugar pela variedade de assuntos abordados em cada capítulo e que, apesar de nos levarem – e ainda bem – por caminhos que não são exclusivamente os da História Militar, ainda que a ela ligados de forma estreita, não perdem nunca de vista o tema central de todos eles: a guerra e a batalha. Cativa ainda pela forma como todos estes episódios se encontram, ainda que de forma propositadamente ténue, encadeados, mas ao mesmo tempo sem que isso iniba a leitura individualizada ou mesmo alternada de cada um dos capítulos. Mas este livro cativa também pelo equilíbrio – nem sempre fácil de conseguir – entre, por um lado, a profundidade e o rigor científico da abordagem e, por outro, a forma simples, clara e acessível como está escrito, circunstância que o converte numa obra ao alcance de um público vasto e diversificado e não apenas dirigida a uma audiência composta por estudantes e especialistas. É este o rumo que, no meu ponto de vista, cada vez mais a investigação histórica deve tomar, pois de outra forma os resultados do nosso trabalho não sairão nunca de um círculo restrito. E nesse sentido, com este seu novo livro, João Gouveia Monteiro traz mais um importante contributo com vista a essa transformação que todos nós desejamos.

Miguel Gomes Martins

Gabinete de Estudos Olisiponenses e Instituto de Estudos Medievais – FCSH
miguel.martins-283@clix.pt

PEREIRA, Armando de Sousa, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (221 pgs.).

A obra de Armando de Sousa Pereira, *Representações da Guerra no Portugal da Reconquista*, trata o período de formação e afirmação de Portugal enquanto reino autónomo e independente (sécs. XI-XIII). Um primeiro olhar sobre o seu título levaria a supor que versaria sobretudo aspectos de natureza militar e política, uma vez que tais domínios foram determinantes no processo acima mencionado. Porém, o autor opta por analisar a questão por um prisma que coloca o enfoque na percepção que os contemporâneos tinham do processo que então estava em curso. As dimensões militar e política têm obrigatoriamente que marcar presença no discurso de Armando de Sousa Pereira, já que um trabalho que pretendesse tratar do período da Reconquista cristã, e não mencionasse estas duas perspectivas, seria sempre um trabalho incompleto, o que dificultaria a compreensão, por parte do leitor, da dinâmica orientadora inerente ao processo em causa, cerceando desta forma o objecto histórico de duas das suas mais intrínsecas características. A nuclearidade destas vertentes impede que qualquer análise séria as negligencie. Posto isto, o autor prefere analisar a forma como todo o processo de reconquista foi apreendido pelos seus agentes e por aqueles que com ele interagiram. Oferece informação diversificada, daquela que por exemplo Maria Cristina Pimenta autora de *Guerras no tempo da Reconquista: 1128-1149* (Quidnovi, 2006), Pedro Gomes Barbosa autor de *Reconquista Cristã: séculos IX-XII* (Ésquilo, 2008), e Philipe Conrad autor de *História da Reconquista* (Europa-América, 2003), nos presenteiam nas suas obras, todas elas de qualidade reconhecida, mas focam sobretudo a vertente militar e política.

A obra de Armando de Sousa Pereira oferece assim novidade científica quando comparada com as mencionadas, serve-se delas em algumas situações como base de sustentação da sua dissertação, mas afasta-se devido à importância que concede à apreensão de todo o processo pelos seus contemporâneos. Tal opção metodológica leva-o obviamente a privilegiar as fontes de carácter religioso e os relatos de conquista que alguns cruzados, ou membros de ordens militares efectuaram quando chamados a intervir na conquista de praças e cidades portuguesas. Figuras como a de Pedro Pitões

(Bispo do Porto), João Peculiar (Bispo de Braga) ou Soeiro Viegas (Bispo de Lisboa) aparecem aqui mencionadas, não tanto devido à sua acção episcopal enquanto condutores dos destinos dos seus Bispados, mas sobretudo devido ao papel congregador, motivador e ideológico (defesa dos ideais de Guerra Santa e Guerra Justa, e a incorporação do espírito da Reconquista dentro destas duas concepções) que foram chamados a desempenhar.

Dentro deste espírito o autor destaca, entre outros, a acção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, do Mosteiro de Alcobaça (a partir de 1153) e da Ordem dos Cavaleiros Templários, instituições fundamentais na prossecução dos objectivos da Reconquista portuguesa, não só no campo militar, mas também de ocupação e povoamento do território.

A obra surge dividida em cinco capítulos, sendo que em todos eles o factor religioso se encontra presente, ora devido ao título e conteúdo do capítulo, ora devido às fontes que foram sendo consultadas na elaboração de outros. O primeiro capítulo trata as memórias monásticas dos Condados de Portucale e do de Coimbra (tempo em que ainda não se pode falar de uma ideia homogénea sustentada e comum de Portugal enquanto reino), o autor explora as características inerentes a uma sociedade fronteiriça guerreira, realçando a importância de vários anais (sobretudo os do Mosteiro de Santo Tirso de Riba de Ave) para se perceber os conflitos e afrontamentos entre Cristãos e Muçulmanos. As lutas pelo poder e tensões internas existentes no seio da nobreza condal portucalense, bem como a ascensão da nobreza infancial e a sua crescente influência em detrimento da antiga nobreza condal são neste capítulo alvo de desenvolvimento. A análise que o autor fez d'*Os Anais de Santo Tirso* realça o facto de neles não se encontrar uma perspectiva una do inimigo Muçulmano, aparecendo referências diversas a Árabes, Mouros, Berberes ou Sarracenos, indicio talvez da sua falta de coesão interna. Estes raramente aparecem caracterizados como um feroz e maléfico opositor, mas antes como ocupantes de um território que lhes era estranho. Esta concepção seria alterada alguns anos depois com o advento dos Almorávidas na Península Ibérica. Outra fonte coeva, que o autor realça, são os *Anais de Grijó*, fonte que inicia a sua labuta após a conquista de Toledo por Afonso VI em 1085, marcando desta forma o princípio dos confrontos com os Almorávidas em Portugal e Espanha. A derrota de Afonso VI na Batalha de Zalaca, merece importante desenvolvimento,

apesar do seu relato surgir bastante hiperbolizado, sobretudo o contingente muçulmano. O objectivo é claro, tentar desculpabilizar a derrota com a dimensão gigantesca do exército infiel, a imagem de Afonso VI ficava salvaguardada, uma vez que a coragem que demonstrara de, em condições adversas, desafiar o adversário muçulmano, em nome do proselitismo cristão. Embora os *Anais de Grijó* façam menção à batalha de Zalaca, não mencionam a derrota de Afonso VI, já que era importante manter a ideia de uma realeza invicta por parte deste monarca. Esta fonte destaca ainda a acção preponderante dos infanções na defesa da fronteira cristã na linha do Tejo. A acção do Conde D. Raimundo também aparece aqui valorizada, mas é sobretudo a imagem do Conde D. Henrique que surge exacerbada, sendo alvo de um maior enfoque. Outra importante fonte mencionada neste capítulo são os *Anais de Lorvão*, compostos por seis notícias cronologicamente situadas entre 866 e 1064, todas elas relativas aos reis e antigos condes de origem asturiana. Estes anais tentam, de alguma forma, associar o início da reconquista cristã com a importância que o Mosteiro de Lorvão começava a deter, sobrevalorizando deste modo a acção repovoadora que este mosteiro tivera após a conquista da cidade. O seu propósito, mais do que abordar ou narrar questões relacionadas com a Reconquista Cristã, consiste em valorizar a sua acção durante este processo, daí que algumas das suas informações tenham de ser lidas com cuidado, já que existe a intenção de enaltecer a instituição que as produziu. Estas aparecem inclusive desfasadas do seu tempo, uma vez que ao realçar o passado condal leonês, não concedem importância à acção de Afonso VI e do Conde D. Henrique.

No segundo capítulo, é concedida particular importância à consolidação da autonomia de Portugal, sobretudo as lutas (políticas, diplomáticas e militares) travadas contra o reino de Leão, não perdendo de vista conflito que opunha cristãos a muçulmanos. O foco da análise é o reinado de D. Afonso Henriques, dando o autor particular destaque à deslocação da corte para Coimbra em detrimento de Guimarães, que tinha por fito afastar o “Conquistador” das pressões da nobreza senhorial do norte de Portugal a quem devia o favor de o ter apoiado na sua ascensão de *Dux a Rex*. Ao mesmo tempo destaca-se a preferência que Afonso I de Portugal deu aos guerreiros e cavaleiros dos concelhos de fronteira, concedendo-lhes vastos privilégios com o intuito de estimular o povoamento destes territórios.

Esta nova conjuntura possibilitou que, do lado português, se passasse a ter uma postura mais ofensiva, com o intuito de expandir o território para sul (sobretudo a partir da Batalha de Ourique), constituindo marcos importantes deste processo a conquista de Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165, e a tentativa de conquistar Badajoz em 1169, cujo fracasso marca o término da guerra ofensiva por parte de D. Afonso Henriques (saiu gravemente ferido numa perna e impossibilitado de continuar a combater montado a cavalo). No plano diplomático (realce para João Peculiar, sobretudo no estreitar de relações com a Santa Sé), destaque-se o juramento vassálico de D. Afonso Henriques ao Papado, com posterior atribuição da bula *Manifestis Probatum*, que dotava o reino de Portugal de uma soberania própria, colocando-o (em teoria) mais salvaguardado de possíveis tentativas de ocupação estrangeira, sobretudo por parte de outros reinos cristãos. Para além da acção de João Peculiar, merece também enfoque a acção do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, principalmente devido à organização político-administrativa que foi implementando, através da concessão de cartas de foral a várias localidades do termo de Coimbra, e a reorganização do espaço da fronteira, no entre Mondego e Tejo. Este cenóbio tornou-se o centro cultural do reino no século XI. Ligados ao Mosteiro de Santa Cruz é importante mencionar os *Anais de Santa Cruz I*, fonte composta por catorze notícias cronologicamente datadas entre 1109 e 1169. Obviamente, estes anais valorizam sobremaneira Afonso Henriques, que aparece mencionado como verdadeiro fundador da nacionalidade, e com o título de *Portugalensis regis*. Realce, ainda, para duas figuras (além de D. João Peculiar) que ficaram fortemente ligadas ao mosteiro neste período, Telo e Teotónio. O mesmo mosteiro produziu uma série de hagiografias, das quais o autor destaca a *Vita Martinis Sauriensis*, que tem como principal objectivo fazer o elogio das virtudes pastorais e de pobreza de Martinho de Soure, na altura uma localidade importante situada numa região de fronteira, e da acção por ele desenvolvida no reerguer da vila após a fuga (e queima da vila pelos próprios habitantes) das populações para a cidade de Coimbra, devido à iminência de um ataque almorávida em 1116. Martinho acabou capturado pelos almorávidas e, nem sofrendo na pele as agruras do cativeiro, renegou os seus valores e ideais cristãos, esforçando-se por, mesmo em condições adversas, pregar a palavra de Deus. Acabou por morrer no cativeiro (1145), tornando-se o primeiro mártir

de Portugal. A *Vita Tellonis* (hagiografia sobre D. Telo), constitui outra fonte ligada ao Mosteiro de Santa Cruz que abrange questões relacionadas com as relações entre a Cristandade ocidental e Portugal. Por seu turno, a *Vita Theotonii* (hagiografia sobre D. Teotónio) destaca sobretudo os feitos militares de Afonso Henriques e a expansão do território empreendida por este monarca. Estas três hagiografias servem, também, para reforçar o ideal de Guerra Santa, que prosperou a partir de finais do século XI, depois do apelo de Urbano II. Em todas estas fontes e hagiografias é possível perceber alguns elementos comuns, se as primeiras atribuem à Reconquista a orientação régia dotada de uma estratégia pré-definida que aliava a conquista do território ao reforço da autoridade do monarca, as segundas não hesitam em associar a intervenção divina ao sucesso dos avanços cristãos para sul, tentando desta forma transmitir a ideia de que Deus se encontrava do lado dos portugueses. Afonso Henriques surge, assim, como um rei cuja autoridade foi sancionada por Deus, o que funcionava como motivação extra no combate contra os sarracenos. Além destas fontes, Armando de Sousa Pereira realça mais algumas cuja sua postura apologética em relação a D. Afonso Henriques é evidente. Inserem-se neste leque a *De Expugnatione Scalabis* (escrita para celebrar a conquista de Santarém) e os *Annalis D. Afonsi Portugallensium regis* (estes foram escritos em 1185 após a morte de Afonso Henriques, e no século XX Luís Krus deu-lhes o nome de *Anais de Santa Cruz II*). Estes tratam sobretudo as refregas entre Afonso Henriques e os Muçulmanos, bem como as lutas intestinas existentes entre as diversas tribos árabes, contendas essas que reforçavam ainda mais a superioridade moral dos portugueses. Estes anais, dedicados à construção da memória do monarca falecido, foram escritos num período em que era necessário restaurar a confiança dos cristãos, e congregar forças com o propósito de impedir o recuo da fronteira cristã, contra a aguerrida dinastia dos Almóadas que entretanto se assumira principal oponente dos cristãos. Concomitantemente, importava fomentar e preservar uma imagem miraculosa de Afonso Henriques, bem como o carácter proselitista da Reconquista Cristã. Na sua globalidade os textos produzidos pelos Cónegos Regrantes tinham a finalidade de reforçar a identidade das suas instituições, ao mesmo tempo que construíam uma imagem ideal de Afonso Henriques.

No terceiro capítulo da obra o autor destaca a intervenção episcopal ao longo de toda a Reconquista. Os bispos, na qualidade de guardiões das cidades, envolveram-se activamente neste processo, ao mesmo tempo que estruturavam a organização das dioceses. Constituíam ainda o principal apoio do monarca nas relações com Roma (o contrário também acontecia, uma vez que o papado se apoiava nos Bispos como agentes implementadores de diversas reformas). Os Bispos desempenhavam, ainda, uma importante função antes de se iniciarem as batalhas, sobretudo através dos seus sermões motivadores, que realçavam as virtudes dos exércitos cristãos, bem como a justiça dos seus propósitos, ao mesmo tempo que desvalorizavam a facção muçulmana e a corrupção dos seus propósitos. Estes sermões motivadores verificaram-se antes das tomadas de Santarém, Lisboa e Évora, destacando-se nestas ocasiões Pedro Pitões, João Peculiar e Soeiro Viegas. Alguns destes discursos ficaram guardados para a posteridade em várias obras, como por exemplo a *De Expugnatione Lyxbonensi*, que trata a tomada da cidade de Lisboa. Neste texto é curiosa a forma como se tenta motivar os cruzados louvando a sua peregrinação e a sua coragem para libertar o Santo Sepulcro, o que parece ser orientado para os cruzados do Norte da europa que auxiliaram na sua conquista. Estes sermões além da ideia de guerra santa punham também o enfoque na justiça que orientava os seus propósitos, ao mesmo tempo que se serviam de citações ou situações bíblicas como factor motivacional. Incitavam, também a durante o combate, não serem demasiado ávidos durante o saque. Não raras vezes estes sermões utilizavam também motivações históricas que provassem a ancestralidade da presença e ocupação cristã no território. A figura de João Peculiar aparece mais mencionada do que as outras, uma vez que este acabou por ser elevado a Arcebispo de Braga. Foi uma figura extremamente influente junto do papado, lutando até à sua morte pelo reconhecimento de Portugal enquanto Reino autónomo, algo que apenas se viria a verificar em 1179, com a bula *Manifestis Probatum*.

No quarto capítulo, o autor propõe-se abordar a questão dos cruzados e da Reconquista, concretamente a analisar a forma como estrangeiros apreendiam o processo da Reconquista cristã. A derrota imposta pelos muçulmanos a Afonso VI em 1086, é um momento importante, uma vez que tal derrota levou este monarca a pedir a colaboração militar de cavaleiros franceses como forma de conter as invasões muçulmanas. Pouco depois da

chegada destes à Península Ibérica, entrega a dois cavaleiros franceses o governo da Galiza e do Condado Portucalense. A partir de 1086 a Península abriu-se ao exterior e o problema da Reconquista Cristã do território ibérico torna-se internacional, e inserido na órbita de interesse do Papado. Não é por isso de estranhar que, após o início das cruzadas, várias foram aqueles que passaram por Portugal, sendo reconhecido inclusive pelo Papa que o serviço na península era tão libertador como o serviço em Jerusalém. Aqui chegados é necessário mencionar de novo a *De Expugnatione Lyxbonensi*, uma vez que nela se encontra um relato da tomada de Lisboa em 1147, muito provavelmente da autoria de Raul, um presbítero franco que participou na conquista da cidade. A primeira conquista de Silves, apesar do seu carácter efémero merece também algum destaque, já que a narração do feito pode ser lida em *Narratio de Iteneri Peregrinorum Hierosolymam Tendentium et Silviam Capiemtum*, obra muito provavelmente de origem germânica. A conquista de Alcácer do Sal, em 1217, aparece narrada em *Gosuini de Expugnatione Salaciae Carmem*, a sua estrutura surge sobre a forma de poema épico, o que embeleza o texto e facilita a sua leitura, mas diminui a sua validade científica, já que apesar da veracidade dos factos ali narrados, poderá ter existido uma valorização excessiva do processo discursivo em detrimento da realidade dos acontecimentos.

A leitura e análise destas fontes, leva-nos para um campo em que os feitos bélicos e as conquistas cristãs aparecem sancionados pela Providência, sobretudo quando as forças muçulmanas eram quantitativamente superiores às cristãs. Em algumas destas fontes, os cruzados surgem bastante valorizados (não tanto como D. Afonso Henriques) aparecendo representados como uma espécie de braço armado divino, responsáveis pela reposição da justiça. Neste cenário de exaltação religiosa, qualquer tipo de acontecimento inesperado era entendido como um sinal de Deus, apoiando a causa dos cristãos.

A entrada dos cruzados no processo de Reconquista insere-se numa luta global pela cristandade. As fontes acima mencionadas contrapõem à força da fé (lado cristão), o idolatrismo dos muçulmanos, sendo estes caracterizados como profanadores. Não obstante esta dicotomia latente, também se estabelece em algumas situações uma valorização excessiva das qualidades bélicas dos cruzados, em detrimento do guerreiro hispânico, mais maleável nas suas convicções religiosas.

No capítulo que serve de crepúsculo à obra de Armando de Sousa Pereira, o quinto, são tratadas questões relacionadas com o Papado, e a forma como este encarava e apoiava a reconquista cristã. Embora inicialmente a Igreja fosse avessa a qualquer tipo de violência, no começo do século IV com Constantino é promovida uma aliança entre Igreja e Império, sendo ensaiadas, a partir de então, as primeiras tentativas de harmonizar o pacifismo cristão com os escritos de Santo Agostinho e Santo Ambrósio, possuidores de uma mensagem mais conflituosa. Confrontada com as invasões germânicas e depois com as invasões muçulmanas, a Igreja passou a desenvolver certas doutrinas que defendiam a Guerra Justa (Isidoro de Sevilha e Tomás de Aquino vão defender e ajudar a construir esta concepção). A partir daí a Igreja começa a considerar os feitos de guerra, sobretudo contra inimigos da fé, passíveis de garantir um lugar no paraíso a quem demonstrasse valentia e coragem no campo de batalha na defesa dos interesses cristãos. Este tipo de acção inicia-se na Península Ibérica na década de sessenta do século XI, quando o Papa Alexandre II promete a remissão dos pecados aos que decidirem combater o Islão na Hispânia. De igual modo, a Igreja incentivou a substituição do rito visigótico-moçárabe pelo rito romano. Pouco depois, Urbano II insere a Reconquista Cristã na Hispânia, dentro do movimento das cruzadas. A vinda dos Condes Francos D. Henrique e D. Raimundo para Península Ibérica resulta em parte, da nova estratégia pontifícia de combate ao Islão. A Igreja reforçou a sua posição na Ibéria através do apoio ideológico concedido ao movimento de Reconquista, conseguindo restaurar as dioceses de Braga (1071) e Coimbra (1080). O Papado teve também uma posição fundamental no processo que conduziu à soberania e autonomia de Portugal enquanto reino independente, foi para isso fulcral o facto de ter aceite Afonso Henriques como *miles de beati Petri*, o que libertou sobremaneira o monarca português da fidelidade devida a Afonso VII, no entanto tardou em reconhecer-lhe o título de Rei. Tal consagração apenas aconteceria em 1179 por intermédio da bula *Manifestis Probatum*, onde Alexandre III reconhece a dignidade régia de Afonso Henriques e dos seus sucessores, bem como garante a autonomia política do reino. A juntar a esta bula é importante não esquecer outras bulas emanadas pela chancelaria papal, sobretudo as de cruzada que muito incentivaram o combate contra os muçulmanos na Hispânia. Destarte estes apoios, nem sempre a Igreja esteve do lado dos

monarcas portugueses, por vezes chegou a tomar mediadas severas contra eles, como aconteceu com Sancho II, deposto através de uma bula papal, e considerado *Rex Inutilis*. As Ordens Militares sediadas em Portugal são também alvo de vários benefícios por parte do papado. A sua acção foi determinante para o sucesso da ocupação cristã do Alentejo e do Algarve. Parece-nos lícito afirmar que o papado adoptou uma posição intervencionista no processo de reconquista, os monarcas portugueses (sobretudo Afonso Henriques) souberam aproveitar esta situação, “instrumentalizando” a Igreja, com o propósito de que ela apoiasse a sua soberania face ao reino de Leão e Castela, ao mesmo tempo que acenavam com a perspectiva de luta ideológica contra o inimigo muçulmano, chamariz irresistível para qualquer Santo Pontífice.

Conclusão: Em nosso entender, Armando de Sousa Pereira, defende em *Representação da Guerra no Portugal da Reconquista*, a tese de que uma correcta compreensão do fenómeno da Reconquista tem que privilegiar a consulta de fontes coevas, uma vez que apenas desta forma se perceberá a forma como os seus intervenientes apreenderam todo o processo. A ideologia cristã desempenhou um papel fundamental na mentalidade de todos os seus intervenientes, uma vez que um imaginário divino acompanhou de perto o desenrolar dos acontecimentos. Para o autor o processo de Reconquista não deve ser compreendido apenas de uma perspectiva Hispânica, mas sobretudo enquadrado no âmbito de toda a cristandade ocidental, sobretudo após a derrota cristã em Zalaca, que trouxe para a Ibéria cavaleiros franceses, e o iniciar das cruzadas, que transformou os Muçulmanos não apenas no inimigo de Portugueses, Leoneses ou Castelhanos, mas sim de toda a Cristandade. Foi um dos primeiros passos para a formação da *Respublica Christiana*.

Segundo o autor, um dos aspectos que mais se destaca da leitura das fontes coevas é o facto de não se perceber a existência de uma ideologia própria para justificar os combates contra o Islão, o objectivo primacial era construir uma imagem de um monarca ideal, que lutava valentemente pela defesa e expansão do seu território, empunhando uma espada conduzida pelo braço da cristandade.

Joel Gonçalves Sabino
sabino.romulo@gmail.com

NETO, Margarida Sobral Neto, *O universo da comunidade rural – época moderna*, Coimbra: Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2010 (332 pgs.).

A pena da escritora desta colectânea de estudos, Margarida Sobral Neto, grafou, também, uma intitulada *Nota de Apresentação*, que se afigura peça muito importante, pelo que apetece quase dizer que a tarefa do apresentador é supérflua. Com efeito, pela referida *Nota*, ficamos logo a saber quais os conteúdos desenvolvidos nas seis partes da obra e, como se tal fosse pouco, raro é o estudo singular que não termina com uma esclarecida e esclarecedora “conclusão”.

Contudo, não considero que seja fácil ler esta obra especializada, por várias razões, mas aduziria quatro ou cinco, sem porém as hierarquizar em substância.

1. As múltiplas notas de rodapé com bibliografia especializada e com explicitações mais ou menos pormenorizadas sobre certos conteúdos deixam perceber, rapidamente, que a reconstituição da realidade histórica em causa e a sua inteligibilidade são complexas.

2. Para melhor captar esta complexidade, a autora recorreu a uma conceptualização o mais ajustada possível e a operatórias ou modelos que, em muitos casos, cientificamente (e ainda bem), carecem da devida explicitação, para poderem servir o discurso do conhecimento, mas sem se substituírem à própria realidade. E, se para o autor (neste caso o historiador), não é fácil eleger *abstracções científicas* que não deformem a realidade, também para o leitor não o é descodificá-las.

3. O real histórico que é objecto de estudo foi vivido em espaços diferentes e por comunidades humanas diversas, logo terá que ser reconstituído a várias escalas, desde a individual à colectiva, desde a micro à macro (da aldeia à cidade, da região à nação), sem esquecer as múltiplas e complexas interdependências pessoais e institucionais (como as paróquias, as dioceses, os concelhos, as ouvidorias,...). Projecta-se, por isso, em sentido ascendente, por exemplo, no pároco e no bispo, no donatário e na casa senhorial, no monarca e na Coroa/Estado e, em sentido descendente, nos curas e nos paroquianos, nos proprietários das terras e nos foreiros ou rendeiros. Enfim, Margarida Sobral Neto capta muito bem esta dialéctica,

sabendo que é ao nível macro que se tomam as decisões e que é ao nível micro que a vida adquire e procura impor os seus direitos.

4. O estudo de uma época histórica, no caso designada “Época Moderna”, aponta para um tempo supostamente linear, progredindo ou regredindo em termos de qualidade, o que seria fácil de captar e entender. Só que, a par do tempo *irreversível*, feito de acontecimentos singulares, únicos, há o tempo cíclico das aparentes repetições ou dos acontecimentos quase idênticos. Contudo (insisto) as repetições presentes, aqui, podem estar ausentes, além, ou seja, os ritmos (mesmo os ritmos do tempo político, por natureza irreversível) não se manifestam e repercutem do mesmo modo em toda a parte. Conhecedora disto mesmo, a autora recorre aos designados “estudos de caso” e tem na devida conta o típico e o atípico.

5. Constantemente, quotidianamente, cada um de nós é, ao mesmo tempo, objecto e sujeito de um *texto social*, quer se trate de uma paisagem pouco humanizada, quer do universo de uma aldeia (onde o simbólico é quase omnipresente), quer da ambiência social do bairro de uma cidade (onde tudo é sinal). Qualquer que seja o tipo de texto social, a comunicação que estabelecemos leva-nos a ler e a ser lidos, ainda que não nos sintamos inteiramente englobados e até sejamos deficientemente interpretados. Nunca, porém, estamos inteiramente de fora do texto social.

Eu diria que, identitariamente, Margarida Neto continua a fazer parte (nem que seja pelo imaginário) de um *texto social* muito marcado pela comunidade rural em que nasceu, enfim pela sua “pátria”, e que tal ligação a ajudou (e muito) a ler outros textos similares do ponto de vista histórico. O título da obra que nos oferece “O Universo da Comunidade Rural” já nos leva a pensar assim.

É que, quer tratando meros episódios circunstanciais, quer conjunturas de tempos variáveis, que funcionam como factores de pressão do devir contínuo e infinito, o vivido (reconstituído e interpretado pela historiadora) como que se resolve numa longuíssima estrutura (que vai até aos nossos dias) muito marcada pela violência, pela conflitualidade, pela contestação social. Claro está que a confrontação, como comportamento individual e colectivo, não esgota (longe disso) o universo da comunidade rural típica. Mas, é indesmentível que a marca e acaba até por marcar o percurso historiográfico de Margarida Sobral Neto, por estar atenta a esses

impulsos humanos que concorrem para a compreensão dos “outros” e de nós próprios.

Tratar-se-á (avento eu) de uma espécie de paradigma interpretativo, esclarecendo, para melhor se entender a hipótese, que considero o paradigma como uma associação de conceitos ou modelos fundamentais, capaz de guiar o discurso da compreensão da vida ou de alguns aspectos da vida dos homens. Entendamo-nos: em boa verdade, um paradigma não explica, apenas concorre para formular e orientar o discurso explicativo, sendo (se quisermos) uma espécie de mnemónica.

Espero concretizar a hipótese que formulo da conflitualidade e da contestação (activa ou passiva) constituírem o tal paradigma interpretativo de que se serve Margarida Neto. Sei que o faz conscientemente e com vantagens científicas e sei, igualmente, que não estou só nesta opinião. Para tanto, permito-me invocar (citando-a) a apreciação de Maria Helena da Cruz Coelho ao estabelecer um “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas” (in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, CHSC, 2000, p. 23-53). Ao referir-se, com efeito, à tese de doutoramento de Margarida Neto dirá: “Nela [tese] houve uma intenção de analisar, em tempo longo, o domínio territorial e jurisdicional do mosteiro crúzio, tantas vezes confrontado com outros senhores, mormente a Universidade, e sujeito a diversas conjunturas políticas para se fixar, muito particularmente na *contestação anti-senhorial* [sublinho]. Estudo [prossegue Maria Helena Coelho] que comparado com o meu próprio sobre a ambiência rural do Baixo Mondego permite entrever, em tendência longa, o enraizamento de certas práticas rurais e de alguns comportamentos do campesinato”.

O título da tese de doutoramento de Margarida Neto é *Regime Senhorial, Sociedade e Vida agrária. O Mosteiro de Santa Cruz e a região de Coimbra (1700-1834)*, refundida e divulgada sob a designação *Terra e Conflito. Região de Coimbra 1700-1834*, Palimage Edições, 1997. Atentemos noutros títulos de obras suas: *La contestation anti-seigneuriale au Portugal à l'époque moderne; Biens et usages communaux au Portugal (1750-1950); Uma Provisão sobre Foros e Baldios: problemas referentes a terras de logradouro comum na região de Coimbra no século XVIII; Propriedade e renda fundiária em Portugal na Idade Moderna*. E poderíamos continuar

a documentar (eu diria) a relação genotípica de Margarida Neto com o *universo rural*, como o texto social que mais a engloba (talvez, até, na sua identidade) e que ela, por isso, lê (interpreta) melhor. Porquê? Continuamos a avançar hipóteses.

Margarida Sobral Neto nasceu em Sernancelhe e fez os estudos secundários em Lamego. Lembremos que o concelho em que nasceu confina com os de Tabuaço, São João da Pesqueira, Penedono, Trancoso, Aguiar da Beira, Sátão e Moimenta da Beira. Quem não associa esta região (ainda que abusivamente em termos de rigor geográfico) às *Terras do Demo*, tão bem retratadas por Mestre Aquilino Ribeiro, através de uma linguagem regionalista e popular. Esclarece, a propósito, Paiva Boléo que são linguagens distintas. A linguagem popular é a que fala o povo iletrado, em especial o das aldeias; a linguagem regional é a que usa o conjunto de pessoas de uma determinada região linguisticamente homogénea. Mas, mais do que assinalar os factos linguísticos regionais e populares que facilmente se detectam no romance *Terras do Demo* é a importância atribuída ao espaço, quer pelo destaque descriptivo que lhe é conferido, quer pela implicação que ele tem na caracterização das personagens e no desenrolar da acção que lhe conferem essa marca regionalista e popular. Enfim, Aquilino Ribeiro pintou, através da palavra, o universo típico da aldeia serrana de uma região da Beira Interior, sem esquecer, como dirá o autor, que “la nature jouit dans mes livres d'une véritable personalité”. Personalidade que impregna o comportamento e a conduta dos habitantes, assim genericamente caracterizados pelo próprio Aquilino: “Desde esse dia [em que o romance *Terras do Demo* foi publicado] os bons campónios, vítimas do anátema divino ou da injustiça social, cíndidos ou apenas dionisíacos nas horas vagas, a estalar de felicidade e lirismo, entraram na história consagrados como quem são: escravos da terra ou dos terra-tenentes, minados de preconceitos e taras como todos os mortais que se prezam, e, aqui para nós, mais propensos ao bem do que ao mal [...]” (*apud* Henrique Almeida, *Aquilino Ribeiro e a Crítica*, Lisboa, Edições Asa, 1993, p. 52).

Se é verdade que não se podem tomar à letra textos de ficção (e daí o cuidado em considerar as obras literárias como fontes históricas), também não é menos verdadeiro que a obra literária pode concorrer (com as devidas cautelas, insisto) para a apreensão estrutural do real em termos geográficos,

históricos, antropológicos, etnográficos ou de outra natureza. Parece ser o caso da produção literária de Aquilino Ribeiro e, tanto assim, que o autor foi catalogado (em boa parte, depreciativamente, por uns quantos) como um escritor *regionalista*. Porém, não invertamos os papéis: quando Aquilino é romancista, não é geógrafo ou historiador.

Terras do Demo é, de facto, um romance de espaço geográfico e telúrico. Nele pontificam o espaço físico e esse *universo/mundo* aldeão, com as suas personagens típicas, com as circunstâncias variáveis das suas vidas, com as diferenças sociais detectáveis, que se esbatem porém na solidariedade vicinal e nos acontecimentos comuns, porque o tempo dominante é cíclico, fechado, repetitivo. Realidade captada e apresentada, deste modo, spor Mestre Aquilino: “Como há um ano, há vinte, há séculos, a aldeia bárbara saía a campo; morriam uns, nasciam outros, o fado de viver passava nela insensivelmente; o homem cumpria a sua missão de filho da terra” (*Terras do Demo*, Amadora, Livraria Bertrand, 1963, p. 351).

Particularmente no terceiro estudo da Parte I, intitulado *Propriedade e Renda Fundiária* (18 pp.) de *O Universo da Comunidade Rural*, Margarida Sobral Neto teoriza e procura demonstrar (com este e outros estudos) que, na Época Moderna, “todas as estratégias de consolidação ou ascensão social passaram pela aquisição de bens ou rendimentos fundiários”. Mais explicitamente, defende que “a terra e os usos colectivos funcionaram [em Portugal] como suporte de economias de subsistência e de actividades de cariz capitalista”, pelo que, na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do XIX, foi muito forte a resistência à política de individualização das terras comuns, sobretudo nas zonas de montanha. A posse real ou útil da terra, com os rendimentos que gerava, foi [digo eu] responsável por uma “organização senhorial-campesina” que suscitou, regularmente, o confronto judicial e até físico. Por tal, em *Violências do Quotidiano* (Parte II, 23 pp.), Margarida Neto teoriza, justificando, que “a violência na Época Moderna constitui-se como observatório privilegiado do estudo das relações sociais, dos sistemas de poder e da construção de valores e sentimentos que perduram no nosso tempo”.

O apego à terra, em particular à terra arável (produtora de milho grosso ou de batata, por exemplo), explica a fundação de Calvão (na gândara de Vagos) e o seu desenvolvimento, no período que decorre entre os anos 30

do século XVI e finais do XVII. O seminário povoador, talvez proveniente dos concelhos de Vagos e Soza, aproveitara a terra fértil para o maiz (Parte V, *Contributos para a história de Calvão*, 19 pp.). Depois, como se sabe, o milho da América difundiu-se, mais ou menos, por todo o País, não surpreendendo que, em *Terras do Demo*, também ele concorrerá, a par do centeio, para encher as arcas dos mais abastados: “Batiam os mangoais para as lájeas, nos derradeiros malhios. As arcas iam enchendo, já arruçava a barba do milhão” (*ob. cit.*, p. 251).

Se a agricultura e a pecuária, com acontecerá em *Terras do Demo*, garantiam apenas a subsistência, já outras comunidades humanas mais bafejadas pelos recursos naturais e pela perícia dos habitantes iam conseguindo saltar para níveis económicos avançados, diria para estádios de consociação da economia de subsistência e da economia pré-capitalista. Margarida Neto exemplifica este estádio em *A Vida Económica e Social de Gouveia na Época Moderna* (29 pp.). Explicitando um pouco (mas, só um pouco), em Gouveia, como noutras comunidades do Portugal moderno, o uso da terra foi sendo complementado por actividades artesanais e manufactureiras, que passaram a suportar algumas trocas comerciais à distância e a suscitar uma maior complexidade sócio-profissional, como a formação de grupos de camponeses, lavradores, criadores de gado, almocreves, mercadores, fabricantes... Mas, também, aqui, a terra estava em grande parte sujeita a peias senhoriais, o que concorria para alguma instabilidade social, que, entretanto, os poderes locais iam gerindo.

E Margarida Neto vai em busca das identidades de outras comunidades locais, como é o caso de *Celorico da Beira na Época Moderna* (18 pp.), procurando, até, descodificar o simbólico heráldico. Efectivamente, o brasão deste município ostenta um castelo, uma águia com peixe (uma truta) nas garras, cinco estrelas e a lua. Porquê? Este livro desvendará a curiosidade.

Já em Ansião, sob o título *Contestação anti-senhorial em Ansião* (22 pp.), um estudo integrado na Parte designada *Resistências aos Poderes Senhoriais*, a autora exemplifica um caso de exploração senhorial retesada. É que, fora outras tributações, os lavradores e criadores de gado de Ansião tinham de dividir a produção por 3 casas senhoriais (duas nobres e uma eclesiástica), o que significa que, só em dízimas, era comido 30% da produção.

A confusão entre bens e direitos públicos e privados era enorme no concelho de Ansião, não sendo caso único. Longe disso. A propósito, a autora de *O Universo da Comunidade Rural* lembrará que, entre começos de Quinhentos e 1832, os forais manuelinos, com a amálgama de direitos régios e prestações enfiteutas, nem sempre concorreram para a evolução económico-social das populações, pelo que, com frequência, era solicitada a sua reforma (leia-se *Forais manuelinos e tributação agrária* [6 pp.]). Porém, assumindo-se os corregedores “como entidades vigilantes da sua aplicação”, os forais acabaram por se constituírem como instrumentos protectores das comunidades quanto aos abuso dos senhores. Efectivamente, conforme é demonstrado em *Um estudo de caso: o foral manuelino de Porto de Mós* (14 pp.), a lei do foral sobrepuinha-se a todas as práticas, anulando contratos entre as casas senhoriais (no caso, a Casa de Bragança) e os representantes do Povo.

Constitui a substância principal, em meu entender, da primeira peça do livro que estamos a apresentar. Em *Poderes locais: senhorios e concelhos* (20 pp.), Margarida Neto lembra que aos poderes concelhios cabia “elaborar regulamentos (posturas) e exercer, de forma autónoma, o governo da terra”, conformando-se, contudo, com a legislação aplicável a todo o País (na época em estudo, de acordo com as Ordenações Filipinas e Regimentos vários).

Entre as câmaras municipais e a Coroa/Estado interpunha-se, porém, numa parte considerável do território nacional, uma estrutura senhorial, formada por donatários e senhores locais. Deste modo, “o poder concelhio foi fortemente condicionado pelo poder senhorial com quem teve de partilhar jurisdições, poder, e sobretudo recursos”.

A ouvidoria de Barcelos, particularmente, afirmou-se como “um importante espaço de exercício de poder e uma forte base de sustentação económica e representação simbólica da casa senhorial mais prestigiada e poderosa de Portugal” (estou a citar de *Um estudo de caso: o domínio senhorial da Casa de Bragança, em Barcelos, no século XVII* [16 pp.]). Mas, indícios, mais ou menos expressivos da intervenção efectiva do poder senhorial (laico e eclesiástico) encontramo-los nos mais recônditos rincões do território nacional. Em *Terras do Demo*, o Sr. P.^e Francisco, “A bufar de cansaço, a calva orvalhada de suor, meteu logo para a residência, casa de muitos cómodos em negra pedra de fortaleza, grandes salas em tabuleiro, tulhas para

os cereais, e estrebaria para muitas cavalgaduras. Aris fora noutras épocas abadia de estrondo, lá estava o passal e a igreja em rica obra de talha, como não havia por ali perto, a atestá-lo" (*ob. cit.*, p. 224).

A aldeia típica de *Terras do Demo* não patenteia grandes diferenciações sociais. Há, além de outros, o senhor P.^e Francisco, o Joaquim Javardo ou o sovina do Rola. O primeiro gosta de comer bem e não sei se, em circunstâncias locais que justificassem a contestação anti-senhorial, ele integraria, como representante do baixo clero, esse movimento. Distanciar-se-ia, talvez, do comportamento dos curas de Poiares, embora fossem outros os tempos. Em *Contestação anti-senhorial em Poiares: o papel do clero* (21 pp.), Margarida Neto teoriza práticas sociais que se afiguram lógicas, a saber: o alto clero português robustecia o grupo senhorial; o baixo clero, reconhecendo a sua origem e mantendo-se mais próximo do campesinato, podia apoiá-lo nas suas reivindicações, utilizando alguma imunidade que o estatuto eclesiástico lhe proporcionava. Poderia, mas era imprevisível, em muitos casos, o sentido social do comportamento clerical.

Já o Joaquim Javardo, vestindo, em dias de festa "boa fatiota de saragoça preta com corrente de pinto no relógio, lencinho de renda no bolso da vesteia, e até fita de seda vermelha ao pescoço – fita que lhe trouxe o cunhado quando veio do Rio [...], era há vinte anos o caudatário [o serventuário] de todos os curas que pastoreavam a freguesia. Afora esta vaidade satisfeita, toda a sua cobiça era pertencer à Junta de paróquia, no que topava relutância por não saber ler nem escrever" (*ob. cit.*, p. 227-228).

Era analfabeto, mas talvez não lhe faltasse uma sageza similar à dos representantes do povo de Arcozelo, pelo menos em período anterior a 1745, já que a estratégia regularmente adoptada por eles foi a de tentarem negociar com as autoridades senhoriais e de recorrerem, dilatadamente, aos tribunais. É deste tipo de contestação que nos dá conta o estudo: *A contestação anti-senhorial em Arcozelo (Gouveia)* [19 pp.].

Por sua vez, o velho Rola, pequeno latifundiário, mostra-se apegado ao seu dinheiro, mas, sobretudo, à terra arável em regime de propriedade bem privada, a ponto de reagir mal às expropriações, mesmo quando feitas em nome do progresso que ele, na sua bárbara incivilidade, não entende. Por outras palavras, manifesta o seu forte sentimento telúrico, que a compensação monetária não paga e, nesta atitude, é acompanhado por

todo o povo da aldeia: “Acudiu o povo; era o perito das expropriações que vinha concertar com os donos dos prédios cortados pelo lendário traçado o montante da devassa. Então sempre era certo os ministros vieram derreter dinheiro naquelas terras montesinhos? Hem, sempre era verdade, a estrada, que tinha embirrado lá para trás de Barrelas, romper, por aí fora, arrasando leiras e ferragiais?! Ladrões, Portugal estava desgraçado!” (*ob. cit.*, p. 270). É que, além do mais, espoliavam a extensa e estimada gândara: “E a meio da gândara sem fim, silenciosa, surrada dos gados, da cor das cinzas, eram [as moitas] em seu verde-escuro como folhas de nenúfar nas águas mortas dum pântano” (*Terras do Demo*, p. 348).

Outros tempos, marcados pelo movimento “Regenerador”, mas já longas décadas antes, mais propriamente no século XVII, a viúva de João Garcia Bacelar, “homem que a história e a memória locais perpetuaram como o fundador de Nossa Senhora da Tocha” (no actual concelho de Cantanhede) se distinguiu na defesa do domínio útil que tinha na quinta da Telhadela, situada na Gândara da Tocha. Os seus direitos de sesmeira, como co-herdeira dos bens do marido (entretanto falecido), levaram-na a resistir contra a expulsão da quinta ordenada pelo Mosteiro de Santa Cruz (titular real da terra). Excomungada, recorreu ao poder real (no caso a D. João IV) e nem mesmo assim foi atendida. Continuou a resistir e só acabou por ceder às pressões do Mosteiro de Santa Cruz, sobre os direitos que tinha na ermida da Senhora da Tocha, por volta de 1670. E Margarida Neto deixa exarada, no seu estudo intitulado *Uma mulher nas malhas da justiça senhorial na Gândara da Tocha* [20 pp. da obra que estamos a apresentar], esta sentida observação: “As forças físicas já lhe estariam a faltar para continuar entrincheirada na sua ermida. Para além disso, teria um bom motivo para ceder: o facto de estar a quinta que fora construída pelo seu marido nas mãos dos seus netos. Aqui poderá ter adormecido em paz, sossego que seria bem merecido depois de tanta luta...”.

Viver e morrer pela terra que garantia (e ainda deveria continuar a garantir) o pão-nosso de cada dia. Uns trabalhavam-na arduamente, a troco de foros e rendas, que, numa larga percentagem, revertiam para os seus titulares reais (Coroa, donatários, senhores leigos e eclesiásticos); outros comiam, em lautos banquetes, sumptuosas moradias, numerosa criadagem e oportunista clientela grande parte do que ela oferecia.

Nem sempre os direitos e os deveres de uns e outros eram respeitados, muito por culpa de uma legislação arcaica, sincrética, confusa, equívoca. E a conflitualidade estalava, acompanhada, não raro, de violência.

São retratos típicos e atípicos de uma estrutura senhorial-campesina que vemos pintados, pela pena historiográfica de Margarida Sobral Neto, neste livro. Afinal (e sem pretender ser abusivo no cotejo), ele constitui o palimpsesto, na Época Moderna, de muitas “Terras do Demo” do nosso Portugal.

João Marinho dos Santos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CHSC

uc3928@fl.uc.pt

Notas de Leitura

**SANTOS, João Marinho dos, *Sarzedas nos forais de 1212 e 1512*,
Coimbra: Palimage, 2012 (170 pgs.)**

Da História Local à Identificação Pessoal

No presente ano de 2012, os Sarzedenses estão em ano de comemorações. Unem-se para comemorar duas datas importantes da sua história à escala local: a concessão do primeiro foral, o foral medieval de 1212, outorgado pelos senhores D. Gil Sanches, filho bastardo de D. Sancho I, e Paio Pais, arcediago da Guarda; e a outorga do foral novo de D. Manuel, o rei Venturoso, que se traduziu em documento emanado da chancelaria régia, datado de Lisboa no primeiro dia de Agosto de 1512.

Comemorar significa recordar em comum, significa celebrar em comunidade um acontecimento de importância colectiva, para que não caia no esquecimento. E as comemorações, recorrendo à ritualização do passado, dão forma a representações simbólicas, que se assumem como valores de uma memória colectiva.

Mas para nós, historiadores, comemorar é ainda uma ocasião de mais investigar, estudar e reflectir, dando a conhecer às comunidades locais e à comunidade nacional, o alto valor da história, como memória colectiva, como fundamento da nossa identidade, como parte integrante do legado dos nossos *patres*, do nosso património e da nossa cultura.

Com esta plena consciência do denso valor do passado histórico actuaram conjuntamente a Junta de Freguesia de Sarzedas, na representação

de todos os seus moradores, e um historiador, filho da terra, o Doutor João Marinho dos Santos. Congregaram esforços para dar forma a um livro, que, pela perenidade da escrita, deixasse para os vindouros a memória destes relevantes feitos passados, na certeza de que os Sarzedenses do século XXI têm orgulho do seu devir histórico e querem olhar o futuro, sentindo pulsar a seiva vivificadora das suas raízes.

Desse entrelaçar de quereres e vontades nasceu a obra, que aqui se noticia, *Sarzedas nos forais de 1212 e 1512*, da autoria de João Marinho dos Santos. Obra feliz na identificação do homem-autor com a sua terra.

João Marinho dos Santos é um produto das Sarzedas, a terra onde nasceu. É ele próprio que nos diz nesta obra: “A relação próxima que se estabelece com um pequeno território (por norma, espacialmente mais restrito do que os limites oficiais de uma circunscrição administrativa – uma freguesia ou um concelho), associada às afinidades culturais e ao passado vivido em comum por um conjunto de pessoas (“comunidade”) que nos adoptou como “vizinho”, constitui, sem dúvida, um elemento fundamental da nossa personalidade, da nossa ‘identidade’”. Daqui a feliz união do autor com a temática. E este autor, o Doutor João Marinho dos Santos, tem um apego muito forte ao “local”, tanto na investigação histórica como na vivência humana.

Na verdade, como escreve João Marinho: “creio que nunca perdemos (a faceta identitária) matricial, que poderemos classificar de “local”. Afaste-mo-nos muito ou pouco, geográfica e sócio-culturalmente da comunidade que nos serviu de berço, ou seja, da “pátria”, e raramente o vínculo desaparece”.

Mas antes de passarmos a conhecer um pouco mais estes livro “Sarzedas nos forais de 1212 e 1512”, diga-se, em primeiro lugar, que esta obra é o resultado feliz da referida parceria do Centro de História da Sociedade e da Cultura com a Junta de Freguesia de Sarzedas, que colegialmente repartem em igualdade os custos da publicação do livro. Nela se concretiza mais uma realização deste Centro em parceria com as autarquias, como é da sua política, bem como uma outra edição de forais, objectivo que percorreu a linha editorial do seu Projecto Estratégico nestes dois últimos anos e continua inscrita no de 2013.

Decorre desde logo do título da obra que vão ser evidenciados nela dois acontecimentos importantes, muito inter-relacionados. Acontecimentos que

se corporizam em dois documentos, que são dois monumentos escritos. Evocá-los e estudá-los passa, inevitavelmente, pela sua correcta transcrição e divulgação em linguagem mais comum nos nossos dias, o que é feito neste livro.

Assim, tendo sido o foral medieval de Sarzedas escrito em latim, tornou-se necessário proceder à sua tradução para português, o que não foi tarefa fácil para o Autor E não o foi, porque, desde logo, a realidade, nos mais diversos domínios, sofreu alterações, sendo o nosso mundo de hoje muito diferente do dos nossos avós, sobremaneira dos remotos antepassados que habitaram as terras da Beira há 800 anos.

Já o foral manuelino, por dizer respeito a uma realidade mais recente (ainda assim de há 500 anos) e por estar redigido em português, não ofereceu tantas dificuldades de interpretação. Mais, aliciou o historiador de história local e desafia, agora, o leitor mais curioso, porque desfibra, em pormenores, o mundo rural, pondo-nos em contacto com uma toponímia ainda persistente, ou com formas de propriedade historicamente muito interessantes. Concretizemos, exemplificando.

Muitas das actuais povoações da freguesia de Sarzedas já surgem referidas topónimicamente ou com os seus nomes próprios no foral manuelino de 1512: Casal da Lisga, Casal de Pousa Folhas (que evoluiu para Pousa Foles), Casal das Teixugueiras, Courelas dos Vilares, Malhadas do Cervo, Herdade de Mendaires, Herdade na Rapoula, Cernadas de Joaninho são alguns exemplos. Por sua vez, as designações de “cernada”, “casal”, “courela”, “malhada”, “herdade”, que nele se encontram, evocam-nos uma realidade que alguns ainda conheciam. João Marinho dos Santos estuda atentamente essas formas de propriedade distintas, quer quanto à sua extensão ou área, quer quanto à sua exploração ou utilidade económica à escala rural, procurando matizar, no seu estudo, as múltiplas cambiantes dessa caracterização diferencial.

É, portanto, em busca de uma geografia humana ou de uma paisagem humanizada, ainda com fortes marcas na actualidade daquilo que terá sido a partir do século XIII (se não mesmo antes), que o autor de *Sarzedas nos forais de 1212 e 1512* tenta ler a documentação histórica. Nesse mesmo sentido, procurou captar a relação dos homens daqueles séculos com o meio de produção por excelência, ou seja, com a terra. Procurou então saber o que

produziam; o que arrecadavam para seu sustento e o das famílias que iam constituindo; ou o que pagavam aos detentores do domínio eminente da terra.

Como resposta a esta última questão, sabemos que o território do senhorio de Sarzedas, pelo foral de 1212, foi atribuído na percentagem de 5/6 ao concelho, ficando o restante para o senhorio. Os seus titulares cobravam o sexto de tudo o que os foreiros produziam.

Mas, os recursos naturais já então não se limitavam, em termos de produção ou de rentabilidade, só à terra. Os recursos hídricos, convertidos em riqueza piscícola e em força motriz, eram igualmente importantes e, por tal, eram também taxados pelos titulares respectivos. No caso de Sarzedas, D. Manuel, na reforma do foral em 1512, deixará bem expresso que “Nós nem os dictos Senhorios nom levaremos porem daqui em diante nem outro em nosso nome das dictas aguoas e moendas o dicto seisto nem outro direito”. Portanto, isentava, para sempre, os recursos hídricos do pagamento de qualquer tributo, o que se tratava de uma concessão, de um privilégio feito aos Sarzedenses.

Mas, a Coroa, para além de querer saber, com toda a precisão, quais as propriedades que integravam o sexto da fazenda real e, consequentemente, os cinco sextos das terras concelhias, determinava, no foral de 1512, que os “maninhos” ou as terras incultas e susceptíveis de serem exploradas em sesmaria lhe pertenciam. Persistia, portanto, o sesmo ou a terra sesmeira, de que ficaram marcas até à actualidade na própria toponímia. “Sesmo” é, de facto, o nome de uma localidade da freguesia de Sarzedas.

No termo das Sarzedas, terra de “cernadas” ou de árvores espontâneas susceptíveis de produzirem cascas valiosas, como a cortiça, ou seivas úteis, como a resina, não faltavam, também, como ainda hoje, condições propícias ao pastoreio, em particular de gado miúdo de ovinos e caprinos. Conhecedor desta particularidade, D. Manuel, na esteira do seu predecessor D. João II e de outros monarcas centralizadores, chamou a si o direito do “montádigo”, ou seja o imposto que recaía sobre o gado de fora que fosse apascentado no termo de Sarzedas.

Mas, a par das condições favoráveis ao pastoreio dos pequenos animais, existiam ainda em Sarzedas, os “vales” – Vale de Maria Dona, Vale de Ferradas, Vale das Almoinhas, Vale das Ovelhas e tantos outros – capazes de alimentarem animais mais corpulentos, como os bois e os cavalos.

Os primeiros eram fundamentais para a tracção do arado e do carro; por sua vez, os cavalos eram imprescindíveis para a concretização da guerra ofensiva, em azarias, guardas ou fossados, ou seja, em expedições de raio curto ao campo inimigo, tirando partido do factor surpresa pela mobilidade e devastação que cavalo e cavaleiro causavam. No século XVI, a artilharia será uma arma mais decisiva que a cavalaria, mas durante a Idade Média impor-se-á o poder do guerreiro a cavalo.

Por isso, a elite concelhia era constituída, sobremaneira, pelos cavaleiros-vilãos, determinando o foral de 1212 que a riqueza necessária para ter cavalo e, consequentemente, para ser cavaleiro era possuir uma aldeia, ou seja um casal, uma junta de bois, 40 ovelhas, um asno e dois leitos ou camas. Em contrapartida, entre outras regalias, o cavaleiro-vilão de Sarzedas era equiparado, judicialmente, ao infançao, portanto a um nobre de sangue.

A vida de trabalho dos homens e mulheres de Sarzedas, explorando a terra, a água e os montes, colhendo os produtos agrícolas ou arrecadando os rendimentos do pastoreio, necessitava de se inscrever numa sociedade ordeira e pacífica. E não menos de ordem e regras próprias necessitava o comércio activado pelas mãos de mercadores e viajantes cristãos, mouros ou judeus, a que o foral de 1212 se refere, que atravessavam esta paragens com as suas mercadorias ou na vila as transaccionavam. De todas as operações comerciais, em que vemos desfilar perante os nossos olhos a compra e venda de cereal, do vinho, do azeite, da cera, do gado, dos panos de lã ou linho, das peles, dos escravos mouros, pagavam portagem ao senhorio os homens de fora, de acordo com as cargas e os produtos, mas estavam isentos dela os vizinhos de Sarzedas, o que era um importante privilégio.

Para que todos estas actividades produtivas e comerciais decorressem normalmente, o foral medieval de Sarzedas arrolava as infracções ou crimes de maior gravidade social, como, entre outros, a recusa em fazer a guerra defensiva, o homicídio, a invasão de domicílio, a violentação de mulheres, o testemunho falso, as múltiplas agressões, em especial as praticadas em lugares públicos e sagrados, a alteração dos marcos da propriedade rural, sempre indicando como deviam ser penalizadas. Por exemplo, no caso do roubo, o ladrão tinha de repor nove vezes o bem furtado, cabendo duas partes ao lesado e revertendo as outras sete para o senhorio.

À aplicação da justiça, presidia o juiz e privilegiavam-se, como meio de prova judicial, as devassas ou inquéritos, da mesma forma que as coimas ou multas eram essencialmente pecuniárias.

A justiça, aplicada e proclamada, com frequência junto do pelourinho, pretendia ser pública e pedagógica. Como tal, o pelourinho era e, em parte, continua a ser, um símbolo ou emblema do poder local, afirmação exteriorizada do seu direito próprio. O de Sarzedas, em boa hora, foi reconstituído e eleva-se, altaneiro, na praça fronteira, onde se erguia a casa da câmara.

O estudo de João Marinho dos Santos, ainda que centrado em dois momentos muito importantes, marcados pela outorga do primeiro foral e pela reforma deste diploma, ou seja, pela instituição do seu concelho e pela definição e actualização do seu direito público, não deixa em aberto o período intermédio.

O domínio Sarzedense, doado, provisoriamente, sob a forma de senhorio, com relativa frequência, sobretudo por esgotamento da linha sucessória, voltava à titularidade directa da realeza, a qual, com ele pagava serviços públicos prestados por particulares, nele actualizava direitos e com os mesmos aumentava a base tributária da fazenda pública. Assim, a história do senhorialismo de Sarzedas até às vésperas da criação de um condado ocupa algumas páginas do estudo que estamos a apresentar. Concretamente, pela pena de João Marinho dos Santos, assistimos à substituição dos Sanches e dos Pais pela Família dos Refoios e desta pela dos Silveiras, sem esquecer os interregnos de algumas individualidades. De qualquer modo, este senhorialismo é interpretado pelo Autor como, fisicamente, bastante ausente, apesar dos Silveiras possuírem “casa” ou moradia na vila.

Em vez dos “senhores”, afirmou-se sobremaneira na vila um poder concelhio politicamente intervventivo, empenhado em defender os interesses dos munícipes e, em certa medida, orgulhoso das suas prerrogativas. Num território administrativamente vasto, mas pobre, mesmo assim a população foi crescendo ao longo dos séculos, apesar de haver uma forte emigração. E, assim, a maior parte dos que ficavam pagava o ónus da pobreza. Valia, em casos extremos, o poder concelhio e, numa intervenção mais alargada, as confrarias e, sobretudo, a Irmandade da Misericórdia. Esta, remontando seguramente ao século XVI, procurava praticar as obras

de caridade, principalmente em relação a pobres, doentes e peregrinos. Não se esqueça que Sarzedas foi servida por uma estrada principal que permitia as comunicações com os grandes centros nacionais.

Com estas e outras componentes individualizadoras, o Autor de *Sarzedas nos forais de 1212 e 1512* defende que a identidade dos Sarzedenses é do tipo *histórico* ou *retrospectivo*, podendo no entanto o orgulho do passado concorrer para reanimar o presente e ajudar a preparar o futuro. Neste sentido, o estudo que estamos a apresentar defende, claramente, que a história pode e deve participar na concepção e na execução de um grande projecto local, que ajude a retirar Sarzedas da relativa letargia em que está mergulhada. Enfim, naturalmente de modo diferente, por vias mais condizentes com a realidade nacional e internacional, defende que é preciso voltar a “restaurar e a repovoar” Sarzedas, como o decidiram, em 1212, D. Gil Sanches e Paio Pais.

E ao terminar a palavra será do Autor: “Sarzedas não pretende ser um mundo à parte, apesar da sua identidade colectiva se enraizar, em nossa opinião e como dissemos, muito fortemente na tradição, na história e na memória. Por outras palavras, pretende modernizar-se, desenvolver-se, ter futuro, pelo menos, à escala nacional. Concebemos e executemos, então projectos de crescimento e desenvolvimento, que integrem a vetusta vila e o valoroso termo de Sarzedas. Foi também, com este objectivo que escrevi este livro”.

E aqui fica aberta a obra *Sarzedas nos forais de 1212 e 1512*, obra em que um pedaço de história de uma pequena pátria se funde com a vida e o homem que é o seu Autor, num comprometimento de identidades locais e pessoais.

Maria Helena da Cruz Coelho

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
coelhomh@gmail.com

Notícias

Súmula das atividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Ano de 2011

O Centro de História da Sociedade e da Cultura, unidade de I&D, financiado e avaliado pela FCT, é uma instituição orientada para a investigação histórica, sendo, sobretudo, constituída por historiadores. No decurso do ano de 2011, o seu corpo de especialistas integrou 32 investigadores e 47 colaboradores, institucionalmente ligados às Faculdades de Letras e de Economia da Universidade de Coimbra, à Universidade da Beira Interior (Covilhã), à Escola Superior de Educação de Coimbra, à Universidade Aberta e à Universidade de Valladolid. Na investigação utiliza metodologias interdisciplinares, analíticas e globalizantes, transversais e comparativas, privilegiando a diacronia (da época medieval ao período contemporâneo) e diferentes escalas espaciais (do local ao regional e do nacional ao mundial), sendo muitos dos estudos realizados no quadro de parcerias nacionais e internacionais.

A sua actividade de investigação científica desenvolveu-se no âmbito de dois grandes projectos: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os “outros” (SOPOC)*, coordenado pela Prof. Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e *História da Região Centro (HRC)*, coordenado pelo Prof. Doutor António de Oliveira.

No tocante ao 1º projecto, que embora se centre, prioritariamente, na visão da sociedade portuguesa em evolução conjuntural, com destaque para a história política, história das instituições e das redes de poder, história do pensamento e das representações socioculturais, história do quotidiano e da vida privada, história religiosa e eclesiástica, historiografia e teoria da história, entre outras áreas temáticas que o estruturam, deu-se também grande atenção aos diálogos de Portugal com a Lusofonia, em especial com o mundo Asiático. Neste âmbito preciso, realizaram-se algumas iniciativas científico-culturais, adiante nomeadas: "Diálogos de Lusofonia", "VI Colóquio Luso-Brasileiro, Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil – Raízes Medievais do Brasil Moderno" e o Ciclo de Conferências e Exposições intitulado "Portugal e o Oriente: História e Memória – Goa e Malaca".

A actividade dos membros que integram este projecto está espelhada no quadro seguinte, a qual se traduziu em numerosas publicações e em divulgação oral, em muitos casos, em reuniões científicas internacionais:

Indicadores de Execução SOPOC	Total
PUBLICAÇÕES	
Livros	17
Capítulos de livros	19
Edição de livros	11
Apresentação de livros e Prefácios	13
Recensões de Livros	2
Actas e Catálogos	6
Artigos em Revistas Internacionais	24
Artigos em Revistas nacionais	5
COMUNICAÇÕES	
Comunicações em encontros científicos internacionais	56
Comunicações em encontros científicos nacionais	91
Co-organização de reuniões científicas	22
FORMAÇÃO AVANÇADA	
Dissertações de mestrado	9

No que respeita ao projecto *História da Região Centro (HRC)*, este tem como objectivo o estudo de um território relativamente extenso, mas homogéneo em termos socioculturais, cujas fronteiras foram definidos pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

(CCDRC). Visa fornecer informações para a caracterização da Região Centro (dados históricos qualitativos e quantitativos); trabalhar em rede com outras entidades da Região (universidades, autarquias, empresas, entre outras); colaborar numa rede de regiões europeias; publicar documentos e estudos que permitam uma melhor definição da região objecto de estudo. No decurso do presente ano de 2011, o projecto continuou a ser robustecido por diversos estudos e publicações de fontes, de modo a definir identidades à escala regional e local, para suportar eventuais possibilidades de crescimento e de desenvolvimento no terreno. O resultado do labor levada a cabo por esta linha de investigação está expresso no seguinte quadro:

Indicadores de Execução HRC	Total
PUBLICAÇÕES	
Livros	3
Capítulos de livros	4
Edição de livros	1
Apresentação de livros e Prefácios	4
Actas e Catálogos	4
Artigos em Revistas Internacionais	6
Artigos em Revistas nacionais	5
COMUNICAÇÕES	
Comunicações em encontros científicos internacionais	3
Comunicações em encontros científicos nacionais	36
Co-organização de reuniões científicas	6
FORMAÇÃO AVANÇADA	
Dissertações de mestrado	22

Irene Vaquinhas

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
 irenemcv@fl.uc.pt

Seminário Permanente de História Local e Regional (Janeiro-Novembro 2012)

Numa parceria entre o Centro de História da Sociedade e da Cultura e o Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut, e sob a coordenação científica de Margarida Sobral Neto, prosseguiu, no ano de 2012, a realização do *Seminário Permanente de História Local e Regional*.

Nestes eventos científicos, foram abordados os seguintes temas:

28 de janeiro – *Villa romana do Rabaçal 1984-2010: "Generosidade da terra e solidariedade dos homens, 25 anos de trabalhos arqueológicos"* por Doutor Miguel Pessoa (Arqueólogo/Museólogo, Coordenador Científico da Villa Romana do Rabaçal).

25 de fevereiro – *A vila de Penela. Território e poderes* por Dr. Cristóvão Mata (doutorando em Altos Estudos em História).

28 de abril – *Castelos medievais: função e imaginário na construção de um património ativo* por Doutora Luísa Trindade (Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

26 de maio – *Senhores de Penela em tempos antigos* por Doutor Saul Gomes (Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

27 de outubro – *Villa romana do Rabaçal: um centro na periferia do Império e do território da Civitas de Coimbra* por Doutor Miguel Pessoa (Arqueólogo/Museólogo, Coordenador Científico da Villa Romana do Rabaçal).

24 de novembro – *Feriados municipais em Portugal: viver a festa, celebrar o dia* por Doutor Reis Torgal (Professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
marnet95@gmail.com

**Congresso Internacional Pedro e Inês: o futuro do passado
(28-31 de Março de 2012)**

Em 2011 Portugal não quis deixar de comemorar os 650 anos decorridos sobre a trasladação dos restos mortais de Inês de Castro do mosteiro de Santa Clara de Coimbra para o mosteiro de Alcobaça, onde se sepultou em grandioso e artístico monumento fúnebre. "Foi esta a mais honrada trasladação que até ao tempo em Portugal fora vista", como escreveu Fernão Lopes.

Entre as múltiplas manifestações do ciclo comemorativo inseriu-se o Congresso Internacional "Pedro e Inês: o Futuro do Passado", que teve

como Coordenadora Científica a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho e uma Comissão Científica composta pelos Doutores Maria José Azevedo Santos, José Carlos Seabra Pereira, Jorge Pereira de Sampaio e Bernardo Vasconcelos e Sousa. A organização deveu-se a um conjunto de entidades políticas, científicas e culturais, como a Associação Amigos de D. Pedro e D. Inês, as Câmaras Municipais de Coimbra, Alcobaça e Montemor-o-Velho, o IGESPAR – Direção Geral do Património Cultural, o Conselho da Cultura Galega, a Cátedra Jaime Cortesão da Universidade de S. Paulo e o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

Num apelo à transversalidade e interdisciplinaridade dos saberes, o Congresso reuniu investigadores e especialistas de História, da Literatura e das Artes, nacionais e estrangeiros.

Decorreu durante quatro dias, de 28 de Março a 31 de Março de 2012, itinerando por Coimbra (Casa da Escrita), Montemor-o-Velho (Biblioteca Municipal) e Alcobaça (Mosteiro de Alcobaça). Procurou-se, assim, que essa reunião científica ocorresse em espaços ligados à vida dos personagens em estudo.

Na verdade, em Coimbra viveu algum tempo, no ano de 1354, o infante D. Pedro com D. Inês, rodeado dos seus filhos. Em Coimbra foi degolada Inês, a 7 de Janeiro de 1355, possivelmente nos mesmos paços reais onde essa dama vivera com o infante. No mosteiro de Santa Clara foi enterrada Inês. Em Montemor-o-Velho, reuniu-se o rei D. Afonso IV com os seus conselheiros, havendo decidido a execução de D. Inês. Para Alcobaça acabaram por ser trasladados os restos mortais de Inês, em data discutível entre 1361 e 1363, e aí foram sepultados num imponente túmulo, a que se vieram juntar depois os do rei D. Pedro.

Por dentro desses lugares de história e memória se reuniram então cerca de meia centena de estudiosos, que apresentaram conferências e comunicações em torno do tempo e das repercussões sociopolíticas da união de Pedro e Inês e das memórias, lendas, mitos e iconografias tecidos sobre a sua vida e os seus amores.

Acompanharam o Congresso várias exposições sobre a produção científica, literária e artística que versa o tema inesiano. Nos dias do mesmo tiveram lugar actos culturais, que com ele se interrelacionavam. Desde logo ocorreu um assinalável momento musical, traduzido na estreia mundial da

peça *Requiem a Inês*, da autoria do compositor Pedro Camacho e executada pela Orquestra Clássica do Centro, na Sé Nova de Coimbra. Ao mesmo tempo sucederam-se visitas à Quinta das Lágrimas, ao castelo de Montemor-o-Velho e ao mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que permitiram um contacto com o património tangível e intangível, carregado de vivências e memórias evocativas, da ligação entre Pedro e Inês.

De história, de lenda, de mito, de iconografia, de artes se falou neste Congresso.

Conheceram-se melhor os reinos de Portugal e de Castela no tempo de D. Pedro e D. Inês de Castro, nas suas estruturas políticas, eclesiásticas e culturais. Aprofundou-se a problemática da linhagem dos Castro, de onde Inês descendia, e a sua figura de mulher. Discorreu-se sobre os meandros da sua morte, executada e representada. Abriram-se os seus espaços de vida e memória, dos mosteiros de Santa Clara, Alcobaça e da Quinta das Lágrimas.

Estabeleceram-se diálogos entre a cultura popular e erudita. Folhearam-se muitos livros de prosa e poesia, que nos desvendavam os amores e a tragédia de Pedro e Inês. Captaram-se imagens de tais personagens e do seu mito no teatro, na música e na dança. Dissertou-se sobre a recepção e difusão desse mito em diversos países.

Percepcionou-se a iconografia inesiana, plasmada na arte contemporânea. Descodificou-se a iconologia dos túmulos de Pedro e Inês, guardados no sumptuoso mosteiro de Alcobaça.

Contactou-se com a enorme produção científica, literária e artística nacional e estrangeira que glosou o tema da vida e morte de Inês e da paixão de Pedro e Inês.

Os muitos estudos nele apresentados e debatidos e o transversal saber científico, literário e artístico acumulado durante os quatro dias do Congresso darão corpo, como se espera, a uma obra, que mais enriquecerá o património, a história e a memória local, nacional e da Humanidade, que o tema inesiano carrega e reproduutivamente convoca, nas suas múltiplas facetas de expressão e nos diversificados especialistas que a ele se dedicam.

Maria Helena da Cruz Coelho

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
coelhomh@gmail.com

I do. Research training for young historians.
Seminários do 1º Ciclo de História 2012
(12-26 Abril)

Na certeza de que fazendo se aprende, no pretérito ano lectivo de 2011/2012, duas das docentes – Irene Vaquinhas e Maria Alegria Fernandes Marques – a quem coubera a lecionação do Seminário de 1.º ciclo em História, entenderam por bem ir além das comuns práticas neste tipo de cadeiras.

Sendo certo que em todos os Seminários, de todos os ciclos de estudo do Curso de História e em grau diverso, consoante o ciclo, se pretende que os alunos se dediquem à investigação histórica, numa salutar prática de partilha de gabinete, aquelas docentes entenderam fazer culminar a actividade lectiva com um momento de apresentação pública dos trabalhos dos alunos. Ora, sendo docentes de áreas bem diversas – História Contemporânea e História Medieval –, a partir da concordância no interesse da actividade, havia que procurar um denominador comum, capaz de congregar os estudantes e de os fazer colocarem-se na sintonia cronológica dos temas que haviam estudado. Analisados estes e as fontes utilizadas, o critério acordado recaiu sobre o tipo de fontes utilizadas, uma vez que, tanto uma como outra, tinham orientado alunos em trabalho de arquivo, desenvolvido no Arquivo da Universidade de Coimbra.

Os alunos seleccionados pela Professora Doutora Irene Vaquinhas fizeram incidir os seus estudos sobre documentos do núcleo do Governo Civil de Coimbra: passaportes, cartas de chamada, licenças de uso e porte de armas, criminalidade. Já quanto aos orientandos da Professora Doutora Maria Alegria Marques, estudaram pergaminhos do mosteiro de Roriz e, um terceiro, trabalhou sobre o *Livro Preto da Sé de Coimbra*, obra que é indissoluvelmente ligada a este Arquivo, pela sua monumental edição¹.

Durante o trabalho lectivo, tinha havido a preocupação fundamental de transmitir aos discentes as noções essenciais do *modus faciendi* do trabalho de investigação histórica e pô-los em contacto directo com documentos,

¹ *Livro Preto da Sé de Coimbra: edição crítica: texto integral* (ed. por Manuel Augusto Rodrigues, com direcção científica de Avelino de Jesus da Costa), Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

convertendo a sala de aula num *laboratório de produção do conhecimento histórico*. Depois da abordagem aos materiais do Arquivo que pudessem ser alvo de estudo, havia que passar à parte prática da questão, que é como quem diz, fazer perceber, aos alunos, como se produz História. Como saber o que seleccionar e o que excluir? Que metodologias científicas utilizar? Como organizar o material recolhido? Escolhidas as fontes, definido o objecto de estudo, avançaram com empenho, seriedade e rigor para a análise dos documentos tendo procurado fazer falar documentos adormecidos. Os trabalhos finais que realizaram superaram as expectativas, tanto que foram classificados com a nota mínima de 17 valores.

Mas o trabalho, o processo, foi a oportunidade para os alunos perceberem as dificuldades que levanta a pesquisa documental e a(s) forma(s) de as ultrapassar, de entenderam as vantagens e os condicionalismos das fontes consultadas, de entreverem o seu alcance e significado e de perceberem que, perante elas, o historiador tem que fazer escolhas, assumir estratégias e aplicar métodos. Em suma, aprendizes de historiador puderam sentir que estas são apenas algumas das questões que se colocam no trabalho de Heurística e tiveram que procurar-lhes a melhor, ou, na ocasião, a mais adequada resposta. Puderam perceber, afinal, a dimensão das palavras de Michel de Certeau: “Em história tudo começa com o gesto de *pôr de parte*, de reunir, de transformar, assim, em “documentos” certos objectos distribuídos de maneira diferente. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo facto de recopiar, transcrever ou fotografar esses objectos, mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física. Ele forma a coleção”².

Contudo, isto seria o trivial, que as docentes quiseram ultrapassar. E desejaram-no num quadro de plena integração dos alunos, dando-lhes a oportunidade de levar a cabo a organização de uma sessão de apresentação pública dos seus trabalhos. Isto é, pretenderam que o resultado do trabalho de investigação de cada um não se confinasse às páginas fechadas de um pequeno dossier, para se volverem em ocasião de mostra e de partilha de conhecimentos, métodos e dúvidas.

² “A operação histórica”, *Fazer História*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, p. 35-36.

Então, com o completo envolvimento de todos os alunos – e bem distintos eles eram em idades, formações, interesses e objectivos –, com o objectivo de realização de uma sessão de apresentação pública dos trabalhos, organizaram-se as diversas tarefas, desde a concepção e elaboração do cartaz de divulgação, à indicação dos documentos da pequena exposição que acompanhou a iniciativa, à organização da sessão, aos pormenores gerais da apresentação propriamente dita. Na verdade, pelo número de intervenientes e pela organização da vida escolar dos intervenientes, houve que gizar a sessão de apresentação em dois momentos, que tiveram lugar a 12 e a 26 de Abril de 2012, na Sala D. João III, do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Na primeira, foram intervenientes Pedro Peixoto e Helena Ladeiro (*O mosteiro de Roriz no século XIV e primeira metade do século XV*), Jorge Tomé (*Cartas de chamada...à distância de uma palavra (Março e Abril de 1916)*), António Cabete (*Infortúnios nos caminhos da emigração (1885-1929)*), Ana Catarina Alves (*Coimbra, lugar de passagem. Estrangeiros na cidade durante o período da 2^a Guerra Mundial*); na segunda, António Nunes (*As terras de Tábua na Idade Média (séculos XI-XIV)*), Mónica Santos (*Armados! Em Coimbra 1919-1920*), Ana Sofia Pereira (*Aspectos da criminalidade em Coimbra captada através das queixas à polícia (1º Trimestre de 1918 e 1919)*) e Sandra Vasques de Sousa (*Notas de Criminalidade – Análise da Criminalidade em Coimbra, através das queixas e participações ao Comissariado da Polícia Civil de Coimbra, 1919*).

Em ambos os momentos, houve lugar ao debate, com a apresentação de questões, dúvidas, sugestões, mas também de testemunhos de quem *fez*, de quem *praticou*, de quem *experimentou*.

Se, no início, os tinha guiado alguma curiosidade e a necessidade de cumprir uma tarefa, no final, eram nove alunos mais ricos de experiência, mais despertos para *o fazer*, mais abertos à dúvida, mais compreensivos à dificuldade, mais tolerantes à crítica. Mas também mais desejosos pela repetição da experiência.

Pela nossa parte, cremos bem que a iniciativa proporcionou um incentivo à aprendizagem de metodologias e à prática de escrever história.

Por fim, importa registar os apoios que a iniciativa colheu: Doutor José Pedro Paiva, Director do Arquivo da Universidade de Coimbra, que, desde a primeira hora, a acolheu de braços abertos e nos facultou o uso do espaço

onde decorreu a sessão; Doutor João André, Director do Departamento de História, Arqueologia e Artes pelo apoio financeiro ao material de divulgação; Doutor João Marinho dos Santos, director do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, pelos livros ofertados; Doutora Isabel Mota, Directora de 1.º ciclo, pelo enfoque institucional que tributou ao evento; fotógrafa Ana Perovskaya, pela criatividade artística que colocou na foto e no design do cartaz.

E, sobretudo, felicitar os alunos, pelo seu inquestionável e absoluto envolvimento.

Coimbra, 29 de Julho de 2012

Irene Vaquinhas

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CHSC
irenemcv@fl.uc.pt

Maria Alegria Fernandes Marques

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / CHSC
mfm@fl.uc.pt

**Encontros Culturais em São Cristóvão de Lafões
Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões, 12 e 13 de Maio de 2012**

A exemplo dos anos anteriores, mais uma vez o mês de Maio proporcionou, aos interessados, uma nova reunião científica no mosteiro de S. Cristóvão de Lafões. Tratou-se do VIII dos *Encontros Culturais de S. Cristóvão*, desta feita anunciado sob o tema de *Monasticon (II) – nos caminhos de Cister*.

Com efeito, tal realização não poderia ignorar o ano de início das comemorações do centenário da entrada de Bernardo de Fontaines em Cister. O Encontro do presente ano pretendeu, por isso, dedicar-se a alguns aspectos que conformaram a vivência cisterciense, proporcionando novos enfoques sobre a presença de Cister em Portugal. Abarcaram-se perspectivas novas dentro dos *Encontros* ou aprofundaram-se temáticas já afloradas em edições passadas, vistas, agora, sob novos olhares e interpretações.

Cuidou, assim, de se tratar das *Expressões do monaquismo cisterciense*, com intervenções de Pedro Gomes Barbosa (Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa), Maria Antónia Fialho Conde (Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora) e José Manuel Varandas (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Proporcionaram reflexões sobre as relações, bem terrenas, com o poder político e as autoridades eclesiásticas locais, num jogo de interesses e de confluências em torno de Alcobaça, por vezes com a sua própria participação, sobretudo quando englobava também os bispos de Lisboa e de Coimbra. Pela abordagem de dimensões várias da exploração do domínio fundiário de algumas casas, permitiram seguir os caminhos das transformações ocasionadas por diferentes conjunturas e opções. A problemática traduziu-se no estudo dos contratos de arrendamento /emprazamento apresentados por José Manuel Varandas, que deixou claro quanto a criação de rendas constantes direcionadas para o mosteiro de Santa Maria de Almôster, permitiu à instituição configurar-se como unidade económica maior, impulsionando uma economia que nada tem em comum com o ideal de auto-suficiência, favorecendo, antes, a criação de excedentes que permitiam movimentar mercados e fomentar lucros numa lógica de produção agrícola quase capitalista, com a paisagem agrícola a revestir-se de nítidos traços de especialização.

As reformas de fundo do mundo europeu no plano religioso do século XVI, e que se traduziram, entre nós, em medidas de modificação institucional com a criação da Congregação de Alcobaça, significaram o estabelecimento de alguns critérios ponderáveis: o estabelecimento de um número máximo de religiosos e o direito de visitação de Alcobaça a todas as casas para controlo e organização da vida material e espiritual. Maria Antónia Conde não só sublinhou esta maturação, mas também evidenciou o modo como, entre a comunidade feminina de São Bento de Cástris, que, tal como outras, sempre teve na tradição cisterciense um outro modo de organização da vida monástica (sobretudo no número de intervenientes e entidades intermediárias, exteriores à comunidade), as mulheres e monjas se encontravam tão ligadas ao pulsar da vida económica do tempo.

Já sob a proposta de *Cister e a Norma da Cavalaria*, Fernanda Olival (Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora) introduziu um outro olhar, bem diverso, como se requeria: o modo como instituições tão particulares como as Ordens Militares que adoptaram a regra cisterciense,

se foram desembaraçando das obrigações impostas pela vida regular (a mais radical será, porventura, a de um noviciado cumprido em tempo extraordinariamente breve), e como o significado social das ordens, tão ligadas ao mundo dos benefícios que se acentua no período moderno, as distanciou cada vez mais do espírito de Cister.

Por sua vez, a intervenção de Frei Geraldo Coelho Dias (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), reflectindo em torno de vários escritos de São Bernardo, procurou apresentar diversas chaves de leitura para essa questão fundamental que atravessa toda a sociedade da Alta Idade Média: um mundo que se reconhecia na divisão entre guerreiros e clérigos, como podia aceitar um discurso que propunha a simbiose entre estes elementos e os valores que lhes estão subjacentes?!

Por último, sob a temática particular *Da terra ao Céu: propostas de Cister*, Manuel Luís Real (Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto) forneceu o olhar da Arqueologia sobre os espaços cistercienses e os seus lugares de implantação. A sua interpretação dos testemunhos arqueológicos sobre a organização do espaço monástico entre os cistercienses, leva-nos a pensar o modo como num Portugal em construção se transmitiram modelos que presidiram a factores tão significativos quanto a escolha do lugar de implantação das construções, chegando até às próprias estruturas. A segunda grande constatação é a de que gerações e gerações de religiosos e religiosas tiveram a capacidade de adaptar o plano ideal à realidade local. Este traço, se mostra espírito pragmático e criativo por um lado, deixa em aberto, para ser eventualmente revelado por outra documentação, a questão de saber-se em que medida é que os princípios gerais que presidiram à funcionalidade dos espaços podem ter desaparecido e caído em esquecimento na vida quotidiana.

Num trabalho de filigrana metódico e paciente, Iria Gonçalves (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) fez alguma luz sobre um dos aspectos essenciais desse quotidiano: a alimentação dos monges no período medieval. Numa tentativa de compreender definições de vida mas também circunstâncias de produção animal, interpretou os perfis até agora obtidos ao longo de muitos anos de trabalho, em variada informação, como orçamentos e despesas de Alcobaça.

Por fim, Luís Casimiro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto) colocou a tônica, na sua intervenção, na leitura de elementos iconográficos,

tentando evidenciar o modo como se desenvolveram, nos espaços monásticos cistercienses, apesar do ascetismo formal, alguns programas coerentes e modelares.

Os trabalhos completaram-se com o lançamento do *Livro do VII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões* (2011), dedicado a *Monasticon: História e Memória*, e com a visita da exposição *São Teotónio: Patrono da diocese e da cidade de Viseu (1162-2012)*, evocativa “dos 850 anos da morte desta figura marcante do percurso colectivo dos portugueses”, e patente ao público, em Viseu, no Museu de Grão Vasco.

A exemplo do que vem acontecendo, mais uma vez, o ambiente do *Encontro* foi rico pelas intervenções suscitadas e pelo diálogo gerado em volta dos temas propostos. Parece concluir-se que, definitivamente, os temas ligados a Cister continuam a marcar pertinência e a suscitar interesse não só entre estudiosos, mas também entre aqueles que, de algum modo, se entusiasmam com a história de uma instituição que também ajudou a conformar Portugal.

Como vem sendo hábito, o *Encontro* teve a colaboração do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra através da participação na Comissão Científica (Presidência).

No final dos trabalhos, foi anunciado o tema e a data de realização do IX Encontro Cultural em S. Cristóvão de Lafões: *Cister: crise e inovação*, que terá lugar a 10 e 11 de Maio de 2013.

Maria Alegria Fernandes Marques

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

Presidente da Comissão Científica dos Encontros Culturais de S. Cristóvão de Lafões

mfm@fl.uc.pt

Congresso Internacional

Os Franciscanos no Mundo Luso-Hispânico: História, Arte e Património
24-28 de Julho de 2012

Os Franciscanos no Mundo Luso-Hispânico: História, Arte e Património, foi o título do Congresso Internacional promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, nos dias 24-28 de julho de 2012. A iniciativa,

comemorativa dos 800 anos da fundação da ordem franciscana, foi co-organizada por outras instituições como o Centro de História de Além-Mar (CHAM) / Uni. Nova e Uni. dos Açores; Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) / Uni. Católica Portuguesa; Escola Superior de Belas Artes e Centro de Estudos em Ciências das Religiões / Uni. Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Centro de Estudos Franciscanos (Porto); Centro de Estudos de Arte e Arqueologia / Instituto Politécnico de Tomar.

Constituído não apenas por qualificados membros da ordem como o Dr. fr. Henrique Pinto Rema, heterogêneo era o grupo que compunha o Conselho Científico que avaliou as muitas propostas. Não poderia ser de outra forma, pois foram oito as áreas temáticas do encontro: Estruturas e história institucional; Património edificado; Iconografia e património móvel; Missões, assistência e ensino; Biografias de relevo; Circuitos e itinerância no mundo; Bens e Rendimentos; Bibliotecas, Arquivos e Fontes. Foram dias densos de debate, realizados principalmente na sede da Sociedade de Geografia, onde simultaneamente decorreram quase 100 comunicações para um total de 31 *forum*. A sede oitocentista da instituição no coração da capital portuguesa foi o cenário da sessão de abertura, inaugurada pelas palavras de boas-vindas do Presidente Prof. Doutor Luís Aires de Barros, do Provincial dos Frades Menores em Portugal, padre Victor Melícias, e pela conferência *Os Franciscanos na Expansão portuguesa: 1415-1834* proferida pelo Prof. Dr. Victor Teixeira. O Centro Cultural Franciscano da Casa da Luz foi, no entanto, o espaço onde se concluíram as seções do Congresso. Poderíamos dizer que o jardim desse Centro se tornou num “Hortus Conclusus” com a exposição fotográfica *O claustro Franciscano: de Guadalupe a Goa* (organizado por Anna Assis Pacheco), significativo coroamento destes dias consagrados à difusa presença e às múltiplas instituições da Ordem Seráfica.

Com efeito, áreas geográficas, coordenadas cronológicas, temáticas historiográficas específicas e complementares foram tratadas com competência e versatilidade, lideradas entre outros pelos Professores Fernando Larcher, António Matos Ferreira, Manuel Gonçalves Pereira OFM, Manuel Neves, Hermínio Araújo OFM; Ana Isabel Buescu, Augusto Pereira Brandão; Henrique Coutinho Gouveia, Manuel Baeta Neves, Susana Costa Goulart, João Pereira Neto, Mario Farelo. Com experiência

e disponibilidade, interconectando e comparando “limites” socio-políticos-religiosos, foram eles a manter as fileiras das muitas comunicações que irradiavam desde os espaços de Portugal envolvendo regiões do norte da Espanha e do *Mezzogiorno* de Itália, dos territórios ultramarinos dos impérios luso-hispânicos: propostas heterogêneas de longo e largo marco, caminhos de pesquisa que podiam estar apenas no início, ou aos quais se dava voz depois de uma longa peregrinação entre arquivos, bibliotecas, ou após períodos de silencioso estudo. São estas as fronteiras temáticas de intervenções como *São José de Cupertino (1603-1663): o conventual “voador” desde Itália até Portugal. Notas de um itinerário de pesquisa* de Paola Nestola (bolseira FCT e investigadora colaboradora do CHSC, Uni. Coimbra); ou *A Livraria do Seminário dos Missionários Apostólicos – Convento de Santo António do Varatojo (1680-1834)*, de Maria da Luz Rei (CECD-FLUL, Uni. Nova Lisboa); ou *As pinturas do teto da igreja de São Francisco de Paula na cidade de Goiás, Brasil*, por Mara Raquel Rodrigues de Paula, (Col.Claretiano Coração de Maria, Secr.Est.Educ.de Goiás). Poderíamos dizer olhares cruzados só aparentemente longínquos, que com efeito suscitaram profícuos debates. Por outro lado, entre os percursos incluídos em projetos mais amplos, exemplificativa é a densa comunicação *A parenética franciscana ao serviço da monarquia por ocasião do nascimento de D. Maria Teresa de Bragança (1793)* de Isabel Drumond Braga (Uni. Lisboa); assim como apresentaram novos aspectos, dados estatísticos, sem deixar de integrar fontes escritas e visuais, quer José María Alonso del Val, OFM (Subdirector da Revista Archivo Ibero Americano) em *Franciscanos vascos, montañeses y navarros en la evangelizacion y missioneros de Asia desde o siglo XVI hasta nuestros días*; quer Margarida Sá Nogueira Lalande (Uni.Açores, CHAM) e Maria Luísa Jacquinet (Uni. Coimbra) que focaram dois distintos planetas do universo clariano nas comunicações *Das clarissas e dos dotes de entrada em religião no século XVII* no primeiro caso, e *As Clarissas do Desagravo: da especificidade da regra à singularidade da arte* no segundo.

Além disto, não se pode dizer que figuras franciscanas carismáticas da galáxia luso-hispanica (ao popularíssimo lisboeta São António foi dedicada uma inteira sessão no primeiro *forum*, e poderosa foi a ação do bispo de Goa abordada no relatório de Maria Madalena Larcher (Uni.Cat.de Louvain)

Fr. João de Albuquerque e as jurisdições eclesiásticas do império), aspectos materiais (tais como as especificidades arquitetónicas e decorativas de alguns centros de irradiação do franciscanismo no velho continente e nos territórios de Além mar) têm sido temáticas exclusivas. Com efeito estes tangíveis sinais e presenças masculinas ou femininas têm gravitado em torno de um arsenal de elementos só a primeira vista com um valor fugaz ou aparentemente efêmero. Basta pensar na “distintiva” e “identificativa” proposta de Ricardo Silva (Uni. Minho), *O uso da mortalha franciscana em Braga na Época moderna;* ou no percurso centrado sobre a época contemporânea de Telma Bessa Sales, *Franciscanos e pastorais sociais no Brasil: um diálogo possível.* Também a justiça franciscana teve um *forum* específico, lida no contexto da caridade e da misericórdia, e interpretada em âmbitos geográficos concretos como no exemplificativo caso *La orden franciscana y el ejercicio de la justicia en las Islas Canarias durante la Edad Moderna* pormenorizado por Belinda Arrocha Rodriguez, bolseira do Max Planck Institut fur Europäische Rechtsgeschichte. Por seu lado, apresentando uma determinada categoria antropológica, a comunicação do capelão hospitalário Hermínio Araújo OFM, *O paradigma da cordialidade na ação dos franciscanos varatojanos no terramoto da cidade de Lisboa de 1755,* ajudou a esclarecer o “património imaterial” – de acordo com a definição do mesmo Araújo – e constitutivo da ordem do Santo oriundo de Assis.

Em suma em pleno verão de 2012 concluiu-se uma importante etapa de uma plataforma de debate bem organizada e coordenada, um intenso momento no qual as entusiastas comunicações e propostas de análises sugerem atas densas e articuladas. Contributos capazes de ser testemunho quer das diferentes ações desenvolvidas entre os múltiplices poderes, sociedades e espaços culturais nas quais se insertaram os agentes luso-hispânicos no curso dos séculos; quer do enraizamento, da renovação e da vitalidade do carisma de específicas identidades franciscanas num contínuo confronto de estratégias e iniciativas evangélico-missionárias.

Paola Nestola

Bolseira post-doc do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC)
paola.nestola@tin.it

II Encontro da Rural RePort
29-30 de Junho de 2012

Nos dias 29 e 30 de junho, decorreu no Centro de Estudos de História Local e Regional Salvador Dias Arnaut o II Encontro da Rural RePort (rede de História Rural em Português), subordinado ao tema *Modalidades de acesso à terra: instituições e relações sociais*.

A conferência de abertura deste evento foi proferida pelo Prof. Richard Hoyle, reputado historiador inglês, que abordou a problemática do papel da agricultura familiar na Europa dos nossos tempos.

Este evento científico teve um cariz interdisciplinar e internacional, nele participando historiadores portugueses e brasileiros e especialistas de outras áreas científicas como a agronomia, a arquitetura e a sociologia.

Focadas no campo da história das sociedades rurais, as comunicações trataram temas que integram a agenda historiográfica atual referentes a diversos espaços: Portugal, continental e insular, Moçambique e Brasil.

Este colóquio, que contou com o patrocínio do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, constituiu um momento marcante da vida científica e cultural do CEHRL.

A Câmara Municipal de Penela proporcionou aos participantes neste Encontro agradáveis momentos de turismo cultural, destacando-se a visita ao Centro de Interpretação do Sistema Espeleológico do Dueça (CISED) e ao museu e vila romana do Rabaçal.

Margarida Sobral Neto

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

marnet95@gmail.com

**11th International Conference on Urban History,
“Cities & Societies in Comparative Perspective”
Prague, 29 August – 1 September 2012)**

As Senhoras Cidades e a ‘Festa de Babette’ entre Praga, Roma e Lisboa

Na antiga sede da Charles University de Praga foi realizada a XI Conferência Internacional de História Urbana organizada pela *European*

Association of Urban History (EAUH). Desde o dia 29 de agosto até o dia 1 de setembro de 2012 a capital da República Checa, e em particular a Faculdade de Letras, tornou-se no ponto de encontro da iniciativa multinacional que, no passado, foi celebrada noutras cidades europeias (Amesterdão, Estrasburgo, Budapeste, Veneza, Berlim, Edimburgo, Atenas, Estocolmo, Lyon, Ghent).

Segundo um calendário bienal, desde 1992, de fato, a EAUH tem organizado estes forum nos quais participaram um total de 1800 especialistas de mais de 50 países diferentes, num total de 300 sessões e mais de 2200 papers. Encontros multidisciplinares com a participação de arquitetos, historiadores, sociólogos, geógrafos, antropólogos, economistas, mas também de outros profissionais que trabalham de perto com as questões relacionadas com a História Urbana e os seus multidimensionais processos. Também no congresso deste ano, intitulado “*Cities & Societies in Comparative Perspective*”, juntaram-se especialistas de centros de investigação dos mais diversos e distantes: Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Egito, Emirados Árabes Unidos, Europa, América do Norte e Sul, Leste e Oeste, Israel, Índia, México, Estados Unidos, Turquia, num total de quase 700 participantes. Olhares não unidireccionais, mas sim cruzados com o fim de superar margens linguísticas promovendo intercâmbios metodológicos globalizantes segundo sensibilidades diferentes, mas muitas vezes complementares.

A Bethlehem Chapel, um dos lugares emblemáticos da cidade do reformador checo Jan Hus, foi o contexto arquitetónico da cerimônia de abertura, iniciadas pelas palavras de boas-vindas da Presidente da EAUH – simultaneamente anfitriã – professora Luda Klusáková, prosseguida pela sugestiva conferência plenária do professor emérito Peter Clark, intitulada *European Cities in a Globalising Word*.

Provavelmente o professor da Universidade de Helsínquia pensava na “Festa de Babette” (*Babettes Gaestebud*) usando a metáfora do “Grande Buffet”, (re)lembrando justamente a riqueza de questões e temas, os assuntos de pequena ou grande escala e com o mesmo valor, consumidos em vários contextos e gravitantes em torno de uma longa mesa: A História Urbana. Com certeza muitos dos participantes notaram a atmosfera jovial e cordial, estimulada pelas refeições preparadas com amor e cura científica pelos organizadores das muitas sessões, mas também pelos convidados aos dias

consagrados a este tema. A sua articulação considerava, com efeito, 5 Round Tables (RT), 50 Main Sessions (MS), 25 Special Sessions (SS). Encontros que implementaram os conhecimentos, os interesses ou as relações científico-institucionais, apesar da sobreposição das simultâneas comunicações.

O objetivo da refinada mesa era (re)definir o desenvolvimento, as transformações e o significado sócio-cultural dos centros urbanos, olhando além do exemplo de uma singela cidade, colocando esse complexo objeto de estudo numa perspectiva mais ampla: comparativa, transnacional e global. Aliás, outros saborosos alimentos oferecidos e postos a debate foram as dinâmicas internas das cidades: processos questionados não apenas pelo que transmitem estes lugares específicos, mas por aquilo que revelam sobre a vida urbana nas suas diversificadas morfologias quer no público/privado, quer no aspecto social, económico, cultural, antropológico, de imagem. Um exemplo foi a SP17 *The Grand Hotel and the city: Grand Hotels as markers of european urban culture and identity* coordenada por Laura Kolbe (University of Helsinki) e Mary Sparks (Open University, UK), durante a qual foram apresentadas uma série de realidades do norte Europa (Helsínquia, Bruxelas), de zonas limiares (a fronteira austro-húngaro), ou de *enclaves* italianos com peculiares atitudes turísticas (Lago de Garda, ou o caso de Sanremo). Tópicos que evidenciaram os muitos aspectos em termos de gosto, de arquitetura do elaborado serviço, e que – por sua vez – são elementos que refletem quer outros estilos da vida contemporânea ou do habitar; quer categorias específicas para a cidade, e cheias de significado como: decoro, hospitalidade, sociabilidade.

Múltiplas foram as reflexões metodológicas, práticas e experimentais relativamente a períodos largos e a contextos geográficos vastos ou diversificados. A relação entre desporto e cidade foi o nó tratado em *Panem et circenses: sport venues in modern urban Europe* entrelaçado por Stefan Couperus (University of Utrecht) e Harm Kaal (Radboud University), um *forum* ao qual participaram especialistas norte-americanos bem como da Europa ao fim de tornar os *sports events* entre os objetos de investigação com valor igual a outras categorias e processos monumentais/arquitetónicos (tais como igrejas, estações de caminhos de ferro, etc.); incluindo este articulado mundo no património de relevo dos *modern urban sites* sendo “iconic vehicles” na promoção de uma cidade.

Espaços urbanos plurais, portanto, complexos, indefinidos e que vibram de tensões antagônicas e competitivas como num atlético desafio.

Juntamente com as novas propostas transnacionais foram discutidas também questões tratadas nas edições anteriores, retomadas e desenvolvidas mais em profundidade e com novas categorias de análise. Uma tendência específica na recuperação das temáticas anteriores foi a RT5, *Ways of communicating Urban History*, coordenada por Anja Kervanto Nevanlinna (University of Helsinki) e Donatella Calabi (IUAV University of Venice, e membro honorário EAUH), que guiaram o período de intervenções e projetos experimentais apresentados por especialistas pertencentes aos centros de heterogênea natureza, tais como: City of Melbourne, Arts and Culture Branch, Melbourne Australia (Eddie Butler-Bordon); Ca' Foscari – Veneza, Department of Management, Venice, Italy (Paola Lanaro); Istituto Universitario di Architettura di Venezia, Storia dell'Architettura-Mestre, Italia (Isabella Leonardo); Erasmus University/Museum Rotterdam, Erasmus School of History, Culture and Communication, Rotterdam, The Netherlands (Paul Van de Laar); Université Paris 1, Panthéon Sorbonne, Paris, France (Konstantinos Plevris); Abu Dhabi University, Architecture and Design, Abu Dhabi, United Arab Emirates, (Rim Meziani); Universidad Europea de Madrid, Proyectos y representación de la Arquitectura, Madrid, Spain (Mara Sanchez Llorens); Universidad a Coruña, Department of Sociology, A Coruña Espanha, (José Maria Cardesin).

Por outro lado os membros da Escola Britânica e de outras áreas do norte da Europa, representantes de redes como a italiana AISU (Associazione Italiana di Storia Urbana) ou a ISHA (International Students of History Association) trouxeram agudas visões com o fim de promover as relações transnacionais e transgeracionais entre os estudiosos sobre as formas de comunicação e aprendizagem da cidade na sua evolução histórica. Mesmo nesta maneira procura dar-se um contributo capaz de influir no futuro destino dos poli(s)céntricos espaços segundo ópticas ecológicas, sustentáveis e de convivência entre as diferentes culturas, envolvendo não apenas os jovens, mas também aqueles que estão interessados por outras razões a aspectos e a dinâmicas urbanas.

Entre os muitos cenários e diversidades de escolas académicas, a contribuição da “nação lusitana” foi significativamente elevada, aliás transversal,

ocupando muitas áreas dos dias programados. Um banco de ensaio importante esta décima primeira edição, especialmente se se considera que Lisboa será a cidade anfitriã do próximo evento do EAUH. Ainda não é conhecido em detalhe o programa da iniciativa itinerante do próximo biénio, embora se apresenta multilingue, fascinante, bem-calibrado de acordo com a declaração de responsabilidade pronunciada – intercalando Francês e Inglês – por Amélia Aguiar Andrade, professor da Universidade Nova de Lisboa e membro internacional do EAUH.

Aguardando o novo banquete científico que se realizará no espaço mais ocidental do Velho Mundo e com uma projeção não só atlântica, apresentamos alguns dos momentos e dos muitos participantes da edição de 2012: na verdade, muito poucos seguindo as linhas disponíveis neste espaço de informação, redigido como testemunho por quem teve o prazer e o privilégio de participar quer neste mega-evento boemo, quer na estimulante iniciativa organizada pela AISU em Roma no 2011, na Faculdade de Economia “Federico Caffè”, Università RomaTre.

Embora não seja estritamente lusa, Paola Nestola (bolseira da Fundação Ciência e Tecnologia de Portugal, e investigadora colaboradora no CHSC da Universidade de Coimbra, aliás membro AISU) apresentou a intervenção ““Ecce sacerdos Magnus” bishop’ entrances in regio patronato dioceses. A comparison between the Kingdom of Naples and Portuguese spaces (XVI-XVIII c.), no âmbito do MS27, *Triumphal Arches and Urban Entries: mutations of an Urban Ritual in Christian Europe (16th-20th c.)*. Nesta animada seção direita por Damien Thiriet (Jagiellonian University, Cracóvia, Polónia) e Romain Thomas (École Normale Supérieure, Paris, França), a partir de eventos, estruturas e cerimônias efêmeras mas de grande interesse historiográfico, os espaços e as cronologias consideradas foram amplas. Uma cartografia que também costeou áreas além-mar do império lusitano, abrindo-se a capitais políticas europeias como Viena, Edimburgo, Moscovo, graças aos brilhantes trabalhos de colegas pertencentes às Universidades de Milão (Massimo Petta), Berlim (Jonathan Blower), Plymouth (Giovanna Guidicini), Moscou (Olga Zinovieva).

Ainda sobre o efêmero comparado poderíamos dizer que foram focados os eixos das efervescentes comunicações coordenadas por Guido Zucconi (IUAV de Veneza, e presidente da AISU), Ana Cardoso de Matos (Univer-

sidade de Évora, Portugal), Miriam Levin (Case Western University, Cleveland, Ohio, EUA), Antoni Roca-Rosell (Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona), na S16 *Great Exhibition and Cities on the move: a comparative Perspective (1880-1914)*: um macro-tema que confrontou centros ou periferias do comércio – Porto ou Bordeaux, por exemplo – apresentados/representados nas oitocentistas exposições internacionais em Paris, e outros semelhantes pontos de acordo com os itinerários ilustrados por Helena Souto (Instituto de Arte e Design, Lisboa, Portugal) ou Thomas Renard (Paris IV Sorbonne, Departamento de História da Arte, Paris, França).

Não faltaram outras contribuições da historiografia propriamente portuguesa baseadas em propostas no limite entre a tradição e a inovação. Na RS2 *Modern Urban Societies*, coordenada por Michèle Dagenais (University Montreal) e Ewen Shane (Leeds Metropolitan University), se colocava o paper *Oporto and epidemics: the city's response to sanitary crisis* de Maria Antónia Almeida (UNL, Lisbon Portugal), onde a cidade minhota se insertava com outros territórios exemplificados por colegas checos ou turcos que propuseram casos relativos á épocas mais recentes.

Por sua parte alguns campos emergentes da arqueologia virtual vão recriando sítios históricos abrindo novas áreas investigativas ao estudo da história urbana: e foram estes os temas inovadores coordenados por Helena Murteira (Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, Portugal), Joaquim Carvalho (Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Portugal) Laura Fernandez-Gonzalez (University Edimburgo, Departamento de Arquitetura), representados na MS10 *Virtual historic cities: a laboratory in urban history*. Entre as sete didáticas comunicações, também o exemplo *History and virtuality: recreating pre-earthquake Lisbon* (H. Murteira; A. Câmara; P. Rodrigues (University of Évora, CHAIA, Lisbon, Portugal); ou a exemplificação insular de *Nicosia of the 19th century (Panayiotis Charalambous; Esperia Iliadou; Yiorgos Chrysanthou*, University of Cyprus, Computer Science, Nicosia, Cyprus), ou outros casos urbanos italianos ou dinamarqueses incluídos na sessão.

No entanto, não se pode dizer que as ementas apresentadas eram eurocéntricas segundo a balança geográfica do sumptuoso banquete

organizado na capital dos cristais da Boêmia. Relativo às civilizações e contextos políticos/sociais da África do Sul, Austrália ou Índia, exemplificativas são as comunicações *Mashup Metropolis: the British Imperial City in global context* coordinata da Andrew J. May (University of Melbourne, Australia), Dr. John Griffiths (Massey University, NZ), Brad Beaven (Portsmouth University, UK). Mesmo considerando as temáticas desenvolvidas em pannels de outras secções focalizadas em épocas contemporâneas e dedicadas a importantes espaços acadêmicos no contexto urbano como fez Sergio Miranda Pacheco (Universidad Nacional Autónoma de México), *For my race will speak the metropolis": science, power urbanism and Society in the bulding of University city of Mexico*, ou que tenham considerado aspectos específicos identitários, como no caso de *World Urban Cultural History and Nonwestern Stories, the city of Diu as an interface of East and West* (Nuno Grancho, Universidade de Coimbra), e nas comunicações de dois membros AISU e doutorandas na Universidade de Milão, com as propostas *Built Heritage of Blue-Red Plain Brick Wall in Shanghai* (Changxue Shu) e *Santiago de Chile: an amnesic Post-colonial city* (M. Victoria Correa Baerlswyl).

Lugares ou não lugares de memória as cidades tem sido um desafio ou uma oportunidade em Praga: alimentos deliciosos para saborear enquanto fluíam os copos de vinho ou cerveja, juntamente às referências e comparações interurbanas, ou às interações institucionais.

Acho que não é somente a minha opinião, mas a XI Conferência Internacional de História Urbana foi também um espaço científico para reunir fontes heterogêneas, fragmentadas, dispersas, de modo que se tornaram formas interativas e sinestésicas em equilíbrio entre representações tridimensionais e experiências sensoriais. Certamente, no meu caso, a pesquisa apresentada no Simpósio Boemo baseada numa abordagem comparativa tinha sido passada, em 2011, através da escada local, focada numa realidade específica do *Mezzogiorno* italiano. Com efeito, juntamente com a estimulante abordagem historiográfica portuguesa igualmente importante foi a experiência em Roma na sessão *Gli eventi straordinari: Il Miracoloso* (coordenada com eficácia por Roberta Morelli, Donatella Strangio, Filippo de Pieri e Arianna Rotondo) do V Congresso AISU titulado *Fuori dall'Ordinario: le città di fronte a catastrofi ed eventi straordinari*.

Na próxima edição de 2014 da EAUH, a capital daquele que era um pequeno reino com uma extensão realmente ultra continental com as suas dilatações atlânticas, índicas e abertas às costas do Pacífico é um evento atraente. Trata-se de um nó de junção importante, que tem antecipado – em termos de globalização – processos centrípetos ou centrífugos que não se hão-de subestimar hoje dia.

Na sequência do que foi organizado pela pobre Babette pelo seu generoso festim, poderia ser um novo buffet – retomando a metáfora do professor Peter Clark – para percorrer os caminhos de bebidas refinadas; de cristais finos; de elegantes louças; do marfim; da canela; do cacau que se torna chocolate; das frutas exóticas ou de outros produtos de luxo ou luxuriosos; de muito mais processos de curta/ média / grande escala irradiados por rotas e centros urbanos/portuários mais excêntricos.

Após a emocionante troca entre a anfitriã da República Checa, Klusakova, e a responsável da nova iniciativa EAUH, Andrade Aguiar, felizes, portanto, os convidados à Ceia das Senhoras: sim, claro, das Senhoras Cidades. A edição 2014 realizar-se-á em Lisboa, será Histórias das Cidades declinadas ao feminino sobretudo no senso contado ao início dos anos Setenta do século passado por Italo Calvino com as suas Zaira, Smeraldina, Olivia; ainda com a casta e encantadora Chloe. Será mesmo um banquete para (re)descobrir processos internos a milieux heterogêneos das muitas *nea-polis* antigas, modernas ou contemporâneas; dinâmicas capazes de representar identidades e diferenças. História de comparações urbanas em outras palavras, de cidades e processos interconectados por afinidades ou por contraposições cronológicas, espaciais, temáticas etc.

No fio da memória do território ou sensibilizados por novas emergências urbanas, talvez se pudesse dizer que “justiça e felicidade se beijaram”, evocando o brinde do general Lorens Löwenhielm, convidado de honra da santa ceia. Foi ele, de facto, a reconhecer e revelar as peculiaridades do elegante banquete preparado pelas mãos generosas de uma chef originaria de Paris, recebida na frugal casa da pequena aldeia da Dinamarca.

Em tempos de austeridade e de cortes no financiamento pela investigação não é fácil preparar sumptuosos buffets ou grandes mesas de História Urbana. No entanto, pensando nas saudáveis e reconfortantes refeições, como disse Babette “um artista nunca é pobre”. Os votos são de se (re)encontrar

nestas iniciativas onde se juntam cuidadosamente motivação, criatividade e profissionalismo.

Paola Nestola

Bolsa post-doc do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra (CHSC)
paola.nestola@tin.it

Apresentação de livros

No dia 31 de Outubro realizou-se no Casino Figueira a apresentação do livro, da autoria da Professora Doutora Irene Vaquinhas, “O Casino da Figueira: sua evolução histórica desde o teatro-circo até à actualidade (1884-1978)”, a cargo do Doutor Jorge Alves, Professor Catedrático da Universidade do Porto. Estiveram presentes o Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Professor Doutor João Marinho dos Santos), o Senhor Administrador do Casino Figueira (Dr. Domingos Cruz), o Senhor Director da Editora Palimage (Dr. Jorge Fragoso). Na sala encontravam-se, em largo número, Investigadores do CHSC, Docentes da FLUC, Discentes e Figueirenses Amigos.



No dia 29 de Novembro teve lugar, na Embaixada de Itália, em Lisboa, o lançamento do livro, coordenado pelas Investigadoras Doutora Maria Antónia Figueiredo Lopes, do CHSC da Universidade de Coimbra, e Doutora Blythe Alice Raviola, da Universidade de Turim, intitulado *Portugal e o Piemonte: A Casa Real Portuguesa e os Sabóias. Nove séculos de relações dinásticas e destinos políticos (XII-XX)*. A apresentação esteve a cargo do Senhor Doutor Vasco Graça Moura e na cerimónia foi ainda lida, pelo Embaixador de Itália (Renato Varriale), uma alocução do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália (Giulio Terzi), enviada expressamente para o evento. Estiveram presentes, além do Embaixador de Itália, a Vice-Reitora, Professora Doutora Helena Freitas, em representação do Senhor Reitor da Universidade de Coimbra (Professor Doutor João Gabriel Silva), o Coordenador Científico do Centro de História da Sociedade e da Cultura

(Professor Doutor João Marinho dos Santos), o Director da Imprensa da Universidade (Doutor Delfim Leão), a Directora-Adjunta (Dr.^a Maria João Padez de Castro), Autores do livro e vários Investigadores do CHSC.

Seguiu-se um recital de música barroca italiana promovido pela Accademia di Sant’Umberto do Piemonte.

Destes eventos daremos notícia mais desenvolvida no próximo número da Revista de História da Sociedade e da Cultura.

Sónia Nobre

Mestranda da FLUC / Bolsa da Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

**Dissertações de Doutoramento e de Mestrado orientadas por
investigadores integrados no Centro de História da Sociedade
e da Cultura (2011-2012)**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa às Dissertações de Doutoramento e de Mestrado e/ou de 2º e de 3º Ciclos orientadas ou co-orientadas por investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura, apresentadas e aprovadas durante o período de 1 de Setembro de 2011 a 31 de Julho de 2012.

As referências vão ordenadas, dentro de cada rubrica, pela data da realização das provas.

Doutoramento (3º Ciclo)

Autor: Mestre Ana Filipa Firmino Sequeira Pinto Roldão

Título: *A Memória da cidade. Administração urbana e práticas de escrita em Évora (1415-1536)*

Especialidade: História. Especialidade em História Medieval

Data das provas: 27 de Dezembro de 2011

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Luís Filipe Barreto (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Autor: Anabela Nunes Monteiro

Título: *Macau e a presença portuguesa no mar da China. Interesses e estratégias de sobrevivência*

Especialidade: História. Especialidade em História dos Descobrimentos e da Expansão

Data das provas: 7 de Março de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: João Marinho dos Santos

Co-orientador: Rui Manuel Loureiro.

Mestrado (2º Ciclo)

Autor: Sandra Rute Fonseca Gomes

Título: *Territórios medievais do pescado*

Especialidade: 2º Ciclo em Alimentação. Fontes. Cultura e Sociedade

Data das provas: 25 de Novembro de 2011

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho.

Autor: Ana Rita Saraiva da Rocha

Título: *O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*

Especialidade: História da Idade Média

Data das provas: 2 de Dezembro de 2011

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho.

Autor: Paula Andreia Magalhães Grenha

Título: *Transformações do consumo alimentar na época contemporânea*

Especialidade: Alimentação: Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 5 de Dezembro de 2011

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão.

Autor: Isabel da Conceição Pinheiro Machado

Título: *A polémica à volta da criação de liceus femininos na imprensa periódica portuguesa (1880-1900)*

Especialidade: História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais

Data das provas: 9 de Dezembro de 2011

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Jair Barbosa Araújo

Título: *Boletim Oficial do GOLU: diálogo da maçonaria portuguesa e brasileira*

Especialidade: 2^a Ciclo em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos

Data das provas: 3 de Janeiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando de Almeida Catroga.

Autor: Sandra Patrício dos Santos

Título: *Eutanásia e Suicídio Assistido: o direito e liberdade de escolha*

Especialidade: 2^a Ciclo em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos

Data das provas: 6 de Janeiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Fernando de Almeida Catroga.

Autor: Leonor do Céu Pinheiro da Rocha Diniz

Título: *Protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825)*

Especialidade: História Moderna: Poderes, Ideias e Instituições

Data das provas: 26 de Janeiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes.

Autor: Tiago Manuel Rodrigues Cubeiro

Título: *A assistência à infância em Torres Novas: estudo dos subsídios de lactação concedidos pela Câmara Municipal (1873-1910)*

Especialidade: História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais

Data das provas: 23 de Fevereiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes.

Autor: Melanie Catherine Callegari Rodrigues

Título: *A emigração feminina do concelho da Figueira da Foz com destino a França (1960-1975)*

Especialidade: História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais

Data das provas: 23 de Fevereiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Tânia Vanessa Araújo Gomes

Título: *Uma revista feminina em tempo de Guerra: o caso da Eva (1939-1945)*

Especialidade: História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais

Data das provas: 24 de Fevereiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Alexandra Maria Martins Vila

Título: *As casas-museu em Portugal. A casa-museu Anselmo Brancamp Freire: um estudo de caso*

Especialidade: 2º Ciclo em História, Especialização em Museologia

Data das provas: 24 de Fevereiro de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Carolina Gregório Mendes Álvaro

Título: *Ternura e sensibilidade: os primeiros anos do "Ninho dos Pequenitos" de Coimbra (1930-1939)*

Especialidade: História Contemporânea: Economia, Sociedade e Relações Internacionais

Data das provas: 2 de Março de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas.

Autor: Chrystiane Castellucci Fermino

Título: *As Mulheres nas Constituições e nos Códigos Civis portugueses e brasileiros dos sécs XIX e XX*

Especialidade: Mestrado em Estudos Feministas

Data das provas: 20 de julho de 2012

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes.

Irene Vaquinhas

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

irenemcv@fl.uc.pt

ISSN 1645225-9



9 771645 225004

Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser inéditos e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, castelhano, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato Word, dirigido ao coordenador da Revista, no qual, na primeira página devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone.

Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria. As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de rodapé no final de cada página:

Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras.edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

Manuscritos:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Nos anos em que o número de artigos aprovados excede os limites orçamentais da Revista, a sua Direcção reserva-se o direito de protelar a publicação de alguns deles, garantindo, contudo, que esses textos serão publicados no número seguinte.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da Revista ou o coordenador do respectivo número.

Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50.000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in Word format to the coordinator of the Journal, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights. Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - Elites and power in TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), (http://www.arts.monash.edu.au/eras.edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Whenever the number of articles accepted are beyond the journal's budget, the editors are entitled to postpone the publication of a few given articles, guaranteeing, however, their publication in the following issue.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted. Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the *Journal*.

For further information, please contact the Director of the *Journal* or the coordinator of each volume.

Editorial	7
Artigos	
Francisco Leitão	9
<i>The Visigothic society and its Cmeteries</i>	
Hilário Franco Júnior	25
<i>O Conto de Amaro, uma utopia medieval?</i>	
Mário de Gouveia	55
<i>Abaciólogo do Mosteiro de S. Vicente de Vacariça (séc. XI)</i>	
Jesús Alturo	79
<i>Les études sur les fragments de manuscrits en Espagne.</i>	
<i>Bilan et considérations diverses</i>	
João Gouveia Monteiro	113
<i>A Batalha de Atoleiros (6 de Abril de 1384): ensaio geral para Aljubarrota?</i>	
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira	135
<i>Reclusão e proteção: os judeus em Portugal na Crise do século XIV</i>	
Saul António Gomes	147
<i>Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo</i>	
João Eusébio Silva	165
<i>"Estas cousas Señora filha vos peço e encomendo": A imagem de consorte na família real portuguesa a partir das instruções de D. Manuel para D. Beatriz (1504-1538)</i>	
Matilde Mendonça dos Santos	193
<i>A estreita aliança entre os bispos e o Santo Ofício em Cabo Verde (1538-1646)</i>	
Roger Lee de Jesus	217
<i>As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547</i>	
Carlos Manuel Faisca	245
<i>O preço da Crise: níveis de vida no Portugal seiscentistas</i>	
Cristóvão da Mata	265
<i>A Misericórdia de Coimbra: benfeiteiros e assistidos (1668-1910)</i>	
Susana Serpa Silva	285
<i>Notas para a História da Biblioteca Pública de Ponta Delgada</i>	
Gonçalo Rocha Gonçalves	323
<i>Preleções, teorias e as dinâmicas da formação dos polícias civis em Lisboa, 1867-1910</i>	
Hugo Silveira Pereira	343
<i>Um estrangeiro na inauguração da Linha da Beira Alta (1882)</i>	
Maria Antónia Pires de Almeida	371
<i>O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899 e 1918</i>	
Jesús-Ángel Redondo Cardeñoso	393
<i>El turno de los campesinos: protesta social en la España rural del cambio de siglo (1898-1923)</i>	
Maria Izilda Santos de Matos	417
<i>Ganharás o pão com o suor do teu rosto: imigrantes portugueses, padeiros e experiências políticas – São Paulo/BR 1870-1945</i>	
Vária	
Bruno Abreu Costa	445
<i>Santos e Santidade. O período medieval</i>	
Recensões e Notas de Leitura	457
Notícias	495

